

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luiz Fellipe Alves

**O tempo presente no ecossistema dissociativo fascistizante do Brasil –  
aspectos da grupuscularidade e do fascismo *on-demand*: linguagem e  
subjetividades**

Juiz de Fora  
2026

Luiz Fellipe Alves

**O tempo presente no ecossistema dissociativo fascistizante do Brasil –  
aspectos da grupuscularidade e do fascismo *on-demand*: linguagem e  
subjetividades**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História

Orientador: Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Juiz de Fora  
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alves, Luiz Felipe.

O tempo presente no ecossistema dissociativo fascistizante do Brasil – aspectos da grupuscularidade e do fascismo on-demand: : linguagem e subjetividades / Luiz Felipe Alves. -- 2026.  
395 f. : il.

Orientador: Francisco Carlos Teixeira da Silva

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. Fascismo. 2. História. 3. Ecossistema. 4. Linguagem. 5. Subjetividades. I. Silva, Francisco Carlos Teixeira da, orient. II. Título.

**Luiz Felliipe Alves**

**O tempo presente no ecossistema dissociativo fascistizante do Brasil –  
aspectos da grupuscularidade e do fascismo *on-demand*: linguagem e  
subjetividades**

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade  
Federal de Juiz de Fora como requisito  
parcial à obtenção do título de Doutor em  
História. Área de concentração: História

Aprovada em 07 de abril de 2026

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Márcia Carneiro  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa  
Universidade de Vila Velha

Prof. Dr. Michel Gherman  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico esta pesquisa à minha avó Zilma e à minha mãe Jacqueline, mulheres guerreiras que foram essenciais para minha estrada até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso meus agradecimentos primeiramente à minha família, minha avó Zilma, guerreira que sempre se dedicou a todos, à minha mãe Jacqueline e meus irmãos Luana e Luan. Agradeço também meu tio Jeff, meus primos, primas e minhas sobrinhas lindas Júlia e Luísa. Não poderia deixar de agradecer meu cunhado Patrick pela presença e também meu pai de coração Juliano e todos os demais da minha família. Sem vocês seria difícil continuar nessa empreitada.

Não posso deixar de agradecer também ao meu orientador, Professor Chico Teixeira pela parceria em todos esses anos, pelas sugestões, conselhos e ensinamentos. Para mim, trabalhar com um historiador deste peso, que representa tanto na luta historiográfica e na produção de sujeitos com consciência histórica, é um privilégio inenarrável. Só tenho a agradecer.

Também agradeço profundamente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora por ter acolhido a nossa pesquisa com tanto orgulho, o que me deixa muito feliz. Agradeço a todos os professores que passaram por essa jornada, em destaque o Professor Odilon Caldeira Neto com suas valiosas contribuições, por vezes, sem nem saber o quanto me influenciou em ser um historiador melhor. Fica também meu agradecimento aos departamentos de sociologia e de ciências políticas da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelos colegas e debates que nos proporcionaram novas perspectivas. E, é claro, a todos os professores e amigos de outras instituições que certamente contribuíram, seria impossível nomear a todos, mas destaco o Professor Pablo Ornelas Rosa pelas valiosas contribuições e pela amizade. E todos os outros que sabem o quanto sou grato. Agradeço também à CAPES pelo financiamento desta pesquisa, o que é de extrema importância para a profissionalização do fazer historiográfico.

Não menos importante agradeço aos meus amigos, professores, pesquisadores e as dezenas de incentivadores. Destaco as contribuições do Thiago Possiede e do Giovane Camargo, os intermináveis debates sobre nosso presente, sobre responsabilidades e a ética do pesquisador em ciências humanas e sobre nosso ofício. Agradeço também a todos os colegas e amigos do Laboratório de História Política e Social da UFJF por, sem dúvidas, terem contribuído imensamente para a construção desta pesquisa, bem como para uma formação humana do historiador do tempo presente. Além, é claro, dos colegas e amigos dos outros laboratórios do

departamento de História da UFJF. Peço perdão por não citar todos nominalmente, porém, são tantos amigos que acabaria por causar alguma decepção em esquecer alguém. Todos vocês sabem que fazem parte deste agradecimento. Obrigado.

Esta nova situação, onde não se está mais lidando com conjuntos sociais homogêneos, cuja ação possa ser facilmente canalizada para objetivos unicamente econômicos, tem como contrapartida fazer exacerbar respostas repressivas. Ao lado do fascismo dos campos de concentração – que continuam a existir em inúmeros países –, desenvolvem-se novas formas de fascismo molecular: uma banho-maria no familialismo, na escola, no racismo, nos guetos de toda natureza, supre com vantagens os fornos crematórios. Por toda a parte, a máquina totalitária experimenta estruturas que melhor se adaptem à situação: isto é, mais adequadas para captar o desejo e colocá-lo a serviço da economia de lucro. Dever-se-ia, portanto, renunciar definitivamente à fórmula demasiado simplista do gênero: “o fascismo não passará”. Ele não só já passou, como passa sem parar. Passa através da mais fina malha; ele está em constante evolução; parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós. Em situações aparentemente sem problemas, catástrofes podem aparecer de um dia para o outro. *O fascismo, assim como o desejo, está espalhado por todas as partes, em peças descartáveis, no conjunto do campo social; ele toma forma num lugar ou noutro, em função das relações de força. Pode-se dizer dele, ao mesmo tempo, que é superpotente e de uma fraqueza irrisória.*

Em última análise, tudo depende do talento dos grupos humanos em se tornarem sujeitos da história, isto é, em agenciar, em todos os níveis, as forças materiais e sociais que se abrem para um desejo de viver e mudar o mundo. (Guattari, 1981, p.188 – 189)



## RESUMO

Esta tese investiga o ecossistema dissociativo fascistizante no Brasil contemporâneo, compreendendo a radicalização política observada entre 2010 e 2025 não como um surto de “loucura” ou delírio coletivo, mas como o resultado de uma interpelação ideológica e uma dissociação cognitiva estrategicamente organizada através da internet. Propomos o conceito de fascismo *on-demand* para descrever uma metamorfose do fascismo histórico adaptada ao capitalismo de plataforma e à economia da atenção, operando por meio de uma grupuscularidade rizomática que unifica grupos heterogêneos em torno de uma linguagem fascistizante comum sem a necessidade de um comando centralizado formal. Identificamos que o discurso do mito conspiratório atua como a ideia-força central dessa gramática, fundamentando a dissonância cognitiva coletiva e a negação total da alteridade através de uma linguagem fascistizante que contenha narrativas como o “Globalismo”, o “Marxismo Cultural” e a “Agenda 2030”. Fundamentada na História do Tempo Presente e na História Digital, buscamos realizar uma cartografia dos agenciamentos coletivos de enunciação no ambiente digital, evidenciando como a plataformização da vida e a economia da atenção produziram uma “eu-pistemologia” e uma “mito-história” hostil à evidência científica e às instituições democráticas. Objetivamos demonstrar que a pandemia de COVID-19 funcionou como um laboratório de radicalização, consolidando o negacionismo sanitário e o pânico moral, enquanto o descrédito sistemático do sistema eleitoral preparou o terreno subjetivo para a tentativa de golpe de Estado em Oito de janeiro de 2023. Analisamos, ainda, o papel de Olavo de Carvalho como o principal intelectual mediador dessa linguagem e examinamos as simetrias entre as táticas de comunicação da extrema direita e a doutrina militar do Manual de Operações Psicológicas do Exército, evidenciando a instrumentalização de passados inacabados em uma ciberguerra cultural. A tese se estrutura em dois momentos. Nos capítulos de número dois, três e quatro, refletimos, respectivamente, sobre aspectos do fascismo enquanto conceito histórico; a sociedade digital e o comportamento humano dentro deste ambiente cibernético, bem como uma espécie de “ideologia” apresentada pelos agentes responsáveis por este espaço dentro da situação de “guerra cultural”, operações psicológicas e performance política operada pelos agentes de extrema direita no país. Nos capítulos de número cinco e seis buscamos examinar de forma empírica os agentes que contribuem para esse

processo de radicalização e de estímulo da linguagem fascistizante. Lidamos primeiramente com os canais de “Junk News”, plataformas audiovisuais, “Think Tanks”, *influencers* e a transnacionalidade do fascismo na atualidade e, em segundo, partimos de contextos específicos para examinar as pessoas “comuns” em grupos de Telegram. Para isso, utilizamos de um corpus documental vasto que vão de livros, peças jornalísticas, manuais militares, relatórios jurídicos e policiais, bem como um banco de dados com mais de 30 grupos de Telegram salvos entre 2020 e 2023. Concluimos que o fascismo no Brasil atual é um processo molecular que se embrenha na vida cotidiana através de redes de desejo, exigindo do historiador e de suas pesquisas uma atuação ética e política contra a amnésia coletiva e o revisionismo desonesto que tentam sanitizar o autoritarismo no tempo presente.

Palavras-Chave: Fascismo; On-demand; Grupuscular; Linguagem; Rizoma; Ecossistema; Dissociação;

## **ABSTRACT**

This thesis investigates the fascistizing dissociative ecosystem in contemporary Brazil, understanding the political radicalization observed between 2010 and 2025 not as an outbreak of “madness” or collective delirium, but as the result of an ideological interpellation and a cognitive dissociation strategically organized through the internet. We propose the concept of on-demand fascism to describe a metamorphosis of historical fascism adapted to platform capitalism and the attention economy, operating through a rhizomatic groupuscularity that unifies heterogeneous groups around a common fascistizing language without the need for a formal centralized command. We identify that the discourse of the conspiratorial myth acts as the central driving idea of this grammar, grounding collective cognitive dissonance and the total negation of alterity through a fascistizing language that contains narratives such as “Globalism”, “Cultural Marxism”, and “Agenda 2030”. Grounded in the History of the Present Time and Digital History, the research carries out a cartography of collective assemblages of enunciation in the digital environment, highlighting how the platformization of life and the attention economy have produced an “I-pistemology” and a “myth-history” hostile to scientific evidence and democratic institutions. We aim to demonstrate that the COVID-19 pandemic functioned as a radicalization laboratory, consolidating sanitary denialism and moral panic, while the systematic discrediting of the electoral system prepared the subjective ground for the attempted coup d'état on January 8, 2023. We also analyze the role of Olavo de Carvalho as the main mediating intellectual of this language and examine the symmetries between the communication tactics of the far-right and the military doctrine of the Army's Psychological Operations Manual, evidencing the instrumentalization of unfinished pasts in a cultural cyberwar. The thesis is structured into two parts. In chapters two, three, and four, we reflect respectively on aspects of fascism as a historical concept; the digital society and human behavior within this cybernetic environment, as well as a kind of “ideology” presented by the agents responsible for this space; and the character of the “cultural war”, psychological operations, and political performance operated by far-right agents in the country. In chapters five and six, we seek to empirically examine the agents that contribute to this process of radicalization and the stimulation of fascistizing language. We deal primarily with “Junk News” channels, audiovisual platforms, “Think Tanks”, influencers, and the transnationality of fascism today, and secondly, we depart from

specific contexts to examine “ordinary” people in Telegram groups. For this, we use a vast documentary corpus ranging from books, journalistic pieces, military manuals, legal and police reports, as well as a database with over 30 Telegram groups saved between 2020 and 2023. We conclude that fascism in present-day Brazil is a molecular process that intertwines with everyday life through networks of desire, demanding from the historian and their research an ethical and political stance against collective amnesia and the dishonest revisionism that attempt to sanitize authoritarianism in the present time.

Keywords: Fascism; On-demand; Groupuscular; Language; Rhizome; Ecosystem; Dissociation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                         |     |
|---------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 1 Print Screen Telegram .....                    | 55  |
| Imagem 2 Print Screen Telegram .....                    | 55  |
| Imagem 3 Print Screen Telegram .....                    | 56  |
| Imagem 4 Print Screen Telegram .....                    | 58  |
| Imagem 5 Print Screen Telegram .....                    | 64  |
| Imagem 6 Print Screen Telegram .....                    | 83  |
| Imagem 7 Print Screen Telegram .....                    | 87  |
| Imagem 8 Print Screen Telegram .....                    | 87  |
| Imagem 9 Print Screen Telegram .....                    | 102 |
| Imagem 10 Print Screen Telegram .....                   | 103 |
| Imagem 11 Print Screen Telegram .....                   | 124 |
| Imagem 12 Print Screen Telegram .....                   | 124 |
| Imagem 13 Print Screen Twitter .....                    | 166 |
| Imagem 14 Print Screen Telegram .....                   | 167 |
| Imagem 15 Print Screen Telegram .....                   | 168 |
| Imagem 16 Print Screen Telegram .....                   | 179 |
| Imagem 17 Print Screen Telegram .....                   | 180 |
| Imagem 18 Foto do Ex-Presidente Jair M. Bolsonaro ..... | 193 |
| Imagem 19 Print Screen Twitter .....                    | 197 |
| Imagem 20 Print Screen Twitter .....                    | 201 |
| Imagem 21 Print Screen Telegram .....                   | 207 |
| Imagem 22 Print Screen Telegram .....                   | 208 |
| Imagem 23 Print Screen Telegram .....                   | 209 |
| Imagem 24 Print Screen Telegram .....                   | 210 |
| Imagem 25 Print Screen Telegram .....                   | 210 |
| Imagem 26 Print Screen Twitter .....                    | 212 |
| Imagem 27 Funções integrantes do SISCOMSEX .....        | 217 |
| Imagem 28 Print Screen Telegram .....                   | 223 |
| Imagem 29 Memento de Propaganda .....                   | 225 |
| Imagem 30 Memento da Contrapropaganda .....             | 227 |
| Imagem 31 Print Screen Telegram .....                   | 233 |
| Imagem 32 Print Screen Twitter .....                    | 264 |

|                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 33 Print Screen Canal do YouTube “Terça-Livre” .....       | 266 |
| Imagem 34 Fluxograma Foro de São Paulo .....                      | 269 |
| Imagem 35 Print Screen Caixa de Comentário “Revista Exílio” ..... | 270 |
| Imagem 36 Print Screen Facebook .....                             | 277 |
| Imagem 37 Publicação no Facebook.....                             | 280 |
| Imagem 38 Publicação no Facebook.....                             | 282 |
| Imagem 39 Print Screen Twitter .....                              | 283 |
| Imagem 40 Publicação no Facebook.....                             | 291 |
| Imagem 41 Print Screen do Twitter .....                           | 297 |
| Imagem 42 Print Screen do Telegram.....                           | 298 |
| Imagem 43 Print Screen Twitter .....                              | 299 |
| Imagem 44 Print Screen Twitter .....                              | 299 |
| Imagem 45 Print Screen Twitter .....                              | 300 |
| Imagem 46 Print Screen Twitter .....                              | 301 |
| Imagem 47 Print Screen Facebook .....                             | 308 |
| Imagem 48 Fluxograma “Marxismo Cultural”.....                     | 309 |
| Imagem 49 Imagens de Allan dos Santos .....                       | 309 |
| Imagem 50 Print Screen Telegram .....                             | 310 |
| Imagem 51 Print Screen Telegram .....                             | 311 |
| Imagem 52 Print Screen Telegram .....                             | 311 |
| Imagem 53 Print Screen Telegram .....                             | 313 |
| Imagem 54 Print Screen Telegram .....                             | 323 |
| Imagem 55 Print Screen Telegram .....                             | 326 |
| Imagem 56 Print Screen Telegram .....                             | 326 |
| Imagem 57 Print Screen Telegram .....                             | 330 |
| Imagem 58 Print Screen Telegram .....                             | 330 |
| Imagem 59 Print Screen Twitter .....                              | 331 |
| Imagem 60 Print Screen Telegram .....                             | 331 |
| Imagem 61 Print Screen Telegram .....                             | 332 |
| Imagem 62 Print Screen Telegram .....                             | 332 |
| Imagem 63 Print Screen Telegram .....                             | 333 |
| Imagem 64 Print Screen Telegram .....                             | 334 |
| Imagem 65 Print Screen Telegram .....                             | 335 |
| Imagem 66 Print Screen Telegram .....                             | 335 |

|                                                       |     |
|-------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 67 Print Screen Telegram .....                 | 336 |
| Imagem 68 Print Screen Telegram .....                 | 336 |
| Imagem 69 Print Screen Telegram .....                 | 337 |
| Imagem 70 Print Screen Telegram .....                 | 338 |
| Imagem 71 Print Screen Telegram .....                 | 338 |
| Imagem 72 Print Screen Telegram .....                 | 339 |
| Imagem 73 Print Screen Telegram .....                 | 342 |
| Imagem 74 Print Screen Telegram .....                 | 344 |
| Imagem 75 Print Screen Telegram .....                 | 348 |
| Imagem 76 Print Screen Telegram .....                 | 350 |
| Imagem 77 Print Screen Telegram .....                 | 351 |
| Imagem 78 Print Screen Telegram .....                 | 351 |
| Imagem 79 Print Screen Telegram .....                 | 352 |
| Imagem 80 Print Screen Telegram .....                 | 352 |
| Imagem 81 Print Screen Telegram .....                 | 353 |
| Imagem 82 Print Screen Telegram .....                 | 354 |
| Imagem 83 Fotografia do Oito de janeiro de 2023 ..... | 355 |
| Imagem 84 Publicação no “O Estado de São Paulo” ..... | 356 |
| Imagem 85 Print Screen Telegram .....                 | 356 |
| Imagem 86 Print Screen Telegram .....                 | 356 |
| Imagem 87 Print Screen Telegram .....                 | 357 |
| Imagem 88 Print Screen Telegram .....                 | 358 |
| Imagem 89 Print Screen Telegram .....                 | 359 |
| Imagem 90 Print Screen Telegram .....                 | 360 |
| Imagem 91 Print Screen Telegram .....                 | 360 |
| Imagem 92 Print Screen Telegram .....                 | 361 |
| Imagem 93 Print Screen Telegram .....                 | 362 |
| Imagem 94 Print Screen Telegram .....                 | 362 |
| Imagem 95 Print Screen Telegram .....                 | 363 |
| Imagem 96 Print Screen Telegram .....                 | 363 |
| Imagem 97 Print Screen Telegram .....                 | 363 |
| Imagem 98 Print Screen Telegram .....                 | 365 |
| Imagem 99 Print Screen Telegram .....                 | 366 |
| Imagem 100 Print Screen Telegram .....                | 367 |

Imagem 101 Print Screen Telegram .....370

Imagem 102 Print Screen Telegram .....371

Imagem 103 Print Screen Telegram .....372

Imagem 104 Print Screen Telegram .....373

Imagem 105 Print Screen Telegram .....373



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                                                                         |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ABIN      | Agência Brasileira de Inteligência.                                                                     |
| AIB       | Ação Integralista Brasileira.                                                                           |
| CComSEx   | Centro de Comunicação Social do Exército.                                                               |
| CFM       | Conselho Federal de Medicina.                                                                           |
| CONITEC   | Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde.                             |
| CPAC      | <i>Conservative Political Action Conference</i> (Conferência de Ação Política Conservadora).            |
| CPI       | Comissão Parlamentar de Inquérito.                                                                      |
| CPMI      | Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.                                                                |
| FAR       | <i>Forze Armate Rivoluzionarie</i> (Forças Armadas Revolucionárias - organização italiana neofascista). |
| FARC      | Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.                                                             |
| FUNAG     | Fundação Alexandre de Gusmão.                                                                           |
| HTP       | História do Tempo Presente.                                                                             |
| LTI       | <i>Lingua Tertii Imperii</i> (Linguagem do Terceiro Reich).                                             |
| MBL       | Movimento Brasil Livre.                                                                                 |
| MSI       | <i>Movimento Sociale Italiano</i> . (Movimento Social Italiano – Organização italiana neofascista).     |
| NOM       | Nova Ordem Mundial.                                                                                     |
| OMS       | Organização Mundial da Saúde.                                                                           |
| ONU       | Organização das Nações Unidas.                                                                          |
| OpPsico   | Operações Psicológicas.                                                                                 |
| ORCRIM    | Organização Criminosa.                                                                                  |
| PRP       | Partido de Representação Popular.                                                                       |
| PT        | Partido dos Trabalhadores.                                                                              |
| SiOPEx    | Sistema de Operações Psicológicas do Exército.                                                          |
| SISCOMSEX | Sistema de Comunicação Social do Exército.                                                              |
| SRP       | Stanford Research Park                                                                                  |
| SSOP      | Subsistema de Operações Psicológicas (integrante do SISCOMSEX).                                         |
| STF       | Supremo Tribunal Federal.                                                                               |

|       |                                                                                                                              |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| TSE   | Tribunal Superior Eleitoral.                                                                                                 |
| UFJF  | Universidade Federal de Juiz de Fora.                                                                                        |
| USAID | <i>United States Agency for International Development</i> (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). |
| WELL  | <i>Whole Earth 'Lectronic Link</i>                                                                                           |

|          |                                                                                                                                                                                                     |            |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                                             | <b>21</b>  |
| <b>2</b> | <b>FASCISMO.....</b>                                                                                                                                                                                | <b>39</b>  |
| 2.1      | O FASCISMO HISTÓRICO.....                                                                                                                                                                           | 42         |
| 2.2      | FASCISMO GENÉRICO E FASCISMO ETERNO.....                                                                                                                                                            | 47         |
| 2.3      | FASCISMO E ECONOMIA .....                                                                                                                                                                           | 59         |
| 2.4      | NEOFASCISMO E PÓS-FASCISMO .....                                                                                                                                                                    | 68         |
| 2.5      | A CULTURA POLÍTICA FASCISTA GRUPUSCULAR E O FASCISMO <i>ON-DEMAND</i> .....                                                                                                                         | 81         |
| 2.6      | AS MICROPOLÍTICAS FASCISTAS.....                                                                                                                                                                    | 90         |
| 2.7      | A LINGUAGEM FASCISTA E SUAS ESTRUTURAS PSICOLÓGICAS .....                                                                                                                                           | 95         |
| <b>3</b> | <b>A SOCIEDADE DIGITAL E A PLATAFORMIZAÇÃO DA VIDA .....</b>                                                                                                                                        | <b>113</b> |
| 3.1      | UMA BREVE HISTÓRIA DA INTERNET: A AURORA DA SOCIEDADE DIGITAL E SUA REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA .....                                                                                                     | 116        |
| 3.2      | A PLATAFORMIZAÇÃO DA VIDA: DA ECONOMIA DA ATENÇÃO AO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA .....                                                                                                                | 138        |
| 3.2.1    | O capitalismo de plataforma .....                                                                                                                                                                   | 142        |
| 3.2.2    | Da economia da atenção ao capitalismo de vigilância .....                                                                                                                                           | 146        |
| 3.3      | LÓGICA INTERSUBJETIVA DA SOCIEDADE DIGITAL NO BRASIL: DA REDEMOCRATIZAÇÃO À ANTIDEMOCRACIA FASCISTIZANTE .....                                                                                      | 153        |
| 3.3.1    | Fascismo e intersubjetividade: dissonância fascistizante, mito conspiratório e negacionismo .....                                                                                                   | 159        |
| 3.3.2    | O ecossistema dissociativo – lógica retroalimentativa de fascistização .....                                                                                                                        | 164        |
| <b>4</b> | <b>A CIBERGUERRA CULTURAL E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO NO BRASIL EM TEMPO PRESENTE – A QUESTÃO MILITAR, SUAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E O “OLAVISMO” .....</b>                                      | <b>182</b> |
| 4.1      | A CIBERGUERRA CULTURAL E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO NO BRASIL EM TEMPO PRESENTE .....                                                                                                             | 185        |
| 4.2      | A QUESTÃO MILITAR E SUAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS .....                                                                                                                                               | 204        |
| 4.3      | O “OLAVISMO” .....                                                                                                                                                                                  | 235        |
| <b>5</b> | <b>O FASCISMO HOJE E A MIDIOSFERA FASCISTIZANTE – “JUNK NEWS”, PLATAFORMAS AUDIOVISUAIS, “THINK TANKS”, <i>INFLUENCERS</i> E A TRANSNACIONALIDADE DO FASCISMO NA ATUALIDADE (2018 – 2025) .....</b> | <b>248</b> |

|          |                                                                                                                                                                             |            |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.1      | O FASCISMO HOJE E O PAPEL DAS “JUNK NEWS”, PLATAFORMAS DE MÍDIAS AUDIOVISUAIS E “THINK TANKS” .....                                                                         | 256        |
| 5.2      | O PAPEL DOS <i>INFLUENCERS</i> (BLOGUEIROS, MILITARES, PARLAMENTARES E LIDERANÇAS EVANGÉLICAS) .....                                                                        | 297        |
| 5.3      | A ORGANIZAÇÃO TRANSNACIONAL DA LINGUAGEM FASCISTIZANTE E SUA OPERACIONALIDADE NO BRASIL.....                                                                                | 314        |
| <b>6</b> | <b>A LINGUAGEM FASCISTIZANTE NAS PLATAFORMAS DIGITAIS – CARTOGRAFIA DOS AGENCIAMENTOS COLETIVOS DE DESINFORMAÇÃO, NEGACIONISMO E MITO CONSPIRATÓRIO (2020 – 2023) .....</b> | <b>318</b> |
| 6.1      | A PANDEMIA DE COVID-19 .....                                                                                                                                                | 322        |
| 6.2      | O PROCESSO ELEITORAL DE 2022 E A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO .....                                                                                                         | 339        |
| 6.3      | A “AGENDA 2030”, O “GLOBALISMO” E O “MARXISMO CULTURAL”: ASPECTOS DO MITO CONSPIRATÓRIO NO BRASIL (2020 – 2023) .....                                                       | 364        |
| <b>7</b> | <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                                                                       | <b>375</b> |
| <b>8</b> | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                                                     | <b>382</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Algumas perguntas nos incomodavam durante a elaboração desta tese. O que leva um indivíduo a invadir uma festa de aniversário e assassinar o aniversariante?<sup>1</sup> O que leva uma mãe dizer que “esfregará o celular” no rosto da professora de sua filha que a corrigiu durante uma aula?<sup>2</sup> O que faz pessoas arquitetarem a instalação de uma bomba em um aeroporto em plenas festas de fim de ano?<sup>3</sup> O que levou as pessoas a marcharem em um domingo de sol para destruir a sede dos três poderes em Brasília pedindo intervenção militar? O que leva à radicalização nesses níveis? Certamente não foi nenhum tipo de surto em nenhum dos casos, muito menos qualquer tipo de “loucura”. Não foi nenhum estado de delírio coletivo, mas uma interpelação ideológica e uma dissociação cognitiva muito bem fundamentada culturalmente e politicamente, estrategicamente organizada.

Nossa tese é de que essas atitudes são resultantes de um processo de radicalização e *fascistização* política que impactou a própria subjetividade e cognitividade de muitos brasileiros. Estes dois conceitos de radicalização e fascistização, no nosso entendimento, fazem parte de um processo complementar. Entretanto, o estabelecimento de uma subjetividade fascistizada necessita de uma radicalização política de direita, mas nem toda radicalização política de direita resultará indubitavelmente em um indivíduo fascistizado. A radicalização é um processo complementar, mas que, não necessariamente, resultará em um fascista. Porém todo fascista precisa estar radicalizado. Não existe fascismo moderado.

A diferença reside, como explica Cas Mudde (2022), na negação da democracia liberal enquanto baliza política da sociedade. Está estabelecida na ordem de que, apesar de utilizar-se do sistema democrático para ascender ao poder, o objetivo é deslegitima-lo a fim de subverter a ordem democrática para um governo autocrático e autoritário. É, acima de tudo, subverter as instituições democráticas, demonizando os poderes de uma república democrática aparelhando-os ao seu próprio interesse. Além disso busca também a rejeição total da alteridade. Tendo como única premissa uma

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/07/10/bolsonarista-invade-festa-de-aniversario-mata-petista-e-tambem-e-morto.htm> Acesso em 25/04/2024

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/professora-e-ameacada-por-mae-de-aluna-apos-corrigir-redacao-que-acusava-moraes-de-acabar-com-leis,f7cf83b2f2d2240e8089caf7e2824dab0stv4nyg.html> Acesso em 25/04/2024

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/judiciario/bomba-no-aeroporto-plano-er-explodir-area-de-embarque-do-terminal-de-brasil-1.2803015> Acesso em 25/04/2024

espécie de reestabelecimento de determinado grupo cultural como o “verdadeiro” grupo do país – o patriota, o cidadão de bem, o cristão – assim demonizando o inimigo e rejeitando o “outro”.

A direita radical também opera estabelecendo uma xenofobia dentro das suas características, porém, o fascistizado visa a aniquilação deste outro representada em uma estética de guerra e da glorificação de uma sociedade militarizada. Tudo isso fundamentado na determinação de um líder símbolo que representaria essas características sem nenhuma restrição ética de qualquer natureza para este fim.

Apesar destas características bem claras entre um termo e o outro, reafirmamos que a radicalização faz parte do processo de fascistização. Até mesmo por isso que falamos em processo de fascistização e não em um estado de fascismo. Pensamos assim, pois em consonância com Robert Paxton (2007, p. 49), entendemos que os fascismos podem ser examinados a partir de seus “estágios”. Dentro desses estágios temos o primeiro que abordaria o surgimento destes enquanto movimentos. Em segundo seu enraizamento no sistema político, a *sanitização* da sua linguagem e gramática pelo senso comum. Em terceiro a tomada do poder. Em quarto estágio o exercício do poder e, por fim, o processo final de radicalização ao total autoritarismo de longo período.

No Brasil não vimos chegar no estágio final, apesar das tentativas de subverter a ordem democrática. Portanto não tivemos a caída total da república para um Estado fascista e não podemos afirmar que, caso a tentativa de golpe frustrada após o Oito de janeiro de 2023 fosse vitoriosa, teríamos um Estado estabelecido no “máximo fascismo” de Paxton, ou seu quinto estágio. Até mesmo isso não nos interessa, necessariamente, aqui. Nos interessa justamente pensar esse processo. Por questões de escolhas heurísticas objetivamos pensar este processo de fascistização entre o primeiro estágio e o quarto estágio, mais precisamente o estágio dois. O estágio do enraizamento e da sanitização da linguagem fascistizante.

Ao fazer esse recorte heurístico e de objetivo de pesquisa, o efeito prático é determinar o próprio recorte temporal. Basicamente nosso recorte temporal pensa a segunda década e meia após o ano de 2010 (2010 – 2025). Entretanto é importante pontuar nesta introdução que a própria linguagem fascistizante se estabelece como uma premissa antidemocrática e antirrepublicana, assim rejeitando também a constituição de 1988. Deste modo poderíamos afirmar que, em vista disso, nosso recorte pode abordar o processo na segunda república como um todo em

determinadas ocasiões. Mesmo assim entendemos que o processo de sanitização da linguagem fascista se torna mais evidente e sintomática a partir de 2010 e, principalmente, com a popularização da internet.

Isso nos leva a segunda questão que é importante pontuar aqui: o local onde essa pesquisa está sendo feita. Essencialmente o ambiente onde essa pesquisa coleta seus dados é a internet. Isso nos aproxima diretamente da chamada História Digital, que é um campo de pesquisa fundamentado nesse período que abrange desde o surgimento da digitalização de documentações, até a própria produção destes documentos, nas suas mais variadas tipologias, no ambiente exclusivamente digital. Não obstante aprofundamos ainda mais o recorte digital ao pensar lugares específicos neste ambiente, indo além de fontes jornalísticas e buscando em páginas, perfis de redes sociais e, principalmente, grupos e “chats” no Telegram. Voltaremos às questões das fontes e da metodologia trabalhada nas mesmas logo a seguir de forma mais profunda. Na sequência, antes disso, iremos nos ater a questão de pensar nossa metodologia geral que é baseada na História do Tempo Presente (HTP).

Esta tese, portanto, busca no método da História do Tempo Presente vislumbrar respostas para as variadas perguntas que um trabalho desse porte sugere. A volatilidade da percepção temporal dinamiza cada vez mais as temporalidades na historiografia e a chamada História do Tempo Presente é um ótimo exemplo de refinamento do método historiográfico para dar conta de problemas tão sintomáticos. Principalmente ao lidarmos com a memória pública e os traumas que insistem em estar presentes. Por essa razão, a História do Tempo Presente está longe de ser um recorte temporal, mas é uma perspectiva “trans-histórica” (Schurster; Silva, 2023, p. 47) e trata das “mais variadas formas de construção da sensibilidade e dos mecanismos de percepção do passado” para compreensão do presente (ibidem, p. 38). É um modelo que possibilita uma “visão simultânea de tempos da História” (ibidem, p. 39).

Temos que ter em mente que, para fazer uma História do Tempo Presente da extrema direita nos tempos atuais, é necessário entendermos os “enlaces” que estes fatos supracitados estabelecem com o passado. Isso nos leva a dialogar com diversas questões que podem parecer estranhas a alguns historiadores, mas que são ferramentas importantes para observação do passado recente e como lidamos com certos traumas e passados inacabados, como “fantasmagorias” que assombram as mentes dos vivos (Benjamin, 2020, p. 121). Nesse sentido é importante o diálogo com

outras disciplinas, como a antropologia, psicologia, mais presentes no nosso caso, mas também da sociologia e ciência política.

A responsabilidade do historiador, diante disso, vai além das suas iniciativas profissionais, mas apreende inequivocamente uma responsabilidade social e política com a própria comunidade ou país. Pensar a História do Tempo Presente do Brasil não é lidar somente com “sobreviventes” no século XX, mas lidar com nós mesmos, com o nosso próprio caráter sobrevivente contra um esquecimento que tende a ser operacionalizado. O passado é também um campo de luta reivindicado pelo fascismo, seja ele histórico ou a sua nova faceta micropolítica (Guattari, 1981) e grupuscular, na premissa de Roger Griffin (2003). Basta olharmos para incentivos, como a chamada “Escola Sem Partido” ou a produtora audiovisual “Brasil Paralelo”, que travam um conflito aberto para a “readequação” do passado aos seus interesses. Readequação que objetiva um esquecimento de fatos consolidados do campo através de uma campanha milionária de desinformação e negacionismo. É trabalhar também a verdade e memória recente em disputa, inclusive sobre o Oito de janeiro de 2023.

Embora o projeto tenha começado focado no conceito de “neofascismo”, a evolução da pesquisa nos conduziu a um refinamento teórico. Foi factível para nós e nos influenciou para definir nosso objeto. Assim revemos a ideia de um “neofascismo” para falarmos em linguagem fascista. Linguagem esta que nos apresenta a forma que estabelecem agenciamentos coletivos de enunciação, o motor da produção de subjetividades. Esta linguagem nos revela, também, os “processos que identificam tendências” sobre o fascismo no Brasil. (Schurster; Silva, 2023, p. 41)

Identificamos, então, o enlace que temos entre a linguagem fascista no Brasil atual e sua ligação com o passado – o mito conspiratório. Entendemos o mito conspiratório como a “ideia força” da linguagem fascista que, se operada de forma criteriosa, pode estabelecer – ou reestabelecer – um ecossistema dissociativo fascistizante no país. Deixamos claro que não entendemos esse processo de fascistização como “ignorância”, “burrice”, “loucura”, “delírio” ou outras variáveis análogas. O processo justamente estabelece as bases racionais para a fascistização. Criam-se as bases lógicas para tal e toda uma estrutura de respostas para perguntas que os incomodam. É o enlace entre o passado e o presente e a readequação deste mito para o tempo atual.

Nosso objetivo, portanto, se tornou analisar o presente da linguagem fascista no Brasil, pois queremos entender como se dá o processo que estabelece subjetividades



fascistas nos indivíduos. Focamos na linguagem pelo o entendimento de que ela representa a forma mais eficaz de persuadir coletividades ao agenciamento coletivo de enunciação. Para isso foi necessário entender como funciona toda a estrutura que determina a lógica sociotécnica de interação humana que estabelece o “local” onde esses atos de fala acontecem, ou seja, majoritariamente na internet. Objetivamos esse local e entendemos que ele não é um espaço fechado, mas um espaço múltiplo, um “rizoma” que compreende vários “lugares” que se cruzam ou se repulsam, mas que mantém uma “lógica em comum”, uma ideia força, uma tendência trans-histórica.

É por essa razão que a emergência da História do Tempo Presente como um campo disciplinar consolidado não pode ser dissociada das rupturas epistemológicas provocadas pelas grandes tragédias do século XX, que redefiniram o papel do historiador e sua relação com o objeto de estudo. No cerne dessa transformação, como bem pontuado por Henry Rousso (2016, p. 106), encontra-se um novo espaço historiográfico profundamente marcado pela lembrança e pelo efeito residual da “catástrofe”. Não somente para reafirmá-la, mas também para ressignificar, como visto no caso dos negacionismos em relação à Ditadura Civil Militar de 1964 – 1985, ou tantos outros operados no Brasil presente.

Isso nos leva a rejeitar a “ilusão da objetividade” (ibidem) de que os historiadores não podem ou devem lidar com problemas do presente. Há uma necessária responsabilidade para com isso e somente um método que dê conta desse problema pode nos trazer modelos aplicáveis. É nessa questão que obtemos na História do Tempo Presente nossa fundamentação. Exatamente no risco de o historiador se tornar um mero “técnico” que ordena e narra acontecimentos sem cruzar contextos da documentação, em busca de uma fidelidade dos acontecimentos que pode paralisar a análise em favor de uma posição que se limitaria em dar voz à fonte sem a devida mediação crítica. É o que François Bédarida (2001) aponta em pensar a crítica e a responsabilidade do historiador.

Vivemos nesta era da desinformação e das “Fake News”. No meio de negacionismos e revisionismos históricos. Narrativas falsas sobre eventos recentes são criadas o tempo todo para fins políticos. A importância da História do Tempo Presente nesse ambiente reside no seu rigor metodológico e historiográfico. Ao contrário de somente observar e coletar uma informação, um post em rede social ou uma opinião sem base, o historiador do tempo presente cruza fontes, verifica dados e, mais importante, contextualiza fatos. É uma ferramenta de defesa da sociedade

contra o revisionismo mal-intencionado e o esquecimento conveniente. Por esse motivo entendemos a importância da História do Tempo Presente enquanto uma arma contra uma amnésia coletiva. Tudo isso através de um profundo exercício de responsabilidade social e ética.

Entender isso é entender que a História do Tempo Presente pode deslegitimar narrativas do presente. Contextualiza-las e apresenta-las a sua própria historicidade. Isso exige uma ética evidente por parte do historiador, uma honestidade com suas fontes e seus objetivos metodológicos e teóricos. É contribuir para que eventos e contextos presentes não sejam tratados como “naturais” ou “inevitáveis”, mas sim resultados de processos históricos complexos que reverberam no presente.

Os usos políticos do passado também são uma temática central dentro da História do Tempo Presente, ainda mais para esta tese, pois, a extrema direita contemporânea não apenas interpreta o passado, mas o mobiliza ativamente como uma arma da sua guerra cultural. Nesse cenário, a construção de uma “história paralela”, ou como definimos, uma “mito-história”, deixa de ser apenas uma estratégia retórica e torna-se um produto de consumo digital altamente sofisticado.

O ponto de partida para compreender esse fenômeno é a rejeição dos canais tradicionais de debate histórico. A arquitetura das plataformas digitais facilitou um processo de “desintermediação” radical, permitindo que coletivos marginalizados contestassem a autoridade epistemológica de historiadores, cientistas e da imprensa institucional. Essa destruição do prestígio acadêmico resultou na substituição do rigor metodológico pela figura do “influenciador intelectual”, cuja legitimidade provém do engajamento algorítmico em detrimento da validação por pares. Ao eliminar esse intermediário acadêmico ou profissional, cria-se a ilusão de um acesso direto à “verdade oculta”. O usuário, ao receber um vídeo no YouTube ou uma corrente de WhatsApp, não se sente um aluno passivo, mas um iniciado que descobriu aquilo que “o sistema” tentou esconder. Essa sensação de descoberta é fundamental para a interpelação ideológica, pois transforma o consumo de desinformação em um ato de rebeldia intelectual.

Deste modo, todo o passado pode ser remodelado ao critério e interesses de determinados grupos. A extrema direita brasileira, por exemplo, ao tentar reinterpretar o período da ditadura militar ou ao negar consensos historiográficos sobre a escravidão, ao desqualificar o debate sobre gênero ou, sobre o processo de colonização e, até mesmo sobre a memória recente do Oito de Janeiro de 2023 atua

no presente preenchendo o vazio resultante da negação da academia com o que Rouso (2016, p. 227) chama de um “tempo vertical” ou uma história das representações que privilegia a fundação de mitos nacionais em detrimento da complexidade própria das relações históricas.

Nesse âmbito que também se abre uma lacuna para a fundamentação de “mitos conspiratórios” como forma de explicar a razão de haver uma “verdade oculta” que “seu professor de história escondeu de você”. Entretanto, essa “história paralela” precisa de uma roupagem de credibilidade. É aqui que entra a estética do documentário e a mimetização da forma acadêmica, como apontado por Cesarino (2022, p. 67). Ao mesmo tempo que rejeitam a academia emulam um intelectual *outsider* (o intelectual influencer), uma *alt-science*<sup>4</sup>, que seria a revelação da “verdade oculta”. Uma espécie de *novilingua* acadêmica que busca a extrema simplificação das composições.

Esse processo culmina na estruturação do que chamamos de “ecossistema dissociativo fascistizante”, no qual a história é customizada para confirmar os preconceitos do usuário e é entregue pelo que identificamos como “fascismo *on-demand*”, em que a demanda por uma narrativa que justifique ressentimentos pessoais é prontamente atendida pela oferta algorítmica. Dentro dessas “câmaras de eco”, o contraditório deixa de existir. Qualquer tentativa de correção histórica vinda de fora é vista não como um fato, mas como um ataque do “inimigo” (a academia esquerdista, a mídia profissional, os traidores da pátria, etc.).

Nessa perspectiva que entendemos ser profícua a aproximação do conceito de fascismo grupuscular de Roger Griffin (2003), pensando as micropolíticas fascistas de Guattari para formular nossa categoria de fascismo *on-demand*. Espécie de reterritorialização do fascismo através do consumo fragmentado de fluxos fascistizantes disponibilizados de forma personalizada e em pronta entrega. A centralização, como no século XX, aqui, se torna desnecessária para a interpelação ideológica. Ainda assim, ao ser capturado por algum fluxo deste rizoma *on-demand*, identificamos que a desterritorialização da “unidade” fascista tende a se reterritorializar dentro de uma lógica mitológica do passado-presente.

4

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/b3DhgtmpNW8FZMdSNqDY6Ht/?format=html&lang=en> Acesso em 01/02/2026

Para isso organizamos a pesquisa de uma forma em que a teoria e análise direta das fontes dialoguem. Optamos por começar por questões teórico-metodológicas. No capítulo de número 2 buscamos fazer uma reflexão historiográfica que pudesse nos apresentar estas questões teórico-metodológicas que servissem de quadro para a sequência do texto. Achamos imprescindível deixar claro o que pensamos sobre fascismo, para que não haja dúvidas sobre o que falamos. Sabemos que o próprio fascismo é um campo em disputa e que os usos políticos de sua história compreendem também uma arma sociológica. Fundamentalmente entendemos, logo de início, que explicar o que é o fascismo é primordial para o decorrer do trabalho. Para isso nos valem de diversos autores de diversos momentos e de diversas correntes a fim de poder abranger de forma satisfatória o que é o fascismo nesta tese.

O objetivo deste capítulo é, portanto, trazer uma revisão historiográfica que compreenda não só o conceito de fascismo em si, mas suas variantes, bem como conceitos desenvolvidos a partir dele. Portanto fundamentar o decorrer da tese. Principalmente chamamos a atenção para o fascismo histórico, perspectivas mais amplas como o “fascismo eterno” e “fascismo genérico”, mas também as relações do fascismo com a economia e o capitalismo, bem como o fascismo enquanto cultura política grupuscular, suas micropolíticas, sua estrutura psicológica e o consumo *on-demand* de seus fluxos nas plataformas digitais que permitem o processo de fascistização através dos agenciamentos coletivos de anunciação de uma determinada linguagem.

O capítulo de número três versa sobre o “lugar” que determina a difusão do nosso objeto. Se nossas fontes estão presentes, em sua imensa maioria, em um ambiente cibernético, é também imprescindível que expliquemos as dinâmicas que compõem as interações sociais na internet. Achamos importante, aqui, pensar principalmente uma “ideologia do Vale do Silício” e analisar como a promessa inicial de democratização e liberdade, que seria proporcionada pela internet, foi substituída por dinâmicas nocivas sob o controle das *big techs*. Sendo que essas dinâmicas estão fundamentadas na tal ideologia repercutida pelos seus principais agentes.

Além disso, procuramos objetivar neste capítulo como a arquitetura das plataformas digitais e a lógica algorítmica operam no núcleo da subjetividade humana, criando as condições necessárias para o estabelecimento do que definimos como um ecossistema dissociativo fascistizante no Brasil e como esse ecossistema é operado reafirmando as premissas ideológicas do “Vale do Silício”.

Esse ambiente reproduz o que definimos como “sociedade digital”, uma espécie de sociedade de exploração e interpelação cognitiva que tem na comunicação online o ponto crucial da organização humana e da produção da personalidade. Nesse sentido pontuamos como essa “sociedade digital” está ancorada em um “capitalismo de plataforma” desenvolvido por Nick Srnicek (2017), em que a interação econômica se torna ponto importante da personalidade. Isso reflete na apresentação de dois outros conceitos, o de “economia da atenção” (Williams, 2018) e de “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2019), que são complementares no nosso entendimento. Estas três categorias demonstram como as corporações tecnológicas não apenas automatizam o fluxo de informação, mas buscam automatizar as próprias pessoas, moldando seus comportamentos em prol de interesses econômicos e de poder político.

Outro objetivo central deste capítulo é desvelar a lógica intersubjetiva que rege a sociedade digital brasileira, analisando a transição da redemocratização à ascensão da antidemocracia fascistizante. Investigamos como os algoritmos das redes sociais, ao explorarem a atração humana pela discórdia para maximizar o engajamento, acabam por autorreforçar “câmaras de eco” e “bolhas de filtro” que adestram os indivíduos ao ódio e à rejeição da alteridade. É nesse ambiente de captação extrema de dados e escassez de atenção que se consolida a dissonância cognitiva coletiva, sustentada pela tríade identificada do mito conspiratório, do negacionismo e da desinformação.

Esse capítulo nos serve para compreender, nos capítulos subsequentes, como essa infraestrutura técnica foi instrumentalizada para a radicalização política e a tentativa de ruptura democrática no país. Serve para compreender que o processo de fascistização não decorre de uma ação individual, mas resulta de uma operação intersubjetiva orquestrada dentro de um modelo comunicacional que privilegia a radicalização política por engajamento.

O capítulo seguinte, de número quatro, dedica-se a investigar a intersecção entre as doutrinas de defesa e a radicalização política no ambiente digital brasileiro. O objetivo central deste capítulo é analisar como o ecossistema dissociativo fascistizante utiliza táticas de “ciberguerra cultural” para manipular agenciamentos coletivos de enunciação e produzir subjetividades conformes a projetos autoritários. A ideia é compreender como traumas e “passados inacabados” são mobilizados como armas retóricas no agora para impor interpretações negacionistas da própria realidade prática.

Fazemos uma reflexão sobre o conceito de “guerra” e de paleoconservadorismo norte americano, que visa subjugar a vontade do “inimigo” através da desestabilização emocional e da hiperpolitização da vida cotidiana. O capítulo busca identificar como essa perspectiva bélica foi adaptada ao cenário nacional, transformando o dissenso democrático em uma clivagem maniqueísta entre “amigo e inimigo” em caráter de guerra psicológica. Buscamos examinar o fenômeno da “mito-história”, no qual o passado é readequado para servir de álibi a projetos políticos presentes. Examinamos também como o negacionismo histórico, especialmente em relação à Ditadura Civil-Militar, é empregado para construir uma memória idealizada de uma “idade do ouro” que justificaria a ruptura institucional contemporânea.

Esse pano de fundo apresenta um eixo fundamental desta seção que é a análise técnica do Manual de Operações Psicológicas do Exército (C 45-4), evidenciando as simetrias entre a doutrina militar de persuasão e as estratégias de comunicação da extrema direita. Investigamos a aplicação do conceito de “ideias-força”, definido militarmente como conteúdos que capitalizam motivações e ressentimentos pré-existent para gerar comportamentos predeterminados. Sustentamos que a ideia-força central operada no Brasil é o mito conspiratório, que funciona como o lugar comum para técnicas de desinformação e negacionismo destinadas a anular a consciência crítica das massas.

O capítulo também se debruça sobre a figura de Olavo de Carvalho, identificado como o principal intelectual mediador da linguagem fascistizante no país. Analisamos como o “olavismo” sofisticou o mito do complô ao importar premissas do paleoconservadorismo estadunidense e fundi-las com o anticomunismo paranoico das Forças Armadas do Brasil, operando também uma bem sucedida rede digital com diversos “alunos”. Através da denúncia de uma suposta “revolução cultural” gramsciana, Carvalho logrou converter a política em uma guerra espiritual do “bem contra o mal”, sacralizando a política e a rejeição explícita da alteridade.

O capítulo seguinte, de número cinco, aborda a etapa da pesquisa dedicada a desestruturar os agentes e as engrenagens que compõem a máquina de difusão linguagem fascistizante no Brasil contemporâneo. O objetivo central deste capítulo é analisar como o ecossistema dissociativo fascistizante conta com uma infraestrutura técnica e estética que possibilita a difusão e a legitimação de desinformações, negacionismos e discursos radicalizantes, conferindo-lhes um ar de “verdade” ou autoridade intelectual.

É a partir deste capítulo que analisamos de forma mais direta – apesar de estar implícito anteriormente – o conceito de grupuscularidade de Roger Griffin (2003) com a noção de fascismo *on-demand* desenvolvida neste trabalho. Entendemos que a extrema direita moderna abandonou a estrutura de partido único para se organizar em um rizoma de células “autônomas” que se reterritorializam sob o estímulo do mito conspiratório. Nesse cenário, o capítulo propõe uma divisão do ecossistema em três grupos de agentes para tornar a análise empírica factível: o primeiro grupo, composto pelas chamadas “Junk News”, empresas de multimídia e “Think Tanks”; o segundo, formado por *influencers* (parlamentares, militares, lideranças religiosas e blogueiros); e o terceiro, observado de forma mais densa no capítulo seguinte a este, que representa o senso comum produzido por essa linguagem, composto pelas pessoas comuns que replicam essa linguagem em redes de mensagens.

Por fim, este capítulo investiga a organização transnacional da linguagem fascistizante, caracterizando o movimento como uma “Internacional Fascista”. O objetivo é revelar como a extrema direita brasileira se conecta a redes globais de militância e financiamento, como o *The Movement* de Steve Bannon e as conferências da *Conservative Political Action Conference* - CPAC, operando uma transferência tecnológica de táticas de desestabilização institucional e desinformação.

Se os capítulos anteriores se dedicaram a desestruturar a arquitetura técnica da sociedade digital e a identificar os mediadores intelectuais e militares do radicalismo, o capítulo de número seis se volta para a “ponta final” do ecossistema dissociativo: as pessoas comuns, os eleitores de base e os participantes de comunidades virtuais que consomem e replicam a gramática produzida pelos núcleos formuladores. O objetivo central é realizar uma investigação de como a linguagem fascistizante operou na prática cotidiana brasileira, transformando o dissenso político em uma luta existencial e espiritual contra um inimigo construído artificialmente. Constituímos aqui o núcleo da análise empírica e da aplicação prática do arcabouço teórico construído anteriormente.

Utilizamos primordialmente neste capítulo grupos de “chats” no Telegram salvos entre 2020 e 2023. São aproximadamente 30 grupos disponíveis com milhões de participantes e milhões de mensagens e interações. Visamos uma análise qualitativa desse banco de dados robusto e selecionamos a utilização do maior grupo disponível, o “B-38”, como grupo primário. Além disso utilizamos outros grupos e publicações em perfis de redes sociais como fontes secundárias. Buscamos, assim, observar como os

agenciamentos coletivos de enunciação produzem subjetividades que rejeitam a alteridade e a evidência científica em prol de um ecossistema dissociativo.

Os objetivos específicos desta seção organizam-se em torno de três eixos temáticos fundamentais que mobilizaram a sociedade brasileira no período recortado. O primeiro eixo foca na pandemia de COVID-19, analisada aqui como um laboratório de radicalização no qual o negacionismo sanitário e a desinformação sobre a origem do vírus e a eficácia das vacinas serviram para desarticular o contrato social e a autoridade científica. Buscamos identificar como narrativas sobre o “tratamento precoce” e o complô das elites globais foram instrumentalizadas para criar um estado de prontidão e pânico moral. O segundo eixo dedica-se ao processo eleitoral de 2022 e à subsequente tentativa de golpe de Estado, cartografando como termos como “fraude”, “voto auditável” e a interpretação deturpada do “Artigo 142” prepararam o terreno subjetivo para a insurgência de Oito de janeiro de 2023.

Por fim, o capítulo busca identificar os aspectos do mito conspiratório no Brasil através das categorias de “Agenda 2030”, “Globalismo” e “Marxismo Cultural”. O objetivo é analisar como esses conceitos se aglutinam para fundamentar uma identidade coletiva paranoica, na qual a realidade prática é substituída por uma “eupistemologia” (Cesarino, 2022) que permite ao indivíduo sentir-se detentor de uma verdade oculta contra um “sistema” corrompido. O que pretendemos revelar, em última instância, é a operacionalidade do fascismo *on-demand*: uma estrutura rizomática na qual o radicalismo de direita é consumido de forma personalizada, reterritorializando os sujeitos em uma unidade agressiva contra as instituições democráticas e a pluralidade social. Com esta introdução, estabelecemos o roteiro para exibir a gramática do ecossistema dissociativo que colocou a democracia brasileira em risco real de extinção.

Para finalizar encerramos com uma célere conclusão e reflexão final que abordamos os êxitos e os problemas que essa tese suscitou. Buscamos também refletir sobre respostas a esses problemas e como podemos lidar com eles. Tentamos objetivar uma certa criticidade e o papel do historiador frente a esses eventos e essa estrutura que se torna cada vez mais evidente e, sem dúvida, perigosa.

Sobre as fontes e algumas notas metodológicas.



Reservamos um espaço nesta introdução para apresentar algumas reflexões sobre questões metodológicas da História do Tempo Presente em tempos de História Digital. Para isso é importante apresentar rapidamente a tipologia de fontes aqui utilizada e como construímos um quadro teórico e metodológico que desse conta do desafio de pensar o ecossistema dissociativo fascistizante na sociedade digital do Brasil.

Claramente as fontes presentes nessa pesquisa são, em sua grande maioria (exceto livros físicos), digitais. Além disso, elas se caracterizam também, em sua maioria, em fontes escritas. Primordialmente as fontes se constituem nessa tipologia, escritas e digitais. Secundariamente elas podem se encontrar em livros e imagens, como “memes” e fotos. Optamos também por retirar um “*print screen*” das publicações que utilizamos em vez de transcreve-las. Entendemos que, ao ter essa atitude, preservaríamos a estética oriunda da fonte, o que compreendemos ser importante para o contexto.

Outra questão importante é que, nesta tese, optamos por suprimir os nomes de pessoas não públicas mencionadas ao longo do texto, com o objetivo de preservar a integridade, a privacidade e o anonimato dos indivíduos envolvidos, especialmente por se tratar de sujeitos que não ocupam posição de destaque público e que, portanto, não deram consentimento explícito para terem suas identidades expostas em um trabalho acadêmico de ampla circulação. Tal procedimento está em consonância com discussões éticas recorrentes na historiografia, particularmente no campo da história oral e da captação e uso de fontes digitais pessoais e sensíveis, que recomendam a proteção de indivíduos comuns frente a exposições indesejadas ou potencialmente desvantajoso em alguns entendimentos, sobretudo quando o relato envolve situações de caráter íntimo, político ou conflituoso.

Por outro lado, mantivemos inalterados os pseudônimos e “*nicknames*” empregados pelos próprios sujeitos, na medida em que estes constituem identidades voluntariamente construídas e assumidas no contexto investigado, não configurando, assim, quebra de anonimato em sentido estrito, além de possuírem relevância documental e narrativa para a compreensão do objeto de estudo. Da mesma forma, preservamos os nomes de personalidades públicas, como políticos, militares e influenciadores, uma vez que tais indivíduos, em virtude de suas atuações e posições públicas, estão sujeitos a um menor grau de expectativa de privacidade quanto a atos,

declarações e eventos de repercussão pública, sendo sua identificação essencial para a precisão factual e para a validade histórica da análise desenvolvida.

Nesse sentido nossas fontes se dividem em algumas categorias. Primeiro podemos citar livros digitais, como os livros de Olavo de Carvalho, Nikolas Ferreira, Coronel Brilhante Ustra, General Villas Boas, entre outros. Também utilizamos, como nos casos dos que ainda estão vivos e/ou disponibilizados na internet, postagens de seus perfis oficiais e de suas páginas e/ou blogs. Procuramos sempre fazer esse cruzamento entre o livro formal e a retórica online, quando possível.

Uma segunda categoria importante é composta pelos manuais do Exército Brasileiro, principalmente o “Manual de Operações Psicológicas” e o “Manual de Campanha de Operações de Informação”, e por trabalhos acadêmicos de militares, como do Coronel Fábio Martins da Silveira. Essas fontes foram importantes para compreendermos como a estratégia militar estava presente em nosso trabalho. Nesta categoria entendemos que também está presente o manifesto político “Projeto de Nação: o Brasil em 2035”. Panfleto esse organizado pelo “Instituto Sagres”, espécie de “Think Tank” militar não oficial que apresenta uma “visão de mundo” de determinado grupo da caserna. Além disso, fontes oriundas do “Instituto Villas-Boas” também serão usadas nesse recorte temático militar.

Outra categoria que é importante salientar são as fontes jurídicas e parlamentares. Em poucos momentos utilizamos transcrições de falas no parlamento, no senado e no Supremo Tribunal Federal, porém, as fontes mais presentes são relatórios das CPIs e CPMIs, como a da Pandemia de COVID-19, do Oito de janeiro de 2023 e das “Fake News”. Além disso destaque também inquéritos sobre os Atos Antidemocráticos, das Milícias Digitais e “Fake News”, bem como relatórios da Polícia Federal, pareceres da Procuradoria Geral da República e decisões do Supremo Tribunal Federal. Vemos nessa categoria uma forma de fundamentar juridicamente e com fontes oficiais nossas premissas que já nos eram familiares antes mesmo da disponibilidade delas, o que permitiu confrontar, qualificar e tensionar hipóteses previamente formuladas ao longo da pesquisa.

Buscamos evitar uma utilização meramente confirmatória da documentação por meio da triangulação entre diferentes conjuntos de fontes. A análise dos grupos digitais foi constantemente confrontada com documentações institucionais, relatórios parlamentares, investigações policiais, materiais jornalísticos e bibliografia especializada. Esse procedimento teve como objetivo reduzir interpretações

dependentes de um único conjunto documental e ampliar a consistência analítica das hipóteses formuladas.

Podemos citar também os sites oficiais de veículos jornalísticos profissionais e de “Junk News”. Em diversos momentos recorremos a reportagens de veículos da imprensa tradicional para fundamentar o contexto de determinados eventos ou acontecimentos.

Por fim, mas não menos importante, utilizamos publicações em redes sociais dos agentes objetivados e mais de trinta “backups” de grupos, perfis e “chats” oriundos do “Telegram”. Essa categoria representa diretamente o objetivo final desta tese.

Aqui um ponto importante. Para as fontes oriundas do Telegram nos tivemos que pensar critérios metodológicos específicos. De início pensamos em utilizar ferramentas de software baseado em Python para poder dar conta de uma massa de dados tão robusta. Entretanto descartamos essa opção por diversos motivos. A partir disso optamos por fazer de forma “orgânica”, procurando por palavras chave e termos que entendíamos responder nossos questionamentos diretamente nos grupos. Após isso, com o desenvolvimento da pesquisa optamos pela utilização da plataforma Google Notebook LM para a tabulação dos dados.

Logo ao começar escrever o último capítulo, (único capítulo escrito com o auxílio exclusivo desta plataforma) compreendemos que a utilização desta plataforma era profícua. Selecionamos o grupo “B-38” como base e separando o banco de dados deste grupo alimentamos a plataforma com essas informações e criamos tabelas com citações que abordassem as temáticas de nosso interesse.

A utilização do Notebook LM deve ser compreendida como uma etapa auxiliar de organização documental e não como procedimento autônomo de análise. A plataforma foi empregada para facilitar a identificação preliminar de recorrências temáticas em um corpus composto por milhões de mensagens e interações. Contudo, todas as inferências mobilizadas nesta tese foram submetidas a conferência manual posterior.

Assim, a ferramenta não substituiu o trabalho interpretativo do pesquisador. Sua função restringiu-se à gestão documental e à localização inicial de conteúdos potencialmente relevantes para os objetivos da pesquisa. A seleção final do material, sua contextualização e sua interpretação permaneceram integralmente dependentes da leitura crítica das fontes.

A escolha do grupo “B-38” como corpus principal não decorreu de uma pretensão de representatividade estatística em relação ao conjunto dos grupos analisados. Nosso objetivo não foi produzir uma amostragem quantitativa da extrema direita digital brasileira, mas observar qualitativamente os processos de circulação, estabilização e reprodução de determinados repertórios discursivos. O grupo foi escolhido em razão de três características fundamentais: sua longevidade, tamanho, o elevado volume de interações registradas e a diversidade de temas mobilizados pelos participantes. Tais elementos permitiram acompanhar, em um mesmo espaço digital, diferentes manifestações daquilo que definimos como linguagem fascistizante.

Além disso, o grupo apresentava uma vantagem metodológica relevante: sua capacidade de condensar temas, narrativas e conflitos que também apareciam de forma recorrente nos demais grupos observados durante a pesquisa. Dessa maneira, ele foi mobilizado menos como uma amostra representativa e mais como um observatório privilegiado para a compreensão de dinâmicas discursivas que atravessavam o conjunto do ecossistema investigado.

Deste modo, reiteramos, escolha do grupo “B-38” não decorreu de uma pretensão de representatividade estatística do corpus, mas de sua relevância qualitativa para a observação dos processos investigados. Seu volume documental, permanência temporal e densidade de interações permitiram acompanhar a circulação de narrativas, a sedimentação de repertórios discursivos e a estabilização de formas de linguagem fascistizante.

Do ponto de vista metodológico, nossa unidade de análise não corresponde à postagem individual considerada de forma isolada. O foco da pesquisa recai sobre encadeamentos discursivos, padrões de recorrência, reiteraões semânticas e formas coletivas de organização do discurso. Em outras palavras, objetivamos menos uma determinada mensagem específica e mais os processos pelos quais certos enunciados são repetidos, reformulados e compartilhados até adquirirem estabilidade relativa dentro dos grupos observados.

Essa escolha decorre diretamente da própria hipótese da tese. Se trabalhamos com a noção de agenciamentos coletivos de enunciação, então a linguagem fascistizante não pode ser compreendida apenas pela leitura de manifestações individuais, mas pelos modos como diferentes participantes contribuem para a reprodução de gramáticas políticas comuns.

O objeto da análise, neste caso, não é o indivíduo isolado, mas os processos coletivos de produção e circulação dos enunciados. Assim sendo, a analítica desta pesquisa não corresponde à postagem individual, ela objetiva os encadeamentos discursivos constituídos por conjuntos de interações, repetições, reformulações e comentários. Nosso interesse recai sobre os processos pelos quais determinados enunciados são estabilizados coletivamente, transformando-se em repertórios recorrentes de interpretação da realidade.

O Notebook LM, assim, foi utilizado exclusivamente como instrumento auxiliar de organização documental. Sua função consistiu em facilitar a identificação preliminar de recorrências temáticas em um corpus de grande escala. A análise propriamente dita permaneceu dependente da leitura qualitativa e da conferência manual dos materiais.

Essa metodologia facilitou muito o processo de extração de dados e também o processo criativo. Reduzindo o trabalho “braçal” de revisão das fontes, impossível para um ser humano devido a intensa quantidade, a utilização desta plataforma nos deixou mais livres para pensar a análise crítica em vez de somente reproduzir as postagens de forma asséptica. É importante salientar que, com a realidade da imensa massa de dados que a História Digital dispõe, plataformas como essa se tornam ferramentas indispensáveis para estudos desse porte. Inclusive abrindo perspectivas que possam ser continuadas após a finalização desta tese.

Além do que a adoção desse procedimento permitiu enfrentar esse desafio central colocado pela História Digital contemporânea: a análise qualitativa de massas documentais de grande escala. O recurso a ferramentas de organização e triagem não eliminou a necessidade da leitura crítica das fontes, mas tornou possível transformar um problema técnico, a abundância documental, em uma questão metodologicamente administrável.

Mais do que automatizar a pesquisa, tais recursos permitiram concentrar esforços analíticos na interpretação histórica dos dados, preservando a centralidade do trabalho hermenêutico do pesquisador diante de um volume documental que ultrapassaria as possibilidades tradicionais de leitura integral.

Tendo isso em vista é importante concluir estas rápidas reflexões com nosso fluxo de trabalho para deixar mais claro como evitamos que a ferramenta apenas confirmasse aquilo que já esperávamos encontrar (ou não). Neste caso vale explicar o passo a passo de como os dados foram tratados, da coleta até a análise final.

O ponto de partida foram os "backups" do grupo "B-38", extraídos do Telegram. Esse material foi dividido em cerca de 80 arquivos, cada um com em média 200 páginas, para que pudesse ser processado pela plataforma Notebook LM.

Com os arquivos carregados na ferramenta, o passo seguinte foi organizar esse volume de mensagens de forma que fosse possível navegar por ele. Aqui a plataforma funcionou como um gestor de documentos, ela não interpretava o conteúdo por nós, apenas ajudava a localizar trechos relacionados a determinados temas ou palavras-chave dentro de uma massa de dados grande demais para ser lida integralmente por uma pessoa.

A partir dessa organização, buscamos por temas e palavras-chave ligados à nossa pesquisa, mas tomamos um cuidado importante e não usamos apenas os termos que já esperávamos confirmar. Também procuramos por formulações contrárias, discordâncias dentro do próprio grupo e mensagens que fugiam do padrão esperado. Quando encontrávamos uma citação relevante, ela era separada, mas sempre conferida dentro do contexto da conversa em que apareceu e não isolada, como se fosse uma frase solta. Isso evitou que um trecho tirado fora de contexto parecesse confirmar algo que, na conversa completa, tinha outro sentido.

Só depois dessa triagem é que entrava o trabalho de interpretação. Cada citação selecionada foi conferida manualmente, comparada com a fonte original e registrada em "*print screen*". Casos que não se encaixavam bem nas categorias que já tínhamos definido não foram descartados, pelo contrário, serviram para revisar essas categorias sempre que necessário. A ferramenta ajudou a encontrar e organizar o material, mas todo o julgamento sobre o que aquilo significava, e como se encaixava (ou não) na pesquisa, foi feito por nós.

Esse fluxo deixa claro que a plataforma cumpriu uma função de apoio na etapa de organização e busca, mas não substituiu o trabalho de leitura crítica, que continuou sendo feito manualmente do início ao fim.

## 2 FASCISMO

Ao definir o objetivo da tese nos ficou claro que o primeiro esforço deveria ser uma revisão criteriosa dos conceitos que vamos mobilizar no decorrer do texto. Desde os primeiros debates sobre o encaminhamento do trabalho, tivemos em consenso que a maior complexidade de apresentar as evidências em relação às nossas hipóteses seria definir de forma satisfatória o que entendemos por *fascismo*. Esta posição exige, até mesmo, um certo nível de coragem. Coragem, pois estaremos tratando de uma categoria que gera um grande mal-estar – ou ao menos deveria – nos agentes que são atrelados a elas e é motivo de desentendimentos, críticas e, até mesmo, violência.

Sabe-se que esse é um grande desafio no História do Tempo Presente, exatamente por estar inserido em um campo que se apresenta enquanto “um esporte de combate”, fazendo alusão à frase célebre de Bourdieu (Carles, 2001). Campo em que, por muitas vezes, reproduz um embate de forças para aproximar a categoria aos interesses conformes de determinados grupos. Neste sentido, logo de início, busca-se suprimir esse primeiro desafio a fim de deixar explícito e de forma satisfatória quais são nossos referenciais para falar sobre fascismo. A estratégia para tal é fundamentar todo um campo de análise com o levantamento historiográfico e reflexões sobre os principais conceitos atrelados aos termos usados na tese, a fim de criarmos as bases teórico-metodológicas para, adiante, partirmos para a análise empírica das evidências e dados coletados. O conceito de fascismo, bem como suas variações, é nossa porta de entrada para isso.

Isso se justifica, pois há, atualmente, um esforço e um embate extenso sobre a conceitualização do fascismo no Brasil. Não que seja uma especificidade local ou do presente. Porém a animosidade existente na sociedade brasileira dos últimos anos pode ser um indício do porquê este debate esteja presente de forma enérgica tanto no público em geral, quanto na academia. Houve, sem dúvida, uma publicização do termo fascismo durante a década de 2010, que correu em paralelo com a popularização da internet.<sup>5</sup> Não buscamos atrelar como *causa e efeito* a relação entre a popularização da vida online com a ascensão do debate político sobre extremismo no país, mas devemos pontuar que foi uma situação que contribuiu para publicização do termo.

---

<sup>5</sup> Adiante trataremos diretamente sobre a questão da internet e os debates relacionados à rede.

Esse “novo” “campo político” cibernético na sociedade digital, fazendo novamente uma releitura de Bourdieu (2011), diferentemente do que pensavam aqueles mais otimistas de décadas atrás, marginalizou o debate em muitos casos em vez de democratizá-lo. Ao mesmo tempo, essa condição aproximou pesquisadores sérios sobre o tema. Costuma-se pensar que as plataformas nivelam o debate para baixo, entretanto, elas também possibilitam uma aproximação entre profissionais da área, o que fez crescer a rede de pesquisadores acadêmicos do fascismo no Brasil (caso em que consideramos estar inseridos).

Neste sentido concordamos que o uso do termo de forma performática, com o intuito de agitação, traz problemas ao rigor que ele deve ser empregado. Ao tornarmos os conceitos algo disforme, esvaziando todas as categorias, contextos e particularidades que os compõem, eles perdem o sentido e a utilidade, gerando mais desinformação do que estabelecendo vantagens para a interpretação de algum fenômeno. Essa é uma justificativa que deve ser levada em conta em todo e qualquer trabalho ético das ciências humanas e o ponto que tomamos como partida para alcançar nossos objetivos.

Salientamos, portanto, que o fascismo no Brasil não se estabeleceu ou surgiu no presente, nem “a partir de 2013” como algumas leituras apresentam, muito menos o estudo sobre tal. Apesar do debate público pautar uma suposta falta de critério ao definir o conceito de fascismo, existem inúmeros trabalhos que abordam essa temática, sejam eles diretamente sobre o fascismo histórico do século XX, sejam sobre recortes de movimentos brasileiros ou recortes teóricos e/ou metodológicos, em diversas temporalidades e espaços.

Demonstraremos de forma prática essas questões a seguir em uma subdivisão pensada *a priori*. Segmentamos o conceito de fascismo em sete pontos a se desenvolver. Ponto 1) o fascismo histórico do século XX e sua existência na Europa e Brasil. Ponto 2) o fascismo genérico e fascismo eterno. Dois conceitos trabalhados por Robert O. Paxton e Umberto Eco, respectivamente, que transcendem o termo fascismo pensado de forma fechada, buscando um pensamento que supere a limitação de ver o fascismo somente nos movimentos e regimes do entre guerras do século XX. Ponto 3) as relações entre o fascismo e a economia, principalmente a relação duvidosa de combate ao capitalismo e ao liberalismo presente no discurso do fascismo histórico. Esse é um ponto interessante para deixarmos de reduzir o conceito



de fascismo ao discurso fascista do século XX. Mostra a maleabilidade do conceito através de sua relação econômica com os locais onde se desenvolve.

Ponto 4) uma revisão sobre os termos derivados do fascismo definidos como neofascismo e pós-fascismo, bem como as relações com movimentos conservadores, tradicionalistas e reacionários. Ponto 5) uma análise do fascismo enquanto cultura política, sua característica atual grupuscular e sua difusão online *on-demand*. Este ponto é de extrema importância, pois delimita uma função do fascismo além das condições de regime que ele se apresentou durante a primeira metade do século XX.

Ponto 6) uma análise do conceito de micropolíticas fascistas que operam nessa sociedade digital. Ao nos distanciarmos do conceito de fascismo histórico, reduzido aos fascismos do século XX, visualizamos uma forma de interpretar o fascismo muito mais complexa e densa. O conceito de micropolíticas fascistas nos ajuda a entender como o fascismo serve de indutor comportamental e constrói subjetividades internalizando uma espécie de personalidade que se fascistiza. É nesse sentido que, no ponto 7, entendemos ser adequado falar de processo de fascistização do indivíduo através da linguagem em uma determinação de estruturas psicológicas do fascismo.

Esperamos, após essa revisão de diversas nuances sobre o fascismo, tornar o conceito situado dentro do nosso espectro interpretativo. O objetivo desta primeira parte é contextualizar o conceito no período atual, revisando o quadro teórico que evocaremos durante a tese dentro de uma perspectiva da História do Tempo Presente, no qual o presente dialoga com um passado recente que se mantém vivo dentro das relações práticas oriundas da sociedade atual.

Embora mobilizemos diferentes tradições interpretativas acerca do fascismo, nossa análise está organizada por uma distinção fundamental entre três níveis. O primeiro corresponde ao fascismo histórico, entendido como fenômeno politicamente localizado no contexto europeu do entreguerras. O segundo refere-se às adaptações contemporâneas desse repertório, frequentemente descritas como neofascismo ou pós-fascismo. O terceiro diz respeito às formas de circulação e reconfiguração digital desses elementos, sintetizadas na categoria de fascismo *on-demand*. As demais categorias utilizadas ao longo do texto possuem função complementar e derivam dessa estrutura analítica central.

## 2.1 O fascismo histórico

Nesse primeiro esforço em conceituar a categoria fascismo iremos utilizar de alguns autores que se debruçaram sobre o tema durante a história. Vemos a necessidade de recortar alguns autores, principalmente no âmbito brasileiro, pois há uma bibliografia imensa sobre a temática e debater todas as nuances de todos os autores é uma tarefa, não somente impossível em uma tese, mas desnecessária.

Isso se dá pelo motivo de que o fascismo é objeto de análise de pensadores desde o seu surgimento. Tanto no esforço de teorizá-lo, como no caso de Giovanni Gentile (1875 – 1944), seja para criticá-lo, como no caso de Benedetto Croce (1866 – 1952). Nessa definição incorporamos a premissa de Paxton (2007, p. 51) em que ele define de forma direta: “Se alguma coisa começa quando adquire um nome, podemos datar com precisão o início do fascismo: 23 de março de 1919 na reunião realizada na *Piazza de San Sepolcro*, em Milão”. Apesar de Paxton argumentar que o fascismo, ou categorias dele terem surgido anteriormente a este evento, definiremos como marco temporal do fascismo histórico esta data.

Para além desta data, Benito Mussolini (1883 – 1945) “apareceu” em “fins de 1914” defendendo a entrada da Itália na primeira guerra mundial, sendo assim expulso do Partido Socialista Italiano e se juntando com indivíduos que solidarizavam com sua campanha pró guerra. Nisto se estabelece o “Fascio Rivoluzionario d’ Azione Interventista” (Paxton, 2007, p. 15). Essa seria a antecâmara do fascismo italiano. Deste modo, depois do fim da primeira guerra mundial, Paxton explicita que “Mussolini criou o termo fascismo para descrever o estado de ânimo do pequeno bando de ex-soldados nacionalistas e de sindicalistas pró guerra” (Paxton, 2007, p.15).

O termo fascismo é oriundo etimologicamente da palavra *fascio*, como pudemos ver no grupo prévio ao movimento fascista estabelecido a partir de 1919. A palavra significa um feixe que remete ao *fascis latino*, uma espécie de “machado cercado por um feixe de varas que era levado diante dos magistrados”. (Paxton, 2007, p. 14). Era um símbolo de status e respeito em Roma, bem como significava a autoridade e unidade do Estado.

Mussolini, ao se reunir em Milão no domingo de 23 de março de 1919 com veteranos da guerra, sindicalistas apoiadores da guerra e intelectuais futuristas, declarou “guerra ao socialismo [...] em razão deste se opor ao nacionalismo” (Paxton, 2007, p. 16), bandeira que seria sua primeira investida. Este é a data de partida para

surgimento do programa fascista lançado algum tempo depois. É neste programa que se estabelecem as primeiras bases do “nacional-socialismo” de Mussolini. Questões que se transformariam mais tarde.

O movimento de Mussolini não se restringia ao nacionalismo e aos ataques à propriedade, mas fervilhava também de prontidão para atos violentos, de anti-intelectualismo, de rejeição a soluções de compromisso e de desprezo pela sociedade estabelecida, características essas comuns aos três grupos que constituíam a massa de seus primeiros seguidores: veteranos de guerra desmobilizados, sindicalistas pró guerra e intelectuais futuristas. (Paxton, 2007, p. 17)

Um importante autor brasileiro sobre o fascismo e o anticomunismo, Leandro Konder, na sua obra “Introdução ao Fascismo”, de 1977, demonstra bons passos para conceituar o fascismo um pouco além das questões restritas à história de Mussolini e seu movimento. Entendemos que essa obra é importante para as ciências humanas do Brasil, tanto pela sua coragem em publicar algo nesse sentido – minimamente crítico aos “nacionalismos” durante a ditadura militar, quanto por fazer parte da bibliografia base sobre o fascismo do país. Outra justificativa para citar essa obra se dá pelo caráter introdutório. Nosso objetivo é ir tornando mais complexo o conceito, acrescentando categorias e nuances a partir de uma conceituação geral. O livro de Konder nos dá essa possibilidade de pontapé inicial para que, a partir dele, possamos dialogar com outros autores.

Konder nos apresenta que apesar da “repulsa por ele [o fascismo] não nos impede de considerá-lo um dos fenômenos políticos mais significativos do século 20” (Konder, 2009, p. 21). Em consonância, Paxton (2007, p. 13), define que o “fascismo foi a grande invenção política do século XX, e também a origem de boa parte de seus sofrimentos”.

Konder explica que a importância de se estudar o fascismo se dá através de que a “intenção é apenas a de facilitar a participação do público brasileiro no importante batalha teórica que vem sendo travada há várias décadas no interior da literatura sobre o fascismo” (Konder, 2009, p. 22). Fazer esse diálogo entre um autor brasileiro e estrangeiros é importante.

Essa batalha teórica sobre a conceituação do fascismo continua acontecendo e Konder, ainda na década de 1970, também pontuava essa questão. Segundo o autor o fascismo é um tema de “alto teor explosivo” (Konder, 2009, p. 25) e é uma forte arma

no embate dentro do campo político. No presente podemos observar isso *in loco* ao vermos o conceito ser usado tanto por agentes do campo à esquerda, quanto à direita.

A esquerda estabelece no fascismo uma forma de estigmatizar movimentos de direita, por vezes de forma pouco criteriosa. Não é que estejam errados em todos os casos, porém, o uso do termo de forma indiscriminada nada acrescenta ao debate ético e sério sobre uma temática tão importante e complexa. É por essa razão que Konder escolhe enfatizar que o fascismo precisa ser objetivado sem se contaminar por questões afetivas.

É um equívoco tratar as características que compõem o fascismo como elementos inexoráveis. Konder explica que, por exemplo, “nem todo movimento reacionário” é fascista, muito menos o fascismo se resume aos conceitos de ditadura ou autoritarismo (Konder, 2009, p. 25). Apesar destas questões, o fascismo histórico, em seu surgimento, se estabeleceu na “história por meio de um ato de violência contra não apenas o socialismo, como também contra a legalidade burguesa, em nome de um pretensão bem nacional maior” (Paxton, 2007, p. 19).

Talvez por essa razão, a partir da violência contra seus inimigos, sejam socialistas ou burgueses, bem como através de um antiliberalismo meramente retórico, no campo da direita há um esforço para pautar o termo fascismo como algo ligado à esquerda. Isso acontece através da relativização dos movimentos fascistas e de um revisionismo empobrecido que distorce as reais posições dos fascistas, tanto dos regimes históricos, como de grupelhos modernos. É comum vermos uma ligação entre o negacionismo histórico, usos políticos do passado e discursos como “nazismo é de esquerda” ou “fascismo é de esquerda”, o que não tem referência na realidade<sup>6</sup>. Esse esforço se dá esclarecidamente com o objetivo de desqualificação do outro, que inclusive é também uma das características intrínsecas ao fascismo.

Apesar destes esforços monumentais em tentar distanciar o fascismo da direita, exatamente por agentes da direita em geral, não há como desvencilhar uma coisa da outra. Pois, “na realidade, o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie” (Konder, 2009, p. 27). Essa espécie se

---

<sup>6</sup> Um exemplo contundente é este texto publicado pelo “Think Tank” chamado Instituto Rothbart Brasil. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/o-nazifascismo-e-de-direita-ou-de-esquerda/> Acesso em 14/08/2025.

revela como a força mais violenta da direita em que, para a manutenção de privilégios sociais, é capaz de genocídios em última instância.

Desenvolveremos mais adiante as ligações entre o fascismo e a cultura de direita, neste momento gostaríamos de demonstrar que as premissas fascistas históricas se contradiziam nesses aspectos de luta contra a burguesia exatamente pelas ações perpetradas por regimes fascistas. O fascismo fala em povo e trabalhadores, porém não lhes dá voz. Ele se organiza clamando uma libertação das camadas mais baixas em detrimento à ordem capitalista vigente, entretanto, isso não se visualizou na história.

O que percebemos, logo ao início dos primeiros anos de regimes fascistas, foi o que Benedetto Croce chamou de “onagrocracia, - o governo dos asnos zurrantes” (Paxton, 2007, p. 21). Essa premissa está ligada aos “ânimos” exaltados que Mussolini percebeu ainda na década de 1910. Falamos em ânimos, pois, além dos rufiões enraivecidos contra os inimigos, pouco sobrava de uma teoria erudita fascista neste início. Thomas Mann em 1933, logo após sua chegada ao exílio, entendia ter visto uma revolução encenada de um tipo que nunca havia visto na Alemanha. Era uma revolução “sem ideias subjacentes, até mesmo contra as ideias, contra tudo o que é nobre, melhor e decente; contra a liberdade, a verdade e a justiça. A humanidade nunca viu nada igual. Acompanhada por um vasto regozijo das massas, que acreditam que isso representa seus verdadeiros desejos, quando, na verdade, foram enganadas com uma astúcia insana – e a convicção segura daqueles de nível mais elevado de que tudo isso caminha para um terrível desastre”. Segundo Mann, a “ralé comum” havia tomado o poder e era seguida pelas massas. (Mann, 1982, p. 136)

Esta espécie de ufanismo do início dos regimes fascistas foi uma marca essencial dos fascismos históricos com reverberação até hoje. Nós vamos observar diversas categorias adiante que podemos focar para compreender a complexidade deste fenômeno. Por exemplo, em um primeiro momento, o movimento fascista brasileiro do século XX – a Ação Integralista Brasileira –, diferentemente da onagrocracia inicial de Mussolini, tinha em suas principais fileiras diversos intelectuais, assim considerados no período. O ufanismo e nacionalismo ainda estavam lá. A “paixão política”, nos termos de Pierre Ansart (2019), também. Algumas semelhanças e algumas diferenças. O ponto é que o fascismo se adapta ao local e às pessoas, mesmo na sua versão histórica. Como explica Umberto Eco (2018, p. 32), essa deficiência filosófica do fascismo era um “desconjuntamento ordenado”, uma confusão

estruturada. O fascismo não tinha bases filosóficas, mas do ponto de vista emocional era firmemente articulado a alguns arquétipos”.

A Ação Integralista Brasileira – AIB, no caso, surge como a versão abrigada do fascismo histórico. A AIB foi fundada no processo entre a “primeira sessão subordinada e paralela à Sociedade de Estudos Políticos” de São Paulo, em 6 de maio de 1932, e a publicação do “Manifesto Integralista” em 7 de outubro de 1932. O idealizador da AIB, Plínio Salgado, um jornalista, escritor e entusiasta político brasileiro, que havia participado do movimento modernista de 1922 no Brasil, após uma viagem ao continente europeu, viu no regime de Benito Mussolini a inspiração para criação de seu movimento nacionalista (Alves, 2019, p. 35 – 36).

Apesar da AIB ter na figura de Plínio Salgado a figura do seu líder carismático – algo semelhante ao *Führer* alemão, Adolf Hitler, ou ao *Duce* italiano Benito Mussolini – o movimento tinha em suas primeiras fileiras alguns ideólogos que se destacaram nacionalmente. É pertinente mencionar mais dois, além de Salgado: Gustavo Barroso e Miguel Reale. Citamos essa tríade integralista justamente para demonstrar que o pensamento integralista, como também o fascista europeu, era passível de segmentação. Na Europa, talvez, seja mais fácil vislumbrar essas nuances que remetem à fronteira geográfica que apresentam, Alemanha e Itália no século XX. Entretanto é importante salientar que pensar o fascismo como um bloco único e monolítico atrapalha análises mais criteriosas.

No Brasil, temos em Salgado, por exemplo, um forte apelo à revolução espiritual e na construção do homem integral com a destituição do homem materialista, no sentido marxista do termo. Já em Barroso, temos um foco destinado ao inimigo interno prático. Ele foi a expressão maior do antissemitismo na história brasileira e o precursor da divulgação. Em Miguel Reale, visualizamos aspectos mais técnicos em alguns manifestos, denotando preocupação com as nuances burocráticas e jurídicas do Estado Integral.

Apesar desse apelo “intelectual” da primeira ordem integralista, assim como seus parentes europeus, a AIB teve uma adesão gigantesca da massa para os padrões da época. A AIB estava presente em todos os estados, de todas as regiões. Algumas cidades não tinham núcleos municipais, mas, por vezes, subnúcleos totalmente ligados ao núcleo municipal ou regional mais próximo.

A AIB seguia o padrão visual dos regimes europeus. Como redige Paxton (2007, p. 23), o fascismo é a “mais explicitamente visual de todas as formas políticas”.

A figura do líder discursando para a multidão em êxtase é imagem recorrente. Os desfiles e as marchas das milícias enfileiradas, todas usando o mesmo uniforme, camisas negras na Itália, marrons na Alemanha e verdes no Brasil. Como colocaria Walter Benjamin (2013, p. 153), o fascismo é a estetização da política, por isso ele é tão visual e sensorial. Esse é mais um motivo para percebermos que o fascismo não pode ser tratado como monolítico e resumido aos regimes e movimentos do entre guerras. Observaremos a confirmação desta premissa adiante.

## 2.2 Fascismo Genérico e Fascismo Eterno

Mais de cem anos após a reunião em que Mussolini fundamentou a existência do fascismo histórico enquanto movimento, temos uma variedade de interpretações do fascismo que extrapolam a determinação do fascismo enquanto um acontecimento específico reproduzido no período entre guerras e na Europa. Até mesmo o nazismo alemão já fez parte do debate sobre sua essência ou não fascista. Paxton explica que há um debate intenso se o Partido Nazista era de fato fascista ou se era ele *sui generis* (Paxton, 2007, p. 20), mas deixa claro que há argumentos que ele próprio apresenta para definir o nazismo como uma espécie de fascismo.

Achamos que não é satisfatório delimitarmos o fascismo como algo engessado, ou autocontido nele mesmo. É inadequado, com as informações, pesquisas e estudos sobre o fascismo que temos. Um século após a reunião na *Piazza San Sepolcro*, acumulando conhecimento sobre o tema, determinarmos o fascismo como algo restrito ao século XX não condiz com as evidências. Esse é o primeiro ponto que defendemos e não somos os únicos. Em certo sentido essa é uma perspectiva comum nas ciências, como trabalhado por Thomas Kuhn<sup>7</sup> em suas teses sobre as revoluções científicas. Novas evidências sempre exigem novos paradigmas epistemológicos. Os anteriores não são inutilizáveis, mas são transformados e adaptados para acolher estas novas evidências.

Segundo Paxton (2007, p. 22) há mais de 20 anos, “nenhuma interpretação alcançou a aceitação universal como sendo uma explicação totalmente satisfatória”

---

<sup>7</sup> Thomas Kuhn trabalha com o conceito de revolução científica no qual apresenta argumentos sobre epistemologia nas obras: KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997; KUHN, Thomas S. **A Revolução Copernicana: A Astronomia Planetária no Desenvolvimento do Pensamento Ocidental**. Lisboa: Edições 70, 1990.

sobre esta temática, o que entendemos ser uma posição demasiadamente equivocada. Equivocada por não acharmos possível abranger todo e qualquer âmbito de um fenômeno político que variou de formas e facetas em diversos contextos locais e temporais em que se evidenciou. Além de que faz parte da ciência trabalhar com a contraposição e falseabilidade, dificilmente haverá algo “universalmente aceito”. Neste caso concordamos com Griffin (2019, p. 200): “Não pode haver uma definição objetiva, puramente empírica e isenta de polêmica sobre o fascismo” (tradução nossa). Entendemos que Paxton concordaria conosco, pois seus esforços não foram para “descartar o termo” e sim para “propor uma nova maneira de encarar o fascismo” (Paxton, 2007, p. 23) justamente através destas formas variantes e adaptações.

Nossa proposta se alinha inicialmente com Paxton (2007, p. 23) no sentido que não devemos nos focar somente na imagem que os movimentos fascistas apresentam. O argumento é que, se reduzirmos o fascismo à performance refletida na imagem do “ditador todo poderoso” que, sem dúvidas, também representa o fascismo, acabaríamos por criar uma “falsa impressão” e seríamos induzidos a erros ao nos limitar na observação do discurso do líder fascista. Buscamos aqui um “modelo mais sutil” de fascismo.

Ao percebermos que uma análise minimamente satisfatória tenta superar o fascismo enquanto regimes restritos à Europa da primeira metade do século XX, uma perspectiva para além destas imagens produzidas pelo fascismo tende a aparecer. Primeiramente, por exemplo, como cita Paxton (2007, p. 24), a realidade do fascismo é muito mais complexa se observarmos a questão do antissemitismo. Segundo Paxton (2007, p. 24) o regime de Mussolini, por exemplo, “mostrou poucos sinais de antissemitismo”, diferentemente do regime de Vichy (1940 – 1944), do maior expoente desse período, o nazismo, e também do Integralismo no Brasil, se levarmos em conta as teses de Gustavo Barroso.

Como outras questões, o antissemitismo não é unanimidade em todos os movimentos de cunho fascista. Até mesmo dentro do mesmo movimento, no mesmo país, se formos levar em conta os aspectos regionais, como no caso do Integralismo, o antissemitismo aparecia com mais peso em alguns locais do que outros. Na AIB, por exemplo, o antissemitismo relacionado à maçonaria encontrado na cidade de Paranaguá – PR, como analisamos no nosso trabalho anterior (Alves, 2019), não



encontrava forte adesão no Rio Grande do Sul<sup>8</sup>. As questões locais, interesses práticos da elite política regional eram levados em conta na organização do discurso que abarcava estes grupos. Nesse sentido é problemático pegar qualquer característica, ao exemplo do antissemitismo, e tratá-la como “essência do fascismo”. O inimigo prático muda ao se mudar o contexto e realidade prática que se apresenta no campo político. A questão é a da construção de um inimigo objetivo, independente de qual seja.

Paxton demonstra essas condições em mais um exemplo. Primeiro o exemplo do anticapitalismo. Mesmo que nos discursos os fascistas se colocassem de forma tão virulenta contra “o capitalismo internacional” como se colocavam contra os socialistas, o que se percebeu durante a história era que essa condição não era inexorável. Pelo contrário, também existiam relações que se estabeleciam em determinantes casuísticas da realidade política prática. Segundo Paxton (2007, p. 25), quando os fascistas chegaram ao poder, “eles nada fizeram para cumprir suas ameaças anticapitalistas”. Desenvolveremos essa questão mais adiante ao falarmos das relações entre a economia capitalista e o fascismo.

Os inimigos práticos que se estabeleceram, sem ressalvas, nos exemplos históricos dados sobre o fascismo, foram os socialistas. A perseguição aos sindicatos, proibição de greves e organizações, redução do poder de compra de trabalhadores, etc. foram ações de governos fascistas pela história. O fascismo se colocou, sem dúvidas, como um aliado dos “patrões” em detrimento da classe trabalhadora. Há uma contradição entre o discurso oficial e os atos oficiais, mesmo levando em conta o fato de que, na Itália, “o partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários rurais mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução” (Eco, 2018, p. 30). Por essa razão, Paxton (2007, p. 26) coloca: o que os fascistas *fizeram* é tão informativo quanto o que eles *disseram*.

Nesse sentido, o fascismo se colocava retoricamente como “nem de direita e nem de esquerda”, questões que também vemos no presente. Mas é indubitável que essa posição é uma falácia, ontem, hoje e, continuará sendo, amanhã. O fascismo, como qualquer ideologia, se propunha claramente a estabelecer um sistema de organização política com objetivos práticos. Esses objetivos tinham a centralização do

---

<sup>8</sup> As relações próximas da maçonaria no Rio Grande do Sul e a AIB foram apresentada por Everton Pimenta (2019) na tese “Oscar Machado: uma trajetória em meio ao metodismo, integralismo e maçonaria (1930-1965)” defendida na PUC/RS.

poder como ponto principal, mesmo que isso gerasse controvérsias claras com o caráter “popular” dos movimentos. Portanto todo interesse prático e ação política se determina dentro de um espectro. O discurso pode apelar para aspectos de duas orientações políticas, porém sempre operará com resultados práticos que reverberam socialmente. Isso não há como fugir.

Diferentemente da política clássica, na qual o debate era feito de forma erudita, teorizada, o fascismo apelou para as emoções a fim de superar suas contradições. A modernidade da comunicação de massas foi um ponto importante nessa estrada. As performances fascistas, a retórica, as imagens e as sensações reproduziam-se na sensorialidade desses aspectos. Deste modo, segundo Paxton (2007, p. 38) “o fascismo não se baseia de forma explícita num sistema filosófico complexo, e sim no sentimento popular sobre as raças superiores, a injustiça de suas condições atuais e seu direito a predominar sobre povos inferiores”. O fascismo pode ser visto como a *rejeição da alteridade*.

Apesar destas determinações, nuances e convergências entre os fascismos, o conceito de fascismo continua sendo indispensável, como coloca Paxton (2007, p. 46). Há nesse sentido uma busca para estabelecer “um termo genérico para um fenômeno geral” de forma satisfatória e que seja determinante para observar as diversas facetas encontradas em variados movimentos. Paxton chama esta categoria de “fascismo genérico”. Um termo que demonstra que o fascismo carrega diversas características específicas, que podem ou não ser encontradas unidas em um só movimento, mesmo que contraditoriamente.

O fascismo percebeu, por exemplo, a cooptação do Marxismo e do Anarquismo no proletariado europeu e não teve receio em utilizar de estratégias semelhantes para o sequestro de pautas e mobilização dos trabalhadores. Segundo Konder (2009, p. 31) esta direita “apavorada” com a revolução proletária buscou assimilá-la de “forma desfigurada para tentar neutralizá-la”. A ideia era “importar” do marxismo alguns conceitos, desligando-os do contexto em que tinham sido elaborados, mistificando-os e tornando-os úteis aos seus propósitos”. Principalmente um discurso demagogo em relação ao “povo”. Povo esse usado como espantalho retórico para se inserir nas camadas mais vulneráveis com discursos populistas. Nesse sentido o fascismo pode ser visto também como “uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições” (Eco, 2018, p 27).

Mesmo cooptando as premissas socialistas para a mobilização política da população em geral, o fascismo necessita de outros recursos para manter a mobilização. A estratégia fascista é complexa e atinge diversas categorias. Destaca-se, como também pontua Konder (2009, p. 39), o mito de um nacionalismo ufanista. Esse nacionalismo tem um caráter invertido do nacionalismo pensado pelas classes populares. É um nacionalismo que “exige a manipulação das classes populares” e limita a sua participação, é um nacionalismo que impõe “diretivas substancialmente imutáveis “de cima para baixo” (Konder, 2009, p. 40 - 41).

A noção de nacionalismo emprega, também, a sensação de pertencimento, de unidade e coesão. Neste raciocínio todos tem identidade social, são partícipes de um mesmo grupo nacional, não importa o contrário. Em um olhar antropológico é comum determinarmos a identidade de um grupo sempre em contraposição a outro. Não há forma mais eficaz de pertencimento de se identificar enquanto “não outro” e sim “nós”.

Por essa razão a noção de um mínimo fascista, segundo Paxton, mais atrapalha do que ajuda. A busca por essa noção é comum em debates sobre o fascismo, principalmente em análises mais cartesianas que buscam definir um conceito “estático e limitante” (Paxton, 2007, p. 335). Porém, “o fascismo, longe de ser estático, era uma sucessão de processos e escolhas: a busca de seguidores, a formação de alianças, a disputa pelo poder e seu exercício” (Paxton, 2007, p. 49), e ainda o é.

O ponto principal é que não devemos ver o fascismo fechado em si mesmo. Mas maleável e adaptável a determinados locais e contextos. Essa noção de nacionalismo demonstra isso de forma prática. Assim o conceito de fascismo se apresenta muito mais a partir das relações que constitui dentro do próprio contexto e lógica que é apresentada em determinado espaço e temporalidade.

O fascismo no poder consiste num composto, um amálgama poderoso dos ingredientes distintos, mas combináveis, do conservadorismo, do nacional-socialismo e da direita radical, unidos por inimigos em comum e pela mesma paixão pela regeneração, energização e purificação da Nação, qualquer que seja o preço a ser pago em termos das instituições livres e do estado de direito. (Paxton, 2007, p. 336)

Apesar de podermos tratar o fascismo como um sintoma das contradições inerentes ao próprio capitalismo, ele não se limita a esse interesse por estratégia de cooptação. Vale salientar que o fascismo não é uma entidade com uma essência fixa,

por mais que determinadas características se apresentem de forma mais evidente do que outras em alguns locais ou momentos. Há uma clara ênfase de Paxton ao argumentar que apesar do capitalismo e o fascismo se tornarem “aliados práticos”, isso nem sempre se deu de forma confortável. Estava muito mais relacionada com uma realidade apresentada como: “a melhor solução não-socialista então disponível” (Paxton, 2007, p. 338), do que literalmente uma adesão ideológica estrita.

Essas questões todas estabeleciam o principal interesse de Mussolini, por exemplo, em criar um “estado de espírito”, uma noção de pertencimento a um “antipartido” socialista (Gentile, 2021, p. 14). Já apresentamos que o fascismo não deve ser observado somente em um prisma, mas em sua multiplicidade. Pois, se focarmos somente na parte visível da performance, estaríamos deixando de lado uma Características importantes. Isso fica evidente ao objetivarmos as paixões mobilizantes do fascismo, por exemplo.

Temos, a partir de Pierre Ansart (2019), um modelo de como as paixões políticas funcionam no cerne da política como um todo. Entretanto, neste momento, explicitamos o nacionalismo apaixonado – o patriotismo – como um exemplo disso no processo de fascistização. Principalmente no que diz respeito a uma batalha do bem contra o mal, numa espécie de sacralização política em volta de paixões políticas que mobilizam determinados afetos.

Essas paixões mobilizadoras “constituem-se na lava emocional que lançou a fundação do fascismo” e que tem como ponto principal uma sensação de vitimização a frente de uma catástrofe iminente de responsabilidade do “outro”.

- o sentimento de uma crise catastrófica, além do alcance de qualquer das soluções tradicionais;
- a primazia de um grupo, com relação ao qual as pessoas têm deveres superiores a quaisquer direitos, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esse grupo;
- a crença de que o próprio grupo é uma vítima, sentimento esse que serve como justificativa para qualquer ação sem limites legais ou morais, contra, tanto externos quanto internos;
- o pavor da decadência do grupo sob os efeitos corrosivos do liberalismo individualista, do conflito de classes e das influências alienígenas;
- a necessidade da maior integração de uma comunidade mais pura, por meio de consentimento, se possível, ou da violência excludente, se necessário:

- a necessidade da autoridade dos líderes naturais (sempre do sexo masculino), culminando num chefe nacional que é o único capaz de encarnar o destino do grupo;
- a superioridade dos instintos desse líder sobre a razão abstrata e universal;
- a beleza da violência e a eficácia da vontade, quando voltadas para o êxito do grupo;
- o direito do povo eleito de dominar os demais sem limitações de qualquer natureza, sejam elas impostas por leis humanas ou divinas, esse direito sendo determinado pelo critério único do valor do grupo no interior de uma luta darwiniana; (Paxton, 2007, p. 78 – 79)

Juntamente com Robert Paxton, Umberto Eco buscou delimitar o fascismo enquanto um movimento que transcende o recorte histórico. Eco cunhou o termo “Fascismo Eterno”, ou “*Ur Fascism*”, para demonstrar que o fascismo está além dos limites estigmatizados temporalmente.

Eco estava convencido que, para além do combate ao fascismo histórico, haveria de se fomentar uma luta contra o fascismo que nos permeia no dia a dia. Segundo o autor, por mais que regimes possam acabar, que haja um silenciamento ideológico (como na proibição ao nazismo) ou qualquer outra coisa do tipo, sempre permanecerão “um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis” que constituem qualquer doutrina. É demasiadamente fácil determinar que o fascismo acabou quando se acabaram os regimes. Nesse sentido Eco faz coro com o que viemos defendendo: “O termo “fascismo” adapta-se a tudo porque que é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista” (Eco, 2018, p. 34).

Pode parecer confuso quando buscamos nos aproximar das nuances fascistas a fim de ter um panorama mais amplo do conceito, principalmente quando enfatizamos que as características presentes “podem ou não” se estabelecerem nos variados tipos e adaptações que o movimento apresenta. Eco se aproxima de Paxton nesse sentido e segmenta algumas questões que podem ajudar a compreender de melhor forma essas nuances.

A despeito dessa confusão, considero possível indicar uma lista de características típicas daquilo que eu gostaria de chamar de “Ur-Fascismo”, ou “fascismo eterno”. Tais características não podem ser

reunidas em um sistema; muitas se contradizem entre si e são típicas de outras formas de despotismo ou fanatismo. Mas é suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista. (Eco, 2018, p. 35)

Deste modo, Umberto Eco apresenta quatorze pontos específicos que caracterizariam o que ele conceitua de fascismo eterno. O primeiro ponto é o que diz respeito ao culto à tradição. Esse culto se estabelece, pois, segundo Eco, “não pode existir avanço de saber”. Para os fascistas a “verdade já foi anunciada”, não há nada acima de uma suposta palavra divina que estabelece toda e qualquer verdade de forma finita.

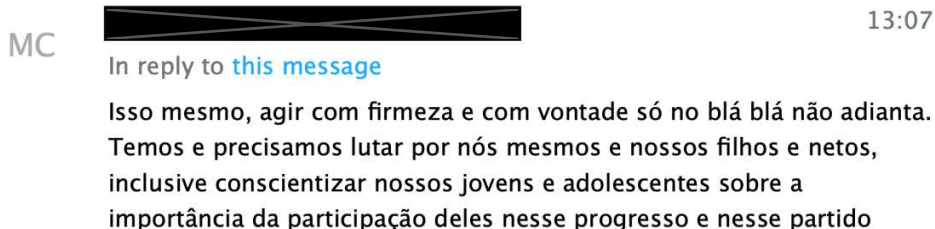
Ser Conservador significa defender a manutenção daquilo que dá efetivo vigor às instituições sociais tradicionais, transmitindo a cada geração o que há de melhor em termos de experiências e contributos humanos, no contexto da cultura e da civilização. Seus principais valores são a liberdade e a ordem, com destaques para a liberdade política e econômica e a ordem social e moral. O Conservador evolucionista não é imobilista, porque advoga que as mudanças e o contínuo desenvolvimento são necessários e saudáveis para as nações, mas a progressiva complexidade conjuntural exige que essas mudanças sejam prudentes e graduais, levando em consideração a experiência, a História e as tradições. Vale dizer que, em uma sociedade dinâmica, a permanência e a evolução são reconhecidas e conciliadas. (Sagres, 2022, p. 15)

O segundo ponto se relaciona com o primeiro: O tradicionalismo implicaria na recusa da modernidade. Há debates nesta questão. Autores como Paxton (2007, p. 32) defendem que os “regimes buscavam uma modernidade alternativa”, em que “as tensões e cisões da modernidade houvessem sido sufocadas pelos poderes fascistas de integração e de controle”. Isso passa pela recusa do racionalismo enquanto bússola filosófica. Há o estabelecimento de uma modernidade “alternativa” ao precedente do iluminismo. Questão comum também no fascismo atual, essa “mimese inversa” (Cesarino, 2022, p. 67) já comentada anteriormente e melhor desenvolvida na parte final desta tese.

O terceiro ponto apresenta que, a partir do irracionalismo, o fascismo depende de uma atitude “ação pela ação”. A cultura e a intelectualidade são vistas como ofensivas. “Pensar é uma forma de castração” (Eco, 2018, p. 38), e por essa razão a ação é ovacionada contra a reflexão. “O fascismo era uma questão mais visceral do

que cerebral”, argumenta Paxton (2007, p. 79), por essa razão a suspeição em relação ao mundo intelectual e erudito é presente no fascismo eterno.

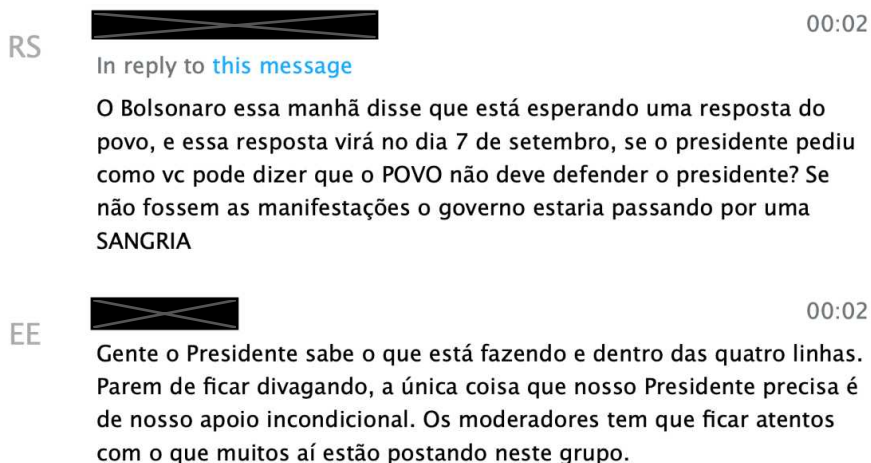
Imagem 1 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data31 – elaborada pelo autor (2026)

O ponto quatro versa sobre a aceitação cega de qualquer que seja a proposição. O fascismo não aceita discordância. Qualquer discordância é vista como traição de infiltrados. É comum percebermos que, ao se evidenciar cisões públicas entre fascistas, acusações de traição são sempre proferidas. Por esse motivo o despreço pela democracia e pela ciência é indubitável. Essas são duas instâncias que precisam trabalhar com o contraditório de forma ética. O fascismo rejeita isso.

Imagem 2 Print Screen Telegram

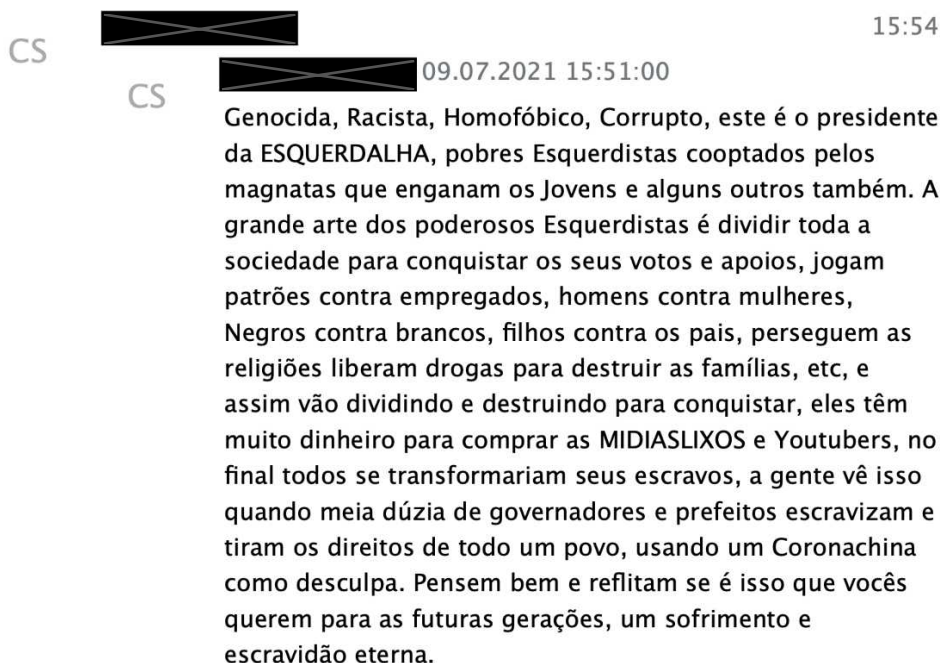


Fonte: Grupo “B-38” Exported Data59 – elaborada pelo autor (2026)

O quinto ponto deriva desta perspectiva. “O desacordo é, além disso, um sinal de diversidade”. Qualquer diversidade vai contra a gana do fascismo em estabelecer consenso e unidade de forma autoritária. “O primeiro apelo de um movimento fascista

ou que está se tornando fascista é contra os intrusos. O “*Ur-Fascismo*” é, portanto, racista por definição”. (Eco, 2018, p. 39)

Imagem 3 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data53 – elaborada pelo autor (2026)

O sexto ponto se refere ao sentimento popular. Para Eco o fascismo também provém de uma insatisfação e de uma frustração social e individual. Questões que ampliem a insatisfação popular, como crise econômica e as contradições inerentes ao capitalismo, bem como crises políticas e propagandas incessantes do combate a corrupção são comuns.

O ponto sete versa sobre a identidade nacionalista, unitária que reveste o fascismo. Isso se revela, principalmente dentro da perspectiva de “nós e eles”, como já apresentado. O fascismo, ao se estabelecer enquanto uma espécie social distinta, se contrapõe aos outros grupos de forma a criar uma identidade específica. “Assim, na raiz da psicologia Ur-Fascista está a obsessão da conspiração, possivelmente internacional. Os seguidores têm que se sentir sitiados” (Eco, 2018, p. 40). Nessa característica se destaca o que chamamos de “negação da alteridade”, a fundamentação do inimigo. A negação da diferença.

Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As



minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem (Jair Bolsonaro, fevereiro de 2017)<sup>9</sup>

O oitavo ponto traz uma reflexão interessante que vale pontuar. Eco comenta que no fascismo os seus adeptos devem “sentir-se humilhados pela riqueza e pela força do inimigo” (Eco, 2018, p. 40). É um jogo de entendimento interessante. Ao mesmo tempo que seus inimigos são “fortes demais”, também são “fracos demais”. No presente, como observaremos nas últimas seções desta pesquisa, o discurso anticomunista existente no fascismo desde suas origens mais remotas apresenta uma retórica em que o comunismo, ao mesmo tempo em que “nunca deu certo no mundo”, é responsável por um complô mundial e está inserido em todas as instituições arquitetando um plano de dominação mundial. Essa dinâmica é presente no mito da conspiração que desenvolveremos melhor na segunda parte da tese. O inimigo é ao mesmo tempo um ignorante débil e um gênio do crime.

No ponto nove Eco faz uma relação do terceiro ponto da “ação pela ação” e a mobilização contra o inimigo apresentados nos pontos sete e oito. Nesse ponto é colocado que no fascismo não há “luta pela vida, mas antes vida para a luta”. É um conclave ao embate direto contra os inimigos apresentados, pois “o pacifismo é o conluio com o inimigo” (Eco, 2018, p. 40). Nesse sentido fecha-se uma estratégia de ação. Há a deliberação do inimigo, é incentivada a ação sem reflexão – o inimigo é nebuloso, ao mesmo tempo ardiloso e incompetente – e deixar de combatê-lo é reflexão de fraqueza.

Este ponto carrega outra contradição semelhante ao inimigo ao mesmo tempo ignóbil e excelente. Eco argumenta que ao se levar em conta uma luta espiritual contra um mal que se deve combater, há a implicação de uma situação hipotética em que esse mal é vencido e se estabelece uma “era de paz”. Entretanto essa “solução final” nunca se estabelece, pois o fascismo existe enquanto mobilização contínua contra o inimigo. Se essa mobilização acabar, seria desnecessária a existência do fascismo. Se não há inimigo, por qual razão lutar?

Essa questão se desenvolve no ponto número dez, no qual o fascismo é uma doutrina em que prega um “elitismo popular”. Todos os fascistas pertencem ao “melhor povo do mundo”, seja qual povo for este. Estas pessoas estão subjugadas somente à

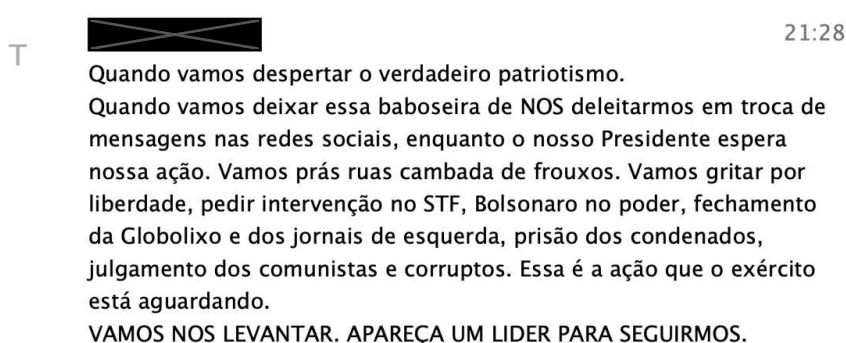
---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>  
Acesso em 7/02/2026

doutrina e seus representantes diretos. Toda e qualquer pessoa que não compactua com algumas dessas premissas pode ser vista como “infiltrada” ou “inimiga”. As massas, para os articulistas e líderes fascistas, são vistas como algo a ser guiado.

Neste ponto de vista, no ponto onze, “cada um é educado para ser um herói”. Cada indivíduo deve lutar pela “sua liberdade” que está em constante ameaça. A morte é cultuada como força. A luta “pelo futuro da nação”, “pelas famílias”, “por deus”, etc., são vistos como a solução final do sacrifício fascista.

Imagem 4 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data47 – elaborada pelo autor (2026)

No ponto doze Eco aponta o machismo como uma das características presentes no fascismo eterno. Isso, segundo ele, está ligado ao culto do heroísmo, do militarismo elitista e da ação pela ação. Muitas questões podem ser levantadas em razão disso, mas todas não passariam de desculpas para o culto falocrático e a perpetuação da desigualdade e misoginia.

No ponto treze Eco demonstra que, “para o Ur- Fascismo, os indivíduos enquanto indivíduos não têm direitos, e “o povo” é concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica que exprime “a vontade comum”. (Eco, 2018, p. 42). O autor sugere que em nossa era há um “populismo qualitativo de tv e internet”. Através dos números de engajamento, quantas pessoas estavam assistindo ao vivo algum vídeo, números de likes, etc. são vistos como representantes diretos da vontade popular. Nesse sentido “a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a “voz do povo”. (Eco, 2018, p. 44). Isso se desenvolve na negação da política democrática e desqualificação dos parlamentos. É introjetada a ideia de que a “política tradicional” não funciona mais, pois o “sistema está corrompido”. A antipolítica floresce nesta situação.

Odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. 'Povos ciganos'... Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. (Abraham Weintraub, abril de 2020)<sup>10</sup>

Finalizando, no ponto quatorze, temos a questão que escolhemos objetivar nesta pesquisa. “O Ur-Fascismo fala a “novilíngua” (Eco, 2018, p. 45). Ou seja, o fascismo fala uma linguagem específica, apresenta um socioleto próprio em que seu discurso se articula diretamente com seu interesse. Há a fundamentação direta de uma forma de raciocínio de interpretação da realidade prática. Voltaremos a estas questões novamente durante o trabalho.

Por ora finalizamos esta seção enfatizando que o fascismo continua presente em diversas instâncias e que não devemos percebê-lo como algo engessado, limitado a determinantes fundamentais específicas. O fascismo está presente na sociedade de forma ampla, nos desejos, nos medos, nos ódios, nos ressentimentos, nas esperanças, etc. Os arquétipos possíveis do fascismo são plurais e podem dialogar entre si ou, até mesmo, se repelirem. Tentaremos desenvolver melhor estas questões adiante.

### 2.3 Fascismo e economia

Como viemos demonstrando, o fascismo estabelece diversas formas de apresentação e de arquétipos que podemos elencar. Paxton (2007, p. 26) expressou que devemos levar em conta sempre tanto o que os fascistas disseram (dizem), quanto o que eles fizeram (fazem). Nesta perspectiva vale elencar que suas posições econômicas são importantes para interpretar as nuances que nos propomos elucidar. É justamente nessa dinâmica do “fizeram e disseram” que apresentaremos nossos argumentos.

O fascismo histórico se apresentou desde seu surgimento como antiliberal. Tanto na Europa quanto no Brasil, os liberais eram vistos como inimigos pelos

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/weintraub-odeio-o-termo-povos-indigenas-quer-quer-nao-quer-sai-de-re.htm> Acesso em: 7/02/2026

fascistas, ao menos no discurso. No Brasil, especificamente, os integralistas estabeleciam um raciocínio de que o liberalismo servia como escada para o comunismo (Alves, 2019, p. 48). Na visão da AIB, o liberalismo seria uma das etapas necessárias para o domínio comunista, visto que, a partir do colapso deste e da insatisfação popular, o espírito da população seria domado pelo desejo de ascensão de um modelo igualitário.

Discutimos essa questão em nossa dissertação de mestrado (Alves, 2019, p. 41-49) e apresentamos fontes documentais sobre essas posições da AIB em relação à simbiose entre capitalismo liberal e comunismo. No âmbito do fascismo histórico já apresentamos nessa pesquisa que este surgiu, tanto como um “ato de violência” não só aos socialistas, como também à “legalidade burguesa” (Paxton, 2007, p. 19). Paxton, inclusive, deixa claro que “uma característica supostamente essencial do fascismo é seu ânimo antipcapitalista e antiburguês”.

Os primeiros movimentos fascistas ostentavam seu desprezo pelos valores burgueses e por aqueles que queriam apenas “ganhar dinheiro, dinheiro, imundo dinheiro”. Atacavam o “capitalismo financeiro internacional” com quase a mesma veemência com que atacavam os socialistas. Chegaram a prometer expropriar os donos de lojas de departamentos em favor de artesãos patrióticos, e os grandes proprietários de terras em favor dos camponeses. (Paxton, 2007, p. 25)

O que vimos, segundo Paxton, é que quando os fascistas chegaram ao poder, nada fizeram para cumprir suas “ameaças antipcapitalistas”. Isso tem fundamento justamente no que argumentamos sobre o integralismo e o caráter da visão de um capitalismo partícipe do materialismo histórico. A visão proposta é o que “fascismo criticava no capitalismo não era sua exploração, mas seu materialismo e sua indiferença para com a nação” (Paxton, 2007, p. 27). Ainda assim nenhum fascista até hoje se aventurou em destruir as forças capitalistas de mercado alterando a hierarquia social por outro modelo, no máximo, substituíram por outras elites burocráticas estatais. Nunca houve uma “subversão da ordem social” ou uma “redistribuição do poder social, político e econômico” (Paxton, 2007, p. 27).

Se nós tomássemos como fonte somente as palavras dos fascistas teríamos como certo considera-los “uma forma radical de antipcapitalismo”. Entretanto esse entendimento não era unânime. Há especialistas que tomam o entendimento do fascismo exatamente no oposto a esta forma radical antipcapitalista. Os marxistas, por

exemplo, segundo Paxton (2007, p. 22), “estavam acostumados a pensar a história como o desdobramento grandioso de processos profundos, por meio do entrechoque de sistemas econômicos”. Deste modo os marxistas já tinham exposto sua interpretação publicando o seguinte em uma resolução da Internacional Comunista em 1924. O fascismo seria “o instrumento da grande burguesia em sua luta contra o proletariado, sempre que os meios legais disponíveis ao Estado mostram-se insuficientes para contê-lo” (Resolução da Internacional Comunista, Julho de 1924).

Outro grande pesquisador do fascismo expressou de forma direta seu entendimento sobre o fascismo. Segundo Roger Griffin “o fascismo é a ditadura explícita e terrorista dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (Griffin, 2009, p. 162). É neste entendimento que o fascismo seria uma forma de socorrer “o capitalismo em apuros, dando sustentação, por meio de medidas emergenciais, ao sistema vigente de distribuição de propriedade e hierarquia social” (Paxton, 2007, p. 26). Cabe pontuar, portanto, que a ligação entre o capitalismo e o fascismo é de extrema importância para entendermos os meandros desta ideologia e vamos nos aprofundar.

A aproximação de fascistas com liberais e capitalistas, portanto, não é novidade, nem aqui nas Américas e nem na Europa (sabemos e é notório que o primeiro ministro da economia de Adolf Hitler, Hjalmar Schacht, por exemplo, era um liberal). Konder (2009, p. 28), inclusive, discorre sobre como a cultura de direita apresenta estratégias para estabelecer a manutenção de privilégios ao mesmo tempo que cai em contradições a partir de questões filosóficas e práticas que estão no seio da democracia liberal.

Segundo o autor:

Na medida em que a direita produz seus ideólogos mais ambiciosos (os seus filósofos), não pode impedir que eles se lancem em busca de princípios mais universais para a ideologia que estão ajudando a elaborar. E a busca da universalidade torna a ideologia da direita menos funcional, danifica a solidez das suas articulações pragmáticas, inevitavelmente particularistas. (Konder, 2009, p. 28)

Isso se dá, pois a direita ao falar de democracia liberal, esquece, ou não visualiza que sua própria filosofia “impede que as forças sociais em que consiste a direita sejam profundamente solidárias” (Konder, 2009, p. 28). Assim quando há um

perigo de perda desses privilégios, há a única solidariedade possível entre esses agentes, a da manutenção de seus privilégios. Essa manutenção encontra uma coesão dentro desta cultura, que é o estabelecimento de um inimigo em comum, que será o foco das determinações estratégicas de interesse prático das direitas.

O fascismo representou, na história contemporânea da direita, uma enérgica tentativa no sentido de superar a situação altamente insatisfatória que a contradição de que vínhamos falando tinha criado para as forças conservadoras mais resolutas. Enfrentando o problema das tensões que se haviam criado no âmbito da direita entre a teoria e a prática, o fascismo adotou a solução do pragmatismo radical, servindo-se de uma teoria que legitimava a emasculação da teoria em geral. (Konder, 2009, p. 29)

Essas contradições estão no âmago do surgimento do fascismo. Principalmente se pensarmos o fascismo enquanto uma estratégia de perpetuação de poder contra o “perigo” de ascensão ou da democracia em seu estado mais pleno. Assim percebemos outro ponto crucial na formulação do fascismo, o medo de um inimigo. Como cada temporalidade evidência uma dinâmica de conflito ideológico e político, em cada recorte, temporal ou espacial em que o fascismo se torna evidente, há também uma especificidade condizente ao interesse prático desses grupos. A questão está necessariamente no embate pelo poder político de definição e pelo estabelecimento da hegemonia da cultura política que interessa ao grupo.

Outro autor, Theodor Adorno (2020) também estabelece reflexões importantes sobre estas questões entendidas como imprescindíveis de salientar. Primeiramente a questão já apontada destes movimentos de extrema direita com a economia. Mesmo o fascismo clássico, o fascismo histórico, tendo na base de sua organização um discurso antiliberal, crítico ao capitalismo, o que vemos, quase um século depois, é que as relações entre o capitalismo e o fascismo são bem evidentes.

É importante para este debate trazer reflexões que demonstrem o vínculo entre o fascismo e o capitalismo, de forma que há um sintoma de uma relação “causa e efeito” entre os dois. Não devemos olhar o fascismo como algo aquém da realidade social, algo que está descolado do processo histórico que o capitalismo molda, “não foi um desastre histórico, um acidente de percurso: não surgiu ao acaso”, como Felipe Catalani expõe, a partir das reflexões de Horkheimer (Catalani in Adorno, 2020, p. 12), o fascismo é “a verdade da sociedade moderna” (Horkheimer in Adorno e Horkheimer, 1985, p. 50). Nessa perspectiva o fascismo se apresenta especificamente como um

resultado das formas de interação social do capitalismo, a partir das próprias contradições que são intrínsecas ao conceito de democracia liberal.

Cabe, portanto, pontuar que, para Adorno, o fascismo não apresenta causas psicológicas como sua única explicação. Adorno demonstra a importância da análise psicossocial para revelar o processo de fascistização, entretanto, o fascista não apresenta uma psicopatologia diagnosticada como causa do *tornar-se fascista*. Ainda assim, como pontua Catalani, essas análises são “imprescindíveis para a compreensão dos mecanismos da propaganda e da adesão a movimentos fascistas” (Catalani in Adorno, 2020, p. 13).

A questão da insatisfação e frustração que aplacava a Europa no entre guerras é evidente. O discurso operado no 3º Reich contra o capitalismo não se apresentou na prática. Apesar das performances dos líderes fascistas, principalmente tratados como loucos e megalomaníacos, a sua lógica se revelava como uma forma de manutenção das relações de exploração do capital. Como bem apontou Marcuse: “A expansão industrial e, com isso, a ordem social baseada nessa expansão, poderiam ser mantidas apenas através da transformação do Estado democrático em um sistema político autoritário.” (Marcuse, 2019, p. 138).

O que se apresenta nesse sentido é que, para garantir a forma que o capitalismo se insere na realidade prática, é necessário que haja uma forte coerção política e cultural que legitime as próprias contradições do capitalismo. Se apresenta uma narrativa que coloca o problema como resultado de uma intervenção estatal na economia, ou falta de liberdade econômica, ou, como no caso presente – uma perseguição política operada por um “sistema”. A partir disso se apresenta também um resultado; que é a ascensão política de determinado líder que irá resolver este problema. Assim, o líder usa da política para despolitizar.

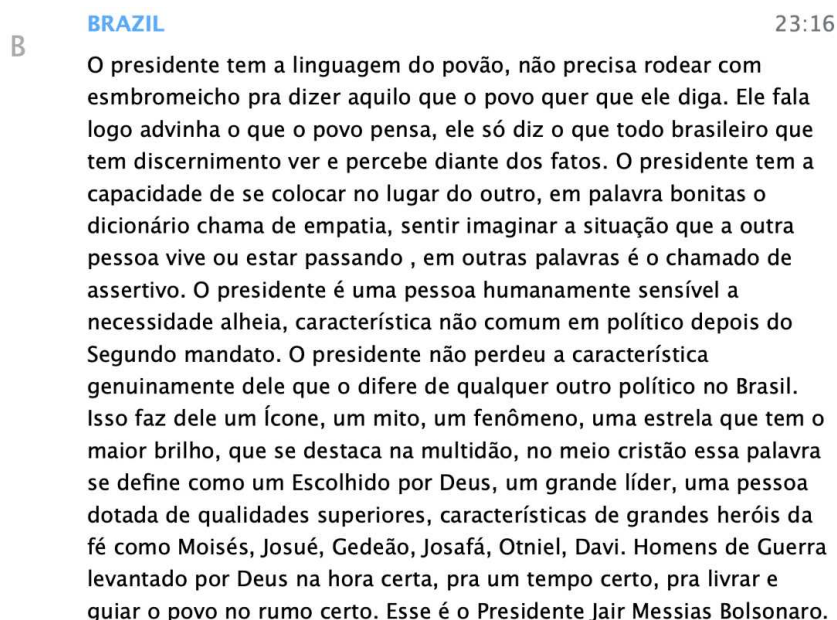
Nos termos de Schmitt, para garantir que a ‘esfera da economia livre’ pudesse funcionar não politicamente, era necessária uma enérgica intervenção política: “O ato de despolitização, é de um modo especialmente intensivo, justamente, um ato político (Catalani in Adorno, 2020, p. 21).

Sob a bandeira do tecnicismo, da despolitização, da escolha alternativa em relação aos que fazem “politicagem”, a oposição à intervenção estatal e assim por diante, se assume como proposta para resolver o descontentamento, justamente, um político. É confuso e incongruente, mas não incompreensível. Neste sentido que

Adorno apresenta questões sobre a má psicologização do fascismo. Para Adorno, transformar o fascismo em doença só retira a responsabilidade das formas sociais implicadas pelas relações dentro de sociedades capitalistas, ou seja, combate-se o resultado, o fascismo apresentado objetivamente, mas não destrói aquilo que o forma, na concepção de Adorno, a lógica capitalista em si.

Mas então o que leva essas pessoas a aderirem aos movimentos fascistas que apresentam em si essas diversas contradições? Além da propaganda altamente psicologizada, o fascismo apresenta uma leitura de mundo específica da realidade prática. Há a insatisfação com a realidade e se apresenta um “horizonte de perspectiva” (Koselleck, 2006) onde o futuro vislumbrado é representado por um sentimento de “catástrofe social” do agora (Adorno, 2020, p. 56) e que, para mudar esse futuro, é necessário um salvador que se apresenta contrapondo os “responsáveis” por essa catástrofe futura, ou seja, os inimigos de um futuro próspero, que de forma comum são agentes políticos atuais e antagonizam com o pretenso salvador.

#### Imagem 5 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data39 – elaborada pelo autor (2026)

Nesse ponto, uma das perspectivas principais do fascismo se apresenta. O fascismo é a negação da alteridade. É a despotencialização do outro. A rejeição da diferença. O fascista se vê como o único possível, ou os únicos possíveis de salvarem a realidade que se deteriora. Essa deterioração tende a ser específica, dependendo



do recorte que se apresenta, tanto espacial quanto temporal e, conseqüentemente, resulta também em formas de combatê-las especificamente. O esforço é para pontuar que o fascismo não é uma aberração social. Não é uma espécie de alienígena política. Mas sim uma forma real e concreta de embate político que está intrinsecamente ligada a realidade social.

Por isso a crítica de Adorno a “má psicologização” do fascismo. Segundo Adorno tratá-los como doentes, ou “os eternos incorrigíveis” só serve para tirar a responsabilidade da ordem social que os cria, a ordem capitalista. Os desejos capitalistas, suas angústias e decepções precisam ser canalizados em algo ou alguém responsável. O capitalismo não é uma entidade que decide o caminho da humanidade como se fosse uma divindade, entretanto ele produz subjetividades e sociabilidades que controlam a ordem social. Quando essa ordem social entra em colapso, seja o colapso – para os capitalistas, é claro – da redução da desigualdade, da inserção social, da insatisfação popular com a falta desses, o fascismo surge para fixar os resultados deste colapso, transferir a insatisfação para o âmbito de normalidade, de ordem. Há uma sedução por parte da linguagem presente na cultura fascista que isenta de responsabilidade a própria ordem social de ter criado esses problemas.

Desenvolveremos mais aspectos desta linguagem adiante. A partir deste momento, entendendo as nuances do fascismo, enquanto movimento histórico, é necessário discutirmos sobre as perspectivas que apresentamos, inicialmente, partindo de Adorno.

Oficialmente o fascismo histórico, dos regimes europeus do século XX, caíram em 1945. Entretanto o fascismo não acabou nesta data. Como pontua Adorno (2020, p. 45) “os pressupostos sociais do fascismo ainda perduram”, mesmo com o fim da guerra, o fascismo continua. E uma de suas formas de permanecer é como ferramenta de defesa do capital.

Uma autora que abordou esta questão de forma interessante é Clara Mattei. A análise da autora em “A Ordem do Capital” (2023) oferece uma observação fundamental para compreender como essa aliança entre o fascismo e os interesses capitalistas foi operada tecnicamente através da construção da austeridade. Para Mattei, a austeridade não deve ser vista apenas como uma política de gestão de déficits, mas como uma ferramenta de preservação da ordem social burguesa em momentos em que o sistema está sob ameaça política.

A austeridade não é nova, nem é um produto da chamada era neoliberal, que começou no final da década de 1970. Com exceção, talvez, do período de menos de três décadas de expansão que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a austeridade tem sido um sustentáculo do capitalismo moderno. A verdade é que, ao longo da história, onde há capitalismo advém a crise. Onde a austeridade tem se mostrado extremamente eficaz foi no isolamento das hierarquias capitalistas contra danos durante estes momentos de pretensas mudanças sociais. A austeridade é a protetora do capitalismo, consagrada entre os Estados pela sua eficácia e anunciada como um meio de “consertar” as economias, intensificando a sua “eficácia” – reajustes de curto prazo para ganhos de longo prazo. (Mattei, 2023, p.19)

Essa “eficácia”, na prática, significava silenciar as demandas por democracia econômica que haviam surgido no pós-guerra, protegendo o cerne do sistema em momentos de crise social. Mattei esclarece que:

O capitalismo está em crise quando a sua relação central (a venda da produção com fins lucrativos) e os seus dois pilares viabilizadores (propriedade privada dos meios de produção e as relações salariais entre proprietários e trabalhadores) são contestadas pelo público, em particular pela classe trabalhadora, que faz o sistema capitalista funcionar. (Ibidem, p.19)

O fascismo italiano, ao acolher especialistas da “economia pura” como Alberto De Stefani e Maffeo Pantaleoni, teve êxito em despolitizar as relações de produção e impor o sacrifício às classes trabalhadoras sob o manto de uma neutralidade científica. O paradigma de “economia pura” é o que observamos nos conceitos de “tecnicismo” e “gestão”, por exemplo, atualmente. É uma ilusão que mascara a dominação econômica como “racionalidade econômica”.

Mattei destaca que:

[...] a força da tecnocracia residia neste poder de moldar os objetivos mais fundamentais da austeridade – restabelecer as relações capitalistas de produção e subjugar a classe trabalhadora para aceitar a inviolabilidade da propriedade privada e das relações assalariadas – como um retorno a um estado natural de uma economia (Ibidem, p. 28)

Essa perspectiva “apolítica”, da gestão que “não é ideológica”, segundo Mattei, era, e ainda é, “centrada em uma idealização caricatural” do “poupador racional”. É caricatural, pois “foi e continua sendo extremamente desafiador para as pessoas

economizar o dinheiro que não tem”. É uma ilusão de que qualquer um pode poupar e que só precisa “se esforçar”. Vemos esse discurso repetidamente em “Coachs” e “*influencers*”, por exemplo.

Na Itália fascista do século XX, bem como hoje, essa manobra não apenas garante o controle interno, mas também atrai o apoio fervoroso do establishment liberal internacional, que, no caso do fascismo italiano, via no autoritarismo de Mussolini a solução definitiva para a turbulência social.

Quando chegou a hora de lidar com Mussolini e a Itália fascista, o eixo liberal formado por Grã-Bretanha e Estados Unidos construiu uma prática de dissonância: ignorar a política repulsiva do país, que depois de 1922 passou a se fundamentar na violência política patrocinada pelo Estado e, ao mesmo tempo aproveitar as oportunidades da economia italiana estabilizada. Para o establishment financeiro liberal, um país com fervor revolucionário como o da Itália exigia um Estado que reestabelecesse a ordem; o fato de que Itália se desviou completamente rumo a um Estado autoritário apenas aceleraria a subjugação de uma classe trabalhadora radicalizada à austeridade. Como esta história demonstra, economistas fascistas e liberais concordavam neste ponto. (Ibidem, p. 32)

Portanto, o fascismo histórico funcionou como o braço armado da austeridade, onde a violência política patrocinada pelo Estado foi o mecanismo indispensável para disciplinar o trabalho, reduzir salários e garantir a reabilitação da acumulação de capital. Isto é revelador ao pensar a realidade atual, pois esse discurso austero permanece vivo no Brasil.

Alias, no caso do Brasil, a autora menciona as missões de Sir Otto Niemeyer, um influente funcionário do Tesouro Britânico e consultor do Banco da Inglaterra, que atuou como “missionário” para exportar a agenda de austeridade britânica na década de 1930. Em sua missão de 1931, Niemeyer aconselhou o governo brasileiro sob a premissa de que o equilíbrio orçamentário e a estabilidade da moeda eram pilares que deveriam caminhar juntos. Ele sugeriu a criação de um comitê voluntário para realizar propaganda da “parcimônia” em todo o país (ibidem, p. 250) e defendeu firmemente a criação de um banco central independente, organizado como uma empresa comercial privada, para proteger a economia de “considerações políticas” e evitar o risco de inflação e desvalorização (ibidem, p. 218-219).

Como podemos ver, esse discurso se repete hoje em dia como fundamento em muitas retóricas de agentes da extrema direita<sup>11</sup>. Mais um caso no qual o passado permanece reverberado no presente, quase como que um fantasma que permanece nos assombrando. A retórica se mantém, o discurso também. Entender isso é importante para traçar esses paralelos entre a relação passado e presente.

## 2.4 Neofascismo e Pós-fascismo

Após o fim da segunda guerra mundial, em 1945, quando o fascismo foi derrotado militarmente, os movimentos fascistas da Europa<sup>12</sup> caíram no ostracismo. A desarticulação nesse período, a morte dos dois principais líderes e milhares de outros, bem como a prisão e fuga de grande parte dos altos escalões do fascismo levaram à dispersão da unidade fascista. Entretanto o fascismo não acabou. Muito pelo contrário.

Nessa situação, o fascismo enquanto forma e movimento, deixando de lado seu aspecto de regime político oficial de Estado, precisou se “reinventar”. Reinventar entre aspas, pois o fascismo precisou se readaptar à realidade prática que se apresentava no pós-guerra. A legitimidade do movimento decaiu, mas havia a necessidade de manter a mobilização de alguma forma. Neste momento vale pensar o fascismo enquanto movimento orgânico, desvencilhado dos grandes símbolos. Longe de o fascismo ser uma entidade senciente com poder de decisão estratégico, ele estabelece-se, antes, como uma forma de “cultura política” que se manteve viva nas personalidades dos agentes sociais presentes nas sociedades em geral.

Cabe nos aprofundar sobre o aspecto antropológico e psicológico do fascismo mais adiante. Ainda assim é importante delimitar que os fascismos, no momento da derrocada de seus principais regimes históricos, continuaram vivendo nas relações humanas, nas personalidades e nos hábitos sociais. É nessa perspectiva que surgem

---

<sup>11</sup> Mais sobre disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2023/01/coaches-que-ensinam-a-enriquecer-enfrentam-crise-financeira-e-demitem-funcionarios.html> e <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/economia-esquinas/o-que-os-coaches-nao-contam-sobre-ficar-rico/> Acesso em 8/02/2026

<sup>12</sup> A Ação Integralista Brasileira teve uma história diferente dos regimes europeus. A AIB entrou oficialmente na ilegalidade – de forma política (Alves, 2019, p. 107) – após o golpe do Estado Novo por Getúlio Vargas. Combates pelas forças oficiais em determinadas regiões do Brasil contra organizações integralistas aconteciam, ao menos, desde 1935, como demonstramos (Alves, 2019, p.108). O contexto brasileiro se distanciou, nesse sentido, do contexto europeu durante a guerra.

segmentações no fascismo de forma mais clara. Uma espécie de diáspora fascista que se desterritorializa, se distancia de sua unidade representada por um símbolo unificante. Já demonstramos que o fascismo pode assumir diversos arquétipos específicos através de distintos interesses. No pós-guerra essa segmentação se torna mais evidente.

Entendemos que não existe melhor ponto para estabelecer o período do fascismo após a Segunda Guerra do que o surgimento do conceito de neofascismo. Esse conceito apresenta também algumas nuances e estabelece formas de interpretação que o constituem como uma categoria complexa. A preocupação em interpretar o fenômeno do fascismo no pós-guerra é um ponto sintomático de como a composição do movimento precisava ser revista. Talvez seja nesse sentido que Nigel Copsey argumentou que o termo também tem “suas deficiências conceituais” (Copsey, 2020, p. 103).

No presente, com a ascensão destes grupos em diversos locais do planeta, essa preocupação se torna mais evidente, levando em consideração que é necessário delimitarmos as arestas evitando reduzi-las a um amálgama genérico sob o rótulo de “novas direitas” Termo este que, por si só, é amplo e complexo demais para objetificar uma determinada especificidade.

Como objetivo do trabalho é um estudo sobre a linguagem fascista brasileira, que entendemos ser um conceito transistórico, exatamente pelo seu caráter metapolítico, os argumentos do surgimento de um neofascismo merecem atenção. Nesse caráter pensamos em trabalhar com duas linhas de pensamento. Há uma certa relação entre as análises do neofascismo propostas por Copsey e Bull, a qual consideramos adequada para uma melhor compreensão.

Segundo Bull, diretamente:

O termo neofascismo define principalmente aqueles grupos e partidos políticos e ideológicos que operaram após 1945, especialmente na Europa, e foram diretamente inspirados pela experiência dos regimes fascista e nazista do entre guerras [...]. (Bull, 2009, p. 2 )

A autora argumenta que essas novas organizações surgidas no pós-guerra, mesmo entre elas, eram segmentadas. Alguns indivíduos eram “nostálgicos” aos regimes caídos, porém com visões reformistas, outros mantinham o caráter “revolucionário” do fascismo, o sonho disruptivo. A questão é que os neofascistas

buscavam “sobreviver” ao novo período e isso demandava ações e estratégias diferentes de quando estavam no poder. Essa situação reflete em uma problemática para os estudiosos do fascismo. Como caracteriza-los? Por mais que a ordem política global tenha se modificado, havia um legado a ser desfrutado por esses grupos (Bull, 2009, p. 2).

Ao que Bull indica, essa transformação no contexto e na realidade dos partidos de extrema direita fizeram surgir debates que buscavam definir exatamente quem e como operavam esses grupos. A pergunta era “até que ponto eles representavam um fenômeno novo e uma ruptura com a tradição fascista, ou se eles se mantinham próximos de uma ideologia fascista, embora envoltos em novos disfarces” (Bull, 2009, p. 2). A análise histórica das experiências neofascistas no período posterior a 1945 torna-se fundamental para a consolidação de parâmetros analíticos precisos.

Com a derrota na segunda guerra mundial, os fascistas foram definidos como párias políticos em seus próprios territórios. Isso não significa que perderam sua importância política ou foram extirpados. Na Itália, por exemplo, os neofascistas seguiram dois caminhos. Em um primeiro momento, explica Bull (2009, p. 4) alguns fascistas “montaram organizações terroristas clandestinas, como a FAR (“Forze Armate Rivoluzionarie”), fundada em janeiro de 1946 por, entre outros, Giorgio Almirante, Clemente Graziani, Julius Evola, Pino Rauti e Pino Romualdi”. Segundo a autora essa organização era explicitamente antidemocrática e revolucionária. Operava de forma disruptiva sendo responsabilizada por ataques a organizações de esquerda.

Um segundo movimento fundado em 1946 contava também com fascistas do FAR. O “Movimento Sociale Italiano – MSI” foi estruturado como partido herdeiro do fascismo histórico. Dois militantes, Almirante e Romualdi, ambos do FAR, adentraram as alas do partido como líderes e fundadores. O MSI também mantinha uma organização ideológica fragmentada. Três alas se destacavam: a primeira mais disruptiva e revolucionária, uma mais conservadora, moderada e nacionalista e uma terceira espiritualista ligada a Julius Evola. (Bull, 2009, p. 5). Evola foi, sem dúvida, “o guru de grande parte da jovem geração de neofascistas italianos” (Bull, 2009, p. 6), que também veremos ser aqui no Brasil do presente, enfatizando a desterritorialidade do fascismo, bem como sua transitoriedade conceitual.

A organização e atuação de fascistas institucionalmente, dentro da nova ordem política vigente no pós-guerra, como no MSI, além da Itália, podem também ser

visualizadas no Brasil deste período. A AIB se manteve na atuação política clandestina até 1945 quando Plínio Salgado e alguns de seus seguidores, semelhantemente ao MSI, resolveram participar da política institucional. Plínio Salgado funda em 1945 o Partido de Representação Popular - PRP, concorrendo a presidência em 1955. Apesar de, neste momento, Plínio Salgado se esforçar para se distanciar do passado, o PRP é visto como um sucessor da AIB. As semelhanças entre o legado fascista na Itália e no Brasil se estabelecem a partir da premissa que estes movimentos perduraram por algum tempo de forma clandestina e após atuaram parlamentarmente. Salgado, inclusive, foi eleito deputado por dois mandatos pelo estado do Paraná, em 1958 e 1962.

Ana Bull enfatiza que um traço presente nos neofascismos é o “revisonismo histórico” (Bull, 2009, p. 6). De certo modo, no Brasil, a tentativa de se distanciar do passado integralista também é visualizável. O PRP em certa medida pode representar essa atitude, a atitude de adentrar nas linhas institucionais da democracia para uma atuação interna. Isso se deu pela óbvia semelhança que era encontrada entre a AIB e os regimes fascistas europeus. Segundo Gilberto Calil (2000, p. 126), essas “evidentes semelhanças” levaram os integralistas a tomar uma posição mais “defensiva” e rever alguns de seus aspectos disruptivos.

Para além da reorganização do integralismo sob a bandeira do PRP, os autores Leandro P. Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020) explicam que a AIB, apesar de ter oficialmente acabado após 1937 e ressurgido no período de redemocratização pós-1945 através do PRP, teve como legado a organização de um neointegralismo pós-1975. O neointegralismo se assemelha aos neofascistas europeus através de entraves que foram necessários para sua sobrevivência, por mais que de forma tardia. Segundo os autores, o neointegralismo, nesse sentido, é “caracterizado pela ausência e pela disputa”. A ausência do líder, falecido em 1975 e pela disputa pelo espaço deixado pelo líder. (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020, p. 116). Apesar de podermos considerar o PRP uma organização de origem integralista, é com a morte de Salgado que o legado ficou aberto para novos grupos que entraram em um embate pela herança deixada pelo líder.

A partir desse raciocínio, tanto o neofascismo, quanto o neointegralismo são vistos como grupos organizados que, para manterem-se vivos, se adaptaram aos ditames da ordem política vigente a fim de estabelecer uma ação política inserida na democracia liberal. Mesmo com sua história antidemocrática, o neofascismo passou

a fazer parte das relações políticas da democracia com o intuito de ganhar terreno no embate político. O receio de ser visto como herdeiros diretos, nesse momento, do fascismo histórico os fez maquiar sua aura autoritária por interesse prático.

Mesmo com esses esforços, o neofascismo pode ser representado para além de herdeiros diretos dos fascistas históricos. Copsey (2020, p. 102), por exemplo, defende que:

[...] o fascismo experimentou uma mutação e que o ‘neofascismo’ é uma importante ferramenta heurística que nos ajuda a conceituar a miríade de adaptações externas do fascismo do pós-guerra, deixando intacto seu núcleo mítico de renascimento revolucionário ultranacionalista.

A questão postulada aqui é que o neofascismo necessita ser visto como um aspecto novo do fascismo e não, simplesmente, como um movimento que visa restabelecer a ordem perdida no período pós-guerra. Não seria um movimento que visa “ressuscitar” o fascismo histórico, mas que está atrelado diretamente a realidade e contexto que foi apresentado após a derrota militar do fascismo. Copsey, a partir disso, busca delimitar três instâncias em que o neofascismo se enquadra a partir desta perspectiva. Desterritorialização, metapolitização e revisionismo histórico. O fascismo, assim, apresenta uma grande capacidade de adaptação e “mutação” nos tempos atuais. Como viemos apresentando desde o início do capítulo, o fascismo, no nosso entendimento, tem no seu cerne essa capacidade de se adaptar aos mais variados contextos.

Identificamos que o conceito de neofascismo foi utilizado pela primeira vez na Itália. Copsey argumenta que, do mesmo modo que o termo fascismo, o termo neofascismo “é anterior ao seu uso de forma genérica” (Copsey, 2020, p. 103). As mesmas situações que usamos para transgredir o termo fascismo das suas reduções e limitações, também podemos encontrar aqui no neofascismo. Cada situação impele uma reação, nesse sentido, o termo neofascismo carrega em si uma construção específica. Por esta razão queremos extrapolar a posição de que o “neofascismo era simplesmente uma denominação, um rótulo aplicado a grupos políticos de inspiração fascista na Itália do pós-guerra imediato” (Copsey, 2020, p. 104).

Apesar dos indícios apresentados por Ana C. Bull (2009) de que o neofascismo apresentava uma parte de seus adeptos carregando uma “nostalgia” do fascismo histórico, a autora também demonstra a disparidade entre os militantes do período pós-



guerra. Mesmo nos movimentos, como MSI, a militância não era homogênea. Copsey vai além demonstrando que esta noção de limitar o neofascismo aos “nostálgicos” seria simplista. O autor explicita que “isso refletia (em parte) a 'distinção de longa data entre o fascismo como movimento e o fascismo como regime' (Copsey, 2020, p. 104). Segundo Copsey, Julius Evola também distinguiu “dois fascismos: o primeiro foi a forma clássica de *Il Ventennio* ('Os Vinte Anos') 1922-1943; o segundo foi o “Fascismo da República Social” 1943-1945” (Copsey, 2020, p. 104). Copsey indaga que, se formos levar em consideração essa primeira mutação do fascismo, então o segundo poderia ser visto como o primeiro “neofascismo, sendo que o MSI seria “mais o herdeiro ideológico”?

Esta argumentação encontra mais embasamento no fato de que, mesmo antes do fim da guerra, em 1944, “Mussolini impeliu os italianos a acolherem a constituição de uma comunidade europeia como pré-requisito para a adesão à Nova Ordem” (Copsey, 2020, p. 105). Essa nova ordem era a união dos regimes fascistas para “salvar a civilização europeia do inimigo bolchevique/judeu”. Para além desta perspectiva, antes, em 1942, o Terceiro Reich já havia decidido “reorientar sua propaganda ao longo de um eixo europeísta” (Copsey, 2020, p. 106). Copsey indaga que se, este for o critério, a de um fascismo pan-europeu, o neofascismo surgiu antes mesmo do fim da guerra, não em um país específico, mas “na própria frente oriental”. Isso se fundamentou com a Internacional de Malmo em 1951 que estabeleceu o “Movimento Social Europeu” e o processo de desterritorialização do fascismo tornou-se evidente.

Copsey ao citar Evola intenta em fundamentar: [...] escreveu Evola em suas Orientações “não vem da mesma terra ou fala a mesma língua, mas compartilha a mesma ideia” <sup>13</sup>Esta visão “eurofascista” de Evola é ponto chave para entendermos a reconfiguração fascista em um movimento neofascista. As razões para isso são diversas. A condição de pária político do fascismo, sua vulnerabilidade, a decepção com a derrota das nações, a separação da Europa em duas são razões para a unificação internacional dos fascistas. A partir destas evidências, entre os estudiosos, “a dimensão transnacional do fascismo adquiriu forte consenso nas últimas décadas” (Caldeira Neto, 2022, p. 601).

13

Disponível

em:

<https://libraryofagarth.com/Philosophy/Traditionalism/Julius%20Evola/Evola%20-%20Orientations.pdf> Acesso em 11/02/2026

Ao fundamentar a cisão com o caráter territorialista do fascismo, o neofascismo estabeleceu formas de ação política que vieram a ser mais eficazes no contexto do pós-guerra. Dificilmente as condições que levaram a milhares de pessoas adentrarem as fileiras fascistas na primeira metade do século XX, seriam efetivas no novo contexto político. Caldeira Neto (2022, p. 602) chama a atenção de que o processo de “metapolitização – inspirada nos cânones da *Nouvelle Droite* – é importante para pensar o neofascismo além das estruturas políticas formais”. A Nova Direita francesa tem como expoente Alain de Benoist, com o qual Copsey dialoga para explicar o significado deste termo. Segundo Benoist:

A questão da metapolítica nasceu da consciência do papel das ideias na história e da convicção de que qualquer tipo de pensamento intelectual, cultural, doutrinário e o trabalho ideológico deve ser pré-requisito de qualquer forma de ação política. (Benoist in Sunic, 2011, p. 83)

Copsey chama a atenção para a semelhança da perspectiva de Benoist em relação à luta contra-hegemônica de Gramsci, em que “capturar o poder cultural” se torna precursor da captura do “poder político” (Copsey, 2020 p. 9). As premissas de ações metapolíticas visam uma noção de conquista dos campos de discussão e debate, estabelecendo a “arena” onde a discussão política se insere. O estabelecimento de uma cultura política fascista pelos movimentos neofascistas é a forma determinante da difusão e construção do poder de ação fascista.

Por fim, não menos importante, o ponto que é imprescindível para a continuidade do fascismo em movimentos neofascistas é o revisionismo histórico, principalmente acontecimentos como a Shoá. O neofascismo precisou se distanciar das atrocidades cometidas pelos seus criadores e demonstrar uma nova perspectiva em relação a essas atitudes. Em muitos os casos havia a negação direta da responsabilidade fascista por esses atos. Em outros, manipulações da história com o intuito de uso político do passado.

O passado traumático do fascismo é algo a ser lidado pelos seus herdeiros. Para isso uma organização é necessária. Dentre outras coisas se evidenciam um profundo desprezo pela academia, a ascensão de “pensadores” e de toda uma rede de articulação em que a historiografia é deturpada por interesses ideológicos. Toda e qualquer forma de deslegitimar esses atos é visto como “perseguição” e “censura”. Adiante desenvolveremos mais sobre esses temas.

Ao fim e ao cabo, nosso entendimento é que a fragmentação citada pela autora é o ponto. Mas é algo que faz parte do fascismo desde seu surgimento institucional na Itália. Ele nunca permanece exatamente o mesmo. Mas uma junção de diversos “lugares subjetivos”. “Os mais revolucionários, os conservadores, os espiritualistas” são um exemplo. No presente, esses grupos, ao mesmo tempo que são distintos, se aproximam. É algo complexo. E se colocarmos a questão desterritorial eles se especificam ainda mais.

Uma definição satisfatória do neofascismo passaria pelo “desmame” das várias formas de fascismo de sua unidade institucional após a destituição de seus regimes. Isso implica diversas controvérsias e consequências. Essas controvérsias e consequências precisam ser digeridas e absorvidas pela expectativa de manter o legado fascista vivo, seja em que lugar subjetivo for. O neofascismo é a forma que foi possível absorver essa expectativa.

Outro conceito que abordaremos nessa seção é o conceito de pós-fascismo. Este conceito dialoga com o conceito de neofascismo de uma forma mais próxima com o entendimento de Nigel Copsey, porém, sem diretamente discordar de Anna Cento Bull.

Podemos remeter o estabelecimento conceitual do termo pós-fascismo ao historiador italiano Enzo Traverso. Traverso que mostra certa inquietude ao determinar que o “conceito de fascismo parece ser inapropriado e indispensável para compreender essa nova realidade” da atualidade em relação aos movimentos de extrema direita e direitas radicais em geral. Segundo o autor o termo seria inapropriado, pois há diferenças entre o fascismo do século XX e ao mesmo tempo não podemos explicar os fenômenos ligados à extrema direita atual sem nos remetermos a esse mesmo fascismo histórico.

O termo pós-fascismo, portanto, está encarregado de uma “particularidade cronológica” que o faz estar situado em uma posição contextual que é “marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação” (Traverso, 2021, p. 15). Dentro deste cânone esse conceito está próximo do conceito de neofascismo dialogado entre Copsey e Bull, mas com uma particularidade, o estabelecimento do período marcado por uma atitude de não reivindicação pública do fascismo, como operam os neofascistas. Há, de certa forma, pouco posicionamento público esclarecido de se autodefinir fascista.

Esse problema de autodefinição em imagem <<sou um fascista>> demonstra a ambiguidade que temos que lidar ao trabalhar com fascismo no tempo atual. Pois, nesse sentido, o termo fascismo não consegue ter o mesmo peso conceitual que o neofascismo ou pós-fascismo, ele é muito mais fundamentado. Isso pode ter lastro na afirmação de Traverso em que as “novas forças da direita radical são um fenômeno heterogêneo e composto” (Traverso, 2021, p. 17). Algo que já fora demonstrado tanto por Bull quanto por Copsey, além, sem dúvidas por Griffin. Apesar disso, Traverso enfatiza que, para ele, o neofascismo seria uma “tentativa de perpetuar e regenerar o velho fascismo” e o pós-fascismo não.

Deste modo, vimos que o mesmo o neofascismo do pós-guerra imediato era heterogêneo e mais complexo do que somente nostálgico ao fascismo histórico. Entendemos que o termo pós-fascismo pode apresentar uma cosmologia mais profunda. As características que Traverso apresenta já se viam no neofascismo, tanto o “surgimento de um passado fascista clássico”, bem como seu caráter transformativo. Porém, em muitos casos, “não apelam a essas origens e se distinguem do neofascismo”, alguns não exibem uma “continuidade ideológica” com o fascismo histórico mesmo que, ao defini-los, seja imprescindível visualizar suas influências fascistas (Ibid, p. 17).

O ponto principal é que o conceito de pós-fascismo tem uma relação direta com o período proposto de sua existência. Serve como forma de visualizar diferenças ao mesmo tempo que apresenta continuidades. Enquanto o neofascismo surgiu no contexto do pós-guerra, mesmo que com caráter desterritorializado e transformado, adaptado, estes movimentos estavam datados no seu próprio contexto histórico.

O pós-fascismo pertence a um regime particular de historicidade — começo do século XXI —, o que explica seu conteúdo ideológico errático, instável e contraditório, no qual se misturam filosofias políticas antinômicas. (Traverso, 2021, p. 18)

Essa compreensão nos ajuda a entender que o fascismo, muito além de ser algo específico, continua se transformando e, por ser parte “central de nossa consciência histórica e de nosso imaginário político”, novas formas de sociabilidade implicadas pela realidade atual forçam o estabelecimento de diferentes formas de atuação políticas de extrema direita. O ponto é que o termo pós-fascismo se enquadra dentro do que esperamos da sociedade atual, acelerada, errática, contraditória,

diversificada, carente de atenção, simplista, entre outros fatores. É uma espécie de “*fascismo on-demand*” que se assemelha aos serviços presentes no capitalismo de plataforma<sup>14</sup> em que o consumidor busca a absorção somente de determinados conteúdos que lhe interessam, ignorando os outros.

Por essa razão o pós-fascismo acarreta esta forma instável, diferentemente da busca uniformização de outrora. Não há como não levar em conta a falta de estabilidade ideológica presente na sociedade atual, no qual há uma segmentação de imaginários determinados por uma enxurrada de propaganda que não chegam perto do que acontecia no século XX. Traverso pontua que este termo tem relação com um caráter “transitório” em que não teríamos mais o fascismo clássico – nem o neofascismo – e estaríamos em transição, o momento pós-fascista, para um outro tipo de fascismo. Nossa tese é de que esse fascismo é o *fascismo on-demand* (voltaremos a essa categoria a seguir), é um fascismo de plataforma ou ciberfascismo, em que os militantes consomem o que lhes interessa e ignoram o que não querem consumir. Similar às plataformas de streaming.

Esta é uma proposta ousada que externamos aqui. O objetivo de focar na linguagem fascista encontra respaldo justamente pela evidência desse caráter errático das direitas radicais atuais. O conceito de Traverso nos ajuda a pensar isso, mas deixa um vácuo no que precisamos determinar: o que temos hoje é fascismo? Segundo essas premissas sim e não. Continua sendo fascismo, porém, transformado e reinventado. Traverso deixa claro a importância atualmente de pensar nesse sentido. É imprescindível que levemos em conta que o fascismo sempre esteve presente em formas culturais na sociedade capitalista. Não há dúvidas nesse sentido. O problema se dá quando tentamos, de modo forçado, colocarmos dentro de uma caixa, quando tentamos aparar suas arestas. Hoje isso não é mais possível.

Não é possível não porquê o fascismo deixou de existir, e sim porque o fascismo se constrói em outras instâncias sociais que não somente a política institucional ou pública. E se auto define como um conjunto de arquétipos, não somente um. Essa é nosso problema e é por essa razão que nas próximas seções buscaremos trabalhar com a desestruturação do fascismo. Se há uma cultura, há diversos modos de vidas que são transmitidos, através da linguagem, de indivíduo a

---

<sup>14</sup> Platform Capitalism é um conceito trabalhado por Nick Srnicek em sua obra homônima de 2016.

indivíduo, sejam esses costumes práticos ou ideológicos, contraditórios ou não. Nesse sentido que Traverso explica que “principal característica do pós-fascismo hoje é exatamente a coexistência contraditória da herança do fascismo clássico com os novos elementos que não pertencem à sua tradição” (Traverso, 2021, p. 51).

É a partir desta premissa que entendemos ser importante observar as teses de Cas Mudde (2022) em relação ao neofascismo e outros termos correlatos e como eles, por muitas vezes, se confundem. Mudde tem como padrão organizacional focar, a princípio, em uma perspectiva cronológica em que ele define como “ondas”. Para Mudde as características do extremismo de direita estão ligadas diretamente ao contexto e ao momento político em que cada onda está situada.

Essas ondas, para o autor, se estabelecem da seguinte forma: I) neofascismo 1945 – 1955. II) Populismo de direita 1955 – 1980. III) Direita radical 1980 – 2000. Além da “quarta onda”, que seria a onda em que se situa essa tese e o momento de publicação da obra de Mudde.

Não há consenso acadêmico a respeito dos termos corretos para o movimento mais amplo e para seus vários subgrupos. Além disso, a nomenclatura dominante tem mudado ao longo do pós-guerra. Nas primeiras décadas, os movimentos eram descritos principal mente como neofascistas, o que mudou para direita extremista nos anos 1980, direita radical nos anos 1990, alguma forma de populismo de direita na virada do século, bem como extrema direita mais recentemente. Esse desenvolvimento remete mudanças tanto no movimento em si quanto na comunidade acadêmica que o estuda. (Mudde, 2022, p.21)

Para Mudde o conceito de extrema direita, utilizado hoje e também escolhido por nós neste texto, seria um conceito mais abrangente. É o conceito que abriga, de certa forma, os outros conceitos como direita radical, ultra direita e neofascismo. Cabe pontuar que, por mais que possamos identificar, a partir de Mudde, especificidades nesses conceitos, entendemos que eles podem ser englobados em um conceito ainda mais geral, o de fascismo genérico de Paxton (2008). Entretanto vamos observar um por um.

O neofascismo, segundo Mudde (2022, p. 26):

O pequeno grupo de fascistas que se manteve leal à causa e não fora ou não estava aprisionado trabalhou basicamente às margens da política. Esse grupo era descrito como neofascista, mas na verdade não apresentava nada de novo. Eram velhos fascistas que

continuaram leais à velha ideologia, e que se organizaram primordialmente em clubes e associações similares, oferecendo camaradagem e apoio aos heróis e mártires da causa fascista.

Portanto o neofascismo estaria diretamente ligado aos “nostálgicos” recentes com a queda do fascismo. Mas como vimos em outros autores neste mesmo capítulo, as interpretações são heterogêneas e seguem interpretações próprias. Em todo caso achamos importante pontuar.

Já o populismo de direita seria uma categoria política que expressava o continuado descontentamento de certos setores de direita com a exploração das elites econômicas, bem como formulações sociais liberais e de estados de bem-estar social.

Pequenos grupos *neofascistas* continuaram existindo às margens das sociedades ocidentais, mas as décadas subsequentes testemunharam a ascensão de uma miríade de partidos e políticos populistas de direita, os quais se definiam mais por sua oposição às elites do pós-guerra do que por uma filiação a uma ideologia ou regime derrotados. Antigos fascistas tiveram um papel importante, mas os partidos não eram neofascistas em termos ideológicos ou de seus quadros. Acima de tudo, esses partidos manifestavam revolta contra a conjuntura política e econômica do pós-guerra, notadamente a marginalização das periferias rurais e o desenvolvimento do Estado de bem-estar social. (Mudde, 2022, p. 28)

A terceira onda, no nosso entendimento, começa a nos interessar mais. Até mesmo pela razão de que entendemos esta onda como uma espécie de “antessala” da quarta onda em que estamos inseridos durante a produção desta tese. Essa onda foi motivada pela imigração em massa e pelo desemprego, resultando no crescimento de partidos de direita radical eleitoralmente bem-sucedidos na Europa.

A terceira onda, que durou aproximadamente de 1980 a 2000, testemunhou o crescimento de partidos populistas de direita eleitoralmente bem-sucedidos, embora estivessem restritos, em sua maior parte, às margens da política, de maneira que os partidos tradicionais os excluía de coalizões e frequentemente desprezavam suas questões, notadamente imigração e a integração europeia. (Mudde, 2022, p. 19)

A quarta onda é a principal para nossa pesquisa. Exatamente pela razão de que a quarta onda é a onda em que se consolidaram e normalizaram as premissas da extrema direita dentro da política institucional. É o que Mudde (2022) chama de “patologia normal”, ou seja, uma sanitização das premissas fascistas dentro da própria

estrutura democrática. O autor argumenta que a extrema direita deixa de ser uma espécie de “tabu” e vira motivo de “orgulho” no combate ao “sistema”. Vemos serem reeditados os mesmos discursos do início do século XX no início do século XXI.

A característica decisiva da quarta onda, e o que a difere de sua antecessora, é a naturalização e consolidação da extrema direita nos sistemas políticos. A extrema direita não é mais considerada um terreno proibido para a política de hoje como havia sido durante a maior parte do período após 1945, salvo por algumas notáveis exceções como o leste europeu dos anos 1990 e o sul norte-americano nos anos 1960. O número de países nos quais a extrema direita é considerada aceitável em coalizões pela direita tradicional, e até mesmo por alguns partidos de esquerda, cresce cada vez mais. Além disso, ideias da direita radical, e até mesmo ultraradical, têm sido abertamente debatidas nos veículos tradicionais da opinião pública, e os partidos tradicionais têm adotado políticas da direita populista radical, mesmo que em versões mais moderadas. (Ibidem, 2022, p. 35)

Em consonância com nosso entendimento, Mudde (ibidem) também entende que outra característica importante da extrema direita atual é a sua heterogeneidade. Não é mais balizada em somente uma figura central, mas descentralizada, desterritorializada, para abranger um maior território ideológico antes de se reaglutinar ao menor dos estímulos (uma eleição contra um partido de centro esquerda, por exemplo). Por essa razão que Mudde expressa que sua obra tem como objetivo debater uma direita que é “hostil” a democracia liberal. Deste modo o autor diferencia as três categorias: extrema direita, direita radical e ultra direita.

Esta obra não está preocupada com a chamada direita tradicional, como os conservadores ou os liberais/libertários, mas somente com a direita antissistema, definida aqui como aquela hostil à democracia liberal: é essa a direita que denomino extrema direita, a qual se divide em dois subgrupos principais. A direita ultraradical rejeita a própria essência da democracia, ou seja, a soberania popular e o governo da maioria. O exemplo mais infame de direita ultraradical é o fascismo, que levou o *Führer* alemão Adolf Hitler e o *Duce* italiano Benito Mussolini ao poder, e foi responsável pela guerra mais destrutiva da história. A direita radical aceita a essência da democracia, mas se opõe a elementos fundamentais da democracia liberal, notadamente os direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação de poderes. Ambos os subgrupos se opõem ao consenso liberal-democrático do pós-guerra, mas de maneiras fundamentalmente diferentes. Enquanto a direita ultraradical é revolucionária, a direita radical é mais reformista. Essencialmente, a direita radical confia no poder popular, e a direita ultraradical não. (Ibidem, p. 22-23)



A partir destas determinantes que Cas Mudde (2022) nos apresenta da segmentação destes conceitos, entendemos oportuno definir, para que não haja um vácuo conceitual, a diferença entre “fascistização” e “radicalização” de direita. Entendemos esses dois conceitos como conceitos complementares. Não existe fascistização sem radicalização política, mas não necessariamente toda radicalização de direita leva ao fascismo. Isso se dá justamente no âmbito que o autor em questão define como “hostilidade” à democracia liberal.

Os grupos de extrema direita, mesmo os mais fascistizados, se utilizam das eleições democráticas para se inserir na política institucional. Uma vez lá, há um endurecimento do discurso “conservador” (dentro da auto definição destes agentes) e à adoção de pautas populistas, mas que, tecnicamente, ainda operam – ou fingem operar – dentro das premissas constitucionais e do jogo democrático. Como foi incessantemente repetido pela linguagem fascistizante brasileira: jogar dentro das quatro linhas.

Portanto a radicalização de direita é geralmente entendida como um movimento dentro do espectro democrático (embora no limite dele), enquanto a fascistização é um processo de ruptura total, envolvendo a destruição da alteridade e a mobilização para a violência. A radicalização de direita é o ponto de ignição que, provavelmente, resulta em ações antidemocráticas, como o processo de Golpe de Estado.

Além disso, pensamos a fascistização com um processo também psicossocial, onde a oposição não é mais um adversário, mas um inimigo que precisa ser eliminado do jogo político. Mesmo que seja pela eliminação física, como no caso do plano “Punhal Verde-Amarelo”. A radicalização ainda opera dentro das premissas democráticas, a fascistização rejeita essas premissas à priori. A radicalização ainda busca legitimidade nas urnas, a fascistização opera a retórica de fraude continuada. Neste caso a diferenciação entre os dois conceitos define a fronteira entre um agente político que joga no limite das regras democráticas e um que atua para destruí-las, mesmo que de dentro. Exatamente o que aconteceu com o processo de Golpe de Estado entre 2018 e 2023.

## 2.5 A cultura política fascista grupuscular e o fascismo *on-demand*

Após o debate que colocamos anteriormente, a categoria de *cultura política*, neste sentido, nos parece adequada para pensar o fascismo além das questões mais ortodoxas da historiografia. Não só pelo distanciamento da visão engessada do fascismo enquanto um movimento limitado à Europa da primeira metade do século passado, mas pela possibilidade que essa categoria nos dá de entender o fascismo como uma linguagem política que atravessa o século XX para o XXI e se faz presente, mesmo que em forma de micropolíticas e grupuscular, na atualidade.

Entendemos que esta categoria nos ajuda a perceber como se dá a expressão política, a performance fascista atual, pois a cultura serve para externar a política. É a forma de transposição entre o pensamento e a ação, a vivência. Os elementos culturais, neste sentido, levam a ação política. É justamente a diferença entre uma ideologia formal, limitada a um aspecto erudito, e o comportamento político que nos interessa, dentro de nossas hipóteses iniciais.

Nosso ponto de partida para a definição de *cultura política* será o trabalho do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2009) em que, a partir da reflexão dos trabalhos de Jean François Sirinelli e Serge Bernstein (cito os textos presentes em Rémond, 1996), apresenta um panorama da operacionalidade deste conceito. Para Motta a cultura política pode ser vista como uma categoria ampla:

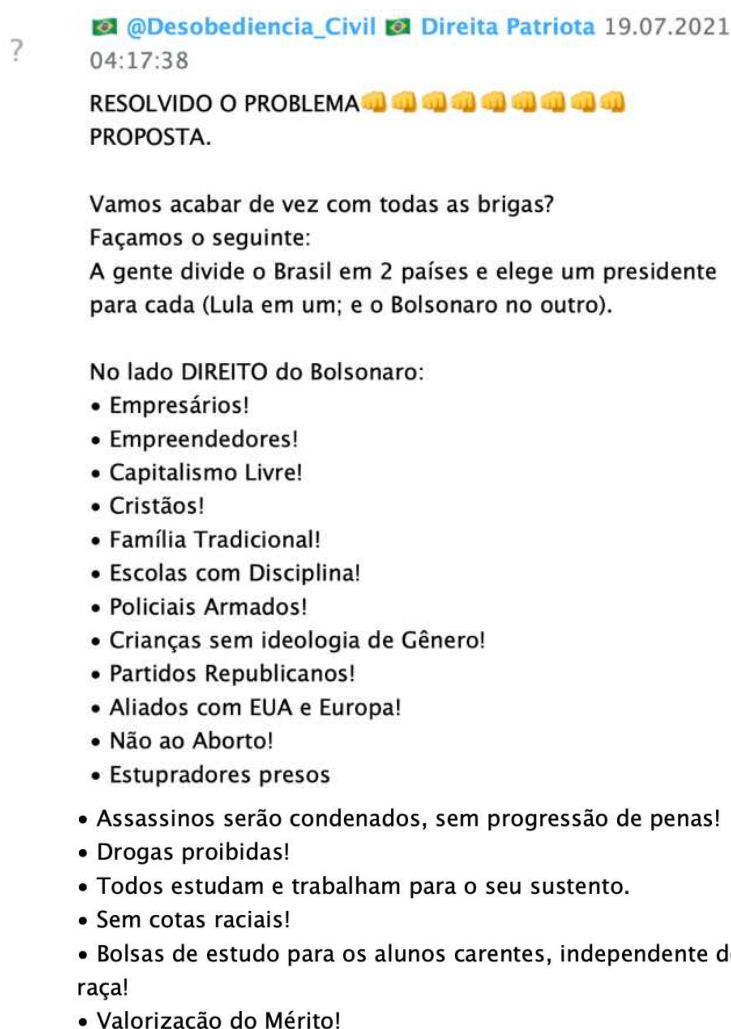
[...] um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos futuros (Motta, 2009, p. 21).

A categoria de imaginário político, ou seja, a forma que você entende o mundo político, sua interpretação dele, bem como sua identidade política, o modo como você se vê no mundo político revela, a partir destas posições do sujeito, a forma como este indivíduo se contrapõe ao outro apresentando sentido destas posições através de uma expressão cultural. As representações que o sujeito cria sobre sua realidade política externa e interna “configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual” (Motta, 2009, p. 21), além, claro, de uma performance política.

Essa performance se impõe como uma guerra e, para além, uma *guerra cultural*. Leva-se em conta que uma cultura política deve compartilhar “valores

políticos comuns, [...] fruto de vivência social e interesses coletivos” (Motta, 2009, p. 26), mas que essas culturas atraem a adesão de pessoas distintas, sejam essas distinções de classe ou de ideologia. Grupos que podem ser, até mesmo, discordantes em alguma pauta social, econômica ou política, são aglutinados em figuras, linguagens e símbolos semelhantes, uma lógica “nós contra eles”. Podem, por exemplo, ter suas distinções, mas há uma dinâmica de adesão que fazem esses grupos estarem sob uma regência genérica.

#### Imagem 6 Print Screen Telegram



No lado ESQUERDO do Lula  
(Haddad / Marina / Ciro / Boulos/Doria)

- Sem Militares!
- Sem Polícia Armada!
- Sem Bancos!
- Sem Empresários !
- Sem Empreendedores!
- Sem Cristãos!
- Partidos Socialistas e Comunistas!
- Aliados: países como Cuba, Venezuela, Coréia do Norte, Nicarágua.
- Aborto Livre!
- Não existirá sexo Masculino ou Feminino – tudo será o mesmo Gênero!
- Não é obrigado a Trabalhar ou Estudar!
- Escolas sem disciplina!
- Crianças dos 4 aos 10 anos irão aprender como fazer sexo nas escolas com meninas ou meninos a depender de sua própria vontade!
- Bolsas Famílias e todas as Bolsas valerão!
- Sem Presídios!
- Drogas liberadas!
- Assaltante é vítima!
- Traficantes livres na praia!
- Pedofilia livre!
- Estuprador não é criminoso, é doente!
- Presos ganham Bolsas presidiário!

E aí, escolheu o seu país ?  
(Sem mimimi, apenas faça sua escolha)

Participe do Grupo  @Desobediencia\_Civil 

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data41 – elaborada pelo autor (2026)

Mesmo grupos que pontuem esclarecidamente sua proposta ideológica, a adesão à cultura fascista não é incompatível às contradições entre outros grupos. Motta (Motta, 2009, p. 27) explica que a ideologia e a cultura política não são necessariamente compatíveis ou incompatíveis e que não se deve “resumir uma à outra”. Vale salientar que a categoria de ideologia tem “duas acepções principais” que nos ajudam a entender a sua relação com a cultura política.

No primeiro caso, ideologia significa falsa consciência e implica o mascaramento da realidade. Trata-se do processo através do qual a classe dominante constrói uma falsa representação da realidade, com que escamoteia sua dominação e garante a obediência dos grupos dominados. Na segunda acepção, ideologia significa um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos e impele a luta pela conquista do poder. (Motta, 2009, p. 27)

Ao levar em conta estas definições, a ligação entre ideologia e cultura política melhora o debate, torna-o mais complexo. Deste modo podemos entender essa relação a partir de que “a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos, valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes)”. O ponto principal desta reflexão, segundo Motta, é que a adesão a determinada cultura política se dá mais por “valores e tradições” do que pela concordância ideológica (Motta, 2009, p. 28). Isso se torna mais evidente quando pensamos em uma ideologia formalizada e erudita. No fascismo há um problema em definir, como fazemos com o comunismo e Marx, um totem, um símbolo da erudição formal de construção ideológica. As referências costumam ser heterogêneas.

O fascismo atual, como apontado, é desterritorializado. E esse desterritorializar também reterritorializa o sujeito. Ao abranger um espectro instável e errático, o fascismo se estabelece enquanto si, aglutina em si aspectos comuns no sentido de valores, trazendo para sua égide diferentes indivíduos, cada qual mobilizados dentro de um espectro de sentido. Roger Griffin (2003), por exemplo, usa a categoria “fascismo grupuscular” para demonstrar o caráter variável do fascismo ou da extrema direita atual. Já Enzo Traverso (2021), como expomos anteriormente, aposta na categoria de pós-fascismo como uma conceitualização mais específica e distante do neofascismo enquanto um ressurgimento do fascismo histórico. Na exemplificação de Sirinelli (In Remond, 2003, p. 256) “ao menos até o segundo conflito mundial, a espécie de intelectual de direita, sem dúvida multiforme, mas bastante real, era talvez estatística e ideologicamente dominante”, entendemos que nessa constatação pode estar um aspecto dessa complexidade em tratar um conceito único para o presente.

Isso parece contraditório, entretanto, quando observamos a guerra cultural que é travada pela linguagem fascista atual no Brasil, podemos entender como esta máquina de criar desejos opera. É profícuo, portanto, pensar isso através de Griffin.

A transmutação das formas de organização da extrema direita no século XXI exige uma revisão dos modelos clássicos e mais ortodoxos de análise centrados em partidos políticos burocratizados e centralizados, como já deixamos claro. O principal exemplo é ver como o próprio Jair Bolsonaro navegou por diversos partidos tendo, até mesmo, tentado criar o seu próprio, a fim de receber guarida às suas ambições autocráticas.

Roger Griffin (2003), propõe que a extrema direita contemporânea opera através de uma estrutura “grupuscular”. Diferente das organizações hierárquicas do fascismo histórico, o fascismo grupuscular assemelha-se ao comportamento de um “*slime mould*” (espécie de mofo ou bolor viscoso - a myxomycota). Uma coleção de organismos unicelulares que, diante de estímulos específicos, agregam-se para formar um único corpo coordenado, sem perder sua autonomia interna. (Griffin, 2003, p.13) No Brasil, essa metáfora traduz perfeitamente a quantidade de grupos que compõem a base de sustentação do que chamamos de “bolsofascismo”<sup>15</sup>. Mesmo que eles nem sempre estejam de acordo por completo.

A coesão desse rizoma digital não depende de um comando centralizado formal, mas de uma unidade de comando simbólica que, no nosso entendimento, está na linguística. As plataformas digitais, ao operarem sob a lógica da “economia da atenção” (termo que trataremos melhor adiante), favorecem conteúdos que mobilizam afetos reativos como o medo e o ressentimento, mas também a esperança e o pertencimento. É nesse ambiente que os *influencers* atuam como tradutores da ideologia e da cultura política para os diversos grupúsculos, mantendo uma lógica retroalimentativa do ecossistema. A grupuscularidade de Griffin (2003) revela, assim, a face mais perigosa do fascismo digital, (ou ciberfascismo): sua capacidade de ser onipresente, descentralizado e, ainda assim, coordenado contra as instituições democráticas.

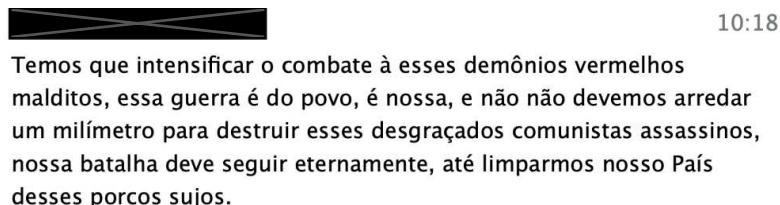
Este rizoma digital conecta grupos aparentemente heterogêneos. Observa-se a coexistência de “bolsofascistas”, integrantes do MBL, ultra liberais da escola austríaca, lideranças evangélicas fundamentalistas, além de outras comunidades como masculinistas, adeptos da estética *red pill*, misóginos, negacionistas científicos, terraplanistas e grupos abertamente racistas ou xenófobos, todos sob a mesma égide de uma cultura política fascista. Embora possuam agendas econômicas ou morais

---

<sup>15</sup> Inserimos esta categoria para dar conta do principal movimento de extrema direita atual no Brasil. Entendemos que o “bolsonarismo” unido com outros grupos, ao se radicalizar para uma proposta autocrática e autoritária derrubando a república, se solidificou em um movimento estritamente fascista. Poderíamos, concordamos, debater se o “bolsonarismo” seria ou não fascista, em determinado momento anterior na história. Seria legítimo e continua sendo. Entretanto deixamos claro que nosso entendimento nesta tese é de que, após os episódios de tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito por este e outros grupos, o consenso que deveremos formar é que o “bolsonarismo” é um movimento fascista. Nossa tese propõe, secundariamente, demonstrar isso no decorrer da argumentação. A junção do “bolsonarismo” com o rizoma de outros grupúsculos unidos pela subversão da lógica democrática estabelece esta categoria para nós.

distintas, esses grupúsculos são unificados por uma força em comum e por uma linguagem que os aglutina num “ecossistema dissociativo”, resumida a um combate a uma suposta “esquerda demoníaca”.

Imagem 7 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data28 – elaborada pelo autor (2026)

O ponto essencial é que determinados grupos tenham, os mais radicais mais explicitamente, uma noção de identidade cultural muito estrita. Há uma concepção propagada por esses grupos, notoriamente exemplificada pelos discursos “bolsofascistas”, por exemplo, de que todo brasileiro é cristão, conservador, dos bons costumes – o cidadão de bem, o lado do bem.

Imagem 8 Print Screen Telegram

NB. Eu, calma amigo, estamos lidando com bandidos, criminosos acobertados por leis que eles mesmos fizeram. Temos que esperar a corda esticar ao máximo, o lado de cá (O do bem), é estratégico. Ñ esqueça que eles querem que hajamos convulsivamente para que a opinião exxterna tenha como se justificar para invadir o Brasil e defendê-los. O Bolsonaro tá esperando o ato final...tenha paciência.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data31 – elaborada pelo autor (2026)

É presente no slogan presidencial e também, em parte, da Ação Integralista Brasileira – Deus, pátria, família e liberdade.<sup>16</sup> Assim, tudo que vá contra essa visão do padrão essencial, será considerado como uma ameaça que põe o indivíduo em um conflito que clama por uma defesa direta dos valores ocidentais cristãos. Isso resulta diretamente na criação de um inimigo e, neste sentido, que a categoria de mitologia

<sup>16</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-10/video/brasil-e-um-pais-cristao-e-conservador-e-tem-na-familia-a-sua-base-diz-bolsonaro-8876242.ghtml> Acesso em 28/09/2022

política trabalhada por Raoul Girardet (1986) nos parece adequada para o debate a seguir.

Como colocado por Motta (2009, p. 21) a cultura política implica em uma leitura comum do passado por esses indivíduos. Isso nos leva a entender que todas essas pessoas precisam ler o mundo através do mesmo espectro, não só ideológico, mas também histórico. Essa é uma questão crucial no fascismo. É necessária a criação de uma história, um passado, para que haja um universo compartilhado por esses indivíduos. Essa leitura do passado e também da realidade prática necessita estar de acordo entre os indivíduos. Assim persegue-se forjar, fazendo alusão ao trabalho sobre Gustavo Barroso de Roney Cytrynowicz (1992), “uma *mito-história política do Brasil*” em que um determinado grupo é culpado pela destruição moral, política, social, econômica, etc. Sendo assim, eleva-se um grupo que se reveste de salvador desta destruição, que irá reconstruir das cinzas a realidade. Para os fascismos, no caso, é produzida uma mito-história do tempo presente, se entendermos a história do tempo presente não como uma escala móvel que se dirige ao futuro, sim um problema histórico expresso no presente, mas com fundamentação no passado.

É nesse sentido que o fascismo, segundo Traverso (2021, p. 140), enquanto cultura, “tentou transformar a imaginação, mudar o modo de vida do povo e eliminar todas as diferenças entre as esferas pública e privada fundindo-as em uma única comunidade nacional (delimitada segundo linhas étnicas ou raciais)”. É uma espécie de “religião civil”, ainda segundo Traverso. Esse paralelo entre ideologia e cultura é profícuo exatamente para nos desvencilharmos da perspectiva de autoconsciência fascista. A interpelação que se apresenta através da cooptação do “espírito” do indivíduo para além de sua reflexão intelectual é um dos métodos mais bem sucedidos do fascismo.

Assim sendo, Traverso demonstra que o fascismo é um “movimento capaz de criar um sentimento fundado na crença e não na escolha racional”, questão intrinsecamente ligada a performance, as práticas e rituais estabelecidos pelos fascistas. Nesse espectro entra a questão também da linguagem que, no nosso entendimento, junto da performance é a instância fascistizante que obtém maior êxito dentro da cultura. O fascismo, assim, além de ser a estetização da política, também é a sacralização desta estética. E essa sacralização parte de uma perspectiva culturalmente de direita, citada por Furio Jesi (2021) como a religião da morte, e a morte fascina. Sem dúvidas o fascismo se coloca como uma cultura política altamente



complexa e articulada. Não é atoa que permanece no imaginário coletivo há, no mínimo, 100 anos.

Quando temos essas noções do fascismo a fim de determina-lo como algo complexo, sem cairmos na armadilha de somente estereotipá-lo como um “movimento totalitário de direita” temos a possibilidade de resolver outros furos que uma análise simplista desta questão apresenta. Por esse motivo que vamos, a partir de agora, procurar desmembrar o fascismo ainda mais. A desterritorialização do fascismo pode ser compreendida não somente de forma geográfica, mas também de forma cultural.

Dizemos isso pelo motivo de que, levando em consideração a reflexão de Traverso que apresentamos anteriormente e que alimentou a nossa elaboração do conceito de *fascismo on-demand*, podemos encaixar este conceito com a perspectiva encontrada nas relações sociais presentes na era do capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016).

Se a grupuscularidade proposta por Griffin (2003) oferece a chave para entender a estrutura orgânica e descentralizada da extrema direita contemporânea, o conceito de *fascismo on-demand* permite compreender a sua mecânica de disseminação e engajamento na era da subjetividade digital. Na lógica do consumo *on-demand*, o indivíduo não é mais submetido a uma propaganda de massa unificada e monolítica, típica do fascismo histórico, mas a um menu de conteúdos customizados por algoritmos que atendem às suas pulsões, desejos e inclinações prévias.

Nesse cenário, o ecossistema dissociativo brasileiro (que elaboraremos melhor adiante) opera como uma plataforma de *streaming* ideológico. Para o ultraliberal, o fascismo é “entregue” sob a roupagem da desestatização absoluta e do empreendedorismo de si; para o grupo dos *red pills* e masculinistas, a interpelação ocorre via o reforço da hierarquia de gênero e da misoginia; para os grupos religiosos fundamentalistas, o apelo é a defesa da família tradicional e do cidadão de bem contra um inimigo progressista imaginário. Como aponta Cas Mudde (2019, p. 185), essa “patologia normal”, essa sanitização do fascismo, permite que o discurso extremista se infiltre em diferentes nichos ao apresentar preocupações cotidianas, mas radicalizando-as de forma a estabelecer uma lógica de luta espiritual do “certo contra o errado”.

O *fascismo on-demand* resolve o problema da heterogeneidade dos grupúsculos, que nas plataformas digitais criam bolhas de consumo nas quais a realidade é fragmentada. No entanto, embora o consumo seja descentralizado e

personalizado, a fonte ideológica da linguagem é comum. É aqui que ocorre o processo de reterritorialização: ao consumirem diferentes produtos desse ecossistema, os indivíduos, antes dispersos em suas subjetividades isoladas, são capturados por uma lógica política unificada. Eles se aglutinam não em torno de um programa partidário, mas de um desejo em comum: a radicalização da cultura de direita.

No *fascismo on-demand*, as palavras-chave (como “liberdade”, “patriota”, “doutrinação”, “sistema”) funcionam como hashtags que conectam os diferentes grupúsculos. Um “bolsofascista” e um ultraliberal do MBL, por exemplo, podem chegar ao mesmo ponto de radicalização por caminhos de consumo distintos, mas a linguagem que utilizam para descrever o inimigo é idêntica. A reterritorialização ocorre quando essa massa de consumidores *on-demand* se converte em uma força política coesa pronta para o ataque às instituições democráticas, como o “terrorismo doméstico” observado no Brasil recente.

Portanto, o fascismo *on-demand* representa uma certa sofisticação da micropolítica fascista, ou uma adaptação para a era da sociedade digital e do ciberfascismo (Griffin, 2009, 128). Ele não impõe uma verdade, ele oferece uma “verdade customizada” que satisfaz o desejo do sujeito de se sentir parte de uma elite moral ou intelectual. Ao fazer isso, o ecossistema digital transforma a fragmentação da sociedade em uma unidade agressiva, na qual a multiplicidade de grupúsculos não é uma fraqueza, mas a força de uma rede que se reconecta e se reterritorializa sob a égide do mito conspiratório e da negação da alteridade.

Nesse sentido partiremos para uma breve explanação sobre as ideias relacionadas as micropolíticas fascistas.

## 2.6 As micropolíticas fascistas

Trazemos aqui a noção de micropolíticas fascistas principalmente a partir de Félix Guattari (1981). Noção que o autor apresenta a partir do conceito de desejo. Antes de prosseguirmos, cabe uma precisão importante acerca da noção de desejo em Guattari.

Diferentemente de determinadas tradições psicanalíticas que compreendem o desejo prioritariamente enquanto expressão de uma falta herança que remonta à leitura lacaniana do desejo como efeito de uma carência estrutural, irremediavelmente articulada à ordem simbólica e à lei, Guattari, em diálogo com Deleuze, o concebe

como potência produtiva. O desejo não aparece como ausência a ser preenchida, mas como força capaz de investir relações sociais, conectar sujeitos, produzir sentidos e participar ativamente da constituição de realidades subjetivas e coletivas. Trata-se de uma inversão de perspectiva fundamental. Em vez de perguntar o que falta ao sujeito, trata-se de perguntar o que o desejo produz, que conexões estabelece, que territórios existenciais constrói e que agenciamentos torna possíveis. O desejo, nesse sentido, não é da ordem da representação, mas da ordem da produção; não se limita a significar o mundo, mas efetivamente o fabrica, investindo máquinas sociais, técnicas e semióticas das mais diversas naturezas.

Essa distinção possui especial relevância para esta pesquisa, pois aquilo que denominamos linguagem fascistizante não se limita à circulação de representações ou ideias, estando diretamente ligado à produção de formas de pertencimento, afetos, identidades e modos específicos de experimentar o mundo social. Se o desejo fosse compreendido apenas como falta, a linguagem fascistizante poderia ser lida como mera compensação simbólica diante de uma carência social, econômica ou identitária do sujeito que a mobiliza. Essa leitura, embora não de todo equivocada, corre o risco de reduzir o fenômeno a uma função psicológica individual, obscurecendo sua dimensão propriamente coletiva e produtiva.

Ao concebermos o desejo como potência produtiva, torna-se possível compreender como a linguagem fascistizante opera menos como discurso sobre o mundo e mais como maquinaria de produção de mundo: ela fabrica vínculos, constitui comunidades afetivas, delimita fronteiras entre “nós” e “eles”, e oferece, a quem dela participa, uma forma concreta e sensível de pertencimento e de experimentação da realidade social. É justamente por operar nesse registro produtivo e não apenas representativo que essa linguagem consegue se disseminar, se intensificar e se reproduzir nos agenciamentos coletivos de enunciação que constituem o objeto desta pesquisa.

É nesse sentido que essa distinção possui especial relevância para esta pesquisa, pois aquilo que denominamos linguagem fascistizante não se limita à circulação de representações ou ideias, estando diretamente ligado à produção de formas de pertencimento, afetos, identidades e modos específicos de experimentar o mundo social.

Há uma certa desobrigação de Guattari em tratar a questão do fascismo a partir do desejo como um resultado direto da aproximação do Marxismo e da Psicanálise.

Porém o estabelecimento do desejo no âmbito capitalista, como também abordamos a partir de Adorno e das interpretações marxistas do fascismo, é de suma importância para compreendermos as formas que o fascismo se estabelece atualmente.

Essa premissa de Guattari é, de certa forma, profícua para que encontremos um quadro teórico/metodológico factível – no âmbito de adequado – a fim de compreender ainda mais o estabelecimento do fascismo na atualidade. A prática de comparação entre as instâncias macropolíticas e micropolíticas é um exercício que nos traz formas objetivas de compreender que o fascismo encontra uma perspectiva específica relacionada ao tipo de sociedade que observamos hoje. Segundo o autor, essa distinção visa estabelecer um modelo que possa liquidar com a universalização dos desejos capitalistas, pois:

[...] há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo. E isso sob duas formas: seja uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problemas de partido, de Estado, etc.). (Guattari, 1981, p 174).

Guattari expõe essas questões exatamente pelo motivo de que não devemos distanciar qualquer análise política da política da análise. É uma forma ativa de interpretação, pois os desejos estão presentes incansavelmente em nossas vidas, e fazem parte de nossa estruturação enquanto indivíduos. Essas perspectivas são importantes para o entendimento do fascismo no sentido de que a própria ideologia se vale dos “ânimos” presentes para além de reflexões estritamente racionalizáveis.

Outra questão é se libertar da pretensão de analisar uma situação a partir da gana em encontrar um modo de apreender todas questões inerentes ao fenômeno. Uma ação micropolítica, para Guattari, se fundamenta não mais em representar as massas ou responder as questões a fim de resolver o problema revolucionário da sociedade. A pretensão de interpretar as lutas sociais de forma a criar mecanismos disruptivos que mecanize os objetivos de determinadas funções ideológicas perde seu determinismo. Isso não quer dizer que não haja uma responsabilidade social na análise micropolítica dos desejos, mas que há de compreendermos que não existe somente uma determinação objetiva para tal. O ponto é relativizar a ação. Opor-se “passo a passo aos hábitos repressivos, ao burocratismo, ao maniqueísmo

moralizante que contaminam atualmente os movimentos revolucionários” (Guattari, 1981, p. 176)

Essa perspectiva nos traz uma nova multiplicidade de situações. E a multiplicidade casa com a nossa proposta de fascismo. Exatamente pelo que viemos debatendo nas páginas anteriores. A análise micropolítica “deixa de se apoiar em um objeto transcendente”, deixa de focar na centralidade das relações políticas. Nos distancia de uma ideia que limita a organização política em grupos extremamente coesos e determinantes em si. Um bom exemplo pode ser tratado na função homogeneizante do Estado ou de um regime fascista. O fascismo atual se apresenta pelo “acúmulo” de diversas pautas parciais que em junção formam a coletividade. Guattari apresenta esses argumentos com o intuito de revolucionar a própria noção revolucionária partidária de esquerda. O caso é que o fascismo, nos parece, percebeu a eficácia desta função antes dos socialistas. Ao menos na operação digital.

Esse questionamento radical dos movimentos de massa que produzem indivíduos serializados, como vimos no fascismo histórico, perde o sentido nas funções sociais que se apresentam no tempo atual. “O que se torna essencial é conectar uma multiplicidade de desejos moleculares, conexão que pode se desencadear em efeitos ‘bola de neve’, em provas de força em grande escala” (Guattari, 1981, p. 177). Há uma estratificação proposta por uma “multiplicidade de máquinas desejantes” que não necessitam ser “estandarizados e ordenados” a partir de um objetivo central. É o que torna nossa análise complexa.

A complexidade se dá no sentido de que, ao pensar os diferentes conjuntos sociais, os diferentes interesses práticos, sejam eles diferenciados por questões que sejam (gênero, etário, econômico, social, geográfico, etc.) ainda apresentam um interesse prático que se utiliza dessa estratificação para o estabelecimento de determinantes políticas. Há uma escolha. Mesmo que não consciente no sentido geral. “A unificação aqui não é antagônica à multiplicidade e à heterogeneidade dos desejos, como era o caso quando estes eram “tratados” por uma máquina totalitária-totalizante de um partido representativo” (Guattari, 1981, p. 177).

O agenciamento é coletivo mesmo que o desejo seja individual. Individual pode ser em sentido de pequenos grupelhos, pequenos grupos desejantes. Mesmo que se contradigam, esses grupos reprimem atos e falas que sejam vistos como “contrárias”. Ao mesmo tempo que os moleculariza e permite sua individualização, também os unifica e os reprime se não estão inseridos dentro de uma determinada situação

ideológica que seja condizente. É necessário que esses sentimentos sejam conformes a determinantes claras, mesmo que individualizados.

Para Guattari as subjetividades são produzidas através de *agenciamentos de enunciação*. É linguagem. Por essa razão trabalharemos a seguir nesse escopo. Por ora, Guattari demonstra que “os agenciamentos coletivos de enunciação produzem os próprios meios de expressão” (Guattari, 1981, p. 178). Isso pode aparecer em forma de um novo socioleto, uma *novilíngua*, que se apresenta como uma forma de expressão estética e semiótica. A performance linguística é um ponto sintomático nessa problemática.

Não mais se tem face a face um sujeito e um objeto e, em terceira posição, um meio de expressão; não mais se tem a tripartição entre o campo da realidade, o campo da representação e da representatividade e aquele da subjetividade. O que se tem é um agenciamento coletivo que é, ao mesmo tempo, sujeito, objeto e expressão. (Guattari, 1981, p. 178)

A importância da reflexão de Guattari está no sentido de enfatizar a molecularização do fascismo para que compreendamos como, a partir do reconhecimento de toda espécie de fascismo, possamos compreender como essas grandes representações se deslocam em “numerosos subconjuntos”. É uma recusa das simplificações, como diria o autor, o que reflete em uma “genealogia” e a “permanência de certas maquinarias fascistas”. Essa análise dos componentes moleculares demonstra que o fascismo está além do partido. Nos faz entender o fascismo em diversos locais da interação humana. O fascismo continua passando, em diversas formas, mesmo não sendo o mesmo fascismo sempre.

O ponto crucial é entender que existem “fórmulas de captura do desejo das massas” e que em determinado momento as pessoas “desejam o fascismo.” A micropolítica fabrica Mussolinis, Hitleres, Bolsonaro ou Salgados e ela se perpetua na vida comum. As máquinas desejantes que produzem os agenciamentos de enunciação se mantêm em “novas microcristalizações fascistizantes”, são substituídas por outras performances, se adaptam, porém se perpetuam. As formas micropolíticas analíticas do desejo tem esse papel: “recusar-se a deixar toda e qualquer fórmula de fascismo, seja em qual for a escola em que se manifeste” (Guattari, 1981, p. 183). E não há receio em falar isso.

Ela propicia encontrarmos o fascismo onde menos esperamos, na família, ou no partido, no sindicato ou na escola. Os desejos fascizantes são uma realidade e não há como negá-los. Mesmo o fascismo sendo um mecanismo de freio da luta de classes, ele se tornou mais perigoso que o próprio objetivo revolucionário da esquerda. É interessante como uma coisa serve a outra, justamente pela forma que a nossa própria sociedade se estabelece de forma estratificada. O capitalismo necessita criar situações que nos insiram dentro da lógica que ele determina como correta. Há sempre uma lógica de nos atribuir uma forma. Ele nos impõe seus próprios modelos de desejo e não cessará em fazê-lo. Quando o problema se torna agudo o fascismo se revela. Não que estivesse inexistente, sempre esteve lá, mas ele se revela.

Ao lado do fascismo dos campos de concentração - que continuam a existir em inúmeros países -, desenvolvem-se novas formas de fascismo molecular: um banho-maria no familialismo, na escola, no racismo, nos guetos de toda natureza, supre com vantagens os fornos crematórios. Por toda a parte, a máquina totalitária experimenta estruturas que melhor se adaptem à situação: Isto é, mais adequadas para captar o desejo e colocá-lo a serviço da economia de lucro. Dever-se-ia, portanto, renunciar definitivamente a fórmulas demasiado simplistas do gênero: "O fascismo não passará". Ele não só já passou, como passa sem parar. Passa através da mais fina malha; ele está em constante evolução; parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós. Em situações aparentemente sem problemas, catástrofes podem aparecer de um dia para o outro. O fascismo, assim como o desejo, está espalhado por toda parte em peças descartáveis, no conjunto do campo social; ele toma forma, nunca lugar ou noutro, em função das relações de poder. (Guattari, 1981, p. 188 – 189)

É por essa razão que devemos trazer a luz do debate as questões mais moleculares do fascismo. A percepção humana e o desejo continuam presentes de forma sintomática nas relações humanas que reproduzem concepções fascizantes. Dentro desse escopo, dos agenciamentos coletivos fascizantes, entendemos ser o ponto de inflexão a linguagem. Linguagem essa que vamos abordar a seguir.

## 2.7 A linguagem fascista e suas estruturas psicológicas

Nessa seção buscaremos fechar o nosso raciocínio em relação ao fascismo a fim de estabelecer as últimas arestas que entendemos serem importantes para a observação do nosso objeto de forma empírica. Nosso interesse é demonstrar que, a partir das premissas de Félix Guattari e Suely Rolnik (1986), como é fundamentada

uma linguagem que estabeleça os “inimigos”<sup>17</sup> da extrema direita brasileira nas plataformas digitais. Isso fundamentará o processo fascistizante da sociedade, através da negação da alteridade por uma linguagem que aplica a lógica que apresenta a mobilização conforme aos interesses de grupos determinados.

Para isso, levantaremos algumas questões que são importantes para entendermos como essas posições são definidas. A linguagem que é expressada em atos de fala é o primeiro ponto. A subjetividade fascistizada, não só no nosso caso, mas em todos os casos, é produzida por “agenciamentos de enunciação” (Guattari; Rolnik; 1986, p. 31). Agenciamentos de enunciação são fenômenos linguísticos de interação. Aquilo que se pensa, se diz e se anuncia. Além disso, a linguagem apresenta um panorama mais vasto que vale a pena pontuar.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (Bakhtin, 1981, p. 92)

Nesse sentido, a linguagem é uma das representantes das “estruturas simbólicas” da humanidade (Cassirer, 1994). Ela é uma instância direta da cultura humana e sempre está “sob a influência da função mito-criadora” (Cassirer, 1994, p. 178). Teorias como a de Hamann, segundo Cassirer, estabelecem que a linguagem tem suas raízes no “lado poético da vida”, e que não devemos observá-la no “abandono à percepção objetiva das coisas, nem em sua classificação segundo determinadas notas características, mas sim no primitivo poder do sentimento subjetivo” (Cassirer, 1992, p. 54). A linguagem não é um fato pessoal, mas sempre um “fato social”, é sempre estabelecida em mais de uma pessoa. (Saussure, 2006, p. 21)

Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo; todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos. (Saussure, 2006, p. 21)

---

<sup>17</sup> Por inimigos nós entendemos os responsáveis pelo “complô” nos termos de Girardet (1986). A ideia de definir estes inimigos práticos é estabelecer a análise de como funciona a operação linguística de negação do outro.



Embora essas abordagens permitam compreender a dimensão simbólica e compartilhada da linguagem, a presente pesquisa não a reduz a um simples sistema de representação. Em consonância com a perspectiva de Guattari (1981), entendemos que a linguagem participa também da produção de subjetividades, operando como componente ativo dos agenciamentos que organizam afetos, identificações e formas de pertencimento político.

Deste modo interligamos com a reflexão de Klemperer (2009) em que o autor traz uma reflexão no âmbito do dizer em que “a linguagem que poetiza, pensa por ti”. E não se contenta em pensar por nós, segundo o autor ela também conduz nossos sentimentos, dirige a nossa mente “de forma tão mais natural quanto mais eu me entregar a ela inconscientemente” (Klemperer, 2009, p. 55). A linguagem, portanto, pode ser vista como a forma de interação verbal da “expressão de uma época”. Segundo Klemperer a linguagem “sempre revela o que uma pessoa tem dentro de si e deseja encobrir, de si ou dos outros, ou que conserva inconscientemente” (Klemperer, 2009, p. 49). Se a linguagem for venenosa, cooptar a violência interna do indivíduo, ela conseguirá guiá-lo nesse caminho.

Ao se inserir dentro de raciocínios que estabelecem determinadas posições políticas e ideológicas, essas pessoas impactadas por esta determinada linguagem costumam se expressar em atos de fala que demonstrem a negação do outro, do diferente de si, ou o que repulsam. Mas não qualquer outro, sim um outro específico. O outro que seja a sua contraposição no campo político. E essa contraposição, a identificação deste contraditório é construída artificialmente e difundida de forma estratégica, como veremos no decorrer do trabalho.

Esse condicionamento é perigoso, pois não é feito de forma objetiva, mas subjetiva. As pessoas realmente entendem estar exercendo uma opinião delas, não se veem impactadas por um processo de fascistização onde é criado um inimigo direto. Esses atos de fala que reproduzem a linguagem fascistizante são encontrados de forma abundante nas plataformas digitais, não cabe nem exemplificar neste momento de forma exaustiva, o que deixaremos para a sequência, porém, um exemplo é extremamente sintomático. O ataque à pesquisadores do fascismo brasileiro.

Exemplificaremos estes ataques e como se constrói uma perspectiva fundamentada no combate ao inimigo mais adiante, o ponto que buscaremos apresentar agora diz relação em como uma paranoia baseada em uma mito-história

de um complô orquestrado por forças ocultas serve de interpretação da realidade prática a fim de criar formas de agenciamento coletivo através de enunciações orquestradas que resultam em um processo fascistizante.

Cabe ressaltar que a interpretação de Georges Bataille (2022) sobre a estrutura psicológica do fascismo trabalha com a mesma lógica de pertencimento e não pertencimento. Bataille estabelece que a organização social no capitalismo se determina em duas estruturas que ele define como “homogêneas e heterogêneas”. A função da estrutura homogênea significa o estabelecimento do indivíduo como útil dentro do capitalismo. Tudo que é visto como não útil é excluído. Ela seria capaz de “aniquilar ou reduzir a uma regra as diferentes formas desordenadas” (Bataille, 2020, p. 19). É nesse sentido que a homogeneidade social depende da homogeneidade (no sentido geral da palavra) do sistema produtivo” (Bataille, 2022, p.23).

O fascismo, no caso, faria parte de um sistema heterogêneo. Bataille compara as funções do consciente à reprodução heterogênea e a reprodução homogênea ao do inconsciente (Bataille, 2022, p. 28). Nesse fundamento as forças heterogêneas produzem ações afetivas, pois a “realidade heterogênea é da força do choque”. É a partir deste raciocínio que Bataille explica que o fascismo serve como uma força de combate contra a decadência construída pela lógica estabelecida. É a função de combate contra a cultura homogênea da sociedade em questão. Por essa razão esses agentes são vistos como “outsiders”, se colocam como “antipolíticos”, como a “mudança”, etc. mesmo que, ao fim e ao cabo, sejam agentes de uma manutenção da lógica exploratória capitalista.

Como apresentamos anteriormente, o fascismo, principalmente no contexto determinado aqui, deve ser visto como uma cultura política. A construção da cultura política fascista estabelece pontos moleculares de “pulsações políticas”, fazendo alusão ao termo de Guattari (1981). O estabelecimento desses pontos, que se apresentam no processo de fascistização do Brasil atual, determinam uma identidade cultural explícita que buscamos apresentar anteriormente. Essa identidade cria uma substância mitológica da expressão política e estabelece os entraves de uma “guerra” sacralizada contra um inimigo. Esse é o ponto e encontramos nas determinações de Raul Girardet (1986) sobre a mitologia política um profícuo esclarecimento.

Segundo o autor em questão existem conjuntos estruturais que vão delimitar uma mitologia política e que, no seu caso, quatro se destacam: a *conspiração*, a *idade do ouro*, o *salvador* e a *unidade*. Para nós, um desses quatro conjuntos é suficiente

para elucidar como se dá a lógica da guerra cultural forjada pela linguagem fascista brasileira, o do “mito conspiratório”. Há um discurso interessante em que se apresenta uma linguagem através de atos de fala que expressam no termo “narrativa” a forma que a linguagem fascistizante se coloca em contraposição ao outro – “isso que você diz não passa de uma narrativa”, dizem os interlocutores recorrentemente. É interessante, pois é comum no debate político atual a utilização e a defesa de questões como democracia e liberdade, justamente para atacar a democracia e a liberdade.

Essas contradições, esses paradoxos semânticos e conceituais, ficam claros em manifestações de rua onde interlocutores e mediadores se colocam em atos de fala para expressar em performance seu imaginário e sua identidade política. As manifestações de rua, talvez, possam ser lidas como uma das mais visuais formas de se expressar determinada cultura política, além de que a semiótica presente nestas performances e discursos estão carregadas do caldo cultural forjados na identidade específica da cultura fascista atual.

Pensamos aqui o discurso enquanto ação, por isso a utilização do termo “atos de fala”, usado por John Pocock (2003) através de uma aproximação entre a linguística e a história, em que o termo representa a ação da fala a partir de uma linguagem, ou seja, “elocuções atuantes sobre aqueles que as ouvem, e até mesmo sobre aqueles que as enunciam” (Pocock, 2003, p. 24). A linguagem, nesse caso se apresenta como a estrutura linguística que proporciona determinados atos de fala. O uso do termo narrativa pela linguagem fascistizante, visto como exemplo anteriormente, se reveste, neste sentido, de um ato de fala dentro de uma linguagem específica.

Há a forja de uma “novilíngua”, um “socioleto”, ou gramática que apresenta respostas prontas, muitas vezes reproduzidas simetricamente pelos atores políticos. Quando um historiador faz uma análise qualquer sobre qualquer tema que não seja do agrado, ou não esteja conforme aos interesses da linguagem fascista, é objetivamente descartado como uma “narrativa”, uma mera opinião. O debate dentro da historiografia e a revisão ética e responsável de trabalhos historiográficos são importantes. Porém, o que é apresentado nesse contexto é que aquilo que vá contra o interesse destes grupos é descartado sumariamente, negado e rejeitado. Isto se apresenta na própria linguagem, nos próprios atos de fala e discursos. É um universo próprio, fechado em si, que não possibilita outra interpretação do passado ou do

presente, nem vislumbrar um futuro que seja diferente do estabelecido por essa “mito-história”.

Por essa razão a reflexão de Girardet é importante. Primeiro pela questão da noção de conspiração. O mito da conspiração exerce um papel primordial para o estabelecimento da linguagem fascista no Brasil. Nosso entendimento é de que ele se estabelece enquanto tecido histórico e interpretativo da historicidade, ou seja, a partir da conspiração é que a linguagem do fascismo cria seu próprio “regime de historicidade” (Hartog, 2011, p. 28-29), em que ele dá sentido a experiência política passada e presente da sociedade, assim podendo projetar um “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006) do que é objetivado para o futuro.

A conspiração, segundo Girardet (1986), pode ser operacionalizada a partir de algumas estratégias. Primeiramente a ideia de complô. A ideia de complô “impõe-se em primeiro lugar a imagem, temível e temida da Organização” (Girardet, 1986, p. 34). Há, portanto, a revelação da existência de uma organização que, a partir de um conluio intencional entre seus participantes, compartilham do desejo em criar uma estratégia política para atingir um resultado pré estabelecido. Esse conluio reflete que esses cúmplices estão “ligados entre si pelo juramento do silêncio” (Girardet, 1986, p. 34). O resultado é que exista assim uma rede de segredos que implicam em perigos para aqueles que tentem revelar o complô. Segundo Girardet, “o segredo constitui a primeira das características” da Organização. (Girardet, 1986, p. 34)

A Organização produz também uma hierarquia, na qual, no topo da pirâmide encontra-se “uma autoridade soberana definida ao mesmo tempo como implacável e invisível” (Girardet, 1986, p. 35). Essa autoridade simbólica da organização “persegue, com efeito, um mesmo e prodigioso desígnio: a dominação do mundo” (Girardet, 1986, p. 34). Para Girardet o plano final do complô, ou por aqueles que controlam seus fios, presente no mito conspiratório é “responder a uma inextinguível vontade de poder e de retomar o sonho eterno da edificação de um império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade” (Girardet, 1986, p. 34).

Nesse raciocínio, essas pessoas, esses agentes políticos necessitam de um total controle sobre toda e qualquer forma de informação, passando pela sua clivagem o que deve ou não ser veiculado nas mais diversas esferas da comunicação. Assim os meios de informação e de divulgação de conhecimento aparecem como controlados por essa força. Há uma manipulação secreta em tudo que a sociedade

consome, levando-nos a estabelecer enquanto sujeitos dominados também intelectualmente e psicologicamente pela Organização.

Resta, segundo Girardet, uma última estratégia, a da corrupção. A corrupção é algo intrínseco aos homens do complô. É através dela que eles coagem, manipulam, silenciam e criam segredos sobre seu “prodigioso desígnio”. A corrupção, nesse sentido, extrapola questões legais e atinge o “aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais” (Girardet, 1986, p. 43). É a corrupção da alma, é se entregar às trevas morais da sociedade. Isso revela que os homens do complô são aqueles que estão no subterrâneo moral da sociedade. Neste momento a questão implica um caráter subjetivo que tem forte apelo cultural. Uma sacralização da política.

A angústia de estar sendo dominado pelas trevas é algo evidente na conspiração. Dentro da linguagem e do imaginário da atual cultura fascista brasileira essa questão se apresenta recorrentemente. É a forma que esses homens da conspiração são apresentados dentro da sociedade, como homens das sombras, do submundo, degenerados, bandidos, bêbados, os que fogem da “normalidade social. Este raciocínio não vê problema em evocar pavores ancestrais da humanidade, de desempenhar o mesmo papel que a mitologia religiosa provoca. A denúncia do espírito maligno e das trevas, desenvolvendo um processo demonização deste homem do complô. Assim, esse raciocínio aparece como o “embate entre os filhos da luz contra os poderes das trevas”. (Girardet, 1986, p. 49)

## Imagem 9 Print Screen Telegram

JP



08.08.2021 23:16:21

A todos aqui deste canal que são féis a Deus e anti PT e anti PCdoB ( Cuidado e se for Fraco não ler mais a partir deste ponto ) , prestem muito atenção ; os Transhumanistas e Comunistas Chineses liderados por mega corporações são contra a humanidade estão neste momento retirando órgãos internos de fetos abortados entre 3 a 8 meses de vida sem usarem anestesia para venderem os órgãos e para realizarem pesquisas científicas como tirar a pelo do feto e a inserir em ratos . Todos os Humanos e Cristãos tem que se manifestarem e repassarem esta informação para impedirmos estes atos Satanicos Transhumanistas de se perpetuarem 🙏🙏🙏

Que Deus nos Ajude pois estamos em uma guerra e a maioria da raça Humana nem sabem que ocorre neste exato momento um Holocausto muito pior que ocorreu na 2a guerra

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data69 – elaborada pelo autor (2026)

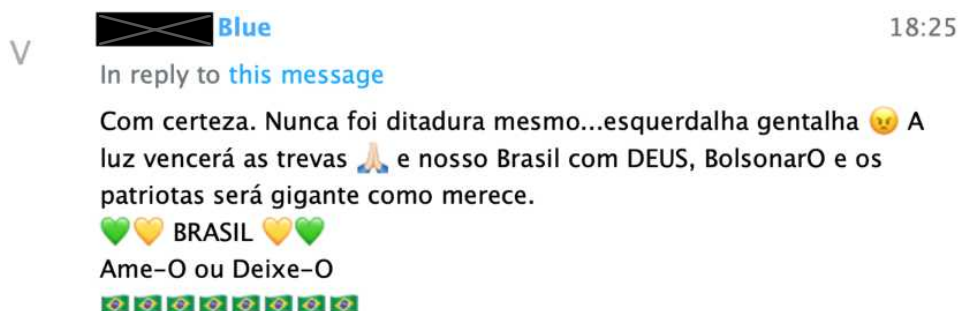
A semente que produz a angústia pelo salvador contra o complô está plantada. O raciocínio está feito. Nosso papel, enquanto historiadores, não é apresentar um julgamento em que digamos que a forma de raciocínio do fascismo é incorreta. Não nos importa neste momento. Importa entendermos que a lógica do mito conspiratório funciona como uma forma de interpretação do mundo pela cultura fascista.

Paradoxalmente, o mito do complô tende, assim, a preencher uma função social de importância não negligenciável, e que é da ordem da explicação. Explicação tanto mais convincente quanto se pretende total e de exemplar clareza: todos os fatos, qualquer que seja a ordem que pertençam, acham-se reduzidos, por uma lógica aparentemente inflexível, a uma mesma e única causalidade, uma só vez elementar e todo poderosa. Em outras palavras, tudo se passa como se uma chave interpretativa se encontrasse estabelecida e na qual viesse inserido o conjunto de acontecimentos do tempo presente, aí compreendidos, com certeza, os mais desconcertantes e os mais angustiantes. Por isso mesmo o desconhecido infinitamente temível das questões sem resposta cede diante de um sistema organizado de evidências novas. O destino volta a ficar inteligível, uma certa forma de racionalidade, ou pelo menos de coerência, tende a restabelecer-se no curso desconcertante das coisas (Girardet, 1986, p. 55).

O sujeito impactado por essa construção se vê logo dentro de uma espécie de paranoia coletiva, ou melhor, uma *dissonância cognitiva* que por vezes podem

apresentar contradições, mas que compartilham ao menos a inquietação por esta salvação. Essa salvação só acontece de uma forma simples: combater o mal com as próprias armas de que ele se serve. Isso implica direcionar a um salvador como símbolo da inversão de lógica da sociedade, como o mito conspiratório apresenta.

Imagem 10 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data35 – elaborada pelo autor (2026)

Esse sujeito, no entanto, está no centro de uma articulação em que pese a sua formação enquanto indivíduo. O mito conspiratório trabalha nesta esfera, pois ele busca arregimentar o indivíduo transformando-o em também agente político ativo, em um intelectual mediador que angarie corpos e mentes para a cultura fascista. Essa transição entre a sujeição e a agência se dá a partir de um processo que pode ser explicado através da categoria de interpelação ideológica de Althusser (1970) que voltaremos a seguir.

Para compreender o que constitui esse tipo de pensamento de forma mais aprofundada é importante pensarmos que o fenômeno do conspiracionismo, longe de ser uma curiosidade marginal, consolidou-se como uma característica definidora da sociedade digital. Um dos pilares conceituais mais influentes, segundo Butter e Knight (2020, p. 1) é a definição do cientista político Michael Barkun, que sintetiza a visão de mundo conspiratória em uma tríade fundamental: “nothing happens by accident; nothing is as it seems; and everything is connected” (nada acontece por acidente; nada é o que parece; e tudo está conectado).

Essa tríade epistemológica transforma a política em um campo de batalha metafísico. O parâmetro de Girardet sobre a exaltação do grupo interno (o “nós” puro e inocente) em oposição ao inimigo externo (o “eles” perverso e onipotente) cria a base para uma subjetividade fascistizada. Ao consumir essas teorias, o indivíduo não

apenas adota uma crença, mas ingressa em uma narrativa onde ele é o “detentor da verdade” contra um sistema corrompido.

O consumo de teorias da conspiração opera na lógica da sedução e da gratificação psicológica. Ao oferecer um culpado tangível para frustrações sistêmicas, a teoria da conspiração “fascistiza” o sujeito ao legitimar sua agressividade. O indivíduo deixa de ser um cidadão engajado no debate democrático e passa a se ver como um “guerreiro” em uma luta existencial. Essa transformação identitária reflete diretamente na adoção de um papel heroico, como pudemos observar em diversos depoimentos e discursos dos engajados na tentativa de golpe de 2023.

The explanatory power of conspiracy theories may be heightened when groups feel themselves to be threatened. When individuals and groups are stressed, for example through personal crisis (Schuurman, Taylor 2018), then conspiracy belief is likely to offer clear explanations for events and provide a clear opponent to fight. As a result, conspiracy theories are of value in extremist narratives as they clearly and unambiguously set out enemies to be opposed at every turn (Barkun 2003). (Lee, 2020, p. 348)

Nesse estágio, o parâmetro de Girardet sobre a necessidade de um inimigo absoluto atinge seu ápice. A subjetividade fascistizada requer a desumanização do oponente. O inimigo não é mais um adversário político, mas uma ameaça ontológica — frequentemente representada por metáforas (animais como ratos, polvos, serpentes ou generalizações como esquerdistas, sistema, ditadores) que justificam a necessidade de sua erradicação física ou social. O dualismo simplista é, talvez, o parâmetro mais perigoso do mito conspiratório na produção de subjetividades autoritárias.

Consequently, conspiracy theories are based on a simplistic dualism in which ‘us’, the ordinary and innocent vast majority of people, are endlessly threatened by an evil ‘them’ motivated by the quest of absolute economic and political power. In this dualistic vision, the conspirators are not only the enemies of the people but also genuine outsiders. (Giry e Tika, 2020, p. 115)

Esse dualismo impede a negociação e o compromisso, pilares da democracia liberal. Quando a subjetividade de um indivíduo é moldada por essa crença, qualquer discordância é interpretada como parte do complô. Isso produz uma limitação na interpretação da própria realidade e o indivíduo confia apenas em fontes que



confirmam seu viés conspiratório, fechando-se em “câmaras de eco”, “bolhas online” ou no que chamamos de “ecossistema dissociativo” onde a radicalização é inevitável.

Em suma, os parâmetros do Mito Conspiratório em Girardet (1987) revelam uma estrutura narrativa que é inerentemente hostil à democracia. Ao transformar a política em uma luta moral absoluta e ao deslegitimar as autoridades epistemológicas, as teorias da conspiração produzem subjetividades que não apenas aceitam, mas desejam soluções autoritárias. A subjetividade fascistizada é o resultado final de um longo processo de consumo de desinformação, no qual o indivíduo, movido por medo e anomia, abdica da razão em favor do pertencimento a um grupo iluminado que luta contra “moinhos de vento”, na expressão de Cervantes.

Como explicamos anteriormente, entendemos o fascismo enquanto a negação da alteridade, a rejeição do outro enquanto indivíduo e enquanto grupo. A negação da alteridade implica na negação de qualquer outra cultura que não seja a fascista, isso pensando o seu objetivo final, “sua inextinguível vontade de poder”. O mito conspiratório, assim, surge para identificar esse outro. Isso resulta em níveis de rejeição, pois as relações sociais dentro do campo político tendem a ser complexas, por vezes contraditórias.

Nem todos vistos como responsáveis pelo complô, os responsáveis pela Organização, são inimigos. A definição, suscita apresentar, uma lógica contrária. Os inimigos políticos do campo de luta política partidária tradicional, formal, são apontados como partícipes do complô. É uma lógica que se retroalimenta. Em resumo, é sempre o outro, em perspectiva da cultura fascista, o partícipe. Até pode ser apontado um “traidor”, o que “sempre esteve infiltrado”, o que se apresenta é a noção de culpa a este “responsável”. O mito da conspiração sugere rostos que se revestem de culpa.

O mito, assim, serve como um *álibi* (Gay, 1995, p. 43) para a violência, tanto simbólica quanto física, contra esses acusados. Isso não é uma questão exclusiva da cultura fascista. O *álibi* é encontrado, segundo Gay, em toda cultura, todo século, toda classe. É algo que faz parte da identidade primordial da humanidade, a criação de *álibis* para a agressão. No caso da política, o *álibi* cai perfeitamente em uso para a despotencialização do outro e, por muitas vezes, justifica até mesmo violência física. O mito conspiratório, ao instituir culpados de um complô, se reveste explicitamente de *álibi*. Isso faz parte de um processo complexo.

O indivíduo, ao aderir a cultura fascista, em seu processo de sujeição para intelectual mediador, precisa estar inserido em diversas categorias que permeiam qualquer cultura política. A mitologia política é uma delas. Por essa razão frisá-la, pois é nela que reside o mito da conspiração, como já apresentado. Esse mito, tendo como função a prática de construção do inimigo, serve, assim, como o álibi da ação política. Quando o indivíduo entendeu e se inseriu na mitologia política – como forma de entendimento da realidade presente, do passado e de uma expectativa futura –, resultando em seu estabelecimento dentro da cultura fascista, sendo, portanto, um intelectual mediador, o que ele apresenta como álibi de suas ações, de sua militância, de sua performance política é, justamente, o mito conspiratório. A linguagem que este indivíduo apresenta, os atos de fala que ele profere, seus referenciais para entender a realidade prática, o imaginário e a identidade política que ele apresenta, podem ser observados através do mito conspiratório que ele compartilha da cultura fascista.

Isso nos remete a chamada “maquina mitológica” proposta por Furio Jesi, principalmente em sua obra “Materiali Mitologici” de 1973, mas aplicada também em “Cultura de Direita” de 2021. Esta categoria, central no pensamento de Furio Jesi, é definida como um dispositivo técnico e linguístico que “fabrica mitologemas, narrativas historicamente verificáveis, e imprime efeitos concretos sobre o real, aludindo, porém, a uma fonte secreta, à existência de um quid — o “mito”, precisamente — que permanece incognoscível por definição”. (Cavalletti in Jesi, 2021, p. 12)

Este mecanismo não opera para a compreensão racional, mas funciona traçando uma rede de “lugares-comuns, estereótipos, frases feitas, fórmulas que parecem claras, mas que não podem ser compreendidas” (ibidem). Na cultura de direita, essa máquina reduz a linguagem a um mero trâmite para “ideias sem palavras”, fundamentando a estabilidade do futuro em uma herança supostamente biológica ou espiritual que retira o homem da história real para inseri-lo em uma “história-extra” mitificada (Jesi, 2021, p. 28), ou o que convencionamos chamar aqui de “mito-história”

Jesi observa que o fascismo operou uma virada mitológica, transformando o judeu de um mero adversário econômico em uma “criatura privilegiada, dotada de qualidades intrínsecas e misteriosas, portanto, que deve ser morta” (ibidem, p. 85). Sob a ótica da máquina mitológica, a conspiração, por exemplo, não é apenas uma mentira política, mas a percepção do inimigo como “guardiões de capacidades e de forças ocultas negativas e mortais” (ibidem, p. 94). Do ponto de vista psicológico, o

mito conspiratório, portanto, representa retirar a responsabilidade de pessoas reais pela realidade prática da vida cotidiana. É uma forma de se isentar da própria realidade atribuindo ao complô a consciência da autoria da formulação do real.

O auge desse mito conspiratório é evidenciado no testamento político de Hitler, em que ele afirma: “A guerra foi desejada e provocada exclusivamente por homens políticos internacionais de origem judaica, ou por agentes a serviço de interesses judaicos” (Hitler, 1945). Para Jesi, essa acusação revela como a máquina mitológica utiliza o medo para justificar o extermínio como um ritual de defesa contra magos ou forças ocultas, transformando o conflito material em um “sacrifício humano, organizado pelos judeus em segredo”, ao qual o regime nazista responde com “o extermínio deles, uma “réplica defensiva” (Jesi, 2021, p. 95) em uma espécie de “mimese inversa” como tratada por Cesarino (2022, p. 67).

Se isso for verdade, as palavras que citamos do testamento político de Hitler, as acusações ainda direcionadas *in extremis* contra os judeus, por terem desejado e provocado a guerra, devem ser entendidas como um significado tardio da chamada «acusação de sangue», isto é, da antiga crença de que os judeus praticavam sacrifícios humanos. (Jesi, 2021, p. 95)

Por fim, a máquina mitológica da direita, para Jesi, é alimentada e produzida pela própria cultura burguesa, situação essa que torna essa máquina real e produtiva. Portanto ela é a ferramenta de sujeição e ação que atravessa o indivíduo. O se inserir nesta máquina de agenciamentos, o indivíduo se vê em um contexto de luta contra um “mal” generalizado em personagens ou grupos que sejam estabelecidos conformes os interesses que necessitarem.

Cabe tentar esmiuçar um pouco mais esse processo que está entre a sujeição e ação. O processo que transforma o indivíduo de passivo para agente. É quando esse indivíduo age como intelectual mediador do mito da conspiração e expressa mitologemas. O indivíduo passa a ser também um alguém que media o mito para o debate público. Esse processo encontra na categoria de interpelação ideológica um modo de conseguirmos entender como se dá essa questão. Pois, o indivíduo, a partir deste momento também interpela, ou fomenta interpelações de outros indivíduos.

Althusser expressa que a “ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, pois a “categoria de sujeito só é constituída de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) constituir os indivíduos concretos em sujeitos.”

(Althusser, 1970, p. 93-94). O objetivo é observar o mecanismo de como se dá o reconhecimento enquanto fascista, mesmo que inconscientemente. É entender como a ideologia e a cultura política, através do mito da conspiração presente na linguagem fascista, “transforma o indivíduo em sujeito”, se estabelece de tal forma que “recruta sujeitos entre os indivíduos”. O processo de interpelação é exemplarmente o processo que fascistiza o indivíduo a ponto de torna-lo um intelectual mediador. Ele o insere na cultura fascista. A interpelação, portanto, não deve ser vista como evento, segundo Butler (2017, p. 92), mas sim como um processo de chamado em que o indivíduo se coloca como escolhido. A interpelação é sempre visada em um sujeito concreto, em que as funções de entendimento já se fazem presentes.

As formas de raciocínio que estas questões reproduzem podem ser encontradas em duas instâncias básicas que trazemos neste trabalho. Primeiramente o que chamamos de intelectuais mediadores. Neste mesmo raciocínio seguimos com a definição de Ângela C. Gomes e Patrícia Santos Hansen que apresentam o intelectual mediador como “alguém que conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar para o outro, de um tempo para o outro, de um código cultural para o outro”. (Gomes e Hansen, 2016, p. 16). Além disso, a noção de condução, de tráfego de ideias, não exclui a noção de produção, de criação de linguagens e sentidos. As duas coisas não são auto excludentes, pois, “aquilo que o intelectual ‘mediou’ torna-se, efetivamente, outro produto” (Gomes e Hansen, 2016, p. 18). Vemos, no caso, em Olavo de Carvalho o principal intelectual mediador de agenciamentos de enunciação fascistizante.

A segunda instância que conduz agenciamentos de enunciação fascistizante é encontrada nos militares. Um se apresenta como forma individual, clássica, e outra institucional. Os dois apresentam uma simbiose que buscaremos interpretar em seções a seguir. Vale desenvolver mais a questão sobre a importância que a fundamentação dessa linguagem tem para a construção de personalidade e identidade política do fascismo.

Carlos Piovezani (Gentile e Piovezani, 2020, p. 10) conclama que a importância da linguagem que “fala em nome do povo” tem o propósito justamente de os calar. Quando a massa não é mais ouvida, os que “falam em seu nome” produzem as “crenças, as devoções e os fanatismos”. A fala, para Piovezani, “cria a existência e sua finitude”, gerando tanto uma representação da humanidade quanto o que “há de mais nefasto na condição humana: o ódio por seu semelhante visto como seu pior

inimigo”. É o que ele observa a partir da fala de Klemperer (2009, p. 55) ao dizer que, “a partir da repetição, milhares de vezes, e aceitas mecanicamente, o nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio das palavras”.

É nesse sentido que Klemperer explica que o maior efeito no fascismo, no sentido de ideologização, “não foi provocado por discursos isolados, nem por artigos e panfletos, cartazes ou bandeiras. O efeito não foi obtido por meio de nada que se tenha sido forçado a registrar com o pensamento o a percepção conscientes” (Klemperer, 2009, p. 55). O autor explica que “um dos recursos para isso é martelar sempre, repetidamente, as mesmas teorias simplistas que não podem ser rebatidas” (Klemperer, 2009, p. 280).

Piovezani (2020, p.11) relembra Klemperer para desenvolver uma compreensão do que consiste na linguagem do fascismo a partir de algumas características. Primeiramente o paradoxo do emprego de palavras estrangeiras. “Pregar de modo que o povo entenda e usar termos estrangeiros que boa parte da população não entendia” era uma forma de manter as pessoas “mais impactadas” por não entender seus significados. Atualmente a utilização de pedidos de “socorro” em outras línguas, durante manifestações da extrema direita, bem como palavras de ordem também em línguas estrangeiras, é comum.

Outro ponto se dá no sentido de que a linguagem fascista também é caracterizada por inverter o sentido das palavras. Não só inverter o sentido, mas transforma-lo em que as palavras possam ser adaptáveis ao interesse prático dos grupos. Podemos exemplificar em uma palavra que é determinante, a “democracia”, ou em outra, a “liberdade”. Qualquer conceito é filho do seu tempo e está relacionado diretamente com o contexto em que é empregado. Tanto os recortes geográficos, bem como temporais influenciam na sua construção. Entretanto se estabelece uma forma de determinar suas definições a partir do interesse prático do momento. Ao se dizer defensor da democracia e da liberdade ao mesmo tempo em que se diz defensor da ditadura cívico-militar de 1964 – 1985, por exemplo, demonstra esse paradoxo semântico em aplicabilidade prática. Nessa questão entra também o conceito de liberdade. É uma liberdade exclusiva. Aliás, uma liberdade de ter liberdade de tirar a liberdade dos outros.

A linguagem fascista também estabelece formas de “não dar margem à consciência crítica e sempre eleger um inimigo comum” (Piovezani in Gentile e Piovezani, 2020, p. 13). Essa questão está totalmente ligada ao mito conspiratório,

como já apresentamos. É através destes atos de fala que são apresentadas violências simbólicas, “o escárnio e desprezo”, mas também apresentam funções afetivas como o ressentimento, o medo e o ódio. Essas concepções não são exclusividade do fascismo brasileiro no presente. No nosso outro trabalho sobre a AIB. (Alves, 2019) já apresentamos como as “paixões políticas”, nos termos de Pierre Ansart (2019), são utilizadas como catalizadoras e mobilizadoras políticas nos conflitos ideológicos. Muito do que mobilizam os grupelhos utilizadores da linguagem fascistizante, já era apresentado no Brasil do início do século XX, principalmente o ódio à diferença.

A diferença é reduzida a medo, repulsa e chacota, e o diálogo, a ódio, violência e extermínio. Não deveríamos jamais subestimar o letal poder da linguagem, porque ele concorre decisivamente para estabelecer “um sentimento instintivo de antagonismo que se opõe a tudo o que é estranho e desperta animosidade tribal”, para instaurar uma “consciência de raça que está alojada no estágio primitivo do desenvolvimento humano, e que só será superada quando a horda humana aprender a não mais ver na horda vizinha um bando de animais diferentes.” (Piovezani In Gentile e Piovezani, 2020, p. 15)

A diferença entre a linguagem fascista do fascismo histórico do início do século XX, com a linguagem fascista do século XXI é a desterritorialidade retórica. A compressão gravitacional em torno do Führer e do Duce através do ponto singular das suas oratórias, se expande para diversos territórios no presente. A linguagem, ao mesmo tempo que possui um ponto gravitacional comum a diversos recursos retóricos, encontra na sua expansão a ocupação de diversos territórios distintos. Não podemos dizer que, no Brasil do presente, há uma aglutinação em torno de uma só figura ou agente social e histórico. Na concepção atual grupuscular a linguagem se dissipa em diversos tons e oratórias que podem ou não convergir em pontos em comum.

Essa é a complexidade de se analisar a linguagem fascista no Brasil do tempo presente. Entretanto, essa singularidade presenteia-nos com a oportunidade de observarmos o processo. Por estarmos inseridos dentro da temporalidade e, graças ao caráter rizomático da linguagem, o processo se torna importante. Deste modo a linguagem fascistizante é a linguagem fascista por fundamento. A língua por ser viva se insere nessa complexidade. Ao mesmo tempo em que a linguagem fascista e se cria como uma retórica fascista, ela também produz suas próprias arestas de determinantes retóricas que visam estabelecer capital ideológico para propagação de

sentimentos conformes aos interesses práticos de seus perpetradores e, através destes atos de fala, infundir um determinado esquema de crenças políticas e da cosmovisão fascista.

Portanto a diferença que encontramos entre os anos 1930 e o presente está em como essa linguagem é mobilizada. Este “como” diz respeito aos veículos mesmo. A importância da tecnologia naquele período era determinante, assim como hoje. Porém, temos hoje, outras formas e outras lógicas de comunicação que possam nos imergir nas “doses de arsênico” (Klemperer, 2009, p. 55). Não há como nos desvencilharmos da lógica digital de comunicação para entendermos a ascensão dos grupelhos que utilizam uma linguagem fascistizante nos tempos atuais.

A operacionalidade da extrema direita atual no ambiente digital encontra um paralelo direto nas observações de Klemperer. Na internet, esse “arsênico” citado pelo autor é administrado através da repetição exaustiva de termos e conceitos que visam anular a capacidade de reflexão. Essa dinâmica é a base do fascismo grupuscular, que utiliza as redes sociais para criar comunidades isoladas em “bolhas” de informação, no qual o sentimento de pertencimento ao grupo é reforçado pelo ódio comum aos excluídos.

Nesses grupos, a autoridade é exercida por figuras que encarnam o “grande homem comum” (Piovezani in Piovezani e Gentile, 2020, p. 205), uma imagem que permite ao seguidor “se submeter à autoridade e ser ele próprio a autoridade” ao replicar o discurso do líder (Adorno, 2015, p. 172). A internet potencializa essa estrutura ao permitir que o discurso de ódio transite da marginalidade para o centro do debate público sob o disfarce de autenticidade e coragem de dizer a “verdade”.

A extrema direita utiliza a segmentação comportamental e o cruzamento de dados para personalizar a mensagem política de acordo com os medos e desejos de cada indivíduo. Não se envia mais o mesmo “santinho” para todos, em vez disso, entrega-se o veneno sob medida: uma senhora religiosa pode receber conteúdos falsos sobre o “kit gay”, enquanto um cidadão preocupado com a criminalidade recebe mensagens sobre violência, explorando predisposições psicológicas para garantir uma crença absoluta em notícias frágeis. Isso reafirma nosso conceito de fascismo *on-demand*.

Além disso, a extrema direita atual adota o estilo da LTI que “não fazia distinção entre oralidade e escrita. Para ela, tudo era discurso, arenga, alocução, invocação, incitamento”, “A LTI é a linguagem do fanatismo de massas. [...] é doutrina, ensina os

meios de fanatizar e as técnicas de sugestionar as massas”. (Klemperer, 2009, p. 65 - 66). Nas *lives* e vídeos de redes sociais O padrão oratório, marcado pela vociferação e agressividade, recorre a superlativos e simplificações para inibir o pensamento crítico do interlocutor. Esse “curto-circuito do pensamento” (Piovezani in Piovezani e Gentile, 2020, p. 209), é facilitado pela *memeficação* da política, que reduz a complexidade dos fatos a fórmulas fáceis e slogans simplistas como “Brasil acima de tudo”, que funcionam como gritos de guerra para o silenciamento simbólico da pluralidade democrática.

Ao enfatizar a dimensão produtiva da linguagem, nosso objetivo não é negar seu caráter simbólico ou comunicacional, mas compreender como ela participa da constituição prática de sujeitos políticos. A linguagem fascistizante não apenas descreve inimigos, identidades ou conflitos: ela contribui para produzi-los, organizá-los e estabilizá-los socialmente. É justamente por essa razão que seu estudo se torna fundamental para compreender os processos contemporâneos de radicalização política que examinaremos nos capítulos seguintes.



### 3 A SOCIEDADE DIGITAL E A PLATAFORMIZAÇÃO DA VIDA

As últimas décadas, desde meados do século XX, foram o palco de profundas transformações das relações humanas dentro da sociedade. Isso se deu, em grande parte, pela aurora de um novo local de interação social totalmente novo em relação às bases de interação social presentes até, praticamente, os anos 1990. Esse local ficou popularmente conhecido como *internet*.

A internet, como conhecemos hoje, não se estabeleceu da noite para o dia ou em um “passe de mágica”. Ela é fruto de um processo que está inexoravelmente ligado aos interesses políticos, sociais e econômicos de atores bem definidos, ao menos no que tange o norte global. Este processo suscitou diversas sensações sobre o espaço que viria se tornar central para a instauração de uma nova forma de capitalismo.

Essa nova forma do capitalismo, intrinsecamente ligada a nova forma que os fluxos sociotécnicos de interação estabelecem a partir da internet, foi sentida em perspectivas opostas durante o processo de estabelecimento. Pensadores como Pierre Lévy (2004) entendiam a estruturação de uma rede internacional de computadores como algo que traria exclusivamente benefícios à sociedade. Eram previsões de tempos em que a democratização da informação e o estabelecimento de uma revolução tecnológica que propiciava a comunicação em uma velocidade impensável trariam ferramentas e pavimentariam a emancipação social das mãos das grandes corporações midiáticas. Lévy entendia que o rearranjo dos fluxos de interação social no assim chamado por ele “ciberespaço” construiria um futuro de indivíduos formados em uma espécie de “cibercultura”.

Contrariando a expectativa delineada por Pierre Lévy, o ciberespaço não resultou, na prática, em rearranjos sociais mais democráticos e na diminuição dos aspectos nocivos que a sociedade humana visa superar por séculos. Pelo contrário, fizemos da internet um espaço ainda mais nocivo, em certa perspectiva. Nos tornamos cada vez mais dependentes nas nossas vidas no ciberespaço e, em resumo, da tecnologia. David Runciman (2018) expressa, por exemplo, que, por mais que as máquinas sejam desprovidas de inteligência prática, nós acabamos por “lhes confiar tarefas em excesso” (ibidem, p. 205). A probabilidade dessas máquinas aprenderem a partir de bancos de dados cada vez mais imensos, com chances de interpretação extremamente distanciada da possibilidade que seres humanos têm de darem conta

de uma massa tão gigantesca de informação, leva-nos a confiar cada vez mais nelas para tomarem as nossas decisões.

Runciman argumenta que nós agimos assim, seja conscientemente, para ter uma vida mais fácil, ou inconscientemente, “porque nossa dependência cada vez maior das máquinas nos tornou incapazes de saber quando parar” (ibidem, p. 206). Este é um problema, ou voltando ao Runciman, “um pesadelo” que está em nossas mãos e do qual a nossa e as próximas gerações não conseguirão fugir, pois “na versão política do pesadelo, nossa dependência dessa tecnologia nos deixa prontos para sermos explorados” (ibidem, p. 207).

No capítulo atual trataremos uma reflexão de como a internet passou de uma esperança de um mundo melhor e mais democrático para uma das maiores estruturas operacionais de interpelação cognitiva já vistas na história da humanidade. Não há dificuldades em atestar a lógica que formula a era da sociedade digital e nem os interesses intrínsecos às plataformas que controlam esse poder.

O primeiro ponto a ser tratado será justamente a transição de uma sociedade pré-digital para a sociedade digital. Como todo processo, a instauração da sociedade digital de forma geral no capitalismo mundial é fundamentada em uma história. Deste modo entendemos ser coerente iniciar justamente com a história da sociedade digital e como as transformações tecnológicas nos moldam cognitivamente a fim de determinar uma espécie de “homo-digitalis” – com o perdão do neologismo.

Nesse raciocínio buscamos compreender como a influência de uma sociedade digital, fundamentada em lógicas algorítmicas, produz personalidades próprias e adaptadas aos fluxos de interações sociais do mundo digital. Além de que esses tipos de indivíduos são condicionados a seguir uma determinada linha de interpretação de suas próprias vidas que resultam em ações determinadas representativas do próprio interesse que rege essas regras. Isso não é nada absurdo, sendo que podemos observar, desde o início dos anos 1990 com mais intensidade, como a lógica das redes interpelam o indivíduo.

O segundo ponto principal deste capítulo é demonstrar como a lógica que opera os fluxos de interações sociotécnicas nas redes se fundiu com a adaptação do capitalismo na era da sociedade digital. Conceitos como “Capitalismo de Vigilância” de Shoshana Zuboff (2021) e “Capitalismo de Plataforma” de Nick Srnicek (2019) serão o ponto de partida para tal.

Por fim, mas não menos importante, esse capítulo concluirá com uma reflexão sobre como esses fluxos de interações sociotécnicas digitais no capitalismo de plataforma e/ou de vigilância consistiram em desestabilizações das estruturas políticas no Brasil após a redemocratização. Para tal iremos analisar a contribuição desta lógica para a operacionalização de uma linguagem fascistizante no país em que o cerne desta construção versa sobre a questão da verdade – o mito conspiratório o negacionismo e a desinformação– bem como uma retórica intransigente produzida no âmago de uma dinâmica intersubjetiva.

### 3.1 Uma breve história da Internet: a aurora da sociedade digital e sua reprodução ideológica

Com poucas dúvidas o acontecimento mais impactante na vida social humana do último século diz respeito a comunicação. A comunicação, de forma geral, é parte importante da história humana. O desenvolvimento do *homo sapiens*, inclusive, é inexoravelmente ligado ao desenvolvimento da comunicação. Tanto a psicologia como a antropologia sustentam que o processo comunicativo entre indivíduos é o ponto crucial da organização humana, pois os modelos que nos são propostos culturalmente só são capazes de nos interpelar através da comunicação. Esse debate, no nosso entendimento, é um consenso e até podemos argumentar em sentido contrário, porém, não vemos, eficiência em o fazermos por ora.

Deste modo, toda e qualquer alteração nas formas, padrões e modelos que transformem as dinâmicas comunicativas da humanidade é sensível para a sociedade. Por mais que, de certo ponto, não sejam perceptíveis no âmbito cognitivo individual de forma clara pelo próprio indivíduo, ao observar toda e qualquer forma *global* torna-se claro uma mudança drástica dos fluxos de aprendizagem e percepção do real. O argumento da forma *global*, citado por Cesarino (2022, p. 62), diz respeito que “sistemas vivos”, como sociedade humana, “operam a partir de uma delimitação global”: se constituem enquanto tais – autoproduzem sua identidade – demarcando a fronteira entre si e o entorno”.

Esse é o processo em que se constituem os sistemas sociais. Eles trabalham tanto no caráter individual, quanto no caráter *global* de uma determinada cultura. Esse paradoxo entre a percepção individual do real a partir de um recorte do global cultural é o que fixa as propriedades sociais em determinadas coletividades. Faz parte da pergunta que entendemos ser importante: como se aprende uma cultura e – além disso – como se ensina determinada cultura? E, a partir disso, como determinada cultura cria cognições de percepção do real distintas e delimitadas por “formas que são globais e totalizantes?” (Ibidem, p. 63).

Por essa razão a comunicação é tão importante para os seres humanos. A mediação entre o *global* da cultura e a percepção individual é essencial para produção da personalidade e das formas cognitivas de leitura do real. Quando se altera o fluxo dessa mediação, tal qual se alteram os canais dessa mediação, as dinâmicas que fazem parte dessa lógica também se alteram, levando a novas percepções e

temporalidades, bem como uma aceleração ou desaceleração de determinado processo interpelativo.

Basta pensarmos na transformação das formas comunicativas durante a história humana. A linguagem, novamente tanto na psicologia quanto na antropologia, é vista como norteadora da personalidade. A aprendizagem, ou melhor, a construção de formas cognitivas de aprendizagem que fazem parte dos produtos da linguagem estabelece literalmente como nós aprendemos o mundo. A cooperação humana em torno dos *tabus*, por exemplo, é um exemplo gritante explorado por diversos autores – de Freud à Levi-Strauss – de como a humanidade cria formas de linguagem para estabelecer regras e padrões que se perpetuam. A comunicação, nesse caso, pode até não ser formal, escrita ou oral, mas intersubjetiva.

Mesmo com tanto poder, a comunicação também tem seus limites. Limites que são representantes de seus próprios tempos. A interação pessoal, ou até mesmo entre grupos está limitada por aspectos que dizem respeito a própria possibilidade de determinado momento. Uma comunidade pequena, situada em um recorte espacial específico, tem possibilidade maior de controle dos fluxos cognitivos de seus partícipes do que uma comunidade sem esses limites. Isso se exemplifica no ímpeto humano em complexificar e ampliar suas formas de comunicação.

Nós passamos milênios, por exemplo, nos comunicando – para além da comunicação presencial oral entre indivíduos – por escritos e símbolos. Sejam nas pinturas rupestres, passando pela escrita cuneiforme, pelas escritas pictográficas até o grego e latim clássicos, as formas de comunicação foram centrais no desenvolvimento humano. E por conseguinte não só a forma importa, mas os meios de comunicação são tão importantes quanto a própria estrutura de linguagem usada.

O século XIX foi importante para uma mudança radical nos meios de comunicação. Precisamente a década de 1860 converge no surgimento de dois aparatos ligados às tecnologias específicas que revolucionaram as formas de comunicação de massas e interpessoais. O rádio e o telefone são essas tecnologias. Atualmente podemos entender que são modos quase que obsoletos de comunicação. Entretanto a possibilidade de alcançar lugares distantes em uma velocidade ainda inexistente mexeu com a percepção humana sobre seus próprios limites comunicacionais. E, quanto mais a comunicação se desenvolveu, mais ela mexeu com as percepções humanas, sejam de distância e espaço, seja de temporalidades e a noção de imediatismo.

Assim chegamos no ápice desse vórtice comunicativo com a *internet*. A internet representa uma grande revolução da comunicação humana que pode ser comparada com o surgimento da escrita. Quando comparamos com o surgimento da escrita, queremos dizer que a internet propicia uma aceleração do fluxo comunicativo tal qual a escrita produziu, com a sua consolidação. Isso levando em conta a produção de um “novo meio” comunicativo. A escrita também foi um novo meio comunicativo que aproximou as pessoas, tal qual a internet. A escrita tinha suas limitações (assim como a internet). A falta de acesso aos meios que propiciam a utilização é um exemplo dessa limitação. Nem todos tem acesso a escrita e nem todos tem acesso a internet.

Enfim, queremos pontuar que a internet não é só um espaço que aperfeiçoou a comunicação escrita, como podemos pensar numa forma impressionista. Ela é um novo modelo de comunicação que está além da escrita. Basta pensarmos na utilização de imagens, vídeos e áudios que entendemos esse contraste. Em contrapartida, a internet também não é uma evolução do rádio e muito menos da televisão. Ela representa algo novo, uma forma inédita de comunicação que une toda e qualquer forma comunicativa passada da humanidade, inclusive a comunicação oral e ocular “ao-vivo”. Tentaremos desenvolver um pouco mais essa leitura sobre a internet, porém, primeiro, é necessário pensarmos um pouco de sua história, o que também revela o porquê do caráter inédito da internet em comparação aos seus irmãos predecessores.

Como toda revolução, a internet é menos um “evento” do que um “processo”. Ela não surgiu como a conhecemos no presente desta tese e também não desaparecerá – se é que um dia isso acontecerá – do mesmo modo. A internet surgiu em um contexto específico e com intenções específicas. Há diversos contos e artigos que narram o surgimento da internet (inclusive na própria internet) o que não nos cabe repetir. Entretanto entendemos ser importante ter em mente o pano de fundo que estabeleceu as condições necessárias para o surgimento e consolidação desta tecnologia. Além disso é importante também pensar no impacto social e antropológico do uso da internet.

Um dos precursores, fora das ciências computacionais de informação, a pensar a internet de forma antropológica e sociológica foi Manuel Castells. Sua obra de 1996, logo após a internet se descolar das instituições universitárias e de defesa, chamada *Sociedade em Rede* (1996) trouxe à luz uma nova forma de observar a sociedade a partir do seu conceito de “rede”. Hoje a perspectiva de Castells – em que a sociedade

humana estabeleceu, por conta da globalização proposta pela comunicação, uma sociedade em rede, que desobedece às fronteiras impostas fisicamente pela comunicação natural – nos parece nítida e indiscutível. Quase uma obviedade infantil.

Entretanto esta sensibilidade para observar um mecanismo que ainda não era totalmente observável é notável e serviu de base para nosso entendimento sobre como os fluxos de interação sociotécnicos se adaptaram em sistemas de redes comunicacionais de informação. Outros autores que pensam de forma semelhante e que já tratamos anteriormente são Gilles Deleuze e Félix Guattari. Entendemos que o conceito de rizoma enquanto a forma do fluxo de interação social também pode ser elucidativo sobre como a comunicação e a informação se estruturam na sociedade digital, pretendemos nos aprofundar sobre um pouco mais adiante. Mas é no diálogo entre esses conceitos que percebemos ser importante olhar para o fascismo como uma forma de cultura, no entendimento de ser um sistema compartilhado de significados, ou nos termos de Clifford Geertz (2013, p. 4 e 9) uma “teia de significados”, uma rede de “estruturas de significado socialmente estabelecidos”

Em 1953, um acadêmico ainda inexpressivo chamado Frederick Terman, (Fisher, 2023, p. 29), fundou a Stanford Research Park (SRP) – ligada à Universidade de Stanford, a mesma instituição que faria a primeira comunicação online da história, com a Universidade da Califórnia<sup>18</sup>. Este parque de pesquisa em Stanford tinha como objetivo aproximar pesquisadores militares, empresas e acadêmicos com o mesmo interesse de desenvolvimento de tecnologia no bojo da guerra fria. Achamos importante salientar isso, pois o surgimento do SRP está ligado ao desenvolvimento do chamado Vale do Silício.

O SRP fica em Palo Alto, oeste dos Estados Unidos, somente oito quilômetros do Vale de Santa Clara, onde se estabeleceu o Vale do Silício. Este local tem uma história intrínseca com a história militar estadunidense e também com um engenheiro, tido como intragável, chamado William Shockley. Shockley foi um dos ganhadores do prêmio Nobel pela sua pesquisa com semicondutores e foi uma das personalidades que definiu o Vale do Silício como o “lugar de desajeitados”. Shockley era tido como um extremista, racista e eugenista.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml> Acesso em: 6/2/2024.

Enfim, nessa mesma região que se localizavam instalações militares e de pesquisa, como o Campo Moffett, desativado após a segunda guerra mundial para dar espaço às empresas privadas do ramo belicista, como a Lockheed Martin Corporation, hoje gigante do ramo aeroespacial. O ponto que queremos elucidar é a relação próxima entre empresas civis, acadêmicos e militares no desenvolvimento tecnológico da internet. E também como isso está intimamente ligado ao desenvolvimento da região do Palo Alto e do Vale de Santa Clara no oeste dos Estados Unidos.

Oficialmente a Internet foi fundada em 1995 (com a extinção de sua predecessora, a Nsfnet). Achamos desnecessário abordar antes disso. Essa é conhecida com a Internet 1.0, onde diversos provedores abriram portas de conexões e comercializavam-nas estabelecendo de vez a “rede de redes”. Nesta década a internet cresceu vertiginosamente resultando na rede mundial de computadores que vemos hoje. Mas na década de 1990 ainda as coisas eram diferentes.

Na década de 1990, discorre o historiador Fabio Chang de Almeida, “foi criada pelo inglês Tim Berners-Lee a World Wide Web (www, ou simplesmente web), um modelo de gerenciamento de arquivos que se tornou padrão na Internet” (Almeida, 2011, p. 13). Essa é a chamada Internet 1.0, a primeira rede de uso privado e civil. Essa rede era caracterizada pela criação de conteúdos de “poucos para muitos”, ou seja, o conteúdo presente na internet era feito por pessoas com conhecimento especializado e era consumida de forma passiva pelos usuários. Ela ainda se assemelhava aos meios de comunicação de massa tradicionais, como a Televisão e o Rádio, em que a produção dos conteúdos publicados era limitada a uma estrutura de produção privada e disponibilizada para o consumo.

No início dos anos 2000 houve uma mudança na perspectiva empregada por esses grupos especializados. A concepção geral mudou. Muito graças ao avanço da arquitetura online em que não era mais necessário um conhecimento altamente específico para a produção e o consumo de conteúdo online, a internet começou a ser um espaço muito mais interativo e de troca mútua de conteúdo. Se nos anos 1990 estávamos vislumbrando esse mundo compartilhado online, na década dos anos 2000 esse sonho começou a se tornar realidade. Neste momento surgem os primeiros Blogs. Sites hospedados na web em que os proprietários, sem a necessidade de conhecimento específico de programação – graças a ferramentas disponibilizadas pelos desenvolvedores – podem publicar seus próprios textos. Os blogs foram um



ponto fora da curva nesse desenvolvimento, pois possibilitava a interação entre os diversos “blogueiros” com caixas de comentários e compartilhamentos entre si. (Almeida, 2011, p 14).

Durante a década de 2000 os blogs continuaram a se desenvolver incorporando publicações que não se limitavam a textos. Surgiram os Fotologs, blogs de fotos, e os Videologs, blogs de vídeos. Essa possibilidade resultou no surgimento das chamadas plataformas de relacionamentos que, no caso desta pesquisa, têm importância crucial para o objeto. Em 2006 surge o Twitter (hoje X) e o conceito de microblog. Essa plataforma possibilita o compartilhamento de pequenos textos, vídeos e fotos. Ela é construída pelos próprios usuários, que é um conceito importantíssimo do desenvolvimento da internet. A produção de conteúdo pelos próprios usuários era vista pelos usuários da internet como a principal característica que representava a liberdade na internet.

Em paralelo, neste mesmo período entre a década de 1990 e a década de 2000, surgiu o conceito de fórum online. Espécie de espaço online onde os usuários criam subpáginas com temáticas específicas que reúnem mais usuários, em sua grande maioria anônimos, para debater e conversar sobre determinado assunto. Essa posição de produção de conteúdo e liberdade anônima tem uma origem específica ligada a própria filosofia do Vale do Silício e, de certo modo, continua sendo a orientação geral das gigantes tecnológicas como a Meta e o Google.

Segundo Max Fisher (2023, p. 65 - 67) a ideologia do Vale do Silício remete a uma perspectiva contracultural dos Estados Unidos dos anos 1960 e 1970. A propaganda, explicita Fisher, era de que o Vale do Silício seria um ambiente revolucionário em que “engenheiros cabeludos e excêntricos” iam nos dar “liberdade e esquisitice” através do computador. Hoje chamaríamos de um certo *hype*, um marketing para evidenciar algum produto. Algo atual, antenado e descolado. Ou seja, algo que rejeita o conservadorismo e o reacionarismo. A novidade da moda.

Esses garotos excêntricos que, muitas vezes, viram seus pais trabalhando em empresas, como a já citada Lockheed Martin, e que estiveram durante muito tempo inseridos em círculos acadêmicos de tecnologia e computação, eram vistos como os novos revolucionários que nos libertariam das amarras dos poderosos e do “sistema”. Exemplo que o best seller dos anos 1970, do sociólogo Ted Nelson, “Computer Lib/Dream Machine”, usou como capa: um punho em riste, símbolo da resistência social. (Ibidem, p. 65).

Nos anos 1970 no Vale do Silício que surgiram alguns dos grupos que compartilhavam essa nova “doutrina” revolucionária. Dois desses grupos, chamados de Homebrew Computer Club (Clube do Computador Caseiro) e People’s Computer Company (Companhia do Computador Popular), eram espécies de clubes que dividiam sua atenção entre o compartilhamento de informações sobre as máquinas juntamente com manifestos ideológicos sobre uma “utopia vindoura” (Fisher, 2023, p. 66). Esses grupos foram espécies de incubadoras para as primeiras startups do vale, como a Apple. Inclusive, segundo Fisher (ibidem, p 66), a Apple vendia o marketing justamente dessa imagem ligada a “liberdade e a esquisitice” que mudaria o mundo. De certo modo não estavam errados.

Segundo Max Fisher (2023, p. 67), “o papo sobre destruir as estruturas de poder foi, de início, principalmente retórico”. Essa visão de mundo proposta por esses precursores grupos fez surgir a primeira rede social online da humanidade em 1985 que ficou conhecida como WELL (Whole Earth 'Lectronic Link). Na década seguinte esta rede contava com ao menos 7000 usuários e uma equipe de 12 pessoas que geriam uma receita anual de US\$ 2 milhões.<sup>19</sup> A consolidação deste grupo foi a pista de que o vale estava pronto para pôr em prática sua utopia ideológica. Em todo caso isso não aconteceu com a forma esperada, principalmente pela contradição entre uma liberdade inspirada num “anarquismo digital” e os interesses capitalistas que rondavam a indústria computacional.

Os usuários da WELL, espalhados pela indústria, vieram a construir a internet do consumo à sua imagem: sem regulamentação, sem governo, de uso aberto, projetada implicitamente para geeks do sexo masculino que haviam preenchido o seu fórum seminal. Não eram meros sites. Era uma cibersociedade que nos alçava dos comportamentos ultrapassados do mundo físico. “Rejeitamos: reis, presidentes e eleições. Acreditamos em: consenso bruto e código rodando”, afirmou David Clark, um dos arquitetos da internet, em 1992. (Fisher, 2023, p. 68)

A perspectiva que rondava esses grupos era a melhor o possível, em relação à sociedade. Eles se viam como libertadores da sociedade através das máquinas. Essa visão utópica de uma salvação digital, de certo modo, perpetua até hoje. A ideia de “liberdade expressão irrestrita” tanto debatida por *influencers* digitais no presente

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://ia803103.us.archive.org/13/items/CliffFigallo/TheWELLfig1993.html>  
Acesso em 7/02/2023.

desta tese – questão que voltaremos a explorar adiante – já estava presente nessa doutrina do Vale do Silício. É algo intrínseco ao que Pierre Lévy (2004) chama de cibercultura, essa espécie de cultura ligada a própria criação de uma cibersociedade ou, como chamamos neste texto, da sociedade digital. Esses espaços online em que essa cultura se criou e foi difundida estabeleceu as novas formas de interpretação que a própria sociedade ocidental, no caso os Estados Unidos, tinham sobre si mesmos no âmbito de progresso e transformação. Inclusive essa questão foi alvo de um manifesto importante escrito por um ex-integrante, de nome John Perry Barlow, do WELL em fevereiro de 1996 chamado “Uma declaração de independência do ciberespaço”.

Dirigindo-se aos “Governos do Mundo Industrial”, ele proclamava: “Vocês não têm nenhuma soberania sobre onde nos reunimos”. A internet devia ser “uma civilização da mente” gerida pela vontade coletiva dos usuários.

O manifesto sagrou um ideal em particular: liberdade de expressão total. Assim como na WELL, esse viria a ser o mecanismo da internet para um governo autônomo, seu primeiro mandamento e sua maior dívida ao mundo. Seus preceitos ainda são o texto fundador da indústria das mídias sociais.

“Nossa assessoria jurídica e CEO gostam de “dizer que somos a ala da liberdade de expressão no partido da liberdade de expressão”, disse o cabeça do Twitter no Reino Unido. Zuckerberg chamou a liberdade de expressão de “ideal fundador da empresa” (Fisher, 2023, p. 68-69).

Como percebemos os mitos fundacionais do Vale do Silício se confundem com uma própria doutrina que rege as redes sociais até hoje. Os preceitos internalizados da década de 1970 em diante regem ainda as subjetividades destes indivíduos que entendem estar conduzindo uma revolução social enquanto revestem-se do papel de tutores desta nova sociedade. Segundo Fisher (2023, p. 69) é uma “profecia” que as empresas de tecnologia se viam obrigadas a cumprir. Mark Zuckerberg, por exemplo, externou que o Facebook era a “empresa da revolução” e afirmou: “estamos reformulando o mundo de baixo para cima”<sup>20</sup>.

Para além dessa retórica florida em que se colocam os “revolucionários do Vale do Silício”, enquanto transformadores da sociedade, o que percebemos hoje é que essa “arrogância se provaria catastrófica” (Fisher, 2023, p. 69). A esperança que a

---

<sup>20</sup> Ver o documentário “The Facebook Dilemma”, Frontline, 2018.

internet trazia no seu alvorecer não encontrava na realidade uma representação. A entrega a perspectivas moldadas nos padrões da engenharia tanto enaltecida por Zuckerberg e outros CEOs do vale, não se mostraram saudáveis para a sociedade. Isso tem relação direta com os tipos de indivíduos que formularam a doutrina do Vale do Silício.

Como exemplificado, os indivíduos que constituíam o Vale do Silício eram vistos como “excêntricos e descabelados”. Apesar disso, as expectativas para qual foram criados, mesmo com sua rebeldia tão comum aos jovens, também demonstrava como estavam proximamente alinhados com perspectivas militares e acadêmicas. Esse amálgama entre a pesquisa acadêmica e os preceitos militares que o vale propiciou é um fato que explica atitudes contraditórias entre a perspectiva inovadora e libertária da ciência, filosoficamente dizendo, e o autoritarismo conservador e reacionário do militarismo. É uma espécie de convergência entre polos contrários. Por exemplo, a utilização do termo “liberdade” justamente para defender a “não liberdade” de alguns.

Imagem 11 Print Screen Telegram



17:21

Não é só pensando nas eleições de 2022. Se perdermos nossa liberdade, depois não a recuperamos tão fácil.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data37 – elaborada pelo autor (2026)

Imagem 12 Print Screen Telegram



08:28

"Mais importante que a vida é a nossa liberdade." Jair Messias Bolsonaro

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data61 – elaborada pelo autor (2026)

Esse “englobamento do contrário”, usando um termo identificado por Cesarino que remete à contraposição de grupos “com sistemas virados do avesso” (2022, p. 16), faz parte da descendência presente nos filhos do Campo Moffet e é visualizável dentro da cultura do Vale do Silício. Isso se evidencia na problemática resultante da organização e do discurso de “liberdade” dentro da sociedade digital. Essa liberdade de “expressão” de forma comum equipara-se à liberdade de “ofensa” dentro das redes

e não é exclusividade do momento atual em que essa tese está sendo redigida. Sabemos que, por diversos momentos, representantes online da extrema direita estabeleceram como parte de sua linguagem a defesa da liberdade de expressão irrestrita.

Como comentamos, a internet surgiu com a esperança de estabelecer um mundo mais democrático em relação ao acesso à informação e à defesa da liberdade de expressão. A premissa era que a internet revolucionaria “de baixo” a dominação das grandes empresas de mídia, pois seria construída pelos próprios usuários. A construção da internet, pós web 2.0, em que os próprios usuários criariam os conteúdos gerava uma expectativa de que a população em geral tomaria as rédeas da *infocracia* fundamentando-a na premissa da liberdade e democracia. Mas, pelo contrário, isso acabou não acontecendo.

Mesmo antes da última grande transição com o advento dos smartphones e a substituição das conexões 2G para 3G que possibilitou uma proliferação de aplicativos e startups que utilizam essa tecnologia para estabelecer as fronteiras de seus usos (exemplo da Uber e Ifood em que a conexão em tempo real e posicionamento geográfico real são necessários para sua utilização), os espaços online para conversas e debates já dominavam o dia a dia dos jovens. Se no presente vivemos 24 horas por dia conectados através de nossos aparelhos celulares, até o início dos anos 2010 era necessário “conectarmo-nos” à internet e “acessarmos” páginas em que estavam localizados determinados grupos de conversas.

O exemplo mais sintomático da presença de uma “cibercultura” (Lévy, 2004) são os chamados “chans”. “Chans” são fóruns de discussões gerais em que o anonimato faz parte da sua lógica. Esses “lugares” online reuniam e reúnem diversos tipos de indivíduos, o que devemos pontuar. Não são locais que se limitam a determinados tipos de pessoas, porém, são os locais onde se proliferam uma determinada cultura digital que tem como característica o autoritarismo, preconceito, ressentimento e ódio. Esses locais de debate são os embriões de, inclusive, ataques armados a escolas no Brasil à semelhança dos que acontecem nos EUA.<sup>21</sup> São submundos (assim como a plataforma Twitch que, de certa forma, substituiu os fóruns

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/05/28/4chan-quem-esta-por-tras-do-forum-onde-massacres-sao-organizados.htm#:~:text=Quem%20está%20por%20trás%20do%204chan%20onde%20massacres%20são%20organizados> Acesso em 12/02/2026

“escritos”) em que o usuário se sente livre e protegido pelo anonimato. Inclusive o conceito de ativismo “anonymous” surgiu nos próprios “chans”.<sup>22</sup>

Estamos entrando nessa seara por um motivo. No decorrer desta tese buscaremos identificar a linguagem fascistizante dentro da sociedade digital brasileira. Apesar de partirmos para essa identificação através do mito conspiratório, da desinformação e do negacionismo científico, essas categorias não estão suspensas ao ar. É necessário que existam fundações que sustentem esses debates para que eles não se tornem efêmeros e funcionem como modos de subjetivação. É nisso que entram esses problemas que se iniciam ou tem seu embrião nos “chans”. Examinemos por qual razão. e que cultura é essa presente nesses espaços.

Um primeiro exemplo da contradição entre liberdade democrática e a liberdade de intolerância que identificamos é que nos anos 1990 Peter Thiel<sup>23</sup>, um dos fundadores da “PayPal” (plataforma de transferência monetária) e “Palantir Technologies” (empresa de tecnologia), foi coautor de um livro chamado *The Diversity Myth* no qual “pregava que a inclusão intencional de mulheres ou minorias era uma fraude que sufocava a atividade intelectual livre” (Fisher, 2023, p. 72). A liberdade aqui exposta era a liberdade restrita de homens brancos *geeks*. O embrião do ressentimento e do conspiracionismo “woke” pode ser encontrado, entre outros lugares, aqui. Isso estabelece exatamente algo inverso à liberdade, uma cultura do assédio preconceituosa e misógina que resultou no que chamamos de “*Trolls*”<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/08/13/tira-duvidas/de-onde-surgiu-o-anonymous-relembre-6-acoas-do-grupo-hacker/> Acesso em: 12/02/2026

<sup>23</sup> Thiel foi um dos financiadores da campanha de Donald Trump em 2016 e tinha ligações com movimentos de extrema direita nos EUA. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/reports-peter-thiel-to-donate-1-million-to-trump-campaign/> Acesso em: 9/04/2024

<sup>24</sup> No Brasil atual temos como exemplo desta cultura *Troll* o movimento político de extrema direita conhecido como Movimento Brasil Livre – MBL. Este grupo organizado em volta de agentes políticos como Kim Katagiri (deputado federal pelo União Brasil) Renan Santos e Arthur do Val (deputado estadual por São Paulo cassado em 2022) tem como modo de operação a intimidação, ridicularização, assédio jurídico e perseguição online. Outros membros, Luciano Ayan e Gabriel Monteiro já foram acusados de crimes como a pedofilia. Gabriel Monteiro foi cassado de seu mandato de vereador pelo Rio de Janeiro e preso em 2022. Luciano Ayan foi preso temporariamente na operação Juno Moneta e durante a investigação teve material pornográfico infantil encontrado em sua posse, segundo o Ministério Público de São. Paulo. Mais. Informações nas seguintes fontes: Disponíveis em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/03/13/tatica-do-insulto-os-rumos-do-mbl-ate-o-caso-mamae-falei> ;  
<https://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/6060054?skin=folhaonline&device=> ;  
<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/jornalista-expoe-relacao-do-mbl-com-pedofilia/> e

A figura de Peter Thiel é central para compreender a operacionalização do fascismo *on-demand*, pois ele atua como a ponte entre o poder financeiro do Vale do Silício e a vanguarda intelectual e política da extrema direita contemporânea. Thiel não apenas financia infraestruturas de controle, como na “Palantir Technologies” (onde foi cofundador e ocupa posição de Presidente do Conselho de Administração), mas também fornece a base ideológica que sustenta a rejeição da democracia liberal em favor de uma governança tecnocrática e autoritária.

A posição ideológica de Thiel foi cristalizada em seu ensaio de 2009 para o “Cato Institute”, onde ele declarou abertamente o fim de sua crença na conciliação entre o capitalismo de mercado e o sistema democrático. “*Most importantly, I no longer believe that freedom and democracy are compatible*”<sup>25</sup>, escreveu, na ocasião. Para Thiel, a democracia tornou-se um entrave ao progresso tecnológico e à liberdade individual (entendida como a liberdade absoluta do capital). Ele argumenta que, desde a década de 1920, o aumento dos beneficiários de programas sociais e o voto feminino tornaram o sistema democrático hostil aos ideais libertários radicais (ibidem).

Essa visão justificaria a criação de “espaços fora do Estado”, como o *seasteading* (cidades flutuantes em águas internacionais)<sup>26</sup> e a colonização espacial, onde as leis democráticas seriam substituídas por contratos corporativos. A perspectiva é o que alguns autores, como Yanis Varoufakis (2023), vêm chamando de “tecnofeudalismo”, ou, até mesmo, “tecnofascismo”, como Donatella Di Cesare (2025)<sup>27</sup>.

Thiel mantém uma relação de proximidade com Curtis Yarvin (conhecido pelo pseudônimo Mencius Moldbug), o principal teórico do movimento neoreacionário chamado “Dark Enlightenment”. Yarvin defende a substituição da democracia por uma “monarquia corporativa”, onde o Estado é gerido como uma empresa e os cidadãos são tratados como acionistas sem direito a voto.

A influência de Yarvin sobre Thiel é documentada por sua participação em eventos fechados e pelo apoio financeiro de Thiel a projetos ligados ao teórico, como

---

[https://cultura.uol.com.br/noticias/53531\\_justica-decreta-prisao-preventiva-do-ex-vereador-gabriel-monteiro.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/53531_justica-decreta-prisao-preventiva-do-ex-vereador-gabriel-monteiro.html) Acesso em: 25/03/2024

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.cato-unbound.org/2009/04/13/peter-thiel/education-libertarian/> Acesso em 25/11/2025

<sup>26</sup> Sobre esta questão ver <https://www.seasteading.org/>

<sup>27</sup> Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/658723-a-erosao-da-democracia-em-nome-do-tecnofascismo-artigo-de-donatella-di-cesare> Acesso em 30/11/2025

a startup “Urbit”. Em sua obra “The contrarian: Peter Thiel and Silicon Valley’s pursuit of power” (2021, p. 165), Max Chafkin aponta as diversas ligações entre os dois.

Yarvin’s views would eventually harden into a full-blown ideology, “neo-reaction,” which included positions like the belief that climate science was largely a fraud perpetrated by elites; that inflationary currencies, like the U.S. dollar, are “diabolical”; and that genetic differences cause some groups to be “more suited to mastery,” while others (including Africans, he said) were “more suited to slavery.” Thiel, of course, subscribed to the first two views, if not the third. Yarvin also had views on apartheid similar to those ascribed to (though denied by) the undergraduate Thiel, and had compared Nelson Mandela to the Norwegian mass shooter Anders Breivik. Neo-reactionary thought came with its own vocabulary: To “red pill” someone meant to open their eyes to this new worldview. “The Cathedral” was the elite orbit occupied by government officials, the media, and, most of all, university professors.

No campo político prático, Thiel consolidou-se como um “criador de reis” da extrema direita americana. É notório que foi o principal financiador e mentor por trás da ascensão de figuras como JD Vance<sup>28</sup> e Blake Masters<sup>29</sup>, cujas campanhas foram pautadas pelo nacionalismo cristão, ataques às instituições democráticas e o uso agressivo de dados para mobilização social.<sup>30</sup> Além disso, a “Palantir Technologies”, já citada, exemplifica o braço técnico desse fascismo digital. A empresa fornece softwares de vigilância preditiva e análise de dados massivos para agências de imigração (como o ICE nos EUA) e forças militares, servindo como uma ferramenta de controle social que opera para governos com inclinações autoritárias.

Através de tudo isso, a Palantir tornou-se o epítome do alinhamento da indústria tecnológica com o ultranacionalismo autoritário — indo muito além das saudações nazis de Elon Musk, do seu pró-natalismo de tabloide e dos seus *trolls* “dark MAGA”. Nas palavras do investigador Jathan Sadowski: “Desde a sua fundação, a Palantir procura fornecer a ‘camada ontológica’ do fascismo, materializando os seus objetivos ideológicos”<sup>31</sup>

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/antoniopequenoiv/2024/07/16/jd-vance-and-peter-thiel-what-to-know-about-the-relationship-between-trumps-vp-pick-and-the-billionaire/> Acesso em 25/11/2025

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.politico.com/news/magazine/2021/09/20/peter-thiel-book-facebook-trump-jd-vance-blake-masters-josh-hawley-513121> Acesso em 25/11/2025

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2022/02/14/peter-thiel-o-bilionario-do-vale-do-silicio-criador-de-reis-da-direita> Acesso em 25/11/2025

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/palantir-o-braco-digital-do-fascismo-tardio/95784> Acesso em 25/11/2025



A trajetória da “Palantir” evidencia um aspecto que frequentemente permanece secundarizado nas análises sobre redes sociais e plataformas digitais. O debate costuma concentrar-se nos conteúdos veiculados por essas estruturas, mas nem sempre observamos a natureza política das próprias infraestruturas que organizam os fluxos informacionais contemporâneos. Nesse sentido, torna-se relevante aproximar nossa reflexão das contribuições de João Francisco Cassino, Joyce Souza e Sérgio Amadeu da Silveira (2021) acerca do colonialismo de dados e da modulação algorítmica.

A discussão sobre Peter Thiel e a “Palantir” permite avançarmos um pouco além da crítica normalmente direcionada às plataformas digitais enquanto simples empresas de tecnologia. O problema não se limita à circulação de informações ou à comercialização de dados pessoais. Trata-se de compreender como determinadas infraestruturas digitais passaram a ocupar funções historicamente ligadas à soberania estatal, à inteligência estratégica e à gestão dos conflitos contemporâneos.

Nesse sentido, a reflexão proposta por Cassino; Souza e Silveira (2021, p. 8) acerca do colonialismo de dados é particularmente elucidativa. Para o autor, as plataformas digitais não devem ser entendidas apenas como instrumentos de comunicação ou inovação tecnológica, mas como estruturas de captura, armazenamento, processamento e modulação de comportamentos em larga escala. A extração massiva de dados pessoais constitui um dos elementos centrais da economia digital contemporânea, produzindo mecanismos de influência capazes de atuar simultaneamente em níveis econômicos, culturais e políticos

As plataformas, muitas vezes articuladas junto a Estados ricos e poderosos, são enormes máquinas de captura e armazenamento de dados pessoais, responsáveis por criarem bilhões de perfis de usuários, que de pois são usados para promover influência comportamental para fins de propaganda comercial, ideológica ou política. As mensagens que chegam aos usuários dessas plataformas são baseadas em gostos, opções, crenças, ideologias e valores referentes a cada um, o que permite uma influência microsegmentada, com alto poder de persuasão. Essa influência, muitas vezes modulada por sistemas algorítmicos, introduz um elemento-gestor não humano neste suposto novo tipo de dominação. (Idem)

O aspecto mais relevante para nossa análise é que esse processo não ocorre em um ambiente politicamente neutro. Como observam os autores, as grandes plataformas encontram-se profundamente articuladas a interesses geoeconômicos e geopolíticos específicos. Os fluxos globais de dados não apenas geram lucro, mas ampliam relações de dependência tecnológica entre países centrais e periféricos, consolidando uma forma contemporânea de colonialidade baseada na extração permanente de informações e na modulação algorítmica das populações conectadas.

Essa discussão torna-se especialmente importante quando observamos empresas como a “Palantir Technologies”. Desde sua fundação, a empresa foi concebida não apenas para explorar mercados tradicionais, mas para atuar diretamente na articulação entre inteligência militar, vigilância, segurança nacional e análise preditiva de grandes bases de dados. Em outras palavras, sua função não consiste apenas em organizar informações, mas em transformar dados dispersos em capacidade operacional para governos, forças armadas, agências de inteligência e aparatos policiais.

Sob essa perspectiva, torna-se insuficiente compreender as plataformas apenas enquanto empresas de comunicação. Elas passam a funcionar como aquilo que podemos denominar infraestruturas tecnopolíticas. O domínio sobre bancos de dados massivos permite não apenas vigiar comportamentos, mas antecipá-los, classificá-los e organizá-los segundo critérios determinados por interesses institucionais específicos. A plataforma deixa de operar apenas como mediadora das interações e assume papel ativo na produção de realidades sociais e políticas.

Essa questão aproxima-se daquilo que Cassino (2021, p. 27-28) identifica como processos de modulação algorítmica. A captura contínua dos rastros digitais dos usuários possibilita a construção de perfis comportamentais cada vez mais refinados. Esses perfis não servem exclusivamente para fins publicitários, mas também para operações de influência política, monitoramento populacional e gestão dos riscos sociais. A plataforma torna-se, assim, uma tecnologia de governo.

Um dos efeitos mais marcantes sobre os novos sujeitos colonizados é o fato de que eles passam a ficar atados a julgamentos alicerçados em seus próprios dados. Não sabem quais de seus dados são coletados, como são usados nem mesmo quais as fontes coletoras, em um processo completamente opaco e obscuro. As informações pessoais capturadas são a chave para as novas formas de geração de valor.

O autor continua:

Adicionalmente, o processo de alteração comportamental é majoritariamente conduzido por meio de sistemas de inteligência artificial, que utilizam da coleta e do processamento de dados junto a sistemas algorítmicos para modular tomadas de decisão. Trata-se de uma modulação algorítmica baseada na coleta das informações que nós mesmos fornecemos espontaneamente às grandes em presas de tecnologia. (idem, p. 28)

Não por acaso, boa parte dessas tecnologias possui origem direta ou indireta em projetos militares, agências de defesa e estruturas de inteligência nacional. Como já observamos anteriormente ao discutir a formação do Vale do Silício, a aproximação entre universidades, setor privado e instituições militares não constitui um acidente histórico, mas um dos elementos estruturantes do desenvolvimento tecnológico estadunidense. A trajetória da própria internet ilustra esse processo

Assim, quando analisamos a circulação da linguagem fascistizante nas plataformas digitais, não estamos observando unicamente fenômenos comunicacionais. Estamos diante de ambientes construídos sobre infraestruturas que possuem interesses econômicos, capacidades técnicas de monitoramento e relações históricas com aparatos de guerra, segurança e inteligência. A relevância dessa constatação reside no fato de que tais infraestruturas não apenas hospedam discursos políticos: elas participam ativamente das condições que tornam possível sua circulação, amplificação e segmentação.

A análise das plataformas digitais exige que elas sejam compreendidas para além de sua dimensão comunicacional ou mercadológica. Conforme argumentam Almeida; Angelo; Rosa; Vieira (2024, p. 163) estas infraestruturas passaram a desempenhar funções de governo por meio da coleta, processamento e utilização contínua de dados comportamentais. Nesse contexto, as plataformas não apenas mediam interações sociais, mas participam da definição dos regimes de visibilidade, circulação e inteligibilidade que organizam a experiência contemporânea. A relevância desse processo reside no fato de que tais dispositivos operam simultaneamente como infraestruturas econômicas, políticas e subjetivas, aproximando formas de extração de dados, modulação comportamental e gestão algorítmica das populações.

A modulação comportamental algorítmica não se dá, contudo, de forma autônoma como uma imposição exercida desde níveis

superiores do campo sociotécnico, mas utilizando como fonte primordial os dados (incluindo as imagens) que disponibilizamos acerca das implicações envolvidas. (Idem)

Em vez de interpretar o funcionamento das plataformas exclusivamente em termos de persuasão ideológica, torna-se necessário compreender seus mecanismos de modulação comportamental. O foco desloca-se da transmissão de mensagens para a criação de ambientes capazes de intensificar predisposições já existentes, reorganizando percepções, afetos e formas de engajamento político. Nesse sentido, as plataformas atuam menos como veículos neutros de informação e mais como arquiteturas sociotécnicas capazes de organizar fluxos de atenção e subjetivação.

A centralidade das plataformas digitais para esta pesquisa não decorre apenas de sua capacidade de difundir conteúdos em larga escala, mas do papel que desempenham na produção de subjetividades. Os processos de recomendação, classificação e hierarquização algorítmica não apenas organizam informações: eles interferem na constituição dos modos de percepção, interpretação e avaliação da realidade. Por essa razão, a análise das plataformas torna-se inseparável da investigação dos processos contemporâneos de subjetivação política, especialmente daqueles que favorecem a circulação e estabilização daquilo que denominamos linguagem fascistizante.

Essa situação mostra como a modulação comportamental pode gerar processos de subjetivação, os quais uma vez associados ao quadro de precarização do trabalho nas plataformas acima discutidas, levam sujeitos à participação voluntária e interessada nos novos mercados de dados. Não se trata de um juízo moral, mas sim de um exemplo mais radical dos resultados gerados a partir da articulação entre o neoliberalismo caracterizado pela precarização laboral e a expansão de uma lógica mantida pela dataficação e plataformização de crescentes extratos de nossas vidas. (idem, p 164)

Nesse sentido, a ascensão de fenômenos como o *fascismo on-demand* não pode ser dissociada da consolidação dessas arquiteturas sociotécnicas. As plataformas não criam sozinhas os conteúdos que nelas circulam, mas fornecem os mecanismos de segmentação, recomendação e modulação capazes de conectar afetos, ressentimentos e identidades políticas a circuitos cada vez mais eficientes de radicalização. Mais do que simples veículos de transmissão, elas participam da constituição das condições subjetivas que tornam determinados discursos possíveis,

desejáveis e compartilháveis. É justamente nessa articulação entre infraestrutura digital, modulação afetiva e produção de subjetividades que encontraremos um dos elementos centrais para compreender a circulação daquilo que denominamos, nesta pesquisa, linguagem fascistizante.

Observando estas questões, como muito bem expõe Fisher (2023, p. 73), a “liberdade quase total” e a dispensa de qualquer regra e moderação não trazem liberdade, mas o contrário, estabelecem formas e convenções sociais específicas autoritárias e valores reprováveis como a distinção social de diversos grupos. Cesarino (2022, p. 65 - 66) explica essa dinâmica de uma forma “antropológica”. A ausência de “tabus” – que seriam análogos à moderação e regras nesses ambientes digitais, tão defendidas por Thiel e outros – ou de fronteiras para o que é concebível não resultariam em uma sociedade mais “livre”, pelo contrário, resultariam em uma sociedade “disfuncional” e na fragilização deste sistema hegemônico de “estabelecimento de fronteiras” que, por sua vez, reverbera “numa substituição mais ou menos gradual, mais ou menos disruptiva, que apenas refaz, com outros contornos, a linha dos tabus e limites”.

E aqui não falamos de possibilidades, mas do que acontece no mesmo momento em que redigimos essa tese. As reflexões de Fisher e Cesarino são importantes, pois elas discorrem exatamente sobre o que observamos cotidianamente. A coordenação bifurcada no englobamento do contrário, por exemplo, trabalhado por Letícia Cesarino explica como essa “ausência de tabus” (limites) acaba por tensionando as estruturas cognitivas da sociedade digital em direções extremas. Seria necessário um trabalho mais específico para afirmar isso de forma mais criteriosa e assertiva, mas, de forma impressionista, podemos afirmar que a utilização da propaganda fascista no século XX é análoga a utilização da propaganda digital que radicaliza indivíduos na sociedade online do século XXI. Esse será nosso objeto na próxima seção.

Voltando a ideologia do Vale do Silício que exemplificamos a partir do manifesto de Thiel e de suas ligações políticas e ideológicas, achamos oportuno refletir sobre como essa cibercultura reverbera no presente. Segundo Fisher (2023, p. 73) e como podemos observar nas ações de Thiel, essa ideologia, infelizmente, não ficou restrita a estrutura corporativa, mas foi, aos poucos, sendo “inserida para a casa e a mente de bilhões de consumidores”. Em outras palavras, a forma de pensar dentro das organizações corporativas do Vale do Silício acabou por ser difundida para seus

consumidores. Talvez um exemplo máximo do presente seja o do empresário Elon Musk. Há um culto nas redes sociais em que se vê a figura de Musk como a representação da liberdade, meritocracia e inteligência. Não há porquê entrar no mérito se isso tem referência no real ou não, o que interessa é a mobilização de afetos que isso produz.

O próprio Musk age como os usuários seguidores dessa cibercultura que tem Thiel seu principal representante. Seus posts na sua plataforma social, o Twitter, adquirido em 2022, são recorrentemente comparados com atitudes de duas subculturas presentes na sociedade digital. As chamadas culturas “anti woke” e “incel”. Esses dois grupos, que são intrinsecamente ligados, representam uma certa parcela da sociedade que se vê ressentida por uma suposta dominação de grupos minoritários que estariam tirando o protagonismo do “homem-heterossexual-cis-branco-cristão-ocidental”. É uma das teorias da conspiração que fazem parte do que chamamos no primeiro capítulo de cultura fascista. Voltaremos a esse assunto adiante. Antes devemos compreender de onde esse tipo de pensamento surgiu e como ele se desenvolveu na sua consolidação, pois essa visão de mundo já teve consequências práticas no nosso mundo e exemplificaremos.

Concordamos com a tese de Max Fisher (2023) do que acontece na sociedade digital é “tudo gamergate”. Talvez o advento do gamergate seja a melhor caracterização para explicar como se estabeleceu essa cultura na sociedade digital. Pois bem, já demonstramos que essa “forma de ver o mundo”, o que chamamos de estrutura cognitiva de leitura da realidade, é algo intrínseco à cultura do Vale do Silício. Essa cultura, baseada em uma certa “liberdade irrestrita” acaba por apagar as fronteiras do que é dizível, deturpando as formas que impedem a radicalização para movimentos de extrema direita a partir de uma linguagem fascistizante. A radicalização, primeiramente virtual, para posteriormente no mundo “real”, é o caminho que se estabelece a partir da lógica online que viemos percorrendo até aqui.

A razão do exemplo do gamergate ser extremamente adequado para explicar esse processo de radicalização tem fundamento justamente pelo motivo de que ele demonstra como esse processo ocorre. É uma auto explicação da lógica de radicalização online. O gamergate, segundo Fisher (2023, p. 57), mudou a trajetória da internet. Nossa posição é que esse evento somente cristalizou o que estava sendo incubado desde anos 1980 a partir da visão de mundo do Vale do Silício. Entretanto concordamos com Fisher de que esse evento é algo disruptivo. Disruptivo no sentido

de que ele fundamentou diversas questões que vieram a estruturar diversos submundos da internet.

O evento tem suas origens em 2014. Zoe Quinn, então desenvolvedora de games foi um dos alvos dos chamados “gamegaters” que organizaram ataques coordenados a sua pessoa através do que essa cultura chama de *dumping*<sup>32</sup>. Segundo Fisher:

Um programador chamado Eron Gjoni havia postado no próprio blog 10 mil palavras de uma narrativa desconexa sobre o breve relacionamento que os dois haviam tido e sobre como terminara, incluindo imagens de e-mails e de mensagens privadas no celular e no Facebook. (Fisher, 2023, p. 57)

Quinn era conhecida por ter produzidos jogos indies, como o “Depression Quest” em que simulava como lidar com a depressão e também por ser ativa nas redes online em relação às suas posições ideológicas. Essas perspectivas ideológicas de Quinn, em que buscava transgredir o universo gamer de um universo feito para homens não soava bem na própria comunidade gamer. Era um incômodo dentro da mesma perspectiva que estabelecia o ressentimento apresentado por grupos como os incel, por exemplo. A chamada comunidade *geek (gamer)* se via sob ataque e estaria chegando um momento em que perderiam seu “lugar seguro” em que suas vidas se estabeleceram.

Os argumentos publicados por Eron Gjoni sobre seu relacionamento anterior com Quinn, foram vistos por essa comunidade como justificativa e revelavam os “motivos” implícitos na “inversão de valores” dentro da comunidade gamer. A comunidade gamer foi construída, a partir dos anos 1980, dentro de um público alvo bem delimitado. Goulard e Nardi (2017, p. 253)<sup>33</sup> demonstram que esse público é o mesmo que delimitava o grupo prioritário do Vale do Silício, “homens cisgêneros, heterossexuais e brancos”. Houve uma intimidação coletiva à Quinn tão desproporcional que, segundo Fisher (2023, p. 58), mesmo que as acusações de Gjoni fossem facilmente desmentidas (questões como Quinn ter mantido relações

<sup>32</sup> Despejo desproporcional de ataques coordenados e intimidações coletivas a determinada pessoa com fim de gerar engajamento online de perseguição.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9855/6985> Acesso em 20/03/2022

sexuais em troca de coberturas positivas sobre seus jogos) ela sofreu uma pressão online e assédio que resultou em atitudes absurdas.

O resultado foi a posição de um juiz em que proibia Gjoni de escrever sobre Quinn. Essa posição no âmbito jurídico foi necessária, pois, segundo Fisher (2023, p. 58), a mobilização de afetos que aconteciam em redes como o “4chan” e “Reddit” tinham posições como: “só quero ver a Zoe levar o castigo que merece” e “deixar a vida dela horrível e sem conserto”, até “forçando ela [sic] a se matar”. “Se um dia te vir num palco de evento, eu literalmente te mato”. “Você tá abaixo da merda e merece que te machuquem, mutilem, matem pra depois eu te benzer mil vezes com meu mijo no teu corpo podre” (ibidem, p. 59).

O nível de toxicidade destes comentários não exige mais explicações. Uma canalização de milhares de mensagens que incentivavam o suicídio, entre outras coisas, pontuou como funcionaria o método de intimidação que viraria tão comum no decorrer dos próximos anos. A escalada foi tão grande que transgrediu as fronteiras digitais chegando na vida física. Foi uma junção dos ressentimentos incubados há algumas décadas por esse grupo até então difuso, mas que reuniu em uma atitude e perseguição os medos que circulavam. Esse ressentimento reverberou no real, por exemplo, com a prática de *Swatting*, que consiste em ligar para a polícia e forjar uma falsa denúncia que dizia ter, por exemplo, reféns na casa do “alvo” – no caso pessoas como Quinn – em que o objetivo era que a polícia “chegasse atirando”. Alguns foram presos e condenados por isso, entretanto, a grande maioria jamais sofreu penas jurídicas.

O Gamergate mudou mais do que a vida dos alvos. O escândalo fez os extremos das redes sociais romperem a barreira que chega no cotidiano tradicional dos Estados Unidos, acabando para sempre com a separação entre espaços digitais e não digitais, entre a cultura da internet e a cultura como um todo.

Também marcou a estreia de uma nova modalidade de ação política, definida pelas características fundamentais das redes: uma cultura digital montada em torno de homens jovens e niilistas, sonhos criados no Vale do Silício de revolução aniquiladora e plataformas projetadas de modo a energizar a identidade até que se torne uma questão de conflito totalizante e existencial. Outras comunidades, fossem elas de nichos como a das mães hippie-orgânicas no Facebook ou do tamanho da direita norte-americana, já estavam tomando uma trajetória similar de antagonismo. O Gamergate em si foi a primeira versão, mas que trazia dentro dela a semente de outras que viriam. Os violentos extremistas “incels”, uma extrema direita rejuvenescida e repensada, mais seu desdobramento alt-right feito para atrair a juventude: todos convergiram no Gamergate. (Ibidem, p. 59)



O pano de fundo para essas atitudes foi e é a misoginia. A estratégia que mobiliza os assediadores, a *trollagem*. Por essa razão o gamergate explica bem essa estrutura. Há um ato político, a misoginia, e há um meio, a *trollagem* como intimidação. Fisher (2023, p. 74) traz um exemplo de como essa questão se organiza. O caso de um jovem chamado Adam – segundo o próprio se sentia “excluído” do mundo e via na internet um ambiente que poderia colocar seu “lado vingador-justiceiro” contra o que ele entendia ser seus opressores. Se sentia ignorado pelo sistema e canalizava seu ressentimento através desse submundo. “A cultura da raiva e da conspiração o ajudou a buscar sentido em um mundo de desnorreamento que parecia organizado contra ele” (ibidem, p. 76).

Essa perspectiva compactuava com a cultura iniciada com os manifestos já exemplificados anteriormente (WELL e *The Diversity Myth*). A cultura do *troll* vem neste âmbito. A ideia de pregar peças, de trotes, são atitudes comuns entre homens e que na internet sofreu uma escalada perigosa, como no caso do *swatting*. O ressentimento e sensação de exclusão orquestrada desses jovens foram o combustível para esse problema escalar. Na sociedade digital a “atenção significa valor” (Fisher, 2023, p. 79) e, quanto mais você liga para a perseguição, maior ela será. É uma máxima do *bullying*. Quanto mais a pessoa se irrita, mais as pessoas “pegarão no seu pé”.

Enfim, essas questões geram um mal-estar gigantesco de como a internet catalisa determinadas atitudes tóxicas e virulentas. A cultura mobilizada por essa questão é um fenômeno que reverbera no presente. Por exemplo, no início de 2023, no Brasil, houve um dos primeiros esforços oficiais para mapear as radicalizações destes extremismos de direita na internet com o relatório sobre extremismo e ataques às escolas<sup>34</sup>. A preocupação com os ataques armados em escolas trouxe luz para o que acontecia há tempos na internet e demonstram que a lógica da sociedade digital, a partir da própria cultura importada do Vale do Silício incentivou a radicalização de extrema direita no Brasil do presente. Adiante refletiremos um pouco mais sobre essa lógica.

---

<sup>34</sup> Relatório preparado sob a organização do Professor Daniel Cara no âmbito da Campanha nacional pelo direito à educação.

### 3.2 A plataformização da vida: da economia da atenção ao capitalismo de vigilância

Como demonstramos na seção anterior existe uma lógica cultural específica na internet que tem sua gênese na cultura do Vale do Silício. Essa lógica é simbiótica com a própria lógica corporativa que está presente nas empresas que controlam o vale. As reflexões contidas no item anterior visam estabelecer os passos que foram dados para que o Vale do Silício, por consequência as empresas que o controlam, seja, hoje, o conjunto de corporações de tecnologia que dominam grande parte desse mercado. Como cita Morozov, que “as empresas de tecnologia russas e chinesas vem se fortalecendo” é real, entretanto, a “mentalidade do vale do silício” (Morozov, 2018, p. 15) é a que prospera como modo de pensamento no mundo ocidental. No caso do Brasil essa situação é bem sintomática<sup>35</sup>.

Por mais que haja um forte componente cultural, no âmbito das subjetividades humanas sendo difundido por essas *big techs* – que também examinamos a seguir – a perspectiva capitalista e corporativista é o outro ponto que não devemos perder de vista. A questão passa além do interesse econômico, transgride a pura vontade do lucro, como bem pontua Morozov (ibidem, p. 15), mas reflete diretamente no uso “geopolítico de plataformas estrangeiras” para interesses políticos que vão contra os próprios interesses nacionais de países que não sediam essas empresas. A mentalidade do vale do silício – “modelo básico hipercapitalista de plataforma/monopólio” (ibidem, p. 15) – é hegemônica na sociedade digital e possibilita o controle de produção dessa mentalidade.

O interesse de tocar nesse assunto é que essas empresas, as *big techs*, estão sendo muito toleradas pelos controles estatais. É um assunto complicado, pois qualquer crítica a esse poderio, a essa violenta lucratividade que a informação traz para essas empresas, o modo como essas empresas trabalham para estabelecer controles hegemônicos de determinadas ordens sociais, a microsegmentação comportamental e a datificação da vida é denunciada como cerceamento de liberdade

---

<sup>35</sup> O Brasil, por exemplo, é um dos maiores públicos do Instagram com quase 100 milhões de usuários, perdendo apenas para os EUA (Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/> Acesso 20/03/2022) e 4º colocado no Facebook com aproximadamente 130 milhões de contas ativas. (Disponível em: <https://www.websiterating.com/pt/research/facebook-statistics/> Acesso em: 20/03/2022)

de expressão. As empresas e os usuários que usam as redes para veiculação de conteúdo antidemocrático, utilizam essa justificativa de forma corriqueira para manter seus privilégios, por exemplo.<sup>36</sup>

Essas empresas não estão somente facilitando nossa comunicação, e por isso nos tornamos dependentes. Mas também “ao mesmo tempo, influenciam o que dizemos uns aos outros, pela maneira como dão forma ao que vemos e ouvimos” (Runciman, 2018, p. 220). Isso está relacionado não só com o interesse estritamente econômico que essas empresas têm, mas também do controle cultural que elas estabelecem, controle de linguagem e de perspectivas históricas. O engajamento digital é lucrativo economicamente e culturalmente molda pensamentos e estrutura formas de sociabilidade que refletem diretamente na personalidade. Isso não é novidade na psicologia social, a novidade está na forma, não no conteúdo. E o ciberespaço propicia uma nova forma.

Esta forma não difere tanto das formas tradicionais de informação. Ao menos no que tange a produção de subjetividades, bem como modos de subjetivação fascistizantes e antidemocráticos. Félix Guattari (1992, p.14), por exemplo, expressava que não devemos “tomar as produções semióticas dos *massmídia*, informática, telemática [...]” fora da subjetividade psicológica. Para o autor essas instâncias fazem parte da dimensão maquínica de subjetivação, como as outras formas heterogêneas de componentes subjetivantes.

[...] as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio de suas memórias, da sua inteligência, mas também de sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. (Ibidem, p.14.)

---

<sup>36</sup> Acontecimentos recentes chamam atenção em relação a isso. Em fevereiro de 2022, o apresentador Bruno Ayub, proprietário do até então mais visualizado podcast brasileiro, foi banido da plataforma YouTube após defender a existência de um partido nazista no país durante o programa. O YouTube é a principal plataforma de vídeos no mundo e de propriedade da Google. O debate no ciberespaço resultou em uma enorme rejeição crítica ao podcast com, inclusive, diversos artistas solicitando a retirada de suas entrevistas do ar. O YouTube, nesse caso, acatou a indignação e afloramento de afetos contrários ao podcast do debate no ciberespaço banindo-o da rede de vídeos, mas em outras situações mantém discursos semelhantes publicados na plataforma. Algo que chama atenção. Entretanto, após os episódios, a direita brasileira elevou o debate em relação ao suposto “ataque” à “liberdade de expressão”. O mesmo Bruno Ayub já era um defensor da “liberdade de expressão” de forma irrestrita, inclusive a liberdade de ser nazista – sendo que, por diversas vezes, ele foi alertado sobre as declarações que dava e qual a responsabilidade sobre isso. Voltaremos adiante ao tema.

É sobre isso que devemos refletir quando pensamos em sociedade digital. É pensar em como a nossa relação com as plataformas digitais e as nossas relações *dentro* das plataformas digitais entre nós mesmos nos influenciam na construção das nossas próprias subjetividades. Félix Guattari (1981, p. 178), como já expressei por nós anteriormente, define que as subjetividades são produzidas através de “agenciamentos coletivos de enunciação” e o elemento principal de sua produção são as “culturas de massa” (Guattari; Rolnik, 1986, p. 16). A cultura, entendida pelos autores no contexto de suas reflexões, é um conceito que visa observá-la também como uma mercadoria. Além de ser vista como um valor – melhor ou pior cultura, mais desenvolvida e menos desenvolvida –, deve ser vista também como sinónimo de civilização, de sistemas simbólicos compartilhados por determinado grupo. Os autores chamam a atenção para o fato de que, no contexto capitalista, a cultura também é uma mercadoria.

Essa definição é importante quando pensamos em corporações gigantes que controlam grande parte dos meios em que estabelecemos nossas interações sociais, produzem e reproduzem uma “cultura de massa” que é determinante para a produção de subjetividades consoantes com os valores das próprias corporações. Quando Guattari e Rolnik escreveram sobre isso em 1986 não havia possibilidade de imaginar que o domínio sobre os modos de subjetivação seria transferido para um ambiente digital. Naquele momento as nossas interações sociais ainda eram, em quase sua totalidade, físicas. A telefonia móvel ainda engatinhava. A internet, no caso, só era acessada por uma minoria. Mesmo assim essas reflexões encontram referência escandalosa no presente. A cultura de massa produzida pelas plataformas digitais é a readequação do capitalismo para o controle das máquinas desejantes e dos modos de subjetivação atuais.

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos; indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão - não sistemas de submissão visíveis e explícitos, como na etologia animal, ou como nas sociedades arcaicas ou pré-capitalistas, mas sistemas de submissão muito mais dissimulados. E eu nem diria que esses sistemas são “interiorizados” ou “internalizados” de acordo com a expressão que esteve muito em voga numa certa época, e que implica uma ideia de subjetividade como algo a ser preenchido. Ao contrário, o que há é simplesmente uma produção de subjetividade. Não somente uma produção da subjetividade individuada – subjetividade

dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos., quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos esses campos. (Guattari; Rolnik, 1986, p. 16)

Ao definirmos isso devemos pensar, qual tipo de cultura de massa é a cultura de massa presente no capitalismo do século XXI? Para que possamos responder essa pergunta de uma forma minimamente satisfatória, primeiramente, devemos pensar em que tipo de capitalismo estamos falando. Não é o mesmo tipo de capitalismo que vivíamos em 1986, mesmo que as reflexões de Guattari e Rolnik sejam iminentemente reveladoras sobre como o próprio capitalismo produz e controla os modos de subjetivação que estabelecem a produção exata de um tipo de indivíduo. Entretanto isso não inviabiliza – ser ou não o mesmo capitalismo – que a lógica dos autores seja adequada para pensarmos outros tipos de capitalismo. Observar como esse tipo de capitalismo produz subjetividades se torna observar o próprio tipo de capitalismo. São coisas indissociáveis, como vimos. É necessário haver indivíduos capitalísticos para que o capitalismo proceda. Não há separação entre uma coisa e outra.

A hegemonia das *big techs* e a mentalidade do Vale do Silício atuam como a infraestrutura técnica e cultural – controladora da lógica sociotécnica – necessária para a consolidação do fascismo *on-demand*, um fenômeno no qual a rejeição da alteridade é consumida e replicada de forma personalizada através de plataformas digitais. Existe uma lógica cultural específica, gestada no Vale do Silício, que opera em simbiose com a lógica corporativa dessas empresas. Essa mentalidade, que Morozov (2018, p. 15) define como um “modelo básico hipercapitalista de plataforma/monopólio”, tornou-se o modo de pensamento dominante no mundo ocidental, sendo particularmente sintomática em países como o Brasil.

Nesse cenário, o fascismo *on-demand* se manifesta quando a perspectiva capitalista e corporativista dessas empresas transcende o lucro para moldar as subjetividades humanas e exercer um controle geopolítico. As plataformas deixam de ser meros espaços de interação para se tornarem ferramentas que direcionam ordens sociais específicas, utilizando algoritmos para segmentar o ódio e a indignação conforme a conveniência do usuário.

E como apontamos, o uso dessas plataformas estrangeiras serve a interesses políticos que frequentemente colidem com a soberania nacional, permitindo que a produção dessa mentalidade seja controlada por corporações que operam além das fronteiras estatais. A eficácia dessa forma de ecossistema rizomático reside na sua capacidade de se camuflar sob a retórica da liberdade. Destaca-se que qualquer tentativa de criticar o poderio ou a violenta lucratividade que a informação gera para essas empresas é imediatamente denunciada como um cerceamento da liberdade de expressão.

No contexto do fascismo *on-demand*, essa defesa da liberdade torna-se um escudo paradoxal. Ela protege a disseminação de discursos antidemocráticos e garante que as *big techs* continuem a estabelecer controles hegemônicos sobre a sociedade sem a devida interferência regulatória do Estado. Assim, o indivíduo, imerso nessa lógica, passa a consumir um fascismo *on-demand* validado por um sistema que prioriza o engajamento através do conflito e da radicalização das subjetividades.

### 3.2.1 O capitalismo de plataforma

É dispensável afirmar que a internet transformou as relações capitalistas globais. Do mesmo modo que as navegações e o mercantilismo que consolidou a era moderna foi a própria razão da transformação da sociedade humana em todos sentidos possíveis, a internet também é um momento disruptivo nesse sentido. A internet propiciou o que Nick Srnicek (2017) chama de *Capitalismo de Plataforma*. Uma lógica específica do capitalismo que opera dentro da estrutura da internet. Basicamente:

Nick Srnicek afirma que as plataformas são infraestruturas digitais que permitem dois ou mais grupos interagirem, colocando-se como intermediárias que conectam diversos usuários, como consumidores, anunciantes, prestadores de serviços, produtores e fornecedores. As plataformas oferecem mecanismos que possibilitam aos usuários elaborar seus próprios produtos, serviços e mercados. A maior vantagem em face dos negócios tradicionais dá-se em relação aos dados, uma vez que se colocam entre os usuários e, como são a base para que as atividades se desenvolvam, ficam em posição privilegiada para coletá-los (Kalil, 2020, p. 70).

Segundo Srnicek, sempre que alguma crise atinge o capitalismo ele tende a ser reorganizado. “Novas tecnologias, novas formas de organização, novos modos de exploração, novos tipos de trabalhos e novos mercados surgem para criar um novo modo de acumular capital” (Srnicek, 2017, p. 27). Nesse sentido nós podemos ver surgir diversos termos para definir essa nova era do capitalismo pós crise de 2008. Realmente é complicado estabelecer um consenso no “calor do momento” enquanto estamos observando a própria consolidação de um “objeto” que nos dificulta ver a sua forma evidentemente concretizada. De “economia da atenção” até economia da vigilância”, passando pela *uberização* ou *ifoodização* no “capitalismo de plataforma” somos testemunhas dessa transformação que nos atinge cotidianamente.

Srnicek escolhe essa caracterização que achamos ser pertinente para termos uma ideia geral do problema em que estamos focados. Não é suficiente pensarmos somente o que acontece nas plataformas no âmbito da linguagem, mas também é necessário compreendermos de que modo essas plataformas criam universos que “fabricam” indivíduos. A lógica por trás dessas grandes corporações também têm implicações políticas e os exemplos são sintomáticos nos últimos anos. Muito por conta que essas corporações não estão limitadas a um espaço geográfico específico, mas estão em “todos os lugares”. Isso acarreta um problema sério quando pensamos em suas regulamentações.

Por exemplo, em 2018 o executivo chefe e um dos criadores da rede social Facebook, hoje pertencente a Meta, Mark Zuckerberg, foi intimado a depor no senado estadunidense e assim o fez. A pauta foi o direcionamento de dados de usuários do Facebook para a Cambridge Analytica e a utilização deste imenso banco de dados para o processo eleitoral que elegeu Donald Trump em 2016. A Cambridge Analytica não dispõe de uma rede de usuários que compartilham tudo, ou quase tudo da sua vida, como o Facebook. Portanto, fazer microsegmentação comportamental e direcionamento massivo de mensagens que apelam para seus preconceitos, ideologias e afetos políticos, é muito mais complicado sem esses dados.<sup>37</sup> Zuckerberg se defendeu das acusações de ter facilitado o acesso da Cambridge Analytica aos dados de usuários do Facebook, entretanto, acabou admitindo que outro

---

<sup>37</sup> As fontes sobre esse caso são abundantes e uma rápida busca na internet a confirma. Ficamos aqui com um exemplo. ROSA, Natalie. *Cambridge Analytica | Os principais momentos do depoimento de Mark Zuckerberg*. 2018. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/cambridge-analytica-os-principais-momentos-do-depoimento-de-mark-zuckerberg-111626/> Acesso em: 15/03/2020.

usuário da plataforma, Aleksandr Kogan, vendeu os dados de 87 milhões de usuários a empresa de Cambridge. Kogan é outro profissional do mundo das big datas.<sup>38</sup>

Esse exemplo é sintomático de como essas corporações estão envolvidas em questões políticas muito mais do que imaginamos. Poderíamos citar outros exemplos, como no caso em que a Google usou seu aparato online para fazer uma campanha a fim de influenciar a opinião pública sobre o chamado “PL das Fake News” projeto de lei que tramita no congresso nacional brasileiro. Esse caso resultou na conclusão da Polícia Federal do Brasil em que as empresas Telegram e Google praticaram abuso de poder econômico e violaram o código do consumidor. O processo ainda corre durante a produção deste texto.<sup>39</sup>

São só alguns exemplos do poder de influência que as *big techs* podem ter. Antes de falarmos sobre a os aspectos mais operacionais politicamente dessas corporações cabe, a partir das definições de Srnicek, explicar como se segmentam essas plataformas e a importância de sabermos identificá-las. O modelo de negócio dessas corporações transita entre a venda direta de produtos e a oferta de serviços que funcionam como plataformas de distribuição. Parece complexo, mas não é. Vamos pensar na segmentação proposta por Srnicek.

Segundo Srnicek (2017, p. 27 - 48) o capitalismo de plataforma se segmenta em cinco tipos de plataformas. Essa tipificação não significa que as plataformas só habitem uma determinada tipificação, aliás, é inerente ao capitalismo de plataforma que essas definições se diluam cada vez mais. A primeira tipologia de plataforma abordada pelo autor é a plataforma publicitária. Essa plataforma é a tipologia que já citamos anteriormente. No geral elas disponibilizam serviços como busca ou interações sociais e lucram, a priori, com publicidade. Fazem parte desse tipo de plataforma a gigante Google e a Meta. Essas empresas também oferecem serviços e entre outros produtos, porém, sua principal função é a publicidade, seja dela mesma ou para quem quiser vincular uma peça qualquer.

Srnicek (2017, p. 27) explica que esse tipo de plataforma foi precursora no modelo de capitalismo que tratamos aqui. Elas são as primeiras tentativas de estabelecer esse modelo. Essas plataformas tem por característica engolir outros

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/01/31/pf-diz-que-google-e-telegram-manipularam-informacoes-em-campanha-contra-projeto-que-regulamenta-redes-sociais.ghtml> Acesso em 28/02/2024



serviços que se estabeleciam como concorrentes e reproduzem dinâmicas que resultam em monopólio. Inicialmente, segundo Srnicek (2017, p. 28) o Google, por exemplo, era uma plataforma que usava os dados dos próprios usuários para aperfeiçoar a busca. Aliás, a utilização dos dados, sejam para segmentação de comportamento a fim de direcionar determinadas propagandas ou ideias, ou sejam para aperfeiçoar a própria internet – como os otimistas viam a internet inicialmente – é um dos principais pontos que devemos ter em mente.

Com o tempo, nos últimos anos, consolidamos que nesse tipo de plataforma o produto somos nós. Os dados que disponibilizamos nestas plataformas são comercializados para anunciantes que esperam publicizar determinada propaganda para público alvos específicos. Ou seja, essas plataformas não são gratuitas, no sentido estrito do termo. A forma de pagamento que utilizamos é pagar com os nossos dados, perfis, preferências, costumes, etc. Repito, se formos pensar de uma forma impressionista, essas plataformas podem demonstrar que seu lucro vem de anúncios, porém, os metadados que disponibilizamos para eles é o produto com maior valor agregado que eles comercializam.

O segundo tipo de plataforma presente no capitalismo atual é a plataforma de nuvem. Esse tipo de plataforma tem a Amazon como principal exemplo. Segundo Srnicek (2017, p. 37), em 2016 a Amazon investiu pesado em centros de banco de dados que poderiam armazenar informações gigantes. A Amazon aluga também serviços de computação em nuvem para que possa desenvolver formas de melhorar sua complexa rede de distribuição de produtos. Como dissemos anteriormente, essas plataformas dialogam. No caso da Amazon a coleta de dados também está presente para o aperfeiçoamento das publicidades direcionadas. Desse modo a Amazon pode também terceirizar a coleta destes dados. O que a plataforma de nuvem possibilita é a externalização de grande parte de suas necessidades tecnológicas.

A principal ideia é desterritorializar as suas necessidades e processos, terceirizar serviços e suas demandas de tecnologia. Isso resulta em um enxugamento do corpo humano necessário diretamente pela resolução e manejo de determinados processos. A Amazon, nesse caso, é conhecida por arrocho de salários, cortar pessoal, a fim de maximizar os lucros. Denúncias de maus tratos e pressões psicológicas são comuns. Aliás, a demissão em massa corre junto ao desenvolvimento de ferramentas em nuvem e, principalmente, inteligência artificial.

A plataforma de nuvem se relaciona com a próxima tipologia de forma interessante. Quanto mais acessível ficou o estabelecimento das plataformas de nuvem e de armazenamento de dados, mais interessante isso ficou para as indústrias. Este outro tipo de plataforma, a plataforma industrial tem relação com isso. Nesse caso a característica é poder segmentar todo e qualquer tipo de produção de forma precisa. A informatização das indústrias propôs esse tipo de tecnologia. Talvez esse tipo de plataforma não tenha tanto interesse para o que estamos propondo, porém, se levarmos em conta a mesma relação que a indústria tem com a informação e os metadados armazenados por outras plataformas, ela também faz parte desse universo.

A junção destas plataformas, de um certo modo, resulta ou fundamenta o estabelecimento da próxima tipologia. A plataforma de produtos também está ligada tanto a publicidade, quanto a nuvem e a indústria. Um exemplo é a Netflix. Ela oferece um tipo de produto *on-demand* disponível a todo momento. Ela se utiliza dos bancos de dados, da propaganda e da indústria para aperfeiçoar seus serviços, como bem também coleta os dados para sua própria comercialização. A perspectiva *on-demand* é crucial para nosso entendimento aqui. Nossa hipótese da linguagem fascistizante no Brasil do presente passa pelo que chamamos no primeiro capítulo de fascismo *on-demand*. A cultura envolta nas plataformas de produtos possibilita esse tipo de oferta também política e ideológica.

Por fim, temos a plataforma enxuta. O exemplo dessa plataforma pode ser colocado em uma famosa frase. “A Uber é a maior companhia de taxi do mundo, porém, não é proprietária de nenhum carro”. A lógica de terceirização de serviços, ou a uberização, é a característica principal desse tipo de plataforma. Os marketplaces são outros exemplos. As corporações, dentro dessa lógica, não possuem produtos, mas mediam o processo entre o vendedor e o comprador. A AirBnb também é outra plataforma nesse sentido. Enfim, todas essas plataformas dialogam entre si e estabelecem a lógica do que Nick Srnicek chama de capitalismo de plataforma. O ponto mais importante aqui, para nós, são os dados. A segmentação comportamental e a possibilidade da utilização dos nossos perfis para direcionamento de anúncios são os pontos. Isso nos leva à próxima questão.

### 3.2.2 Da economia da atenção ao capitalismo de vigilância

A conta é simples, quanto mais a pessoa usa as plataformas, mais dados ela disponibiliza para as corporações. O ideal otimista do Vale do Silício, demonstrado anteriormente, de que as corporações de tecnologia fazem parte da estrutura que melhoraria o mundo, acabou por se resumir em <<quanto mais gente passar mais tempo conectada na internet, melhor o mundo se tornará>>. Isso resultou em uma busca desenfreada pela atenção da humanidade pelas plataformas digitais. Essa “fome de dados” contrasta diretamente com os ideais de democracia, progresso e liberdade pensados nos anos 1970.

Entretanto esse “mundo melhor” não aconteceu, não acontece e não acontecerá se depender das plataformas digitais. E pensando com Fisher (2023, p. 19) “quais as consequências” de delegarmos cada vez mais partes das nossas vidas às plataformas digitais? Segundo o autor essa é uma pergunta proibida nos corredores das *big techs*. E as próprias sabem quais são essas consequências. O mesmo autor nos traz um exemplo dado por uma das próprias plataformas, no caso o Facebook. “Nossos algoritmos exploram a atração humana pela discórdia” (ibidem, p19). O que de democrático há nisso? Arrisco dizer que nada. Mas essa transição específica entre democracia e antidemocracia no Brasil fica para adiante.

Mesmo assim o caso estadunidense demonstra que o que acontece no Brasil na última década é algo análogo ao que acontece lá. Antes de entender como chegamos nisso, precisamos retornar aos objetivos que foram traçados e as estratégias formuladas para que as pessoas passassem cada vez mais tempo nas plataformas, pois, lembremos, quanto maior o tempo online, maior o número de dados disponibilizados. Talvez o evento que transformou a perspectiva das redes sociais, foi o surgimento do feed. Esse estilo de interação online se consolidou com o Facebook e era basicamente um ambiente em que o usuário poderia acompanhar o que outros usuários de sua rede estavam fazendo (postando, compartilhando e interagindo). É um ambiente onde o usuário poderia interagir com usuários que ele mantinha adicionado.

O feed é a origem do comportamento obsessivo em compartilhar a própria vida online. É a partir dele que o engajamento nas redes sociais explodiu. Algo muito cômodo para as plataformas nesse primeiro período de desenvolvimento em que o objetivo é fazer os usuários passarem cada vez mais tempo na plataforma. O objetivo é fazer o usuário “consumir o máximo possível do seu tempo e da sua atenção” na plataforma (Parker in Fisher, 2023, p. 38). Isso é o que diz Sean Parker, o primeiro

presidente do Facebook. Esse objetivo, segundo Parker, foi atingido, pois a estrutura lógica do Facebook propicia o impacto de uma carga de dopamina esporadicamente. Isso acontece quando alguém comenta, compartilha ou curte alguma publicação sua (Parker in Fisher, 2023, p. 38).

É uma recompensa que atinge um “ponto vulnerável na psicologia humana”, relembra Parker, que nos leva a compartilhar cada vez mais e mais, levando ao que ele chama de “ciclo de validação social” (ibidem, p. 38). Isso leva a um condicionamento análogo ao vício em jogo ou em drogas. É uma falsa sensação de estar em grupo, de estar dividindo momentos.

A pessoa vitimizada no vínculo se vê em uma busca compulsiva por uma resposta positiva, tal como um apostador alimentando um caça-níqueis ou um viciado em Facebook incapaz de se desconectar da plataforma — mesmo que, em muitos casos, isso só vá fazê-lo se sentir solitário. (Fisher, 2023, p. 41)

Dentro dessa lógica da economia da atenção, outra invenção do Facebook que ajudou a definir as nossas relações com as plataformas é a criação do botão “curtir”. Segundo Fisher (2023, p. 43) Mark Zuckerberg chegou a vetar diversas vezes o projeto, pois achava que isso “afastaria” engajamento, sendo que inibiria as pessoas a comentarem e gerarem conteúdo. Entretanto, após pesquisas, viram que o botão estabelecia um resultado contrário – quanto mais curtidas, mais comentários (ibidem, p.43). Esse era mais um “hack psicológico” estabelecido pelo Facebook.

Segundo Fisher (ibidem, p. 43) o botão curtir explora uma das mais fortes emoções humanas, a autoestima. O autor exemplifica que o botão curtir se tornou uma espécie de termômetro de um “sociômetro”. Ele trabalha diretamente na angústia de não ser aceito. Obriga o usuário a postar cada vez mais no intuito de, através das curtidas, se recompensar com esmolas emocionais de aceitação. Esse sociômetro é resultado da tendência de “monitorar, de maneira inconsciente, como outras pessoas da nossa comunidade supostamente nos percebem” (ibidem, p. 44). A curtida nos recompensa imediatamente e “em uma escala até então desconhecida na experiência humana” (ibidem, p. 45) a validação social. É algo tão abstrato e incorpóreo que é imensamente improvável de acontecer no mundo físico. Isso traz implicações psicológicas desastrosas, pois são totalmente abstratas e sem fundamentação concreta do real.

A confluência dessas tendências resultou na “economia da atenção” digital, ambiente no qual produtos e serviços digitais competem incansavelmente por capturar e explorar nossa atenção. Nesse ambiente, ganhar significa fazer com que o maior número possível de pessoas gaste o máximo de tempo e atenção com o produto ou serviço — em que pese o fato de que, como se costuma dizer na economia da atenção, “o *usuário* é o produto”. (Williams, 2018, p. 46)

Entendemos que, após essas reflexões sobre o mundo no capitalismo de plataforma, a economia da atenção que nos coloca em um ciclo retroalimentativo de validação social infinito, que tem como objetivo principal a absorção impensável de dados sobre nós e que nos fazem o grande produto da internet, a lógica já está compreendida. Mas iremos além. Antes de passarmos ao próximo assunto sobre como os algoritmos moldam nosso comportamento, que é o ponto principal no próximo subcapítulo, vale entender que essa espécie de *renderização* da vida humana é a nova base da exploração do capitalismo.

Shoshana Zuboff (2019, p. 86) afirma, a partir dos pronunciamentos de Hal Varian (economista chefe do Google), que a extração e análise de dados são partes do processo de manufatura do que a autora chama de Capitalismo de Vigilância. Uma espécie de capitalismo atual que só funciona dentro da lógica corporativa do capitalismo de plataforma – bem como o inverso – e da mentalidade já comentada do Vale do Silício. Esses *capitalismos* vivem um no outro e a lógica de plataforma extrapolou da indústria digital para a vida real, plataformizando a vida.

Essa plataformização da vida é concretizada pelo capitalismo de vigilância onde “não basta mais automatizar o fluxo de informação sobre nós, a meta agora é nos automatizar” (Zuboff, 2019, p. 23). O grande número de informação recolhida excede toda e qualquer possibilidade de análise humana. Não há possibilidade fisiológica de tratar esses dados. Esse “superávit comportamental” se tornam produtos que são manufaturados e comercializados com “mercados de comportamentos futuros” (ibidem, p. 22 - 23).

O capitalismo de vigilância age por meio de assimetrias nunca antes vistas referentes ao conhecimento e ao poder que dele resulta. Ele sabe tudo sobre nós, ao passo que suas operações são programadas para não serem conhecidas por nós. Elas acumulam vastos domínios de um conhecimento novo proveniente de nós, mas que não é para nós. Elas predizem nosso futuro a fim de gerar ganhos para os outros, não para nós. Enquanto o capitalismo de vigilância e seus mercados futuros comportamentais tiverem permissão de prosperar, a propriedade desses novos meios de modificação comportamental irá

ofuscar a propriedade dos meios de produção como o manancial da riqueza e do poder capitalistas no século XXI. (Zuboff, 2019, p. 26)

A matéria prima do capitalismo de vigilância são os dados. Deste modo percebemos que essa retroalimentação é muito mais nociva do que poderíamos imaginar. Não só as plataformas nos propiciam a um vício coordenado e estrategicamente arquitetado para nos manter reféns de seus ambientes digitais, como extraem matéria prima em “fazendas digitais” de humanos que alimentam uma nova forma do capitalismo produzir pessoas que alimentem ainda mais esse processo. Nunca antes nos deparamos com algo assim. Talvez uma analogia ao mundo cinematográfico das irmãs Wachowski com Matrix (1999) não seja tão assustadora como a realidade se apresenta.

O capitalismo de vigilância nos transforma em commodities. Os humanos seriam a “nova descoberta” enquanto produto consumível. Nosso comportamento se torna produto. Isso transgride o digital. Não é mais necessário pesquisarmos no Google, aceitarmos termos de compromisso da plataforma “X”, compartilharmos nossa vida na plataforma “Y”. Nós estamos rendidos a esse tipo de lógica capitalista que, não só absorve tudo o que fazemos, mas condiciona nossos comportamentos – seja por vontade própria, seja por captação de nossos aparelhos domésticos ou sistemas de câmeras em um lugar público. Tudo vira dado e é utilizado, em última instância para moldar nosso comportamento. Isso é o que a autora chama de “sombra”, aquilo que está por trás do que as plataformas oferecem em primeira instância. É a operação nas sombras em relação ao que as empresas oferecem publicamente.

Eles sabem tudo sobre você e sabem mais de você do que você sabe sobre você mesmo. Sabem o que você quer consumir e quando poderá querer consumir novamente. Sabe onde você esteve e o que fazer para você voltar para lá. É uma vigilância constante e ininterrupta que chegou em um limite de não retorno. A sociedade já se transformou e o poder às plataformas já foi dado. Inclusive poder político. A utilização desse aparato do capitalismo de vigilância para atingir interesses políticos e de poder está na ordem do dia. Não há como compreendermos o mundo e as nuances que se estabelecem dentro das relações sociais na humanidade sem que possamos estabelecer uma reflexão sobre o que debatemos nas últimas páginas. O

mal estar causado nessas reflexões serve de combustível para que possamos pensar as implicações políticas e ideológicas sobre isso de forma mais sóbria.

A intersecção entre a economia da atenção e o capitalismo de vigilância cria um ecossistema digital que não apenas distrai o usuário, mas atua ativamente na modificação de seu comportamento, facilitando processos de radicalização de direita através do que chamamos de fascismo *on-demand*. Segundo James Williams (2018, p. 47), vivemos em uma era de abundância de informação que produz uma “escassez de atenção”, tornando esse recurso o novo campo de batalha primordial. Nesse cenário, as plataformas deixam de ser ferramentas neutras para se tornarem sistemas de persuasão que apelam aos nossos “instintos mais baixos” e impulsos básicos para maximizar o engajamento (ibidem, p. 9).

Essa dinâmica favorece a radicalização, pois a indignação moral e o conteúdo sensacionalista são os que mais geram “cliques” e mantêm o usuário conectado, funcionando como um “caça-níquel” mental que recompensa a proliferação do extremismo. Isso é facilmente observável nas “caixas de comentários” de plataformas como o Twitter. Muitas vezes, os debates ali gerados não são oriundos de uma notícia ou algo necessariamente extremista, mas que reproduzem um comportamento radicalizado sobre determinada informação, pois esse comportamento é mais recompensado pela estrutura que o reproduz.<sup>40</sup>

Assim, como falamos anteriormente, o objetivo é criar o chamado “superávit comportamental” (Zuboff, 2019, p. 23) já que a própria matéria prima da atenção é o comportamento. O objetivo é condicionar o nosso comportamento para manter nossa atenção presa. Para Zuboff, essa lógica evoluiu da automação de fluxos de informação para a automação das próprias pessoas, através de um poder que ela denomina “instrumentarianismo”. “O poder instrumentário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros” (ibidem, p. 20).

Quanto a essa espécie de poder, eu lhe dou o nome de instrumentarianismo e a defino como a instrumentação e instrumentalização do comportamento para propósitos de modificação, predição, monetização e controle. Nessa formulação, “instrumentação” refere-se ao fantoche: a ubíqua arquitetura material conectada que participa da computação sensível, a qual, por sua vez, compila, interpreta e aciona a experiência humana.

---

<sup>40</sup> Existem estudos como o de Molly Crockett conduzido na Universidade de Yale que compactuam com nossa posição. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/tech/redes-sociais-fomentam-radicalizacao-politica-afirma-estudo-de-yale/> Acesso em 30/01/2026

“Instrumentalização” denota as relações sociais que orientam os titeriteiros para a experiência humana como capital de vigilância a nos transformar em meios para alcançar os objetivos alheios de mercado. (Ibidem, p. 420)

A radicalização de direita nas redes, assim, é um subproduto direto da indiferença das plataformas para com o conteúdo. As empresas operam com uma equivalência que ignora o significado moral do conteúdo. Se o ódio ou a desinformação geram crescimento e métricas de engajamento, eles são considerados “bons” para os negócios. Williams (2018, p. 62), por exemplo, reforça que figuras políticas como Donald Trump são produtos lógicos dessa dinâmica, personificando o *clickbait* político em um ambiente definido pela impulsividade e pela disputa de atenção. O autor também cita que a estratégia de políticos de extrema direita, como Trump, visam operar o que ele chama de *tweetstorms* “para atrair a atenção das redes de televisão e rádio e assim capturar o máximo possível de seu cronometrado tempo de programação, deixando pouco espaço a outros candidatos” (ibidem, p. 61).

Nós destacamos a existência, por exemplo, de uma nova classe de políticos, os políticos “*influencers*”. Espécie de performance política que utiliza a lógica da economia da atenção para “farmar” engajamento nas redes sociais. Esse tipo de estratégia foi comumente utilizada por agentes políticos do Movimento Brasil Livre, por exemplo, mas que transgrediu grupos específicos e se estratificou em inúmeros casos de parlamentares que são somente subprodutos da lógica online.<sup>41</sup>

Nosso conceito de fascismo *on-demand* reflete essa capacidade das plataformas de fornecer, sob medida e em tempo real, os estímulos necessários para alimentar movimentos antidemocráticos. Esse sistema se aproveita da vulnerabilidade psicológica de jovens e adultos que buscam aprovação nas redes, onde a pressão social e a comparação constante são instrumentalizadas para produzir conformidade e noção de unidade. Deste modo as plataformas preparam o terreno para uma sociedade no qual a escolha é substituída por resultados garantidos pelo mercado, criando uma infraestrutura global que, embora se apresente como uma espécie de *magia* – na figura do algoritmo –, opera contra a integridade da vontade humana e os fundamentos da democracia.

---

<sup>41</sup> Trabalhos como o de Montesso Júnior e Terra (2025) exploram esse fenômeno. Disponível em : <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003252189.pdf> Acesso em 10/02/2026



### 3.3 Lógica intersubjetiva da sociedade digital no Brasil: da redemocratização à antidemocracia fascistizante

Após vermos como se construiu o ambiente digital que utilizamos no Brasil, bem como quais os interesses e ideais estão por trás das plataformas que as controlam, cabe tratarmos sobre a lógica intersubjetiva que faz parte da dinâmica social digital e que estabelece os parâmetros cognitivos de leitura da realidade e, por consequência, sua politização. Antes de desconstruirmos o conteúdo mobilizado pela linguagem fascistizante no Brasil, juntamente com a estratégia de poder militar, o que faremos no seguimento desta tese, é necessário reconstruir a estrutura de difusão discursiva que opera no ambiente cibernético do país.

Essa estrutura é uma operação estratégica para a chamada *guerra cultural online* que teve sua aurora na primeira década do século XXI no Brasil. Mesmo antes da popularização das plataformas de relacionamento, as bases para o que definimos como “ecossistema dissociativo fascistizante” começaram a se estabelecer. O primeiro lugar, excetuando blogs/vlogs específicos, foi o YouTube. A popularização desta plataforma como canal informativo está intimamente ligada com a consolidação do ecossistema dissociativo no Brasil. Nosso agente principal para a difusão da linguagem fascistizante no Brasil, Olavo de Carvalho, inclusive, construiu sua base de “alunos” através de vídeos no YouTube, além de seus cursos pagos.

Resolvemos determinar essa estrutura de difusão discursiva de *ecossistema dissociativo* por um motivo muito simples. Por ecossistema entendemos um ambiente que é auto sustentável, que necessita somente dele mesmo para operar e sobreviver. Cabe aqui uma nota sobre essa questão. Por mais que estejamos fazendo alusão a um ecossistema e que isso remete a uma “naturalidade” das coisas, não entendemos que esse ecossistema opera de forma “natural”. Nosso entendimento é que há uma orquestração e uma lógica bem definida que opera nas plataformas, seja através dos algoritmos ou através de financiamento pesado em engajamento e atenção. Quando falamos que o ecossistema é auto sustentável para se manter vivo, dizemos que a lógica que foi agenciada nas plataformas digitais condicionou os fluxos sociais para que ele se retroalimentasse.

Não pensamos que, por exemplo, no ecossistema terrestre haja um “arquiteto do universo”, porém, no ecossistema dissociativo fascistizante há interesses políticos

práticos na sua operação e que já citamos trabalhos que versam sobre isso. As redes sociais permitem o investimento e a compra de dados que podem ser utilizados para a segmentação comportamental a fim de “fazer girar” a roda da dissonância e isso não tem relação nenhuma com um “acaso do universo”, mas é orquestrado a partir de consultorias feitas por empresas de Big Data, como a Cambridge Analytica.<sup>42</sup> O ecossistema dissociativo fascistizante é artificial e agenciado por indivíduos com interesses que viemos demonstrando e ainda demonstraremos cada vez mais no decorrer.

Por trás do aparente absurdo das fake News e das teorias da conspiração, oculta-se uma lógica bastante sólida. Do ponto de vista dos líderes populistas, as verdades alternativas não são um simples instrumento de propaganda. Contrariamente às informações verdadeiras, elas constituem um formidável vetor de coesão. “Por vários ângulos o absurdo é uma ferramenta organizacional mais eficaz que a verdade”, escreveu o blogueiro da direita alternativa americana Mencius Moldbug. (Da Empoli, 2019, p. 23)

Já por dissociação entendemos que esse ecossistema produz e reproduz uma cultura de massa que dissocia o indivíduo da realidade prática humana para um “Brasil Paralelo” (com o perdão do trocadilho). Essa determinação não é necessariamente inédita. Outros autores, inclusive já citados, caminham na mesma direção. Talvez com suas próprias nuances, mas definitivamente na mesma direção. Talvez duas referências que seriam adequadas pontuar podem ser João Cezar de Castro Rocha e Letícia Cesarino.

Outro ponto importante elucidar, antes de qualquer coisa, é o motivo de pensarmos em intersubjetividades. As relações intersubjetivas são imprescindíveis para compreender como se formula uma cultura específica. Quando debatemos a cultura fascista no primeiro capítulo, demonstramos que, se nosso objetivo é compreender essa cultura no Brasil atual, devemos nos focar nos sistemas simbólicos e processos de semiotização que circundam esta cultura. Uma das maiores estruturas simbólicas de uma cultura, se não a mais importante, é linguagem. Por essa razão

---

<sup>42</sup> No Brasil a Cambridge Analytica teve relação próxima com a campanha de Jair Bolsonaro em 2018 e 2022. A estratégia usada por Steve Bannon nas campanhas do Brexit e de Donald Trump, por exemplo, é a estratégia mais bem sucedida na ascensão dos atuais líderes populistas de extrema direita. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html> Acesso em: 20/03/2024.

nosso objetivo acabou por se direcionar ao estudo da linguagem fascistizante no Brasil.

Já comentamos, a partir de Félix Guattari (1981), que as subjetividades são produzidas a partir de “agenciamentos coletivos de enunciação”. São, simplesmente, estruturas de linguagens compartilhadas por determinado grupo, um sistema simbólico compartilhado. Por linguagem não compreendemos somente os signos fonéticos presentes e já definimos isso a partir de Bakhtin (1981) anteriormente, mas algo que vai além de ações psicofisiológicas e que estabelece um sistema simbólico extenso que aborda, principalmente, uma estrutura cognitiva de leitura do seu próprio meio. Poderíamos citar novamente Clifford Geertz (2013), porém, não há necessidade.

Antes de avançarmos para a discussão sobre a linguagem fascista, é importante realizar uma breve mediação entre algumas das referências mobilizadas ao longo deste trabalho. Embora autores como Geertz, Bakhtin e Guattari permitam aproximações produtivas para a compreensão da produção de sentidos, suas formulações partem de pressupostos distintos.

Em Geertz, a linguagem aparece associada aos sistemas simbólicos por meio dos quais os indivíduos tornam o mundo inteligível e culturalmente compartilhável. A cultura, nessa perspectiva, é entendida como uma teia de significados tecida pelos próprios sujeitos sociais, e cabe ao pesquisador uma tarefa fundamentalmente interpretativa, e não explicativa no sentido das ciências naturais. Trata-se de compreender os sistemas simbólicos a partir de dentro, buscando o sentido que determinadas práticas, símbolos e discursos possuem para os próprios sujeitos que os produzem e compartilham, o que aproxima a análise cultural de um exercício de leitura, no qual as ações e os discursos sociais funcionam como textos a serem interpretados em sua densidade e em seus contextos específicos.

Em Bakhtin, a ênfase desloca-se para o caráter dialógico da linguagem, para os conflitos entre vozes sociais e para os processos de interação que constituem os enunciados. Nessa concepção, nenhum enunciado existe isoladamente, pois todo discurso se constitui em relação a outros discursos, respondendo a enunciados anteriores e antecipando respostas futuras. A linguagem, portanto, não é compreendida como um sistema abstrato e fechado, mas como um espaço de disputa entre diferentes vozes sociais, atravessado por relações de poder e por tensões

ideológicas que se manifestam na própria escolha das palavras e nas formas de enunciação.

Já em Guattari, a discussão não se limita à esfera da representação ou da significação. Os signos são compreendidos como parte de agenciamentos que participam ativamente da produção de subjetividades e da organização dos desejos. A linguagem, nessa perspectiva, não apenas representa ou comunica um mundo já dado, mas participa efetivamente da sua produção, funcionando em conjunto com outros elementos, sociais, técnicos, afetivos e institucionais, na constituição daquilo que os sujeitos sentem, desejam e reconhecem como realidade compartilhada.

Não utilizamos essas perspectivas como formulações equivalentes ou plenamente compatíveis em todos os seus aspectos. Nossa proposta é mobilizá-las em níveis distintos de análise. Geertz contribui para compreender determinados sistemas culturais de inteligibilidade, oferecendo ferramentas para interpretar os códigos simbólicos que tornam certas visões de mundo coerentes e compartilháveis entre os sujeitos que delas participam. Bakhtin possibilita analisar a dimensão dialógica e enunciativa dos discursos, permitindo observar como determinados enunciados se articulam, respondem e disputam sentido dentro de um mesmo espaço discursivo. Guattari, por sua vez, oferece instrumentos para pensar a produção maquínica da subjetividade, os agenciamentos coletivos de enunciação e a relação entre linguagem, desejo e poder, deslocando a análise do plano estritamente simbólico para o plano da produção de subjetividades e de vínculos sociais.

É justamente a articulação dessas dimensões que nos permite compreender a linguagem fascistizante não apenas como expressão de uma visão de mundo, mas como elemento ativo na produção de formas de pertencimento político e rejeição da alteridade. Ao mesmo tempo em que essa linguagem constitui um sistema simbólico relativamente coerente para aqueles que dela compartilham, e se estrutura dialogicamente em confronto com outras vozes e discursos sociais, ela também opera na produção concreta de identidades, afetos e formas de vínculo entre os sujeitos que a mobilizam, o que exige compreendê-la simultaneamente como sistema de significação, como processo dialógico e como maquinaria de produção de subjetividade.

Ao fim e ao cabo a linguagem é um sistema simbólico compartilhado. Dentro dessa perspectiva, portanto, existem indivíduos que não compartilham da mesma linguagem e não estão inseridos dentro desse sistema simbólico, isso impossibilita o

processo de semiotização e, por consequência, de fascistização. É nesse sentido que reside o que chamamos no primeiro capítulo de “negação da alteridade”, um estágio característico da cultura fascista. O momento em que o outro é rejeitado. Esse tipo de posição *nós contra eles* – ou a “bifurcação do tipo amigo-inimigo” (Cesarino, 2022, p.77) é algo potencializado pela internet, e explicaremos.

Max Fisher (2023, p. 19), novamente de forma muito elucidativa, relembra a entrevista de uma funcionária do Facebook em que ela determina: “nossos algoritmos exploram a atração do cérebro humano pela discórdia”. Longe de entrar no mérito psicológico se o cérebro humano se atrai ou não pela discórdia, é elucidativo que essa conclusão seja levada em conta por essas plataformas. Isso é dito pelo motivo de que as próprias plataformas fomentam esse tipo de discórdia e percebem que isso funciona para manter o engajamento.

Aliás a própria Meta, como em outros momentos, sabe que os algoritmos podem “arruinar” até mesmo “processos eleitorais”. Eles levam as pessoas a “autor reforçar câmaras de eco do extremismo, adestrando-as a odiar” (ibidem, p. 20).

A tecnologia das redes sociais exerce uma força de atração tão poderosa na nossa psicologia e na nossa identidade, e é tão predominante na nossa vida, que transforma o jeito como pensamos, como nos comportamos e como nos relacionamos uns com os outros. O efeito, multiplicado por bilhões de usuários, tem sido a transformação da própria sociedade. (Ibidem, p. 21)

É nesse sentido que estruturas cognitivas dissociativas são estabelecidas pelos algoritmos das plataformas de relacionamento. O interesse que essas corporações tem não estão findados em preceitos éticos, mas em preceitos “sombrios” – usando novamente Zuboff (2021). Tudo o que for possível para manter os usuários vidrados nas plataformas, elas irão operar. Mesmo assim as pessoas não podem “simplesmente” odiar as outras. É necessário criar um mundo em que essas pessoas encontrem com semelhantes, se identifiquem, se insiram dentro do mesmo sistema de crenças e estabeleçam sua percepção em relação às fronteiras desta forma de racionalidade.

A dissonância cognitiva só tende a existir se os limites do compreensível estiverem bem delimitados, é semelhante à contradição do pneumologista que é tabagista. E para isso não é somente necessária uma sacralização política, mas também é necessária uma “mito-história” (agora do tempo presente), como

apresentamos no primeiro capítulo. É indiscutível que para que haja esse compartilhamento de um sistema simbólico, dessa cultura de massas fascistizante, os limites do que é verdade ou não devam estar muito bem estabelecidos. Uma vez inseridos nesse contexto – a “bifurcação do tipo amigo-inimigo” (Cesarino, 2022. p. 77) – os indivíduos se vêm presos em formas de raciocínio extremamente limitadas pelas suas próprias crenças.

Isso não é uma novidade a parte do agenciamento político na sociedade digital. São questões que foram reverberadas das composições iniciais da internet e que, fundamentalmente, já são exploradas há muito mais tempo. O apreço por conspirações é um nicho online muito mais antigo do que as plataformas atuais. Blogs já discorriam sobre *Anunakis*, *Adenochromo*, *Deuses Astronautas*, farsa do homem no espaço, nazistas no lado oculto da lua, entre muitas outras histórias. A ideia de que a internet era (ou é) um espaço de liberdade onde a verdade não dita pelos “líderes mundiais” (o complô globalista) é revelada, está intrinsecamente ligada à sua história.

Nossa hipótese gira, portanto, em torno de que a dissonância cognitiva que opera o processo de fascistização no Brasil através de relações intersubjetivas é fundamentado em três categorias: o mito conspiratório, o negacionismo e a desinformação – partes que inexoravelmente estão ligadas a própria lógica online. A conspiração preenche afetos importantes na fascistização. O ressentimento e ódio aos responsáveis e também o pertencimento ao grupo “escolhido” que, somente ele, sabe a “verdade”. Já o negacionismo defende o mito conspiratório. Não há reflexão crítica sobre algo, não se percebe as nuances de determinadas definições. Há simplesmente a negação do outro que não compartilha do mesmo sistema de crenças. E, por fim, a desinformação opera nessas duas grandes categorias como fórmula retórica e discursiva.

O negacionismo científico – seja ele histórico, biológico, social, antropológico, químico, etc. – é análogo a negação da alteridade e a negação de preceitos democráticos. A ciência é estabelecida através de estruturas que necessitam de ética e honestidade. Mas ao negar a ciência enquanto modelo ético e honesto, nega-se também o outro. Tudo que não preencher as próprias definições cognitivas estabelecidas a priori é descartado. Não existe nada para além deste mundo paralelo criado por um ecossistema dissociativo. É um processo complexo, mas que funciona e que, ao fim e ao cabo leva a eventos como o Oito de janeiro de 2023, por exemplo.

### 3.3.1 Fascismo e intersubjetividade: dissonância fascistizante, mito conspiratório e negacionismo

Ao pensar o projeto para essa tese, isso no final de 2019, nos chamava muito atenção nichos cibernéticos que debatiam questões que nos causavam espanto. O esforço para montar o objeto desta pesquisa teve como ignição grupos e influenciadores que debatiam o chamado “terraplanismo” (grupo que acredita que a terra é plana)<sup>43</sup>. Nos causava espanto observar esses grupos que agiam como se fossem seitas. Rejeitavam todo e qualquer tipo de informação que tivessem ares formais, porém, ao mesmo tempo, se empolgavam quando algum “acadêmico” surfava na onda e resolvia cancelar algum argumento a favor.

Neste momento inicial da pesquisa nos voltamos para a fundamentação teórica que dispúnhamos no momento. As campanhas de Donald Trump, nos EUA, em 2016 e de Jair Bolsonaro, em 2018 já eram exemplos da utilização da internet como foco do ambiente de debate político. Talvez o primeiro direcionamento nesse sentido havia sido dado por Barack Obama e a sua campanha em 2008. Entretanto a velocidade com que mudávamos os ambientes e a própria lógica online traziam dificuldades em estabelecer um marco teórico determinante.

Por isso nos valem, de início, nas reflexões de Félix Guattari (1981), principalmente. Mas também suas companhias, Gilles Deleuze (2010) e Suely Rolnik (2011). Além do pensamento sobre afetos e política com Pierre Ansart (2019). O campo da história digital – bem como seus quadros teóricos e metodológicos – ainda caminham e estão longe de cessar seu desenvolvimento. Apesar desses percalços iniciais, pudemos testemunhar a ascensão de uma nova tradição que tem o campo digital como ambiente para a pesquisa em ciências humanas. E muito provavelmente veremos mudanças ainda mais agudas.

Apesar de possuímos, naquele momento inicial, muitos indícios sobre o que deveríamos focar, algo nos dizia que esse tipo de comportamento estava aquém das abordagens mais tradicionais e mais ortodoxas sobre ideologia e política. Assim, antes de qualquer argumento, nos valem do início dessa seção para deixar registrado

---

<sup>43</sup> Esses grupos acreditam que vivemos em um complô no qual o formato da terra é escondido pelos líderes mundiais com a ajuda das universidades para manter a população em um estágio de controle. Os mais radicais acabam por rejeitando toda e qualquer fórmula científica para identificação de problemas humanos e naturais. É uma comunidade conhecida na internet e faz parte do sistema de dissociação cognitiva mais amplo da sociedade.

aqui nossa referência no trabalho da antropóloga Letícia Cesarino (2022) da Universidade Federal de Santa Catarina. Toda aquela impressão que tínhamos de início, encontrou nos esforços de Cesarino (2022) um caminho a seguir. Desde o princípio da pesquisa entendíamos que duas categorias explicariam essa nova onda de extremismo de direita no Brasil: o negacionismo e o mito conspiratório.

Ao nos aprofundarmos sobre os indivíduos que compartilhavam da comunidade terraplanista percebemos essas duas categorias logo de início. Assim sentimos uma certa tranquilidade de ver que essas mesmas categorias serviram para desenvolver parte do trabalho de Cesarino (2022). Não estávamos errados. A ideia, portanto, passou a ser de que modo o negacionismo e o conspiracionismo se tornavam bases de uma determinada cultura e controlavam os sistemas simbólicos compartilhados deste determinado grupo. Nesse sentido o trabalho de Cesarino (2022) e Castro Rocha (2023) nos sugeriu: existe uma “dissonância coletiva” (Festinger, 1968 e 2009) fascistizante.<sup>44</sup>

Tínhamos em vista que este compartilhamento de valores estava aquém de uma reflexão teórica estrita sobre algo. Era algo diferente. Nos lembrava as mobilizações afetivas do fascismo no século XX, mas em uma nova performance, uma performance cibernética e sociotécnica que utilizava da estrutura algorítmica das plataformas para se dissipar. Era um novo complexo. Volátil e difícil de mensurar, pois em muitos momentos a contradição entre identidades apareciam.

Antes de compartilharem uma identidade em comum no sentido sociológico canônico, essas pessoas e grupos compartilhavam *ressonâncias* que se dão no nível pré-representacional dos afetos, hábitos, memórias, experiências e estilos de vida (Cesarino, 2022, p. 90).

---

<sup>44</sup> O conceito trabalhado por Festinger (1975) é o de dissonância cognitiva, mas optamos por usar a categoria de dissonância fascistizante por um motivo simples. Quando pensamos em uma dissonância cognitiva, nos veio a mente algumas perguntas essenciais: Que tipo de dissonância é essa? Qual cognitividade está sendo agenciada nesses indivíduos. Há uma estrutura cognitiva sendo mobilizada, além de afetos específicos que são fomentados. Portanto, quando falamos neste texto de dissonância, não estamos em nenhum momento falando de “ausência de razão” ou “burrice”, muito menos de “loucura”, “delírio” ou quaisquer variáveis análogas. Estamos argumentando, trazendo para história política do tempo presente, que estas pessoas fazem parte de uma estrutura cognitiva específica que tem interesses práticos ao ser agenciada. Essas pessoas se estabelecem em uma racionalidade específica e isso tem relação com o que definimos como “mito-história”. Há, sem dúvida, uma estrutura psicológica e cognitiva de despotencialização do outro, de negacionismo, conspiração, desinformação e que manipula essas informações para estabelecer este estado de raciocínio sobre a própria realidade.



A semelhança com o fascismo do século XX era muito evidente para deixarmos passar. O mito conspiratório atual é, de certo modo, uma releitura do passado. É a espécie de passado que ainda está vivo, modificado, mas vivo. Outra questão é a própria sobrevivência do fascismo enquanto um sistema cultural que se estabelece a partir de relações intersubjetivas. A estetização da política e a semiotização, como modelo de aculturação, fazem do fascismo perfeito para ser operado na sociedade digital.

É até por essa razão que a conspiração e a desinformação, bem como suas lógicas próprias encontradas no negacionismo, estabelecem na internet o campo profícuo para sua reprodução. Segundo Steven Forti (2021; 2024) o fenômeno político contemporâneo denominado “extrema direita 2.0” não representa apenas um retorno aos fantasmas do passado, mas uma reconfiguração sofisticada que utiliza as ferramentas da democracia e da tecnologia para subvertê-las. A base dessa ascensão reside na manipulação da esfera pública digital. A extrema direita 2.0 compreendeu, antes de outros atores políticos, a potencialidade das redes sociais para viralizar discursos de ódio e normalizar ideias anteriormente consideradas inaceitáveis. (Forti, 2024, p. 53)

A desinformação não é um subproduto accidental, mas uma estratégia central. O uso de “Fake News” serve para alimentar a desconfiança nas instituições tradicionais, como a mídia e o poder judiciário, e nos especialistas. Na era da pós-verdade, a eficácia do discurso de extrema direita não reside na sua veracidade, mas na sua capacidade de mobilizar determinados afetos em um eleitorado frustrado pela globalização neoliberal e pelas mudanças culturais.

[...] encontramos a la utilización de las nuevas tecnologías y las redes sociales que tiene un triple objetivo: la viralización de sus discursos, el aumento de la desconfianza de la ciudadanía hacia las instituciones y los expertos –mediante la difusión de fake news y teorías conspirativas, como, entre otras, la del gran reemplazo– y la elaboración de una propaganda personalizada a través de la perfilación de datos obtenidos legal o ilegalmente, como demostró el escándalo de Cambridge Analytica. (Ibidem, p. 58 – 59)

A desinformação, a conspiração e o negacionismo não são apenas ferramentas acessórias, mas os pilares sobre os quais se ergue a ameaça contemporânea à democracia. Ao transformar a esfera pública em um campo de batalha de mentiras e

ressentimentos, a extrema direita coloca as sociedades democráticas em um risco real de extinção, transformando-as em lugares nos quais a aparência democrática mascara uma realidade autocrática e excludente.

Nosso entendimento é que vivemos um processo em que há a operacionalidade de uma linguagem fascistizante que encontrou na sociedade digital esse campo fértil para se reproduzir. E isso se deu em uma lógica relativamente simples entre as três categorias que nomeiam esse próprio subcapítulo. Dizemos “relativamente”, pois a operacionalidade dessa lógica é extensa e complexa, porém, o sistema de retroalimentação entre as categorias é simples. Basicamente, nossa principal hipótese é que o mito conspiratório mobilizado nessa linguagem é o motor que impulsiona essa retroalimentação.

É nesse sentido que iremos focar o próximo item no ecossistema dissociativo, pois vemos o ecossistema como um ambiente onde a vida se desenvolve dentro de um processo em que o binômio vida-ambiente não necessita de nada exterior para prosperar. O mito conspiratório que existe no presente tem suas bases fundamentadas nas mesmas características que definimos no primeiro capítulo. Se pensarmos no terraplanismo ou no movimento *antivax*, por exemplo, tanto em um contra o outro o negacionismo científico é evidente. As duas categorias se alimentam para explicar a razão de “esconderem a verdade”. Como demonstramos, o mito conspiratório implica em um complô orquestrado por indivíduos que controlam a informação “das sombras”. Tanto no terraplanismo quanto nos movimentos antivacina esse complô existe e é manipulado para que as “informações reais” não sejam divulgadas.

A dinâmica é que, levando em consideração a existência complô, o mito estabelece que as afirmações oficiais e formais oriundas de instituições de pesquisa e acadêmicas, são desqualificadas como parte “do sistema”. “O procedimento de produção de verdade centrado nas elites profissionais dos sistemas de perito” (Cesarino, 2022, p. 94) são negados. Não importa qual seja o argumento, o fim é sempre o complô. Assim, ao negar totalmente a formalidade científica para explicar questões, até mesmo, cotidianas, o indivíduo se recolhe a um mundo paralelo em que as formas cognitivas de leitura da sua própria realidade são mediadas por essa mitologia política. É nesse ponto que acabam por se desenvolver as formas que tensionam a própria cognitividade do indivíduo a fim de estabelecê-los dentro de uma linguagem produtora de subjetividades fascizantes.

Em resumo, o mito conspiratório leva ao negacionismo que, por sua vez, cria uma dissonância cognitiva que resulta na legitimação do próprio mito. É uma dinâmica que se retroalimenta através da operacionalidade de desinformação via redes sociais. A desinformação serve como combustível a essas duas máquinas de produção de subjetividades. Entendemos que se pode interpretar a desinformação como essa máquina, mas nosso entendimento é de que a desinformação está mais para o combustível que alimenta o mito conspiratório e o negacionismo do que ela própria ser a máquina.

Identificamos que uma dinâmica retroalimentativa também era visualizada na arregimentação integralista em nosso outro trabalho (Alves, 2019), corroborando o caráter histórico deste fenômeno atual. Inclusive um mito conspiratório também tinha papel importante e que é revisto em diversos momentos da história brasileira sendo uma “fantasmagoria” do passado, aludindo a Benjamin (2020, p. 121), que segue presente na sociedade. Com o advento da internet a possibilidade da operacionalidade de um mito conspiratório subiu exponencialmente. Letícia Cesarino (2022, p. 77) identificou essa questão caracterizando como “bifurcação do tipo amigo-inimigo” resultante de um “colapso de contextos entre fato e ficção” (ibidem, p. 76).

Isso é determinante para que esses indivíduos se estabelecem em um ambiente em que tudo é verdade em contraposição ao outro ambiente – logicamente habitado por outras pessoas – em que tudo é mentira. Antropologicamente falando é, literalmente, nossa hipótese da profunda rejeição ao outro. É a ausência total da habilidade do contraditório. Os poucos que acabam por externar uma dúvida, uma relativização em relação a determinado assunto, são rechaçados, demonizados ou taxados como traidores. Por essa razão entendemos que essa linguagem presente nesta “retórica da intransigência”, citada por Hirschman (2019), é uma linguagem de negação da alteridade, ou seja, uma linguagem que fascista, que rejeita o outro.

Para que isso seja operacional surge a exigência de uma estrutura lógica de veiculação dessa retroalimentação. Já esclarecemos que a internet é o ambiente onde isso se propaga, porém, é necessário demonstrar como se organiza e em que segmentações essa interpelação se estabelece. Há uma estrutura coesa em que o mito conspiratório opera e se faz presente até em pormenores que não chamam a atenção inicialmente. Adiantamos que nada é feito sem intenção dentro da política. Portanto até mesmo um “post” que, à primeira vista, possa não ter o objetivo de

alimentar essa lógica apresentada acaba por somar junto da estrutura que forma o ecossistema dissociativo fascistizante.

### 3.3.2 O ecossistema dissociativo – lógica retroalimentativa de fascistização

Nesta seção buscaremos desmembrar o ecossistema dissociativo da extrema direita brasileira nos tempos atuais. Pesquisadores como Giuliano da Empoli (2019) e João Cezar de Castro Rocha (2021 e 2023) também se debruçaram sobre este problema que, aliás, faz parte de uma problemática que continua a desafiar as ciências humanas.<sup>45</sup> Como já citamos, o esforço de Letícia Cesarino (2022) pela construção de um quadro teórico metodológico também deve ser pontuado. Entretanto, como vivemos em um momento dinâmico e de volatilidade social altíssima, com o advento da aceleração do mundo atual resultante tanto da lógica neoliberal quanto da sociedade digital, questões aparecem todos os dias.

Pensamos em que nosso trabalho poderá contribuir para esse grupo de pensadores atuais e optamos por fazer o recorte no âmbito da linguagem. Como comentamos diversas vezes até aqui, entendemos que a linguagem é ponto central na produção de subjetividades de caráter fascista ou fascistizante, bem como da subjetividade humana em geral. Mesmo na antropologia, os sistemas simbólicos, em especial a linguagem, operam as formas de internalização de determinada cultura. A língua pode ser o maior exemplo disso, porém, é no não dito que estaria o ponto principal da coisa.<sup>46</sup>

A psicanálise também demonstra a importância da linguagem para sua operação. A observação da lógica consciente/inconsciente de um paciente se dá principalmente através da linguagem e de como o analista consegue retirar sua interpretação dela. A célebre frase de Jacques Lacan em que diz que “o inconsciente se estrutura como linguagem” é recorrente em diversos debates sobre o tema.

---

<sup>45</sup> Temos mais autores que fazem parte dessa “escola” de interpretação da política atual. Para não ser muito prolixo no corpo textual deixaremos aqui registrado que a contribuição de Rodrigo Nunes (2022;2023) Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022), entre outros, também são importantes para balizar nossa visão sobre a operacionalidade da linguagem fascistizante na sociedade digital.

<sup>46</sup> Levi-Strauss (1958), Geertz (2013) e Cassirer (1994) são exemplos de como a linguagem também é trabalhada na antropologia para explicar questões relacionadas ao simbólico, subjetividade e cultura.

Nossa pergunta inicial sempre foi: “por qual razão as pessoas se fascistizam?”. Radicalizando-se na cultura de direita. A partir disso, imaginamos que a pergunta mais precisa seria a “de que forma as pessoas se fascistizam?”. A razão, nesse contexto, acaba por ser secundária. Não é o conteúdo, mas a forma. É como essas pessoas entregam para uma performance fascistizada.

As pessoas tem motivos para suas ações, por mais que esses motivos sejam subjetivos ou inconscientes. Nessa reflexão rápida chegamos ao cerne de nossa problemática. Qual a estrutura de interpelação que faz os indivíduos se inserirem na lógica fascistizante retroalimentativa que explanamos anteriormente. Essa estrutura é composta pelo que e como ela opera. Há um nexos por trás dessa estrutura.

Não entraremos nos pormenores da retórica discursiva e da linguagem neste momento, o que iremos demonstrar agora é como se organiza o ecossistema de dissociação cognitiva que levam os indivíduos a se inserirem na lógica que apresentamos. Para tal teremos como base as informações acerca do inquérito 4.781/DF do Supremo Tribunal Federal. Este inquérito iniciado em 2019 teve desdobramentos nos chamados inquérito dos “atos antidemocráticos” e o inquérito das “milícias digitais”. De certo modo esses inquéritos se entrelaçam e tem semelhanças entre si.

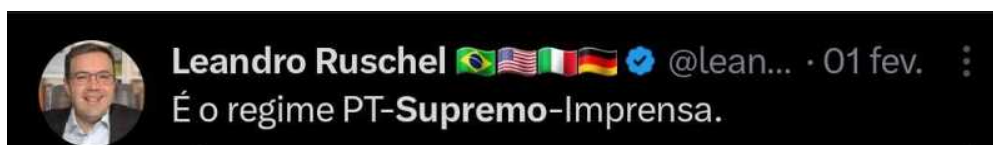
Novamente não nos interessa os pormenores do que está sendo investigado nesses inquéritos. Nosso interesse maior aqui é esmiuçar a estrutura que compõe as chamadas “milícias digitais”. Não vemos esse termo como algo adequado para o nosso trabalho nesse momento, preferimos o termo ecossistema pelo seu caráter autosuficiente. No nosso entendimento o ecossistema dissociativo tem um objetivo, seja ele estratégico ou não, que acaba por resultar em um processo de radicalização de direita. Nesse sentido concluímos que o ecossistema dissociativo que observamos e examinamos nesta tese, é um ecossistema fascistizante. É fascistizante pelo motivo de que mobiliza uma linguagem fascistizante – como explicamos no primeiro capítulo.

Neste momento é importante definirmos esta operação sociotécnica e como a alimentação dessa linguagem ocorre a partir da estrutura cibernética. Demos algumas pistas sobre isso durante boa parte deste texto, entretanto, devemos aprofundar ainda mais como essa estrutura opera. O inquérito 4.781/DF do Supremo Tribunal Federal nos dá as primeiras pistas para isso. Segundo o inquérito o objetivo:

[...] é a investigação de notícias fraudulentas (fake news), falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de animus *caluniandi*, *diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros; bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos Ministros, inclusive o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte, por parte daqueles que tem o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao Estado de Direito. (INQ 4.781/DF – Supremo Tribunal Federal)

Apesar do objetivo principal ser a investigação específica de “insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte”, o inquérito também se debruça sobre a estrutura digital organizada para divulgação de tais delitos. Nisso os nossos interesses convergem. Sendo o Supremo Tribunal Federal uma das instituições que representam a república brasileira a fim de resguardar a constituição de 1988, o ataque ao tribunal de forma coordenada, seja em ilações como a do deputado Eduardo Bolsonaro em 2018 em que disse que “para fechar o STF basta um soldado e um cabo”<sup>47</sup> ou do influenciador Leandro Ruschel que defende haver um complô “PT-Supremo-Imprensa” (em referência ao Supremo Tribunal Federal e a parte da imprensa em que chama de “militância de redação”<sup>48</sup>) como na imagem a seguir, esses documentos oficiais produzidos pelo órgão apresentam um importante contexto para o que pretendemos examinar aqui .

Imagem 13 Print Screen Twitter



Fonte: Perfil de Lenadro Ruschel – elaborada pelo autor (2022)

Esse conspiracionismo de Ruschel pode ser comparado ao chamado “Deep State” que é “denunciado” pela extrema direita estadunidense. O conceito é o mesmo

<sup>47</sup> Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/eduardo-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf> Acesso em 12/03/2024

<sup>48</sup> Anexo ao banco de dados

do complô que já definimos anteriormente. A diferença está nesse “governo secreto”. Diversos já foram apontados como responsáveis – de alienígenas à illuminatis. No caso do Brasil é o que a extrema direita chama de “sistema” em forma geral ou “globalistas”, no caso de Ruschel. Há sempre um governo das sombras controlando de longe sem que as pessoas saibam, e que só o “eleito de Deus” poderia combater e derrubá-los. Isso implica diretamente na bifurcação amigo-inimigo (Cesarino, 2022, p. 76) onde o líder escolhido da extrema direita poderá se revestir do papel salvador contra o “regime”.

O teor desta paranoia pode ser observado em publicações de Ruschel. O contexto é que há um complô mundial comunista para reprimir a direita de forma geral com censura e doutrinação:

A perseguição política contra a direita, no Brasil e nos EUA, foi arquitetada pelo deep state norte-americano — aparelhado pela esquerda. Agora o jogo virou, mas quase ninguém está comentando o que realmente importa.

Quase toda análise sobre o embate entre o governo americano e o regime brasileiro fica na superfície, ignorando o cerne da questão. A mesma esquerda que hoje balança a bandeira da “soberania nacional” — reação típica de regimes autoritários quando punidos por sanções externas — abraçou de bom grado, no passado, a intervenção norte-americana que montou uma engrenagem de censura e repressão à direita, sobretudo no ambiente digital.

Já sabemos que a retórica da “moderação” de redes, do combate às “fake news” e ao “discurso de ódio” não surgiu espontaneamente, tampouco foi iniciativa genuinamente brasileira. Tudo foi gestado no Departamento de Estado dos EUA e nos seus tentáculos, como a USAID, em parceria com fundações globalistas bilionárias — Open Society (George Soros) e Luminare Group (Pierre Omidyar), entre outras.<sup>49</sup>

#### Imagem 14 Print Screen Telegram

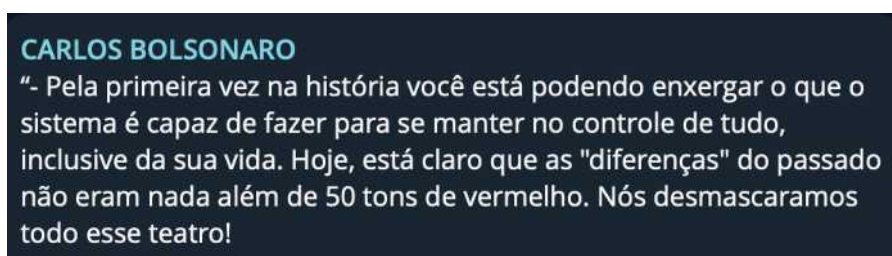
Quem decide as políticas públicas, de fato? Quem produz as notícias que você lê? A alguma agenda por trás? Ninguém representa melhor a agenda globalista/esquerdista do que a Open Society de George Soros, que derrama dinheiro em ONGs e outras organizações que implementam a agenda.

Fonte: Perfil de Leandro Ruschel – elaborada pelo autor (2026)

<sup>49</sup> Disponível em: [https://leandroruschel.substack.com/p/a-perseguiacao-politica-contr-a-direita?utm\\_source=publication-search](https://leandroruschel.substack.com/p/a-perseguiacao-politica-contr-a-direita?utm_source=publication-search) Acesso em: 13/02/2026

Percebemos que o termo “sistema” começou a ser mais utilizado para personificar este inimigo, este “governo secreto”, o “deep state” que controlaria o complô. É interessante pensar como as palavras são operacionalizadas a fim de atingir um objetivo prático através da sua repetição. Diversos agentes destes grupos utilizam este termo como forma de transformar o complô em algo mais palatável ao público geral. Chama a atenção que, muitos destes agentes, são parlamentares, inclusive há décadas, como os filhos de Jair Bolsonaro. Chama a atenção, pois o “sistema” não seriam estes políticos, mas algo sombrio que estaria em complô para, justamente, impedi-los de “destruir” o sistema.

Imagem 15 Print Screen Telegram



Fonte: Perfil de Carlos Bolsonaro – elaborada pelo autor (2026)

O inquérito do Supremo Tribunal Federal identificou uma espécie de rede que se articulava para compartilhar conteúdos que desqualificassem a instituição. Nós pensamos um sistema um pouco diferente do que uma rede. Entendemos ser mais interessante o conceito de “rizoma” proposto por Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995), principalmente pela sua articulação com a ideia de linguagem que apresentamos aqui. Os autores comentam que em um rizoma cada linha;

[...] cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. (Deleuze e Guattari, 1995, p. 14)

É nesse sentido que a linguagem fascistizante parece, em uma observação impressionista, contraditória em diversos momentos, até mesmo colocando atores que fazem parte deste rizoma “uns contra os outros”. Temos exemplos em que militantes do Movimento Brasil Livre – MBL tensionam sua proximidade com o núcleo duro do



bolsonarismo (representante mais evidente do fascismo brasileiro atual) a fim de buscar linhas de fuga dentro do próprio rizoma, mas que, por sua vez, acaba sendo incorporado novamente em uma reterritorialização do fluxo que buscava se esvaír.

Deste modo o rizoma não “cessa de conectar cadeias semióticas” (ibidem, p. 15). Uma cadeia semiótica é como “um tubérculo que aglomera atos muitos diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos: não existe língua em si, mas um concurso de dialetos, de patoás, de gírias, de línguas especiais” (ibidem, p. 16). Apesar de haver uma busca por essas linhas de fuga dentro do próprio fluxo rizomático, a tendência, ao menor estímulo, por exemplo o anti-socialismo ou o mito conspiratório do “Marxismo Cultural”, o fluxo converge para o mesmo interesse.

A multiplicidade é o caráter do rizoma que “compreende linhas de segmentaridade as quais ele é estratificado”, mas também apresenta as linhas de fuga, as contradições “pelas quais foge sem parar”. São nesses grupelhos, grupúsculos que apresentam determinados microfascismos “sempre a espera da cristalização” (ibidem). A tensão entre grupos, como no caso dos bolsofascistas vs. MBL, é resultado de uma contradição temporária a ser reterritorializada, pois faz parte do mesmo conjunto de fluxos. Nesta ideia que se identifica o conjunto, no que o faz proliferar.

Nosso modo de raciocínio sobre o ecossistema dissociativo fascistizante parte do princípio que ele não pode ser interpretado como uma unicidade, mas uma multiplicidade que se conjunta, do mesmo modo que os autores pensam o rizoma. Sugerimos que devemos olhar para esse ecossistema como vemos outros tipos de ecossistemas, que são plurais, nos quais proliferam diversos tipos de *seres* e são suficientes em si a partir do conjunto. Como o “*slime mould*” apresentado por Roger Griffin (2003) como metáfora à atividade grupuscular.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), há sempre um modo de fugir destas linhas que compõem o rizoma, as linhas de fuga, mas que indiscutivelmente elas voltam a se cristalizar. Assim cair no debate puramente filosófico sobre as linhas de fuga ou congêneres, não importa nesse momento, o que nos importa é pensar o que identificamos como coesão da multiplicidade. O rizoma é esta coesão da multiplicidade. A linguagem a partir do mito conspiratório, no nosso caso, “prolifera o conjunto” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 16). E quanto mais rizomático, mais expansivo. O ecossistema dissociativo fascistizante, portanto, opera enquanto rizoma. Tem múltiplas entradas para “fazer rizoma, aumentar seu território por desterritorialização,

estender a linha de fuga até que ela cubra todo o plano de consistência em uma máquina abstrata”. (Deleuze e Guattari, 1995, p. 19)

A hipótese, portanto, é que o mito conspiratório é a força reestruturante do rizoma. É a linha de fuga do real que reterritorializa a fascistização, por mais que as vezes se mostre contraditória entre os grupelhos. A segmentaridade micropolítica é uma característica que já demonstramos no primeiro capítulo ser ligada ao neofascismo. Na estrutura online investigada pelo Supremo Tribunal Federal isso aparece. A ideia de complô *PT-Supremo-Imprensa* representa o mito conspiratório e produz o inimigo interno fomentando a negação da alteridade. É um modo de subjetivação fascistizante. E existem diversas camadas que operam nessa estrutura rizomática.

Vamos tentar desmembrar esse rizoma a fim de facilitar o entendimento. No geral podemos dividir em alguns grupos. Primeiramente o grupo que é representado por portais de “notícias” e “documentários” que veiculam determinados conteúdos que reproduzem a linguagem fascistizante – negacionismo, desinformação e mito conspiratório. Alguns seguem o padrão de “Think Tanks”, outros como portais jornalísticos e, os mais alarmantes, como plataformas “educacionais”. Podemos citar alguns: Revista Oeste, Terra Brasilis, Terça Livre, Conexão Política, Jornal da Direita Online, Portal da Cidade Online, Mises Brasil, Brasil Sem Medo, Brasil Paralelo, Space Liberdade, Instituto Brasil Soberano, entre outros<sup>50</sup>. Esse primeiro grupo é responsável por dar um ar formal ao conteúdo. Como se fossem realmente veículos com responsabilidade jornalística, educacional ou categorias análogas, mas que são conhecidos como “Junk News” (notícias lixo, em tradução direta, ou notícias sem qualidade, na perspectiva que não deveriam ser consumidas, pois causam dano. Na mesma perspectiva perniciosa das chamadas Junk Foods, “viciantes e nada nutritivas”). Um parêntese que vale a pena pontuar é também a transição de veículos tradicionais como Jovem Pan e Gazeta do Povo para o grupo de “Junk News”, mais recentemente o portal Metrôpoles também começou uma guinada nesse sentido,

---

<sup>50</sup> Voltaremos a esses veículos no último capítulo da tese. Por ora o objetivo é demonstrar que há um grupo de veículos articulados dentro de uma mesma linguagem que tem como fundamento principal o complô do mito conspiratório, a desinformação e o negacionismo. Pode ser o caso de alguns desses veículos deixarem de existir e outros tomarem os seus lugares, como no caso do Terça Livre. Caso que não tem tanta importância neste momento. Porém reiteramos que eles fazem parte de um grupo específico do ecossistema chamado pelo NetLab da Universidade Federal do Rio de Janeiro de *Junk News*.

menos sintomática, mas perceptível – principalmente nos textos assinados por Mario Sabino e Samuel Pancher.

O caso do Metrôpoles é um tanto mais complexo. Apesar de manter uma pretensa posição de “isenção”, abrindo espaço para o jornalismo formal de responsabilidade, as relações de seu proprietário, Luiz Estevão, com a extrema direita brasileira são de proximidade. Estevão, condenado a mais de 30 anos de prisão por uma série de crimes no início dos anos 2000, foi beneficiado com um indulto do então presidente Jair Bolsonaro em 2022. Apesar do tipo penal em que Estevão foi condenado não ser agraciado com indulto em outras situações, o então governo entendeu que condenados com mais de 70 anos, mesmo condenados por corrupção, estariam aptos a receber o indulto.<sup>51</sup>

Feita essa ressalva em relação ao Metrôpoles, outros veículos predominam diversos investigados no inquérito 4.781/DF do Supremo Tribunal Federal e é justamente neles que temos a transposição do veículo formal para o influencer digital. Nomes como Allan dos Santos, Oswaldo Eustáquio, Leandro Ruschel, Rodrigo Constantino, Augusto Nunes, Luis Ernesto Lacombe, Kim Paim, Pietra Bertolazzi, Hélio Beltrão, Ana Paula Henkel, Flávio Gordon, Paulo Kogos, Ítalo Marsilli, Eduardo Cavendish, Adrilles Jorge, JR Guzzo, Jorge Serrão, Renata Barreto, Filipe Martins, Antônia Fontenelle, Nando Moura, Bruno Ayub, Fernanda Salles, Bernardo Kuster, Arthur do Val, Renan Santos, Paulo Faria, Silvio Grimaldo, Paula Schmitt, Paulo Figueiredo, David Ágape, Rafael Fontana, entre muitos outros ocupantes dessa *midiosfera*, fazem parte deste grupo. Alguns, inclusive, investigados diretamente em diversos inquéritos.

Segundo o inquérito 4.781/DF o segundo grupo de *influencers* digitais pode ser exemplificado por perfis como Te Atualizei, Gil Diniz, Left Dex, Luciano Hang e Faka, porém, mais nomes apareceram nos últimos tempos como Flavia Ferronato, Elisa Brom, Nelson Paffi, Ed Raposo, Ricardo Oliveira, Nelson Rosenthal, etc. Outros perfis pessoais relacionados às igrejas evangélicas também fazem parte desse rizoma digital. O nome mais sintomático é o de Silas Malafaia, porém, outros, como André Valadão, também se apresentam inseridos no conjunto.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/luiz-estevao-obtem-indulto-com-base-em-decreto-de-bolsonaro.shtml> Acesso Em 18/11/2025

Esse grupo não cessa de aumentar. Alguns perfis foram e são derrubados, outros surgem no lugar. Por essa razão é necessário um recorte “momentâneo”. Longe de inviabilizar a pesquisa, o caráter volátil desses perfis revela a própria lógica das redes em que qualquer canal pode desaparecer a qualquer momento. Entretanto, o caso aqui não é focar em indivíduos em uma análise sistemática em busca de todos pertencentes a esse ecossistema. Mas sim interpretar o significado da linguagem perpetrada neste ecossistema, seja quem, no momento, que esteja sendo agente do discurso.

Um outro grupo que podemos examinar também dentro do âmbito “influencer” é o de parlamentares e políticos em geral. Esses são mais fáceis de identificar, pois tem, literalmente, vida pública. Parlamentares e políticos como Jair Bolsonaro, Walter Braga Netto, Hamilton Mourão, Tarcísio de Freitas, Eduardo Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Bia Kicis, Carla Zambelli, Carlos Jordy, André Fernandes, Nikolas Ferreira, Eduardo Girão, Julia Zanata, Carolina de Toni, Gustavo Gayer, Maurício Macron, Fernando Holliday, Guto Zacarias, Kim Kataguirí, Osmar Terra, Eduardo Girão, Magno Malta, Abílio Brunini, Jorge Seif, Filipe Barros, Ana Campagnolo, entre outros, usam dessa lógica das redes para a difusão deste tipo de linguagem. Estes nomes são só exemplos, quando pensamos mais capilarmente, percebemos que existem também agentes locais, muitas vezes desconhecidos do público nacional. Criou-se, literalmente, um nicho onde a linguagem fascista é operada como estratégia eleitoral e de interpelação ideológica. As plataformas possibilitam essa desterritorialização da linguagem e que, em muitos casos, segmentam assuntos ou temas adaptando-os a realidade local.

Mais um grupo que vale a pena pontuar e também aparecerá no capítulo seguinte, é o grupo de “influenciadores” digitais militares. Esse é um problema que devemos demonstrar, pois inclusive, se não for decretado como uma violação do estatuto militar é, no mínimo, antiética a utilização de patentes militares para comentários com pautas ideológicas e políticas. O que podemos concluir é que isso não faz parte da normalidade democrática e dos deveres dos militares. É uma anormalidade que devemos pontuar enfaticamente. Por mais que essa “anomalia” seja tão comum – o envolvimento militar na política – é imprescindível sublinhar esse caso.

Dentre esses indivíduos podemos elencar alguns que são mais enfáticos no Twitter, inclusive com mandato parlamentar. Nomes como General Hamilton Mourão,

General Paulo Chagas, General Heleno, General Villas-Boas e dois coronéis que chamam a atenção, Coronel Costa e Lima e Coronel Márcio Amaro. Alguns outros, como Tarcísio de Freitas e Eduardo Girão, também militares da reserva, transitam mais desavergonhadamente entre os dois grupos. Após as investigações da tentativa de Golpe de Estado, também temos os chamados Kids Pretos, julgados no “grupo operacional” pelo Supremo Tribunal Federal, diversos militares de diversas patentes no chamado “grupo da desinformação”, grupo este que pertence o Tenente-Coronel Guilherme Marques de Almeida, à época comandante responsável pelo 1º Batalhão de Operações Psicológicas do Exército. Sobre estas operações psicológicas voltaremos a seguir.

Tanto Marques de Almeida, como os dois, Costa e Lima e Marcio Amaro, se colocam como especialistas em questões de informações digitais e guerra cibernética. O Márcio Amaro, inclusive, se diz mestre em sistemas de comunicações. Chama atenção que dois militares apareçam como influenciadores digitais reprodutores de linguagem fascistizante tendo ligação com questões de informações digitais e guerra cibernética. Deixaremos para desenvolver mais esse assunto no próximo capítulo. Por ora só delimitamos os grupos que objetivamos e pontuamos a presença militar, inclusive de militares ligados às operações psicológicas, bem como questões de informação digital e cibernética<sup>52</sup>.

É importante deixar transparente que todas as pessoas e veículos citados diretamente nesta pesquisa não, necessariamente, fazem parte deste ecossistema dissociativo fascistizante com os mesmos objetivos ou que são desavergonhadamente fascistas. Estes indivíduos são corriqueiramente firmados em contradição entre si e cada qual tem seus próprios interesses objetivos específicos. Portanto não fazem parte de um partido, mesmo que velado, com intenções fascistas – dentro da perspectiva do século XX. Mas operam, cada qual a seu modo, a linguagem formulada como combustível do ecossistema dissociativo digital fascistizante onde o ponto convergente de suas especificidades se dá no mito conspiratório.

---

<sup>52</sup> Até o fechamento desta tese o perfil do Coronel Márcio Amaro estava fora do ar no Twitter, porém, o perfil do Coronel Costa e Lima continua ativo e operando a linguagem já explicitada sem nenhum impedimento, mesmo após o julgamento da tentativa de Golpe de Estado pelo STF. Disponível em: <https://x.com/CelCostaLima?s=20> Acesso em 18/11/2025.

O último grupo, não menos importante, é o de pessoas comuns, que “não possuem rostos” ou formalidade alguma. É o público geral que faz a ultima ponta dessa retroalimentação. Normalmente estão nas caixas de comentários desses outros grupos, em grupos de WhatsApp e Telegram, em fóruns e grupos. São aspirantes ao grupo de *influencers* que ainda não conseguiram angariar público, são agitadores, *trolls*, etc. São o chão de fábrica de Klemperer (2009).

Todos esses indivíduos não são uníssonos, mas fazem parte dessa multiplicidade do rizoma que apresentamos. Cada um tem uma linha de abordagem no qual se estabelecem e sobre a qual focam. Alguns focam em questões espirituais, outros em questões econômicas, outros em políticas institucionais, e alguns transitam entre todos os aspectos. Uma das questões interessantes é a coordenação que é feita quando acontece determinado evento. A “pauta do dia” é abordada por todos dentro de suas especificidades.

Há uma multiplicidade, porém, não há pluralidade de interpretações. Por exemplo, nos adventos do Oito de janeiro, todos esses indivíduos abordaram essa pauta durante o ano de 2023 e 2024, em alguns momentos com mais densidade, em outros com menos. Ainda assim percebe-se uma espécie de estratégia e de orquestração e uma posição definida, mesmo que não consciente. Inicialmente a ideia de complô orquestrado pela “esquerda” com infiltrados, após, com idosos com bíblias e assim por diante. No caso da COVID-19 isso também foi muito sintomático. Além da explosão do negacionismo que ficou claro a quem quisesse ver, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado brasileiro identificou que o modo de agir foi comprovado com a “existência de uma verdadeira organização oculta”.

[...] ampla e complexa, composta por diversos núcleos articulados entre si, que usa os mais diversos ardis para enganar as pessoas e, com isso, direcionar a opinião pública, não apenas em relação às medidas de combate à pandemia, mas também em relação a outros aspectos, a fim de fortalecer sua base de apoio político e auferir ganhos financeiros. (Relatório da CPMI da Pandemia – Senado Federal, 2021, p. 683)

Quando a notícia que eles necessitam compartilhar não condiz com os anseios ideológicos, não há coordenação de compartilhamento. Em muitos casos observados a notícia compartilhada parte de algum desses portais de “notícias” do primeiro grupo elencado. Esse grupo produz a notícia que é compartilhada por seus colaboradores,

que por sua vez é reproduzida pelos *influencers* digitais e parlamentares até chegar nos grupos de WhatsApp e Telegram de forma a diluí-las. É uma dinâmica que se retroalimenta. Eles mesmo produzem, compartilham e consomem o conteúdo. Isso gera engajamento e com o tempo cria-se uma lógica paralela de observação do mundo.

Podemos usar alguns exemplos diretos. Durante o ano de 2025 tivemos duas grandes campanhas de manipulação de informação que demonstram como funciona essa lógica. Uma foi a mentira sobre a taxaço do PIX e outra a mentira sobre uma fala do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que, supostamente, diria que pobres não precisariam estudar.

A primeira ficou conhecida por vídeos criados pelo deputado Nikolas Ferreira e foi desmentida por diversas agencias de checagem. Porém, antes disso, há uma enxurrada de repostagens e discussões que reproduzem os mesmos argumentos, muitos por perfis falsos e pagos. A segunda teve, por exemplo, em Flávio Bolsonaro um dos principais nomes no compartilhamento desta mentira. Isso também se seguiu de inúmeras repostagens e compartilhamentos antes do próprio Flavio Bolsonaro apagar a postagem. Entretanto o vídeo foi salvo por diversas outras pessoas, o que o mantém nas redes sociais.<sup>53</sup>

As investigações oriundas das Comissões Parlamentares de Inquérito podem revelar mais sobre a organização destes grupos, nesse caso, a investigação da “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre os atos antidemocráticos” também teve que abordar o ecossistema dissociativo fascistizante. Apesar de essa categoria não ter sido mobilizada pelo inquérito, já pontuamos a razão de utilizarmos. Esses inquéritos, sejam os do Supremo Tribunal Federal ou das Comissões Parlamentares, inexoravelmente tendem a passar pela lógica online.

Deste modo que se constrói uma identidade coletiva a partir do ecossistema dissociativo fascistizante. Há o enraizamento das fórmulas cognitivas que apresentam a leitura prática da realidade em conformidade aos interesses da extrema direita. O relatório da “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre os atos antidemocráticos”

---

<sup>53</sup> Podemos ver o exemplo sobre a fala do Presidente Lula disponível em: <https://www.facebook.com/share/r/1FPD97ydbu/> Acesso em 30/01/2026.

deixa claro isso no que determinam de “passo 3: desenraizamento”<sup>54</sup>. Segundo o relatório:

Na medida em que os vínculos internos se fortalecem e o sistema de crenças se internaliza, uma outra operação, de consequências nefastas, começa a tomar curso: o progressivo distanciamento, por parte dos seguidores, dos que não se deixam convencer da “verdade”. (Relatório da CPMI dos atos antidemocráticos – Senado e Câmara dos Deputados, 2023, p. 109.)

Ainda segundo o relatório, um exemplo disso foi dado na “Comissão Parlamentar de Inquérito do Distrito Federal”, onde o ex-comandante do “Departamento Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal”, “afirmou que os acampados viviam em um mundo paralelo, com regras e realidade própria, à maneira de uma seita” (ibidem, p. 110). É basicamente um estado de “transe”, diz um depoimento da CPMI, uma dissociação aguda da realidade presente nos acampamentos antidemocráticos criados nas portas de quartéis pelo Brasil entre o final de 2022 e início de 2023.

A descrição desses processos de desenraizamento e construção de uma realidade paralela também pode ser colocada em diálogo com a teoria da dissonância cognitiva desenvolvida por Leon Festinger (1975). Para o autor, indivíduos tendem a experimentar desconforto psicológico quando confrontados com informações, experiências ou evidências que entram em contradição com crenças previamente internalizadas. Diante dessa tensão, diferentes estratégias podem ser mobilizadas para restaurar uma sensação de coerência subjetiva, incluindo a rejeição de evidências conflitantes, a reformulação de interpretações sobre a realidade ou o reforço das próprias convicções.

A formulação clássica de Festinger ganhou notoriedade a partir do estudo realizado com grupos milenaristas analisados em “When Prophecy Fails” (1956), no qual observou-se que o fracasso de determinadas profecias não conduzia necessariamente ao abandono das crenças, mas frequentemente ao seu reforço. A contradição entre expectativa e realidade era reinterpretada de modo a preservar a estrutura simbólica do grupo. Em situações desse tipo, o insucesso da profecia não

---

<sup>54</sup> Relatório da CPMI dos atos antidemocráticos – Senado e Câmara dos Deputados, 2023, p. 109.



desorganizava o sistema de crenças; ao contrário, tornava-se elemento constitutivo de sua reafirmação.

Esse mecanismo ajuda a compreender fenômenos observados nos grupos analisados nesta pesquisa. Narrativas sobre fraude eleitoral, intervenção militar, globalismo, marxismo cultural ou supostas conspirações envolvendo o “Supremo Tribunal Federal” frequentemente persistem mesmo após sucessivas demonstrações empíricas em contrário. A permanência dessas narrativas não deve ser entendida apenas como resultado de ignorância factual ou ausência de informação. Em muitos casos, trata-se de um mecanismo de preservação identitária diante de elementos percebidos como ameaças à coerência interna do grupo.

Ao mesmo tempo, é importante evitar interpretações excessivamente deterministas da teoria da dissonância cognitiva. Debates recentes têm demonstrado que indivíduos submetidos a situações de dissonância não respondem necessariamente da mesma maneira. Alguns podem reforçar crenças preexistentes; outros podem modificar parcialmente suas interpretações; outros ainda podem abandonar determinadas convicções. A relevância da teoria para esta pesquisa não reside em sua capacidade de prever comportamentos específicos, mas em evidenciar como a necessidade de coerência subjetiva pode favorecer processos de racionalização de crenças conspiratórias e visões de mundo autoritárias quando inseridas em ambientes de intensa retroalimentação comunicacional.<sup>55</sup>

Além disso também temos o chamado “Gabinete do ódio” que foi objeto de investigação inicialmente da “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre as Fake News” em 2019. A denúncia inicial desta CPMI surgiu de parlamentares ex-aliados do governo Bolsonaro e se desdobrou em investigações que abarcaram alguns dos citados anteriormente no que identificamos como segundo grupo. A ex-deputada Joice Hasselmann disse em depoimento a CPMI que havia um grupo na plataforma Instagram para coordenar ataques virtuais através de perfis de diversas outras plataformas (Relatório da CPI das “Fake News” – Senado e Câmara Federal, 2019, p. 338 - 340). Portanto são diversos grupos coordenados para que se agenciem difusões de ataques de ódio, notícias falsas, conspiracionismos e negacionismos.

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/the-lede/is-cognitive-dissonance-actually-a-thing> Acesso em 3/04/2026.

Podemos concluir que este gabinete operava de dentro do palácio do planalto e utilizava o aparato estatal para produzir conteúdo desinformativo e de ataque a opositores a fim de alimentar o ecossistema dissociativo. Investigações da Polícia Federal revelaram que havia uma “Agência Brasileira de Inteligência – ABIN” paralela ou chamada “ABIN Paralela” operando dossiês e produzindo estes conteúdos desinformativos.<sup>56</sup> Entendemos que este nome não é adequado, pois era a estrutura oficial da ABIN que era utilizada com interesses políticos e ideológicos, e não uma paralela.

Deste modo, é através da identificação destes grupos que seguiremos para o conteúdo que eles compartilham. Até o momento nos atemos a identificar como a lógica opera para, após isso, podermos observar o conteúdo compartilhado, o que faremos adiante. Mesmo assim adiantamos que a temática central desses grupos continua sendo a lógica bifurcada do “nós contra eles”. Isso se exemplifica diretamente no ataque às instituições do Estado. O alvo principal se deu objetivado na figura do Supremo Tribunal Federal, nos últimos anos, inclusive é o que o inquérito 4.781/DF investiga.

O que podemos observar nas fontes que dispomos é que a “subida de tom” da extrema direita contra o Supremo Tribunal Federal teve como ponto elevado o discurso do então presidente Jair Bolsonaro nas comemorações de 7 de setembro de 2021. Nessa ocasião Bolsonaro disse: “Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo ainda de pedir o seu boné e ir cuidar da sua vida”<sup>57</sup>. Eleger o Supremo Tribunal Federal como inimigo número um, institucionalmente falando, é como se elegesse a própria constituição de 1988 como inimiga, por mais que, repetidamente, o discurso seja de “sempre jogar nas quatro linhas da constituição”.

Ou esse ministro [Alexandre de Moraes] se enquadra ou ele pede para sair. Não se pode admitir que uma pessoa apenas, um homem apenas turve a nossa liberdade. Dizer a esse ministro que ele tem tempo ainda para se redimir, tem tempo ainda de arquivar seus inquéritos. Sai, Alexandre de Moraes. Deixa de ser canalha. Deixa de oprimir o povo brasileiro, deixe de censurar o seu povo. Mais do que isso, nós

<sup>56</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/07/12/abin-paralela-pf-aponta-dossies-contr-o-stf-disseminacao-de-fake-news-e-flavio-blindado-na-rachadinha.ghtml> Acesso em: 18/11/2025

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58466100> Acesso em: 15/03/2024

devemos, sim, porque eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade.<sup>58</sup>

Corroboramos essa hipótese juntamente com o ataque a outra instância do judiciário que é o Supremo Tribunal Eleitoral. Bolsonaro por inúmeras vezes atacou o tribunal. Segundo ele “A fraude está no TSE, para não ter dúvida.”<sup>59</sup> É comum ver que a extrema direita se coloca contra as instituições democráticas, principalmente o judiciário. Inúmeras vezes ouvimos repetidamente a frase “supremo é o povo”. Depois que as investigações começaram a ser desenvolvidas contra os atos golpistas pós eleições de 2022 esse discurso ficou cada vez mais ácido. São comuns, até partindo de parlamentares, a “denúncia” que vivemos sob uma “ditadura do STF” e que somos censurados de nossa “liberdade de expressão” e, principalmente, a “denúncia” de fraudes eleitorais que, inclusive, vem desde as eleições de 2018.<sup>60</sup>

#### Imagem 16 Print Screen Telegram



12.08.2021 09:46:29

Roubaram por volta de 12 milhões de votos de Bolsonaro para o Haddad em 2018 e como ele não venceu, PCC, Dinheiro desviado de corrupção, Narcotraficantes, Partido Comunista Chinês, etc, não pagaram aos hackers, que por isso denunciaram a invasão do TSE. Agora querem o Voto Eletrônico sem o voto Impresso, para que LULA que apoia a eleição de Ditadores Comunistas da Venezuela, como Hugo Chávez e Nicolas Maduro, entre outros, seja eleito para fazer o mesmo com a gente. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral), puxadinho do STF apagou as provas de roubo de votos e agora o STF ameaçou deputados favoráveis ao Voto Impresso para que eles votassem contra, Bolsonaro entendeu isso, eles não são Esquerdistas Comunistas iguais ao PT, PSOL, PC do B, etc., mas votaram contra devido ameaças, precisamos perceber isso também, eles estão do nosso lado mas estão com medo, precisamos mantê-los com a gente. Mesmo assim a maioria dos Deputados votou pelo Voto Impresso. Bolsonaro disse que temos que lutar agora porque se a Ditadura Comunista Brasileira ladra sem pátria, aliada do Partido Comunista Chinês e da Nova Ordem Mundial Globalista, tomar o poder, vai ser praticamente impossível ter Democracia e liberdade outra vez e aí vão inventar Pandemias toda hora e sem dar o tratamento precoce, apenas para tirar as nossas liberdades, e ganha pão, igual estão fazendo com a Argentina. Como disse Bolsonaro, a nossa liberdade e das gerações futuras é mais importante do que a nossa vida.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data64 – elaborada pelo autor (2026)

<sup>58</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-e-diz-que-ministro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml> Acesso em 15/03/2024

<sup>59</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/linha-do-tempo-a-escalada-da-tensao-entre-stf-e-bolsonaro-em-um-mes/> Acesso em. 15/03/2024

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/congressistas-brasileiros-em-washington-dizem-viver-ditadura/> Acesso em 15/03/2024

O que podemos constatar é que há um ecossistema dissociativo fascistizante baseado em alguns pontos específicos. Primeiramente é a chamada retórica da intransigência citada por Hirschman (2019)<sup>61</sup> e citada no relatório da “CPMI dos atos de Oito de janeiro de 2023” por João Cezar de Castro Rocha como “retórica do ódio”. Essa é a forma performática. Como no exemplo a seguir que mistura as três teses de Hirschman.

Imagem 17 Print Screen Telegram

Deleted Account 12:13  
In reply to [this message](#)  
Executar este sindicato do crime que chamam stf ou farão isto conosco.  
Ou matamos ou seremos mortos.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data<sup>49</sup> – elaborado pelo autor (2026)

Em segundo é o conteúdo retroalimentativo que cria a dissonância. O exemplo colocado do momento é o complô “PT-Supremo-Imprensa” que ao ser “denunciado” coloca em descrédito a democracia. Esse é o conteúdo, um suposto complô orquestrado internacionalmente para censurar a direita. Tanto este mito conspiratório, quanto o negacionismo científico operam para os atos antidemocráticos. Por fim, a mobilização afetiva do que o relatório da “CPMI dos atos de Oito de janeiro de 2023” identifica como desenraizamento. É a desterritorialidade, a inserção em um estado de dissonância com a realidade prática da humanidade. Tudo isso é potencializado pelas redes sociais e opera uma lógica específica dentro da sociedade digital. Veremos essa lógica de forma mais contundente em seguida.

Antes cabe pontuar a relação que isso têm com a chave conceitual da “ecologia da mente” de Bateson (2025). A ecologia da mente, tal como proposta pelo autor, estabelece que a mente não é uma entidade confinada aos limites biológicos, mas um sistema imanente de circuitos de informação que se estende para além do organismo, englobando o ambiente e as tecnologias de mediação. Sob essa ótica, o que se pode definir como um “ecossistema dissociativo” surge quando esses circuitos sofrem

<sup>61</sup> Esta categoria refere-se aos padrões de discurso e argumentos historicamente utilizados por críticos de movimentos progressistas para deslegitimar tentativas de transformação social. O autor identifica três teses reacionárias fundamentais que se repetem ao longo dos últimos duzentos anos, operando como manobras políticas para derrubar transformações sociais: a perversidade, a futilidade e a ameaça.

rupturas ou distorções causadas por premissas epistemológicas equivocadas, como a separação cartesiana entre sujeito e objeto. Quando o indivíduo passa a perceber a si mesmo como uma entidade isolada que exerce controle unilateral sobre o ambiente, ele ignora a natureza recursiva e sistêmica da realidade, gerando dissociações comunicativas. No contexto das redes sociais, essa dissociação é amplificada, pois a arquitetura digital segmenta a experiência em fluxos de retroalimentação positiva que isolam o “eu” de diferenças contraditórias, fundamentais para a saúde de qualquer sistema mental ou social.

Um dos conceitos centrais para compreender essa dinâmica é o de cismogênese, termo cunhado por Bateson (2025) para descrever processos de diferenciação progressiva que, se não contidos, levam ao colapso do sistema. Nas redes sociais, a cismogênese é acelerada por algoritmos que priorizam o engajamento através da polarização, criando um ambiente onde as ideias não circulam para promover o entendimento, mas para reforçar a identidade de grupo por oposição a um “inimigo” externo. Esse processo gera uma ecologia mental saturada de informações redundantes e autorreferenciais. A dissociação ocorre no nível da deuteroaprendizagem (Bateson, 2025, p. 243) (o aprender a aprender), onde o sistema se torna incapaz de corrigir seus próprios erros, pois qualquer informação divergente é processada como uma ameaça sistêmica e descartada. É nesta perspectiva que o indivíduo envolto nessa lógica não consegue ao menos perceber que não sabe aprender. Ele, basicamente, não sabe que não consegue saber.

Sob essa perspectiva, a dissonância cognitiva não opera apenas no nível individual, mas também como dinâmica coletiva. Quando comunidades digitais inteiras passam a compartilhar os mesmos esquemas interpretativos, a redução da dissonância deixa de ser um processo psicológico isolado e passa a funcionar como mecanismo social de validação mútua. A crença torna-se mais resistente não apenas porque responde a necessidades subjetivas, mas porque encontra confirmação permanente na própria estrutura comunicacional do grupo. O problema deixa de ser apenas o erro factual e passa a envolver a constituição de ambientes cognitivos relativamente autônomos em relação aos mecanismos convencionais de validação da realidade.

#### 4 A CIBERGUERRA CULTURAL E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO NO BRASIL EM TEMPO PRESENTE – A QUESTÃO MILITAR, SUAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E O “OLAVISMO”

Neste capítulo objetivaremos analisar algumas características que caminham juntas com a lógica apresentada anteriormente do ecossistema dissociativo fascistizante. Nosso entendimento é que esse ecossistema opera uma guerra cultural cibernética. Este tipo de guerra cibernética faz parte da chamada “guerra de 4º geração” (Lind, 2005, p. 17) que compreende a maquinação de operações psicológicas online a fim de desestabilizar governos através de pânico generalizado contra determinadas instituições, além de questões políticas e ideológicas práticas.

Esse pânico pode ser operado em diversas frentes, dentro da multiplicidade do rizoma presente no ecossistema. Há de certa forma um “mantra” repetido por indivíduos como Steve Bannon e Olavo de Carvalho<sup>62</sup>, o – “inunde a área com merda” – pois, “vim para foder com tudo”<sup>63</sup>. Essa é a premissa que Bannon instrumentalizou em seu portal de “notícias”, o “Breitbart”, e, também, Olavo de Carvalho, que defendia esta posição como estratégia de dissociação.

Esta estratégia foi apontada pela “CPMI dos atos de Oito de janeiro de 2023” com o chamado “ponto 2”, a estimulação contraditória – que estabelece familiaridade com a questão do “englobamento do contrário”, já apresentado anteriormente (Cesarino, 2022, p. 16). No caso, segundo o relatório, “seria preciso minar o sistema de crenças dos destinatários com informação excessiva e incoerente que os levasse a perder a referência do real”. (Relatório da CPMI dos atos de Oito de janeiro de 2023 – Senado e Câmara dos Deputados, 2023, p. 87)

O objetivo é estabelecer uma enxurrada de conteúdo até que as pessoas não consigam mais acompanhar e percam essa “referência do real”. O uso de disparos em massa e repetição exaustiva de mentiras visa “afogar” a opinião pública e fazer com que os seguidores perdessem o parâmetro da realidade, através de uma técnica chamada *firehosing*. São questões que apresentamos anteriormente, mas que, nesse momento, traremos para a luz da questão militar. Por essa razão nosso argumento é

<sup>62</sup> Disponível em: <https://medium.com/@loryelrocha/um-dos-ingredientes-para-golpe-de-estado-segundo-militares-e-steve-bannon-inundar-de-merda-a-920e8efc1a81> Acesso em: 8/04/2024

<sup>63</sup> Disponível em <https://twitter.com/opropriolavo/status/1275097360792801282> Acesso em 8/04/2024. Salvo no banco de dados.

que se opera uma guerra cibernética dentro do contexto brasileiro do presente. Este argumento é diversas vezes repetido pelos indivíduos que reproduzem essa lógica, como iremos demonstrar até o fim deste trabalho. Assim, o objetivo desta guerra é, como todas as outras, subjugar, vencer o inimigo. A *gamificação*<sup>64</sup> da política. A diferença está que esta guerra não se trava mais em fronts de batalhas nas cidades com fuzis e granadas, mas nas concepções psicológicas da população em ambientes cibernéticos, como os aplicativos de mensagens, redes sociais e plataformas digitais em geral.

Este nosso argumento está fundamentado no que já demonstramos nos capítulos anteriores e apresenta uma forma de manipular os agenciamentos coletivos de enunciação a fim de produzir subjetividades conformes aos interesses destes agentes políticos. Em ações mais agudas, no caso do Brasil, essa guerra cibernética resultou em episódios de violência, como visto nos ataques aos três poderes no Oito de janeiro de 2023, em efeito direto ao incentivo da radicalização de direita orquestrada durante a última década de forma mais sintomática.

Não dizemos que a violência política no Brasil surgiu neste presente momento ou, até mesmo, que o fascismo nunca esteve presente nas micropolíticas da sociedade até este momento. Pelo contrário, este ecossistema trabalha justamente com afetos e premissas já existentes que são os insumos necessários para que a produção ocorra e se retroalimente. Nosso argumento é que há uma lógica por trás de toda essa máquina agenciadora e que essa lógica pode ser observada através do espectro destas categorias que apresentamos e continuaremos a refletir. Nossa tese, portanto, se fundamenta em demonstrar essa lógica e sua operação.

Defendemos, em tempo, que essa guerra cibernética se estabelece dentro do âmbito cultural – não somente pela principal teoria da conspiração que observaremos na última seção deste capítulo, o “Marxismo Cultural” – mas também como projeto de poder político oriundo das Forças Armadas, bem como a utilização do passado vivido

---

<sup>64</sup> Citamos este termo no sentido de pensar a guerra contra o “inimigo” como uma “missão”, ou “quest”, em que os “patriotas” seriam os personagens principais numa batalha épica pela “liberdade”. Isso condiciona o indivíduo em uma mecânica que manipula emoções como ressentimento, medo, esperança, pertencimento, ódio, etc. A gamificação está em voga em diferentes áreas, da educação ao mercado de trabalho. O condicionamento mental para operar determinados objetivos é profícuo nestes casos e vem sendo amplamente fomentado. Sobre ver: <https://sead.paginas.ufsc.br/files/2020/04/eBOOK-Gamificacao.pdf> e <https://revista.tst.jus.br/rtst/article/view/107/171> Avesso em 18/02/2026

como legitimação de um futuro vislumbrado. O que chamamos em um momento anterior de mito-história.

Entendemos que as Forças Armadas do Brasil têm papel fundamental nas “operações psicológicas” que vemos presente na sociedade digital. Tanto pela execução e domínio destas “operações psicológicas”, como pela instrumentalização das premissas “olavistas” dentro e fora dos quartéis. Em todo caso argumentamos que, tanto o “olavismo”, enquanto parte da cultura política fascista, quanto a expertise dos militares para controle e manipulação cibernética, fazem parte de uma máquina de agenciamento coletivo de enunciações que tem por objetivo subverter a compreensão popular sobre assuntos e defender os interesses e privilégios políticos de uma parcela da população.



#### 4.1 A ciberguerra cultural e os usos políticos do passado no Brasil em tempo presente

Uma das mais tradicionais armas políticas na história da humanidade é a guerra. A guerra esteve presente em muitos momentos da história humana. Nunca a mesma guerra, apesar de o conceito e o sentido do uso da guerra permanecerem os mesmos – como bem colocado por Clausewitz logo no início de sua obra magna “Da Guerra”: “A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (Clausewitz, 1984, p. 75). Certo que Clausewitz pensou isso no século XIX, mas o sentido estrito dessa colocação ainda não mudou. O que mudou foi a forma de se obrigar o inimigo “fazer a nossa vontade”.<sup>65</sup>

O termo “força” colocado por Clausewitz tinha uma especificidade no século XIX, era a força física, bélica em outros momentos, mas que acabou por se transformar durante a história. A força pode ser subjetiva, a violência pode ser simbólica, mas não deixa de ser violência. Para uma análise comprometida dos conflitos no espaço cibernético, pensar a violência simbólica e as subjetividades é imprescindível. Não só imprescindível, mas necessária, pois teorias mais modernas sobre a guerra abrangem essas premissas psicológicas e culturais.

Um dos principais teóricos estadunidenses da guerra no presente, William S. Lind, dedicou-se em desconstruir o pensamento de guerra única. Sua teoria de “Gerações de Conflitos” em que define quatro gerações distintas de se fazer guerra é uma das mais adequadas para se pensar a estratégia de guerras assimétricas – ou a guerra híbrida – que acontecem hoje em diversos espaços, mas que têm no espaço cibernético seu “local”, talvez, mais evidente. Segundo Lind a guerra de quarta geração, a mais atual, “não é algo novo, mas um retorno, especificamente um retorno,

---

<sup>65</sup> Cabe pontuar que o Paradigma Clausewitziano da Guerra Clássica vem sendo repensado e superado pela teoria moderna. Segundo Pimentel e Espósito Neto (2014), teorias como a de Gerações de Conflitos, descrita por William Lind em 1989 representam essa superação. Os autores explicam que mesmo Clausewitz “defende que seus pressupostos podem ser modificados ao sabor da nova realidade das relações internacionais” (Pimentel e Espósito Neto, 2014, p. 176), portanto, novas formas de sociabilidade e de ordens sociais geram superação de paradigmas passados, quando há interesse nisso, e Lind tinha esse interesse. No caso que buscaremos tratar aqui, apesar do modelo de guerra empregado dentro do ciberespaço estar estabelecido em novos paradigmas, os mesmos pensados por Lind, o raciocínio conservador que está sendo imposto como vontade pela extrema direita brasileira atual é baseado em uma premissa de passado como projeto de futuro, ou seja, a manutenção e, por vezes, o retorno à subjetividades passadas em detrimento a negação de evidências presentes que estabelecem novas formas paradigmáticas de interpretação da realidade.

à maneira pela qual a guerra funcionava antes do surgimento do Estado” (Lind, 2005, p. 17).

Lind é considerado adequado para nós, pois seus pensamentos e suas pesquisas representam uma das principais referências ao “paleoconservadorismo”<sup>66</sup> estadunidense em relação às formas de se guerrear. Para ele “a guerra de Quarta Geração é também marcada por uma volta a um mundo de culturas, não meramente de países, em conflito” (ibidem, p. 14), em que “a invasão de imigrantes pode ser tão perigosa quanto a invasão do exército inimigo”, pois “uma ideologia venenosa de multiculturalismo, é um candidato ideal para a variedade caseira da guerra de Quarta Geração, de longe a mais perigosa” (ibidem, p.14). Colocação que nos remete uma clara busca pela negação da alteridade como ponto central da “Guerra de Quarta Geração”.

Fica explícito ao lermos Lind que assume que a cultura está no cerne do problema da guerra de quarta geração. A simetria da guerra feita por estados contra estados acaba por perder o sentido. Grupos menores com interesses mais restritos e micropolíticas tomam o palco do conflito, deixando de lado as grandes organizações simétricas extremamente ordenadas. A guerra se torna difícil de decifrar, a multipolaridade do conflito se caracteriza não mais por governos e países, mas por “muitas entidades diferentes” que o farão por diversas razões, muitas vezes diferentes e difusas, até mesmo contraditórias entre si, e que “usarão de muitas ferramentas diferentes para combater, não se restringindo ao que reconhecemos como sendo forças militares” (ibidem, p. 17).

Isso vai diretamente ao encontro sobre o que argumentamos anteriormente: a linguagem fascista operada atualmente é maquinada em sua multiplicidade e não na sua unicidade. Por essa razão definimos que o ecossistema dissociativo que opera essa linguagem funciona como rizoma, com uma multiplicidade de operações que em muitos momentos se contradizem, porém, seguem uma lógica que está ancorada em um complô construído por um “governo das sombras”, misterioso, mas que não é tão oculto, pois é sempre denunciado por indivíduos que têm a absoluta certeza de que vivemos nessa realidade. Podemos repetir o exemplo do complô PT-Supremo-

---

<sup>66</sup> Desenvolveremos melhor sobre este grupo e conceito, como sua existência no Brasil, adiante.

Imprensa “denunciado” exaustivamente por influenciadores de extrema direita como o Leandro Ruschel.

Através destas reflexões, que são sintomáticas na organização do raciocínio de grupos paleoconservadores e da extrema direita atual, o conceito de Guerra Global proposto por Donatella Di Cesare (2017) pode iluminar essa dinâmica confusa e difusa que se apresenta para nós. Para a autora vivemos um período no qual não conseguimos distinguir guerra de paz, em que as fronteiras em cada uma dessas situações encontram dificuldades para se estabelecer de forma clara (Di Cesare, 2017, p. 19). As formas clássicas de guerra, como comentamos, estão superadas e substituídas por uma forma de guerra que está além da violência física. Ela se apresenta como um combate cultural em que “um outro” – seja qual for – é o inimigo. Isso se reflete no que definimos como bifurcação do tipo amigo-inimigo, com base nas reflexões da antropóloga Leticia Cesarino (2022)

Não é que a violência física tenha desaparecido, aliás, ela se torna um sintoma evidente de quando esses conflitos saltam da subjetividade e da instância simbólica para “as vias de fato”. Entretanto, as formas morais, psicológicas e, voltando ao alarmismo e rejeição à alteridade de Lind, culturais, se tornaram cada vez mais importantes frentes de batalhas. A guerra se tornou desterritorializada, está no dia a dia, entre grupos distintos, que utilizam suas armas tecnológicas cada vez com mais eficácia. A ciberguerra em que pessoas comuns entram em conflitos simbólicos, em disputas de ataques psicológicos, se tornou uma das formas mais eficazes de se criar desestabilização em alvos objetivados. É a forma de maquinar a *hiperpolitização* da sociedade – operação comum exercida pela extrema direita transnacional.<sup>67</sup>

Voltando a Di Cesare, a guerra total que, também no sentido que buscamos dar desde o início desta tese, é travada no espaço cibernético e estabelece-se, muitas vezes como apolítica, no entanto, é rotineiro se “converter em um acontecimento político”. (Di Cesare, 2017, p. 27). O “argumento escudo”, ou a “chamada cortina de fumaça” é, por exemplo, uma estratégia clara de mudar o foco do debate nas redes.

---

<sup>67</sup> Esse é um debate que está colocado pelas relações dos líderes de extrema direita em diversos países. Pessoas como Trump, Orban e Bolsonaro utilizam essa operação para inflar o debate público, confundindo a população com uma enxurrada de informações – na sua grande maioria mentiras e desinformações – a fim de instaurar um “caos ordenado” que favoreça o descrédito na política formal. A ideia é se colocarem “contra o sistema” mesmo sendo políticos profissionais – no caso de Bolsonaro e Orban. Disponível em: <https://politicalivre.com.br/2024/03/premie-da-hungria-seria-especie-de-guia-para-bolsonaro-similaridades-assustadoras-diz-pesquisador/#gsc.tab=0> Acesso em: 3/04/2024.

Na hora que há um debate público sobre algo que desagrade aos grupúsculos de extrema direita, um argumento que contraponha moralmente começa ser veiculado em exaustão. Guilherme Felitti – pesquisador da empresa Novello Data – mostra através de dados sobre assuntos no espaço cibernético como a instauração da “CPI da COVID-19”, por exemplo, resultou em um engajamento gigante de divulgação de pautas sobre o voto impresso e/ou “auditável”.<sup>68</sup>

No Brasil isso se mantém a todo momento dentro das redes sociais. Há uma estratégia clara de regulação do debate. As eleições de 2018 deixaram isso claro. Saiu vitorioso quem soube manipular o debate para si. O debate sobre problemas estruturais do Brasil foi substituído pela disseminação de pautas morais infundadas, como o episódio das “mamadeiras de piroca”. O debate por “liberdade de expressão” no ciberespaço é só um dos sintomas desse problema. Liberdade essa que extrapola todo e qualquer tipo de ética e responsabilidade que deve se ter quando há expressão pública. Pois, esses engajamentos são, na maioria das vezes, artificiais, como demonstra Felitti.<sup>69</sup> Regulações sobre o conteúdo da internet são adequados para a democracia, porém, a calma em tratá-los, com parcimônia e ética devem pautar a análise.

Há, portanto, uma interpretação equivocada deste direito, a “liberdade de expressão”. Inclusive alguns ministros do Supremo Tribunal Federal já expressaram que a liberdade de expressão não é algo irrestrito, por mais de uma vez.<sup>70</sup> A investigação do chamado “Gabinete do Ódio” pauta esse tema também. Isso se relaciona e dialoga com algo que vale o debate, os usos políticos do passado e o negacionismo histórico, porém, a judicialização de negacionismos históricos, de distorções ideológicas, notícias falsas, ataques às instituições democráticas ou, simplesmente, a falta de conhecimento sobre determinados temas das ciências

---

<sup>68</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yE8-zbfcdmo> Acesso em 20/03/2022

<sup>69</sup> Idem

<sup>70</sup> Sobre o caso Bruno Ayoub, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes se posicionaram em relação a isso dizendo que, primeiramente Moraes: “A Constituição consagra o binômio: liberdade e responsabilidade. O direito fundamental à liberdade de expressão não autoriza a abominável e criminosa apologia ao nazismo.” Disponível em: <https://twitter.com/alexandre/status/1491155725175115776?s=20&t=hj0pq7Swt9zglvIGwBHCHg> Acesso em 20/03/2022. E Gilmar Mendes complementa: “Qualquer apologia ao nazismo é criminosa, execrável e obscena. O discurso do ódio contraria os valores fundantes da democracia constitucional brasileira. Minha solidariedade à comunidade judaica.” Disponível em: <https://twitter.com/gilmarmendes/status/1491119955898941441?s=20&t=hj0pq7Swt9zglvIGwBHCHg> Acesso em 20/03/2022.

humanas, servem tanto para legitimar determinadas formas de linguagens, quanto outras.

Em março de 2022, em outro exemplo, o aplicativo Telegram sofreu uma ação do Supremo Tribunal Federal bloqueando suas atividades. A premissa é que o aplicativo é usado para divulgação de conteúdo antidemocrático e que atentam contra as instituições do país, eximindo-se da responsabilidade de tratá-los. Segundo o Ministro Alexandre de Moraes, não houve retorno dos donos do aplicativo e por isso a medida foi tomada. No mesmo período o governo federal na figura de Jair Bolsonaro se posicionou contra ao que chamou de “decisão autoritária” de Moraes.<sup>71</sup> Examinaremos os grupos no Telegram mais enfaticamente na parte final desta tese.

O ponto é que o controle das instituições democráticas do Estado é usado tanto pelos defensores da “liberdade de expressão irrestrita” (alguns parlamentares do legislativo) quanto pelos que esperam que ela assuma a responsabilidade de coibir determinados discursos e formas de linguagens nas redes sociais (o judiciário). O que nos leva a contradições sobre a responsabilidade destes, pois essa não é necessariamente a mesma ordem. São “dois pesos e duas medidas” nessa equação. O Estado aparelhado demonstra seu poder, por exemplo, no caso recente do filme de Danilo Gentili – “humorista” até pouco tempo atrás aliado ao bolsonarismo.<sup>72</sup>

No final das contas, a extrema direita, com o poder do Estado até 2022, usou de seu poderio para atacar adversários e defender aliados. É da política, mas sem configurar abuso de poder. Porém, neste momento, foi tão evidente que não houve constrangimento em inverter posições tomadas a todo momento. Há uma estratégia, por mais que confusa e difusa, mas operacional, na qual a há o uso das redes sociais

---

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eMO3JMS8ixQ&t=3s> Acesso em 20/03/2022

<sup>72</sup> O filme de Danilo Gentili, lançado em 2017, foi ovacionado pelos apoiadores do governo e agentes da extrema direita em geral na época. Em 2022 foi feito o inverso. De posse da máquina pública e com clara expressão de ressentimento, talvez por Gentili ter abandonado o grupo e se juntado à campanha de Sergio Moro para a presidência, o governo federal mobilizou-se para retirar o filme de Gentili do catálogo da empresa de streaming Netflix. As hipóteses são de “cortina de fumaça” do governo federal como forma de suavizar as críticas sobre a inflação. Fundamentadas ou não, a sensação de ressentimento por parte da ala da extrema direita brasileira é evidente. A operação é semelhante com o que aconteceu com outros dissidentes. Quando é inimigo a máquina pública age para regular e controlar conteúdos – no caso do Gentili– quando são aliados se torna censura. Informações sobre o caso disponível em: Ver <https://jornaldiadia.com.br/politica-cinema-defendido-por-bolsonaristas-em-2017-e-agora-atacado-filme-de-gentili-faturou-r-68-milhoes/> Acesso em: 20/03/2022

para fomentar debates, atacar adversários e estabelecer raciocínios sobre o entendimento da realidade prática. Mas que podem tomar um rumo totalmente diferente em pouco tempo. O objetivo não é defender uma pauta, mas instigar uma sensação caótica da realidade.

Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, deixou claro essa estratégia quando colocou que:

Essas pessoas que criaram mecanismo de desinformação, querem utilizar liberdade para aniquilar a liberdade de expressão dos outros. Querem transformar mentira em verdade absoluta que não admite contestação. Não é isso que a liberdade de expressão admite e não é o que a Constituição permite.<sup>73</sup>

Nossa atenção deve se voltar a esse “mecanismo” citado por Moraes. O mecanismo colocado aqui é o mesmo mecanismo que, por vezes, ataca até aliados antigos. É esse mecanismo que chamamos de ecossistema dissociativo do fascistizante. O caso de Gentili é exemplar justamente pelo motivo de que esse mecanismo, em 2017 funcionou a seu favor e, em 2022 funcionou – com velocidade recorde – contra, como forma de ataque político. A sensação que nos apresenta é que há uma tentativa de controle das afetividades nas redes. É uma guerra que se estabelece no âmbito moral e cultural, que ora uma determinada pessoa ou conteúdo é favorável, ora desfavorável. A manipulação do debate público surge nesse sentido.

Nessa perspectiva o conceito de “guerra cultural” se torna central. Esther Solano, Pablo Ortellado e Marcio Moretto, pesquisadores que se dedicam ao estudo deste tema há alguns anos, explicam que este tipo de guerra está relacionado à polarização moral do debate político. Os temas deixam de se pautar por questões ideológicas estritas e raciocínios fechados se diluindo em formas de micropolíticas que estabelecem rigores de debates no ciberespaço. Pautas como homossexualidade, crime, drogas, aborto, família, religião, diversidade e outras pautas se revestem de caráter moral, deixando de lado qualquer debate científico ou técnico que essas diversas áreas exigem (Gallego; Ortellado; Moretto, 2017, p.37). A noção de guerra cultural, entretanto, não deve ser compreendida apenas como uma disputa periférica em torno de costumes ou comportamentos individuais. Conforme

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/moraes-diz-que-liberdade-de-expressao-deve-ser-exercida-com-responsabilidade-que-milicias-atentam-contra-democracia-25289216>  
Acesso em 20/03/2022.

argumenta Priest (2022)<sup>74</sup>, conflitos culturais constituem também formas de disputa pela definição legítima da realidade social, dos valores coletivos e dos marcos interpretativos através dos quais os indivíduos compreendem o mundo. Nesse sentido, cultura e política não configuram esferas separadas. As disputas em torno da memória, da identidade nacional, da moralidade, da religião ou dos direitos civis possuem consequências concretas sobre os processos de construção da hegemonia política.

Sob essa perspectiva, a guerra cultural pode ser entendida como uma disputa permanente pelos significados socialmente compartilhados. Mais do que vencer debates específicos, seu objetivo consiste em estabelecer quais narrativas serão reconhecidas como legítimas, quais interpretações serão consideradas aceitáveis e quais grupos ocuparão posições de autoridade moral no espaço público. A circulação de teorias conspiratórias, revisionismos históricos e narrativas antiglobalistas observadas ao longo desta pesquisa deve ser compreendida dentro desse horizonte mais amplo de disputa pela produção do senso comum.

Essa questão também se relaciona com uma forma de olhar o passado e apresenta-lo ao presente. Os autores logo anteriormente citados exemplificam que o debate na guerra cultural está estabelecido por uma polarização entre dois principais grupos: conservadores e progressistas. A perspectiva desse mecanismo é, portanto, estabelecer parâmetros sobre interpretações do passado e como esse passado deve se conservar no presente. É colocado uma modernização conservadora ou, em resumo, o passado como projeto futuro. Segundo os autores os dois grupos se dividiriam basicamente deste modo.

Campo conservador: Precisamos punir os criminosos com mais tempo de cadeia, A pena de morte deve ser aplicada para punir crimes graves, Menores de idade que cometem crimes devem ir para a cadeia, O cidadão de bem deve ter o direito de portar arma, Os direitos humanos atrapalham o combate ao crime, O lugar da mulher é em casa cuidando da família, A união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, Fazer aborto é sempre errado, As escolas deveriam ensinar valores religiosos, Os valores religiosos deveriam orientar as leis, O bolsa-família estimula as pessoas a não trabalhar  
 Campo progressista: Fazer aborto deve ser um direito da mulher, Não se deve condenar uma mulher que transe com muitas pessoas, Cantar uma mulher na rua é ofensivo, A mulher deve ter o direito de usar

---

<sup>74</sup> Disponível em: <https://academic.oup.com/hwj/article/100/1/101/8253653> Acesso em 3/04/2026

roupa curta sem ser incomodada, Os negros ainda sofrem preconceito no Brasil, A polícia é mais violenta com os negros do que com os brancos, Cotas são uma boa medida para fazer com que os negros entrem na universidade, Dois homens devem poder se beijar na rua sem serem importunados, A escola deveria ensinar a respeitar os gays, Travestis devem poder usar o banheiro feminino, Deveria ser permitido aos adultos fumar maconha. (Ibidem, p. 40)

Questões tomam espaços no debate público de forma equivocada, permeada por preconceitos morais e desinformação. O mecanismo dito por Moraes serve de estratégia ao menos de manutenção de determinadas pautas. Questões e problemas de expressão estrutural são deixados de lado. Não se fala de desemprego, se fala de “kit gay”. O foco é distanciar esse debate de questões que realmente fariam diferença para a população. Não somente isso, mas condicionar essa população que o “importante” é debater sobre banheiro unissex, enquanto mantenho a estrutura política funcionando a favor dos que se preocupam com problemas reais e defendem seus próprios interesses.

Isso se relaciona com os usos que são feitos do passado recente brasileiro. Interpretações, por exemplo, da ditadura militar no Brasil são recorrentemente negacionistas, principalmente no meio das direitas no Brasil. Podemos usar diversos exemplos de como esse passado é usado no presente a fim de estabelecer o projeto futuro de país. Nessa perspectiva, por exemplo, podemos citar um dos cânones do negacionismo histórico apresentado pelo militar Carlos Aberto Brilhante Ustra em seu livro. O tipo de raciocínio contido no texto é exatamente a narrativa que se espalha pelo ciberespaço em grupos de extrema direita. Um exemplo é a posição do principal líder da extrema direita brasileira em relação à ditadura no país – o já desmistificado contragolpe contra os comunistas.



Imagem 18 Foto do Ex-Presidente Jair M. Bolsonaro



Fonte: Divulgação (2014)

Um blog (atualmente desativado) que leva o nome do livro de Ustra, “A verdade sufocada”, por exemplo, publicou que “o maior esquema revolucionário já montado pela esquerda neste continente foi desmantelado da noite para o dia e sem qualquer derramamento de sangue.”<sup>75</sup> Esse é o exemplo básico de como se distorce o passado para utilizá-lo como projeto futuro, pois toda historiografia, no raciocínio destes grupelhos de extrema direita, faz parte de um complô onde é estabelecido uma narrativa pseudo-histórica arquitetada para mudar a realidade histórica do mundo. Interessante pensar que é justamente o que esses indivíduos fazem nas redes sociais. Inclusive segue a explicação do blog idem.

No entanto, a historiografia oficial – repetida ad nauseam [sic] pelos livros didáticos, pela TV e pelos jornais – consagrou uma visão invertida e caricatural dos acontecimentos, enfatizando até à demência os feitos singulares de violência e omitindo sistematicamente os números comparativos que mostrariam – sem abrandar, é claro, a sua feiura moral – a sua perfeita inocuidade histórica.<sup>76</sup>

<sup>75</sup> USTRA, Jo. *Contra Revolução de 1964 A verdade que a mídia não mostra*, 2016. Disponível em: [https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14921:ontra-revolucao-de-1964-a-verdade-que-a-midia-nao-mostra&catid=37&Itemid=86](https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=14921:ontra-revolucao-de-1964-a-verdade-que-a-midia-nao-mostra&catid=37&Itemid=86) Acesso em 20/03/2022

<sup>76</sup> Idem

Outra questão interessante é que, para esse tipo de raciocínio, a esquerda brasileira se adaptou de forma eficaz à dissolução de suas frentes militantes da década de 1960. Apesar de serem escorraçados, foram experts em se estabelecer em todo tipo de instância da sociedade e até mesmo controla-las.

Por uma coincidência das mais irônicas, foi a própria brandura do governo militar que permitiu a entronização da mentira esquerdista como história oficial. Inutilizada para qualquer ação armada, a esquerda se refugiou nas universidades, nos jornais e no movimento editorial, instalando aí sua principal trincheira. e escape para o ressentimento esquerdista, jamais fez o mínimo esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais, considerados militarmente inofensivos numa época em que o governo ainda não tomara conhecimento da estratégia gramsciana e não imaginava ações esquerdistas senão de natureza insurrecional, leninista. Deixados à vontade no seu feudo intelectual, os derrotados de 1964 obtiveram assim uma vingança literária, monopolizando a indústria das interpretações do fato consumado. E, quando a ditadura se desfez por mero cansaço, a esquerda, intoxicada de Gramsci, já tinha tomado consciência das vantagens políticas da hegemonia cultural, e apegou-se com redobrada sanha ao seu monopólio do passado histórico. É por isso que a literatura sobre o regime militar, em vez de se tornar mais serena e objetiva com a passagem dos anos, tanto mais assume o tom de polêmica e denúncia quanto mais os fatos se tornam distantes e os personagens desaparecem nas brumas do tempo.<sup>77</sup>

Enzo Traverso (2012) discorreu sobre como outros lugares buscam ressignificar passados traumáticos e utilizam desses revisionismos negacionistas para dar sentido a uma narrativa histórica “paralela”, um “Brasil Paralelo”. Devemos ter explícito que há uma diferença enorme entre revisar determinadas análises históricas com ética e a cientificidade que a disciplina histórica exige e, simplesmente, falsificar a história rejeitando fontes e métodos que definiriam exatamente o contrário que esses grupos buscaram definir. O passado, pensado por essas premissas, é um campo de disputa tanto quanto o presente. A disputa pela memória dos indivíduos faz parte da guerra que elucidamos.

Pierre Vidal-Naquet (1988) também se debruçou sobre as premissas que norteiam os auto intitulados revisionistas do passado. O autor é contundente ao dizer que os revisionistas estudados por ele são diretos. “O objetivo da operação é perfeitamente claro: trata-se de privar ideologicamente uma comunidade de sua

---

<sup>77</sup> Idem.

memória histórica” (Vidal-Naquet, 1988, p. 40). Em resumo, tudo o que é documentado e referenciado e que desconstrói a narrativa apresentada pelos negacionistas, é mentira. Tudo mesmo, qualquer fonte. E tudo o que fundamenta e dá razão a narrativa imposta, mesmo que comprovadamente mentira, é verdade. Uma semelhança gigante com a inversão de valores postas nas redes sociais sobre a ditadura militar.

Questões como essa, hoje, quase cem anos depois da ascensão do Nazismo observado por Vidal-Naquet, fazem parte de uma espécie de guerra psicológica no ciberespaço, que identificamos como “Guerra de Quarta Geração”. Essa guerra híbrida se estabelece dentro de aspectos culturais, morais e psicológicos, como apresentamos anteriormente. Esta guerra, além de incorporar métodos das gerações clássicas (primeira, segunda e terceira), mescla a violência física à violência simbólica exercida no ciberespaço. O que nos interessa, portanto, é justamente o conflito dentro do campo das subjetividades.

É complexo pensarmos em como esse mecanismo se estrutura e de onde vem essas premissas. Porém, nos vale tentar elucidar como esse conteúdo é relacionado e de que modo se estabelece como verdade dentro de determinados grupos que os exportam para a sociedade em geral. O *ciberdebate* público é um ponto a se pensar. A extrema direita entendeu a importância desse espaço e se organizou para vincular e gerar engajamento nestes temas pautados através de suas narrativas. É imprescindível analisarmos com seriedade esse campo.

Ao se inserir dentro de raciocínios que estabelecem determinadas posições políticas e ideológicas, essas pessoas costumam se expressar em formas de linguagem, em atos de fala, que demonstram a negação do outro, do diferente de si, ou o que repulsam. Mas não qualquer outro, sim um outro específico. O outro que seja a sua contraposição no campo político.

É um condicionamento perigoso, pois não é feito de forma arbitrária, mas subjetiva. As pessoas realmente entendem estar exercendo uma “opinião” delas, não se veem impactadas por um processo de radicalização em que é criado um inimigo direto. Esses atos de fala que reproduzem a linguagem fascistizante são encontrados aos montes no ciberespaço, não cabe nem exemplificar exaustivamente, porém, neste momento, um exemplo é extremamente sintomático e didático. O ataque à pesquisadores atuais sobre as chamadas “novas direitas” brasileiras.

A pesquisadora Mayara Balestro, por exemplo, que estuda o grupo empresarial de extrema direita que divulga conteúdos negacionistas “Brasil Paralelo” sofreu diversos ataques na internet. Em uma de suas divulgações para uma palestra que iria ministrar, seu post foi invadido por perfis que criam tumulto, a desqualificam como pesquisadora e, até mesmo, xingam e ofendem com termos depreciativos. Isso não é extremamente recente. Bancas de defesa, fóruns, encontros online de universidades de humanas são constantemente invadidos por militantes de extrema direita fascistizados discorrendo toda sua violência e negação da alteridade.

Essas pessoas costumam agir em “grupos”, criando redes de ofensas e de perseguição online. Os termos são semelhantes, sempre remetem e tem como construção ideológica a percepção de que esses pesquisadores são “comunistas” e querem destruir as “pessoas de bem”. Inclusive a estratégia de “ataque em bloco” já foi elucidada pela Polícia Federal em inquérito do Supremo Tribunal Federal, com, ainda mesmo, tendo como investigado a mesma pessoa que ameaçou e assediou juridicamente a Mayara Balestro, o já citado influenciador de extrema direita Leandro Ruschel.<sup>78</sup> A paranoia persecutória da doutrinação ideológica, do comunismo e o conspiracionismo do “Marxismo Cultural” é aplicado nos ataques contra pesquisadores como no recorte a seguir.

---

78

Disponível

em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/27/interna\\_politica,1151246/pf-diz-que-influenciadores-pro-governo-organizavam-ataques-em-bloco.shtml?fbclid=IwAR0Xt9Tmxrjky-7DPPKkoZhPf6FiCuDTXISHp5ZE3Zc3BkqHLcGDJTmnmEA](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/27/interna_politica,1151246/pf-diz-que-influenciadores-pro-governo-organizavam-ataques-em-bloco.shtml?fbclid=IwAR0Xt9Tmxrjky-7DPPKkoZhPf6FiCuDTXISHp5ZE3Zc3BkqHLcGDJTmnmEA) Acesso em: 23/03/2022

Imagem 19 Print Screen Twitter



Fonte: Twitter de Leandro Ruschel – elaborada pelo autor (2022)

Outro exemplo explícito que podemos dar neste momento é bem inteligível sobre como funciona o método produzido pela linguagem do ciberfascismo atual. O pesquisador Guilherme Felitti, citado anteriormente, também sofreu ataques virtuais no mesmo *modus operandi* que se apresentam em outras situações. Depois de Felitti revelar que o influenciador de extrema direita Gustavo Gayer apagava vídeos com mentiras (Gayer foi apontado pelo Google em relatório apresentado à CPI da COVID-19 como um dos que mais lucraram com notícias falsas sobre a pandemia)<sup>79</sup>, o responsável pela Novelo Data começou a ser atacado pelas redes cibernéticas de ofensas, ameaças e assédio. Segundo Felitti, ao portal Intercept, as ofensas tinham o seguinte teor: “tu é [sic] o canalha que tá perseguindo os de direita? Esquerdopata. Amante de ditador”. “Você é a puta do Alexandre de Moraes”. “Vagabundo, anda caguetando os canais conservadores”. “Seu dia está próximo”.<sup>80</sup>

<sup>79</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/canais-na-internet-ganharam-dinheiro-com-fake-news-sobre-covid-informa-google-cpi-25058339> Acesso em 27/04/2022.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2022/04/26/x9-traidor-caguet-pesquisador-que-estuda-canais-de-extrema-direita-no-youtube-esta-sendo-ameacado/>. Acesso em 27/04/2022.

Essa paranoia persecutória e de judicialização da ciência, bem como ofensas, ameaças, assédios, não é desprovida de sentido para esses indivíduos. Existe. um raciocínio por trás disso. Não é ignorância ou burrice, não é do interesse da ciência e da pesquisa acadêmica, no nosso entendimento, tentar “revelar” se essa paranoia é fruto de um incômodo real ou fabricada pela pura ignorância. O que interessa é saber quais as formas de raciocínio que estabelecem essa linguagem e a reprodução da mesma. E a primeira delas é fundamentada no paleoconservadorismo estadunidense.

Um dos pontos principais a chamar a atenção nesse momento é o papel dos militares na difusão do paleoconservadorismo. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (Martins Filho, 2020, p. 43) passamos por um momento em que está “incluindo como elemento central o inédito protagonismo dos militares num regime dito democrático”. Silva insiste que estaria:

[...] naquele período histórico e na forma em que se operou a liquidação da Ditadura e se implantou a República liberal-democrática as raízes que permitiram, não só o Golpe de 2016, como ainda a ascensão de grupos de Extrema Direita e, no limite, fascizantes, depois de 2018. (Ibidem, p. 43-44)

O problema estaria, segundo Silva, na transição tutelada do período ditatorial para a democracia representativa. A perspectiva que se mantém evidente é que vivenciamos uma democracia delegativa, tutelada, não representativa e muito menos participativa. Após o processo de impeachment de 2016 ficou mais evidente. Os militares delegam e tutelam a possibilidade democrática. Fica a sensação que a democracia “feia” brasileira – como coloca Silva (ibidem, p. 47)<sup>81</sup> – só se estende até onde os militares acharem conveniente. Isso se torna claro, por exemplo, na manifestação política de generais mesmo antes de fazerem parte em grande número da máquina executiva federal e nas participações da tentativa de golpe em 2023.

Entretanto, isso não atinge só as instituições militares. Essa lógica extrapola os muros dos quartéis. Há a reprodução de um *habitus* social, pontua Teixeira da Silva.

---

<sup>81</sup> Teixeira da Silva discorre: “Tais “transições tuteladas” desembocam em “regimes tutelados”, normalmente com garantias formais de direitos de “primeiro grau” referentes à representação e à participação – voto, reunião e expressão – mas, jamais aos direitos amplos e includentes de ampliação real do “demos”, do acesso aos serviços e aos bens sociais, perpetuando a situação de desigualdade e de injustiça social – marcada pela violência massiva, em especial contra jovens negros e pardos, mulheres e minorias –, característica dos velhos regimes oligárquicos”. Essa seria a “democracia feia”. (Ibidem, p. 47)

Esse *habitus* se reproduz “redundando na banalização da violência” principalmente pelo motivo de que, não só as elites do poder não se “habituarão” com o novo jogo democrático, como ainda se tornaram nostálgicas de uma falsa “idade do ouro”, idealizada, das “ditaduras” (ibidem, p.47). É o passado como projeto futuro que exemplificamos anteriormente. Ainda em Teixeira da Silva:

O elogio ao passado, sua idealização de uma sociedade e um tempo perdido tornam-se um reforço, comum, nos processos de fascistização. Nas crises institucionais, tais utopias regressivas são oferecidas como alternativas, num processo de aproximações sucessivas e de radicalização acumulativa, no qual o Negacionismo Histórico desempenha um papel central. Eis aí, num processo de memórias imaginadas, a atualidade de 1964 e de suas ferramentas, como os atos institucionais, idealizados como respostas fáceis para situações complexas a partir da crise de 2013. (Ibidem, p. 48)

O presente e a aceleração das relações também têm papel fundamental nessa busca por respostas fáceis para situações complexas. É o que Frédérique Languette chama de “passado inconcluso” (Languette, 2018, p. 99) que ainda se faz presente na temporalidade atual. A transição democrática tutelada é esse passado inconcluso que reverbera no presente. Bem como, também, os usos políticos e interpretações do passado como forma de criar uma memória específica desse passado em que seja vantajoso para determinados grupos. A história do tempo presente tem como responsabilidade o combate às distorções históricas do passado como arma política. Languette expressa no contexto do pós-guerra:

El enfrentarse con un pasado inconcluso arraigado en gran parte en las memorias colectivas derivadas de la post-guerra, así como con las representaciones del pasado y los usos políticos del mismo, planteó de entrada la cuestión de la relación del historiador a su objeto de investigación, dicho de otra forma el estatuto del científico social, e incluso la responsabilidad que le corresponde con motivo de debates que se originan en el espacio público. (ibidem, p.99)

Sobre a aceleração do tempo Hartmut Rosa explica que “a natureza coletiva dos modelos temporais concretos resulta especialmente da necessidade de sincronização” (Rosa, 2019, p. 21). Há uma necessidade pela busca acelerada de respostas como forma de se inserir nos “modelos temporais de nossos parceiros de cooperação” a fim de “assegurar assim ao menos uma sincronização, ainda que

provisória” com o grupo social que se faz presente nas relações dos indivíduos. Isso a internet, como demonstramos anteriormente, potencializa.

Esse raciocínio reflete na noção de ressonância, também explicada por Rosa. A ressonância “diz respeito a um modo de relação em que sujeito e mundo alcançam-se mutuamente” (ibidem, p. XL). O indivíduo, nesse sentido, é afetado de fora para dentro se sentindo inserido em determinada experiência. O sujeito é transformado nessa dinâmica “do eu e o mundo”, o mundo específico que se inserem, em que “ela demanda que sujeito e mundo sejam suficientemente fechados, ou consistentes, de modo a falarem com “voz própria”, e suficientemente abertos para que possam se afetar e se transformar” (ibidem, p. XLI).

A busca pela inserção e sincronização com a “expressão do tempo” é agudizada pela sociedade em crise e ainda mais potencializada pela lógica cibernética. A crise brasileira é também outro ponto a se pensar na construção destes indivíduos. É através dela que anseios comuns a esses indivíduos são estabelecidos. Segundo Teixeira da Silva há alguns pontos centrais na designação de uma sociedade em crise.

(i.) assaltada pela corrupção; (ii.) em risco frente ao conluio dos inimigos internos com o inimigo externo; (iii.) com a incapacidade da elite nacional em dirigir corretamente o Estado; (vi.) com o fantasma do comunismo internacional (que pode ser “aggiornato” seja como getulismo, trabalhismo, brizolismo, populismo, petismo, bolivarianismo, ou qualquer outro “ismo”. E, finalmente, (vii.) para as ofensas “imerecidas” às FFAA (quer dizer, a qualquer militar no governo). (Silva In Martins Filho, 2020, p. 54)

Percebemos que esses pontos são evidentes enquanto pauta em diversos momentos dos conflitos dentro do campo político em geral. Isso pode ser observado na perspectiva já apresentada de Girardet (1986), em que ele demonstra a expressão de um “complô” organizado por um mecanismo perpetrado pela figura metafísica de uma “Organização” (Girardet, 1986, p. 34). Questões essas que fundamentam um mito conspiratório. Estes “agentes das sombras” são os responsáveis pela corrupção, representam tanto inimigos internos quando externos, são o motivo pelo qual a política tradicional não consegue manter-se corretamente, “na linha” e, por fim, seriam eles os agentes do comunismo internacional que rivalizariam com os militares – esses, por sua vez, defensores do bem.



É a luta do bem contra o mal. Há pouco tempo atrás desse texto estar sendo escrito, o próprio presidente da república colocou nesses termos.<sup>82</sup> E imaginemos, quem é o bem e quem é o mal? Ele se coloca como o bem, a luz, enquanto os outros são vistos como o mal, as trevas. Inclusive a iconografia presente nesse pensamento deixa bem claro como funciona.

Imagem 20 Print Screen Twitter



Fonte: Arte gráfica digital feita por Lucy Born – elaborada pelo autor (2022)

Essa sacralização da política, na qual há uma luta divina entre o bem e o mal, é historicamente uma categoria utilizada pelo fascismo. A desqualificação da política enquanto técnica racional para um campo de apelo moral e religioso é comum em movimentos fascizantes. Para Costa Pinto (2020), por exemplo, essa é a noção geral do governo federal, mesmo que *pseudopautado* na noção de núcleos independentes dentro do Estado. Concordamos com Costa Pinto quando se coloca que esses núcleos seguem o mesmo raciocínio. Fala-se em núcleo ideológico e núcleo técnico e militar. Porém, esse dito núcleo técnico, que teria Paulo Guedes como principal exemplo, e o núcleo militar representado por diversos oficiais, são também

<sup>82</sup> Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/eleicao-e-luta-do-bem-contra-o-mal-diz-bolsonaro,4c6ebfba7178f002e5e7b7d33e6b1d78jb3lf7bo.html> Acesso em 28/03/2022

ideológicos. Principalmente no combate ao fantasma do socialismo, na paranoia anticomunista. Uma herança de décadas no Brasil com novamente o passado inconcluso usado como arma retórica.

Em termos de linha de pensamento, esses dois núcleos do governo Bolsonaro possuem significativa proximidade, pois estão ancorados em dois eixos que possuem pontos de convergência, a saber: 1) na doutrina da “guerra revolucionária” francesa que foi adotada pelo Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras entre 1959 e 1980; e 2) no pensamento da extrema direita norte-americana, baseado nas ideias dos paleoconservativos (neoconservadorismo da década de 1980 em sua vertente paranoica do “marxismo cultural”). (Costa Pinto, In Martins Filho, 2020, p. 297)

Esses dois pontos são importantes para entendermos a forma de raciocínio que acaba sendo diluída no ciberespaço em que são criados inimigos “malévolos” e que devem ser combatidos “em nome da luz e pelo bem”. A guerra revolucionária é presente dentro das academias militares brasileiras há décadas. É, literalmente, uma guerra de combate ao comunismo ateu como forma de resistir a infiltração nas camadas militares e civis de elementos socialistas. Ela se insere dentro da guerra de quarta geração, ou a guerra híbrida, em que elementos psicológicos e culturais tomam a evidência, como já apresentamos.

Costa Pinto expressa, por exemplo, que para Martins Filho (ibidem, p. 297), a guerra revolucionária estaria ligada a uma resistência cristã ocidental à dominação comunista. Percebe-se então que essa paranoia persecutória tem fundamento real em uma doutrina específica das Forças Armadas brasileiras. É um anticomunismo que remete ao início da década de 1930, como pontua Costa Pinto (Martins Filho, 2020, p. 298). E esse anticomunismo não caminha sozinho. O segundo ponto é justamente o paleoconservadorismo oriundo dos EUA.

O Paleoconservadorismo é a doutrina presente no teórico de guerra estadunidense William S. Lind, já apresentado anteriormente. A noção de Lind e sua paranoia com o multiculturalismo é um dos fundamentos dessa doutrina. A guerra se dá, como já expomos, além das organizações estatais. São grupos políticos e de identidades sociais dispersas que merecem a atenção neste tipo de conflito. Nesse sentido:

O pensamento paleoconservador tem sua raiz na “velha direita” (coletivismo de direita) da década de 1920 e 1930 (conservadorismo e oposição ao New Deal) que tinha como tripé: governo pequeno (descentralização das funções de governo articulada com a autogovernança/comunitarismo), anticomunismo e valores tradicionais (defesa da civilização ocidental e judaico-cristã). Esse novo conservadorismo americano recauchutado denominado atualmente de alt-right. (Pinto, In, Martins Filho, 2020, p. 299).

A expressão maior desse pensamento aqui no Brasil é o Olavo de Carvalho, que, inclusive, tem grande influência nos meios militares. Para Carvalho a esquerda é que seria a “organização” responsável pelo “complô” mundial para destruir os valores cristãos e ocidentais. É nessa perspectiva que entendemos o raciocínio exposto do bem contra o mal. É uma luta divina em que as pessoas se sentem em um combate sacro para a defesa de todo ocidente e moral cristã.<sup>83</sup>

Nesse sentido, é possível afirmar que a diferença entre o olavismo-bolsonarismo e os militares é muito mais de forma do que de conteúdo, devido aos elevados pontos de convergência entre a ideologia olavista-bolsonarista e a doutrina dos militares que foram influenciadas tanto pela extrema direita norte-americana como pelas ideias do anticomunismo brasileiro. (Ibidem, p.303)

Em conclusão, essas premissas e demandas ideológicas dos militares, responsáveis pela tutela da democracia de forma arbitrária, foram exportadas para toda população com a anuência das elites brasileiras. É sintomático que um raciocínio estabelecido dentro dos quartéis acabe por ser travestido de “interesse nacional”. O processo de impeachment de 2016 exemplifica como esse interesse não é nacional, sim de uma parcela exploratória, paranoica e atrasada do Brasil. Essa parcela colocou a população brasileira em um estado de dificuldade, em que se dificultou o consumo, houve uma busca por sufocar o estado de bem-estar social e o local no qual os direitos mais básicos são respeitados, principalmente de “minorias” sociais.

Sob a bandeira de combate a corrupção e ao comunismo (paranoia do “Marxismo Cultural”), contra a “venezuelização” do Brasil e a favor do mercado financeiro parasitário e exploratório, essa visão de mundo explícita na cultura política de direita resultou em um estado de limitações para grande parte da população brasileira. Da educação à alimentação, passando pela ética, inserção social e outros direitos fundamentais, tudo que progredimos durante as últimas décadas foi deixado

---

<sup>83</sup> Voltaremos adiante a debater essa doutrina “Olavista”.

de lado sob o pretexto de combater um inimigo criado no exterior, alimentado por ideologias paranoicas, principalmente mediadas por Olavo de Carvalho aqui no Brasil, e sacramentadas dentro dos quartéis, na grande mídia, nos latifúndios, nas igrejas evangélicas e pelos defensores do neoliberalismo.

#### 4.2 A questão militar e suas operações psicológicas

Após as eleições presidenciais de 2022 observamos um fenômeno tanto quanto peculiar na história política do Brasil. Milhares de brasileiros partiram em uma campanha por uma intervenção militar, o cancelamento das eleições e a recondução de Jair Bolsonaro à cadeira presidencial. O movimento começou com centenas de pessoas obstruindo vias e se consolidou com acampamentos em áreas militares por todo o país. Em 6 de janeiro de 2023 o governo federal estimava cerca de 5000 indivíduos acampados nos mais diversos estados<sup>84</sup>.

Entretanto esses números são bem questionáveis. Mesmo pelo caráter volátil da participação destas pessoas. Nos dias seguintes às eleições tivemos um feriado no meio da semana. A virada do dia dois de novembro para o dia três, por exemplo, foi um momento que, sem dúvidas, teve um volume maior de pessoas nos acampamentos. Em todo caso havia uma média de centenas de pessoas por acampamento que se mantinham acampadas durante todo o período pós eleições até o desmonte dos acampamentos a partir do dia 10 de janeiro de 2023.<sup>85</sup>

Até hoje, na história política do Brasil, não houve nenhum outro evento de massas nessas proporções com esse tipo de pauta. Muito menos após o fim da ditadura militar. Havia uma ideologia política explícita nos argumentos destes indivíduos que estavam presentes nos acampamentos. A tônica principal da linguagem dessa pequena, mas barulhenta, sociedade era um complô. Como já argumentamos diversas vezes, a ideia de complô é a máquina psíquica do processo de internalização de subjetividades fascizantes. Ele estará sempre presente na linguagem fascizante.

A questão é que, em determinados momentos, em determinados contextos, o complô assume formas adaptativas para a produção continuada de determinados afetos. Neste momento percebe-se claramente, além do medo tradicional amparado

---

<sup>84</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/defesa-calcula-5-000-manifestantes-acampados-em-quarteis-pelo-brasil/> Acesso em: 16/04/2024

<sup>85</sup> Idem

na paranoia de um “comunismo” hostil, um grande ressentimento e frustração amparada na derrota nas eleições presidenciais. A linguagem que imperava e, de certo modo, ainda impera em outros meios, pode ser reduzida a uma palavra: fraude. Certamente não era única pauta, porém, é a pauta que concentrou os indivíduos através deste ressentimento – principalmente contra o Supremo Tribunal Eleitoral e Supremo Tribunal Federal – bem como a frustração da derrota eleitoral.

Antes de entrar no caráter específico da pauta preferimos pensar o papel dos militares nessa empreitada. Primeiro de tudo, os militares no Brasil têm uma ligação intrínseca com o caminhar político do país desde que nos entendemos como república. Podemos lembrar rapidamente que a Proclamação da República foi um golpe militar, de certo modo. Na sequência, no início da década de 1920 temos o primeiro movimento militar contra a república, o “Tenentismo”. Sem entrar nos méritos das virtudes ou deficiências das pautas defendidas pelos jovens militares nesse momento, esse foi um evento precursor na história da república brasileira em que militares se colocaram como um movimento político crítico ao modelo político iniciado por outros militares. O caráter de “baixa-patente” também demonstra essa contraposição.

Os militares ainda participariam muito mais da política brasileira nos anos seguintes. Participaram da chamada “Revolução de 1930”, com Getúlio Vargas, e da Revolta Constitucionalista de São Paulo, em 1932. No final da mesma década também participaram no golpe de 1937, dando início ao Estado Novo. Por fim, os militares brasileiros também foram um dos responsáveis pelo golpe em 1964 e uma ditadura que se estendeu durante 21 anos (Silva; Schurster, 2023, p. 115 – 117). Não é nenhuma coincidência que os militares estejam envolvidos também nessas empreitadas políticas no Brasil do século XXI.

Entendemos, portanto, que os militares não “voltaram ao protagonismo político”, seja pós 2013 ou a partir da inserção de dezenas de milhares de militares na máquina pública institucional a partir do governo Bolsonaro. Os militares brasileiros fazem parte da nossa histórica política como protagonistas há mais de cem anos. Nesse sentido não é nada absurdo pensar, como citado pelo Coronel Marcelo Pimentel, a existência de um partido militar operacionalizado hierarquicamente dentro das Forças Armadas no Brasil. Porém, discordamos que o protagonismo político, ou a politização das

Forças Armadas se estabeleceu após 2016 através deste partido.<sup>86</sup> A história política do Brasil mostra que militares e política sempre tiveram uma ligação próxima.

Nos aproximamos das teses de Marcelo Pimentel e Piero Leirner ao pensar o envolvimento fundamental das Forças Armadas na operacionalidade do contexto político do presente. Nosso entendimento, porém, não passa pela existência de um complô complexo para a tomada de poder pelos militares, ou a extinção dos partidos de esquerda, uma “mimese inversa” do complô comunista. Entendemos que os militares fazem parte do rizoma que abrange o ecossistema dissociativo fascistizante com um papel imperativo na operacionalidade deste. Porém, o ambiente político brasileiro, historicamente, necessitou de conluíus entre frentes civis e militares para construção de um objeto de poder. Foi assim na proclamação da república, passando por Vargas e evidentemente no regime Civil-Militar a partir de 1964.

O *bolsofascismo* (movimento que entendemos ser uma espécie de fascismo pelas características explicadas no primeiro capítulo), por exemplo, não era totalmente subserviente à hierarquia militar a ponto do presidente, um capitão, ser subordinado ao seu vice, um general. Ao menos não temos materialidade para afirmar que essa inversão era regra, ou que o presidente da república respondesse diretamente à cúpula hierárquica das Forças Armadas. O que podemos afirmar é que há uma simbiose entre o militarismo político e a sociedade civil que se expressou em seu caráter mais explícito, incontestavelmente no presente, através da eleição de Jair Bolsonaro e a instituição de um governo militarizado em 2019.

Nossa posição é essa, pois entendemos que, apesar de Jair Bolsonaro não demonstrar até o momento ter sido subserviente institucionalmente a uma “cúpula hierárquica das Forças Armadas”, há uma certa tutela militar em virtude do bolsofascismo. E isso se tornou evidente na participação das Forças Armadas na tentativa de golpe de 2023. Os acampamentos eram em áreas militares e foram protegidos e incentivados pelos próprios militares. Há teses que apontam para uma estratégia militar objetiva para a reunião destes indivíduos em acampamentos pós a eleição de 2022. O que podemos observar é que houve uma escalada de radicalização

---

<sup>86</sup> Nesta publicação o Coronel Marcelo Pimentel explica seu conceito de Partido Militar que, segundo ele, é um “grupo informal, coeso, forte, hierarquizado, disciplinado, com características autoritárias e dirigido por cúpulas hierárquicas formadas na AMAN nos anos 70/80 que, instrumentalizando as Forças Armadas, se organizam e se articulam para a conquista do poder e seu exercício”. Disponível em: <https://x.com/marcelopjs/status/1692848688857497784> Acesso em: 16/04/2024.

desde as eleições que culminaram nos eventos do Oito de janeiro. Essa escalada tem como ponto alto – após toda a narrativa criada em cima da suspeição das eleições e de ataques aos supremos tribunais, eleitoral e federal (lembremos do discurso em 7 de setembro de 2021<sup>87</sup>) – a noite de “quebra-quebra” em Brasília no dia 12 de dezembro de 2023, em que carros foram destruídos, a sede da Polícia Federal foi atacada e outras destruições orquestradas.

Diversas reportagens e os próprios grupos online partícipes do ecossistema dissociativo fascistizante (tanto no Telegram como no WhatsApp) mostravam claramente quais eram as reivindicações destes indivíduos. Havia sem sombra de dúvidas uma organização muito bem esclarecida de como vincular informações e compartilhá-las em uma velocidade gigantesca. Por exemplo, os acampamentos foram organizados quase que totalmente em canais de direita de plataformas de conversação. Cada cidade tinha organizados grupos que distribuíam as estratégias e ações. Por causa da volatilidade e velocidade em que as redes sociais operam, há uma grande dificuldade em determinar onde cada tipo de ditame surge. No entanto podemos afirmar que há sim uma estratégia pensada.

Imagem 21 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data64 – elaborada pelo autor (2026)

<sup>87</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-e-diz-que-ministro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml> Acesso em 16/04/2024

Investigações no âmbito dos inquéritos das “Fake News”, das “Milícias Digitais” e dos “Atos Antidemocráticos” demonstram que havia uma estrutura montada de divulgação orquestrada de desinformação, mentiras e discursos de ódio. Não há coincidências nesse sentido. A estratégia fica clara em determinados momentos<sup>88</sup>. Essa estratégia de disseminação é utilizada com diversos intuitos. Seja para contrapor uma pauta nas plataformas, seja para ataques a determinados grupos ou pessoa específica, seja para mobilizar algum tipo de manifestação. Os exemplos são diversos, mas utilizaremos um aqui, a chamada convocação para “festa da Selma. Este, no caso, foi uma espécie de código para a tomada da Praça dos Três Poderes em Brasília no dia Oito de janeiro de 2023. A seguir postagem de Ana Priscila Azevedo, no dia 6 de janeiro de 2023, proprietária do canal no Telegram chamado “A queda da babilônia”.

Imagem 22 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “A Queda da Babilônia” Exported Data – elaborada pelo autor (2026)

Este canal foi modificado no dia 6 de janeiro de 2023 e utilizado basicamente para organizar a tomada de Brasília. No dia Oito de janeiro de 2023 o as postagens

<sup>88</sup> Citamos anteriormente os estudos quantitativos de Guilherme Felitti que demonstram uma organização com o intuito de pautar determinados temas nas plataformas digitais, por vezes na estratégia que ele chama de “argumento escudo” (subcapítulo 4.1)



expressavam claramente o que estava sendo proposto. A convocação direta: ir “na jugular do sistema e decepar a cabeça da hidra”.

#### Imagem 23 Print Screen Telegram

VENHAM TODOS PARA A FESTA DA IRMÃ SELMA!!! EITA GLÓRIA!!!  
 A BABILÔNIA ESTÁ RUINDO!!!  
 SELVAAAAAAAAAAAAA!  
 O GOLPE NÃO É DO PRESIDENTE BOLSONARO. O GOLPE NÃO É DAS  
 FORÇAS ARMADAS. O GOLPE É DO POVO BRASILEIRO E SERÁ FATAL!  
 NA JUGULAR DO SISTEMA. VAMOS DECEPAR A CABEÇA DA HIDRA!  
  
 NÓS SOMOS A RESISTÊNCIA!  
 ANA PRISCILA AZEVEDO 6422

Fonte: Grupo “A Queda da Babilônia” Exported Data – elaborada pelo autor (2026)

Não há dúvidas de que houve uma organização nesse sentido e com a leniência das Forças Armadas. As pessoas que foram até a Praça dos Três Poderes estavam no acampamento de Brasília e voltaram para lá após o ocorrido. É notório, também, que o Exército soltou extremistas presos após o Oito de janeiro<sup>89</sup> e que teve um papel de defendê-los, tanto nas tentativas de desarticular o acampamento em Brasília no dia 12 de dezembro, como na ameaça feita pelo General Júlio Cesar Arruda ao Ricardo Capelli: “Eu acho que tenho uma tropa um pouco maior que a sua, não é, Coronel Fábio Augusto?”<sup>90</sup> Além de tudo, as pautas pedidas no Oito de janeiro tinham ligação direta com as Forças Armadas.

<sup>89</sup> Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/exclusivo-coronel-do-exercito-protegeu-bolsonaristas-que-invadiram-qg-apos-8-1> Acesso em 16/04/2024

<sup>90</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/como-se-deu-o-suporte-dos-militares-ao-golpismo-de-8-de-janeiro/> Acesso em: 16/04/2024.

Imagem 24 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “A Queda da Babilônia” Exported Data – elaborada pelo autor (2026)

Imagem 25 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “A Queda da Babilônia” Exported Data – elaborada pelo autor (2026)

Ao fazermos essa análise que parte dos acontecimentos do Oito de janeiro e irmos retrocedendo ao passado, levando em conta toda lógica online que

apresentamos anteriormente, o fato da insurreição do Oito de janeiro ter acontecido foi precedido de uma estratégia muito bem formulada de guerra de 4º geração com participação das próprias Forças Armadas. A operação do ecossistema dissociativo fascistizante revela uma ligação íntima com o “manual de Operações Psicológicas” do Exército e iremos elencá-las a seguir. Antes, vamos deixar claro que o processo que culminou na insurreição do Oito de janeiro de 2023 foi estabelecido muito antes através de uma estratégia militar nas plataformas digitais.

O chamado “manual de operações psicológicas” (C45-4) do Exército Brasileiro compreende um documento de 199 páginas que está em sua terceira edição datado de 1999. Segundo o próprio documento, ele tem como finalidade “estabelecer as bases doutrinárias das Operações Psicológicas (Op Psico) e a orientar o seu planejamento e emprego em tempo de paz ou de guerra” (BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 45-4: Operações Psicológicas. 3a ed. Brasília: EGGCF, 1999, p. 1-1). Em resumo, o manual trata de organizar os modos de “persuasão” em conflitos internos ou externos. É um documento que trata dos métodos para influenciar opiniões em determinado contexto ou intenção.

As operações psicológicas tem como objetivo, portanto, manipular a opinião pública a fim de criar e/ou mobilizar determinadas emoções e comportamentos que sejam conformes aos interesses de quem as opera. É perceptível que, em diversos momentos, desde o início desta tese, demonstramos que a mobilização de afetos é um dos pontos mais sintomáticos do processo de fascistização. São esses afetos que ajudam na construção das subjetividades, pois são eles que dão consistência ao processo de agenciamento de enunciação coletiva. Identificamos alguns deles anteriormente e, principalmente, a junção destes que acaba por fundamentar a negação da alteridade.

Essas operações, segundo a interpretação militar do Capitão de Mar e Guerra Jorge Geraldo Gonzaga Barboza (2019, p. 9) são de caráter permanente, ou seja, estão sendo operadas ininterruptamente para manipular o debate público. Em diversos momentos recentes vimos militares se prontificarem a “opinar” sobre casos e acontecimentos políticos. Um ótimo exemplo de algo “articulado pela cúpula do Exército”<sup>91</sup> e que teve alta repercussão foi a publicação do general Villas-Boas poucos

---

<sup>91</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-livro-villas-boas-confirma-que-pressao-sobre-o-stf-contralula-foi-articulada-pela-cupula-do-exercito/> Acesso em 18/04/2024

dias antes do julgamento do habeas-corpus do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O general discorreu:

Imagem 26 Print Screen Twitter



Fonte: Perfil do General Villas Boas – elaborada pelo autor (2025)

Esta publicação foi vista no momento como uma clara pressão ao Supremo Tribunal Federal pela manutenção da prisão do então candidato com, segundo as pesquisas do período, maiores intenções de voto para a presidência no pleito de 2018. Ela gerou diversas reações, tanto parabenizando quanto condenando o que consideraram uma “ameaça ao Supremo”.<sup>92</sup> Segundo o próprio Villas-Boas, em livro/entrevista publicado pela Fundação Getúlio Vargas e organizado por Celso de Castro em 2019, a estratégia de articular posições políticas públicas em redes sociais foi organizada. Segundo Villas-Boas:

Estabeleci como meta que o Exército voltasse a ser ouvido com naturalidade. [...]

Planejamos, então, com o general Rêgo Barros, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), o uso das mídias sociais. O emprego desse recurso era planejado por ideias-força atinentes aos objetivos pretendidos ou às campanhas em curso. (Castro, 2019, p. 184)

Não há, portanto, falta de assertividade no que diz respeito às estratégias dos militares na política brasileira. Villas-Boas, ao discorrer sobre este episódio nesta

<sup>92</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/pressao-de-chefe-do-exercito-sobre-stf-recebe-tanto-apoios-quanto-repudio/> Acesso em: 18/04/2024.

entrevista, acaba por, através das palavras utilizadas, demonstrar que nunca agiu sozinho. O uso constante do plural, “planejamos”, “desejávamos”, “tínhamos”, “nós”, etc. demonstra isso. Além de que não é algo que o general “escondeu”. Ele mesmo expressa:

O texto teve um “rascunho” elaborado pelo meu staff e pelos integrantes do Alto-Comando residentes em Brasília. No dia seguinte – dia da expedição –, remetemos para os comandantes militares de área. Recebidas as sugestões, elaboramos o texto final, o que nos tomou todo o expediente, até por volta das 20 horas, momento em que liberei o CComSEx para a expedição. (Ibidem, p. 189)

Esse é um caso claro de operação psicológica do Exército Brasileiro com o foco na sua própria população e instituições democráticas. O general Villas-Boas, apesar de minimizar essa estratégia no momento, tratando, até mesmo, como algo “corriqueiro”, “um alerta” – resta saber a quem – teve objetivos claros com essa posição. Quando pensamos em ações militares, não é prudente pensar em coincidências. Não há como dizer que foi “uma preocupação” comum. Foi planejado e objetivava uma resposta. Objetivava uma resposta política através de uma ação psicológica online, pois “a Internet, rede mundial de computadores, atinge diretamente o segmento formador de opinião e tem alcance ilimitado, constituindo-se em um excelente meio para as Op Psico estratégicas”. (BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 45-4: Operações Psicológicas. 3a ed. Brasília: EGGCF, 1999, p. 3 -23)

Para o Exército Brasileiro a ação psicológica compreende “atividades destinadas a fortalecer a moral de grupos amigos e a influenciar os demais públicos-alvo, gerando emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução de objetivos específicos” (BRASIL. Exército. Estado-Maior. MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas. 5a ed. Brasília: EGGCF, 2015, p. 19). E foi isso justamente o que percebemos após este acontecimento, tanto favoráveis, como desfavoráveis (ver nota de rodapé 90).

Talvez o principal conceito que possa ser colocado como “motor” das operações psicológicas é o de “ideias-força”<sup>93</sup>. Villas-Boas, nesse caso, explicita que

---

<sup>93</sup> “A ideia-força é um valor ou conceito abrangente, de natureza racional, emocional, ou ambas, que constitui forte apelo capaz de conduzir à consecução do objetivo das ações de Op Psc e atingir grupos consideráveis de indivíduos. A ideia-força diz respeito a alguma coisa que, de certa forma, é aceita ou desejada por todos”. (BRASIL. Exército. Estado-Maior. MD35-

a intenção era “alertar” que o Exército não aceitaria “impunidade”. Isso para uma instituição que anistiou os crimes cometidos pelas suas fileiras durante a ditadura civil-militar no Brasil. Ainda assim esse conceito nos ajuda a compreender como funciona a operacionalidade desta tática e nos permite vislumbrar o quanto isso está presente no nosso dia a dia.

Achamos oportuno trazer o exemplo do General Villas-Boas antes de desmembrar o manual para apresentar uma ação prática do que estabelece esse tipo de operação. Deste modo temos uma noção preliminar de como a operação psicológica nas redes sociais opera. Cabe, na sequência, demonstrar quais as etapas que o manual sugere para uma campanha nesse sentido. Além disso, cabe, também, um parêntese. O manual de operações psicológicas do Exército é um documento oficial publicado em 1999. Como bem apontamos no capítulo anterior a popularização da internet ainda não era uma realidade neste momento. Entretanto já estávamos impactados pela presença da mesma e havia consciência de que a sua popularização era algo inequívoco.

Neste sentido pontuamos duas questões. A primeira é que, apesar do manual não ter sido pensado exclusivamente dentro da lógica da sociedade digital, suas premissas, estratégias e técnicas são tranquilamente operacionalizáveis no ambiente cibernético. Aliás, a sociedade digital potencializa imensamente a eficácia das operações psicológicas. Isso ocorre porque o controle e a disseminação da informação nas redes sociais são mais efetivos. Ainda quando pensamos nas já citadas “microsegmentações comportamentais” utilizadas a partir dos nossos dados para nos direcionar informações específicas. Isso torna a operação mais impactante.

A segunda questão é que o próprio manual já prevê a internet como um “veículo audiovisual” com potencial elevado. Portanto ele estaria sujeito ao mesmo quadro do que outros veículos compostos pela mesma nomenclatura, como o cinema, o teatro e a televisão. A internet é pensada militarmente como um ambiente “multimídia” que pode proporcionar uma “união de vários veículos comunicacionais em um só, o microcomputador” (BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 45-4: Operações Psicológicas. 3a ed. Brasília: EGGCF, 1999, p. 3-23). O manual demonstra a potencialidade da internet de forma clara e não dúvida que estaria diante de uma ótima arma psicológica

---

G-01: Glossário das Forças Armadas. 5a ed. Brasília: EGGCF, 2015, p. 143) Voltaremos neste conceito mais adiante.

com a sua popularização. “O fácil acesso à Internet e sua abrangência global podem proporcionar Op Psico a pequenos grupos sem o controle do Estado” (ibidem, p. 3-23).

Voltando as etapas propostas pelo manual, entendemos ser importante destrinchar esse documento, pois ele fundamentará a lógica que apresentaremos no capítulo seguinte. O exemplo do general Villas-Boas já é um panorama sobre como isso funciona, porém, vamos demonstrar isso de forma ainda mais abrangente para tornar nossa análise mais suficientemente criteriosa. Faremos isso de modo mais evidente no último capítulo quando abordaremos temáticas de eventos específicos. Mas é importante entendermos antes como é produzida essa máquina de agenciamentos coletivos de enunciação.

O manual apresenta uma divisão bem estabelecida sobre como operar psicologicamente. O primeiro capítulo versa sobre os principais fundamentos das operações psicológicas e dá uma ideia geral do que ela é, suas funções, objetivos, utilidades e técnicas. São apresentadas as “generalidades” sobre as operações psicológicas (termo comum em manuais militares). Em resumo, o início do documento visa esclarecer os pontos gerais sobre as operações psicológicas. São apresentados os primeiros conceitos como: persuasão, convencimento, emoções, vontades, comportamento, motivação, etc. Deste modo o manual determina que são necessárias algumas qualificações para poder operar os conceitos apresentados. São necessários os conhecimentos sobre a administração pública e das normas das ações militares, o conhecimento profissional e técnico de comunicação social, o entendimento sobre os aspectos culturais do “alvo” e, entendemos ser o principal, “compreensão científica, de nível profissional, da psicologia, antropologia, história, ciência política...” (idem, p. 1 – 4)

Na sequência o manual apresenta as definições básicas, objetivos gerais, níveis de atuação e públicos que podem ser agenciados nessas operações. As operações psicológicas são, segundo o manual, “o conjunto de ações de qualquer natureza, destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de um grupo social, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados” (ibidem, p. 1-5) e apresentam os seguintes objetivos:

- a. Apoiar a consecução dos objetivos nacionais, explicitados na Constituição Brasileira.

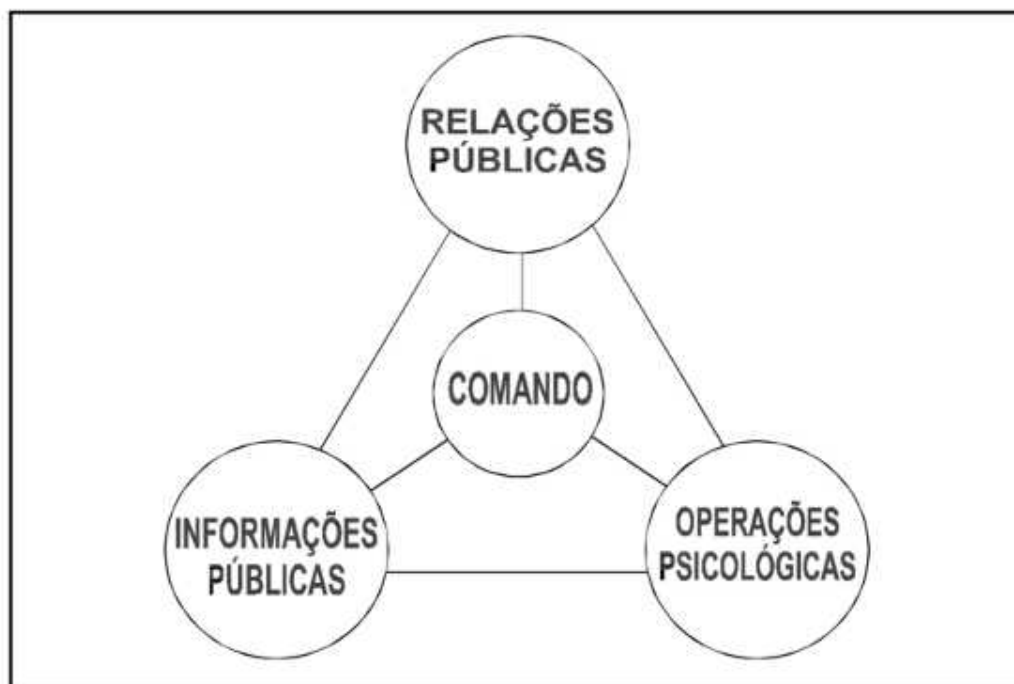
- b. Fortalecer a vontade nacional e o moral de nossas tropas, de forma permanente.
  - c. Influenciar os neutros favoravelmente aos objetivos da Nação brasileira.
  - d. Enfraquecer, em caso de guerra, a vontade de grupos inimigos e o moral de suas tropas.
  - e. Influenciar a opinião pública favoravelmente à imagem do Exército.
- (Ibidem, p. 1-5)

Sem entrar no mérito sobre e se esses objetivos têm sido seguidos à risca, principalmente no âmbito constitucional, deixamos essa desconfiança de lado por enquanto, principalmente pelo que pudemos ver na militarização completa do governo Bolsonaro. Isso pode buscar relações com os níveis de atuação de uma operação, que para os militares pode ser de longa ou curta duração. Não podemos confirmar de forma categórica que há um ordenamento de curto ou longo prazo dentro dessa estratégia estabelecida de forma permanente no país. Até mesmo pela razão de que o próximo ponto é o do público alvo dessas operações. São as pessoas, por exemplo, que foram visadas com o já citado tweet do general Villas-Boas. Seguramente o recorte da “opinião pública”, como ficou claro na fala do general, foi muito importante.

No decorrer do manual ele versará em seguida sobre os processos e instrumentos da comunicação. Nada muito elaborado, apenas o básico da comunicação social. Chama atenção para a afirmação de que as operações psicológicas “são uma das atividades do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEX)” (ibidem, p. 1-9). Eles operam “em um Subsistema de Op Psico (SSOP), como parte do SISCOMSEX, cujo órgão central é o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx)” (ibidem, p. 1-11), ou seja, o mesmo órgão que participou do planejamento da exposição política do Villas-Boas. Apesar disso, a comunicação do Exército é multifacetada. Não opera somente na perspectiva de desestabilização ou de guerra, mas também opera dentro da esfera de relações públicas, como demonstra o quadro abaixo:



Imagem 27 Funções integrantes do SISCOMSEX



Fonte: Manual de Operações Psicológicas do Exército (1999)

Por fim, no último ponto desta seção tratam-se dos instrumentos de comunicação definidos como propaganda e contrapropaganda. Novamente nada muito elaborado e longe das reflexões acadêmicas mais densas sobre o assunto. Ainda assim a definição de contrapropaganda remete muito ao que Guilherme Felitti (op. cit.), do Novelo Data, chama de argumento escudo. “É a propaganda com a finalidade de rebater e neutralizar a propaganda adversa, podendo a ela se antecipar” (idem, p. 1-8)

Na sequência o manual apresenta uma seção dedicada a apresentar diversos princípios que, ao serem operados de forma adequada, garantiriam o sucesso da operação psicológica. Esses princípios compreendem quatorze pontos que seriam importantes para atingir a finalidade desejada. Reproduziremos na íntegra.

- a. Credibilidade - As Op Psico devem ser baseadas em fatos que levem o público-alvo a acreditar na mensagem, porque a credibilidade é fator primordial do seu sucesso.
- b. Oportunidade - As Op Psico devem ser desencadeadas no momento oportuno, perfeitamente entrosadas no tempo e no espaço.
- c. Progressividade - As ações a realizar devem ser escalonadas no tempo, segundo um ritmo adequado. Cada fase deve ter um ou mais objetivos definidos que contribuam para o sucesso da seguinte.

- d. Continuidade - As Op Psico devem ser continuadas, sempre atuantes, desde os tempos de paz. Uma vez desencadeadas, devem prosseguir sem interrupções até atingir seu objetivo.
- e. Coerência - As Op Psico devem seguir uma linha coerente de atuação, visto que a percepção pelo público-alvo de uma quebra de coerência pode destruir rapidamente a confiança adquirida.
- f. Antecipação - As Op Psico devem antecipar-se aos fatos, aos acontecimentos e às ações contrárias aos seus objetivos.
- g. Ofensiva - Em qualquer tipo de operação militar, independentemente de suas características, deve-se manter o caráter ofensivo das Op Psico, a fim de obter e assegurar a iniciativa, preservar a nossa liberdade de ação e impor a nossa vontade.
- h. Flexibilidade - O planejamento das Op Psico e da atuação do seu pessoal deve ser flexível de modo a explorar modificações de conjuntura, novas técnicas e possibilidades surgidas. Também deve responder prontamente às mudanças de curso nas operações ou às mudanças em face das avaliações permanentemente atualizadas por meio de estudos-de-situação continuados.
- i. Eficácia - A eficácia das Op Psico deve ser buscada a todo custo. Antes do desencadeamento de qualquer ação, devem ser analisadas ponderadamente as suas vantagens e desvantagens, definidas em relação aos resultados desejados.
- j. Unidade de Comando - A direção das Op Psico é centralizada no mais alto escalão, cabendo-lhe orientar e controlar todas as ações, já que decisões e interpretações diferentes podem anular, revelar ou contrariar todo o esforço realizado.
- l. Adequabilidade - As Op Psico devem ser adequadas para o exato entendimento do público a que se destinam.
- m. Objetivo - Os objetivos pretendidos devem ser identificados de forma clara e precisa, de modo a orientar o planejamento e a implementação das Op Psico e a avaliação dos resultados obtidos. Embora o planejamento deva ser flexível, os objetivos devem manter-se fixos, a menos que novas informações provenientes da realimentação revelem a necessidade de modificá-los.
- n. Exeqüibilidade - Deve-se prometer medidas ou realizações que possam ser concretizadas, e sugerir, ao público-alvo, atos realizáveis, de acordo com suas possibilidades físicas. (ibidem, p. 1-8~9)

É complexo manter todos esses princípios de forma inequívoca. E também nada impede que algum destes princípios seja deturpado, transformado a partir de algum interesse prático. Alguns, inclusive, podem ter mais “peso” que outros. Vejamos o caso da coerência. Podemos demonstrar diversos exemplos de falta de coerência do governo militar 2019-2022 no Brasil. Aliás, a contradição fez parte a todo momento das falas governamentais. A distorção de palavras como “liberdade” foi corriqueira. As posições favoráveis à Ditadura Civil-Militar de 1964 caminhavam juntas com uma suposta defesa da democracia e atuação “dentro das quatro linhas da constituição”

ao mesmo tempo que falas ameaçadoras do tipo “o supremo está esticando a corda”<sup>94</sup> eram comuns.

A coerência, portanto, nos parece ter menos importância que a credibilidade baseada na adequabilidade das oportunidades do momento. Em todo caso, a maleabilidade destes princípios e a inteligência em operá-los é o que faz toda a diferença. Esse é o gancho para a última seção do primeiro capítulo que são os requisitos fundamentais das operações psicológicas. As duas coisas estão ligadas. O êxito do processo está ligado a boa relação entre esses dois pontos, os princípios e os requisitos fundamentais, bem como a empregabilidade destes.

O manual apresenta alguns pontos que devem ser observados. Esses pontos são: inteligência, especialização, caracterização do público alvo, planejamento, difusão, avaliação dos resultados e, não menos importante, o caráter sistêmico que deve definir as operações psicológicas. Este último ponto é interessante ao pensarmos se há um planejamento de longa duração na utilização destas técnicas. Isso pode levar a “diversos momentos” em que determinados interesses sejam colocados em prática e em outros momentos outros interesses sejam objetivados. Por ora o objetivo pode ser um, em outro momento o objetivo pode mudar.

No segundo capítulo do manual é feita uma análise mais profunda dos instrumentos de comunicação traçando parâmetros com os princípios já elencados. Além do já pontuado anteriormente, no primeiro capítulo do manual, chama-se a atenção para os elementos essenciais da propaganda, ponto que entendemos ser de imensa importância para essa pesquisa, pois revela grande parte de como a estratégia impera. Citamos logo anteriormente o primeiro deles, a chamada “ideias-força”.

Nossa tese é que a ideia-força empregada na linguagem fascista do Brasil é o mito conspiratório. É através do mito que todo ecossistema dissociativo funciona. Já discutiremos sobre o mito e sobre a lógica retroalimentativa que ele opera. Entendemos que a ideia-força do mito conspiratório é o receptáculo que abriga as técnicas discursivas e retóricas da linguagem fascistizante no Brasil. A principal técnica é a da desinformação que, por sua vez, resulta diretamente no negacionismo – tanto científico, como do outro e da realidade prática do sujeito. É nessa troca entre a explicação da causa pelo mito e a contraposição do que é dito como “manipulado”

---

<sup>94</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/18/stm-oposicao-puxando-a-corda.htm> Acesso em: 18/04/2024

pelo complô, fase na qual entra a operacionalidade da desinformação. Esse negacionismo pode ser sobre aspectos do presente e do passado, no caso dos usos políticos deste, a exemplo de “vacinas causam autismo”, “a terra é plana”, “nazismo é de esquerda”, “não houve ditadura militar no Brasil”, ou qualquer outro.

A ideia-força, portanto, é esse conteúdo abrangente, que engloba muito mais do que uma posição. Ela se apresenta como integradora de diversas temáticas aparentemente difusas. Pode ser racional ou puramente emocional. No caso do complô, ele se apresenta no seu maior sintoma: o medo da dominação cultural, no medo da destruição dos valores cristãos e ocidentais. É a partir deste conjunto de “respostas” para as frustrações orquestradas que reside sua força. O manual trata esse conceito de uma forma um pouco diferente, porém, demonstra o nosso ponto.

Segundo o manual, ela nasce das “motivações existentes”, pois trabalha com a espontaneidade do indivíduo. Isso acarreta numa facilidade em direcionar as ações do público-alvo em determinada direção. A ideia-força precisa mexer com “as tradições, as crenças e superstições; as aspirações e desejos; os costumes; e os ressentimentos” (ibidem, p. 2-3) e acrescentamos também as frustrações. Ela trabalha com generalidades que podem ser operacionalizadas com determinado interesse. “A igualdade, o progresso, o patriotismo, a justiça, a liberdade e a independência” (ibidem), são valores que permanecem na sociedade e podem ser mobilizados com objetivos práticos.

O que dá força a uma ideia, capaz de torná-la uma ideia-força, não é propriamente a ideia em si, mas a sua carga de apelo, sua capacidade de capitalizar, num dado local e num dado momento, reações psicológicas favoráveis. (Ibidem)

Para atingir essas reações psicológicas favoráveis é que a ideia-força precisa operar temáticas. O mito conspiratório apresenta uma resposta para todos os problemas levantados pelas mais diversas temáticas. Seja a economia, a política, moral, etc. Segundo o manual, a ideia-força cria o “estado de espírito” ou, preferimos, a mentalidade cognitiva coletiva, o tema “visa orientar as ações” para alimentar tal mentalidade. Exemplo: a vacina causa autismo e insere um chip dentro das pessoas. Resultado: medo. Motivo: um grupo obscuro se articula para tal – o complô.

O texto cita mais alguns instrumentos de comunicação presentes nestas operações. Vale salientar um que é claramente perceptível – o do slogan. Segundo o

manual o slogan é algo que resume e expressa um tema. A finalidade é “permitir a sua difusão ampla e a formação de condicionamentos psíquicos que facilitem a aceitação da ideia pelo público-alvo” (idem, p. 2-4). Como título de exemplo citamos o slogan insistentemente repetido nos últimos anos, um slogan feito a partir do lema da Ação Integralista Brasileira (Deus, Pátria e Família), o “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. Observa-se que este slogan é explicitamente a junção de “motivações existentes” a priori em uma parcela da população, o que demonstra a íntima ligação entre essas questões debatidas até aqui.

Os próximos instrumentos são o símbolo e a mensagem. O símbolo pode ser tanto um pictograma, um gesto ou qualquer representação que apresente determinado valor ou ideia. Seja a “arminha com a mão”, seja um *sieg heil*. O símbolo visa passar uma mensagem, fazer ligações entre coisas. No momento vemos diversas simbologias que evocam “apitos de cachorros” para passar despercebidos em determinadas ocasiões. Essas simbologias são também formas de mensagens, por vezes codificadas, por vezes não. A mensagem, segundo o manual, é também de extrema importância para as operações psicológicas por um motivo óbvio, é ela que atinge o “alvo” de forma mais contundente. Para isso é necessário o conhecimento do ponto seguinte, as técnicas usadas na propaganda.<sup>95</sup>

Aqui é que a questão se torna mais construtiva para pensarmos o que debateremos nos dois seguintes capítulos. Dizemos isso, pois o manual exemplifica de forma muito satisfatória as estratégias adotadas pelos conjuntos que serão os objetos de nosso exame na sequência. As técnicas de propaganda do Exército são vistas como técnicas de persuasão. É algo mais profundo do que simplesmente conquistar um consumidor, é um agenciamento coletivo que levar em conta “os objetivos psicológicos da propaganda” (ibidem, p. 2-8).

A perspectiva é bem semelhante ao que demonstramos a partir de Suely Rolnik e Félix Guattari. A ideia da persuasão militar está ligada ao agenciamento de influência psicológica “por meio do qual um indivíduo (ou um grupo) modifica as crenças e atitudes de outras pessoas (ou grupos), direcionando-as para a consecução de um objetivo específico do persuasor”. (BRASIL. Exército. Estado-Maior. MD35-G-01:

---

<sup>95</sup> Disponível em: <https://institutoaurora.org/dog-whistle-ou-apito-de-cachorro/> Acesso em 18/02/2026

Glossário das Forças Armadas. 5a ed. Brasília: EGGCF, 2015, p. 146) A persuasão, no jargão militar, portanto, visa produzir subjetividades.

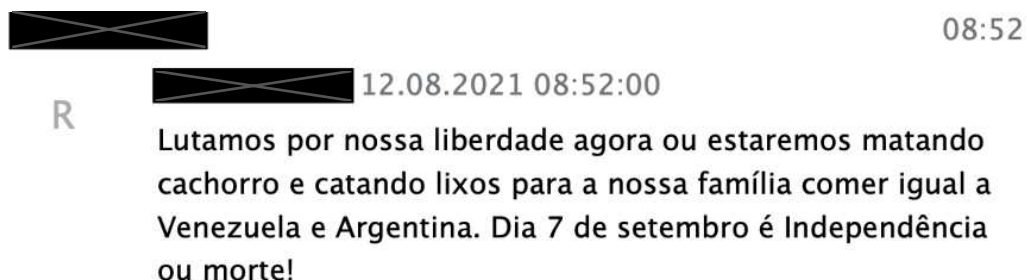
Diversas técnicas compõem a reserva de armamento militar para o uso da persuasão. O manual faz pequenas definições para cada uma delas. Elas são definidas por:

[...] generalizações brilhantes, do testemunho, da simplificação, do quadro familiar, da adesão à maioria, da derivação, da sugestão e insinuação, da incitação, da repetição e orquestração, da ampliação e desfiguração dos fatos, da inversão de atitude, do boato, da acusação de atrocidades, da inflação hiperbólica dos riscos, da polarização, da alegação da sanção divina, do ataque pessoal, da aceitação e do endemoniamento e/ou desumanização do adversário. (BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 45-4: Operações Psicológicas. 3a ed. Brasília: EGGCF, 1999, p. 2-8)

Esta é uma “generalização” das técnicas. Não é necessária a utilização de todas em uma mesma campanha, mas é extremamente importante que o operador tenha conhecimento de que todas essas instâncias podem ser utilizadas. Para nós, neste momento, interessam algumas delas. Questões como o “testemunho” também aparecem em alguns momentos (posições que tomam a experiência pessoal como regra média, ou utilizam de algum famoso para estabelecer uma notoriedade) e “simplificação” (redução de espaço para críticas e frases de efeitos – “O Brasil não irá virar uma Venezuela). Entretanto as outras nos interessam mais.

As chamadas generalizações brilhantes dialogam com a simplificação. Basicamente esta técnica tem como objetivo exagerar para que haja uma resposta emotiva. No exemplo usado anteriormente, gerar medo de “virarmos” um país visto como “ruim”. A utilização de termos que são geralmente entendidos pela população comum, como o mais utilizado neste momento no país, o de liberdade. Isso não quer dizer que “haja necessidade de clara definição desses conceitos” (ibidem). O objetivo é explorar emoções em ideias de uso comum. Todos querem liberdade, portanto, se insistirem que estão tirando nossa liberdade seremos persuadidos a lutar por ela. Por essa razão que as generalizações são, em estrito, “sem sentido”. Quem deve dar o sentido, no exemplo da liberdade, é o próprio público-alvo. <<Estão acabando com sua a liberdade!>> “A intenção é emocionar o público-alvo com frases indefinidas, sem explicações ou pormenores” (ibidem).

## Imagem 28 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data64 – elaborada pelo autor (2026)

A técnica seguinte que entendemos ser importante é a chamada de “quadro familiar”. É interessante perceber que a maioria das técnicas dialogam entre si. Esta, por exemplo, pode muito bem usar o conceito de família como uma generalização. Além disso também pode permear a técnica de sanção divina em evocar o caráter divino da família. É um tipo de família específico, resumido em o casamento heteronormativo. Não é atoa que, juntamente do conceito de liberdade, o lema bolsofascista contenha “Deus e Família” e que a frase bíblica de que Deus fez o “homem e a mulher” seja constantemente repetida. Aliás, a técnica de repetição é algo extremamente explorada.

Essa estratégia também explora outra técnica que acaba por criar laços, a de adesão a maioria. Jair Bolsonaro, por exemplo, demonstra essa posição claramente em um pronunciamento oficial de 2021 em que diz: “O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família a sua base”<sup>96</sup>. Esta fecha a última peça do lema do bolsofascismo, a “Pátria”. A sensação de pertencimento a núcleos sociais menores, como a família, até mais maiores, como a pátria, pode estabelecer a concepção de adesão a “uma” maioria. Tudo gira em torno de uma máxima expressada pela linguagem fascista, “minoridade tem que se calar e se curvar a maioria”<sup>97</sup>. Isso perpassa claramente também por um ambiente de sugestão e insinuação de determinado entendimento de mundo que produz incitações de posições político-culturais.

A intenção é criar uma “inflação hiperbólica dos riscos”, é interpelar posições que o que está em risco é o que se tem de mais importante na vida. É a luta do bem

<sup>96</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-10/video/brasil-e-um-pais-cristao-e-conservador-e-tem-na-familia-a-sua-base-diz-bolsonaro-8876242.ghtml> Acesso em 19/04/2024.

<sup>97</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-homossexuais-na-visao-de-bolsonaro/> Acesso em: 19/04/2024

contra o mal, uma luta divina que opera para que haja uma “derivação” destes valores para o interesse prático do grupo operador. E para isso vale tudo. A ampliação e a desfiguração dos fatos, as notícias falsas e desinformação que gere a própria negação da realidade e da alteridade, os boatos incessantemente veiculados a fim de produzir polarização com acusações de atrocidades com o “endemoniamento e/ou desumanização do adversário”. (BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 45-4: Operações Psicológicas. 3a ed. Brasília: EGGCF, 1999, p. 2-19)

Como vemos há uma estrutura bem montada estrategicamente para um objetivo definido. O uso dos termos, das temáticas não são coincidência. Não advogamos que haja institucionalmente nas Forças Armadas uma proposta para o estabelecimento de um processo de fascistização a partir de operações psicológicas na sociedade digital. O que concluímos é que há a utilização de técnicas militares por diversos grupelhos e setores militares, como o próprio governo militar de Jair Bolsonaro, com o intuito de criar um ecossistema dissociativo fascistizante para perpetuar-se ao poder. Ao pensar o número de militares politizados, bem como de civis militarizados na câmara e no senado, podemos definir que essa estratégia vem dando resultado.

Na sequência o manual discorre sobre os preceitos da propaganda e contrapropaganda. Percebe-se que não há grandes reflexões sobre a utilização destas ferramentas para além do que a comunicação social trabalha. Em todo caso, citamos abaixo os mementos anexados no manual para a operacionalidade das técnicas e conceitos que demonstramos anteriormente. A esquemática ajuda a decifrar empiricamente o funcionamento dessas operações.



Imagem 29 Memento de Propaganda

**MEMENTO DA PROPAGANDA**

| PROPAGANDA                                                                                                                                            |                                         |                                                                                                                                       |                         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| ELEMENTOS<br>ESSENCIAIS                                                                                                                               | IDÉIA-FORÇA                             | E<br>X<br>E<br>M<br>P<br>L<br>O<br>S                                                                                                  | LIBERDADE               |
|                                                                                                                                                       |                                         |                                                                                                                                       | SOBREVIVÊNCIA           |
|                                                                                                                                                       |                                         |                                                                                                                                       | PAZ                     |
|                                                                                                                                                       |                                         |                                                                                                                                       | RECONSTRUÇÃO DO<br>PAÍS |
|                                                                                                                                                       |                                         |                                                                                                                                       | OUTROS                  |
|                                                                                                                                                       | TEMA<br>(Concretiza uma<br>idéia-força) | FRASE-SÍNTESE ("slogan")<br>(ideal: um por idéia-força)                                                                               |                         |
| SÍMBOLO                                                                                                                                               |                                         |                                                                                                                                       |                         |
| MOTIVAÇÕES<br>EXISTENTES<br>NO PÚBLICO-<br>ALVO                                                                                                       | Tradições, Crenças e Superstições       |                                                                                                                                       |                         |
|                                                                                                                                                       | Aspirações e Desejos                    |                                                                                                                                       |                         |
|                                                                                                                                                       | Costumes                                |                                                                                                                                       |                         |
|                                                                                                                                                       | Ressentimentos                          |                                                                                                                                       |                         |
| MENSAGEM<br><br>1) Preparada em<br>torno de um tema<br><br>(PREPARO)<br><br>2) Difundida pe-<br>los meios adequa-<br>dos disponíveis<br><br>(DIFUSÃO) | PREPARO                                 |                                                                                                                                       |                         |
|                                                                                                                                                       | Conteúdo                                | Coerência; credibilidade;<br>abordagem; motivações;<br>aspectos éticos; linguagem                                                     |                         |
|                                                                                                                                                       | Forma                                   | Afirmativa; ângulos<br>agradáveis; idéia central em<br>único ângulo; linguagem do<br>receptor; prever modificações<br>pelo adversário |                         |
|                                                                                                                                                       | DIFUSÃO                                 |                                                                                                                                       |                         |
|                                                                                                                                                       | Escolha do veículo                      |                                                                                                                                       |                         |
|                                                                                                                                                       | Oportunidade                            |                                                                                                                                       |                         |
| Frequência (divulgação x saturação)                                                                                                                   |                                         |                                                                                                                                       |                         |

|                    |                                                                                                            |                                                                           |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| TÉCNICAS<br>USADAS | Generalizações Brilhantes - Emprego exagerado de palavras de alta conotação emotiva. Ex: paz e liberdade   |                                                                           |
|                    | Testemunho - Personalidade aceita como notória pelo público-alvo                                           |                                                                           |
|                    | Simplificação - Declarações firmes - Fatos complexos tornam-se simples                                     |                                                                           |
|                    | Quadro Familiar - Falar ou escrever no estilo do público-alvo; evocar lembranças familiares                |                                                                           |
|                    | Adesão à Maioria - Desejo de estar ao lado do vencedor                                                     |                                                                           |
|                    | Derivação - criar uma nova corrente psicológica, aproveitando tendências da opinião pública                |                                                                           |
|                    | Sugestão e Insinuação - (idéias em princípio negativas)                                                    |                                                                           |
|                    | Incitação - identificar idéias, pessoas ou instituições com algo temido e odiado                           |                                                                           |
|                    | Repetição e Orquestração                                                                                   | Repetição: mesma idéia, etc.<br>Orquestração: mesmo tema, diversas idéias |
|                    | Ampliação e Desfiguração dos Fatos                                                                         | Ampliação: fatos favoráveis<br>Desfiguração: fatos desfavoráveis          |
|                    | Inversão de Atitude - (Cilada)                                                                             |                                                                           |
|                    | Boato - Comunicação Direta                                                                                 |                                                                           |
|                    | Acusação de atrocidades - Imputar erros, crimes, barbaridades e crueldades aos adversários                 |                                                                           |
|                    | Inflação hiperbólica dos riscos - Informar aos públicos-alvo que tudo que lhes é caro está em jogo         |                                                                           |
|                    | Polarização - "Quem não está do nosso lado está contra nós"                                                |                                                                           |
|                    | Alegação da sanção divina - Invocar o apoio de Deus e atribuir um caráter divino à causa defendida         |                                                                           |
|                    | Ataque pessoal - Criar ou estimular ódios, descrenças ou preconceitos                                      |                                                                           |
|                    | Aceitação - Criar um estado de espírito favorável à recepção das idéias                                    |                                                                           |
|                    | Endemoniamento e/ou desumanização do adversário - Identificar os chefes adversários como pessoas desumanas |                                                                           |

|                        |                                                                                                                                  |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CICLO DA<br>PROPAGANDA | Conhecimento da Missão                                                                                                           |
|                        | 1) Operação a apoiar                                                                                                             |
|                        | 2) Objetivos fixados pelo Cmt para as Op Psico                                                                                   |
|                        | Estudo de Situação e Decisão                                                                                                     |
|                        | - Estudos psicossociais, políticos, econômicos e militares (público-alvo, oportunidade, propaganda adversa, idéias-força, temas) |
|                        | Preparo da Propaganda                                                                                                            |
|                        | 1) Montagem (concepção)                                                                                                          |
|                        | 2) Produção (emprego de técnicas e recursos adequados)                                                                           |
|                        | Divulgação da Propaganda                                                                                                         |
|                        | - Veículos de difusão selecionados                                                                                               |
|                        | Acompanhamento e Avaliação                                                                                                       |
|                        | - Efeitos da propaganda analisados - Correções a serem feitas, se for o caso                                                     |

Fonte: Manual de Operações Psicológicas do Exército (1999).

Imagem 30 Memento da Contrapropaganda

| MEMENTO DA CONTRAPROPAGANDA   |                                                                                                                                                |
|-------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CONTRAPROPAGANDA              |                                                                                                                                                |
| DEFINIÇÃO                     | Forma de propaganda destinada a neutralizar ou minorar os efeitos da propaganda contrária                                                      |
| TÉCNICAS DE CONTRAPROPAGANDA  | Contestação Indireta: aborda o tema utilizado pelo adversário sem o ataque ou a resposta direta                                                |
|                               | Contestação Direta: responde a propaganda adversa ponto por ponto                                                                              |
|                               | Diversão: desvia a atenção do público-alvo, utilizando-se um tema diferente, novo ou antigo                                                    |
|                               | Silêncio: não dá resposta direta ou indireta à propaganda adversa                                                                              |
|                               | Antecipação: emprega um tema de potencial utilização pelo adversário antes dele                                                                |
|                               | Minimização: reduz a importância das questões exploradas pelo adversário                                                                       |
|                               | Reciprocidade: sem negar ou comentar argumentos embaraçosos adversos, ataca com argumentos de natureza semelhante, desfavoráveis ao adversário |
|                               | Metapropaganda: desacredita a propaganda do adversário; põe em dúvida tudo o que vem dele                                                      |
|                               | Retardamento: ganha tempo para a resposta                                                                                                      |
|                               |                                                                                                                                                |
| REGRAS BÁSICAS                | Desmontar a propaganda adversa                                                                                                                 |
|                               | Atacar os pontos fracos                                                                                                                        |
|                               | Jamais atacar frontalmente uma propaganda poderosa                                                                                             |
|                               | Atacar e desacreditar o adversário                                                                                                             |
|                               | Colocar a propaganda adversa em contradição com os fatos (destruir sua credibilidade)                                                          |
|                               | Ridicularizar a propaganda adversa                                                                                                             |
|                               | Antecipar a contrapropaganda                                                                                                                   |
|                               | Realizar a retaliação                                                                                                                          |
|                               | Omitir a resposta                                                                                                                              |
| ANÁLISE DA PROPAGANDA ADVERSA |                                                                                                                                                |
| ORIGEM REGRAS BÁSICAS         | - é branca, negra ou cinza?                                                                                                                    |
|                               | - quem é a origem?                                                                                                                             |
|                               | - qual o relacionamento entre a origem e o público-alvo?                                                                                       |
|                               | - que aspectos confirmam a origem?                                                                                                             |
| CONTEÚDO                      | - quais as técnicas de propaganda ou contrapropaganda utilizadas?                                                                              |
|                               | - quais os princípios da propaganda ou regras básicas da contrapropaganda utilizadas?                                                          |
|                               | - quais os apelos psicológicos predominantes?                                                                                                  |
|                               | - quais as vulnerabilidades do conteúdo?                                                                                                       |
|                               | - existe correlação com outras campanhas?                                                                                                      |
| PÚBLICO-ALVO                  | - qual é o público-alvo?                                                                                                                       |
|                               | - onde está localizado?                                                                                                                        |
|                               | - qual a audiência atingida?                                                                                                                   |
|                               | - quais as características sócio-econômicas e psicossociais do público-alvo?                                                                   |
|                               | - quais as vulnerabilidades psicológicas existentes?                                                                                           |
|                               | - quais as vulnerabilidades exploradas pelo propagandista?                                                                                     |
|                               | - como o público-alvo reagiu em outras oportunidades semelhantes?                                                                              |
|                               | - a mensagem está apropriada para o público-alvo?                                                                                              |
| VEÍCULO                       | - qual o veículo utilizado pelo propagandista?                                                                                                 |
|                               | - o veículo é adequado ao público-alvo?                                                                                                        |
|                               | - o veículo é adequado ao conteúdo da mensagem?                                                                                                |
|                               | - quais as características do veículo utilizado?                                                                                               |
|                               | - o veículo é adequado ao efeito pretendido?                                                                                                   |
|                               | - data, hora, local da difusão da mensagem?                                                                                                    |
| EFEITO                        | - qual o comportamento desejado pela origem?                                                                                                   |
|                               | - o efeito pretendido foi obtido?                                                                                                              |
|                               | - que indícios confirmam os efeitos obtidos?                                                                                                   |

Fonte: Manual de Operações Psicológicas do Exército (1999).

A título de demonstração deixamos o painel de planejamento de propaganda e contrapropaganda para focarmos na parte final do manual de operações psicológicas. Pudemos observar diretamente como funciona o planejamento nos mementos anteriores. Todavia entendemos importante dedicarmos mais tempo a outras questões, como os veículos e o emprego das operações psicológicas. Ainda assim o manual elenca algumas etapas do planejamento que, ao observarmos o momento, ficam explícitos. Em todo caso as etapas são:

- 1 - Análise da missão do comando operacional apoiado.
- 2 - Estabelecimento da(s) missão(ões) de Op Psico.
- 3 - Inteligência de Operações Psicológicas.
- 4 - Análise do(s) público(s)-alvo.
- 5 - Seleção de ideias-força, temas, símbolos e “slogans”.
- 6 - Seleção dos veículos de difusão.
- 7 - Desenvolvimento da propaganda.
- 8 - Realização das provas preliminares (pré-testagem).
- 9 - Aprovação da campanha.
- 10 - Disseminação dos produtos da propaganda.
- 11 - Avaliação do impacto (pós-testagem). (Ibidem, p. 4-5)

Para finalizar essa questão, portanto, achamos oportuno expressar o entendimento do Exército em relação aos fatores psicológicos que devem ser mobilizados perante a escolha dos veículos de propaganda que serão empregados na operação. O manual elenca diversos veículos que podem ser utilizados. Nada incomum. Há citação de veículos de áudio – como o rádio; veículos visuais – como revistas, panfletos, imagens e textos em geral; e veículos audiovisuais – como a televisão o cinema e, a internet. No manual a internet é pensada na nomenclatura de “microcomputadores”, porém, entendemos ser correto uma atualização que, sem dúvidas, não seria questionada em uma possível atualização do manual. Já discorreremos sobre essa questão anteriormente e entendemos a transformação que passamos nas últimas décadas em relação à comunicação online.

Chamamos a atenção para a definição de um veículo visual, o jornal. Hoje os jornais são hospedados na internet e será nosso objetivo examinar o papel deste grupo na sequência desta tese. Porém, entendemos ser importante pontuar o entendimento do Exército em relação a este tipo de veículo. Segundo o manual a vantagem do jornal permeia:

Para a obtenção dos efeitos psicológicos desejados, pode-se aproveitar os jornais existentes, se as respectivas direções estiverem dispostas a colaborar, ou editar jornais especialmente para essa finalidade. A primeira solução é a preferível. Pode-se, ainda, utilizar jornais falsos, semelhantes aos que o adversário publica clandestinamente para influenciar os seus simpatizantes, contendo informações deturpadas, preconizando atitudes que suscitem a repulsa desses simpatizantes, etc. (Ibidem, p. 3-8)

O ponto que queremos chamar a atenção é: pode-se “utilizar jornais falsos” ou “editar jornais especificamente para essa finalidade”. Exemplos no Brasil são evidentes. O uso de mídias já existentes, como a “Gazeta do Povo”, e a criação de veículos “especialmente para essa finalidade”, como a “Revista Oeste”, “Terra Brasilis”, “Brasil sem Medo”, “Terça Livre”, etc. são exemplos claros. Isso acontece também em outros tipos de veículos, como nos audiovisuais, principalmente no caso da “Brasil Paralelo”, mas também se levamos em conta que muitos destes veículos também produzem vídeos na plataforma “YouTube”.

A “Jovem-Pan” pode ser outro bom exemplo para isso – de mescla entre rádio, jornal escrito e vídeo – porém, entendemos factível expressar que esse tipo de estratégia se estabeleceu de forma mais enfática em uma mega empresa de audiovisual que produz filmes e documentários negacionistas e altamente ideologizados para produção de conteúdo desinformativo e negacionista, falamos da mesma “Brasil Paralelo. Por fim, podemos pensar na ponta final desta lógica, que é o contato pessoal. Em 1999 a realidade que apresentava era que o contato pessoal poderia ocorrer quando duas ou mais pessoas estivessem fisicamente próximas. Com a internet as possibilidades multiplicaram. Os canais de conversa online, um dos tipos de plataformas que possibilitam isso, será nosso objeto de análise no último capítulo.

Gostaríamos de concluir nesta seção dizendo que objetivamos uma análise deste manual para que se tivesse a noção de que o surgimento do ecossistema dissociativo fascistizante foi fruto de questões que são debatidas no nível técnico das operações psicológicas. Reiteramos que o objetivo não é apontar para um complô das Forças Armadas, apesar de entendermos que as instituições militares no Brasil têm anseio político e ideológico. Não há a necessidade de que o manual seja operado contra a própria população brasileira a fim de trazer ganhos políticos aos militares, enquanto instituição. Basta a formação e conhecimento deste por indivíduos

interessados para operacionaliza-lo em frentes de batalha mais segmentadas a fim de gerar os fatores psicológicos e subjetividades que interessem na persuasão.

A questão indubitável é que o governo Bolsonaro foi um governo militar. Sua ascensão entre a primeira e segunda década do século XXI foi em grande velocidade. O uso das plataformas digitais e outras mídias com estratégias militares é perceptível. Tudo isso coincide com o “início oficial” das operações psicológicas em nível institucional no Brasil através da “criação do Destacamento de Operações Psicológicas (Dst OpPsc) em 2003, inserido na Brigada de Operações Especiais, também recém-criada em junho de 2002” (Barboza, 2019, p. 26). A partir de 2012 o destacamento passou a operar junto ao 1º Batalhão de Operação Psicológica e em 2014 como integrante do Sistema de Operações Psicológicas do Exército (SiOPEX) (ibidem, p. 27).

Em história dificilmente vemos coincidências desse nível. Entretanto frisamos que, mesmo que não haja um planejamento institucional, a utilização destas premissas, juntamente com uma forte politização das Forças Armadas levou à presidência um militar. Seu governo foi um governo militar e as estratégias descritas até aqui seguem o padrão das estratégias comunicacionais dos militares. Este é o ponto. O que falta entendermos é qual o conteúdo empregado que abranja um tema geral a ser operado. Para entender isso apresentaremos nossa análise a seguir.

Antes, devemos pontuar um documento importante que foi publicizado em fevereiro de 2022, o chamado “Projeto de Nação”. Este documento deixa claro a politização das Forças Armadas e não é nada mais que um manifesto político. Que seja claro que este documento não é um documento oficial do Exército Brasileiro, o que talvez nem fosse constitucional. Mas essa discussão não nos interessa aqui. Nos interessa demonstrar que esse documento, chamado projeto, foi organizado por três entidades. O “Instituto Sagres” que é uma espécie de “Think Tank” “orientado para Política, Estratégia, Planejamento, Gestão e Prospectiva, com capacidade para articular e mobilizar atores em âmbito nacional e internacional”<sup>98</sup>, e foi fundado em 2004 por seis militares. Percebe-se que a criação deste instituto coincide com o mesmo período de institucionalização do destacamento de operações psicológicas do Exército. Os fundadores são o Coronel Sérgio de Souza Cirillo, Coronel Raul José de Abreu Sturari, Coronel Mário Giussepp Santezzi Bertotelli Andreuzza, Coronel José

---

<sup>98</sup> Disponível em: <https://sagres.org.br/fundadores/> Acesso em 01/05/2024

Olavo Coimbra de Castro, Coronel José de Fátima Moura Leal e o Coronel Homero José Zanotta Vieira. Todos especialistas em aplicações militares.

No momento da publicação deste manifesto, a presidente do instituto era Verônica Korilio. Anteriormente, todos os presidentes eram militares, todos “sócios fundadores”. O instituto tem uma atuação um tanto quanto nebulosa. Ao olhar o seu estatuto entendemos que o instituto trabalha com promoção muito variada de “estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, bem como eventos, consultorias, capacitação, cursos, palestras, conferências, desenvolvimento e treinamento”<sup>99</sup> em diversas áreas, inclusive de inteligência, segurança, defesa, política e estratégia, mas também em cultura, patrimônio, combate à pobreza, entre outras questões.

Segundo a página oficial do instituto, eles mantêm relações com diversas empresas, entidades e organizações governamentais e não governamentais, mas não especifica que tipo de serviços exatamente presta para estas entidades. Mas voltemos ao documento manifesto, que é o que nos interessa. Além do “Instituto Sagres”, também estava responsável pelo documento o Instituto General Villas-Boas, cujo próprio nome é autoexplicativo, porém, se expressa como uma instituição que busca o estabelecimento de estratégias para a “melhoria da população”, e o “Instituto Federalista”, uma organização que tem como objetivo atuar na divulgação do federalismo no país.

São três instituições com fortes traços políticos e, ao menos duas delas, comandadas por militares. A coordenação geral do “Projeto Nação” ficou por conta de outro militar, o General Luiz Eduardo Rocha Paiva. Paiva já foi presidente do grupo “Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), a ONG do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, notório torturador da ditadura militar” e teve cargos no governo bolsofascista de 2019-2022. Inclusive houve uma denúncia sobre uso de dinheiro público no evento de lançamento do manifesto, porém, não há maiores informações sobre investigações.

100

Sobre o conteúdo do documento, ele se apresenta como um “estudo prospectivo”, em que é elaborado um cenário futuro do Brasil para o ano de 2035. Esse futuro seria uma “continuidade” do governo de Jair Bolsonaro e vislumbra

<sup>99</sup> Disponível em: <https://sagres.org.br/docs/estatuto.pdf> Acesso em: 01/05/2024

<sup>100</sup> Disponível em: <https://e.correiodobrasil.com.br/a/denuncia-instituto-sagres-recebe-verba-publica-apoio-militares> Acesso em 01/05/2024

algumas prospecções dos militares para o estabelecimento desta realidade. Entendemos ser desnecessário o debate neste momento sobre os problemas metodológicos e, até mesmo éticos, de se buscar previsões nas ciências humanas. Para nós seria um erro tentar prever o futuro, mas este texto busca exatamente isso, apesar de dizer o contrário.

Nessa empreitada, o texto acaba por dar diversas pistas sobre o “sonho militar” para o país, pois debate diversas questões e posições político/ideológicas para o estabelecimento deste “futuro próximo”. Ele utiliza uma “evolução de uma conjuntura fictícia como subsídio para a tomada de decisões, especialmente no nível político-estratégico (objetivos, diretrizes e estratégias)”, ou seja, vislumbra um futuro “desejável” e busca formas estratégicas para atingir tal objetivo. Segundo o texto essa “história do futuro” é contada como sendo um relatório de conjuntura do escritório brasileiro de uma consultoria internacional (também fictícia), denominada CPEAZ”. (Sagres, 2022, p. 9).

A lógica é apresentar uma temática, uma incerteza crítica e um mini cenário foco, como exemplificado a seguir sobre a coesão nacional e sentimento patriótico:

TEMA 11: Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria.  
 INCERTEZA CRÍTICA: Evolução da coesão nacional, do civismo e do sentimento coletivo de Pátria até 2035, com reflexos para a estabilidade político-social e a projeção internacional do Brasil.  
 MINI CENÁRIO FOCO: O sucesso do modelo econômico liberal, com responsabilidade social (centro do espectro ideológico)<sup>6</sup>, acrescido de estratégias exitosas nos setores de ensino, na formação de líderes e em movimentos sociais enfraqueceram o poder e a penetração das ideologias radicais na sociedade. Assim, prevaleceu o tradicional perfil psicossocial da Nação, conservador evolucionista e não imobilista. Houve o revigoração do patriotismo, do civismo e de valores morais tradicionais, em contraposição a valores sociais, muitos deles contaminados pelas ideologias radicais. Um novo cenário, paulatinamente redesenhado, contribuiu para atenuar, em boa medida, a cisão interna no Brasil, particularmente em seus matizes ideológicos, étnicos, religiosos, com reflexos positivos para a estabilidade político-social e projeção internacional do Brasil. (Sagres, 2022, p. 46)

O documento, logo de início, estabelece como “inimigo” o chamado “Globalismo”. Esse termo remete ao complô que visa a dominação econômica mundial pela esquerda tanto citada pela extrema direita brasileira nos últimos anos. Ernesto Araújo (ex-ministro das relações exteriores do governo 2019-2022), em entrevista à



plataforma de extrema direita “Brasil Paralelo”, por exemplo, define a China como o principal “rosto” desse “Globalismo”. Segundo o ex-ministro, ela seria responsável pela a estratégia de destruição dos valores ocidentais, juntamente com uma “elite” que ele não define quem é.<sup>101</sup> Os meios para isso seriam através do “Marxismo Cultural” que também é outra questão que já abordamos e abordaremos na continuidade. Em resumo, esse “Globalismo” não tem rosto e nem consegue ser mensurado, porém é algo que alguns conseguem “enxergar”. Porém as respostas sobre estas questões – quem são, como agem, etc. – sempre vêm em conjecturas e são difíceis de mensurar na realidade objetiva.

Imagem 31 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “Intervenção Militar Já” Exported Data123 – elaborada pelo autor (2026)

<sup>101</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qe33n1slIFw> Acesso em 01/05/2024

Araújo, por exemplo, faz um malabarismo retórico, no qual questões que não têm relação entre si, como Gramsci e ecologia, direitos humanos e Nietzsche, por exemplo, são reunidos em explicações que não tem fundamento nenhum na realidade. Segundo Araújo, “isso é o “Globalismo”, o momento em que o comunismo, o fisiologismo, o gramscismo, como quer que se chame, ocupa o coração que tinha sido deixado vazio da sociedade liberal”.<sup>102</sup>

Na ficção do manifesto o “Globalismo” foi freado, pois seríamos um país com uma “significativa parcela do povo que hoje se identifica como conservador e liberal” (Sagres, 2022, p. 12). Exatamente o que Araújo fala que seria a linha de frente na entrevista supracitada. O manifesto conseguiu, ainda, definir de forma mais contraditória o conservadorismo brasileiro, do que o binômio conservador-liberal. O definiu como um “conservador evolucionista e liberal” (idem, p. 13), ou seja, um conservador que busca um progresso, mas sem deixar de ser conservador, o que é muito contraditório. Digno de um “duplipensar” orwelliano.

A manipulação de palavras faz parte do jogo, mas é complicado levar em consideração a junção de conceitos que se auto eliminam. Ainda assim somos tentados a pensar que esse perfil “conservador evolucionista e liberal” tem no “evolucionista” a conceituação da antropologia clássica de apropriação da biologia pelas ciências sociais e que, hoje, vê problemas sérios em sua utilização, principalmente no que diz respeito a uma espécie de darwinismo social racista e xenóforo.

Além disso, o texto reproduz uma das maiores falácias expressas pela linguagem fascista, a doutrinação comunista em escolas e instituições de ensino em geral. Não é segredo que iniciativas como “escola sem partido” buscam uma colonização da cultura através das escolas e isso deve ser repetido sempre. O que fica de lição aqui é que, sob o pretexto de estar se defendendo de um “complô” orquestrado por uma elite econômica mundial – nunca especificada de forma categórica – grupos com um objetivo claro de dominação político/ideológica criam estratégias para combater esse inimigo. Isso resulta na criação de um inimigo prático dentro do próprio país. Há, não só uma orquestração nacional, um projeto de poder –

---

<sup>102</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/palestra-do-ministro-ernesto-araujo-no-seminario-da-funag-sobre-globalismo>  
Acesso em 1/05/2024.

não de nação – mas uma orquestração transnacional destes grupos. Pretendemos debater isso mais adiante.

Deste modo entendemos que o complô do “Globalismo” seria nada além de uma desculpa para que esses indivíduos possam agir sem nenhum tipo de reprimenda, já que estaria lutando pela “liberdade” do povo. Através desta “narrativa” (palavra insistentemente repetida, tal qual liberdade, pela extrema direita a fim de mobilizar afetos e sentimentos conformes aos próprios interesses destes agentes políticos). Na sequência iremos debater sobre quem consideramos o principal intelectual mediador deste mito conspiratório, Olavo de Carvalho. A estruturação deste mito conspiratório encontra em Olavo de Carvalho o seu principal polo de organização e difusão. Diversos agentes que já citamos até aqui se consideram seus “alunos”. Inclusive Ernesto Araújo e Velez Rodrigues que foram responsáveis pelas relações exteriores e pela educação do país. Rodrigues, inclusive, foi um dos responsáveis pelo “projeto de nação” citado logo anteriormente.

#### 4.3 O “Olavismo”

O “Olavismo”, é uma corrente ideológica, acima de tudo, mas também performática que, em resumo, tem como princípio combater os inimigos da sociedade cristã ocidental, como repetem seus “alunos”. São combatentes contra os partícipes do complô globalista comunista de subversão da ordem ocidental. Enfrentam os homens que querem dominar o mundo, os homens que perseguem, nesse sentido, exercer poder. Combatem os homens das trevas, os homens corruptos, os degenerados e manipuladores, dentro das definições olavista. Assim se estabelece a luta do bem contra o mal. Da luz contra as trevas. Da verdade contra a mentira. E essa luta dispõe de qualquer ação necessária. Por isso é uma corrente que possui uma ideologia, mas também uma performance política. Performance essa exercida em grande parte no ambiente digital. Reproduzido em “cursos” online e páginas de redes sociais.

A atuação de Olavo de Carvalho também pode ser interpretada a partir da categoria de metapolítica. Conforme observam estudos recentes<sup>103</sup> sobre as novas

---

<sup>103</sup> Disponível em: [https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/76BBAC92A8C76429E375BFD2E4B5E468/S0008423926101103a.pdf/metapolitique\\_dextreme\\_droite\\_usages\\_et\\_limites\\_dun\\_concept.pdf](https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/76BBAC92A8C76429E375BFD2E4B5E468/S0008423926101103a.pdf/metapolitique_dextreme_droite_usages_et_limites_dun_concept.pdf) Acesso em 3/4/2026

direitas, a metapolítica não se reduz à disputa eleitoral ou à conquista imediata das instituições estatais. Trata-se de uma estratégia voltada à transformação das condições culturais que tornam determinadas ideias socialmente aceitáveis. Seu objetivo consiste em produzir significados, influenciar imaginários coletivos e deslocar progressivamente os limites do que pode ser dito, pensado ou defendido no espaço público.

Nessa perspectiva, a atuação olavista ultrapassa a formulação de programas políticos convencionais. O esforço principal concentra-se na formação de comunidades interpretativas capazes de reorganizar percepções acerca da história, da cultura, da educação, da mídia e das relações de poder. A produção de cursos, livros, canais digitais, influenciadores e espaços permanentes de debate permite a construção de uma infraestrutura cultural dedicada à difusão de determinadas visões de mundo antes mesmo da conquista de posições institucionais. Trata-se, portanto, de uma estratégia eminentemente metapolítica.

Para Olavo de Carvalho e sua doutrina, forma-se em seus “cursos” não está limitado ao aprendizado intelectual, mas também o seu “comportamento”. Nesse sentido o “aluno” não apenas “estuda” o Olavo de Carvalho, mas ele deve agir como Olavo de Carvalho. É seguir também uma estética retórica que imita e mimetiza o próprio comportamento de Carvalho, principalmente no uso de palavrões, deboche, na postura de quem detém uma verdade oculta e no desprezo soberbo pelas instituições acadêmicas e de imprensa.

Nessa performance o “aluno” se sente como parte de uma elite intelectual “desperta” que, repetindo o comportamento de Carvalho sente que rompeu a “hipnose coletiva”. Deixa de ser um dos “imbecis coletivos”. No debate proposto pelo “olavismo” o objetivo nunca é a síntese ou o consenso, mas a aniquilação simbólica do interlocutor. A rejeição total do outro. A polidez é vista como uma máscara da “falsidade liberal” ou da “hegemonia esquerdista”. Logo, ser grosseiro, intransigente e violento verbalmente é performado como sinal de “sinceridade” e “virilidade intelectual”. É sinal de resistência.

Ao xingar ou ridicularizar um oponente, o olavista sinaliza para sua própria bolha que aquele interlocutor não merece ser ouvido. A intransigência impede que as ideias do “inimigo” penetrem no círculo fechado, agindo como uma espécie de escudo cognitivo. É um marcador de posição do que é legítimo ouvir e do que não.

Assim Através de um debate interminável em redes sociais, fóruns e blogs, emergem esquemas repetitivos de pensamento e fala que se tornam a linguagem comum destes “despertos”. Aliás, segundo Lucas Patschiki (2012, p. 124) identificou no antigo blog de Olavo de Carvalho, o “Mídia Sem Máscara” (já fora da internet) uma publicação que demonstrava um método de estratégia que consiste em "divulgação, exposição e tomada de espaços" na rede, incentivando seguidores a criarem blogs, comentarem em portais de notícias e utilizarem “tags” específicas para manipular mecanismos de busca.

A idéia é a seguinte: DIVULGAÇÃO, EXPOSIÇÃO E TOMADA DE ESPAÇOS. Seguem algumas sugestões para a ação na internet: 1) Se você não tem um blog, faça um. É de graça e você não vai gastar mais que alguns minutos. Não precisa ter textos originais. Encha o blog de textos que julgar interessantes, citando a fonte, claro. Adicione marcadores (ou tags), por exemplo: o texto fala sobre o Foro de São Paulo - coloque “foro de são paulo”, “lula”, “pt”, “Fidel”, “comunismo”, “farc”, “socialismo”, etc. nessas tags. Elas servem para auxiliar alguns mecanismos de busca. Mas seja honesto e liste apenas o essencial. 2) Comente as matérias dos jornais. Cadastre-se nesses meios, a maioria é de graça, e comente sobre as matérias. Não precisa ser uma tese de doutorado, basta uma manifestação enérgica. O que importa, nessa estratégia de ocupação de espaços é a VISIBILIDADE. Deixe as pessoas que irão ler em seguida saberem que a opinião delas tem simpatizantes, que elas não estão sós, afinal sabemos que o povo brasileiro é conservador. Também classifique os demais comentários. [...]

[...] Use o HUMOR, ridicularize os cocômunistas, num estilo à la Comunistas Caricatos, Opinião Popular, etc. O humor é poderoso! [...]

A proposta de ocupação sistemática dos espaços digitais ilustra de forma bastante clara o funcionamento das estratégias metapolíticas contemporâneas. O objetivo não consiste apenas em convencer interlocutores específicos, mas em alterar gradativamente o próprio ambiente discursivo. A repetição de determinadas narrativas, a presença constante em espaços de comentário, a produção de conteúdos e a disputa pelos mecanismos de visibilidade das plataformas digitais buscam normalizar determinadas interpretações da realidade. Em vez de uma conquista direta do poder político, procura-se construir previamente as condições culturais que tornam essa conquista possível.

Isso demonstra a importância dada para a “ocupação de espaços” online como estratégia prática de mobilização política. Mais recentemente isso se tornou uma

normalidade no debate online. Mesmo indivíduos que não se reconhecem pessoalmente como “olavistas” se comportam como tal nas redes sociais. Até mesmo vemos uma certa mimese invertida do “olavismo” como no caso do “janonismo” durante o pleito de 2022.<sup>104</sup>

A questão do “Foro de São Paulo” também é outro ponto que vale a pena ser examinado. Para Olavo de Carvalho, o “Foro de São Paulo” não é um simples fórum de debates, mas sim uma entidade secreta ou camuflada que coordena uma vasta conspiração contra a soberania nacional dos países latino-americanos. Segundo o autor, o objetivo central desta organização é a submissão do Estado a decisões tomadas por uma “assembleia continental de companheiros”, operando à margem da fiscalização de parlamentos, da justiça e da opinião pública. Segundo Olavo de Carvalho (2005):

O Foro de São Paulo é uma entidade secreta ou pelo menos camuflada (“construída... para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política”).<sup>105</sup>

Carvalho assim descreve o Foro de São Paulo como o instrumento prático para a transferência da autoridade nacional para uma autoridade secreta de estrangeiros. Essa visão conecta-se diretamente ao conceito de “Globalismo” ao apresentar um projeto que ignora as fronteiras e as leis nacionais em favor de um “novo padrão de relação entre o Estado e a sociedade” decidido em reuniões clandestinas. (Idem)

O discurso presidencial de 2 de julho de 2005, pronunciado na celebração dos quinze anos de existência do Foro e reproduzido no site oficial do governo, é a confissão explícita de uma conspiração contra a soberania nacional, crime infinitamente mais grave do que todos os delitos de corrupção praticados e acobertados pelo atual governo; crime que, por si, justificaria não só o impeachment como também a prisão do seu autor. (Idem)

A denúncia contra o Foro de São Paulo exemplifica a performance política olavista discutida anteriormente: o uso de uma linguagem contundente para “desenterrar” a verdade do “lixo verbal” oficial. Olavo de Carvalho utiliza termos como

<sup>104</sup> Sobre o “janonismo” ver <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-estrategia-de-andre-janones-para-reativar-o-janonismo-cultural/> Acesso em 18/02/2026

<sup>105</sup> Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/lula-reu-confesso/> Acesso em 19/02/2026

"traidor descarado" e "cínico" para se referir a lideranças políticas ligadas ao Foro, justificando essa virulência como a única resposta proporcional a um crime que ele considera "infinitamente mais grave" do que a corrupção comum: o crime de alta traição contra a nação. (Idem)

Não poderia ser mais patente a humilhação ativa da soberania nacional, principalmente quando se sabe que entre as entidades participantes dessas reuniões decisórias constam organizações como o MIR chileno, sequestrador de brasileiros, e as Farc, narcoguerrilha colombiana, responsável segundo seu parceiro Fernandinho Beira-Mar pela injeção de duzentas toneladas anuais de cocaína no mercado nacional.

Nunca um presidente eleito de qualquer país civilizado mostrou um desprezo tão completo à Constituição, às leis, às instituições e ao eleitorado inteiro, ao mesmo tempo que concedia toda a confiança, toda a autoridade, a uma assembleia clandestina repleta de criminosos, para que decidisse, longe dos olhos do povo, os destinos da nação e suas relações com os vizinhos. Nunca houve, no Brasil, um traidor tão descarado, tão completo e tão cínico quanto Luís Inácio Lula da Silva. (Idem)

Sobre a retórica recheada de ofensas e palavrões, segundo Patschiki (2012, p. 113), "Olavo de Carvalho em mais de uma ocasião "explicou" o seu uso de palavrões como contraposição em relação às agressões de críticos – que se estende a qualquer um que ele entenda que deva criticar". A explicação versava por uma certa legitimidade em que responder de outra maneira seria ser conivente com o inaceitável. Um caso interessante entre Jeffrey Chiquini e Paulo Figueiredo Neto demonstram isso. Figueiredo Neto, ao responder Chiquini nesta ocasião se expressou de forma descontrolada: "Vai tomar no seu cu! Que bom dia o cacete! Eu sou aluno de Olavo de Carvalho, eu não tenho essa fleuma, isso para mim vale porra nenhuma."<sup>106</sup>

A performance olavista remete, portanto, à luta primordial do bem contra o mal. É uma luta que se vê legítima e que justifica a violência retórica, a arrogância e todo tipo de deboche. Olavo de Carvalho se insere dentro desse quadro, se coloca como ponto de sustentação de resistência da sociedade cristã ocidental frente ao colapso espiritual e reveste seus "alunos" da mesma posição. Isso justifica posições como a de Paulo Figueiredo. Além disso, busca em um passado algo que está inexistente no presente, algo que foi perdido. É uma luta contra a catástrofe do presente, o universo

<sup>106</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SS6HxW2ELnM> Acesso em 18/02/2026

em decadência que o faz tomar essa posição de resistência e defesa dos valores ocidentais.

Olavo de Carvalho vê essa decadência do mundo atual a partir do que ele chama de “revolução cultural” – ou a “revolução psicológica” – que teria como estrategista o pensador italiano Antônio Gramsci. Segundo Carvalho: “Gramsci concebeu uma dessas ideias engenhosas, que só ocorrem aos homens de ação quando a impossibilidade de agir os compele a meditações profundas: amestrar o povo para o socialismo antes de fazer a revolução” (1998, p.83). A alcunha de estrategista se reflete, a partir disso, como o pensador do complô. Mesmo que não seja Gramsci o articulador direto do complô atual, por já ter falecido, Carvalho vê nele o pilar que estabelece a lógica seguida pela *organização* que estaria por trás da decadência moral da sociedade.

Eis aí o terceiro fator a que me referi. O gramscismo é menos uma filosofia do que uma estratégia de ação psicológica, destinada a predispor o fundo do “senso comum” a aceitar a nova tábua de critérios proposta pelos comunistas, abandonando, como “burgueses”, valores e princípios milenares. (Ibidem, p. 115)

Como toda construção ideológica, a lógica não cessa de conduzir um processo. O raciocínio de Carvalho atravessa as décadas chegando nos anos 2000 de forma muito mais direta ao grande público, diluída em outras obras e textos de maneira mais simplista, porém, com o mesmo sentido que suas obras mais antigas. Carvalho coloca que o propósito de Gramsci é:

Fazer com que todos pensassem, sentissem e agissem como membros de um Estado comunista enquanto ainda vivendo num quadro externo capitalista. Assim, quando viesse o comunismo, as resistências possíveis já estariam neutralizadas de antemão e todo mundo aceitaria o novo regime com a maior naturalidade. (Ibidem, p. 83-84)

Nesse raciocínio, seria a partir desta estratégia que haveria uma transformação de mentalidade antes de que houvesse a revolução política burocrática em si. Carvalho faz uma comparação com a revolução de 1917 perpetrada por Lenin e os bolcheviques para contrapor as diferenças entre as revoluções. Segundo Carvalho, a revolução de Lenin tende a retirar a ação comum do povo, ou do proletariado, que seria condicionado pela a força a viver em um regime socialista. Já em Gramsci a



população se sentira à priori partícipe, agente da revolução, justamente por existir uma estratégia de introjeção de ideias socialistas na sociedade de forma “obscura” e velada antes mesmo da revolução “oficial” acontecer. Para Carvalho, a despeito do mau vocabulário, “A revolução gramsciana está para a revolução leninista assim como a sedução está para o estupro” (ibidem p. 84).

Esse complô que seduz continua a ser utilizado anos depois, segundo ele. Apesar da construção retórica de Carvalho ter se modificado a partir de suas primeiras obras, talvez esteja menos “sofisticada”, porém, como os mesmos sofismas, o sentido da construção linguística permanece. Gramsci continua sendo o principal representante, entretanto, Carvalho foca em 2013 no que chama de “Globalismo” para argumentar e fomentar as mesmas sensações que fazia na década de 1990. Este “Globalismo”, para o autor, é um tipo de revolução que teria como objetivo “a implantação do governo mundial que hoje se desenrola ante os olhos cegos das massas atônitas”. (Carvalho, 2013, p. 147-148.)

O complô, portanto, seria estruturado através desta *sedução* proposta por Gramsci, que é perpetuada através do controle de informações e da formação educacional do indivíduo e perpetuado por essas forças “globalistas” nos dias atuais. Carvalho pontua que a questão da educação levaria a um consentimento através da “força do hábito”, em não haveria espaço para contradição, sendo que os indivíduos estariam inseridos dentro um raciocínio imposto estrategicamente. Essa imposição, portanto, necessita de que haja uma organização tática de introjeção e internalização de determinados preceitos que, para Carvalho, visam destruir os pilares ocidentais através de um projeto.

Que o globalismo é um processo revolucionário, não há como negar. E é o processo mais vasto e ambicioso de todos. Abrange a mutação radical não só das estruturas de poder, mas da sociedade, da educação, da moral, e até das reações mais íntimas da alma humana. É um projeto civilizacional completo e sua demanda de poder é a mais alta e voraz que já se viu. (Ibidem, p. 150)

É complexo direcionar explicitamente quem faz parte desta *organização globalista*. Carvalho não se mostra como revelador deste segredo de forma incisiva até mesmo pela razão de que o caráter “subliminar” destas pessoas, destes agentes políticos, é adequado para que haja uma determinada flexibilização de quem pode

constituir esse grupo. Ao tornar esse grupo de pessoas um segredo, que só os que participam conhecem, proporciona-se que haja mutações e transposições de quem faz parte, adaptando a realidade prática com os interesses práticos do conflito político pela hegemonia da cultura. Ou seja, dependendo do interesse, determinado grupo pode ou não fazer parte da organização. O caráter subliminar propicia isso. Ainda assim, o que existe de explícito nessas concepções é que bilionários, como George Soros, financiam diretamente esse tipo de educação cultural. Carvalho deixa claro em outro texto de 2006<sup>107</sup> que “George Soros não é o espertalhão maligno que se diz”, mas que seria manipulado por essas forças que ele não explicita quem são.

Apesar desta questão, Carvalho ensaiou alguns responsáveis pela articulação do complô gramsciano no Brasil, dentro desse seu raciocínio. Em um determinado momento do texto ele explica que já “vinha falando desde 1987 sobre o gramscismo petista” (ibidem, p. 126) e não teve repercussão dentre os meios de informação profissional. Isso continua nos seus textos mais recentes compilados no “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”. Ao exemplo de que, para ele, há uma “concentração exclusiva nos males do petismo, do MST e similares”. (Carvalho, 2013, p. 149).

Independentemente do apontamento de um responsável ou partícipe da Organização, a noção que implica um controle dos meios de informação por parte do complô também se evidencia. Carvalho enfatiza que, para Gramsci, “vale menos um orador, um agitador notório, do que um jornalista discreto que, sem tomar posição explícita, vá delicadamente mudando o teor do noticiário” (Carvalho, 1998, p. 94) e, além disso, o caráter flexível de quem pode ser agente da organização também resulta em uma falta de definição concreta. Isso não o impede de expressar questões como a afirmação:

A progressiva concentração dos meios de comunicação nas mãos de um reduzido número de grandes grupos econômicos íntimos do poder estatal, associada à tomada das redações por uma nova geração de jornalistas ideologicamente comprometidos, transformou jornais, revistas e canais de TV, de veículos de informação e debate, em agências de engenharia comportamental e controle político. A censura de notícias inconvenientes, a exclusão das opiniões divergentes, a promoção descarada dos ídolos da esquerda, a militância sistemática em favor dos objetivos propugnados pela revolução globalista

---

<sup>107</sup> Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/uma-dica-sobre-george-soros/> Acesso em 28/09/2022.

tornaram-se quase que normas de redação, cinicamente impostas por toda parte como a expressão pura do jornalismo mais neutro e objetivo. (Carvalho, 2013, p. 151).

Ele discorreu semelhantemente na década de 1990, sobre:

Jornalistas, cineastas, músicos, psicólogos, pedagogos infantis e conselheiros familiares representam uma tropa de elite do exército gramsciano. Sua atuação informal penetra fundo nas consciências, sem nenhum intuito político declarado, e deixa nelas as marcas de novos sentimentos, de novas reações, de novas atitudes morais que, no momento propício, se integrarão harmoniosamente na hegemonia comunista. (Carvalho, 1998, p. 94)

Todos os indivíduos que podem exercer uma ação cultural, nessa perspectiva, são potenciais partícipes da organização, ou “a tropa de elite de Gramsci”. É como se todas as pessoas fossem cooptadas a reproduzir a lógica de Gramsci sem nenhum senso crítico. O que, sem invariavelmente, não encontra respaldo na realidade, principalmente quando se trata do, por ele chamado, “petismo”. Mesmo com essas contradições, Carvalho se põe a afirmar que

O sr. Luiz Inácio da Silva foi posto no poder com o apoio da rede global de partidos e organizações tecida em torno da ONU. Essa rede constitui o núcleo do governo mundial em avançada fase de implantação. (Carvalho, 2013, p. 154)

Não é nada absurdo afirmar que a mídia e as instituições de comunicação de massa no Brasil fizeram abertamente uma campanha contra os governos petistas, portanto, afirmar que a mídia se posiciona enquanto um agente da instauração de uma revolução psicológica a favor de um “gramscismo petista” chega a ser fantasioso. Mas não nos interessa se isso é verdade ou mentira, apesar destas proporções serem interessantes de se pensar.

Essa relação entre verdade e mentira é sintomática para a construção do mito, por exemplo. Segundo Carvalho, Gramsci buscava extinguir a noção de verdade, enfatizando que não haveria uma verdade, mas diversas verdades. É comum na historiografia o debate sobre verdades absolutas. Convencionamos, de certo modo, a tratar assuntos pertinentes ao campo historiográfico após extensos debates como consenso acadêmico. Nenhum tipo de leitura historiográfica é isenta de reflexões, entretanto, isso exige uma certa ética e rigorosa reflexão teórica e metodológica

honestas. Para Carvalho isso pouco parece importar. Segundo ele, “Gramsci exige que toda atividade cultural e científica se reduza à mera propaganda política, mais ou menos disfarçada” (Carvalho, 1998, p. 98), nada além disso. E que, mais ainda, “o sonho de Antônio Gramsci, o “poder onipresente e invisível”, já é uma realidade em todo o mundo ocidental”. (Carvalho, 2013, p. 152)

É uma forma de raciocínio que se demonstra fechada em si, que não se propõe a debate. Ela pressupõe, antes de qualquer coisa, que existam cientistas, intelectuais, formadores de opinião que estejam conscientemente manipulando a verdade a fins ideológicos. Essas supostas pessoas seriam, portanto, representantes da corrupção da informação. Estariam a serviço de escusos interesses ideológicos, o desígnio final, instauração do comunismo em face a destruição do ocidente. Essa destruição é feita, portanto, segundo Carvalho;

[...] pela sua submissão integral a um apelo de ação prática; ação que, realizada, resultará em varrer a inteligência da face da Terra, por supressão das condições que possibilitam o seu exercício: a autonomia da inteligência individual e a fé na busca da verdade. (Carvalho, 1998, p. 98-99)

Esses pontos nos interessam: “a autonomia da inteligência e a fé na busca pela verdade”. Para Carvalho só existe uma verdade, a verdade centrada dentro da cultura ocidental cristã. Esse seria o pilar que sustenta toda cosmologia de interpretação da realidade que ele considera “correta”. Para Carvalho a deturpação desses pilares ocidentais é que resultam na destruição da sociedade. A fé em uma verdade finita, única aceitável, é o que moveria a sociedade de bem na sua caminhada. Nesse sentido, sacralizando uma determinada cultura social, o indivíduo é condicionado a participar de uma guerra contra o mal, no qual o bem é representado pela verdade, e o mal pela mentira, a manipulação e a corrupção.

Carvalho expressa que a única filosofia possível é a filosofia ocidental oriunda da Grécia. Nada além da construção escolástica grega é bem vista. Ele cita que “o fundo comum de onde emergem o positivismo, o marxismo e o neotomismo é a dissolução do racionalismo clássico” (ibidem, p. 105). Neste sentido é inexorável ao pensamento ocidental o advento da filosofia grega clássica. É a partir disso que Carvalho se vê como um cavaleiro em luta contra a destruição dos pilares da civilização ocidental. Como se a pluralidade de pensamentos fosse ofensiva ao

determinismo que, para ele, é essencial para a sobrevivência do que ele entende por cultura ocidental. Ela é única e finita e toda e qualquer crítica é vista como ofensa.

Carvalho externa, pensando na realidade brasileira, que o Brasil é um país que não passou pelo entendimento da filosofia clássica que determina a verdade teleológica da civilização ocidental. Deste modo, para ele, “nosso contato com as fontes filosóficas da civilização do Ocidente continuou superficial, ao passo que nos entregávamos de corpo e alma às retóricas coletivistas” (ibidem, p. 106). Carvalho determina, pensando essa dominação comunista na academia, que isso é resultado de uma intelectualidade no Brasil “fundamente predisposta ao apelo gramsciano, onde a vida intelectual deixa de ser o esforço solitário de quem *cherche en gémissant*, para tornar-se a participação num “sentido da vida” (idem, p. 107).

Esse é o raciocínio de Olavo de Carvalho, a criação de um inimigo prático, evidentemente comum na cultura fascista. “Todos os homens de esquerda neste país o fazem (seguir as ideias de Gramsci) há uma década, sem se dar conta” (ibidem, p. 115). Além disso Carvalho tem uma visão de que o Brasil é incapaz de entender algo de forma racional, expressando que “somente aqui” uma doutrina como de Gramsci poderia progredir. Olavo de Carvalho se coloca como um messias que vem trazer a verdade, a verdade da dominação comunista no Brasil e, sendo assim, essa a realidade, todos os “homens de bem” estariam convocados a combater essa catástrofe.

Apesar de todo esse pânico perpetrado por Carvalho, não vemos seu pensamento como algo novo. Até por isso somos reticentes ao termo “novas direitas”. Já expressamos nossa cautela em utilizar o termo neofascismo, por exemplo, e como esse é um debate teórico complexo que exige fôlego. O anticomunismo de Carvalho, apesar de performar em um novo ambiente, o digital, bem como utilizar do pânico para enfrentar uma “guerra cultural” e operar uma retórica da intransigência também não é novidade. Exponentes do integralismo, como Gustavo Barroso, já citado anteriormente, também se valia da mesma estratégia, mesmo que em um contexto diferente, com atores diferentes.

Carvalho, de certa forma, sofisticou o mito conspiratório do complô, desprendendo um enorme esforço para elaborar um raciocínio que, apesar de absurdo, fizesse sentido. Cabe voltarmos ao grupo que supostamente estaria empenhado em “subverter a ordem civilizacional ocidental”, os globalistas. Ou melhor, a “elite globalista. Segundo Carvalho:

A elite globalista não é apenas uma vaga classe social de capitalistas e banqueiros. É uma entidade organizada, com existência contínua há mais de um século, que se reúne periodicamente para assegurar a unidade dos seus planos e a continuidade da sua execução, com a minúcia e a precisão científica com que um engenheiro controla a transmutação do seu projeto em edifício. (2012, p. 47-48)

Novamente não vemos diferenças significativas com os conspiracionismo do século XX neste argumento. Há uma certa sofisticação e adaptação, mas não mudança substancial. Carvalho, por exemplo, em determinada situação, substitui a ideia de elite globalista por um “consórcio” que comandaria a transformação mundial. Essa ideia de consórcio, mas que poderíamos substituir facilmente por complô, ou sistema (para utilizar um termo repetido incessantemente pela extrema direita atual no Brasil), seria “a organização de grandes capitalistas e banqueiros internacionais, empenhados em instaurar uma ditadura mundial socialista” (Ibidem, p. 48).

Agora a razão para que os “grandes capitalistas” queiram instaurar uma ditadura mundial socialista é algo tão paradoxal que no nosso entendimento é um dos maiores exemplos da dissonância cognitiva que este tipo de argumento necessita para encontrar razoabilidade. Porém, essa visão transforma o anticomunismo em uma luta contra uma elite globalista oculta. O complô, nesse sentido, funciona como um dispositivo explicativo totalizante. Este dispositivo opera na subjetividade criando no indivíduo uma sensação neurótica e paranoica. Lógica em que há uma constante desconfiança, uma suspeita realimentada a todo momento.

Carvalho utiliza essa lógica para sustentar que o socialismo é a “religião do Estado” financiada pelos próprios capitalistas que ele afirma combater, criando um mito do inimigo que engloba a ONU, as fundações filantrópicas e os partidos de esquerda. Ao sacralizar o marxismo, Carvalho eleva a disputa política ao nível de uma guerra espiritual. A resistência ao comunismo torna-se, portanto, um dever religioso e um ato de preservação da “ordem do ser ocidental”. Essa sacralização permite que Carvalho mobilize seus seguidores em uma militância pela “verdade”. Não se trata de vencer um debate parlamentar, mas de salvar a inteligência humana da “degradação” produzida pelo que ele denomina “Marxismo Cultural”.

Através dessa “metapolítica da salvação”, Carvalho teve êxito em criar uma militância altamente motivada, que vê na destruição das instituições “marxistas” (incluindo a universidade e a imprensa tradicional) um imperativo moral. O “olavismo”

não é apenas uma filosofia política, mas uma técnica de formação de grupo baseada na exclusão do “outro” ideológico e na afirmação de uma verdade dogmática que se pretende absoluta e divinamente sancionada. Além disso o “olavismo” é uma performance política, além do mais uma performance online, em que a ocupação de espaços serve a construção de um mundo em que determinados indivíduos necessitariam para ver a verdade.

## 5 O FASCISMO HOJE E A MÍDIOSFERA FASCISTIZANTE – “JUNK NEWS”, PLATAFORMAS AUDIOVISUAIS, “THINK TANKS”, *INFLUENCERS* E A TRANSNACIONALIDADE DO FASCISMO NA ATUALIDADE (2018 – 2025)

Pois bem, a extensão do nosso tema tem um caráter disforme, está em constante transformação, por essa razão devo tratar rigorosamente de ser objetivo. A quantidade de dados produzidos na internet que possam ser observados é humanamente impossível de apreender de uma forma que rejeite uma análise puramente quantitativa, ou em total consonância com a História Serial, o que não é nosso propósito. Cabe, portanto, pontuar que não objetivo aqui escrever mais um texto que estabeleça as bases históricas para a linguagem fascista no Brasil, esse não é o objeto de nossa pretensão. O objetivo é pontuar e delinear alguns aspectos retóricos e atos de fala de atores específicos que, no entendimento desta tese, compõem o agenciamento do ecossistema de dissonância fascistizante no Brasil dentro da premissa da História do Tempo Presente.

Ao pensar o método da História do Tempo Presente, levamos em consideração a perspectiva da responsabilidade do historiador no seu tempo, bem como de que o passado não cessa de assombrar o presente. Em outras palavras, entendemos que o presente não é fruto exclusivo das relações do “agora” (seja quanto tempo durar esse agora), até mesmo pela própria fluidez das temporalidades que demonstram o presente como um tempo em movimento que “viaja” ao futuro sem, na grande maioria das vezes, largar suas raízes no passado. Esse passado que vislumbramos está representado numa espécie de “gramática” fascista (Gherman, 2022)<sup>108</sup>, um letramento específico que estabelece um conjunto de “regras de narrativas” que impactarão o discurso e atos de fala formadores da linguagem fascistizante corriqueira operada na sociedade digital.

Neste raciocínio a linguagem fascista não deixa de ser um motor da fascistização à brasileira que tem raízes no seu próprio passado. Valores do fascismo histórico brasileiro e europeu como, por exemplo, o ufanismo, patriotismo ou o anticomunismo conspiracionista que são relidos e reinterpretados a luz do próprio tempo presente, nunca deixaram de ser *fantasmas* daquele passado que entendíamos ter passado.

---

<sup>108</sup> Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/624125-o-que-a-extrema-direita-produz-para-o-mundo-e-uma-nova-utopia-entrevista-especial-com-michel-gherman>  
Acesso em 31/07/2025.



Nesta perspectiva, a prioridade recai sobre a análise de processos estruturais em vez de eventos contingentes. Essa precedência analítica é necessária para que, uma vez compreendidas a linguagem e as lógicas de programação discursiva, possamos identificar como a “narrativa” – categoria central na disputa pela hegemonia digital da extrema direita – é convertida em ação política. Esse mecanismo de operacionalização manifesta-se de forma empírica em eventos de alta voltagem social, como as eleições de 2022 e a emergência da COVID-19. A opção é por entender algo que ainda está em processo e que estratégias políticas, mesmo que não conscientemente aplicadas, são operadas a fim de determinar a radicalização política em um extremismo de direita.

Essa radicalização, por sua vez, é mais sintomática em determinados eventos, concordamos, e busca se mobilizar a partir de uma cultura de direita radicalizada, no nosso entendimento. Seja essa cultura nos seus mais diversos âmbitos, nos valores, nos costumes, na economia, na política, no social, nas representações, na identidade, na espiritualidade, na moral, etc. Todos esses fluxos de linguagem são os que podem ser acessados pela lógica *on-demand* do fascismo da era digital.

Nesse sentido não importa qual objeto, dentro da ideologia, é produzido, mas sim o aumento da quantidade de sua própria produção. Importa acelerar a hiperprodução destes objetos. Aumentar o fluxo de informação e de narrativas baseadas na linguagem fascistizante em vez de segmentar os indivíduos em determinadas ideologias fragmentadas, os reterritorializar no fluxo do fascismo. É liquidificar, decodificar a perspectiva fascista para acelerar as condutas e reterritorializá-las. Decodificar para recodificá-la. Esta questão é o próprio processo da desterritorialização presente na esquizoanálise de Deleuze e Guattari (2011) que busca a decodificação dos fluxos centrais de determinada composição social em uma axiomatização dos fluxos sociais, direcionando para determinada composição.

Isso porque o regime decodificação não significa, seguramente, ausência de organização, mas a mais sombria organização, a mais dura contabilidade, a substituição dos códigos pela axiomática que os compreende, sempre a contrário. (Ibidem, p. 204 – 205)

Por esse motivo que também falamos em “cartografia” digital e não somente em uma “etnografia” no ambiente digital. Falamos em cartografia dos afetos mobilizados através do mito conspiratório, desinformação e negacionismos. Falamos em

cartografia, pois pensamos em “paisagens psicossociais” (Rolnik, 2011, p. 23) que são construídas no observar do cartógrafo. O objetivo é cartografar lugares que são sintomáticos nas plataformas digitais. São, literalmente, ambientes que fornecem determinado conjunto de discursos e que possibilitam também a ação, através de atos de fala. São locais que possibilitam o consumo de determinado tema, valor, afeto, costume, pensamento, ideia, e muitos outros sistemas simbólicos humanos na lógica *on-demand*. Segundo Rolnik (2011, p. 23) “é papel do cartógrafo dar língua aos afetos que pedem passagem”, ou seja, mostrar que esses lugares são lugares de produção e reprodução linguística. São lugares de reterritorialização dos fluxos descodificados.

Assim, neste capítulo buscamos “desestruturar a estrutura” desta “estrutura estruturante”, fazendo alusão à Pierre Bourdieu (1996). Apontamos a gramática do mito conspiratório que aglutina os discursos e atos de fala na sociedade digital para demonstrar que a linguagem presente nesta gramática tem como ponto convergente esta mitologia política. Uma espécie de intento praxiológico do radicalismo de direita no Brasil. Desnudar a construção desse *habitus* linguístico – mais uma vez em alusão a Bourdieu (1996; 2006) – que é reproduzido nas plataformas digitais, seja por *influencers* com milhões de seguidores e assessoria de imprensa ou pelo cidadão comum com somente 50 seguidores e uma foto desfocada no perfil.

Essa linguagem é visualizável em qualquer evento ou recorte do campo da extrema direita e sempre estabelecida dentro do mesmo tipo de raciocínio, não importa o tema. Por exemplo: os comentários numa plataforma em uma notícia que influencie o debate político em um momento específico serão exatamente pautados no mesmo raciocínio que determinado veículo de “Junk News” interpretou e que *influencers* e políticos reproduziram. Isso é exemplificado em como uma mesma pauta, ou narrativa com os mesmos termos específicos circula em diversos grupos diferentes.

O objetivo, portanto, é poder visualizar que há uma lógica por trás de um simples comentário sobre um assunto minimamente relevante ao debate político e público do Brasil. Que, no caso, reverbera pelas plataformas angariando militância e retroalimentando a linguagem, que, por sua vez, estabelece a radicalização. Deste modo, quanto mais um indivíduo frequenta esses espaços de “colheita” e disseminação de narrativas, mais ele produz agenciamentos de enunciação e se insere dentro do ecossistema dissociativo fascistizante, cada vez mais se

radicalizando a ponto de operar ações violentas, como aconteceram nos últimos anos<sup>109</sup>.

Em todo caso, no início do processo de construção desta tese, tínhamos como objetivo de nossa “cartografia digital”, de análise desses lugares de linguagem, partir do que optamos por chamar de “Junk News”, ou dos veículos produtores/disseminadores deste tipo de “notícia”, passando pelas empresas de mídia e “Think Tanks”. A hipótese que verificamos à época é que esse era o lugar “inicial” da narrativa. Inicial entre aspas, pois o que observamos nos grupos do Telegram era que, determinada narrativa, estava sempre ancorada em uma reportagem, análise, documentário, em qualquer mídia que fosse. É como se os grupos de mídia e “Junk News” servissem para dar uma leitura de “realidade óbvia” para determinada posição.

Mas como é difícil delimitar o autor original de determinada desinformação, pois o caráter da internet tende à descentralização da informação, podíamos, somente, ter como ponto de partida um critério simples que atravessava a pergunta: qual “perfil” foi o primeiro a compartilhar? O trabalho era fazer uma espécie de “genealogia da narrativa”. Onde surgiu (absolutamente ou aproximadamente,), qual é o perfil de origem (ou o grupo de perfis, se empresas jornalísticas, *influencers* ou grupo ideológico e de qual cultura política) e quais políticos se alimentaram desta disseminação.

Entretanto, após alguns anos de pesquisa e, também, investigações, inquéritos, denúncias, etc. que forneceram documentações e dados novos pudemos compreender que, durante os eventos que serão delimitados no último capítulo, muitas dessas narrativas eram oriundas de uma organização estratégica que utilizava o aparato estatal para forjar desinformações, ataques coordenados contra “inimigos” e fomentar o negacionismo e o conspiracionismo para a produção de subjetividades extremistas e radicais.

Talvez a abordagem da chamada “Agenda 2030” siga uma lógica um pouco diferente, já que não está exatamente estabelecida em um evento (ou eventos dos últimos anos estabilizado no tempo), mas em um manifesto proposto em um

---

<sup>109</sup>Exemplo do caso conhecido como “Tio França”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-quem-e-homem-que-morreu-apos-explosoes-na-praca-dos-tres-poderes/> Acesso em 11/07/2025. Também como no caso do planejamento de ataque a bomba em um caminhão tanque no aeroporto de Brasília. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/11/6988382-militantes-da-extrema-direita-tentaram-explodir-o-aeroporto.html> Acesso em 11/07/2025

determinado momento histórico que ultrapassa, ou ultrapassará, gerações e que temos no chamado “Projeto de Nação” sua maior expressão contrária organizada textualmente no país.

Fazemos esse parêntese pela honestidade e responsabilidade com a pesquisa científica. Mesmo assim entendemos que a leitura geral do “Projeto de Nação” não passa de uma leitura específica do próprio modelo cognitivo perpetrado pelas chamadas “milícias digitais”. O entendimento da leitura de realidade dos dois ambientes é o mesmo. Portanto não nos importa se eles se alinham institucionalmente e/ou formalmente, importa que a linguagem é a mesma.

O inquérito das “Fake News”, no caso, se entrelaçou com a petição “PET nº 11108/DF” da chamada “ABIN Paralela” não somente para nós, mas também nas investigações oficiais. Demonstrando que, por mais que não possamos determinar que toda a linguagem operada no ecossistema dissociativo fascistizante, nestes diversos grupos, seja operada por uma estratégia formal, o modelo operacional, bem como a linguagem, é a mesma. Por essa razão entendemos ser importante pontuar de forma mais extensa esse grupo – da chamada “ABIN Paralela” – que acabou ficando de fora dos dois grupos que objetivamos inicialmente. O primeiro composto pelas empresas de mídia, pseudojornalísticas e think-tanks e o segundo pelos *influencers* (independentes ou não) nos mais variados temas que compõe o rizoma que estabelece a linguagem fascistizante atual.

Segundo o próprio ministro relator, Alexandre de Moraes, a CPMI do Oito de janeiro:

[...] analisou diversas provas e apontou conexões entre o objeto da comissão – Atos de. 8 de janeiro de 2023 – e os INQs 4.781 (FAKE NEWS), 4874 (MILÍCIAS DIGITAIS), bem como conexão à PET 11108 (ABIN) e aos Inquéritos instaurados para apuração específica dos atos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023: INQs 4920, 4921, 4922 e 4923. (Despacho Alexandre de Moraes INQ 4874)

Nesse caso, o que nos chama a atenção é o caso da ABIN. Entendemos primeiro que as chamadas “milícias digitais” são compostas pelos dois grupos que apontamos desde o início desta pesquisa, chamados de grupo 1 (veículos de “Junk News”, empresas de mídia e think-tanks) e grupo 2 (*influencers*, políticos profissionais e lideranças variadas) ou seja, perfis de instituições e empresas e perfis de indivíduos com determinado nível de liderança e influência que se entrelaçam diretamente. Esses

grupos fazem parte do chamado “núcleo formulador” pelo relatório da CPI da pandemia de COVID-19.<sup>110</sup>

Segundo que as “Fake News” são as narrativas dispostas para o estabelecimento, através da desinformação, do indivíduo no ecossistema dissociativo que, em última instância, através do mito conspiratório, radicaliza o sujeito. Ou seja, as “milícias digitais” originadas no “Gabinete do Ódio” são o veículo e as “Fake News”, no glossário do judiciário brasileiro, são as desinformações em forma de narrativas operadas nas plataformas digitais.

Com a publicização do relatório final da Polícia Federal em relação à petição “PET nº 11108/DF” – que versa sobre a utilização do software “First Mile” pela ABIN a fim de produzir a narrativa que mobiliza os afetos necessários conformes ao interesse do grupo político bolsofascista – ficou clara a centralização da produção de conteúdo difundido online. Assim, se antes seria perder tempo objetivar uma centralização da produção de desinformação com um intuito de angariar capital político, após o relatório da Polícia Federal sobre a ABIN, bem como os outros inquéritos e petições, isso ficou, de certa forma, revelado. O relatório demonstra que uma organização criminosa utilizava o aparato estatal e espionagem interna para produzir desinformação, ataques a adversários e mobilização de teorias da conspiração, principalmente em relação às urnas eletrônicas e, durante a pandemia de COVID-19, o negacionismo.

Composto por figuras de alto escalão do governo à época, incluindo potencialmente o então Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO e seu filho, Vereador CARLOS NANTES BOLSONARO. Este núcleo foi o responsável por definir as diretrizes estratégicas da ORCRIM, determinar os alvos das ações clandestinas (opositores, instituições, sistema eleitoral) e se beneficiar politicamente das operações. Era o centro decisório e o principal destinatário das “vantagens” ilícitas (manutenção no poder, ataque a adversários). (Relatório da Polícia Federal. Referente à PET 11108, INQ 4781/DF. p. 201)

---

<sup>110</sup> O relatório da CPI da pandemia delimita como núcleo formulador o chamado “Gabinete do Ódio” que seria “uma milícia digital que atuava na gestão das redes sociais, inclusive naqueles oficiais do ex-presidente Jair Bolsonaro, disseminando notícias falsas destinadas a minar as instituições democráticas, influenciar no processo eleitoral e a difundir o ódio contra pessoas e grupos, especialmente aqueles grupos já socialmente vulnerabilizados e perseguidos”. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9377921&ts=1697229317935&disposition=inline> Acesso em 24/11/2025

Essas “vantagens ilícitas” representam justamente a radicalização política oriunda das “ações clandestinas” (produção de conteúdo desinformativo, discurso de ódio e determinação da mitologia política conspiratória) por meio de “diretrizes estratégicas” para tal. Ou seja, o aparato estatal era utilizado estrategicamente para operar a linguagem fascistizante, dentro do nosso entendimento de radicalização política através do ecossistema dissociativo. Este grupo político estabeleceu uma fábrica de desinformação, operou uma máquina de confusão e mobilização para inculcar em suas bases este processo de radicalização.

Por essa razão achamos importante, antes de dar início ao exame direto do nosso primeiro grupo, pontuar que, acima deste grupo foi apresentado pelas investigações já demonstradas que havia uma estrutura muito bem estabelecida para a produção destas narrativas. Algo que não é nada absurdo, dadas a farta documentação e a própria investigação proposta por nós desde o início e, agora, amparada por diversas instituições formais do Estado brasileiro. Quando olhamos para as estratégias militares de operação psicológica nas redes que demonstramos anteriormente, somando ao papel deste grupo dentro das instituições de inteligência do Estado brasileiro, a estrutura fica muito mais clara. É uma organização muito bem pensada, operacionalmente e ideologicamente.

Para essa máquina funcionar, portanto, é necessário que grupos trabalhem esses temas, divulguem, apresentem análises, forjem muitas vezes um debate, ou um não-debate. Que construam uma sensação de que essas posições são críveis e que busquem uma espécie de reparação ou de justiça. Mas tudo isso não passa de sensação, pois a dissociação da cognitiva é tão sintomática que é regida pelo medo do “Brasil virar uma Venezuela”, ou na esperança que esse grupo salve nossa “liberdade” e nos livre da “ditadura do judiciário”.

Vamos, portanto, na sequência, trabalhar com esse “rizoma” de perfis que explicamos logo anteriormente. Rizoma, pois mesmo que pareçam descentralizados eles não cessam de se reterritorializar em interesses conformes à grupos políticos bem definidos. Principalmente pela razão que demonstramos ser do nosso entendimento de como há uma “criação”, ou estabelecimento, dessas narrativas de negação do outro, como é conduzida até o mito conspiratório por esses grupos e como eles acabam por se articular transnacionalmente através de figuras específicas ou,

até mesmo temas específicos, como a questão religiosa, econômica e/ou política, entre outras questões.

### 5.1 O fascismo hoje e o papel das “Junk News”, plataformas de mídias audiovisuais e “Think Tanks”

Neste momento nosso objetivo é demonstrar como o ecossistema dissociativo fascistizante conta com uma estrutura que possibilita a difusão e a legitimação das desinformações, negacionismos e discursos radicalizantes que são estabelecidos para fazer funcionar a máquina que constitui esse mesmo ecossistema. A premissa é básica. Esses grupos servem para legitimar o discurso. O impacto de determinada desinformação está justamente no rastro confirmativo que ela estabelece. Em outras palavras, as pessoas não levam a sério determinada narrativa, ou teriam muito mais problemas para tal, se essa narrativa não encontrar lastro em “grupos oficiais isentos”. Sejam esses grupos pseudojornalistas, empresas de mídia ou “Think Tanks”.

O ressurgimento de estéticas e lógicas políticas de extrema direita no século XXI, como já dissemos, não representa uma mera repetição histórica do fascismo europeu do século passado, mas sim uma metamorfose adaptativa às novas infraestruturas técnicas da sociedade digital. Como define Robert Paxton (2007, p. 358), o fascismo é “uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência da comunidade, sua humilhação ou vitimização”. No cenário contemporâneo, essa “preocupação obsessiva” encontra nas plataformas digitais um terreno fértil para a sua proliferação, principalmente através da noção de fascismo *on-demand* operado dentro da lógica grupuscular.

Nosso objetivo é, portanto, analisar a operacionalidade da linguagem fascista nas redes sociais e como a arquitetura algorítmica potencializa a radicalização e a fragmentação da esfera pública em prol de um ecossistema dissociativo. Esse, no nosso entendimento, é o ponto central que demonstra a operacionalidade do fascismo no presente. Análises, como a de Freud em “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), afirmaram que a coesão de um grupo se dá através de laços libidinais com o líder, que passa a ocupar o lugar do Ideal do Eu. Entretanto, hoje, apesar de observarmos uma sacralização do líder, Jair Bolsonaro, ela não é unânime em todos os grupúsculos. Em grande parte das vezes é heterogênea e abriga uma disputa, até mesmo, pelo seu espólio, após o encarceramento e inelegibilidade dele.

Theodor Adorno (2019), ao analisar a “Personalidade Autoritária”, expande essa percepção ao identificar que o sujeito fascista não é apenas manipulado, mas encontra na estrutura autoritária uma compensação para suas próprias frustrações e impotências sociais. Essa dimensão psicológica também é trabalhada por Wilhelm Reich (1988),



que em “Psicologia de Massas do Fascismo” argumenta que o fascismo não é uma ideologia imposta de cima para baixo, mas uma expressão da estrutura de caráter do homem médio, cujas necessidades biológicas e desejos são reprimidos. Nas redes sociais, essa repressão é canalizada através de uma performance digital do ódio, questão que pontuamos anteriormente como um aspecto da atualização do fascismo no presente através do comportamento “olavista”.

Não menos importante relembramos aqui Félix Guattari (1981) que introduz a ideia de que o fascismo opera em uma escala micropolítica. Para Guattari, existe um “fascismo molecular” que habita os desejos cotidianos. O desejo de ordem, de rejeição da alteridade e de proteção de um território identitário. As plataformas digitais, ao operarem na lógica da economia da atenção, capturam esses micro-desejos fascistas e os amplificam através de bolhas de filtragem, transformando o ressentimento individual em uma força política coletiva.

A operacionalidade do fascismo depende, fundamentalmente, da colonização da linguagem. Victor Klemperer (2009), em seu estudo sobre a linguagem do Terceiro Reich, demonstrou como o nazismo não convencia as pessoas através de argumentos racionais, mas sim através da repetição incessante de termos que, paulatinamente, alteravam a percepção da realidade. A LTI analisada por Klemperer, era uma linguagem que “pensava pelo indivíduo”, reduzindo a complexidade do mundo a binariedades morais e agressivas. No ecossistema digital brasileiro, observamos uma transposição dessa lógica. Termos como “Globalismo”, “doutrinação ideológica”, “patriota”, “sistema” e “liberdade” (esta última ressignificada como o direito de oprimir sem consequências) funcionam como os novos fundamentos da LTI contemporânea.

Quando a linguagem fascista se torna o código principal de comunicação em grupos de Telegram e redes sociais, o indivíduo perde a capacidade de dialogar com o factual, inserindo-se em um “Brasil paralelo” em que o inimigo é onipresente e a ameaça é iminente. Essa paranoia é repetida incessantemente nos mais variados grupos e temáticas que abrigam esses indivíduos ressentidos resultando na preocupação obsessiva com uma pretensa catástrofe iminente. É a humilhação formulada por Paxton (2007, p. 358) ao apontar a corrente vitimização destes indivíduos.

Retomado Griffin (2003), extrema direita moderna abandonou a estrutura de “partido único”, como no fascismo histórico, para se organizar em “grupúsculos”. Essa grupuscularidade assemelha-se a um rizoma ou a um *slime mould*, já explicado anteriormente. Ao mesmo tempo que é descentralizada, desterritorializada, ela precisa

somente de um estímulo para se reterritorializar. Esse estímulo, no entendimento desta tese, é o mito conspiratório.

Nas redes sociais brasileiras, esse rizoma grupuscular é composto por grupos heterogêneos: desde ultraliberais e movimentos como o MBL, até comunidades de “*red pills*”, misóginos, negacionistas e fundamentalistas religiosos. O que une esses grupos não é um programa político detalhado, mas o que Umberto Eco (2018) chamou de “Ur-Fascismo” ou “Fascismo Eterno” e que apresentamos de forma mais detalhada anteriormente. Eco identifica características como o culto da tradição, a recusa do pensamento crítico, o medo da diferença e o apelo às classes médias frustradas. No ambiente digital, cada grupúsculo cultiva sua própria faceta do Ur-Fascismo, mas todos convergem para a negação da alteridade através do mito conspiratório em comum. Entendemos que não necessariamente essas características estejam mimeticamente iguais em todas as formas de fascismo, mas sim variações delas. Neste caso concordamos com a posição de Griffin (1993) de que um “mínimo fascista” pode estar em sua característica *palingenética*, ou na crença de uma sociedade decadente que precisa “renascer” a partir de uma “revolução nacionalista”.

A grande inovação da extrema direita contemporânea é a adaptação da grupuscularidade à lógica do consumo *on-demand*. Se o fascismo histórico exigia a presença física em praças e a escuta de longos discursos no rádio, o “fascismo *on-demand*” é consumido de forma fragmentada e personalizada, na segurança do “mundo tela”. As plataformas de redes sociais funcionam como grandes catálogos de radicalização. O algoritmo, ao identificar uma inclinação para o conservadorismo moral, passa a “entregar” conteúdos cada vez mais radicais — de críticas ao “politicamente correto” à teorias conspiratórias sobre a “substituição populacional” ou “fraudes eleitorais”. O fascismo torna-se, assim, um produto customizado: o sujeito consome a parcela da ideologia que melhor se adapta ao seu nicho social. O ultraliberal consome o fascismo através da demonização do Estado e dos direitos sociais; o “*red pill*” consome através da misoginia sistematizada; o religioso através da “guerra espiritual”, da “pseudo perseguição” e por assim adiante.

A reterritorialização ocorre quando esses consumos individuais se encontram na “unidade de comando”, “na ideia força” da linguagem. Como aponta Teixeira da Silva e Schurster (2023) ao analisarem o Oito de janeiro de 2023, a eficácia desse modelo reside na sua capacidade de mobilizar corpos para a ação direta sem a necessidade de uma ordem formal e complementamos, necessita-se somente uma ordem cifrada. A

linguagem fascista, distribuída *on-demand*, preparou o terreno subjetivo para que a invasão das sedes dos Três Poderes fosse percebida pelos perpetradores como um ato heroico de “libertação”.

A operacionalidade da linguagem fascista nas redes sociais não é um acidente tecnológico, mas uma simbiose entre a estrutura psíquica do ressentimento e a arquitetura das plataformas digitais. O fascismo grupuscular de Griffin (2003), potencializado pelo consumo *on-demand*, cria uma rede de ódio que é, ao mesmo tempo, descentralizada na sua forma e centralizada no seu conteúdo. A resistência a esse processo exige mais do que a checagem de fatos; exige uma disputa pela própria linguagem e pela subjetividade, desconstruindo os mitos conspiratórios que alimentam o ecossistema dissociativo. Como nos ensina a história e os autores aqui citados, o fascismo começa na gramática e vai da linguagem às palavras, estabelecendo agenciamentos coletivos de enunciação que produzem subjetividades que radicalizam e, por fim, fascistizam.

“Junk News” e Plataformas de Mídia audiovisuais.

Deste modo selecionamos alguns destes que entendemos representar um recorte minimamente satisfatório para demonstrar nosso objetivo exposto. No âmbito do jornalismo “Junk News” selecionamos como fonte primária um blog em específico. De certo modo não nos limitamos a ele e outros que citamos de forma secundária, mas faremos esse recorte pela fluidez da análise e, também, pela sua própria importância em determinados momentos, seja pelo número de seguidores, compartilhamentos e/ou investimentos. No âmbito do jornal online escrito temos como principal fonte da operacionalização do ecossistema desinformativo fascistizante o portal “Terça Livre”.

O “Terça Livre” é um portal online criado em 2014 e teve como objetivo, segundo um de seus idealizadores – que abordaremos diretamente adiante – Allan dos Santos, “vencer o comunismo, as Farc [forças revolucionárias colombianas] e todo o trabalho de guerrilha armada no Brasil”<sup>111</sup>. Ou seja, é um portal de notícias jornalísticas, mas que o objetivo é ser uma linha de frente contra uma suposta ameaça comunista de uma guerrilha armada no Brasil. Nada define mais o mito conspiratório do que a definição dada por Santos: “criou sua empresa em 2014 porque os comunistas estavam

---

<sup>111</sup> Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/em-cpi-das-fake-news-blogueiro-bolsonarista-exibe-noticia-falsa/> Acesso em 14/07/2025

querendo criar os sovietes no Brasil” (Relatório da CPMI das “Fake News”, 2019, p. 192).

Os objetivos descritos por Santos demonstram, portanto, que a função do portal nunca foi de informar ou de veicular notícias, mesmo que enviesadas. O objetivo central deste portal era participar de uma pretensa “guerra”, o que chamamos anteriormente de ciberguerra cultural. O portal foi o principal veículo condutor das narrativas que serviam de combustível para estabelecer o conteúdo do ecossistema dissociativo fascistizante no país. Seu interesse era internalizar a sensação de um embate entre um grupo que estaria em complô para instaurar uma ditadura comunista no país, assim mobilizando o medo e a esperança. Medo deste comunismo fictício e a esperança na resistência originada na figura do extremismo de direita brasileiro que “salvaria” o país nesta guerra.

Não é necessário, no âmbito historiográfico, aqui analisar que a ameaça de “criar sovietes no Brasil” não faz o menor sentido. Diríamos que não passa de uma paranoia, se não tivéssemos total compreensão de que esse tipo de linguagem paranoica é justamente o que entendemos ser a linguagem fascistizante. Esse tipo de discurso é o que mobiliza outros milhares de atos de fala que se repetem diariamente nas plataformas digitais, nas mais variadas esferas. Atos de fala que demonstram a demonização do comunismo na figura de partidos que não estejam ligados ao extremismo de direita. Isso torna-se claro em pesquisas, no caso da COVID-19, como de Dantas, Calazans e Lima que demonstram “a formação de câmaras de eco, numa clara oposição entre o uso de veículos tradicionais de comunicação e sites de teor explicitamente ideológico” (2020, p. 1 e 15). Há uma explícita oposição que, no momento da citada pesquisa, tinha o “Terça Livre” como principal veículo de desinformação.

Para manter viva essa linguagem que busca a radicalização de direita, o “Terça Livre”, portanto, se valia sistematicamente de desinformação e notícias falsas. Tanto que o portal foi e é investigado em comissões parlamentares e inquéritos policiais. Durante a CPMI das “Fake News” foi, até mesmo, constatado que durante o depoimento o representante do portal disseminou desinformação sem nenhum constrangimento e foi corrigido posteriormente por outro depoente, o Sr. Gilmar Henrique Lopes, um dos responsáveis pelo portal E-Farsas.

Eu queria só pontuar duas coisas para vocês, rapidamente. Ontem, o Sr. Allan, do Terça Livre, falou algumas inverdades aqui para vocês. Não sei se vocês sabem, mas ele mostrou aqui algumas notícias para vocês e muitas dessas não eram verdadeiras, eram inverídicas. Ele disse aqui que as agências de checagem o estão perseguindo, mas, se ele falar a verdade, ninguém vai persegui-lo.

Ele falou ontem que o Brasil estava com um acordo com Cuba para troca de armas nucleares e ele mostrou aqui uma reportagem da Veja. Hoje de manhã eu publiquei lá no site... Eu entrei no site da Veja e vi que essa reportagem, na verdade, está falando de Coreia do Sul e Cuba. Não tem nada a ver com o Brasil...

Coreia do Norte, não é? Eu não sei de onde ele tirou essa informação, mas, como ele jogou para vocês, eu lembrei dessa história e quis falar para vocês. (Relatório da CPMI das “Fake News”, 2019, p. 223)

As relações do portal “Terça livre” com a desinformação e disseminação de notícias falsas, portanto, são notórias. Seria desnecessário ficar aqui elencando sistematicamente todos os casos em que foram comprovadas desinformações e/ou notícias falsas. Entretanto chamo a atenção para os objetivos colocados logo de início e como eles aparecem nestes casos. Chama também a atenção, por exemplo, um caso em que Allan dos Santos acusa em 2021 ministros do Supremo Tribunal Federal de prevaricação por conhecerem um suposto grampo da China e Coreia do Norte no gabinete do então presidente Jair Bolsonaro.<sup>112</sup> Nada disso foi comprovado e nenhuma prova foi apresentada. É mais um caso da linguagem operando para criar a sensação de que “países comunistas” estariam em um complô para, à época, derrubar o então presidente.

Pesquisas como de Cardoso e Rocha (2022) trabalharam com as estratégias de desinformação do portal “Terça Livre” e demonstram com clareza a “ideia de teoria da conspiração” (ibidem, p. 13), entretanto, achamos pertinente demonstrar, a partir de uma pesquisa em sites de checagem na internet, como o “Terça Livre”, apesar de se dizer um portal jornalístico, não tinha nada além do objetivo de fomentar o mito conspiratório como estrutura da linguagem – ou a gramática – do perigo comunista ou coisa do gênero. Como já debatemos anteriormente, esse discurso serve somente para mobilizar a negação da alteridade. Criar um ambiente em que existem inimigos a serem combatidos.

Em todo caso, citaremos alguns casos em que comprovadamente foram vinculadas mentiras pelo portal. Mas não só isso, também notícias que exemplifiquem

---

<sup>112</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/alvo-de-inquerito-do-stf-blogueiro-allan-dos-santos-deixa-o-brasil/> Acesso em: 24/11/2025

a ideia do mito conspiratório sendo divulgado neste canal. Importante repetir que devemos observar sempre estas notícias dentro da premissa que, segundo Santos, é o objetivo do portal: “vencer o comunismo”, que sempre serão, dentro do nosso contexto, os adversários da extrema direita brasileira. Identificamos um caráter determinante na estratégia do “Terça Livre” que se estabelece em três áreas. Ataques diretos a opositores políticos vistos como comunistas inimigos, distorção e manipulação de contextos para fundamentar estes ataques e, terceiro, o mito conspiratório como complô orquestrado por estes mesmos inimigos a fim de estabelecer uma ditadura comunista no Brasil.

Estas três áreas não são exclusividade do “Terça Livre” e de seus partícipes, elas se apresentam em grande parte dos portais, *influencers* e políticos aqui objetivados e já citados anteriormente. Portanto devemos pensar nessa tríade em todos os casos. Isso não quer dizer que aparecerão exatamente iguais, ou todas as vezes ao mesmo tempo. Em alguns casos uma ou mais dessas áreas ficam implícitas e não são diretamente visualizáveis em uma descrição superficial do caso. Mas ao analisarmos com uma visão semiótica, elas fundamentarão o argumento do discurso. É o que Clifford Geertz (1978) chamou de “descrição densa”, como objetivo de sua etnografia. Observar além daquilo que está explícito.

Pois bem, um caso interessante a ser exemplificado se refere a algo corriqueiro no discurso da extrema direita brasileira deste período. As alegações falsas, grande parte das vezes através de desinformações, que a determinada esquerda brasileira teria e tem ligações com o crime organizado. Utilizaremos como fonte primária, nestes casos, notícias que já tiveram sido desmentidas por agências de checagem e órgãos formais de Estado, como órgãos investigativos e/ou o judiciário.

A notícia em questão trata a seguinte manchete: “Quadrilha detida sacando 68 milhões para Haddad. Base do Governador Rui Costa, do PT, pode estar envolvida”, no contexto das eleições de 2018. Essa notícia utiliza a prisão de um grupo de estelionatários na Bahia como parte da afirmação de que o, então candidato a presidência, Fernando Haddad seria financiado politicamente com parte deste dinheiro obtido criminosamente.

Segundo o “Projeto Comprova” (“uma coalização de 24 veículos de mídia com o objetivo de combater a desinformação durante o período eleitoral”) a afirmação não procede e não há evidências de relações de Fernando Haddad, ou do Partido dos Trabalhadores, com o acontecimento.

Ao contrário do que afirmam textos em sites políticos, não há evidências de que suspeitos de integrar uma quadrilha que tentava sacar um cheque de R\$ 68 milhões no município de Poções, na Bahia, atuava para beneficiar o presidenciável Fernando Haddad (PT). É falso que a Polícia Civil baiana tenha encontrado qualquer ligação entre o grupo e a campanha do petista. A investigação aponta para crimes de estelionato, sem relação com a campanha presidencial.<sup>113</sup>

Esse exemplo demonstra como agem os agentes da desinformação nas plataformas digitais. O interesse não é “fazer uma denúncia”, mas alimentar o ecossistema dissociativo fascistizante com desinformação a fim de objetivar o “inimigo” dentro do campo político prático. Isso também alimenta a composição conspiracionista que partidos de esquerda – seja ou não objetivamente essa a orientação do PT, o que, certamente, é questão de debate – estão mancomunados com o crime organizado. A desinformação circula por diversas páginas e perfis antes de ser desmentida e de ações do judiciário para que saia do ar. Ainda segundo a checagem reproduzida pelo jornal “Estado de São Paulo”:

O link do Terça Livre com as acusações do vereador contra Haddad foi impulsionado em perfis no Twitter, como o do cantor Roger Rocha Moreira, do Ultraje a Rigor. O tuíte dele, do dia 22 de outubro, teve mais de 1,4 mil retuítas e 3,1 mil curtidas. O cantor Netinho postou a imagem com a desinformação em seu perfil no Instagram. Foi curtida por mais de 2,4 mil usuários. Ambos são apoiadores de Bolsonaro. O site republicadecuritiba.net também chegou a publicar a informação, mas o material foi excluído. (Idem)

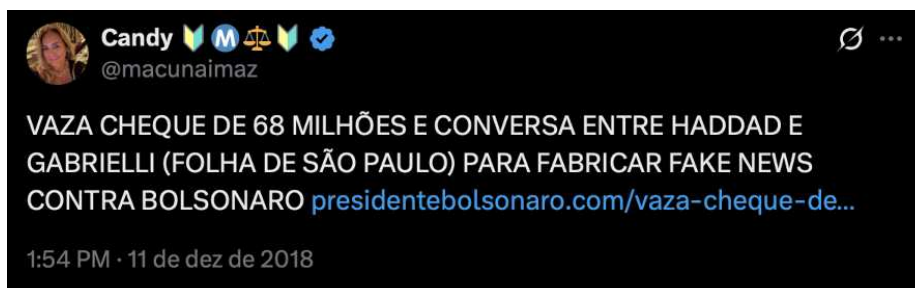
Após a desinformação correr, perfis com menos expressão também compartilham. Como no caso a seguir. Neste caso, o próprio perfil desmentiu a informação algum tempo depois. Outros perfis excluíram, como no caso de Roger Rocha Moreira. Entretanto isso não tira a função da desinformação. No caso do perfil a seguir, mesmo após a desinformação ser desmentida pela própria autora do post, os comentários continuam estabelecendo a sensação de que há, realmente, uma ligação entre o roubo e a campanha de Haddad. Isso alimenta o que chamamos anteriormente de “estado dissociativo”, em que grande parte da população só acredita em informações e discursos que fundamentem a própria cultura de direita e que

---

<sup>113</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/nao-ha-evidencias-de-que-acao-de-quadrilha-na-bahia-seja-ligada-a-haddad/> Acesso em 25/11/2025

“comproven” o interesse inicial de que “a esquerda tem relações com o crime organizado.

Imagem 32 Print Screen Twitter



Fonte: Perfil @macunaimaz – elaborada pelo autor (2026)

O trabalho de agências de checagem é essencial nesses casos, apesar de não surtir efeito para impedir a alimentação do ecossistema dissociativo fascistizante. No contexto exemplificado a partir da notícia veiculada pelo “Terça Livre”, ou seja, do processo eleitoral de 2018, período chave para entender o estabelecimento desse ecossistema, agências de checagem começaram a se debruçar sobre este problema que era, relativamente, novo no país. A “Agência Lupa”, por exemplo, fez um compilado de notícias (com o exemplo anterior incluído) em que a tríade argumentativa exemplificada anteriormente era explorada sistematicamente.<sup>114</sup>

Um outro caso, dos mais emblemáticos de desinformação, envolveu a jornalista Constança Rezende, quando o portal publicou que ela “teria admitido a intenção de “arruinar” o mandato e a família de Bolsonaro”, afirmação que foi posteriormente desmentida. A seguir um resumo de como a notícia foi vinculada e uma hipótese de que era uma espécie de “argumento escudo” já citado anteriormente por nós.

1. No domingo (1/3), o site de notícias Terça Livre publica uma matéria com o título *Jornalista do Estadão: a intenção é arruinar Flávio Bolsonaro e o governo*. Segundo a matéria, a jornalista que teria admitido a intenção de “arruinar” o mandato do presidente e sua família é Constança Rezende, uma das repórteres do Estado de S. Paulo que produziram matérias a respeito de movimentações atípicas na conta do ex-assessor de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz; apontadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

<sup>114</sup> Disponível em: <https://x.com/agencialupa/status/1055977575347040256> Acesso em 25/11/2025



2. Para fazer tal acusação, o site Terça Livre citou texto publicado por Jawad Rhalib em um blog hospedado no site do jornal francês Mediapart. Rhalib, no texto, afirma ter conversado com a jornalista brasileira. “Esta jornalista do Estadão se chama Constança Rezende, a primeira jornalista a publicar artigos sobre Flavio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro. Nós cavamos e, felizmente a repórter concordou em conceder uma entrevista por telefone que gravamos para compreender suas motivações. Ao final, saímos com um registro que mostra uma imagem catastrófica dos meios de comunicação locais e instituições governamentais”, diz um trecho do texto publicado no blog francês e reproduzido no Terça Livre.

3. Mais adiante, o texto de Rhalib conclui: “A conversa gravada com a jornalista Constança Rezende revelou a verdadeira motivação por trás da cobertura negativa da mídia, que era arruinar; [sic] o presidente Jair Bolsonaro. Revela que eles não estão interessados nos fatos, mas simplesmente em usar histórias negativas, muitas vezes inventadas, sobre a família do presidente Bolsonaro que foi eleito democraticamente.” Esse trecho também foi reproduzido na matéria do Terça Livre.<sup>115</sup>

O *modus operandi* do Terça Livre é caracterizado por esta “guerra retórica”, tão presente no “olavismo”, visa manter a base de seguidores em constante estado de agitação. Durante a cobertura da invasão do Capitólio nos EUA, por exemplo, o canal manteve uma narrativa de defesa por um tempo no ar: “Entre eles, era consenso que as eleições americanas foram fraudadas, mesmo sem evidências”. Segundo reportagem do “Agência Pública”<sup>116</sup>:

Na live, que teve 13.683 visualizações, Maurício afirmou que a eleição norte-americana foi fraudada. “Tem meio milhão de votos mandados pelos correios e os estados não querem autorizar fazer a verificação dessas assinaturas”. Em outro trecho, diz: “A Suprema Corte tá se calando para o maior roubo da história. Pelas evidências”.

No Twitter, o influenciador Bernardo Küster também sugeriu que houve fraude. Com uma imagem da multidão apoiadora de Trump questionou: “Quem ganhou as eleições americanas?”.

Já o Terça Livre dedicou oito vídeos à cobertura dos acontecimentos nos EUA, além de postagens no site e redes sociais. O youtuber Allan dos Santos, fundador do canal, fez a cobertura direto de Washington, enquanto outros colaboradores do canal comentavam em uma bancada de Brasília. Entre eles, era consenso que as eleições americanas foram fraudadas, mesmo sem evidências. (Idem)

<sup>115</sup>

Disponível

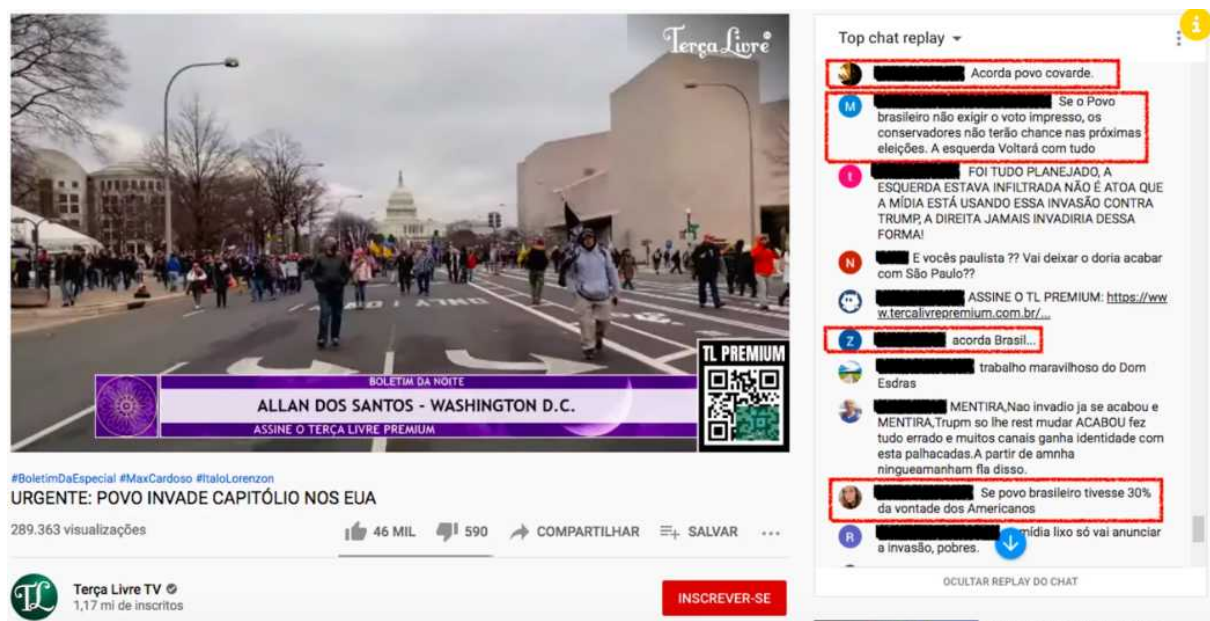
em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna\\_politica,742259/entenda-o-caso-envolvendo-bolsonaro-e-fake-news-sobre-jornalista.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna_politica,742259/entenda-o-caso-envolvendo-bolsonaro-e-fake-news-sobre-jornalista.shtml) Acesso em 19/02/2026

<sup>116</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2021/01/nas-redes-influenciadores-bolsonaristas-investigados-por-atos-antidemocraticos-apoiam-invasao-do-capitolio-nos-eua/> Acesso em 19/02/2026

A cobertura do “Terça Livre” serviu de combustível para incitação de uma mesma atitude no Brasil. Isso é comum em diversos eventos, como recentemente aconteceu com o caso do Nepal. A extrema direita operacionaliza esse tipo de notícia internacional incitando o caos dentro do país. Apesar das denúncias feitas por diversos parlamentares e instâncias jornalísticas é comum que não sejam responsabilizados pelas suas postagens.<sup>117</sup>

Imagem 33 Print Screen Canal do YouTube “Terça-Livre”



Fonte: Agência Pública (2021)

Esse tipo de comportamento dos “olavistas” no país se assemelha ao que conhecemos por “QAnon”. Entendemos isso, em consonância com alguns pesquisadores, que essa engrenagem de desinformação culminaria em uma espécie de “QAnon à brasileira” ou “QAnon tupiniquim”, ou uma importação de conspiracionismo diretamente dos Estados Unidos da América<sup>118</sup>. Originalmente, o QAnon é um movimento de extrema direita surgido nos EUA que “se baseia em uma série de teorias da conspiração ligando políticos e personalidades a pedofilia e

<sup>117</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2025/09/nepal-ja-onda-bolsonarista-e-tentativa-de-inspirar-novo-8-de-janeiro-diz-especialista/> Acesso em 19/02/2026

<sup>118</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-13/qanon-brasileiro-segue-firme-nas-redes-e-se-mostra-alinhado-a-movimento-de-teorias-conspiratorias-dos-eua.html> Acesso em 19/02/2026

satanismo"<sup>119</sup>, sendo classificado pelo FBI como uma ameaça terrorista doméstica. No Brasil, esse movimento se inscreve através da tradução e adaptação dessas teorias ao contexto local, especialmente durante a pandemia de COVID-19. A narrativa brasileira sustenta que o presidente enfrenta “forças literalmente demoníacas de uma elite nacional e global infiltrada no STF, no Congresso, na mídia e em todos os cantos, que busca implantar o autoritarismo comunista”.<sup>120</sup>

As temáticas, portanto, são variadas e percorrem um grupo bem estabelecido, sempre com o interesse de desqualificar uma esquerda genérica no Brasil. Esquerda essa que seria responsável por toda sorte de maldades e atrasos na sociedade brasileira. Seria responsável pela chamada “venezuelização” ou “dominação chinesa” do Brasil. Isso não aconteceria somente no âmbito econômico e político, mas também no âmbito moral, simbólico, cultural e subjetivo. A visão de uma decadência. Assim cria-se a ideia de uma “guerra espiritual”, semelhante à perspectiva defendida por Plínio Salgado no início do século XX.

O portal “Terça Livre” foi tirado do ar em meados de 2021 através de uma ação do Ministro Alexandre de Moraes, entretanto Allan dos Santos continuou sendo um pilar dentro do ecossistema dissociativo fascistizante utilizando outros canais, principalmente a “Revista do Exílio”, página na plataforma Substack que substituiu, de certa forma, a página do Terça Livre”. Utilizaremos este “portal substituto ao “Terça Livre” como fonte para nossos últimos exemplos.

Dentro desse “segundo portal” encontra-se um texto que exemplifica também a ideia de complô internacional operacionalizado pela “esquerda” brasileira. Na lógica do portal, da resistência à suposta hegemonia de forças progressistas e estruturas de poder global, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seria um agente destas forças obscuras e que, através de sua participação em setembro de 2024, teria escancarado sua “submissão” a “Agenda 2030”<sup>121</sup> e ao “Globalismo”. Nesse caso, o conceito de “Globalismo” aparece como um eixo central da preocupação, sendo caracterizado não

---

<sup>119</sup> Disponível em: <https://www.iea.usp.br/noticias/teorias-qanon-ganham-espaco-em-grupos-antivacina-no-facebook> Acesso em 19/02/2026

<sup>120</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-13/qanon-brasileiro-segue-firme-nas-redes-e-se-mostra-alinhado-a-movimento-de-teorias-conspiratorias-dos-eua.html> Acesso em 19/02/2026.

<sup>121</sup> Voltaremos a esta questão posteriormente. Neste momento citaremos publicações do Terça Livre na Revista Exílio, pois, o exame destas demonstram como se estabelece o inimigo articulado pelo portal.

apenas como uma tendência econômica da “Agenda 2030”, mas como um projeto político que visa a submissão das nações a elites globais.

O chefe do regime comuno-petista brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, discursou na ONU no último domingo. Em um evento que visa estabelecer compromissos para um futuro mais “justo” e “sustentável”, Lula destacou a importância de cumprir a Agenda 2030, especialmente no que tange às mudanças climáticas. No entanto, sua abordagem levanta questões importantes sobre a submissão às elites globalistas e as reais intenções desse grupo.<sup>122</sup>

Deixando de lado o significado oficial da “Agenda 2030” para examinarmos com mais critério posteriormente, nos interessa aqui entender a perspectiva apresentada pelo “Terça Livre”.

A verdade é que a submissão indiscriminada às agendas globalistas devem ser cuidadosamente reavaliada e denunciada. Porém, tudo faz parte do maquiavélico teatro monopolista dos órgãos globalistas, do qual os revolucionários brasileiros se orgulham de participar, visando cargos, campanhas, investimentos, alianças políticas, poder, etc. (Idem)

No contexto latino-americano, o “Foro de São Paulo” é identificado como a peça-chave dessa articulação para uma suposta dominação regional. O portal afirma que, por décadas, o Foro operou de forma informal e eficaz, servindo como uma instância de coordenação transnacional que dilui a soberania nacional em favor de lealdades ideológicas internacionais. O portal evoca Olavo de Carvalho, no mesmo teto já citado por nós anteriormente, demonstrando a estratégia “olavista” de comportamento retórico, que o presidente Lula Inácio Lula da Silva seria “réu confesso” dos crimes cometidos através de sua liderança da chamada “organização narcoterrorista Cartel de los Soles”, que segundo o portal, seria controlado pelo foro.<sup>123</sup>

Ou seja, o foro de São Paulo seria um dos tentáculos do “Globalismo” comunista que objetiva a dominação mundial. O portal “Terça Livre”, assim, se reveste de uma certa responsabilidade – tão comum na performance “olavista” de “salvar o

<sup>122</sup> Disponível em: <https://revistaexilio.substack.com/p/na-onu-lula-escancara-submissao-a> acesso em 19/02/2026

<sup>123</sup> Disponível em: <https://revistaexilio.substack.com/p/do-foro-a-queda-quando-a-confissao> acesso em 19/02/2026





ao afirmar isso, ao final deixa claro que a intenção é justamente ligar uma coisa a outra de forma objetiva.

Não se trata de afirmar que o Foro “comanda” guerrilhas, mas de sustentar que não houve ruptura clara entre o ciclo revolucionário armado e o ciclo político-institucional — apenas mudança de método. O mesmo grupo assassino e armado que opera de um modo aqui, de outro modo acolá.

O tempo de Lula confesso chegou. Resta saber se a direita brasileira continuará a falar de economia e amenidades quando é dominada pelo chefe do Foro de São Paulo, o órgão responsável pelo sustento e criação do Cartel de Los Soles de Maduro. (Idem)

Através da perspectiva de Olavo de Carvalho, o Foro é descrito não meramente como um fórum de debate, mas como um órgão operacional em que partidos políticos, governos e até organizações armadas, como as FARC, convivem em um mesmo ecossistema estratégico. Como exemplifica um dos comentários na publicação em questão, este cenário exige uma “união de forças” contra o que consideram ser uma “super quadrilha do crime organizado” que utiliza o Foro de São Paulo para financiar ações “para-estatais” e manter o domínio sobre a América Latina. Isso também demonstra como cautela de Santos ao afirmar que não se trata de dizer que o foro “comanda” guerrilhas não resulta em um entendimento comedido.

#### Imagem 35 Print Screen Caixa de Comentário “Revista Exílio”



História e Liberdade 4 de jan. Editado

...

Não apenas a Venezuela, mas a América Latina toda se tornou o laboratório do Foro de São Paulo. A Venezuela foi apenas o primeiro experimento "bem sucedido". Deu "certo" e por isso passou a ser aplicado no Brasil com mais sutileza e alguns avanços resultantes do aprendizado adquirido a partir da experiência venezuelana. Ao contrário da narrativa que tentam emplacar, a Venezuela não teve "sua soberania invadida pelos EUA", a soberania do país já fora invadida há mais de 20 anos pelo Foro de São Paulo. Não se pode violar uma "soberania" que não existe a não ser como fachada, assim com a democracia, quando na verdade o país vinha sob domínio de uma super quadrilha do crime organizado em associação com o narcoterrorismo, do qual o Foro de São Paulo sempre se valeu para o financiamento de suas ações para-estatais.

Como diz Bukele: "Se o governo não combate o crime é porque o crime está no governo".

Nesse sentido, Não vejo a hora de ter nossa "soberania" invadida.

PS: ficou faltando o MST no gráfico.

Fonte: Revista Exílio (2026)

Uma outra área que produz conteúdo para alimentar esse ecossistema dissociativo é composta por plataformas de audiovisual. Apesar de o próprio portal

“Terça Livre” também publicar vídeos, entendemos que plataformas de audiovisual constituem uma outra categoria da que as de “Junk News”. Neste caso é suficiente pensarmos na principal delas e que já conta com uma necessária revisão de pesquisadores profissionais: a “Brasil Paralelo”.

A Brasil Paralelo surge no rastro das jornadas de 2013 e do processo de impeachment de 2016, consolidando-se como uma resposta à suposta hegemonia do “Marxismo Cultural” nas universidades e na mídia tradicional. Os fundadores da Brasil Paralelo (BP) são os empresários gaúchos Henrique Viana, Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. A produtora foi oficialmente fundada em 2016, em Porto Alegre, e sua estrutura inicial reflete a trajetória de seus criadores no mercado financeiro e no ecossistema de marketing digital do Rio Grande do Sul.

A plataforma integra um ecossistema que visa redefinir o senso comum através de uma nova hegemonia cognitiva associando pautas liberais a uma moralidade neoconservadora. O historiador Murilo Cleto, em sua tese de doutorado pela UFPR, esquadrinha como esse projeto se manifesta no negacionismo histórico, particularmente em relação ao regime militar, mas também no processo de colonização, educação, entre outros assuntos. Cleto, entre outros pesquisadores, demonstra que a Brasil Paralelo utiliza uma certa estética da verdade para conferir confiabilidade a narrativas que omitem a violência estatal e a sistemática violação de direitos humanos no caso da ditadura militar, por exemplo.

Trata-se de um revisionismo calcado na apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos, cujo objetivo é produzir um “desvelamento de “verdades” deliberadamente ocultadas pelas elites políticas” (Cleto, 2023, p. 8), servindo como instrumento de mobilização política radical. A disputa pela narrativa histórica operada pela Brasil Paralelo não visa apenas o passado, mas a legitimação do presente. Tratar como natural a realidade predatória e exploratória do sistema que estamos inseridos.

Já Pereira; Santos (2021, p. 327) explicam a proximidade entre a forma de pensar da Brasil Paralelo e Olavo de Carvalho, o que no contexto desta tese é importante. “Como se sabe, a empresa do olavismo-cultural tem como principal escopo de atuação a ressignificação dos processos históricos brasileiros como forma de legitimação de um projeto de hegemonia a serviço da extrema direita, no presente”. Olavo de Carvalho aparece como a figura central de inspiração e orientação intelectual. Os fundadores da Brasil Paralelo admitem que a ideia da produtora surgiu do imperativo “olavista” de ocupar espaços na cultura, de criar uma milícia cultural

capaz de combater o que classificam como a hegemonia da esquerda. “A gente teve uma conversa com o professor Olavo, e ele falou: Vocês não podem perder a questão da militância. Vocês estão cumprindo um papel para o país, vocês estão prestando um serviço para a causa”, disse Henrique Viana.<sup>124</sup>

Outros autores que argumentam neste sentido são Almeida; Angelo; Rosa; Vieira (2024). Na prática, as produções audiovisuais da “Brasil Paralelo” utilizam o sistema de crenças olavista para oferecer aos espectadores um suposto lugar de imunidade ideológica contra o que os autores classificam como “contágio” ideológico nas universidades e na mídia tradicional (ibidem, p. 70). Carvalho não é apenas uma referência bibliográfica citada, mas atua frequentemente como protagonista e entrevistado central em documentários fundamentais da empresa.

Portanto, é diante da ameaça ao contágio comunista, coletivista, socialista, progressista, globalista, feminista, gayzista, maconheirista e demais pautas supostamente influenciadas pela agenda do marxismo cultural que os conservadores se fecham em comunidades, em bolhas informacionais e comunicacionais que podem garantir uma condição de imunidade, uma proteção, um lugar de segurança em relação à veracidade das informações contaminadas pelo viés ideológico que circulam nas universidades e na mídia corporativa. Essa crença baseada na pretensa imunização ideológica do conservadorismo pode ser encontrada em Russel Kirk (2013), um dos precursores do Moderno movimento conservador dos Estados Unidos que exerceu uma grande influência no sistema de crenças Olavo de Carvalho, assim como no próprio bolsonarismo. (Ibidem)

Essa simbiose entre Carvalho e a Brasil Paralelo é o que os autores denominam como “tecnoservadorismo”, um fenômeno em que o conservadorismo político se alia à sofisticação das plataformas digitais e algoritmos para modular o comportamento e a percepção da audiência.

[...] um novo tipo de conservadorismo ou reacionarismo tecnopolítico à brasileira – um tecnoservadorismo – que tem como princípio a compreensão de que “por meio do marxismo cultural, toda a cultura transformou-se numa máquina de guerra contra si mesma, não sobrando espaço para mais nada”. (Ibidem, p. 30)

A arquitetura da Brasil Paralelo e o conceito de “tecnoservadorismo” exemplifica o conceito apresentado por nós chamado de *fascismo on-demand*. Ao

<sup>124</sup> Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/05/19/brasil-paralelo-entrevista-historiadora-leandro-ruschel/> Acesso em 12/01/2026



contrário dos fascismos históricos que dependiam de grandes mobilizações de massa centralizadas, a Brasil Paralelo opera em um modelo de assinatura, em que o “consumidor” escolhe ser alimentado por uma realidade paralela que confirma seus preconceitos, desejos e interesses.

Este modelo alimenta o fascismo grupuscular, caracterizado por grupos fragmentados e digitais que, embora atomizados, convergem em momentos críticos de desestabilização democrática. Em consonância com Rocha (2021), a retórica do ódio e a visão revanchista da história brasileira moldaram o bolsofascismo, transformando o “inimigo interno” em alvo de eliminação simbólica (e, posteriormente, ao menos em planejamento, física<sup>125</sup>).

Deste modo, a atuação da plataforma durante o pleito de 2022 foi marcada por intervenções severas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O tribunal identificou o que o ministro Alexandre de Moraes denominou “desinformação de segunda geração”: o uso de fatos descontextualizados para gerar conclusões falsas e induzir o eleitor ao erro<sup>126</sup>. A Brasil Paralelo enfrentou a suspensão de documentários (como “Quem mandou matar Jair Bolsonaro?”) e a desmonetização de canais.<sup>127</sup> Na decisão da “Ação de Investigação Judicial Eleitoral”, o ministro Benedito Gonçalves destacou a existência de um “ecossistema de desinformação” que beneficiava candidaturas específicas através de publicidade paga massiva.<sup>128</sup> Relatórios jornalísticos e perfis de monitoramento, como a página da plataforma “Twitter (atual X)” “Brasil para Lerdos”<sup>129</sup>, documentaram como a plataforma investiu milhões em anúncios na Meta para disseminar narrativas que colocavam em xeque a lisura do processo eleitoral, pavimentando o caminho para o questionamento das urnas.

A transição do negacionismo histórico e científico para a tentativa de Golpe de Estado em Oito de janeiro de 2023 é direta. Ao educar seu público na crença de que as instituições (STF, TSE, Universidades) estão corrompidas por um complô comunista invisível, a Brasil Paralelo forneceu o combustível intelectual para a

<sup>125</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/punhal-verde-e-amarelo-entenda-plano-para-matar-lula-alckmin-e-moraes/> Acesso em 12/01/2026

<sup>126</sup> Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/tse-manda-remover-conteudo-do-brasil-paralelo-com-desinformacoes-contralula> Acesso em 12/01/2026

<sup>127</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/tse-desmonetiza-quatro-canais-e-suspende-divulgacao-de-documentario> Acesso em 10/01/2026.

<sup>128</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Aje nº 0601522-38.2022.6.00.0000. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. Brasília, DF, out. 2022.

<sup>129</sup> Disponível em: <https://x.com/brparalerdo/status/1644478190570598401?s=20> Acesso em 12/01/2026

insurgência. Este é o pano de fundo de um dos mais caros temas à linguagem fascista do nosso caso, o negacionismo. Não só o negacionismo científico, nesse caso das ciências humanas, mas, também, um profundo anti-intelectualismo revelado em uma crítica absurda às universidades.

A Brasil Paralelo, no nosso entendimento, é muito mais uma plataforma que constrói um modo de observar a realidade abstrata a partir deste prisma do complô, do que se preocupar em mobilizar uma militância “conservadora” ou “liberal”, em qualquer nível que seja. Talvez se observemos as produções de forma mais isolada, teríamos mais argumentos para pensar a Brasil Paralelo como uma plataforma insuspeita. Que só estaria apresentando a sua visão conservadora do mundo.

Entretanto o conteúdo em si não seria problemático, ao ser apresentado com honestidade intelectual. Falando no âmbito da historiografia, o revisionismo não é um mal inerente. Revisar períodos, acrescentar evidências documentais e repensar eventos fazem parte do dia a dia do historiador. A questão é quando o revisionismo se torna uma certa “desculpa” para negar evidências documentais, falsificar eventos e rejeitar pesquisas. Essa é a problemática central. Produzir subjetividades que delimitem a sensação de que o indivíduo estava sempre sendo enganado deliberadamente e que agora está se “libertando”.

Esse distanciamento estratégico da academia e a posição marcada como “resistência” a uma falsa manipulação histórica de “esquerda” serve, não somente a divulgação de valores conservadores ou liberais, embora pareça paradoxal conciliar ambos os espectros, estabelece este ponto enunciativo em que o grupo se porta como um dos setores que fornece substância para a personalidade autoritária e radical de direita. Isso se deve pelo motivo de que o mito conspiratório é o pano de fundo central em toda produção. Nada diferente da lógica “olavista” apresentada anteriormente. Exatamente o ponto nevrálgico da nossa tese.

Para exemplificar documentalmente como a Brasil Paralelo marca essa posição de “resistência”, citaremos quatro casos em que há claramente uma falsificação histórica que, pretensamente, justifica uma contraposição à historiografia científica que estaria “contaminada” por ideologia.

Primeiramente a produção que diretamente lida com esse ponto, de “uma contaminação das universidades pelo “Marxismo Cultural”, ideologia de gênero e negação da liberdade de expressão através da perseguição aos acadêmicos de

direita”<sup>130</sup>, o documentário “Unitopia” (2024). Apesar de não ser a primeira produção voltada para desqualificar o ensino e a educação de forma geral no Brasil (já havia outras produções com críticas rasas ao ensino brasileiro, suposta doutrinação ideológica, distorções sobre a aplicação de Paulo Freire na pedagogia nacional, etc. – como no caso da série “Pátria Educadora” de 2020), o “Unitopia”, de certa forma, reúne em compilação todas as características da narrativa de que as universidades são “comunistas”.

O documentário apresenta alguns pontos que revelam essa questão. De início a alegação de que não existe espaço para o pensamento conservador ou divergente, resultando em perseguição a alunos e professores que não seguem a “cartilha” progressista ou marxista (esses termos se confundem). A ideia é repetida: existe uma doutrinação marxista nas universidades. Para tal, por exemplo, o documentário cita uma pesquisa que afirma que nove em cada dez professores universitários dos EUA são de “esquerda”. Entretanto:

A falsificação da fonte desse dado é facilmente detectável por qualquer pesquisador e reveladora da maneira como a BP “busca a verdade”. É citada como única fonte um preprint — uma versão preliminar de artigo que nunca foi revisado por pares ou publicado em revista acadêmica, que tem um claro viés metodológico (focado nas humanidades), uma base de dados precária, e, até hoje, nunca recebeu uma única citação. Além disso, foi escrito por um coach, estagiário em engenharia de software sem formação em pesquisa nem vínculo com grupos de pesquisa. Na época em que escreveu o artigo era estudante de ensino médio na modalidade EAD.<sup>131</sup>

A descontextualização de dados e evidências, estratégia comum na Brasil Paralelo, serve, nesse caso, para transformar a universidade de um espaço de complexidade para um território inimigo homogêneo, justificando a necessidade de uma educação paralela paga (a própria Brasil Paralelo). Portanto o objetivo não é “libertar” as pessoas de uma manipulação científica, mas operacionalizar o negacionismo, a desinformação e a falsificação histórica a fim de formalizar o complô

<sup>130</sup> Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/ha-liberdade-de-pensamento-nas-universidades> Acesso em 12/01/2026

<sup>131</sup> Disponível em: [https://souciencia.unifesp.br/opiniao/as-universidades-e-o-ovo-podre#:~:text=Para%20os%20produtores%20da%20Brasil%20Paralelo%20\(BP\)%2C,universidades%2C%20a%20ci%C3%Aancia%2C%20os%20professores%20e%20os](https://souciencia.unifesp.br/opiniao/as-universidades-e-o-ovo-podre#:~:text=Para%20os%20produtores%20da%20Brasil%20Paralelo%20(BP)%2C,universidades%2C%20a%20ci%C3%Aancia%2C%20os%20professores%20e%20os) Acesso em 12/01/2026

comunista no sistema de ensino. O foco é criar esse inimigo a ser combatido e rejeitá-lo, por mais que sejam utilizados dados problemáticos como o exposto.

Um segundo documentário que segue essa lógica é o mesmo trabalhado por Cleto (2023), “1964 – O Brasil entre armas e livros” (2019). Em resumo, empiricamente, o filme hipertrofia a ameaça comunista e as ações da luta armada para justificar o golpe como uma “reação defensiva”, enquanto silencia ou minimiza a tortura e o terrorismo de Estado como meros “excessos”. Essa falsificação histórica mimetiza o padrão cinematográfico de grandes redes internacionais para conferir autoridade científica a narrativas sem lastro documental, como é comum em produções da Brasil Paralelo atualmente. São superproduzidas.

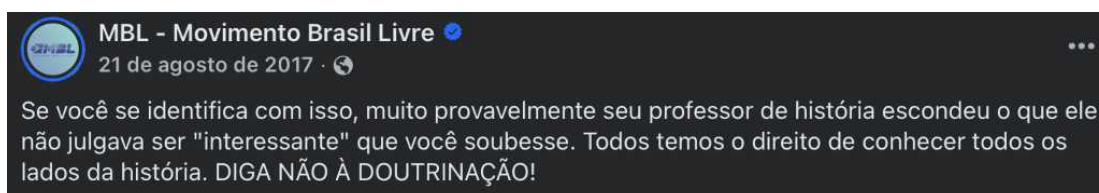
Essa perspectiva não é nova e, muito menos, inédita. Vemos esse mesmo argumento da “reação defensiva” ser repetido muitas vezes, inclusive pelos próprios militares que foram responsáveis no período ditatorial. Aliás, este foi o principal argumento utilizado como justificativa ao golpe em cima do governo de João Goulart por parte dos golpistas. Ao apresentar o golpe de 1964 como uma reação defensiva a uma suposta revolução comunista, a produtora busca construir um lastro histórico para o autoritarismo e para as pautas da extrema direita, sanitizando-as de forma a legitimar esse tipo de posição.

O que é semelhante à todas as produções da Brasil Paralelo é a substituição da historiografia profissional pelo testemunho pessoal. Tanto Cleto (2023) quanto Pereira e Santos (2021) e Rosa, Angelo, Almeida e Vieira (2024) apontam este fato. É basicamente querer equiparar a produção científica com a memória afetiva, como se a segunda fosse tão fundamentada em documentação quanto a primeira. No nosso entendimento é aí, principalmente, que se funda a posição negacionista da plataforma. Ao ignorar toda sorte de documentação, de produção historiográfica profissional, de reflexão acadêmica adequada, a plataforma falsifica a história para mobilizar no seu público afetos conformes aos seus próprios interesses. A utilização de testemunhos que somente servem ao viés de confirmação é o sintoma mais evidente disto.

Uma terceira produção que demonstra, de certa forma, o caráter negacionista da produtora é o documentário “A última cruzada” (2019). Talvez seja um ótimo exemplo de como a plataforma utiliza a história como ferramenta de combate “metapolítico”. Em uma visão historiográfica, a obra não é um documentário histórico, mas a construção de um passado mítico, uma mito-história que vide legitimar as posições que já expressamos aqui.

O filme busca estabelecer uma narrativa em que a colonização portuguesa é descrita não como um processo de exploração econômica e violência, mas uma missão civilizatória de que o Brasil seria herdeiro. Essa missão, ao fim e ao cabo, seria uma benfeitoria apresentada à colônia para levar um lugar degenerado a luz da cristandade. O principal problema aqui é justamente em ignorar a própria realidade colonial, principalmente da escravidão. É criada, literalmente, uma história paralela. A história deixa de ser um campo de disputa de evidências documentais para se tornar um espaço de revelação, de iluminação para “o que seu professor de história escondeu de você”. Exemplos no rizoma grupuscular são vários, como no caso a seguir.

Imagem 36 Print Screen Facebook



Fonte: Página MBL – Movimento Brasil Livre no Facebook (2017)

O espectador, portanto, é convidado a despertar para uma história que teria sido sequestrada por supostos doutrinadores marxistas. O negacionismo, nesse caso, não se dá pela negação da existência do fato da escravidão ou exploração, mas pela sua relativização desonesta ao tratar esses temas como algo “corriqueiro” e somente “fruto do seu tempo”. É minimizar também os impactos que esse passado tem no presente. Isso é um ponto importante. Ao fazer esse tipo de uso político do passado, a Brasil Paralelo fundamenta relações sociais atuais perigosas como o racismo, a misoginia, o autoritarismo, o fundamentalismo religioso, o anti-intelectualismo, etc.

Por fim, um quarto exemplo que achamos interessante citar rapidamente é a produção chamada “O Fim das Nações” (2020). Esta série de vídeos apresenta uma defesa dos valores nacionais em contraposição ao que é comumente chamado de “Globalismo”, diversas vezes examinado aqui e continuaremos. Não é exclusividade da Brasil Paralelo lidar com uma temática comumente tratada, em ponto pacificado na academia, como conspiracionismo. O “Globalismo”, no raciocínio destes grupúsculos, é colocado como uma estratégia da elite mundial para destruir os valores ocidentais e cristãos.

Desenvolveremos essa perspectiva mais profundamente a partir do diálogo com publicações de um “Think Tank” mais adiante e, também, no capítulo posterior, entretanto, é interessante pontuar que essa série de vídeos é mais um exemplo da mentalidade conspiracionista da Brasil Paralelo. Para a empresa não importa a pesquisa de ofício, mas estabelecer uma visão distorcida da realidade que reflita diretamente o interesse de sua própria ideologia. A plataforma, por exemplo, utiliza falácias como a “Grande Substituição” (teoria conspiratória sobre migrações), o “Grande Reset” e a suposta subordinação da soberania brasileira a planos secretos de governança global (rotineiramente estabelecida como de “esquerda”). É, basicamente, o complô da dominação comunista que repetimos aqui diversas vezes.

É nesse esteio que observamos o fascismo grupuscular que, deste modo, encontrou na Brasil Paralelo o referencial teórico para justificar a radicalização como um ato de “resistência” contra uma suposta tirania internacional. A plataforma, por exemplo, mesmo após os ataques do Oito de janeiro de 2023, continuou a produzir conteúdos que relativizam a gravidade do ocorrido, enquadrando os invasores como vítimas de “perseguição política”, em uma clara manutenção da estratégia de desordem informacional. A estrutura da Brasil Paralelo não é apenas de uma empresa de mídia, mas de uma ferramenta na guerra cultural que converte a ignorância histórica em capital político radicalizado, operando sob o manto da “liberdade de expressão” para acelerar o processo de radicalização de direita.

Para compreender, portanto, a eficácia da Brasil Paralelo, é profícuo operar uma pequena síntese teórica entre o conceito de fascismo grupuscular, de Roger Griffin (2003), e a categoria já proposta de fascismo *on-demand*. O fascismo grupuscular, descreve a transição das grandes organizações de massa para uma constelação de pequenos grupos que sobrevivem no ambiente digital através de uma espécie de “metapolítica” de resistência cultural. No entanto, a Brasil Paralelo sofisticou esse modelo ao transformá-lo em uma mercadoria de consumo contínuo. O conceito de fascismo *on-demand*, portanto, define a etapa em que a radicalização deixa de ser apenas uma adesão ideológica grupal para se tornar uma experiência de usuário customizada. Diferente das formas históricas de propaganda estatal, o fascismo *on-demand* opera sob a lógica do *streaming*.

Isso nos apresenta algumas características que deixam a lógica mais clara. De início, o indivíduo escolhe assinar a plataforma para ter acesso a uma “verdade” que as instituições e as ciências ocultam. O conteúdo é desenhado e opera na lógica

algorítmica para retroalimentar o viés de confirmação, transformando o negacionismo histórico em entretenimento de alta qualidade técnica. Por fim, é operada uma certa privatização da radicalização, o que também é vantajosa economicamente. A formação do grupúsculo ocorre na esfera privada da tela, onde o assinante consome uma realidade paralela que justifica o ódio institucional sem a necessidade imediata de um partido político formal.

Nesse sentido, enquanto o fascismo grupuscular fornece a estrutura rizomática, o fascismo *on-demand* apresenta a substância estética e o modelo de negócio que mantém a radicalização financeiramente sustentável e psicologicamente imersiva. Exatamente o que a Brasil Paralelo opera.

### “Think Tanks”

No esteio das plataformas de “Junk News”, como o “Terça Livre”, e das empresas de mídia, como a “Brasil Paralelo”, temos os chamados “Think Tanks”. “Think Tanks” são institutos ou instituições que servem, de forma simplista, como “repositório” ou “fábrica” de ideias, em uma tradução livre. Já citamos diretamente diversos “Think Tanks” que servem para alimentar o ecossistema aqui objetivado. Alguns são tradicionais no país, como o “Instituto Millenium”, que contribuem de forma secundária, outros surgiram dentro do contexto trabalhado nesta tese, como o “Instituto Mises Brasil” – IMB.

O “Instituto Mises Brasil” foi fundado em 2007 principalmente por Hélio Beltrão. Destaco Hélio Beltrão, pois outros idealizadores, não se mantiveram no instituto até o momento da escrita deste texto. Nomes como Fiori Chiocca, e Cristiano Fiori Chiocca, acabaram por deixar o instituto, segundo Cristofolletti e Serafim (2023, p. 10) para criar outro “Think Tank”, o “Instituto Rothbard”. Outro nome que aparece citado pelos autores como importante idealizador é Rodrigo Constantino, já citado rapidamente neste trabalho como um influenciador/jornalista que também opera como criador de conteúdo para alimentar o ecossistema dissociativo fascistizante.<sup>132</sup>

Segundo a página do instituto, o “Mises Brasil” “é um “Think Tank” voltado à produção e à difusão de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os

132

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/CqtjLdGfGzgS6frxmHYSFdx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 25/11/2025.

princípios de livre mercado e de uma sociedade livre”<sup>133</sup>. O instituto, portanto, utiliza a doutrina do autor da chamada “Escola Austríaca de Economia”, Ludwig Von Mises, a fim de interpretar a sociedade e a economia, de forma geral. Entretanto a atuação do “Mises Brasil” não se limita a essa definição explicitada na página oficial e nem ao intuito meramente acadêmico. Podemos partir, principalmente, do slogan criado por este grupo o “Menos Marx, Mais Mises”.

Imagem 37 Publicação no Facebook



Fonte: Página Mises Brasil no Facebook (2025)

Este slogan apareceu recorrentemente em protestos organizados pela direita brasileira nos últimos anos, demonstrando que a atuação do instituto não se reduzia a “produção e a difusão de estudos econômicos e de ciências sociais”, mas adentrou a formação política e, por consequência, alimentou o ecossistema dissociativo, pois se posicionava estritamente no espectro político, mesmo que de forma secundária.

Nosso argumento é que a fascistização acontece a partir da desterritorialização dos argumentos e das ideias. O caráter econômico é importante neste sentido. Institutos como o “Mises Brasil” fazem parte desse ecossistema oferecendo *on demand* conteúdo antimarxista e ultra liberal como forma de inserir indivíduos dentro do ecossistema. Apesar de ser pretensamente uma esfera um tanto quanto mais

---

<sup>133</sup> Disponível em: <https://mises.org.br/quemsomosnos/> Acesso em 25/11/2025.



“intelectualizada” que, supostamente, estaria longe de ser um portal de desinformação, ou que estabelece o entendimento do complô como valor central, o instituto por diversas vezes transgrediu essa pretensão. Inclusive os próprios fundadores, irmãos Chiocca, demonstraram seu descontentamento com essa posição de Helio Beltrão e como ele direcionou o instituto para essa outra esfera, o do embate político. (Ibidem, p. 12)

Não é novidade que Mises, o autor, era crítico do Marxismo. É comum vermos na sociedade digital debates em que, principalmente Mises, é utilizado como trunfo para demonstrar a “impossibilidade” do Marxismo ou, até mesmo, do socialismo em geral.<sup>134</sup> Não pretendemos entrar no mérito da adequabilidade acadêmica das críticas de Mises à Marx ou ao Socialismo e a esquerda, ou o que quer que seja. Entendemos que o debate sobre ideias é importante no mundo acadêmico e tem toda legitimidade, mesmo que feito de forma incorreta ou insuficiente. É do jogo o embate no campo científico que, como qualquer outro campo, é um ambiente de disputa. E concordamos que a disputa acadêmica também é um ambiente político. Visões políticas vão se encontrar.

Entretanto entendemos também que o tipo de retórica utilizada, a falta de honestidade intelectual e o negacionismo, principalmente para nós, o histórico, são impedimentos para o desenvolvimento saudável das ciências humanas. Feita essa ressalva, entendemos ser legítimo o conflito de ideias, desde que amparados na ciência e na honestidade intelectual. Por essa razão não entraremos no mérito dos acertos ou erros de Mises dentro do campo econômico, social e político. O interesse é demonstrar como um corpo de ideias é utilizado como um produto retórico que pode ser consumido *on-demand* pela sociedade digital. E que, neste caso, serve a linguagem que estabelece o ecossistema dissociativo fascistizante ao produzir subjetividades e mobilizar afetos conformes ao interesse de determinado grupo. É uma porta para a radicalização.

Em todo caso, o “Instituto Mises Brasil” tem como claro inimigo comum o Marxismo. É aqui que queremos pontuar. O site oficial do instituto tem centenas de artigos com críticas ao Marx, ao socialismo, comunismo ou à esquerda em geral. O que em geral não seria um problema se isso não fosse utilizado para instrumentalizar a produção do medo e do ódio contra socialistas. A aproximação com partidos políticos

---

<sup>134</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QbqET52lvL4> Acesso em 27/11/2025

e a utilização do instituto como arma retórica nesse ambiente, como exposto pelos próprios fundadores, é o que fundamenta essa nossa análise. O instituto não é um opositor acadêmico ao marxismo, mas o trata como inimigo. É a tradicional tese do perigo comunista que vimos diversas vezes durante a história do Brasil.

Imagem 38 Publicação no Facebook



Fonte: Fonte: Página Mises Brasil no Facebook (2025)

Essa transmissão do debate meramente intelectual para a militância política, fez do “Mises Brasil” uma ferramenta importante não só na manutenção do inimigo a ser combatido exposto em protestos ou *memes* nas suas redes sociais, mas também é um veículo utilizado na lógica da ciberguerra cultural. Teremos uma seção específica para tratar destes temas – desinformação, negacionismo e mito conspiratório – no capítulo seguinte, entretanto, achamos importante pontuar, para finalizar esta análise do “Instituto Mises Brasil”, a participação do instituto, na figura ativa de seu presidente, Hélio Beltrão, durante a pandemia de COVID-19.

Beltrão foi citado rapidamente no relatório da CPMI da Pandemia como promotor de um “debate” com Paolo Zanutto, indiciado pela mesma CPMI como partícipe do chamado “gabinete paralelo” do Ministério da Saúde que visava criar

estratégias negacionistas que tivessem como objetivo que o país não tomasse atitudes comprovadas para limitar a circulação do vírus.<sup>135</sup> Beltrão se inseriu nesse contexto como agente intelectual das posições defendidas por negacionistas, primeiramente focando na questão econômica e crítica ao *lockdown* no início da pandemia, mesmo com o consenso científico apontando para a eficácia sanitária desta prática.

Imagem 39 Print Screen Twitter



Fonte: Perfil Helio Beltrão no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

O próprio site do instituto também vinculou textos de terceiros com críticas ao *lockdown*. Destaca-se o texto “*Lockdown: a nova ideologia totalitária*”<sup>136</sup>, em que é apresentado o *lockdown* como uma “nova ideologia com tendências totalitárias”. A intenção do texto, escrito por Jeffrey Tucker, conhecido militante estadunidense do chamado “anarcocapitalismo”, uma distorção das ideologias libertárias, como o anarquismo que prega um ultraliberalismo econômico. Tucker é também um dos redatores da versão estadunidense do “Instituto Mises Brasil”.

Neste texto, Tucker, inicia com uma determinação minimamente simplista do conceito de ideologia e estabelece que toda ideologia tem tendência totalitária, pois “dependem fundamentalmente de sobrepujar as preferências e escolhas dos indivíduos e substituí-las por um sistema de crenças e comportamentos planejado por algum comitê de iluminados”. Entretanto, suas posições próprias nunca são vistas

<sup>135</sup> Relatório da CPMI da Pandemia – Senado Federal, 2021, p. 898

<sup>136</sup> Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/3003/lockdownanovaideologiatotalitaria/>  
Acesso em: 27/11/2025

como ideologia e sim mero tecnicismo, aos moldes das relações economias com o fascismo histórico apresentado por Clara Mattei (2023) (ver capítulo 2.3). Mesmo assim, o autor segue estabelecendo características de ideologias, no entendimento dele, como o comunismo, fascismo e racismo. (Idem)

Deixando de lado a gigantesca insuficiência analítica para determinar o que cada uma dessas categorias representa e a exacerbada simplificação das complexidades que cada um destes termos constitui, Tucker “explica” que o *lockdown* é um aparato que “chegou impondo os controles mais intrusivos, abrangentes e praticamente globais de seres humanos na história registrada” (Idem). Evidentemente temos na pandemia de COVID-19 a maior coordenação em escala mundial de restrições de circulação de indivíduos já vista. Mas esta afirmação não pode ser usada como evidência de uma ideologia em formação. Não sem levar em conta o contexto globalizado atual e a diferença com outros momentos históricos em que atitudes como essa foram necessárias.

A questão aqui é interpretar uma estratégia apoiada em evidências científicas como um modelo político que estaria sendo imposto como um regime novo totalitário. Isso é nada mais que desinformação com intenção ideológica. O objetivo é fundamentar, mesmo que de forma rasa, que estratégias científicas fariam parte de um complô para atacar “as liberdades” dos indivíduos. Objetivos como “achatamento da curva, desaceleração da disseminação, distanciamento social, contenção em camadas direcionadas, intervenção não-farmacêutica” (Idem) são apresentados como falsas razões para implementar um regime totalitário. É o que vemos apresentando como linguagem fascistizante, uma forma argumentativa baseada em desinformação, rejeição da alteridade e mito conspiratório.

Esse não é o único texto fundamentado no mito conspiratório do complô mundial presente no referido portal. Não restam dúvidas que o “Mises Brasil” flerta esclarecidamente com o que chamamos de “mito-história” para argumentar, seja nas reflexões sobre economia, sejam reflexões estritamente políticas e sociais. A figura do inimigo que manipula o “sistema” (palavra incessantemente usada pela linguagem fascistizante do presente) sempre está como sujeito oculto dentro desses contextos argumentativos. É também lógica da sociedade digital criar a sensação de que o consumidor desta linguagem estará sempre prestes a “descobrir” a “verdade” que o “sistema” não quer deixar que ele saiba. Mesmo sendo curioso que são sempre estes mesmos grupos que, unicamente, têm acesso a “verdade”.

Por exemplo, outro texto que demonstra muito bem a operacionalidade do mito conspiratório enquanto formulador cognitivo de interpretação da realidade prática é o texto intitulado “Começamos com os lockdowns. E estamos indo para “O Grande Reset”<sup>137</sup>. Este texto representa muito bem o que queremos dizer com a tríade mito conspiratório, negacionismo e desinformação. A narrativa proposta é que o lockdown, proposta sanitária embasada cientificamente como mitigadora dos efeitos pandêmicos da COVID-19, não seria uma estratégia pensada que resultou diretamente da necessidade em frear a contaminação, mas a orquestração de um plano por uma elite global com o objetivo de destruir a liberdade individual, o capitalismo e, em última instância, reestruturar a sociedade em uma nova ordem.

Não é novidade que esse mesmo enredo é repetido em diversos contextos. A pandemia de COVID-19 não é vista como uma crise sanitária, mas como um pretexto orquestrado por uma “elite global” ou o “sistema” que visa implementar uma agenda de controle autoritário. Tudo isso em tom alarmante conclamando aos leitores a uma “resistência popular” contra o lockdown e esta “agenda” oculta. Pois, segundo o texto, caso isso não ocorra “o fim da pandemia não significará o fim dos lockdowns, das quarentenas e das medidas de distanciamento social” (idem). Questão que neste momento, após o fim da pandemia, vemos que não aconteceu. Porém, o texto continua explicitando essa “trama” oculta de um complô para transformar a ordem mundial.

No momento, porém, os oponentes dessa nova ordem mundial organizada por uma tirania digital ainda têm acesso à mídia e a plataformas para discordar. No entanto, o tempo está se esgotando. Os criadores da nova ordem mundial são espertos. Declarar o coronavírus como uma pandemia foi útil para promover a agenda de seu “Grande Reinício”. (Idem)

Textos como esse buscam somente a radicalização ideológica, não há outra interpretação que não passe por essa definição. A retórica, inclusive, de urgência e fatalismo, alertando o leitor sobre a iminente perda total de liberdade e a destruição da ordem social e econômica como a conhecemos, tendo como base a associação de fatos desconexos, como o Fórum Econômico Mundial, COVID-19, lockdown, políticas

---

137

Disponível

em:

<https://mises.org.br/artigos/2984/comecamoscomoslockdownseestamosindoparaograndereset/> Acesso em 9/12/2025

climáticas, socialismo, “Agenda 2030” e uma suposta engenharia social são associados como parte do complô operado nas sombras por essa suposta elite. Operação, esta, que já foi, segundo o texto, operada de forma semelhante na Revolução Francesa, Russa e Chinesa. Ou seja, fatos que não têm relação nenhuma entre si são colocados como partes de um plano maior para reestabelecer a chamada “Nova Ordem Mundial” em que surgirá um governo global autoritário (fundamentado também pelo já citado “Globalismo”).

Além de tudo, o texto reserva uma retórica que, além de alarmista, é simplificadora e que reduz a complexidade do jogo político e econômico mundial em uma causa única e central: o complô de uma elite global para a imposição do “Grande Reset”. Essa é a essência do mito conspiratório. E não só isso, apesar de implícito, também se observa a analogia feita por Girardet (1987) do mito da “idade do ouro”, ou seja, de um passado idealizado de liberdades irrestritas e felicidade totalizante que, em via de regra, está sendo destruído por este complô através de uma “engenharia social” orquestrada. É uma interpretação que cria sentido ao período pandêmico, simplificando questões complexas em um simples complô, transformando um acontecimento, a princípio caótico, em um plano maligno, revelando assim um inimigo a ser combatido, a pura essência da representação da negação da alteridade. Todos que não forem contra ou se mantiverem submetidos a esse “sistema” são inimigos.

Esse alarme teria soado, pois:

[...] a elite global explicitamente aponta 8 diretrizes a serem alcançadas até 2030.

O item número 1 já diz tudo: “Você não será proprietário de nada, e será feliz”.<sup>[sic]</sup>

Já o item número 4 diz: “Você comerá menos carne — Carne será um luxo ocasional, e não um item corriqueiro. É para o bem do ambiente.”

O item 2 afirma que os EUA deixarão de ser uma potência. O item 5 defende a imigração totalmente irrestrita, dizendo que o aquecimento global gerará refugiados que terão de ser recebidos e integrados sem restrições. O item 6 deixa implícita a intenção de abolir os combustíveis fósseis. Já o item 8 fala que os “valores ocidentais” serão revistos.

Esses pontos foram retirados de um vídeo anexado no próprio texto que é atribuído ao Fórum Econômico Mundial. O editor do texto selecionou somente as partes que legitimariam o argumento do complô. Todos esses pontos seguem uma

explicação em seguida. Por exemplo, ao dizer “você não será proprietário de nada e será feliz”, o que se segue é a justificativa. “Você alugará tudo e será entregue por drones”. Apesar disso, não é nosso objetivo aqui analisar exercícios de *futurologia* do Fórum Econômico Mundial, independentemente da sua validade ou plausibilidade. Nos importa demonstrar como o alerta para uma luta contra a tirania global iminente mobiliza afetos que produzem subjetividades conforme ao interesse destes indivíduos.<sup>138</sup>

Do mesmo modo não é o objetivo refletir sobre o “Grande Reset”, sua legitimidade, coerência ou o que quer que seja. Entretanto, vale salientar que, como toda desinformação, a questão do “Grande Reset” é baseada em uma determinada “verdade” e devemos fazer uma distinção clara entre a proposta original do “Grande Reset” e a teoria da conspiração que surgiu em torno dele. Segundo a BBC: “Um vago conjunto de propostas de uma organização influente foi transformado por teóricos da conspiração em um motivo para se declarar um levante em uma guerra virtual”.<sup>139</sup>

Este é mais um caso de mobilização continuada, tão presente na arregimentação fascizante. Isso aponta como este tipo de linguagem visa a continuada luta espiritual do bem contra o mal, que já citamos anteriormente, mesmo que só exista no ambiente digital. Ainda assim, como entendemos esta sociedade como uma sociedade digital, é mais do que suficiente este tipo de mobilização para estabelecer subjetividades que serão instrumentalizadas, ao fim e ao cabo, no embate político pragmático de manutenção de privilégios e do sistema capitalista exploratório. Mas então o que é o “Grande Reset”? Explicaremos rapidamente.

“Em junho de 2020, o Príncipe de Gales e o chefe do Fórum Econômico Mundial, [Klaus Schwab], em Davos, lançaram uma iniciativa pedindo que a pandemia fosse vista como uma chance para o que eles chamaram de um “Great Reset” da economia global” (idem). Esse é o fato. Além disso, ainda segundo a BBC, e que concordamos, iniciativas como esta são passíveis de críticas de forma legítima. Porém este não é o problema, que se volta para o seguinte:

---

<sup>138</sup>

Disponível

em:

<https://mises.org.br/artigos/2984/comecamoscomoslockdownseestamosindoparaogranderes>  
et/ Acesso em 9/12/2025

<sup>139</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57666500> Acesso em 14/11/2025

Mas a maior discussão online não é sobre questões políticas legítimas — discussões sobre combustíveis fósseis e igualdade de renda — mas na forma de afirmações selvagens e sem fundamento.

A expressão "Great Reset" recebeu mais de oito milhões de interações no Facebook e foi compartilhado quase dois milhões de vezes no Twitter desde que a iniciativa foi lançada, de acordo com uma pesquisa da BBC Monitoring.

Entre as postagens mais populares estão declarações infundadas de que o "Great Reset" é parte de uma grande conspiração da elite global, que de alguma forma planejou e geriu a pandemia da COVID-19.

Nessa narrativa, as restrições de bloqueio foram introduzidas não para conter a propagação do vírus, mas para provocar deliberadamente o colapso econômico, levando a um governo socialista mundial, embora dirigido para o benefício de capitalistas poderosos. (Idem)

A questão, portanto, não é o debate franco sobre as premissas estabelecidas – reduzir desigualdade, pensar a inclusão social, refletir formas de frear a mudança climática com uma economia mais sustentável e responsável – mas estabelecer que isso é parte de um complô da elite mundial para criar a espécie de um estado totalitário global. Além de servir à fundamentação da linguagem fascistizante, conspirações como o "Great Reset" são, como cita David Nemer, um "grande negócio".<sup>140</sup>

Esse problema entra de encontro com o que refletimos no capítulo 3. A monetização deste tipo de conteúdo, além de ajudar a alimentar o mito conspiratório do complô, estabelece uma grande fonte de renda que, em grande parte das vezes, resulta na absorção de capital, não somente econômico, mas ideológico. Nemer cita alguns *influencers* digitais que somam milhões de visualizações com exatamente esta temática o que resulta em uma audiência que está sendo formada dentro desta lógica cognitiva estabelecida pela ideia de complô. (Idem)

E essa monetização não é só lucrativa para os *influencers*, mas também para as próprias plataformas. Sem querer soar redundante, pois debatemos isso mais diretamente no capítulo 3, a própria lógica da economia da atenção e do capitalismo de plataforma preza pela reprodução deste tipo de conteúdo que gera muito engajamento e, conseqüentemente, lucro. Também segundo Nemer, "ainda que o Google utilize a etiqueta "teoria da conspiração" para conteúdos ligados ao termo "nova ordem mundial" ou "o grande Reset", o interesse pelo lucro fala mais alto do que o interesse de acabar com conspiracionismos como este. Dá lucro, e muito.

<sup>140</sup> Disponível em <https://apublica.org/sentinela/2022/08/como-o-grande-reset-virou-uma-grande-teoria-da-conspiracao/> Acesso em 09/01/2026



Poderíamos continuar com outros casos em que o “Mises Brasil” se torna um porta-voz da mito-história e de conspiracionismo, porém, como já dito, nosso objetivo não é esgotar a análise da propagação da linguagem fascizante baseada no mito conspiratório do complô em somente um “Think Tank”. Também queremos pontuar outro aspecto que entendemos ser de imensa importância, a performance online.

Neste sentido, voltaremos nosso olhar para outro grupo que, recentemente, transformou-se de “Think Tank” para partido político institucional, o Movimento Brasil Livre – MBL. Não nos aprofundaremos na história da gênese do MBL, existem pesquisas, como de Camila Rocha (2018), que já abordou de forma suficiente as questões relacionadas a isso. Entendemos ser mais profícuo refletir sobre o MBL dentro dos objetivos que traçamos aqui. Pensar esses grupos como “lugares” de agenciamento coletivo de enunciação, principalmente em suas doutrinas baseadas no mito conspiratório, mas também na sua performance.

Apesar de não desenvolvermos muito a origem, cabe pontuar que o MBL surge no contexto do que Camila Rocha (2018) define com ascensão de “contra-públicos” (espécie de público marginalizado que opera em lugares de debates paralelos aos canais tradicionais). Esse contexto, por exemplo, tem em Olavo de Carvalho um ponto simbólico da estruturação que resultou no ecossistema aqui objetivado. Tanto na construção de uma pretensa “resistência” a uma ameaça, quanto na performance não só online, mas também nas suas ações de invasão de instituições de ensino.

O MBL é mais um grupo que opera dentro da premissa básica da linguagem fascista em que se coloca como uma luta contra a degeneração da sociedade atual. Também se revestem da responsabilidade de compromisso de operar uma “modernização conservadora”. Isso se torna evidente, por exemplo, nas ações dentro de universidades onde, regularmente, apareciam para criar casos, gravar vídeos com ofensas e deboches a fim de monetizar também a própria performance política.<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> Exemplos são vastos. Disponíveis em: <https://horadopovo.com.br/integrantes-do-mbl-invadem-unicamp-e-agridem-estudantes-e-professores/> ;  
<https://www.plural.jor.br/integrantes-do-mbl-invadem-reitoria-da-ufpr-usam-spray-de-pimenta-e-deixam-milhares-feridas/> ;  
[https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id\\_article=17356#:~:text=Na%20c%C3%A2mara%20Santo%20Andr%C3%A9%20estavam,trabalhadora%20e%20do%20povo%20pobre.](https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=17356#:~:text=Na%20c%C3%A2mara%20Santo%20Andr%C3%A9%20estavam,trabalhadora%20e%20do%20povo%20pobre.) ;  
<https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/4002/sindicato-repudia-ataques-do-mbl-contraprofessora#:~:text=Sindicato%20repudia%20ataques%20do%20MBL,Jos%C3%A9%20dos%20Campos%20e%20Regi%C3%A3o> Acesso em 19/02/2026

Esse tipo de atitude parte exatamente da performance já apresentada do “olavismo” e também da doutrina “olavista” da dominação comunista das instituições nacionais. Apesar do MBL ter rompido em determinado momento e criticado Carvalho<sup>142</sup> diversas vezes, suas concepções se alinham no que diz respeito à performance e a doutrina conspiratória. Não se iniciaram assim, como expressa o dossiê do “Le Monde Diplomatique” sobre o grupo, mas, com o tempo, o MBL adotou o imaginário das “guerras culturais” contra o “Marxismo Cultural” como uma estratégia de *rebranding* para falar “às entranhas” do público quando a pauta econômica perdia força.

O imaginário recorrido atualmente pelo MBL é o das “guerras culturais” e da luta contra o “marxismo cultural”. A semente desta segunda ideia vem sendo plantada há muitos anos pela direita brasileira, tendo Olavo de Carvalho seu principal formulador. Segundo estas teorias, a esquerda teria colocado em segundo plano a tomada revolucionária do poder, para investir na destruição dos tradicionais valores ocidentais de família, religião, moral, cabendo aos homens e mulheres de bem defender e preservar estes pilares. O discurso em questão fala muito melhor aos corações brasileiros, relativamente progressistas em termos de direitos sociais, mas conservadores em questões comportamentais-culturais. Ou seja, caímos na armadilha do MBL, estamos agora jogando o jogo escolhido por eles, num terreno agora bem mais favorável, em sintonia com a subjetividade carola do Brasil, através de uma cortina de fumaça, criada para desviar o foco de Temer e grupos políticos próximos da organização.<sup>143</sup>

Isso se soma, por exemplo, a postagem de Renan Santos que demonstra que o mito conspiratório da dominação globalista também encontra razão no pensamento do grupo. No caso Renan disse: “Nós vamos proibir a entrada de dinheiro de ONGs gringas que colocam milhões de dólares aqui [no Brasil], financiando iniciativas de movimento negro, índios, movimento gay...”<sup>144</sup> A postagem foi feita no contexto da candidatura do mesmo pelo recém criado partido “Missão”. Partido criado em meio a denúncias sobre manipulação da coleta de assinaturas.<sup>145</sup>

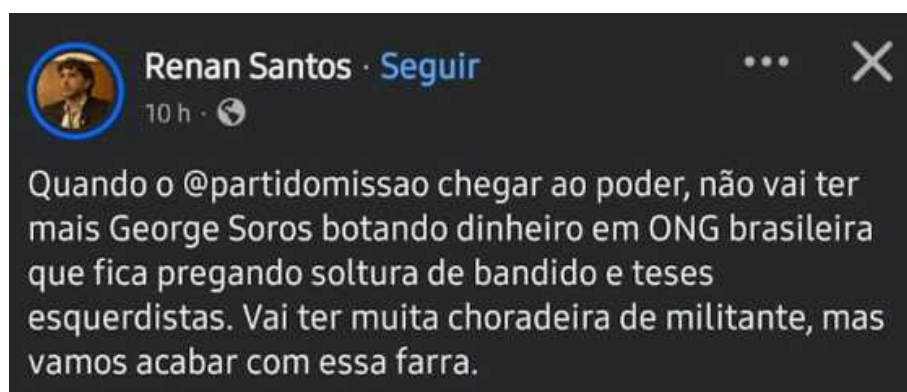
<sup>142</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/mbl-acusa-olavo-de-incitar-violencia-em-manifestacao-23777838> Acesso em 19/02/2026

<sup>143</sup> Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-mbl/> Acesso em: 19/02/2026

<sup>144</sup> Disponível em: <https://x.com/republiqueBRA/status/2024475166391120305> Acesso em 19/02/2026

<sup>145</sup> Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/11/12/mbl-coletou-assinaturas-sem-avisar-que-era-para-criar-partido-dizem-signatarios/> Acesso em 19/02/2026

Imagem 40 Publicação no Facebook



Fonte: Perfil de Renan Santos no Facebook – elaborada pelo autor (2026)

O caso do MBL é, de certo modo, discrepante dos outros “Think Tanks” que observamos. Entendemos isso porque o MBL conseguiu se estabelecer de forma descentralizada, utilizando essa possibilidade que a plataforma social disponibiliza, a fim de conseguir ocupar espaços institucionais importantes. Isso se reflete, principalmente, na eleição de Kim Katagiri à câmara dos deputados em 2018 e sua reeleição em 2022. Além de Katagiri o MBL emplacou alguns deputados estaduais e vereadores, mesmo antes de criar o próprio partido, o “Missão”, em 2025.

Essa expertise em utilizar as plataformas de redes sociais levou ao MBL uma oportunidade que não foi desperdiçada. O entendimento da “economia da atenção” – citada anteriormente – fez do MBL um fenômeno político da sociedade digital brasileira. O MBL não surgiu operando na política institucional através do diálogo clássico, mas sim através da lógica do conflito permanente. Lógica dos cortes para as plataformas digitais de redes sociais. A performance do conflito direto em ambientes diferentes foram o insumo para produção dessa máquina performática online. O objetivo primordial não é a proposta legislativa, mas o corte de vídeo para o TikTok ou YouTube. O MBL especializou-se em criar situações de embate físico ou verbal em que o representante do movimento “vence” um oponente através de frases de efeito e edição rápida. Essas características são pilares do populismo digital de extrema direita atual.

Portanto entendemos a performance teatral do MBL a característica que nos importa mais neste momento. Dizemos isso, pois essa performance é o que estabelece a maior diferença entre os movimentos antidemocráticos de extrema direita do século XX e os atuais. O movimento molda sua ideologia de acordo com o que gera mais engajamento. Se o algoritmo premia a agressividade e a polarização, o MBL radicaliza o discurso. Isso cria um ciclo em que, para manter a base mobilizada, o grupo precisa subir constantemente o tom, beirando o discurso de ódio.

Dizemos beirando, porém, em diversos momentos o MBL flertou diretamente com ideologias abertamente fascistas. O primeiro caso conhecido foi a defesa do Parlamentar Kim Kataguiiri da legalização de partidos nazistas no Brasil<sup>146</sup>. Kataguiiri se desculpou após o ocorrido, disse que “errou” e que se considera um. “antinazista”.<sup>147</sup> Entretanto, esse tipo de defesa, baseada em uma liberdade de expressão irrestrita é comum nos círculos de debate da chamada alt-right (corrente ideológica, principalmente originária dos EUA, que o MBL se espelha). Inclusive, o interlocutor de Kataguiiri, o blogueiro Bruno Ayub (já citado rapidamente nesta tese) continuou reafirmando sua defesa da legalização de um partido nazista no Brasil<sup>148</sup>.

Um segundo caso mais recente diz respeito das relações de um militante do grupo – assessor do deputado estadual por São Paulo Guto Zacarias – com supremacistas brancos em ambiente digital. O caso veio à tona de forma mais contundente em uma denúncia do deputado federal Glauber Braga em fala na câmara dos deputados. Braga expôs a relação online entre um conhecido “neonazista digital”<sup>149</sup>, auto intitulado Vicky Vanilla e Benjamin Pontes, assessor de Guto Zacarias e militante do MBL. Pontes foi convidado e participou do podcast de Vic Vanilla. Além

<sup>146</sup> Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/avanca-a-investigacao-sobre-o-caso-de-nazismo-de-monark-e-kim-kataguiiri/> Acesso em 9/01/2026

<sup>147</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/11/kim-kataguiiri-pede-desculpas-apos-fala-sobre-nazismo-eu-errei.ghtml> Acesso em: 9/01/2026

<sup>148</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zm1HQIKRkQ> Acesso em 9/01/2026

<sup>149</sup> Escolhemos essa terminologia, pois, não vemos em Vic Vanilla nada além de performance por engajamento na internet. Sua própria história confirma isso. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/pastor-diz-que-esta-criando-partido-nazista-no-brasil-com-grupo-de-advogados/#:~:text=Pastor%20diz%20que%20est%C3%A1%20criando%20partido%20nazista%20no%20Brasil%20com%20grupo%20de%20advogados> e <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/exclusivo-pastor-ex-satanista-quer-criar-partido-neonazista-no-brasil-e-ameaca-cacar-esquerdistas/> Acesso em 9/01/2026

disso, foram expostas interações em redes sociais em que Pontes curti ou comentava positivamente em postagens de cunho supremacista de Vanilla.<sup>150</sup>

Novamente o MBL fez “*mea culpa*” e disse que investigaria, reafirmando seu “compromisso com a democracia” e ao respeito com todas as pessoas. Entretanto, outro caso voltou a assombrar o movimento reacendendo a, no mínimo, convivência conveniente com supremacistas brancos, protoneonazistas e fascistas e geral. Uma reportagem do “Intercept Brasil”<sup>151</sup> denunciou um “gabinete neofascista” dentro das fileiras militantes do grupo. O veículo teve acesso aos grupos de WhatsApp em que linguagens abertamente fascistas circulavam sem nenhum pudor.

A denúncia contou com o depoimento de ex-membros. Destaca-se o depoimento de um ex-membro, judeu ortodoxo, identificado como Pedro. Pedro deixou sua função de moderador por não considerar o MBL um “ambiente seguro” para ele e sua família, após identificar a presença de membros do movimento em grupos paralelos com teor nazista, como o “Cabaré de Fascistas”. O outro membro, Willian Tavares, denunciou que, mesmo demonstrando para os seus “superiores” na organização do MBL, o grupo foi, no mínimo negligente com a presença de discursos fascistas, racistas e preconceituosos em grupos da rede do movimento.

Willian Tavares era secretário de moderação dos grupos de Kim Katagui e deixou o movimento em setembro de 2024, após denunciar e sentir-se desamparado pela liderança, sendo alvo de *doxing*<sup>152</sup> por neonazistas e, em vez de ser protegido, foi “investigado” internamente pela assessoria do deputado. A reportagem do “The Intercept”, por exemplo, cita Lucas Tartaglione, que foi promovido a secretário mesmo após defender a eugenia e violência contra moradores de rua, sendo expulso apenas quando houve ameaça de denúncia jornalística. Além disso outro secretário, Felipe Maion, teria minimizado o uso de *emojis* de raios (símbolo associado à SS nazista) por membros dos grupos.

<sup>150</sup>

Disponível

em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=234.2024&nuQuarto=4082233&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=20:32&sgFaseSessao=BC&Data=16/12/2024&txApelido=GlauberBraga&txFaseSessao=BrevesComunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria-CD&dtHoraQuarto=20:32&txEtapa=> Acesso em 9/01/2026

<sup>151</sup> Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/12/12/mbi-moderador-denuncia-nazismo/> Acesso em 09/01/2026

<sup>152</sup> Doxing é a ação online de expor informações privadas de determinada pessoa ou grupo a fim de criar consequências no mundo real. São comuns consequências o assédio, swatting (explicado anteriormente) e dano psicológico.

O MBL novamente se defendeu, exigiu direito de resposta e reafirmou novamente a sua posição contrária ao preconceito, aos preceitos democráticos e acusou o depoimento de Willian Tavares como “retaliação”. Mesmo com essas posições oficiais do MBL, reafirmações sobre respeitar a democracia, etc., o MBL continua com relações minimamente contraditórias nas suas posições pragmáticas. Por exemplo, outro caso escancara as ligações do MBL com movimentos internacionais de caráter fascista.

Em 2025 o militante de extrema direita, Curtis Yarvin, esteve presente na festa de lançamento do partido do MBL. As relações e a reverência do MBL à figura de Yarvin nos são reveladoras de como o supremacismo, a eugenia e o preconceito não são casos isolados no MBL, pois Yarvin é um notório defensor de pensamentos como estes.

A ideologia de Yarvin, o Neorreacionarismo (NRx) ou *Dark Enlightenment* (Iluminismo Negro), é caracterizada como uma forma de fascismo adaptada ao século XXI. Yarvin defende que a democracia não é apenas imperfeita, mas um “erro estrutural” a ser abolido. Ele propõe substituir a soberania popular por um “monarquismo tecnocrático”, onde o Estado é gerido como uma corporação por um CEO monarca com poder absoluto, eliminando a participação das massas. Sua visão inclui a ideia de que certas populações são “lixo humano” e que a escravidão é uma “relação humana natural”.

Mas tal declaração não surpreende quem escreveu em 2009 sobre os programas sociais para ajudar as minorias étnicas: “Quando aplicadas a populações com uma ascendência recente de caçadores-recolectores e sem reputação de forte fibra moral, tais iniciativas são uma receita para a produção de lixo humano absoluto”<sup>153</sup>

Yarvin utiliza o conceito de “A Catedral” para descrever o que seria uma hegemonia esquerdista formada pela academia e pela mídia tradicional que supostamente manipula o ocidente. Essa retórica é usada para deslegitimar instituições democráticas e produções científicas, tratando-as como vírus ideológicos a serem liquidados. Exatamente o mito do complô que demonstramos reaparecer em diversos lugares deste rizoma.<sup>154</sup>

<sup>153</sup> Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/curtis-yarvin-o-profeta-do-novo-reacionarismo/95188> Acesso em: 10/01/2026

<sup>154</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YypcFPeH7Js> Acesso em 10/01/2026

Em suma, a proximidade com Yarvin revela que o MBL hoje fundamenta sua identidade em um liberalismo radical, que busca dismantlar o Estado social e democrático em favor de um autoritarismo executivo gerido por elites tecnológicas e financeiras, apresentando sempre este comportamento como uma “resistência” ao complô mundial. A questão aqui se repete e reapresenta a dissonância cognitiva. Essa presença de Yarvin demonstra que, para se livrar da dominação do “Globalismo”, o MBL vê sentido em ser colonizado por um “governo corporação” mundial. É a anti-lógica.

Achamos oportuno, pensando esta anti-lógica, voltar a dois outros “Think Tanks” que já estiveram presentes no nosso recorte e que também se colocaram como combatentes do “Globalismo”. Já chegamos a tratar destes dois institutos, o “Instituto Sagres” e o “Instituto Villas-Boas” anteriormente neste texto, porém, entendemos a importância de repontuar a utilização destas instituições como lugares importantes na cartografia dos agenciamentos coletivos de enunciação da linguagem fascistizante.

Anteriormente já estabelecemos como se deu a formação destes dois grupos, principalmente o Instituto Sagres, que foi fundado essencialmente por militares, e o Instituto Villas-Boas que é um instituto diretamente estabelecido pelo General homônimo. Estes dois institutos foram responsáveis pelo documento citado anteriormente chamado “Projeto de Nação: o Brasil em 2035”. Este documento é um exercício de prospecção, segundo os próprios organizadores, que busca criar “cenários prospectivos” ou uma “história do futuro” “para conhecer a evolução de uma conjuntura fictícia, como subsídio para a tomada de decisões, especialmente no nível político-estratégico” (Sagres, 2022, p. 9)

Deixando de lado esta perspectiva e se seria possível ou não algo paradoxal como uma “história do futuro”, nos ateremos em como este manifesto interpreta a realidade prática que eles tomam como o real para criar estes cenários prospectivos futuros. Essa realidade parte principalmente do que acabamos de demonstrar nas narrativas disseminadas pelo “Mises Brasil”, o complô do “Globalismo”.

O manifesto parte de que o “Globalismo” é uma ameaça tão real que na sua chamada prospecção futura, para 2035, o mundo estaria vivendo dentro deste regime globalista. Para o manifesto, “Globalismo” seria o maior obstáculo que o Brasil de 2035 estaria vivendo. Ele é um:

[...] movimento internacionalista cujo objetivo é determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários. (Ibidem, p. 11)

O “Globalismo” não é tratado, em contraposição a globalização, como um fenômeno geopolítico ou econômico multilateral, mas como um projeto político hostil as premissas defendidas pelos seus ideólogos. Esse projeto hostil seria operado por atores e agentes específicos com a intenção deliberada de subverter a ordem mundial e a soberania dos estados, como o Brasil. O “Globalismo” seria, portanto, uma ideologia do controle, onde o autoritarismo estaria velado através de premissas pretensamente benéficas, como a inclusão social, diminuição da desigualdade, mitigação dos problemas ambientais, etc. (semelhantemente ao apreciado pelo chamado “Great Reset”).

A premissa do “Great Reset” e do “Globalismo”, portanto, são muito semelhantes. A diferença, talvez, resida na personificação do “Globalismo”. O entendimento do manifesto é que existiria uma dissimulação de caráter moral no “Globalismo” operado conscientemente por um inimigo oculto, em que o autoritarismo estaria escondido sob a máscara do “politicamente correto”. A personificação estaria representada nessa questão. Diferentemente da globalização, o “Globalismo” é operado por uma “elite” consciente como estratégia. É justamente a premissa de Girardet (1987) em que há um inimigo oculto que orchestra das sombras uma operação de subversão das tradições ou do que quer seja.

A questão desta subversão das minorias em detrimento à maioria é citada diretamente no documento como uma instrumentalização das chamadas pautas identitárias:

No Brasil, atualmente, é visível a união de esforços entre determinadas entidades nacionais e o movimento globalista, inclusive com o apoio de relevantes atores internacionais, visando a interferir nas decisões de governantes e legisladores, especialmente em pautas destinadas a conceder benesses a determinadas minorias, em detrimento da maioria da população. (Sagres, 2022, p. 12)

Outro ponto chama muito atenção, levando em consideração acontecimentos recentes no Brasil direcionando a linguagem para radicalização fascista. Já citamos anteriormente, porém, atualmente, a ideia de que existe um “sistema” (outrora elite ou



outros termos, mas sempre esse inimigo oculto) tentando impedir a “direita” de agir politicamente através de um “ativismo judicial”. É comum vermos expoentes da extrema direita, bem como a direita tradicional brasileira – que andam se confundindo muito – dizer que vivemos em uma “ditadura do judiciário”. Ditadura em que o judiciário brasileiro estaria a serviço do “comunismo” contra a “direita”.<sup>155</sup>

Imagem 41 Print Screen do Twitter



Fonte: Perfil de Nikolas Ferreira no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

O texto acusa, como muitos dos agentes políticos da direita brasileira, o judiciário de atuar como um vetor interno dessa agenda externa.

O globalismo tem outra face, mais sofisticada, que pode ser caracterizada como “o ativismo judicial político-partidário”, onde parcela do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública atuam sob um prisma exclusivamente ideológico, reinterpretando e agredindo o arcabouço legal vigente, a começar pela Constituição brasileira. (Sagre, 2022, p.12)

Vemos, portanto, que perspectivas como já citado complô “Pt-supremo-Imprensa” não são aleatórias, mas fazem parte dessa mesma linguagem que se aglutina em torno da mesma perspectiva, mesmo parecendo heterogênea. A ação individual dos *influencers* também está longe de ser individualizada. Mesmo pertencendo a grupúsculos pretensamente contraditórios, servem à mesma linguagem que se apresenta de forma mais organizada, como no caso do manifesto dos institutos militares. Por essa razão entendemos importante, na sequência, pensar diretamente alguns *influencers* que operam dentro dessa lógica.

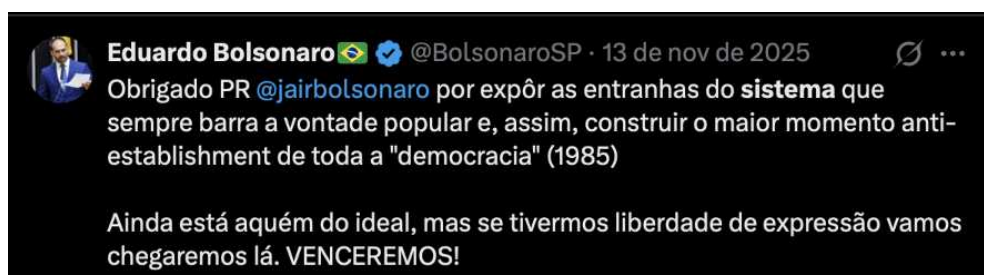
## 5.2 O papel dos *influencers* (blogueiros, militares, parlamentares e lideranças evangélicas)

<sup>155</sup> Disponível em : <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2025/07/so-porque-tem-varios-indicios-questiona-nikolas-ferreira-ao-comentar-processo-contrabolsonaro-e-criticar-perseguido-cmddku7cv00dm014wjwoi8mce.html> Acesso em 9/01/2026

A operacionalidade dessa rede depende de figuras centrais que traduzem a linguagem fascistizante para públicos específicos. Parlamentares como Eduardo Bolsonaro e Carlos Bolsonaro funcionam como os nós estratégicos dessa rede. Enquanto o primeiro foca na articulação internacional contra o “Globalismo”, o segundo é apontado como um dos articuladores do chamado “Gabinete do Ódio”. Segundo a Manifestação PET 10543 do Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2023, p. 1), existe uma “verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, de publicação, de financiamento e político” que era organizada dentro da burocracia estatal brasileira.

Esses agentes utilizam as redes sociais para pavimentar a ideia de que o Brasil vive sob o “consórcio” ou “sistema” que visa destruir a liberdade. Eduardo Bolsonaro em suas postagens e participações na CPAC (Conservative Political Action Conference), frequentemente evoca a ameaça do sistema à liberdade operada por espantalhos como o “Foro de São Paulo” (já examinado anteriormente) ou o judiciário brasileiro, narrativas que servem para desumanizar qualquer oposição política, transformando o adversário em um inimigo existencial que deve ser eliminado. Esta é a essência do “mito conspiratório”, criar uma narrativa na qual a autodefesa do “patriota” pela sua “liberdade” justifica a ruptura institucional.

Imagem 42 Print Screen do Telegram

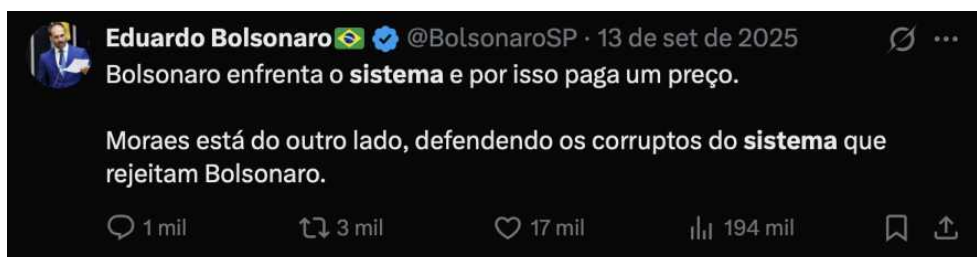


Fonte: Perfil de Eduardo Bolsonaro no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

A perspectiva de Eduardo Bolsonaro, de forma mais contundente a partir do autoexílio no início de 2025, voltou-se para uma suposta “denúncia” de um “estado de exceção” no Brasil. Não muito diferente da narrativa exposta no documento “Projeto de Nação”, em que o Brasil viveria sob uma “ditadura da toga” comandada pelo Supremo Tribunal Federal em estratégia de perseguir os “opositores do sistema”. Eduardo Bolsonaro, assim, tornou-se o principal agente transnacional de perseguição

ao complô presente no mito conspiratório fascistizante operado no ecossistema dissociativo brasileiro.

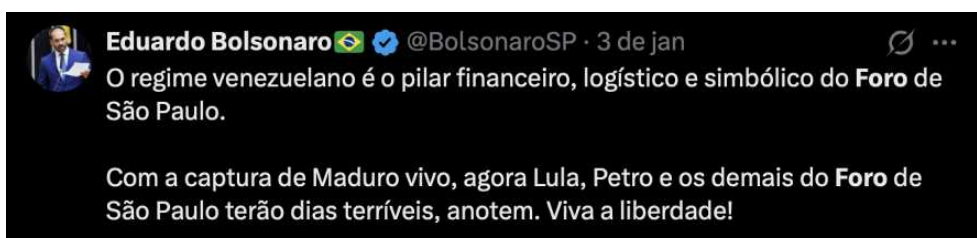
Imagem 43 Print Screen Twitter



Fonte: Perfil de Eduardo Bolsonaro no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

Esse “sistema” apontado por Eduardo Bolsonaro não é demonstrado de forma objetiva. Ora é o judiciário, ora é a “esquerda”, ora é o “Foro de São Paulo”, ora é o “narcoterrorismo”. Essa confusão é estratégia. Ao mesmo tempo que apresenta a “denúncia”, não estabelece diretamente quem seria este “sistema”. É sempre uma massa amorfa que se adapta ao interesse do momento.

Imagem 44 Print Screen Twitter



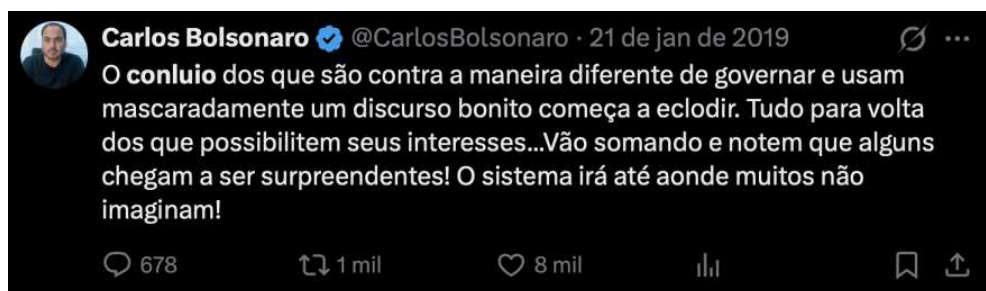
Fonte: Perfil de Eduardo Bolsonaro no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

Carlos Bolsonaro é um agente muito peculiar. Sua forma de raciocínio é regularmente mais difícil de compreender de forma objetiva. E não por uma complexidade intelectual, mas por uma dislexia ortográfica que, em discurso constantemente confuso, dificulta o seu entendimento. Ao tentar ornamentar sua ortografia de forma excessiva, Carlos Bolsonaro consegue fazer da confusão uma estratégia para se passar por redator profundo.

Carlos Bolsonaro, no entanto, adapta o estilo de Saramago com o mesmo talento com que Cecilia Giménez restaurou o quadro *Ecce homo*. Seus tuítes precisam ser lidos de três a 18 vezes para ser compreendidos. É como se um hacker tivesse inoculado a sintaxe de um síndico dentro da cadência do prêmio Nobel.<sup>156</sup>

Carlos Bolsonaro é reiteradamente apontado como idealizador do chamado “Gabinete do Ódio”, ou seja, seria o comandante na operação do ecossistema dissociativo fascistizante. Não que ele comande diretamente toda a grade e rizoma deste ecossistema. Até mesmo pelo motivo de que o caráter descentralizado do rizoma possibilita o surgimento de lugares relativamente autônomos aos outros. Basta um estímulo central, provado em investigações que se originava no próprio Palácio do Planalto a partir da participação de Carlos Bolsonaro, para que o ecossistema se arranje de forma automática. Uma postagem pode significar a ignição para que todos os outros lugares de agenciamento de enunciação participem.

Imagem 45 Print Screen Twitter



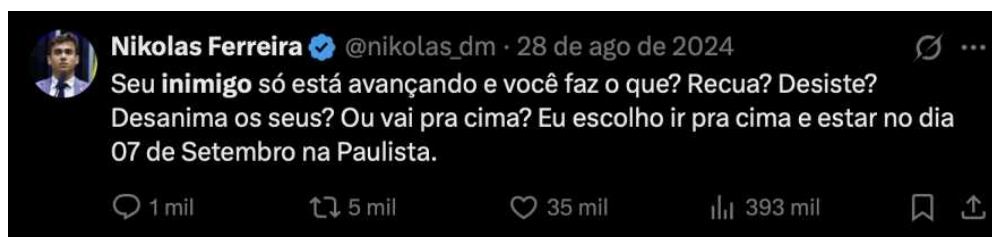
Fonte: Perfil de Carlos Bolsonaro no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

A narrativa de “combater o sistema” é recorrente dentro da lógica cognitiva operada por Carlos Bolsonaro e por toda estrutura que utiliza da linguagem fascistizante como produtora de subjetividades extremistas e autoritárias. Poderíamos dedicar uma centena de páginas demonstrando a narrativa paranoica de ameaça do “sistema” contra os seus “combatentes”, entretanto não é nosso objetivo. Estamos objetivando uma cartografia dos lugares de agenciamento de enunciação que tenham como ponto central o mito conspiratório. Agentes como Carlos e Eduardo Bolsonaro são exemplos notórios desta linguagem.

<sup>156</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/uma-analise-do-estilo-confuso-particular-dos-tweets-de-carlos-bolsonaro-23425186> Acesso em: 13/01/2026

Outros parlamentares também fomentam a ideia de “inimigo interno”, ideia tão comum nas doutrinas do fascismo e na linguagem fascistizante do Brasil atual. São exemplos claros de rejeição da alteridade. No nosso entendimento um dos principais agentes nessa questão é o parlamentar mineiro Nikolas Ferreira.

Imagem 46 Print Screen Twitter



Fonte: Perfil de Nikolas Ferreira no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

Nikolas Ferreira representa a ponte entre a estética jovem e o fundamentalismo religioso, operando o fascismo *on-demand* para uma audiência que busca respostas simples para angústias morais. Em sua obra “O Cristão e a Política” (2022), Ferreira estabelece a base teológica e política para a negação da alteridade. O livro é literalmente um compilado limitadíssimo, com diagramação péssima, de desinformações, negacionismos e mito conspiratório da dominação comunista mundial. O ponto central é que o comunismo existiria somente para destruir os cristãos e acabar com a “família”. Para isso se valeria da educação e do sequestro das universidades por “militantes”

Não só isso, para ele o “marxismo” não é apenas uma teoria econômica e um método historiográfico, mas uma rebelião contra a divindade máxima do monoteísmo ocidental moderno. Segundo o parlamentar o objetivo do marxismo seria a “destruição” de deus. Ele dedica um capítulo todo do seu livro para tentar demonstrar esta sua hipótese. Mas o que encontramos são simplificações e obviedades distorcidas que estão longe de poderem ser usadas em um debate honesto sobre o que é o marxismo.

Não é incomum ouvir por aí: “Ah, eu sou cristão e comunista”. Das duas uma: ou a pessoa não sabe nada sobre comunismo, ou a pessoa não sabe nada sobre cristianismo. Comunismo cristão é tipo uma bola quadrada, ou um judeu nazista, ou um casado solteiro. Não faz o menor sentido. Como chegamos a esse ponto? (Ferreira, 2022, p. 28)

Ferreira utiliza da linguagem fascistizante para se estabelecer no que ele mesmo chama de “Guerra Cultural”. É interessante, pois Ferreira elenca diversas características que demonstrariam a realidade desta guerra no Brasil atual. É interessante e chama a atenção, pela razão de que é justamente o que o grupo político de Ferreira utiliza como estratégia e performance nas plataformas digitais e que, em diversos momentos, demonstramos aqui.

Portanto, percebe-se alguns aspectos políticos na guerra cultural no Brasil. Os canais de comunicação digital potencializaram a propagação de ideologias de ambos os lados. Fake News (notícias mentirosas) e pós-verdades (manipulações de Notícias para finalidades que desviam a atenção da realidade dos fatos) estão sendo muito utilizadas. A cultura do “nós contra eles” criou um ambiente hostil, que desfavorece a troca de ideias contrárias de forma democrática. Disseminação de sentimentos contrários aos ensinamentos cristãos, como o ódio e o rancor. Descrença nas instituições públicas. Descaracterização da própria ideologia à qual se pertence. Exemplo: os movimentos de esquerda fingem ser cristãos para aproximarem-se da Igreja e conquistar o eleitorado fiel a Deus. Distorção do conceito de democracia. Ataques desrespeitosos e duros contra o campo político oposto. (Ibidem, p. 121)

Ao reduzir a complexidade política a uma luta maniqueísta entre “Deus e o Marxismo”, Ferreira retira qualquer possibilidade de debate democrático. A alteridade (seja ela o militante de esquerda, o acadêmico ou o membro da comunidade LGBTQIA+) é convertida em “agente do mal”. Essa narrativa do “complô” gramscista, herança direta do “olavismo”, é o que alimenta o ódio a professores e artistas, vistos como “doutrinadores”, e que só se preocupam com a “manutenção do caráter político de esquerda nas universidades [também em outros ambientes], promovendo a doutrinação em massa” (ibidem, p. 82).

A negação da alteridade atinge seu ápice na discussão sobre a chamada “Ideologia de Gênero”. Para Ferreira, essa é uma “arma de influência política” que visa a destruição da família tradicional. Aqui, a linguagem fascista opera na defesa de uma “pureza moral” que exclui qualquer forma de existência que não se enquadre na norma cristã ocidental. Tudo isso direcionado a um público alvo específico, principalmente o evangélico, muito mais que um cristão abstrato ou genérico. O apelo a juventude também é claro, bem como o moralismo do “cidadão de bem”, mesmo aglomerando

denúncias contra familiares, emendas secretas suspeitas e ligações com o crime organizado (como no caso da desinformação sobre o Pix em 2025).<sup>157</sup>

Neste sentido, Nikolas Ferreira busca estabelecer uma ligação direta entre o “Marxismo Cultural”, a “ideologia de gênero” e a “doutrinação comunista no sistema de ensino”. Para ele são pedaços da mesma ação, a derrubada da família e destruição da moral cristã. Entretanto, a sensação que fica é que esse raciocínio se sustenta em um pânico moral fabricado e no mito conspiratório que distorcem conceitos científicos e pedagógicos para fins políticos e eleitorais. Ao examinar sua obra isso é cristalino. O objetivo não é um debate honesto sobre questões de gênero, economia, filosofia política ou processo educacional e pedagógico, mas sim se postar como resistência a uma degeneração moral em luta contra uma catástrofe iminente que está a acontecer. Percebemos exatamente o que examinamos em outros momentos desta pesquisa.

Vamos examinar isso com cuidado. Ferreira sustenta que a educação brasileira foi instrumentalizada por táticas de “hegemonia cultural” inspiradas em Antônio Gramsci e Paulo Freire, repetindo a paranoia gramscista do “olavismo”, visando “captar as mentes” (ibidem, p. 45) dos jovens para o socialismo. Ele afirma categoricamente que “a escola deixou de ser um campo de produção de conhecimento para tornar-se um campo de reprodução de conhecimento” focado no ativismo. Para o autor, o professor deixa de ser uma “autoridade técnica” para tornar-se uma espécie de “agitador” da revolução

Tudo isso parece muito lindo na teoria. E, quando se lê, não se percebe o real perigo da proposição: a escola deixaria de ser um campo de produção de conhecimento para tornar-se um campo de reprodução de conhecimento; o estudante se tornaria um ativista; o professor, um agente da revolução; e a sala de aula, o campo para a transformação cultural. Basta uma breve análise na história da educação pública do Brasil para percebermos como seus intentos foram bem-sucedidos. Nunca se produziu tantos militantes, e a fábrica ainda continua a todo vapor. (Ibidem, p. 47)

<sup>157</sup> Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/07/23/nikolas-concentra-emendas-onde-tio-tenta-ser-prefeito/> e <https://revistaforum.com.br/politica/protocolada-investigacao-contranikolas-ferreira-por-emendas-a-cidade-de-seu-tio-pai-de-trafficante/> e <https://revistaforum.com.br/politica/video-nikolas-ferreira-conta-sobre-passeio-de-uninho-com-o-primo-e-caras-armados/> e <https://www.infomoney.com.br/politica/fake-news-do-pix-do-viral-de-nikolas-ajudou-esquemas-como-o-do-pcc-diz-receita/> Acesso em 12/01/2026

Sobre a chamada “ideologia de gênero”, como comentamos anteriormente, Ferreira a vê como uma “arma de influência política”, que busca separar o sexo biológico da identidade social para destruir a “natureza humana” (ibidem, p. 17). Essa é a base do argumento. Sempre um alarmismo contra uma catástrofe iminente. Ainda evocando Olavo de Carvalho ele argumenta que “a fantasia se tornou origem de direitos”, referindo-se ao reconhecimento da identidade de gênero por leis civis.

Hoje vemos o João dizer que é Maria, e a Maria dizer que é João. E, ambos conseguem alterar seus RGs e CPFs, os quais passam a levar os nomes que escolherem, no gênero que escolherem, para a sua vida social. As próprias leis civis passaram a referendar, a atestar, essa fantasia. E eis o perigo. (Ibidem, p. 67)

Ferreira ainda traz exemplos totalmente descontextualizados e os apresenta de forma desonesta para fundamentar seus próprios preconceitos. É um caso específico de “cherry picking” em que alguém seleciona recortes de determinada questão de forma insuficiente não para provar um ponto, mas para praticar “pânico moral”. Claramente tais exemplos não possuem relação com as políticas de gênero, que visam a igualdade de direitos e o combate à discriminação sofrida por mulheres e pela população LGBTQIA+, cuja violência no Brasil apresenta dados alarmantes. Inclusive isso serve para argumentar que em escolas o marxismo vem manipulado em forma da “ideologia de gênero”. É distorcer assuntos a fim de estabelecer um propósito claro: manter viva a narrativa de um “monstro” invisível para apresentar-se como o “paladino” que defende as crianças e a família. Ao rotular qualquer debate sobre desigualdade como “ideologia de gênero”, o discurso silencia vozes que lutam contra o preconceito e a desinformação.

Em que, afinal, consiste a teoria marxista?  
Certo dia, uma mãe me disse: “Minha filha tem sofrido grande pressão na escola. Os colegas perguntam por que ela não é bissexual, por que ela não é homossexual, ou por que ela não fica com meninas”. (Ibidem, p. 24)

Não conseguimos entender a relação entre as duas coisas explícitas logo anteriormente. Entretanto é importante pontuar o que pesquisadores pensam sobre o “pânico moral” da “ideologia de gênero”. Segundo Jimena Furlani em entrevista à Andrea Dip para o portal “Agência Pública” em 2016 o termo “ideologia de gênero” não existe nas ciências humanas ou nos planos de educação; ele foi criado por setores



conservadores da Igreja Católica no final dos anos 90 como uma narrativa reativa aos avanços feministas e LGBTQIA+. O que se faz é uma confusão com o termo “políticas de gênero” ou “estudos de gênero” que versam sobre coisas distintas. O termo “ideologia de gênero” é somente “pânico moral”.

É claro que eles não acham que vão estar garantidos só com a confusão teórica que fazem. Eles condenam uma série de palavras que dizem fazer parte do pacote de ideologia de gênero para doutrinação das crianças e destruição das famílias. Eles condenam as palavras diversidade, homofobia, perspectiva de gênero, identidade de gênero, tudo que a gente tem utilizado para que as pessoas entendam a discussão dos direitos e da diversidade. E aí a pergunta é: “Qual é a proposta de acolhimento de vocês pra esses sujeitos, então? Ou querem fazer como aquele candidato à Presidência da República e mandar todo mundo para uma ilha?”. Eles querem que essas pessoas sumam, mas não assumem isso. O Escola Sem Partido ajuda a manter esse discurso de proibição da discussão e de segregação e, por isso, recebeu atenção.<sup>158</sup>

A manutenção do fascismo *on-demand* exige uma oferta constante de “fatos alternativos” como nessa confusão de Nikolas Ferreira sobre termos das ciências humanas. Dando continuidade, agentes como Allan dos Santos, Leandro Ruschel e Paulo Figueiredo operam como “jornalistas” desse ecossistema, vendendo a ideia de que as instituições tradicionais são corruptas e que apenas eles possuem a “verdade”. De acordo com a “PET 12100/DF” (BRASIL, 2023, p. 1), esses agentes utilizam um *modus operandi* de desacreditar as instituições, e atentar contra o Estado de Direito. Allan dos Santos, até o momento de escrita deste excerto, é foragido da justiça brasileira. Paulo Figueiredo, atualmente investigado por coação no curso do processo, obstrução de investigação de infração penal envolvendo organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, já havia sido preso em 2019 por envolvimento em fraudes no momento em que estava foragido em Miami. Figueiredo têm um extenso currículo de contravenções e crimes investigados no Brasil e nos EUA, além de ser neto do último ditador militar do Brasil.<sup>159</sup>

Paulo Figueiredo, Allan dos Santos, Leandro Ruschel frequentemente utilizam o termo “sistema” para designar um conluio entre o Judiciário, a mídia e as “forças globalistas”. Ruschel, por exemplo, foca na narrativa do “Globalismo”, sugerindo que

<sup>158</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/> Acesso em 19/02/2026

<sup>159</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2025/08/paulo-figueiredo-justica-dos-eua-liga-influenciador-a-fraude/> Acesso em 22/01/2026

fóruns internacionais e a “imprensa militante” trabalham para solapar a “liberdade” individual em prol de uma agenda comunista velada. Essa inversão semântica é típica do fascismo: chama-se de “liberdade” o direito de propagar crimes e de “ditadura” a aplicação da lei por parte do judiciário. É a chamada “ditadura da toga”. Ou, como cita Ruschel, o resultado da “influência do sistema globalista de censura no Brasil”<sup>160</sup>

Segundo Ruschel “já sabíamos do financiamento de bilionários globalistas a tal estrutura, mas agora torna-se claro que o Deep State americano teve um papel ainda mais relevante na sua montagem”. (Idem) A arquitetura argumentativa é a mesma que vimos inúmeras vezes aqui, o “Globalismo” estabelecendo uma ditadura socialista mundial. Ruschel fala sobre avanço do totalitarismo sob a máscara da sustentabilidade e do bem comum, bem como o combate a desinformação e narrativas antidemocráticas. É o estado de pânico e paranoia que se repete em todos esses agentes.

Para Ruschel, o braço operativo do “Globalismo” na cultura é o “Marxismo Cultural”. Seguindo a mesma linha de Nikolas Ferreira (2022) sobre a ocupação de espaços gramscista, Ruschel utiliza sua plataforma para denunciar o que chama de “doutrinação” em universidades e na grande mídia. Em sua ótica, o “Marxismo Cultural” não é uma corrente acadêmica, mas um complô para destruir os alicerces da “civilização cristã ocidental” através da pauta identitária.

Em seu Substack, ao analisar a política externa e interna, Ruschel recorre frequentemente à ideia de que existe uma “infiltração” ideológica que visa perverter os valores tradicionais. Ao fazer isso, ele opera a “negação da alteridade” típica do fascismo genérico. O “outro” (o militante social, o professor, o jornalista da mídia tradicional, etc) é despojado de sua humanidade e transformado em um autômato a serviço de uma agenda oculta. Esta é a operacionalidade da linguagem fascista nas redes que transforma o debate político em uma questão de sobrevivência biopolítica e espiritual. A linguagem utilizada é propositalmente belicosa. Ruschel utiliza termos como “tirania”, “perseguição política” e “censura” para descrever a aplicação da lei e o combate à desinformação. Isso justificaria atos, por exemplo, como os do Oito de janeiro de 2023.

---

<sup>160</sup> Disponível em: [https://leandroruschel.substack.com/p/a-influencia-do-sistema-globalista?utm\\_source=post-email-title&publication\\_id=1245721&post\\_id=157801137&utm\\_campaign=email-post-title&isFreemail=true&r=4rvhuw&triedRedirect=true](https://leandroruschel.substack.com/p/a-influencia-do-sistema-globalista?utm_source=post-email-title&publication_id=1245721&post_id=157801137&utm_campaign=email-post-title&isFreemail=true&r=4rvhuw&triedRedirect=true) Acesso em 12/01/2026

Allan dos Santos, por meio do portal “Terça Livre”, desempenhou um papel central na construção de um ecossistema de desinformação que opera a linguagem fascistizante no ambiente digital brasileiro. Já debatemos sobre o seu antigo portal e, após o impedimento de este permanecer em atividade, resultado dos inquéritos e investigações de que foi alvo, Allan dos Santos continuou operando também de forma individual, sem um “canal” específico que fosse integrado por outras pessoas – como na sua página no “Substack” “Revista Exílio”.

Allan dos Santos mudou-se para os EUA em julho de 2020. Sua saída se deu no contexto das investigações e inquéritos que encerram as atividades do “Terça Livre” em 2021. Allan dos Santos foi alvo de inquéritos que apuravam a disseminação de notícias falsas, ataques a ministros da Suprema Corte e a existência de uma organização criminosa (já apresentada aqui como “milícia digital” ou “Gabinete do Ódio”) voltada a desestabilizar a democracia e desacreditar o sistema eleitoral.

Santos alegou que sua saída do Brasil se deu por, como usualmente é o argumento de todos que fugiram ou se “autoexilaram” no exterior durante este período, “perseguição política”. Segundo ele, não haveria como continuar com segurança sua atuação “jornalística”, face ao que definia como “tirania” de um “poder ditatorial” da Suprema Corte.<sup>161</sup> No momento Santos não tinha mandado de prisão em aberto, era somente um dos alvos de investigação. Entretanto, sua evasão para os EUA se deu justamente após duas operações da Polícia Federal, no âmbito das investigações sobre as milícias digitais, entre maio e junho de 2020.<sup>162</sup>

É importante pontuar uma declaração de Santos logo que saiu do Brasil. Ao chegar nos EUA, logo em suas primeiras entrevistas para veículos brasileiros, Santos declarou em tom de denúncia que existiria um complô para “cassar o Bolsonaro”. Isso estaria sendo feito em conciliação entre a China, Coreia do Norte e o STF. Santos disse que existiriam “três maletas” espiãs. Duas nas embaixadas da China e da Coreia do Norte e a terceira na casa do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay.<sup>163</sup> Essas “denúncias” nunca foram comprovadas e foram tratadas somente no âmbito da desinformação e notícia falsa. Bolsonaro, apesar de investigado, não foi cassado neste momento e terminou seu mandato sem maiores problemas.

<sup>161</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u2QgjkjrfxU> Acesso em: 19/01/2026.

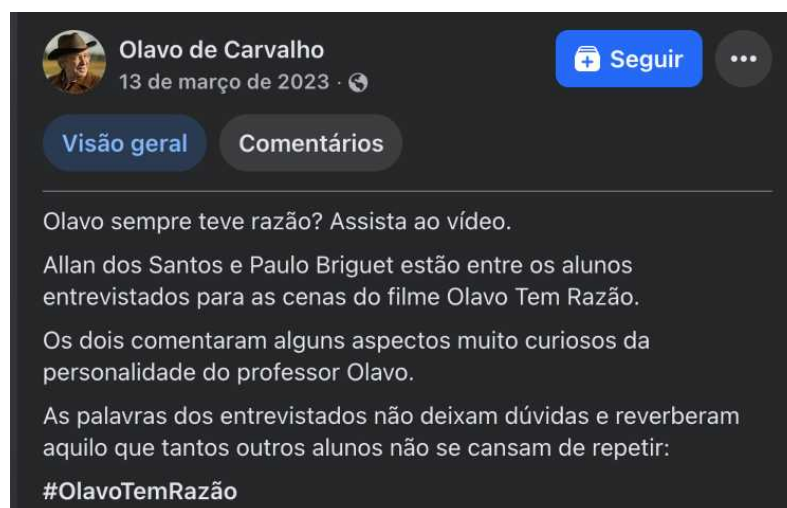
<sup>162</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/16/operacao-pf.htm> Acesso em 19/01/2026.

<sup>163</sup> Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/os-pingos-nos-is/allan-dos-santos-diz-que-nao-fugiu-do-brasil.html> Acesso em 19/01/2026.

Após ter sua prisão decretada, em 2021, Santos elevou o tom contra as instituições brasileiras, em especial o Supremo Tribunal Federal e a Polícia Federal, tratando o decreto do ministro Alexandre de Moraes como “perseguição abjeta” de um regime ditatorial do judiciário. Esse tipo de discurso, como pudemos apontar, se repete em diversos agentes aqui objetivados. Não há como negar essa quantidade de evidências em que há uma organização estratégica para determinar os inimigos dentro do campo político do país. Santos é mais um agente que representa o mesmo mito do complô oriundo do “olavismo” e suas relações transnacionais com o paleoconservadorismo.

Santos se orgulha de ser considerado “aluno de Olavo de Carvalho” e mimetiza diversas características cognitivas com o seu “professor”.<sup>164</sup>

Imagem 47 Print Screen Facebook



Fonte: Página de Olavo de Carvalho no Facebook – elaborada pelo autor (2026)

De início, vale determinar, Allan dos Santos fundamenta sua retórica nas premissas de Olavo de Carvalho, utilizando-as para construir a narrativa de que o Brasil está sob ameaça de uma dominação comunista globalista. Ele propaga a ideia de que a esquerda infiltrou universidades, mídia e o *show business* para destruir os valores de “Deus, Pátria, Família e Liberdade” e pavimentar o caminho para o totalitarismo. Um exemplo deste “Marxismo Cultural” é apresentado no Relatório Final da “CPMI dos atos de Oito janeiro de 2023” (2023, p. 96).

<sup>164</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=154608567502872> Acesso em 19/01/2026

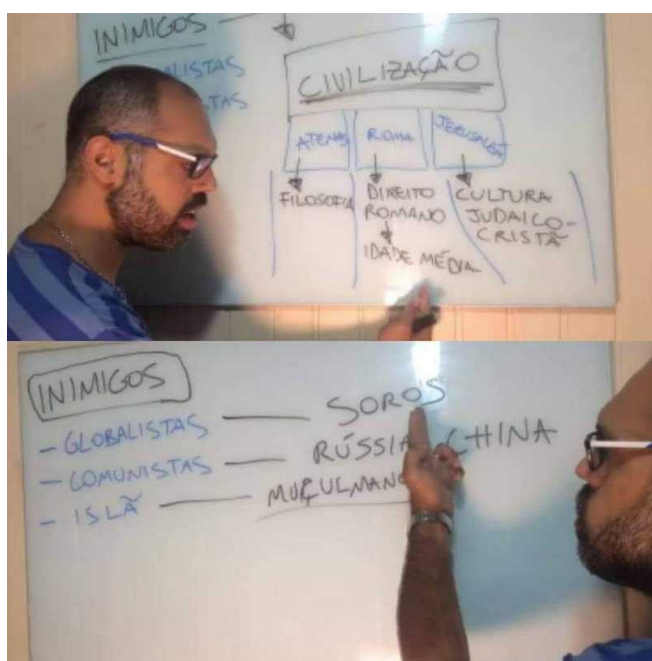
Imagem 48 Fluxograma “Marxismo Cultural”



IMAGEM: Relatório da CPMI dos atos de 8 de janeiro de 2023

É recorrente nas publicações de Santos o slogan “Olavo tem razão” para demonstrar a proximidade do seu raciocínio com o de Carvalho. Ele dissemina teses como a de que comunistas e muçulmanos marchariam juntos contra a civilização ocidental para depois se destruírem, reforçando um sentimento de cerco paranoico comum em Carvalho.

Imagem 49 Imagens de Allan dos Santos



Fonte: Divulgação (sem data)

Allan dos Santos deposita uma confiança absoluta nos ensinamentos de Olavo de Carvalho, afirmando não crer que exista “conhecimento superior a esse no mundo”.<sup>165</sup>

Imagem 50 Print Screen Telegram

Allan dos Santos – Canal

08:58

Não creio que exista conhecimento superior a esse no mundo

Allan dos Santos – Canal

22:30

In reply to [this message](#)

Para quem não entende essa confusão: Olavo de Carvalho **AVISOU** que os comunistas e os muçulmanos andariam juntos contra a civilização ocidental e depois **SE MATARIAM**.

Olavo Tem Razão MAIS UMA VEZ...

“Ninguém tem o controle total do que acontece” – Aula 2 do COF, 22:33  
21/3/2009

Fonte: Perfil “Allan dos Santos” Exported Data – elaborada pelo autor (2026)

Essa reverência transforma a doutrina “olavista” em dogmas que validam a performance de Allan dos Santos como um “revelador da verdade”, onde somente o grupo seguido dele e por ele seria detentor da possibilidade de conhecer a “verdade”. É a validação, também, por exemplo, da noção paranoica de complô mundial em que no mundo todo a mídia profissional e as universidades estariam mancomunadas em enganar toda a população escondendo a realidade. É a mesma estratégia dissociativa de luta espiritual. Para Allan dos Santos, a vitória política é impossível sem uma base cultural sólida. Ele sustenta a tese de que “não se destrói politicamente o que foi culturalmente construído”, o que justifica seu foco na “educação” e na formação de militantes através da “Academia Conservadora”.

---

<sup>165</sup> Santos faz essa citação ao comentar um vídeo compartilhado em seu Telegram do canal de Olavo de Carvalho.



### Imagem 51 Print Screen Telegram

Há um erro nessas decisões políticas do DeSantis: enquanto ele faz POLITICAMENTE a vontade de boa parte dos conservadores americanos, ambos (políticos e cidadãos) esquecem que não se destrói POLITICAMENTE o que foi CULTURALMENTE construído.

O campo de ação está errado, enquanto que a finalidade está correta. Bem, não preciso lembrar a vocês que a má escolha dos meios leva a fins indesejados, né?

Quem deseja construir uma casa de alvenaria com bambus, terá apenas uma casa de bambu, não uma casa de alvenaria. Simples assim.

Allan dos Santos – Canal

20:01

Já colocou seu e-mail na ACADEMIA CONSERVADORA? É de graça 14:12 e você ainda poderá participar de nossos GRUPOS ESTUDAIS. Não perca tempo com assuntos infrutíferos. BUSQUE CONHECIMENTO. Se querem tanto me calar, é um sinal que o conteúdo que tenho é IMPORTANTE para a sua vida: [academiaconservadora.com](https://academiaconservadora.com)

Allan dos Santos – Canal

15:36

Fonte: Perfil “Allan dos Santos” Exported Data – elaborada pelo autor (2026)

Nesse sentido, repetimos, eventos políticos são interpretados sob uma ótica de “bem contra o mal”, onde o silêncio de lideranças ou ordens judiciais são vistos como provações espirituais ou ações de “psicopatas” e “tiranos” a serviço de uma agenda maligna.

### Imagem 52 Print Screen Telegram

Bolsonaro e sua equipe precisam entender de uma vez por todas a FALAR menos e SAIR do alcance do Tirano. **Não se brinca com psicopatas.**

Pessoas incultas e sem cultura só opinam o que OUVEM de conteúdos ESDRÚXULOS, baixos etc. QUALQUER pessoa sem cultura é um PAPAGAIO de PUBLICIDADE barata.

E sim, vou entrar na justiça contra o NYT e o jornalista deles que 17:03 está no RJ.

Aqui nos EUA 🇺🇸 a lei funciona.

Quando eu entrar ao vivo, anunciarei aqui.

17:04

Para quem teve que ir na Polícia Federal (GESTAPO) por causa de 17:09 um BALEIA 🐋, é óbvio que o Tirano Psicopata vai usar da mesma baleia que usou contra DANIEL SILVEIRA:

“A tentativa de obtenção de asilo político pode significar a intenção de evadir-se da aplicação da lei penal, justificando a manutenção da prisão preventiva.”

Fonte: STF, AP 1044, Rel. Min. Alexandre de Moraes, 31.08.2021

Esse pessoal que fica publicando coisas na internet em TOM DE TORCIDA, fica ENGANANDO a audiência em busca de CURTIDAS.

**Você quer se ILUDIR ou se INFORMAR?**

O curioso dessa matéria do NYT é que a publicação é uma PROVA 17:11 contra os que ventitam dia e noite que “nada pode ser feito de fora do país”. Ora, se nada pode ser feito, por que a ESQUERDA usa dessa tática? 🤔

A direita PRECISA estudar urgentemente.

Matéria lúcida e extremamente necessária para a compreensão 17:13 das leis americanas:

Fonte: Perfil “Allan dos Santos” Exported Data – elaborada pelo autor (2026)

Allan dos Santos performa como um soldado intelectual e espiritual em campo, utilizando o arcabouço doutrinário de Olavo de Carvalho como forma de fundamentar essa guerra entre o “bem e o mal”. Essa sacralização da política é uma técnica clara no ambiente digital e também serve ao fascismo *on-demand* ao segmentar o debate político para o campo da espiritualidade. Cabe examinar esse comportamento um pouco mais. A sacralização da performance política é um ponto importante dentro da perspectiva que queremos examinar aqui. Exatamente pela razão de que nosso entendimento é de que o ecossistema não está voltado para uma racionalização erudita da ideologia. Mas capturar as subjetividades e estabelecer a racionalização que o indivíduo dá a certa ideologia através delas.

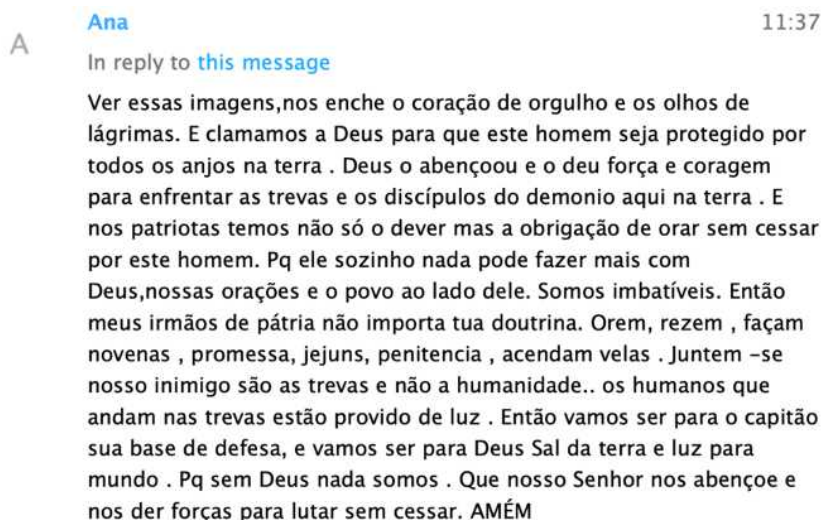
O componente religioso de luta espiritual do rizoma é fundamental para a “reterritorialização” grupuscular, como já observamos. Do mesmo modo que Nikolas Ferreira e outros como Santos e Figueiredo, Silas Malafaia utiliza sua influência para converter a política em uma “guerra espiritual”. Sua retórica é marcada pela agressividade e pela construção do complô contra a “família cristã”. Malafaia utiliza termos como “doutrinação” e “safadeza” para rotular políticas públicas inclusivas, operando uma linguagem que, basicamente, é uma repetição de insultos sem lastro no real. Pura desinformação.

Ao bradar contra a “ditadura da toga”, por exemplo, e convocar o povo para as ruas sob o pretexto de defender a “liberdade”. Malafaia não está apenas exercendo sua fé, mas atuando como um operador de base do fascismo grupuscular. Ele conecta a angústia metafísica do fiel à necessidade política de um líder autoritário, fechando o



ciclo do ecossistema dissociativo. A dúvida é pecado, o questionamento é traição, e o “outro” é o demônio.

#### Imagem 53 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data10 – elaborada pelo autor (2026)

Essa lógica de “sobrevivência” é o que justifica, no fascismo *on-demand*, o ataque às sedes dos poderes. Se o “sistema” (termo onipresente em diversos agentes aqui citados) é fraudulento e visa a destruição da moralidade cristã, então qualquer ato de resistência, mesmo que violento, é visto como “patriotismo”. O termo “patriota” é, aqui, esvaziado de seu sentido cívico para se tornar um selo de pertencimento ao grupúsculo. O patriota não é aquele que respeita a constituição, mas aquele que é leal ao líder e à narrativa do complô. A linguagem fascista opera essa inversão: o criminoso que atenta contra a democracia é chamado de “preso político”, enquanto o magistrado que aplica a lei é chamado de “ditador”.

A análise dos perfis e das obras dos influenciadores elencados demonstra que a operacionalidade do fascismo contemporâneo no Brasil não é aleatória. Trata-se de uma estratégia de “guerra cultural” que se aproveita da arquitetura das redes sociais para disseminar o ódio e a desinformação de forma segmentada. O fascismo *on-demand* permite que o rizoma seja flexível. Ele pode recuar em um momento de pressão jurídica e se expandir rapidamente através de novos canais e linguagens. A unificação ocorre através do mito conspiratório, da retórica do inimigo comum e a negação da alteridade. Isso sempre através da desinformação e do negacionismo em geral.

O ecossistema dissociativo fascistizante cria uma barreira impermeável à realidade, onde a alteridade é negada em nome de uma "liberdade" que, paradoxalmente, clama pelo fim das liberdades democráticas alheias. Enfrentar esse fenômeno exige compreender que esses influenciadores não são apenas "opinadores", mas operadores técnicos, mesmo que inconscientemente, de uma engenharia de subjetividades que visa a erosão da democracia. A linguagem, como ferramenta de poder, foi sequestrada para servir ao fascismo grupuscular, e sua recuperação passa, necessariamente, pela desconstrução dos mitos conspiratórios e pela responsabilização jurídica daqueles que, sob o manto da liberdade, conspiram contra ela.

### 5.3 A organização transnacional da linguagem fascistizante e sua operacionalidade no Brasil

A operacionalidade do fascismo no Brasil não é um fenômeno isolado, mas sim o fragmento de um rizoma global que transcende as fronteiras nacionais. Se o fascismo histórico operava sob a égide de um nacionalismo, o fascismo do século XXI constitui o que podemos denominar como uma "Internacional Fascista".<sup>166</sup> Este movimento é caracterizado por uma cooperação técnica, financeira e estética entre lideranças que, paradoxalmente, utilizam o patriotismo como um escudo para subverter as instituições democráticas por dentro.

Nesse cenário, a figura de Eduardo Bolsonaro emerge como o principal agente de ligação e "embaixador" do fascismo brasileiro nessa rede transnacional. Diferente da diplomacia tradicional, a atuação de Eduardo Bolsonaro pauta-se na construção de uma "Aliança pela Liberdade", que visa unificar partidos de extrema direita da Europa e das Américas.<sup>167</sup> De acordo com levantamentos jornalísticos da "A Pública", o parlamentar realizou mais de 125 reuniões com lideranças da extrema direita global, atuando como o elo entre o bolsonarismo e figuras como Steve Bannon, o ideólogo do "The Movement".<sup>168</sup>

<sup>166</sup> Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/173/as-vias-de-transnacionalizacao-da-ultradireita-brasileira>. Acesso em: 13 jan. 2026.

<sup>167</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2024/07/bolsonaristas-articulam-na-europa-criacao-de-coalizao-da-extrema-direita-internacional/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

<sup>168</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/eduardo-bolsonaro-teve-125-reunioes-com-membros-da-extrema-direita-do-continente/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

O caráter transnacional desse fascismo manifesta-se na simetria das táticas utilizadas por líderes como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil. O ataque ao Capitólio em seis de janeiro de 2021 serviu de laboratório e modelo estético para os eventos de Oito de janeiro de 2023 em Brasília. Ambos os episódios foram alimentados pelo “mito conspiratório” da fraude eleitoral. Como explica Caldeira Neto e Magalhães (2024):

Um dos importantes eixos de internacionalização da direita radical bolsonarista teve como fio condutor Steve Bannon, estrategista da campanha de Donald Trump. No centro da visão de mundo de Bannon estava a defesa do nacionalismo populista e dos valores da civilização ocidental.

Além disso, Bannon concebia seu movimento como uma resposta direta ao que ele denominava “partido de Davos” — elites globalistas que, em sua visão, controlam as regras globais em benefício de seus próprios interesses materialistas e cosmopolitas. Através do Breitbart News, uma plataforma que desempenhou um papel central na ascensão da *alt-right*, Bannon conseguiu disseminar suas ideias amplamente, especialmente entre a classe trabalhadora dos EUA, que ele identificava como a principal resistência ao globalismo.

A relação de Eduardo Bolsonaro com a cúpula do trumpismo, especialmente através da CPAC (Conservative Political Action Conference), demonstra como o fascismo *on-demand* é alimentado por uma transferência tecnológica de desinformação. Na CPAC, as lideranças brasileiras absorvem e replicam a linguagem da *alt-right* americana, transformando o conceito de “Globalismo” em um inimigo comum que justificaria a união entre grupos tão díspares quanto os ultraliberais de Javier Milei e os tradicionalistas de Viktor Orbán.

O rizoma transnacional oferece um “menu” de soluções autoritárias que são consumidas *on-demand* pelos grupúsculos brasileiros. A ascensão de Javier Milei na Argentina apresenta um “novo” componente estético ao fascismo contemporâneo, a radicalização do ultraliberalismo como uma forma de “insurreição” contra “a casta” ou “o sistema”, o “consórcio”, a “catedral”. Quando um influenciador cita o apoio de um líder europeu à extrema direita brasileira, ele está, na verdade, validando a mito conspiratório local através de uma “autoridade externa”. O “patriota” brasileiro deixa de se sentir isolado e passa a se ver como um soldado de uma cruzada transnacional contra o “Globalismo” e o “comunismo”. Em suma, Eduardo Bolsonaro não é apenas um ex-deputado federal, ele é o operador técnico de uma engrenagem que conecta o

ecossistema dissociativo brasileiro aos centros de militância e financiamento da extrema direita mundial.

A união transnacional entre Trump, Bolsonaro, Orbán, Milei, etc. não é apenas política. É uma sincronia de subjetividades capturadas por uma linguagem que ressignifica “liberdade” como o direito de destruir o contrato social e a “democracia” como a imposição da vontade de grupúsculos radicais sobre a maioria diversificada da sociedade. Essa sincronia de subjetividades que amalgama lideranças em um único rizoma transnacional opera através de uma sofisticada engenharia de afetos, onde a técnica digital permite a convergência de ressentimentos locais em uma gramática de revolta global. Por essa razão que o paradoxo do “nacionalista transnacional” funciona. É um exemplo da dissonância cognitiva. De um *duplipensar* orwelliano.

A sustentação dessa lógica reside na criação de uma identidade coletiva que transcende fronteiras, baseada no sentimento de urgência e na convicção de que as bases da civilização ocidental estão sob um ataque coordenado por forças invisíveis e onipresentes. A eficácia desse movimento transnacional é garantida por uma infraestrutura técnica que permite a circulação de táticas de desestabilização institucional. Essa tática não é acidental, ela é o resultado de um intercâmbio de experiências entre ideólogos que veem na erosão da realidade prática compartilhada o caminho para a consolidação de poderes autoritários. Ao rotularem as instituições democráticas como um “sistema” corrompido, esses agentes preparam o terreno para que sua base de seguidores aceite a ruptura do contrato social em nome de uma suposta restauração da ordem.

A manutenção dessa rede internacional também depende da criação de marcos simbólicos comuns, como as conferências da CPAC, em que a estética da indignação é padronizada. Eduardo Bolsonaro, ao participar ativamente desses fóruns e ao se alinhar publicamente com figuras da extrema direita mundial, ratifica para o público brasileiro que a pauta local é apenas uma frente de uma batalha global maior. Esse pertencimento a algo maior que a nação confere aos grupúsculos locais uma sensação de poder e destino histórico, o que justifica a negação das regras do jogo democrático nacional em favor de uma agenda que se pretende universalmente libertadora, mas que, na prática, opera a exclusão de tudo o que for diverso ou discordante negando por completo a noção de alteridade.

Por fim, a transnacionalidade de ideologias de extrema direita estabelece muito mais do que um diálogo, mas a chance de estabelecer vínculos e estratégias em comum com diversos expoentes atuais do mundo. Figuras como Eduardo Bolsonaro representam, esclarecidamente, essa aposta em internacionalizar a linguagem operada no país. Não é só o compartilhamento de ações, mas a estruturação de uma base comum que revela a justificativa das tentativas reiteradas de subverter a democracia liberal em diversos países.

## **6 A LINGUAGEM FASCISTIZANTE NAS PLATAFORMAS DIGITAIS – CARTOGRAFIA DOS AGENCIAMENTOS COLETIVOS DE DESINFORMAÇÃO, NEGACIONISMO E MITO CONSPIRATÓRIO (2020 – 2023)**

Neste capítulo concluiremos o núcleo da análise empírica deste trabalho, no qual bases teórico-metodológicas construídas anteriormente, desde o início, são aplicadas ao exame direto da realidade brasileira contemporânea em grupos de Telegram. O objetivo central deste capítulo é investigar como a linguagem fascistizante operou na prática por meio de três eixos fundamentais que mobilizaram a sociedade brasileira nos últimos anos: a pandemia de COVID-19, o processo eleitoral de 2022 (culminando na tentativa de golpe de Estado em Oito de janeiro de 2023) e a difusão de mitos conspiratórios como o “Globalismo”, o “Marxismo Cultural” e a “Agenda 2030”.

Fundamentado no arcabouço da História do Tempo Presente, buscamos compreender como as sensibilidades e percepções do passado são operacionalizadas para construir um projeto político autoritário neste momento. Para realizar essa investigação, este capítulo fundamenta-se na utilização estratégica de um banco de dados robusto, composto por 32 grupos de Telegram salvos e coletados entre os anos de 2020 e 2023, que agregam milhões de participantes e milhões de mensagens diárias em suas interações cotidianas. Apesar de termos 32 grupos, selecionamos como fonte principal para este capítulo o maior deles, chamado “B-38”, assim como um grupo que teve uma existência rápida – somente para organizar a chamada “Festa da Selma” no Oito de janeiro de 2023 – o chamado “Queda da Babilônia”.<sup>169</sup>

Entendemos que o grupo “B-38” é suficiente, pois ao observar outros grupos percebemos que, em grande parte das interações, as mensagens eram recompartilhadas pelos indivíduos presentes em mais de um grupo. É comum vermos o mesmo assunto se repetir nos diversos grupos durante os acontecimentos. Assim, por mais que nosso banco de dados seja muito mais extenso, é suficientemente plausível – pensando em uma análise qualitativa – que possamos fazer um recorte mais específico. Ainda assim o grupo “B-38” contou com centenas de milhares de usuários (mudando drasticamente durante o seu tempo de existência por razões

---

<sup>169</sup> Podemos utilizar pontualmente outros grupos de forma secundária, como fizemos em outros momentos. No caso da pandemia, por exemplo, foi imprescindível a utilização do grupo “Médicos Pela Liberdade”.

específicas, como sua proibição de circular no Brasil, bem como o próprio “medo” dos partícipes de serem responsabilizados por atitudes antidemocráticas).

A escolha do Telegram como plataforma de análise não é aleatória. Ela se justifica pela necessidade de uma “arqueologia do salvamento” de fontes digitais. Muitos desses grupos foram removidos das redes por decisões judiciais no âmbito de inquéritos como o das “Milícias Digitais” e o dos “Atos Antidemocráticos”, tornando o acesso a esses dados uma tarefa essencial para o historiador que busca preservar a memória de um passado recente que muitos agentes tentam ocultar. O Telegram funciona como o “lugar” privilegiado para observar o que definimos como o terceiro grupo do ecossistema dissociativo: o senso comum produzido pela linguagem fascistizante, composto por pessoas comuns, eleitores de base e participantes de comunidades virtuais que consomem e replicam a gramática e a linguagem produzida pelos núcleos formuladores.

A utilização desta plataforma permite observar a intersubjetividade e a produção de subjetividades de forma molecular, em que os “atos de fala” não são apenas comunicações isoladas, mas componentes de uma estrutura linguística que proporciona agenciamentos coletivos de enunciação. Ao analisarmos os diálogos, compartilhamentos e reações nesses grupos, buscamos identificar como a linguagem fascista se embrenha no cotidiano digital através da repetição exaustiva de termos simplistas e venenosos, que anulam a capacidade de reflexão crítica do indivíduo.

O objetivo, portanto, é realizar uma cartografia digital dos agenciamentos coletivos de enunciação, inspirada, principalmente, nas ideias de Félix Guattari e Suely Rolnik (1986) para mapear as “paisagens psicossociais” e os fluxos de desejo que estabelecem a máquina de subjetivação fascistizante. Através da “descrição densa”, pensada a partir de Clifford Geertz (1978), pretendemos buscar os sentidos psicossociais por trás das palavras, indo além da superfície dos textos para desnudar o processo de radicalização que transformou adversários políticos em inimigos existenciais.

Um dos objetivos primordiais deste capítulo é identificar como a tríade composta pelo mito conspiratório, pelo negacionismo e pela desinformação atua como o motor de um ecossistema dissociativo fascistizante. Buscamos compreender como o mito conspiratório funciona como a “ideia-força” que dá sentido à experiência política, reduzindo fatos complexos a uma explicação única e totalizadora: a existência de um complô orquestrado por uma “elite global” ou pelo “sistema”. Essa narrativa, conforme

demonstramos, não é apenas uma mentira política, mas uma ferramenta de guerra cultural que visa subverter a percepção da realidade prática. Ao identificar essa lógica nos grupos de Telegram, pretendemos revelar como a desinformação serve como combustível para o negacionismo científico e histórico, criando um ambiente em que o indivíduo se sente parte de um grupo “escolhido” que detém a “verdade” contra um mundo de mentiras manipuladas por forças ocultas.

Dedicaremos um espaço ao examinar a pandemia de COVID-19 como uma espécie de “laboratório” de radicalização, buscando identificar como as narrativas sobre a origem do vírus, o “tratamento precoce” e a negação das vacinas foram articuladas para produzir um estado de pânico e ressentimento. O objetivo é demonstrar que o negacionismo sanitário não foi um erro fortuito, mas uma estratégia deliberada de interpelação ideológica. Observaremos, por exemplo, como os grupos de Telegram, como o “Médicos Pela Liberdade”, serviram para validar “verdades alternativas” que confrontavam o consenso científico e as instituições de saúde, alimentando o mito do complô do “Globalismo” e do “Grande Reset”. A identificação desses agenciamentos nos permite visualizar como a crise sanitária foi convertida em uma guerra espiritual e política, preparando o terreno subjetivo para as ações antidemocráticas seguintes.

No segundo momento deste capítulo, analisaremos o processo eleitoral de 2022 e a tentativa de golpe de Estado, identificando as estratégias de descrédito do sistema eletrônico de votação. O objetivo aqui é cartografar a utilização de termos como “fraude”, “dentro das quatro linhas”, “voto auditável”, “intervenção federal”, “artigo 142”, entre outros, como ferramentas de mobilização para a ruptura institucional. Buscamos demonstrar como a linguagem e a desinformação orquestrada, muitas vezes com a leniência ou participação de agentes do Estado e militares, criaram um estado de “transe” ou alienação psíquica nos acampamentos golpistas. Através da análise dos grupos de Telegram, pretendemos identificar a mecanização das paixões mobilizadoras – como o medo e o ódio – que converteram o debate democrático em um conflito totalizante e existencial contra o “inimigo interno”.

Por fim, o capítulo buscará identificar os aspectos do mito conspiratório no Brasil através das categorias de “Agenda 2030”, “Globalismo” e “Marxismo Cultural”. O objetivo é revelar como esses conceitos se aglutinam para fundamentar uma identidade coletiva paranoica. Analisaremos como a ideia de uma dominação comunista mundial, mediada por figuras como Olavo de Carvalho e reproduzida por



*influencers* e parlamentares, serve de álibi para a violência e para a rejeição da alteridade. Pretendemos demonstrar, assim, que o fascismo *on-demand* opera como uma plataforma de conteúdos customizados por algoritmos que atendem às pulsões e desejos de indivíduos moleculares, reconectando-os em uma rede de ódio e negação do pluralismo social.

A utilização da plataforma “Google NotebookLM” para analisar fontes oriundas do Telegram nos permitiu, em última instância, observar a arquitetura do ecossistema dissociativo fascistizante no Brasil de forma mais abrangente, levando em conta que nosso banco de dados obtém milhões de mensagens e interações. Ao observar a ponta final deste processo – as pessoas comuns e suas interações nas redes – conseguimos visualizar a eficácia da ciberguerra cultural e das operações psicológicas empregadas para desestabilizar as instituições democráticas. O que buscamos identificar é o surgimento de uma subjetividade fascista molecular, lembrando já citado Guattari (1981), que se manifesta onde menos se espera e que se alimenta da destruição do contrato social em nome de uma “liberdade” paradoxalmente autoritária. Este capítulo é, portanto, um esforço de História Digital e do Tempo Presente para documentar e analisar os agenciamentos que colocaram a democracia brasileira em risco real de extinção, transformando a desinformação em uma arma política de alta letalidade psicossocial.

A cartografia aqui proposta não visa apenas descrever palavras, mas compreender a física dos afetos que circulam nessas redes, onde a indignação moral e o conteúdo sensacionalista são as matérias-primas do engajamento e da radicalização. Buscaremos identificar como as “bolhas informacionais” e as “câmaras de eco” consolidaram um “Brasil Paralelo”. Ao fim e ao cabo, esperamos demonstrar que a linguagem fascistizante não é apenas um discurso de ódio, mas uma técnica sofisticada de engenharia de subjetividades que visa a normalização do extremismo e a sanitização das premissas antidemocráticas dentro da própria estrutura democrática. O Telegram, como fonte, revela o cerne desse processo, permitindo ver como o fascismo, muito além de ter passado, continua passando sem parar através das redes de desejo no ambiente digital.

## 6.1 A pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 representou um dos maiores desafios sanitários e humanitários da história recente do Brasil. No entanto, para além do vírus SARS-CoV-2, o país enfrentou uma epidemia de informação coordenada, caracterizada pelo negacionismo científico e pela disseminação sistemática de desinformação, muitas vezes partindo do próprio centro do Poder Executivo. O Relatório Final da “CPI da Pandemia”, aprovado em 26 de outubro de 2021, documenta detalhadamente como essas práticas não foram meros erros de percurso, mas sim componentes de uma estratégia deliberada.

Segundo o relatório, o governo federal optou por uma abordagem que privilegiava a exposição da população ao vírus para que “a economia não parasse”, sob a falsa premissa de que a infecção em massa levaria à proteção coletiva. Essa estratégia exigia o combate sistemático às medidas recomendadas pela “Organização Mundial da Saúde (OMS)”, como o distanciamento social e o uso de máscaras. O relatório destaca também que o então presidente, Jair Bolsonaro, e seus aliados frequentemente questionavam jornalistas por não mostrarem o número de curados, pedindo para jogar uma “onda positiva” no Brasil, enquanto o país acumulava milhares de mortes diárias. O governo ainda tentava desobrigar pessoas vacinadas ou já infectadas de utilizar máscaras.

Para sustentar essa política negacionista, estruturou-se o chamado “Gabinete Paralelo”. Este grupo, composto por médicos, empresários e políticos sem funções oficiais no Ministério da Saúde, atuava nas sombras para aconselhar o Presidente, muitas vezes atropelando as recomendações técnicas da pasta. Nomes como o empresário Carlos Wizard foram centrais nessa estrutura. Wizard chegou a ser nomeado “Conselheiro de Assuntos Estratégicos”<sup>170</sup> e defendeu abertamente a “recontagem de mortos”, alegando que gestores públicos inflavam os números por interesse orçamentário.<sup>171</sup>

<sup>170</sup> Disponível em: [https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/06/epoca-negocios-empresario-carlos-wizard-vai-assumir-secretaria-do-ministerio-da-saude.html#:~:text=Wizard%20atua%20como%20conselheiro%20de%20Assuntos%20Estrat%C3%A9gicos%20no%20minist%C3%A9rio&text=O%20empres%C3%A1rio%20Carlos%20Wizard%2C%20fundador,de%20Assuntos%20Estrat%C3%A9gicos%20no%20minist%C3%A9rio.&text=O%20bilion%C3%A1rio%20e%20o%20ministro,adolesc%C3%BAncia%20em%20Curitiba%2C%20onde%20nasceu](https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/06/epoca-negocios-empresario-carlos-wizard-vai-assumir-secretaria-do-ministerio-da-saude.html#:~:text=Wizard%20atua%20como%20conselheiro%20de%20Assuntos%20Estrat%C3%A9gicos%20no%20minist%C3%A9rio&text=O%20empres%C3%A1rio%20Carlos%20Wizard%2C%20fundador,de%20Assuntos%20Estrat%C3%A9gicos%20no%20minist%C3%A9rio.&text=O%20bilion%C3%A1rio%20e%20o%20ministro,adolesc%C3%BAncia%20em%20Curitiba%2C%20onde%20nasceu.). Acesso em 14/01/2026

<sup>171</sup> Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57180134> Acesso em 14/01/2026.

O papel deste gabinete era validar “cientificamente” o que era politicamente conveniente. Isso resultou no afastamento de ministros considerados “técnicos”, como Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, que se recusaram a endossar o uso indiscriminado de medicamentos como hidroxicloroquina. Sob a gestão do General Eduardo Pazuello, o Ministério da Saúde tornou-se um executor das diretrizes do Gabinete Paralelo, chegando a substituir orientações de isolamento por recomendações de “tratamento precoce” no auge da crise, como apontou o Relatório final da CPI (2022).

Um dos pilares do negacionismo foi a insistência, portanto, no chamado “tratamento precoce” com medicamentos comprovadamente ineficazes para COVID-19, como a hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina. O governo federal não apenas incentivou o uso, como utilizou recursos públicos e o Exército para a produção e distribuição desses fármacos.

Imagem 54 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data1 – elaborada pelo autor (2026)

O relatório em questão aponta que o Ministério da Saúde exerceu forte influência sobre a Conitec (Relatório final da CPI da Pandemia. 2022, p. 73) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) para manter viva a narrativa do tratamento precoce. No caso do CFM, a publicação do Parecer nº 4/2020 (ibidem. p. 148), que permitia a autonomia do médico para prescrever a hidroxicloroquina, foi usada pelo Presidente até na Assembleia Geral da ONU em 2021 para justificar sua conduta. Essa insistência ignorava que a grande maioria desses medicamentos não tinham (e ainda não têm)

respaldo pelas melhores evidências científicas disponíveis até aquele momento. Como exemplifica parecer nº 4/2020:

[...] até o momento, não existem evidências robustas de alta qualidade que possibilitem a indicação de uma terapia farmacológica específica para a COVID-19. Desde o final de 2019 existem dezenas de medicamentos em testes, e muitos dos resultados desses estudos estão sendo divulgados diariamente. Muitos desses medicamentos têm sido promissores em testes em laboratório e através de observação clínica, mas nenhum ainda foi aprovado em ensaios clínicos com desenho cientificamente adequado, não podendo, portanto, serem recomendados com segurança. É importante ressaltar que, na história recente da pesquisa do tratamento de várias doenças infecciosas, como por exemplo a recente epidemia de infecção pelo vírus Ebola, muitos medicamentos que demonstraram efeito em estudos em laboratório não foram eficazes ou acabaram sendo prejudiciais quando passaram para utilização clínica.

Dois medicamentos que têm sido muito utilizados para o tratamento da COVID-19 são a cloroquina e a hidroxicloroquina, isoladamente ou associados a antibióticos.

Apesar de haver justificativas para a utilização desses medicamentos, como suas ações comprovadamente anti-inflamatórias e contra outros agentes infecciosos, seu baixo custo e o perfil de efeitos colaterais ser bem conhecido, não existem até o momento estudos clínicos de boa qualidade que comprovem sua eficácia em pacientes com COVID-19. Esta situação pode mudar rapidamente, porque existem dezenas de estudos sendo realizados ou em fase de planejamento e aprovação. (Ibidem, p. 149)

A análise da extrema direita contemporânea no Brasil, como já bem pontuado, exige um olhar apurado sobre a operacionalidade da linguagem e a construção de subjetividades radicalizadas em ambientes digitais. Sob as premissas da historiografia do Tempo Presente, observa-se que a pandemia de COVID-19 não foi apenas uma crise sanitária, mas outro catalisador de um “rizoma” de desinformação que articulou o negacionismo científico ao mito conspiratório do complô com a estratégia institucional do governo brasileiro. Este fenômeno utilizou-se de plataformas digitais, como o Telegram e o Twitter, por exemplo, para mobilizar uma base social através de uma gramática de guerra cultural e dissonância cognitiva coletiva.

Isso pode observado na performance destes agentes políticos contrários às medidas da OMS. Esta performance, definida por Lasco e Curato (2019)<sup>172</sup>, como “populismo médico”, consistiu em incitar na população brasileira a percepção de que estaria acessando um conhecimento oculto, negado pelo “sistema”, que, na verdade, teria orquestrado a pandemia para atingir objetivos escusos. Como apontam os autores, e Cesarino (2022, p. 245), essa performance garante a existência de uma “*alt-science*” que mimetize a academia, mas sem o suposto complô para “esconder a verdade”.

O ecossistema dissociativo digital durante a pandemia de COVID-19 operou como um laboratório, dentro dessa lógica de populismo médico, para a consolidação de subjetividades radicalizadas, utilizando a crise sanitária para mobilizar o que nós identificamos como um “rizoma” fascistizante. A análise documental das interações no grupo “Médicos Pela Liberdade”, entre 2021 e 2022, por exemplo, revela como a desinformação e o mito conspiratório foram instrumentalizados sob a égide da defesa de uma liberdade abstrata, de um acesso a “verdade oculta”, visando desarticular o contrato social sanitário e a autoridade científica. Tudo com o aval e, mais, o incentivo das autoridades do executivo brasileiro.

No Brasil, mas também em outras partes do mundo, esse rizoma digital encontrou nas redes sociais o ambiente propício para a radicalização. A página *@printsminions* no Twitter atua como um arquivo digital essencial para o tipo de historiografia que buscamos aqui, documentando como o “cidadão comum” e profissionais de diversas áreas foram capturados por esse ecossistema. O período da pandemia é o período que vimos um acúmulo de negacionismo, desinformação e mito conspiratório. Isso demonstra como a mesma estratégia se adapta aos mais variados temas para, ao fim e ao cabo, reproduzir a mesma linguagem. Os exemplos são intermináveis, mas podemos demonstrar, qualitativamente, exatamente como compila a imagem a seguir.

---

<sup>172</sup> Mais sobre este debate disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/b3DhgtmpNW8FZMdSNqDY6Ht/?format=html&lang=en> Acesso em 4/02/2025

Imagem 55 Print Screen Telegram



Fonte: Arquivo Digital “Prints Minions” no Twitter

É comum encontrarmos nos grupos de Telegram daquele período postagens como a seguir.

Imagem 56 Print Screen Telegram

MINISTÉRIO DA SAÚDE DA ESPANHA AFIRMA QUE O VÍRUS SARS-COV 2 NÃO EXISTE.

🤔💉🦠❌💰🌟👤🔥

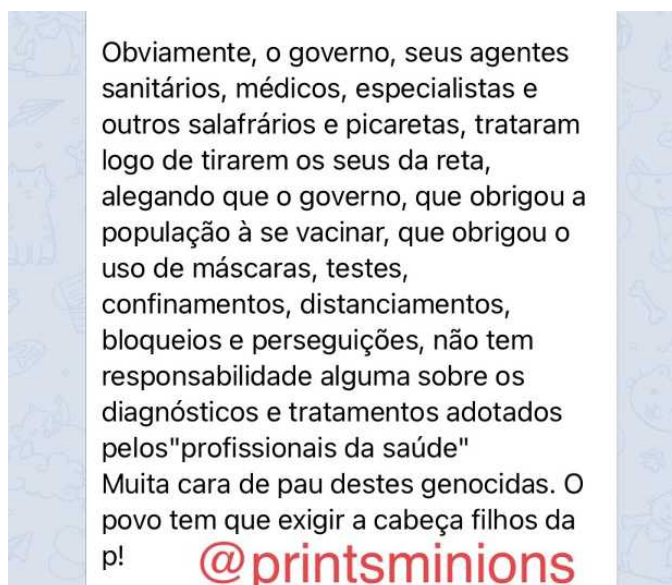
Você não sabia? Foi feito de idiota? Foi enganado pela mídia? Pelos políticos? Tomou a vacina?

Sugestão: Faça um plano funeral. Não esqueça da vela preta e da coroa de flores.

**@printsminions**

O governo espanhol afirma que seu ministério da saúde não possui nenhuma amostra do vírus isolado em laboratório. Oh!

Afirmou também que os testes para identificar material genético do vírus da Covid não poderiam identificar algo que não existe.



Fonte: Arquivo digital “Prints Minions” no Twitter

Reiteramos que não pretendemos analisar o conteúdo dessas mensagens em si, nem avaliar tecnicamente sua plausibilidade. O objetivo é mostrar que esses lugares são ambientes dos agenciamentos coletivos de enunciação das características linguísticas que entendemos formular o ecossistema dissociativo fascistizante.

Podemos partir aqui de dois pontos, a desinformação sobre a origem do vírus e o negacionismo científico, preferencialmente na negação da eficácia das vacinas e a utilização do tratamento precoce. Para tanto, antes de exemplificarmos diretamente esses dois pontos, é profícuo, rapidamente demonstrar como operava essa rede de desinformação e negacionismo – bem como a resultante do mito conspiratório. Segundo o relatório final da CPI da Pandemia (2022, p. 667 – 671), a organização se estruturava da seguinte forma:

Assim, constatamos que essa organização era formada por, ao menos, cinco núcleos articulados entre si, a saber: o núcleo de comando (1), que interage diretamente com o núcleo formulador (2), núcleo político (3), núcleo de produção e disseminação das fake news (4), e núcleo de financiamento (5).

O núcleo de comando:

[...] é formado pelo Presidente da República e seus filhos que ocupam cargos políticos, a saber: o Senador Flávio Bolsonaro, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro e o Vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro. Esse núcleo tem a função de dirigir a organização e

orientar estrategicamente as ações realizadas nos níveis inferiores da hierarquia, dando-lhes diretrizes e informando-lhes prioridades de ação. (Ibidem, p. 667)

O núcleo formulador, o já citado aqui “Gabinete do ódio”, dentro do contexto das milícias digitais: [...] “atua especialmente dentro do Palácio do Planalto”.

Esse núcleo ficou popularmente conhecido como Gabinete do Ódio, por ser apontado em investigações como formulador de conteúdos e distribuição aos disseminadores”. (Ibidem)

O núcleo político é formado pela base do bolsofascismo pelo país e “oferece suporte político às decisões da organização” (ibidem, p. 668).

Ele é formado essencialmente por parlamentares, políticos, autoridades públicas e religiosas. Nele, estão incluídos os Deputados Federais Ricardo Barros, Osmar Terra, Carlos Jordy, Carla Zambelli, Bia Kicis, Carlos Wizard, o ex-ministro Ernesto Araújo, Roberto Goidanich (ex-presidente da FUNAG), o ex-deputado Roberto Jefferson, o ministro Onyx Lorenzoni e Hélio Angotti Netto. Eles incentivaram as pessoas ao descumprimento das normas sanitárias impostas para conter a pandemia e adotaram condutas de incitação ao crime. (Idem)

A seguir há o núcleo de produção e disseminação de “Fake News”.

Este, por sua vez, pode ser dividido em três grupos: os influenciadores sociais, os veículos de mídia organizados e os perfis anônimos. O primeiro grupo é composto, em essência, por indivíduos que expõem sua imagem e suas opiniões nas redes sociais. Alguns influenciadores, especialmente os que se estabeleceram fora do meio político, procuram apenas auferir ganhos com publicidade, enquanto outros, que em sua maioria se autointitulam analistas políticos, procuram divulgar seus conteúdos de maneira sensacionalista e até mesmo antiprofissional, seja em razão de seu alto grau de afinidade ideológica com o Presidente da República, seja para auferir ganhos financeiros, de forma deliberada, pelo alarmismo causado em sua audiência. (Ibidem, p. 670)

Cabe destacar aqui o segundo grupo no núcleo de produção e disseminação, o grupo que nós identificamos como “Junk News”. Os outros dois também abordamos anteriormente e, na nossa hipótese inicial, já aparecia esta mesma divisão, muito antes do próprio relatório.



Há o grupo formado por organizações que na aparência funcionam como empresas jornalísticas, o que se constata pelo nome e formato dos programas, além do modo de confecção das matérias. Faltam-lhes, no entanto, o devido compromisso com os princípios éticos da profissão, tais como a divulgação da informação precisa e correta [...]

Nesse grupo, identificamos os seguintes veículos: Crítica Nacional, Estudos Nacionais, Instituto Força Brasil, Jornal da Cidade Online, Senso Incomum, Terça Livre, Brasil Paralelo, Conexão Política, Jornal da Cidade Online, Renova Mídia, República de Curitiba, Folha Política, Brasil Sem Medo, Verdade dos Fatos e Awake Giants Brasil. (Ibidem, p.671)

Por fim, temos o núcleo de financiamento que disponibilizava os recursos financeiros e matérias para a disseminação de notícias falsas e desinformação acerca da pandemia. O relatório destaca a participação dos “empresários Otávio Fakhoury, que integra o Instituto Força Brasil, investigado por esta Comissão, e o empresário Luciano Hang” (ibidem, p. 678).

As investigações da CPI demonstraram o que nossa tese já apontava como estrutura do ecossistema dissociativo desde o ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Após estas investigações, ficou cada vez mais claro como operava essa estrutura confirmando nossa tese geral de forma objetiva.

Voltando à questão dos tópicos que apontamos logo anteriormente, partiremos para a questão da origem do vírus responsável pela COVID-19. Em termos objetivos, o argumento disseminado nas narrativas dos agentes citados fundamenta-se na ideia de um complô chinês de “criação” do vírus. O ponto central é que a China, deliberadamente, produziu o vírus como uma arma biológica. Os supostos motivos são diversos. Desde redução populacional, passando por experiências biológicas e dominação econômica mundial, até sadismo puro.

Imagem 57 Print Screen Telegram

**Sem disparar um único tiro.**



**A Desgraça do Mundo!!!**

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data2 – elaborada pelo autor (2026)

Esse entendimento incentivou ataques xenofóbicos à China e culpou o país, nas mais diversas hipóteses, pelo surgimento do vírus. O que vimos foi a difusão da tese de que o vírus foi criado propositalmente em um laboratório em Wuhan como uma arma biológica do Partido Comunista Chinês (PCC) com os diversos motivos elencados acima.

Imagem 58 Print Screen Telegram

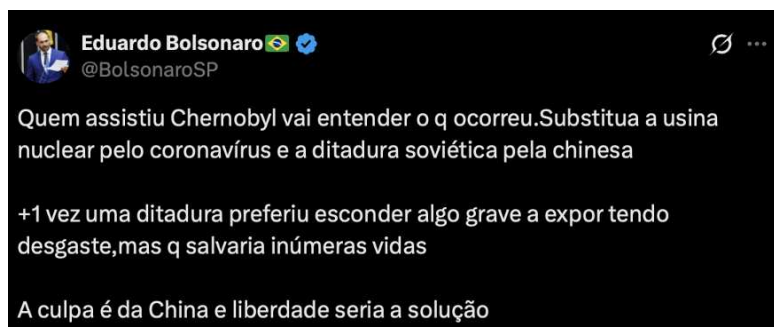
**Deleted Account**

08:40

A ultima vez que houve algo assim foi com o HIV. isso me fez pensar que tal é o potencial do virus que jamais poderia ser uma evolução. Por varias vezes eu disse que era um ataque biológico contra a humanidade. Hoje isso vem confirmar é um ataque biológico lançado de Wuhan.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data14 – elaborada pelo autor (2026)

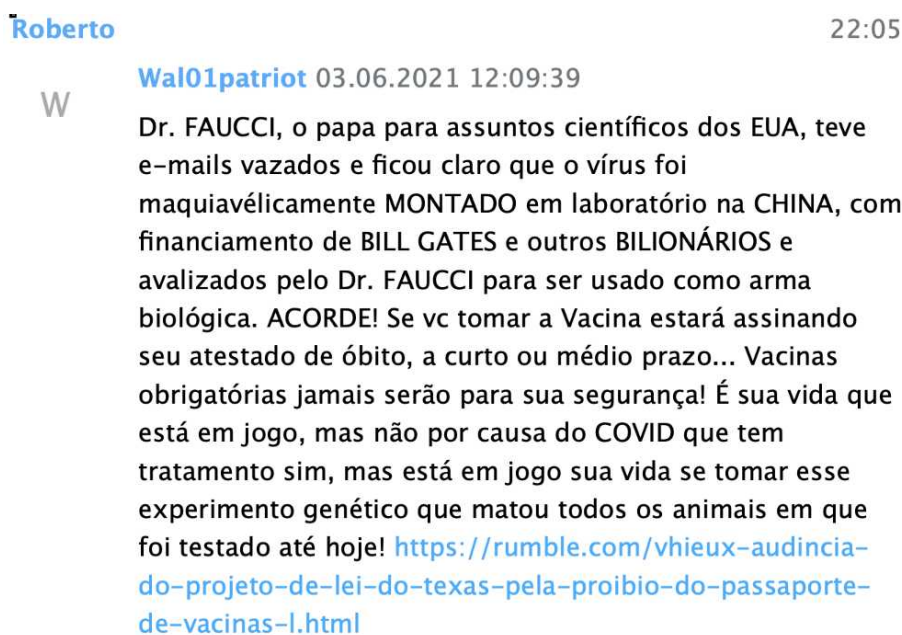
Imagem 59 Print Screen Twitter



Fonte: Perfil de Eduardo Bolsonaro no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

Alguns vão ainda mais longe imputando responsabilidade direta a determinados atores mundiais.<sup>173</sup>

Imagem 60 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data14 – elaborada pelo autor (2026)

<sup>173</sup> Cabe aqui um parêntese. Recentemente esta mesma narrativa ganhou publicidade ao, supostamente, ter sido comprovada nos chamados “Epstein Files”. Entretanto pontuamos aqui que não há nenhuma evidência de que Gates teria “financiado o vírus”. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/arquivos-epstein-canibalismo-bebes-pandemia-enganoso/#:~:text=O%20que%20estão%20compartilhando:%20vídeo,confirmado"%2C%20diz%20o%20vídeo](https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/arquivos-epstein-canibalismo-bebes-pandemia-enganoso/#:~:text=O%20que%20estão%20compartilhando:%20vídeo,confirmado). Acesso em: 23/02/2026

Como podemos observar as duas temáticas dialogam. Ao mesmo tempo que o vírus é uma “arma biológica”, a vacina serviria para assassinar parte da população.

#### Imagem 61 Print Screen Telegram

E nunca se esqueçam que foi o PCC que fabricou o vírus do SARS-CoV-2 no laboratório de Wuhan. Se você tem um parente que morreu disso, se sua empresa faliu, se você perdeu o emprego, é culpa do PCC.

13 January 2022

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data<sup>14</sup> – elaborada pelo autor (2026)

Mais uma vez esse tipo de retórica está intimamente ligada ao mito conspiratório do complô globalista. Em diversos momentos esta fundamentação aparece em nosso banco de dados extraído dos grupos de Telegram. Tanto na questão da vacina, quanto na questão da origem do vírus. É oportuno pontuar de forma mais enfática também o caso que ficou conhecido como “tratamento precoce”. Este caso foi incessantemente repetido no ecossistema dissociativo mesmo não tendo comprovação científica. Foi um modo que, ao mesmo tempo, levantava dúvidas sobre as vacinas, colocando-as como desnecessárias, e negava o entendimento científico que não existia profilaxia com fármacos como a hidroxiclороquina e ivermectina.

Deste modo, foi amplamente defendido como a prova de que a pandemia é mantida por interesses escusos através da recusa do tratamento precoce. Mensagens afirmam que “Ivermectina e a hidroxiclороquina podem não apenas combater o COVID-19, mas também matá-lo” e que sua negação é um “crime contra a humanidade”.

#### Imagem 62 Print Screen Telegram

 04:54  
In reply to [this message](#)  
  
Fiquem ligados. Emails vazados nos Estados Unidos hoje(01/06/21) escancara o crime de genocídio praticado por Anthony Fauci , Bill Gates e vários "cientistas" que, em fevereiro/2020 já sabiam da letalidade do vírus, tinham certeza da eficácia da hidroxiclороquina, azitromicina, zinco, ivermectina, remdesivir, e se articularam para impedir que as pessoas tivessem acesso à esse medicação para favorecer empresas que desenvolveram as vacinas.  
É um escândalo mundial em proporções gigantescas.  
Espero que alguém faça alguma coisa. Não duvido que o nosso congresso foi comprado por esses criminosos porisso essa perseguição aos que defendem o tratamento precoce e essa obceção pela vacina...

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data<sup>16</sup> – elaborada pelo autor (2026)

## Imagem 63 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data16 – elaborada pelo autor (2026)

A análise feita nos grupos “B-38” e “Médicos Pela Liberdade” demonstram que o tratamento precoce foi mobilizado para dar às pessoas coragem para sair de casa e manter a “economia funcionando”, sendo descrito por médicos da “Prevent Senior” (investigada na CPI da Pandemia) como uma “pílula de esperança”<sup>174</sup>. (Relatório final da CPI da Pandemia. 2022, p. 890 e 896).

Mensagens em grupos reforçavam que a solução farmacêutica era a única forma de “salvar o país” tanto no âmbito sanitário, quanto econômico. Frequentemente o tratamento precoce é apresentado como uma solução definitiva e segura contra a COVID-19, em grande parte das vezes articulado como uma verdade científica que estaria sendo suprimida por interesses políticos e institucionais. Ou seja, vemos mais uma vez a “denúncia” de um complô que sonega informações por motivos escusos. A pandemia seria um “mecanismo de disparo” para o “Grande Reset”, que já explicamos ser um plano das elites globais (ONU, Fórum Econômico Mundial, Bill Gates, George Soros, etc.) para instaurar uma ditadura socialista global, abolir a propriedade privada, acabar com a família ocidental cristã e reduzir a população mundial.

<sup>174</sup> Durante o depoimento de Bruna Mendes Dos Santos Morato, advogada que auxiliou os médicos da “Prevent Senior” a elaborarem um dossiê com denúncias das atitudes da empresa na pandemia, ela deixou claro que havia uma diretriz em pensar a utilização destes fármacos e que a “esperança se chamava, naquele momento, hidroxiclороquina”. (Ibidem, p. 898)

Imagem 64 Print Screen Telegram

Coisa Nossa

08:44

D

**DERRUBAMOS AS PEDRAS GUIAS DA GEÓRGIA** 06.06.2021

15:30:18



COVID foi simplesmente um suporte, um mecanismo de disparo, para o que as elites globais se referem como o Grande Reset ou Reinicialização, a Nova Economia, a Economia Verde e o Desenvolvimento Sustentável. Seja o que for que eles chamem, aqueles com discernimento irão reconhecer isso como o sistema bestial do fim dos tempos, de natureza global, que buscará dominar cada vida humana no planeta.

[@derrubandoaspedrasguiasdageorgia](#)

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data11 – elaborada pelo autor (2026)

Essas narrativas, frequentemente endossadas por autoridades da república e capilarizadas por aplicativos de mensagens, criaram um ambiente de desconfiança que sabotou políticas públicas essenciais, como a vacinação e o distanciamento social. Ao mesmo tempo postagens nos grupos afirmam ter feito o tratamento em casa com sucesso. Por exemplo: “Tratamos mais de 6.000 pacientes com TRATAMENTO PRECOCE e nenhum óbito!!!” [sic].



## Imagem 65 Print Screen Telegram



09:11

In reply to [this message](#)

Eu acompanho a área médica. E não notícias.

A propósito: tratamos mais de 6.000 pacientes com TRATAMENTO PRECOCE e nenhum óbito!!! 🙌

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data32 – elaborada pelo autor (2026)

As mensagens também mencionam diversas cidades que estariam apresentando o tratamento precoce de forma institucional e com ótimos resultados.

## Imagem 66 Print Screen Telegram

Alexandre

15:43

MC



05.07.2021 16:36:23



[5 de jul de 2021 às 16:35]

Já são 51 cidades com \*zero casos de morte\* por vírus chinês, graças a \*ivermectina\* e \*hidroxocloroquina\* no tratamento precoce. Queremos tratamento precoce nos postos de saúde, para nossas famílias!

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data51 – elaborada pelo autor (2026)

Essas mensagens frequentemente vêm seguidas de comentários que denunciam a “censura” das *big techs* (ao mesmo tempo que reiteradamente defendem posições contrárias à ciência em plataformas dessas mesmas *big techs*), bem como o que chamam de “perseguição política” contra médicos que “comprovariam” tanto a eficácia do tratamento precoce, como a origem do vírus e os efeitos deletérios da vacina.

Imagem 67 Print Screen Telegram



### Negacionista ou Aceitacionista?

Fonte: Grupo "B-38" Exported Data2 – elaborada pelo autor (2026)

Em relação à vacina o contexto da retórica é o mesmo. As vacinas seriam uma "arma biológica" no complô do "Grande Reset do Globalismo Socialista". O que podemos observar é que o negacionismo, a desinformação e o mito conspiratório caminham juntos na cognição que se revela nestes grupos. A forma de pensar é muito semelhante, com algumas especificidades, dependendo os grupúsculos, porém, unidas por um filamento ou fio condutor em comum.

Imagem 68 Print Screen Telegram

### A MARCA DE BILL GATES

Uma vacina que altera o DNA humano. Depois de aplicada, nunca mais pode sair do corpo, pois age diretamente no DNA, modificando o código genético! A vacina deixa uma marca e hibridiza o corpo e faz dele uma antena, tornando-o controlável, rastreável e desligável... a MARCA DA BESTA citada em Apocalipse 13

Os fatos estão caminhando para isso. Estejam atentos. Tempos sombrios e terríveis estão chegando. Acordem!!!

[@derrubandoaspedrasguiasdgeorgia](https://t.me/derrubandoaspedrasguiasdgeorgia)

Fonte: Grupo "B-38" Exported Data40 – elaborada pelo autor (2026)



As razões para negar as vacinas são as mais mirabolantes. Além de entrar no mito conspiratório frequentemente para explicar que as vacinas são “armas biológicas” do Bill Gates para mudar o código genético da população, questões como envenenamento para redução da população mundial também aparecem inúmeras vezes.

Imagem 69 Print Screen Telegram

A VACINA DE MRNA É 100% LETAL.  
TESTARAM EM MACACOS E RATOS, TODOS MORRERAM EM 2  
MESES, ISSO EQUIVALE A 2 ANOS EM HUMANOS...

[@derrubandoaspedrasguiasdgeorgia](#)

90% DOS INTERNADOS SÃO VACINADOS E ESTÃO  
ENVENENADOS COM GRAFENO E PROTEÍNAS SPIKE...

[@derrubandoaspedrasguiasdgeorgia](#)

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data57 – elaborada pelo autor (2026)

Além das explicações estritamente conspiracionistas, há também a argumentação de que as vacinas causariam diversas doenças e degradação de órgãos específicos. As doenças do coração são as mais repetidas, mas aparecem doenças circulatórias, paralisia, trombose, epilepsia, etc. O grupo “Médicos Pela Liberdade”, por exemplo, utiliza uma lista de “reações adversas” para incitar pânico na utilização das vacinas.

## Imagem 70 Print Screen Telegram

**M** **Médicos Pela Liberdade** 08:37

O JORNAL DAILY TELEGRAPH NÃO É QUALQUER JORNAL E ISSO SIGNIFICA QUE AOS POUCOS A MAX MÍDIA VAI COMEÇAR A DIZER A VERDADE – Documento divulgado pela Pfizer aparentemente como resultado de uma ordem judicial de Liberdade de Informação nos EUA revela uma vasta gama de efeitos adversos de vacinas até então desconhecidos, compilados de fontes oficiais em todo o mundo.

A Pfizer admite que este é 'um grande aumento' nas notificações de eventos adversos e que mesmo este grande volume está subnotificado.

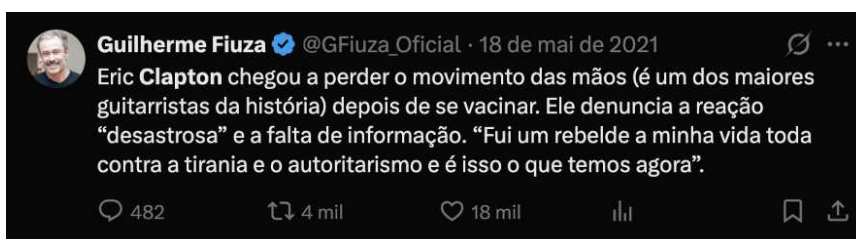
Mais de 100 doenças estão listadas, muitas muito graves: insuficiência renal, acidente vascular cerebral, eventos cardíacos, complicações na gravidez, inflamação, doença neurológica, insuficiência autoimune, paralisia, insuficiência hepática, doenças do sangue, doenças de pele, problemas musculoesqueléticos, artrite, doença respiratória, TVP, coágulos sanguíneos, doença vascular, hemorragia, perda de visão, paralisia de Bell e epilepsia.

Os riscos imediatos da vacinação da Covid podem ser 50 – 300 vezes maiores do que até mesmo o mais arriscado das vacinas tradicionais anteriores (como a vacina contra a varíola).

Fonte: Grupo “Médicos Pela Vida” Exported Data4 – elaborada pelo autor (2026)

O influenciador Guilherme Fiuza, por exemplo, deu notícia dizendo que o guitarrista Eric Clapton havia perdido o movimento das mãos. Essa afirmação demonstra muito bem como funciona a desinformação. Clapton realmente sofre de uma doença neurológica desde 2016<sup>175</sup> e que afetou o movimento de suas mãos. Entretanto isso não tem relação nenhuma com as vacinas, sendo que foi diagnosticado anos antes. Um caso clássico de notícia falsa que usa desinformação para incentivar o negacionismo científico.

## Imagem 71 Print Screen Telegram



Fonte: Perfil Guilherme Fiuza no Twitter – elaborada pelo autor (2026)

<sup>175</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/musica/noticia/2016/06/eric-clapton-revela-ter-doenca-neurologica-dificil-tocar-guitarra.html> Acesso em 19/01/2026

Em definitivo, observar estas temáticas demonstra como a desinformação, o negacionismo e o mito conspiratório caminham juntos. É usual que a resposta seja baseada no mito-história do complô globalista em que instituições, como a Organização Mundial da Saúde, o Supremo Tribunal Federal do Brasil e a Organização das Nações Unidas seriam grupos que operam os interesses escusos da “elite socialista global”. No caso do Supremo Tribunal, por exemplo, os ataques eram e continuam comuns.

Imagem 72 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data3 – elaborada pelo autor (2026)

A extrema direita opera, portanto, a partir da realidade prática e do contexto momentâneo, a linguagem fascistizante demonstrada por nós nesta tese. Eventos, como a COVID-19, revelam como esses grupos articulam estratégias retóricas no ecossistema dissociativo fascistizante a fim de produzir subjetividades e afetos conformes aos interesses destes grupos. Isso se demonstra pela reiterada utilização dos mesmos discursos nos mais variados lugares digitais de agenciamentos coletivos de enunciação.

## 6.2 O processo eleitoral de 2022 e a tentativa de Golpe de Estado

O processo eleitoral e pós-eleitoral de 2022 no Brasil não foi marcado apenas pela disputa partidária, mas por um conflito epistemológico. Como apontam diversos estudos sobre movimentos antidemocráticos, pós-verdade e desinformação (Empoli, 2023; Forti, 2021 e 2024; Levitsky e Ziblatt, 2018 e Runciman, 2018) a corrosão das democracias contemporâneas passa pela deslegitimação das instituições de entendimento da realidade (imprensa, ciência e judiciário). No contexto brasileiro isso se materializou no ataque sistemático ao sistema eletrônico de votação criando um terreno fértil para a não aceitação do resultado das urnas.

Inquéritos (4781; 4784; 4920; 4921; 4922; 4923 entre outros relacionados a estes) de autoria do Supremo Tribunal Federal (STF), evidenciam a existência de um “Gabinete do Ódio”, uma estrutura financiada e organizada para disseminar desinformação em massa em relação às eleições, à pandemia e ataques coordenados a adversários no campo político, visando desestabilizar as instituições democráticas. Já falamos com mais profundidade sobre a estrutura do ecossistema dissociativo anteriormente e citamos algumas vezes o “Gabinete do Ódio”, porém, é importante reafirmar que esta estrutura tinha como objetivo claro desestabilizar as instituições e fazer ataques aos considerados “inimigos” através deste ecossistema.

Aí tem uma coordenação de ataques. Eu vi que tentaram desdizer, até em tom de sarcasmo, a existência do gabinete do ódio. Eu confesso que achava que o nome era gabinete da maldade, porque era assim que alguns Ministros se referiram ao tal gabinete quando foram atacados. Eu me lembro de um Ministro que falou para mim: "Poxa vida, o que eu faço com o gabinete da maldade, Joice?" Mas é aquela coisa de conversa de palácio. Não era uma coisa assim: olha, está acontecendo isso, isso ou aquilo. Mas eu descobri que realmente é gabinete do ódio. Está ali. Secreto2 G.O. Eles escolhem quem será o alvo da vez. Nesse caso é um print para vocês. Foi o caso do Julian Lemos. Eles escolhem uma pessoa e essa pessoa é massacrada. Massacrada! (Relatório Final – CPI das Fake News, 2022, p. 338 – 339)

Esta estratégia de desinformação, perseguição online e *firehosing* aparecem também em outros contextos, além dos observados especificamente neste capítulo. Sempre com o mesmo modo de operação. Manipular o debate público a partir destes métodos para forjar uma mobilização artificial que simula apoio popular espontâneo. Isto é operacionalizável através das técnicas que já explicamos principalmente nos capítulos 3 e 4 mas que reiteramos a seguir.

No campo nas fake news, o importante de se destacar é que podem haver alguns mecanismos naturais e artificiais para fazer com que o conteúdo seja viralizado. O primeiro deles, e considerado natural, é o compartilhamento de conteúdo com o qual o usuário tem alguma identificação. Essa prática é extremamente relevante, uma vez que há uma grande chance de o compartilhamento ocorrer e reverberar em “bolhas”, o que nos remete às questões relacionadas a pós-verdade discutidas anteriormente.

Outros dois mecanismos artificiais podem ser destacados:

- uso de perfis falsos, especialmente com recursos de inteligência artificial, conhecidos como robôs ou bots; e
- impulsionamento patrocinado de conteúdo, especialmente com uso de dados de perfil dos usuários.

Essas duas questões podem mudar o jogo eleitoral e despertam preocupação, sobretudo por envolverem a aplicação de recursos financeiros. (Ibidem, p. 588)

Já o evento de Oito de janeiro de 2023 não deve ser compreendido como um episódio isolado, mas como o desfecho de um processo prolongado de erosão democrática e radicalização política iniciado anos antes (entendemos que no início da década de 2010 de forma mais sintomática). Devemos compreendê-lo como o resultado de um processo sistemático de radicalização e fascistização de indivíduos, operado por meio de uma complexa arquitetura de desinformação. Este fenômeno foi alimentado por um ecossistema dissociativo fascistizante que visava deslegitimar as instituições republicanas, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Algo que veio se intensificando de 2018 até a derrota de Jair Bolsonaro em 2022.

Entre os eventos preparatórios para o Oito de Janeiro devem ser citados, com proeminência, os ataques coordenados ao sistema eleitoral e à Justiça Eleitoral. Por meio de uma campanha deliberada de desinformação baseada em mentiras, Jair Bolsonaro e seus cúmplices prepararam o terreno para a contestação de eventual derrota nas eleições e insuflaram a militância contra a democracia e as instituições brasileiras. (Relatório da CPMI dos atos de 8 de janeiro de 2023 – Senado e Câmara dos Deputados, 2023, p. 404)

A produção de subjetividades radicalizadas e fascistas foi central para o avanço desse projeto autoritário, utilizando o mito conspiratório do “Marxismo Cultural” como motor de pânico social. Essa narrativa, importada de contextos estrangeiros (como no já apresentado paleoconservadorismo) e disseminada por figuras como Olavo de Carvalho, examinado anteriormente, criou a percepção de que a esquerda estaria

ocupando aparelhos culturais para implantar um regime comunista, o que justificaria uma “guerra cultural” pela autopreservação de valores como deus, pátria, família e liberdade. Tal discurso operou uma clivagem maniqueísta entre “nós” e “eles”, transformando opositores políticos em inimigos existenciais a serem eliminados.

Nesse contexto, a não aceitação dos resultados eleitorais de 2022 foi preparada por uma campanha sistemática de descrédito do sistema eletrônico de votação. Jair Bolsonaro e seus aliados realizaram incontáveis ataques às urnas eletrônicas, utilizando-se da desinformação, negacionismo e do mito conspiratório para convencer a militância de que qualquer derrota seria fruto de fraude eleitoral. Houve, portanto, segundo as investigações, o uso intensivo de robôs e “fazendas digitais” para dar a sensação que o engajamento era orgânico e autêntico. Isso garantiu um fluxo repetitivo e em larga escala de desinformações, notícias falsas e um falso senso de maioria entre os apoiadores.

Imagem 73 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data48 – elaborada pelo autor (2026)

A radicalização, com a ajuda do caráter religioso (grande parte das vezes com a atuação de pastores, *influencers* religiosos e parlamentares da “bancada da bíblia”), atingiu um patamar fundamentalista, no qual a luta política passou a ser encarada como uma “batalha espiritual” entre o bem e o mal. Muitos manifestantes, imersos em

bolhas informacionais e “câmaras de eco” digitais, resultado direto do ecossistema dissociativo fascistizante, desenvolveram uma dissonância cognitiva que os tornava, de certa forma, imunes a fatos objetivos.

Relatos de autoridades e perícias apontam que indivíduos em acampamentos golpistas viviam em um estado de “transe” ou alienação psíquica, chegando a abandonar empregos e famílias por acreditarem em revelações apócrifas sobre prisões iminentes de ministros ou intervenções militares salvadoras. Como expressou o Coronel Jorge Naime em depoimento a CPMI dos atos do Oito de janeiro de 2023:

Eu estive algumas vezes no acampamento, conversei com algumas pessoas, escutei assim relatos que eu falei assim, cara, não é possível que essa pessoa está me falando isso. Eu... Teve um que me abordou um dia lá que ele falou para mim que ele era um extraterrestre, que ele estava ali infiltrado e que, assim que o Exército tomasse, os extraterrestres iam ajudar o Exército a tomar o poder. Então, assim, eles estavam... Eles consumiam só a informação deles, era só o que era falado no carro, eles estavam numa bolha.<sup>176</sup>

Este fenômeno de desenraizamento social fez com que indivíduos abandonassem empregos e famílias para se dedicarem a uma causa que acreditavam ser vital para a sobrevivência da nação. Muitos golpistas, inclusive, agora presos, usam de argumento que tem família e filhos, que são “cidadãos de bem”, patriotas lutando pela liberdade e que suas prisões são uma espécie de termômetro que traria evidências de uma ditadura sendo operada no Brasil.

A não aceitação do resultado das eleições de 2022 foi o ponto de ignição preparado por anos de ataques sistemáticos às urnas eletrônicas e as forças democráticas do Brasil. Mesmo cientes da inexistência de fraudes (inclusive com relatório do próprio Exército apresentado posteriormente às eleições), os mentores da organização continuaram a propagar vulnerabilidades fictícias para manter a militância mobilizada e pressionar o alto comando militar mesmo anos após o pleito.

A linguagem teve (e ainda tem) um papel importante nesse processo que resultou na intentona golpista que, ainda hoje, no escrever desta tese, parece ser

<sup>176</sup> Notas taquigráficas da 4ª reunião ordinária da CPI dos atos antidemocráticos na CLDF. Oitiva de Jorge Eduardo Naime. (Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/documents/5744614/26896214/Notas+Taquigráficas+16-03-2023.pdf/f19af947-0c0c-0dc7-52c9-41e7c41edae0?version=1.0&t=1679490499344>) Acesso em 20/01/2026



continuada. Termos como “fraude”, “liberdade”, “sistema”, “intervenção”, etc. foram incessantemente repetidos para incrustar na militância subjetividades que serviriam de estrutura psíquica para as ações que se seguiram pós-eleições. O uso, por exemplo, de linguagens cifradas, como a “Festa da Selma”, e a interpretação deturpada do “Artigo 142” da Constituição serviram como o verniz organizacional e jurídico para a investida desesperada contra a Praça dos Três Poderes.

Deste modo iremos pensar como essa linguagem era operada nos grupos de Telegram observados durante esse período. Organizaremos a linguagem nas seguintes temáticas. I) linguagens “jurídicas” e militares. II) Negação do sistema eleitoral. III) retórica de “batalha espiritual” contra “inimigos” e ataques às instituições. No primeiro ponto temos os termos utilizados para dar um verniz “jurídico” para os argumentos dos golpistas. São, em parte dos casos, interpretações deturpadas e manipuladas de conceitos como o de “liberdade de expressão” e do “Artigo 142” da constituição federal. No caso do “Artigo 142”, este foi o principal fundamento para uma suposta “intervenção constitucional” das Forças Armadas. Exemplo desta distorção não pode ser melhor representada do que esse extenso texto publicado pelo Cel. Koury em que reproduz um texto dos chamados “504 Guardiões da Nação” assinado pelo Major-Brigadeiro Jaime Rodrigues Sanchez, liderança do “Clube Militar”.

#### Imagem 74 Print Screen Telegram

Cel. Koury

22:10

MAJOR-BRIGADEIRO JAIME RODRIGUES SANCHEZ  
504 GUARDIÕES DA NAÇÃO  
O PODER MILITAR ALGEMADO

O presidente da CPI, Omar Aziz, tem dado inúmeras declarações ameaçando o General Pazzuelo de prisão no seu próximo depoimento, por supostas mentiras na CPI, engrossadas pelas do vice-presidente Randolfe Rodrigues e do relator Renan Calheiros.

A partir do seu comparecimento às manifestações do Rio de Janeiro, as críticas se agravaram, criando um ambiente crescente de tensão em torno da punibilidade do general, maldosamente explorado pela mídia desmamada para desgastar as relações entre o Presidente e as FFAA. Paralelo a isso, os atores que atuam nesse processo de destruição do País não param de criar factoides que são levados às últimas consequências políticas e jurídicas para obterem a desestabilização do governo.

Estando hoje esse hediondo processo de destruição do Brasil comandado pela mais alta Corte da justiça, só existem duas formas



para interromper essa escalada: uma reação dos poucos parlamentares ainda compromissados com seu papel de representantes do povo ou a intervenção das Forças Armadas, como poder moderador, sob a autoridade suprema do Presidente da República, para garantir a harmonia dos Poderes constitucionais, segundo a interpretação dada ao Art. 142 da Constituição Federal, por muitos renomados juristas verde e amarelo.

É comum fazer-se um paralelo da situação atual com o movimento nacionalista de 1964 e argumentar que naquela ocasião o povo, a igreja, a imprensa, o empresariado e parte da classe política foram os verdadeiros promotores da revolução e as Forças Armadas apenas consolidaram os anseios da sociedade.

Nada diferente da conjuntura de hoje.

Na campanha para o retorno ao social comunismo estão presentes muitos dos atores daquela época, seus descendentes ou autoridades por eles infiltrados no sistema para garantir a manutenção do poder. Do nosso lado, os setores da sociedade que atuaram em 1964 comungam daqueles mesmos anseios de erradicar a corrupção e afastar o perigo do comunismo.

O POVO vai às ruas aos milhões, a pé, de carro, de moto ou de caminhão, desde o momento em que percebeu as manobras iniciadas para inviabilizar o governo, sempre manifestando-se pelo afastamento e a punição dos seus autores, logo após as eleições.

A IGREJA, apesar de alguns pregadores vermelhos isolados e intervenções pontuais inexplicáveis do Papa, é enfática ao condenar as doutrinas que a esquerda massificou, especialmente na educação infantil e nos eventos culturais, contra os preceitos familiares e religiosos.

A IMPRENSA tradicional sucumbiu por sua total dependência da teta estatal, restando apenas um par de redes de televisão que, condenadas à míngua, sobrevivem da energia restante do leite mamado, demitindo o melhor dos seus quadros para manter-se no ar.

Enquanto isso, o moderno, democrático e verdadeiro meio de comunicação de massa, as redes sociais, são editadas, operadas e assistidas pelas multidões, independentemente da classe social, bastando para isso um celular fornecido gratuitamente pelo operador. Sua atuação demonstra, sem contestação, a repugnância pela volta ao passado, com uma monumental diferença estatística, constatada num simples parâmetro de aferição muito mais fiel do que as “encomendadas” pesquisas dos desmoralizados institutos aparelhados: o “like” e o “dislike” voluntário daqueles que acessam a informação. OS EMPRESÁRIOS que dependem apenas de sua capacidade de gestão e da qualidade do seu produto, e não das falcatruas desvendadas pela operação lava jato, demonstram cotidianamente o anseio pelas reformas programadas pelo governo para obter resultados semelhantes ao do agronegócio, sem ter que dividir seus lucros com os sanquessuqas oficiais.

A CLASSE POLÍTICA, a mais contaminada, apesar da renovação a cada eleição, vê essa esperança esvaír-se em pequenos movimentos pré e pós- eleições, como o ridículo “muda senado”, que é rapidamente

engolido pela “lei do Gerson” (perdão canhotinha de ouro”).

RESTAM AS FORÇAS ARMADAS.

22:10

A atual situação é excepcionalmente grave e perigosa, quando parlamentares e magistrados da mais baixa compostura ética e moral tentam denegrir as Forças Armadas, acusando levianamente seu Comandante Supremo e oficiais-generais do governo, da ativa e da reserva, ou quando um grande contingente de Instituições e autoridades corrompidas, conspiram diuturnamente contra a democracia conquistada nas urnas.

Como cidadão, não abdicó do direito de me indignar e expressar publicamente essa indignação e a preocupação de ver o caos se aproximando sob as vistas lenientes ou cúmplices de agentes públicos e representantes do povo, subjugados por uma ditadura do mal. Na verdade, estamos vivendo uma guerra sem armas, onde o inimigo traiçoeiro e torpe joga todas as suas cartas para um desfecho rápido da batalha, sem enfrentar uma reação à altura.

No episódio envolvendo o general Pazzuelo, entendo que o Comandante da Força Terrestre tem a prerrogativa e a autoridade absoluta para decidir sobre uma punição que, caso venha a ocorrer, longe der ser uma desonra para o oficial será, antes, um registro de sua altivez e fidelidade à causa que defendemos.

No entanto, extremamente mais grave e digna de uma reação institucional imediata é a declaração do presidente da CPI, sobre o próximo depoimento do general Pazzuelo: “se mentir, sairá algemado de lá!”. Torna-se ainda mais grave, quando essa declaração parte de um senador acusado de roubar recursos da saúde, quando governador do seu estado.

Há meses o inimigo vem testando a elasticidade da nossa capacidade de absorver golpes em nome da estabilidade política e da harmonia entre os poderes, mas nada se aproximou da gravidade da ameaça de algemar e prender um general da ativa.

Se o Poder Militar não tomar uma atitude definitiva sobre um fato dessa natureza, que é na verdade a continuação de vários outros atos já praticados por esse grupo de parlamentares criminosos, entrincheirados e blindados pela excrescência do foro privilegiado, como acreditar que reagiremos a uma intervenção internacional na Amazônia ou, até mesmo a uma agressão de vizinhos menos qualificados como a Venezuela?

Com a experiência de quem desempenhou as funções de Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa e Vice-chefe do Estado-maior da Aeronáutica, tenho convicção de que os órgãos de inteligência estão permanentemente debruçados sobre esses fatores que ora provocam o acelerado agravamento da degradação política do País.

Também como militar, sei que um dos mais importantes e decisivos princípios de guerra e maior responsável pelas vitórias históricas é o da surpresa.

Entretanto, em razão deste fato totalmente inaceitável, ele deve ser sobrepujado pelo princípio da ofensiva para obter resultados decisivos e impor a vontade ao inimigo.

Espero sinceramente que esta seja a estratégia empregada, para que uma possível derrota da democracia não venha a manchar a gloriosa imagem das Forças Armadas junto à sociedade, na certeza de que, se isso ocorrer, seremos todos responsáveis perante a história, independentemente da posição que ocupávamos nesse momento ou se estaremos na ativa ou na reserva.

BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS.

O Coronel Marcos Koury Barreto é o principal idealizador do grupo “B-38”, de longe o maior grupo presente no nosso banco de dados e que observamos centenas de milhares de pessoas no início de 2023 (os números são muito voláteis e chagamos a confirmar aproximadamente 300 mil pessoas, entretanto os números deveriam ser muito maiores em outros momentos e caíram significativamente após o bloqueio do Supremo Tribunal Eleitoral). Coronel reformado da Aeronáutica, Koury, junto de seu grupo, integrou o “Foro Conservador”, uma coalizão de diversos movimentos (como o “Movimento Agro Brasil” e o “Brasil 200”) que articulou manifestações de rua, especialmente as ocorridas em 7 de setembro de 2021 e 2022.<sup>177</sup>

Diferente de militantes isolados, o grupo liderado por Koury Barreto funciona como uma ponte entre a disciplina militar (hierarquia e logística) e a fluidez das redes sociais. O grupo “B-38” foi um dos principais articuladores logísticos (financiamento de ônibus e alimentação) para os acampamentos e atos em Brasília, o que exemplifica como a ideologia se materializa em ação política direta. A retórica do coronel – e do grupo – frequentemente se alinha à ideia de que as instituições brasileiras (STF, universidades, imprensa) foram “capturadas” por uma agenda de esquerda e apresenta negacionismos históricos, como a negação de que houve ditadura militar, conspiracionismo como “hologramas” do Lula e/ou certezas de fraudes eleitorais.<sup>178</sup>

Outros textos atribuídos ao Major-Brigadeiro Jaime Rodrigues Sanchez aparecem no grupo e mantém o mesmo tipo de retórica. Além disso, é claro que utilizam a autoridade de patentes militares (como a de Major-Brigadeiro) para conferir legitimidade às narrativas de que as instituições democráticas estariam agindo de forma ilegal, preparando o terreno subjetivo para pedidos de ruptura institucional. Frequentemente aparecem postagens no grupo enaltecendo a “coragem” do Coronel Koury e sua responsabilidade para impedir os “comunistas de tomarem o poder”. As postagens reproduzindo textos de Sanchez se seguem de comentários ovacionando suas posições e enaltecendo seu patriotismo. Outro exemplo destes textos temos a seguir.

<sup>177</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2022/09/como-grupos-que-puxaram-atos-em-2021-articulam-recursos-e-militantes-neste-7-de-setembro/> Acesso em 22/01/2026.

<sup>178</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/b-38-grupo-com-organizacao-militar-apoio-bolsonaro-voto-impresso/> Acesso em 22/01/2026.

## Imagem 75 Print Screen Telegram

Cel. Koury

21:45

EX



15.08.2021 20:55:27

MAJOR-BRIGADEIRO JAIME RODRIGUES SANCHEZ

504 GUARDIÕES DA NAÇÃO

NAÇÃO ENCILHADA E DOMADA

Em analogia à linguagem utilizada na doma de equinos, podemos afirmar que a Suprema Corte encilhou e montou a Nação após domar e subjugar os demais Poderes e Instituições.

Passo a passo, foi aplicando a tática adequada para alcançar o perfeito domínio de suas presas, realizando manobras estrategicamente planejadas, para acostumá-las aos tipos específicos de cabresto que utilizaria em cada uma.

Uma vez tomadas definitivamente as rédeas, passou a usar o bridão e cravar as esporas afiadas para sangrá-las, enfraquecer as reações e consolidar seu domínio.

Contra os parlamentares, utiliza o cabresto do foro privilegiado que, além da obediência às suas ordens e ações intervencionistas, garante o engavetamento dos pedidos de impeachment tramitando no Senado Federal contra seus ministros.

Sobre a sociedade, o cabresto possui o poder da intimidação exercida pelos inquéritos ilegais, as decisões monocráticas e sumárias e as prisões irregulares.

Nas Forças Armadas, seu cabresto é autoaplicado, resultando numa atitude pragmática e disciplinada perante os preceitos constitucionais, que a impele a atuar exclusivamente “dentro das quatro linhas”.

Encorajadas a adotar medidas cada vez mais ousadas, contundentes e explícitas, Suas Majestades acabam de dar demonstrações inequívocas de desprezo pelo estado democrático de direito e deixar claro quem manda e desmanda nos destinos do País.

De uma só tacada, atacaram frontalmente o governo e o reduto conservador.

Desafiou mais uma vez o governo, desengavetando e pautando o julgamento de um processo contra o Senador Ciro Nogueira que tramitava na turma “garantista”, para o qual o Ministro Gilmar Mendes havia pedido vistas, num momento em que julgou a “cera técnica” como um movimento favorável à causa, bastando apenas a sua nomeação para Chefe da Casa Civil da Presidência da República para que Gilmar devolvesse a matéria rapidamente ao plenário, talvez sem sequer fazer a leitura.

Sem entrar no mérito do crime pelo qual será julgado o Senador ou pleitear sua inocência, fica claro que os critérios para a elaboração da pauta do STF são definidos pelos interesses do grupo que ambiciona retomar o poder a qualquer custo, conforme expressou um dos seus maiores líderes e beneficiários, o condenado e libertado José Dirceu: “Vamos tomar o poder, que é diferente de ganhar a eleição”.

A escala de prioridades praticada pela “delegacia de comunidade” em que se transformou o Supremo Tribunal Federal, instalada na antiga Praça dos Três poderes, agora alcunhada de “Praça do Poder Onipotente”, lhe permite julgar celeremente qualquer queixa-crime impetrada por partidos ou entidades amigas, enquanto paralisa processos de criminosos importantes que continuam trabalhando impunemente pela derrubada do governo, como Renan Calheiros, Jâder Barbalho, Edson Lobão e outros clientes preferenciais, até que seus crimes atinjam os critérios da prescrição.

Quando os coloca em pauta, é para decidir em favor de condenados em instâncias inferiores ou presos preventivamente, como nos casos de Lula, Dirceu, André do Rap e muitos outros apaniguados.

O ataque ao reduto conservador deu-se pela prisão tempestiva do presidente do PTB, ex-deputado Roberto Jefferson, um dos maiores e mais destemidos defensores dos valores defendidos pelo Presidente e mais caros ao cidadão: religião, liberdade e família.

Do deputado Roberto Jefferson, aquele que denunciou o mensalão e proporcionou o início de um processo de combate sem precedentes ao crime institucional organizado, esperamos que, estando em prisão preventiva que considera injusta e ilegal, realize imediatamente uma delação espontânea, apresentando todas as cartas que acreditamos e almejamos que disponha, e que respaldariam seu desafio contínuo e contundente ao sistema.

Essa iniciativa serviria para desmascarar definitivamente e comprovar a podridão que compromete a independência do parlamento e a moralidade do judiciário, arrancando de vez as máscaras de legalistas e guardiões da Carta Magna, para exhibir à Nação as faces demoníacas daqueles aproveitadores e antipatriotas que ignoram e humilham seus eleitores, e dos que desmoralizam a Suprema Corte, Instituição fundamental à existência da democracia.

BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data58 – elaborada pelo autor (2026)

Esse tipo de argumentação visa desacreditar as instituições e estabelecer não só uma baliza moral para o processo de tentativa de Golpe de Estado, mas uma determinante jurídica, com a legitimidade de um “Major-Brigadeiro” conferindo uma suposta legitimidade ou credibilidade às mensagens, especialmente entre o público militar. E isso não se resumia aos grupos que gozam de uma certa privacidade, eram manifestações públicas de intenção golpista.

Um segundo termo que também foi incessantemente repetido dentro desse ecossistema é o termo “dentro das quatro linhas da constituição” e suas variantes. Essa expressão foi, inclusive, de certa forma, originada no próprio discurso do então Presidente Jair Bolsonaro. Bolsonaro repetiu essa expressão diversas vezes e que aos poucos foi sendo incluída na linguagem da militância de extrema direita até se



tornar um dos principais atos de fala para dar a sensação de legitimidade na ruptura democrática, como se o processo de ruptura fosse “constitucional”. Entretanto, como o uso do “Artigo 142”, era usada também de forma distorcida e manipulada.

Em um pronunciamento à imprensa, por exemplo, o ex-presidente afirmou:

Da nossa parte, iremos às últimas consequências, dentro das quatro linhas da Constituição, para fazer valer aquilo que as nossas auditorias constataram que há realmente um enorme desequilíbrio no tocante às inserções. Isso obviamente interfere na quantidade de votos no final da linha.<sup>179</sup>

Essa expressão também foi usada recorrentemente por correligionários e militares, como pudemos observar.

Pô, não é difícil. O outro lado tem a caneta, nós temos a caneta e a força. Braço forte, mão amiga. Qual é o problema, entendeu? Quem está jogando fora das quatro linhas? Somos nós? Não somos nós. Então nós vamos ficar dentro das quatro linhas a tal ponto ou linha? Mas agora nós estamos o quê? Fadados a nem mais lançar. Vamos dar de passagem perdida? (ex-major Ailton Barros, 15/12/2022). (Relatório final da CPI da Pandemia. 2022, p.472)

Além destes agentes os grupos de mensagens também demonstram que esse termo virou recorrente durante o período. Nos chats o termo era repetido como um mantra de autorização ao líder. Destaque sempre para a ligação com o “Artigo 142” e, nesse caso, o Ato Institucional nº 5 da ditadura Civil-Militar brasileira.

#### Imagem 76 Print Screen Telegram

|                                                                                                       |       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <b>Patrícia</b>                                                                                       | 07:53 |
| Artigo 142                                                                                            |       |
| AI5                                                                                                   | 07:53 |
| <b>Patrícia</b>                                                                                       | 07:54 |
| O que for, dentro das quatro linhas, você pode Presidente, tem a minha autorização. Eu sou o povo! 🇧🇷 |       |

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data61 – elaborada pelo autor (2026)

<sup>179</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63386608> Acesso em 22/01/2026

Outras expressões mais desavergonhadas que aparecem dentro desta primeira temática remetem diretamente a intervenções golpistas.

Imagem 77 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “A Queda da Babilônia” Exported Data – elaborada pelo autor (2022)

No grupo “A queda da babilônia”, organizado por Ana Priscila Azevedo (condenada pelos atos antidemocráticos), logo antes do Oito de janeiro de 2023 pedidos de intervenção militar se tornaram ainda mais comuns.

Imagem 78 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “A Queda da Babilônia” Exported Data – elaborada pelo autor (2022)

Imagem 79 Print Screen Telegram

BOLETIM DA RESISTÊNCIA 🇧🇷🦾

**NÓS JÁ INICIAMOS A REVOLUÇÃO VERDE E AMARELO!**

**NÓS JÁ COMEÇAMOS A PARAR O BRASIL!**

**A REFINARIAS E DISTRIBUIDORAS ESTÃO SENDO FECHADAS.**

**NÓS VAMOS SITIAR OS TRÊS PODERES!**

**NÓS EXIGIMOS INTERVENÇÃO MILITAR!**

**NÓS EXIGIMOS O CÓDIGO FONTE!**

**NÓS VAMOS VOMITAR NA CARA DELES ESSE GOLPE DA INTERNACIONAL COMUNISTA NAS ELEIÇÕES DO BRASIL!**

**PRA CIMA DELES BRASIL!!!**

**É AÇOOOOOOOO!!!!**

ANA PRISCILA AZEVEDO 6422

Fonte: Grupo “A Queda da Babilônia” Exported Data – elaborada pelo autor (2022)

Esse último *post* nos dá a ligação para a próxima temática que serviu de justificativa para a tentativa de ruptura institucional, a “fraude das urnas eletrônicas”. Esse discurso foi um dos discursos mais importantes na subjetivação de premissas antidemocráticas no país. A retórica estava no âmbito de que, se as eleições foram fraudadas, se houve um “golpe comunista”, é legítimo derrubar o governo eleito, como exemplifica o comentário abaixo.

Imagem 80 Print Screen Telegram

Estão implantado o comunismo no Brasil. O golpe já foi dado. O LULADRÃO roubou 6 trilhões do povo brasileiro. Assim ele compra o STF e o congresso inteiro.

Fonte: Grupo “A Queda da Babilônia” Exported Data – elaborada pelo autor (2022)

A denúncia de fraude foi exaustivamente abordada nos inquéritos relacionados a tentativa de golpe demonstrando que não passava de desinformação e negacionismo. As mensagens que pudemos observar nos grupos seguem uma lógica. Essa lógica é baseada no relatório produzido pelo “Instituto Voto Legal” e outro texto apócrifo intitulado “2022 First Round Brazilian Presidential Elections Vulnerability Analysis Report”. No caso do relatório do “Instituto Voto Legal” o responsável pelo instituto, Carlos Rocha, foi condenado em diversos crimes pelo Supremo Tribunal



Federal no âmbito dos julgamentos sobre o golpe e o segundo exemplo foi identificado como falso por agências de checagem.<sup>180</sup>

#### Imagem 81 Print Screen Telegram



22:07

Como funciona a fraude nas urnas eleitorais eletrônicas brasileiras

A fraude ocorre no momento em que o eleitor vota. Mais precisamente quando confirma o voto. O teclado da urna substitui a tecla CONFIRMAR por CORRIGE + N° DO CANDIDATO FRAUDADO + CONFIRMAR. O eleitor não percebe a alteração do voto porque tudo ocorre em milésimos de segundo. Veja mais detalhes a seguir:

Onde ocorre a fraude:

De acordo com o TSE um dos dispositivos de segurança da urna é a criptografia das teclas. Isto é feito através de um microprocessador do tipo ARM, o mesmo usado em smartphones, que está dentro do teclado. Com isto o teclado é capaz de criptografar cada tecla pressionada antes de enviar o sinal para a placa-mãe. Você pode entender o teclado da urna eletrônica como se fosse um smartphone sem tela e sem rede, mas capaz de processar dados complexos. Em um teclado convencional o sinal é enviado à placa-mãe imediatamente após ser pressionada a tecla. O teclado da urna faz o mesmo, porém quando ocorre a fraude o sinal das teclas é alterado. Quando o eleitor pressiona CONFIRMAR, o teclado não envia o sinal desta tecla, mas envia o sinal da tecla CORRIGE + N° do candidato da fraude + CONFIRMAR. Para a placa-mãe a alteração do voto foi feita pelo próprio eleitor e tudo ocorre na velocidade de máquina, quer dizer, em milissegundos. É tão rápido que não dá tempo de aparecer na tela o candidato da fraude e o eleitor não percebe que seu voto foi alterado.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data42 – elaborada pelo autor (2026)

Outra questão que é importante abordar nesta temática é a questão do “código fonte” e do “voto impresso e auditável”. Este discurso também aborda as três características que entendemos fazer parte da linguagem fascizante no Brasil atual: a desinformação, negacionismo e o mito conspiratório. Tanto a ministra Carmem Lúcia, quanto o ministro Alexandre de Moraes, levantaram o questionamento da consciente distorção no que seria voto impresso e voto auditável. A ideia, segundo os ministros, seria a confusão. Confundir as pessoas de que o voto no Brasil não seira

<sup>180</sup> Disponível em: <https://www.agencialupa.org/jornalismo/2022/11/04/estudo-fraude-eleicoes-benford/> Acesso em 21/01/2026



do mito conspiratório ligando-o a inauditabilidade do sistema eleitoral. A narrativa sustentava que o TSE operava uma “caixa preta” ou uma “sala escura” e que a entrega desse código provaria a existência de algoritmos manipulados para favorecer determinados candidatos.

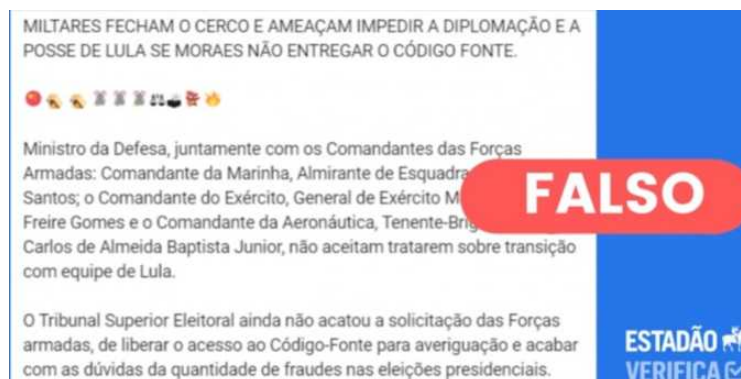
Imagem 83 Fotografia do Oito de janeiro de 2023



Fonte: Reuters (2023)

Inicialmente o argumento era que o código fonte da urna não havia sido disponibilizado. Após um tempo a narrativa mudou e o argumento era que o código não era seguro. A tática é a da confusão. Muda-se o argumento conforme o interesse do momento. Mesmo após os próprios militares não apontarem fraudes na urna, essas narrativas permanecem. Abaixo publicação no WhatsApp afirma que o “código fonte” não foi disponibilizado para as “Forças Armadas” o que fez os militares “ameaçarem” a diplomação e a posse do presidente eleito.

Imagem 84 Publicação no “O Estado de São Paulo”



Fonte: O Estado de São Paulo (2022)

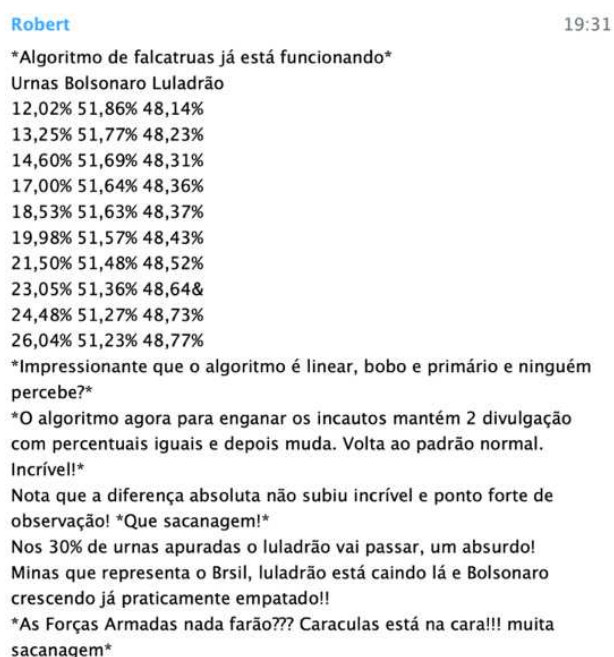
No Telegram o argumento era de “paciência”, pois o Exército Brasileiro não teve acesso, mas sim “capturou” o “algoritmo”. Chama atenção para esse tipo de linguagem. Demonstra que o há uma certa “obscuridade” na utilização das urnas e que os militares estão em “missão” para “capturar” algo que estaria se “evadindo”.

Imagem 85 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data56 – elaborada pelo autor (2026)

Imagem 86 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data56 – elaborada pelo autor (2026)



Houve, portanto, um esforço estrondoso em fornecer argumentos de que as urnas eram fraudadas. Primeiro pela suposta não entrega do código fonte. Quando ficou provado que o código fonte era liberado para auditoria pelo TSE, muda-se a narrativa. O código fonte passa a ser passível de fraude. Nessa toada não era mais necessário o código fonte, mas sim uma auditoria. Quando se explica que as urnas eletrônicas são amplamente auditadas, inclusive pelo Exército, entra o argumento que “mesmo assim” é passível de fraude. E assim continuam mesmo após as eleições.

Imagem 87 Print Screen Telegram



**Nos poucos testes públicos feitos nas urnas eletrônicas, especialistas conseguiram não só quebrar o sigilo do voto, mas instalar softwares maliciosos na urna.**

**Diego Aranha, especialista em segurança: “O sistema continua especialmente vulnerável contra um fraudador interno...”**

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data37 – elaborada pelo autor (2026)

Em resumo, o código fonte foi utilizado como uma espécie de “totem” retórico para encobrir a falta de provas de fraude e manter a base radicalizada em um ecossistema dissociativo de desinformação. Segundo o Relatório da Polícia Federal sobre a tentativa de Golpe de Estado (2024, p. 173)

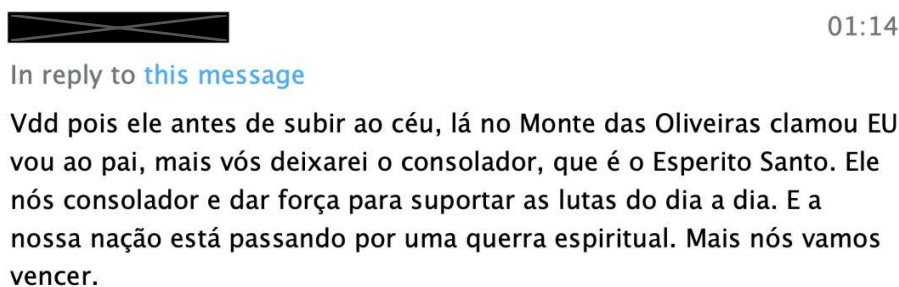
As mensagens encaminhadas por EDER BALBINO evidenciam que os investigados tinham plena ciência de que os argumentos levantados sobre possíveis fraudes e vulnerabilidades nas urnas eletrônicas eram falsos. Após descrever que teriam vários ajustes necessários a fazer, EDER BALBINO encaminha uma mensagem de áudio em que demonstra a falsidade do argumento apresentado pelo PL:

*Porque, Carlos, como eu já tinha te falado, nós...*

*É possível, você mesmo viu, que o nome da, da zona, da ci, o, o ID da zona, da cidade e do, da seção estão no arquivo. Então é possível identificar que aquele log é daquela urna, por causa dessas informações. Então o documento não, a meu ver, não, não tá coerente por esse aspecto. Entendeu? E por isso precisava de uma série de ajustes. Grifou-se*

Por fim, identificamos argumentos que visavam estabelecer a intentona golpista como uma batalha espiritual. Principalmente contra os “inimigos da pátria”, grande parte das vezes imaginários, ao seguir as premissas de Olavo de Carvalho já explicitadas anteriormente. Apesar de já termos trabalhado isso anteriormente, é importante retomar para demonstrar empiricamente como esse discurso operava nos grupos de Telegram.

Imagem 88 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data14 – elaborada pelo autor (2026)

Nesse segundo exemplo vemos claramente a ideia de “bem contra o mal”. Em que os “inimigos” são o mal a ser combatido. A retórica é de guerra em que o “bem vai vencer”.

## Imagem 89 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data31 – elaborada pelo autor (2026)

Deste modo, o “inimigo” deixou de ser um adversário partidário para se tornar uma ameaça existencial à família, à fé cristã, à liberdade e, de modo mais abrangente, à pátria. Influenciadores e pastores digitais, como Silas Malafaia, profetizavam que o Brasil precisava vencer a “engenharia do mal” de pretensas forças demoníacas antes da “destruição deles”.<sup>182</sup> Nesse contexto, a depredação do patrimônio público foi ressignificada não como vandalismo, mas como um ato de quase exorcismo institucional. O que podemos observar nas imagens de reza durante a ação.

<sup>182</sup> Disponíveis em: [https://www.youtube.com/watch?v=Ps2\\_9P-3kag&t=62s](https://www.youtube.com/watch?v=Ps2_9P-3kag&t=62s) Acesso em 23/02/2026

## Imagem 90 Print Screen Telegram

Realidade

12:50

"O BEM VENCE O MAL". 💙💚💛🇧🇷

João 8:32 – Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.

Fonte: Grupo "B-38" Exported Data67 – elaborada pelo autor (2026)

Essa retórica é outra forma de identificar que existe um complô articulado para “destruir as liberdades” no Brasil. De forma direta, esta “cruzada pela liberdade” representa mais uma forma de combater o “Globalismo”, o “Marxismo Cultural”, a “perseguição política” e a “fraude” das eleições. Tudo serviu como o cimento ideológico que uniu diferentes grupos (evangélicos, militares da reserva, caminhoneiros, etc.) sob a bandeira de “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. Para o “patriota”, a ruptura democrática não era um crime, mas um dever moral de resistência contra a “tirania vermelha” imaginada, validando a destruição física como passo necessário para a purificação da pátria.

## Imagem 91 Print Screen Telegram

O comunismo entrou no Brasil na educação desde 1964, não será fácil desfazer essa engrenagem de destruição, mas se lutarmos, incansavelmente, chegaremos na vitória!

O plano está em curso, segundo agenda da ONU 2030 e fórum econômico mundial é uma ditadura.

Unidos somos invencíveis!

**Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!**

"E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.  
João 8:32"

Se inscreva em nosso canal e compartilhem as nossas red pill.

@A\_TOCA\_DO\_COELHO

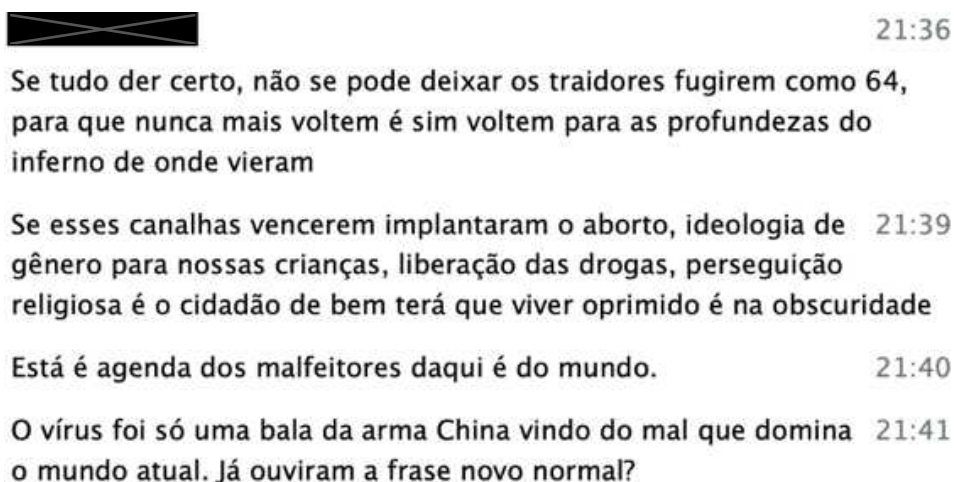
Fonte: Grupo "B-38" Exported Data10 – elaborada pelo autor (2026)



Baseada nas ideias de Olavo de Carvalho, essa narrativa sustentava que a esquerda ocupava aparelhos culturais para destruir os valores da “família tradicional” e da “fé cristã”. Essa luta era apresentada como uma questão de sobrevivência física e espiritual. A “ameaça comunista” era personificada pela China, pela “Agenda 2030” da ONU e pelo “Foro de São Paulo”, bem como em pautas como aborto, gênero, drogas e laicidade e muitas outras questões que apresentamos até este momento.

Defendemos neste sentido que pouco importa a “vestimenta” que o mito conspiratório se reveste. Importa muito mais a mobilização afetiva e a construção da sensação de catástrofe iminente em que somente o “patriota” poderá salvar a pátria. Percebe-se que não lhes interessam os fatos e evidências contundentes, somente estímulos afetivos que reproduzam seus desejos e impulsionem seus preconceitos. É uma engenharia social complexa, mas interessante de se observar *in loco* no caso dos grupos de Telegram e outras mídias.

Imagem 92 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data60 – elaborada pelo autor (2026)

Um discurso que durou pouco, mas serviu ao mesmo propósito, foi o do movimento “Ucraniza Brasil”. Segundo o discurso, no esteio da intensificação da guerra da Ucrânia com a Rússia, os ucranianos estariam “extirpando” os “esquerdistas” de seu país. Relevando, por exemplo, denúncias de neonazistas em milícias do Estado.

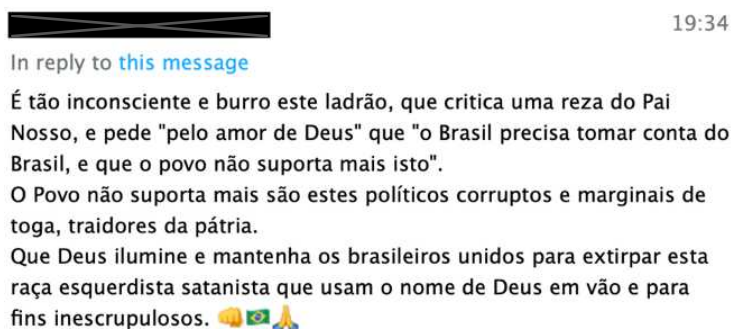
## Imagem 93 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data28 – elaborada pelo autor (2026)

A esquerda no Brasil é usualmente, dentro desta retórica, vista como representante do “anticristo”, traidores da pátria e marginais. Isso é representativo da desumanização do outro, visando a completa rejeição da alteridade.

## Imagem 94 Print Screen Telegram



Fonte: Grupo “B-38” Exported Data28 – elaborada pelo autor (2026)

O alvo da retórica também transgride reiteradamente de um “esquerdista” genérico para o judiciário, bem como a constituição de 1988 – também vista como comunista.

#### Imagem 95 Print Screen Telegram



09:50

In reply to [this message](#)

O Presidente não é bobo...sabe bem que nos estamos com ele..sabe que o STF e um covil de demônios..Eu vejo esse pedido desses trevosos o medo eminente da derrota total! 🙌

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data46 – elaborada pelo autor (2026)

#### Imagem 96 Print Screen Telegram

**G.Guerreira.A**

10:21

In reply to [this message](#)

O que falta ainda para a população acordar e se unir para arrancar esses vagabundos da toga ?!

Pq Forças Armadas não espero mais ... O povo que vai resolver !!!

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data62 – elaborada pelo autor (2026)

#### Imagem 97 Print Screen Telegram

**BRAZIL**

08:54

In reply to [this message](#)

Com satanás não.

Isso é golpe. Satanás é o dono do PT.

Satanás está trabalhando a todo vapor pra te destruir você ainda quer acordo com isso? 08:56

Satanás é o patrão da Dilma anta

08:56

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data38 – elaborada pelo autor (2026)

A lógica sempre se repete, não importa de onde partimos. Invariavelmente o discurso recai sobre o complô do mito conspiratório, seja qual for a “estrada” retórica que leve a isso. Seja nas desinformações sobre o processo eleitoral, seja no negacionismo das vacinas, o fim sempre leva ao mesmo “lugar”, o mito conspiratório. Ao lugar que sustenta a ideia de que o comunismo é uma ferramenta demoníaca e

que a militância da extrema direita seria um “exército de deus” em uma luta apocalíptica contra os “filhos das trevas”. Vamos aprofundar diretamente essa questão e como a militância observa isso, de forma mais direta, na sequência.

### 6.3 A “Agenda 2030”, o “Globalismo” e o “Marxismo Cultural”: Aspectos do mito conspiratório no Brasil (2020 – 2023)

Nesta seção objetivaremos demonstrar como as categorias de “Agenda 2030”, “Globalismo” e do “Marxismo Cultural” se aglutinam e dialogam entre si para fundamentar o mito conspiratório operado como ferramenta intersubjetiva de radicalização e fascistização de parte da população brasileira. Portanto, entendemos que há uma reemergência do mito conspiratório na era digital, operando uma performance adaptada à sociedade digitalizada. Entretanto, entendemos também que a lógica de interpelação ideológica é muito similar à do século XX. Há, portanto, uma realocação das narrativas, mas utilizada dentro das mesmas premissas gramáticas, com novas técnicas e retórica que se adaptam à realidade da sociedade digital, porém, com as mesmas intenções.

O argumento geral é que a desinformação e o negacionismo operam como mecanismos de inversão lógica, de dissociação cognitiva, transformando o dissenso político em uma luta existencial contra um “outro” demonizado, assim rejeitando a alteridade. A realidade atual, trazendo novamente os argumentos de Cesarino (2022), vive politicamente mergulhada em um “mundo do avesso”, onde as fronteiras entre fato e ficção, público e privado, e ciência e opinião colapsaram sob o peso da plataformização da vida. Nesse cenário, o mito político, conforme definido por Raoul Girardet (1987), ressurgiu com força total, não como uma curiosidade histórica, mas como uma espécie de *algoritmo* necessário para ordenar o caos desconcertante da vida moderna digital.

Entre esses mitos citados por Girardet (1987), o mito conspiratório destaca-se como uma narrativa de longa duração que atribui os males da sociedade à ação secreta e maléfica de grupos minoritários ou elites globais. É uma narrativa que se mantém há gerações e nos assombra como um fantasma do passado que se recusa a passar. Já debatemos a questão específica das conspirações no primeiro capítulo, entretanto, é importante pontuar que essa não é uma questão inédita e que está

intrinsecamente ligada a própria categorização acadêmica de fascismo tanto no Brasil quanto no exterior.

No contexto brasileiro atual, dentro do nosso entendimento, esse mito é corporificado em três categorias centrais que se retroalimentam: o “Globalismo”, a “Agenda 2030” (incluindo o “Grande Reset”) e o “Marxismo Cultural”. Estes não são apenas complôs isolados, mas componentes de uma estratégia mais ampla que visa, na visão de seus propagadores, a dominação mundial e a destruição da civilização ocidental. A ideia é reduzir a complexidade geopolítica a um plano maligno de uma “elite financeira mundial” que busca instaurar uma ditadura do governo único socialista global.

A categoria do “Marxismo Cultural” funciona como uma ferramenta de guerra psicológica, nos moldes já apresentados. A construção desta categoria, como alvo de desta guerra, parte de uma formulação comum da perspectiva *alt-science*. A observação da utilização do “Marxismo Cultural” dentro destes grupos demonstra que há uma *mimese inversa* da linguagem acadêmica ou científica para produzir esta *alt-science* ou um negacionismo que inverte a hierarquia vigente, tornando o mito conspiratório “relevante”. Isso acontece também, por exemplo, ao usar essa inversão para autores como Olavo de Carvalho ou Ludwig Von Mises, entre muitos outros. Como cita Cesarino (2022, p. 67): “Sem estruturas para mediar a relação de oposição entre esses extremos, ela assumiria uma forma-limite onde um polo aparece como a identidade invertida do outro – o que chamarei, à frente, de *mimese inversa*”.

#### Imagem 98 Print Screen Telegram



GmB

10:33

In reply to [this message](#)

Exato ...cada um faz o que lhe convém . Porém o Brasil é o que é hoje devido a Hegemonia cultural de Gramsci que mandou que a esquerda ocupasse os espaços e assim o fizeram . A direita dormiu esse tempo todo e se ela não for combativa nos espaços ocupados pela esquerda (mídias , centros acadêmicos etc..etc..) certamente estará fadada ao fracasso. O que chamamos de perda de tempo , os comunistas chamam de estratégia e engenharia social.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data – elaborada pelo autor (2026)

O pensamento é que esses autores – ou essas pseudoteorias – são preteridas pela academia conscientemente para ludibriar o público em geral e manipular a

formação de novos acadêmicos. A desqualificação deste tipo de “pensadores” seria a “prova” de que eles estariam em uma “guerra” contra “doutrinadores” que visam subverter a ordem social ocidental. É interessante, pois a acusação feita representa exatamente a atitude tomada por esses grupos. O que eles “denunciam” é frequentemente e exatamente como eles agem – conscientemente ou não, não nos importa.

O mito da conspiração exige a personificação do mal e a redução da realidade a uma unidade de manipulação absoluta. A ideia de “Marxismo Cultural” traz o insumo para preencher essa personificação e apresenta a lógica que resultará na redução da complexidade da realidade para algo “fácil” de compreender. “A chave proposta é suscetível de adaptar-se a todas as interrogações. A personificação do Mal, a redução à unidade poupa, pelo menos aos que são suas vítimas, a menos suportável das ansiedades, a do incompreensível.” (Girardet, 1987, p. 56)

Imagem 99 Print Screen Telegram



11:48

In reply to [this message](#)

Se isso é movimento contra o nosso líder, essa vagabunda que se presta a isso , ela é os seus não passam de um lixo ... Deus jamais teria dado a essa vadia orientação do tipo e sei que o Bolsonaro não dividiria tal movimento entre os seus seguidores. .. Esse povo de esquerda só segue o demônio mesmo ...

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data21 – elaborada pelo autor (2026)

É compreensível que seja mais profícua uma narrativa fácil de absorver e que traga resultados de forma mais célere. Isso justificaria o esforço despendido pelos grupúsculos em emplacar esse tipo de discurso. É um jogo de “ganha-ganha”. Explica-se a complexidade das relações políticas e sociais de forma uma simplista que mobilize afetos conformes aos interesses destes grupos, cria-se a noção de que os avanços sociais e o debate sobre estes sejam vistos como uma técnica de “lavagem cerebral” que visa destruir a “família”, os “cristãos” ou qualquer generalidade retórica que interesse e estabeleça um senso de pertencimento em uma guerra do bem contra o mal. Ou seja, é uma estratégia bem fechada e pode ser compreendida na documentação a seguir.



## Imagem 100 Print Screen Telegram

\*SERÁ QUE AGORA, COM 35 ANOS DE ATRASO, OS BRASILEIROS 10:57  
ENTENDERAM O QUE ACONTECEU EM SEU PRÓPRIO PAÍS?\*

👉 \*Entenderam porque Médici dissolveu o STF?\*

👉 Entenderam porque o DOPS metia porrada em alguns "jornalistas"?

👉 \*Entenderam porque os militares combateram os guerrilheiros do Araguaia?\*

👉 Entenderam porque foi necessário o AI-5?

👉 \*Entenderam porque Mourão pai chutou o João Goulart?\*

👉 Entenderam porque MÉDICI alertou FIGUEIREDO sobre os esquerdistas no poder? ("Em 10 anos eles vão roubar até as prensas da Casa da Moeda...").

👉 \*Entenderam porque FIGUEIREDO disse que iríamos nos arrepender do fim do governo militar?\*

👉 Entenderam porque a PF prendia os "professorzinhos comunistas", que na faculdade idolatravam CHE GUEVARA?

👉 \*Entenderam porque a imprensa e a esquerda MENTIRAM por anos a fio, martelando nas nossas cabeças que o regime militar foi uma DITADURA? (A única ditadura no Brasil foi a de GETÚLIO VARGAS, mas eles corrompem até a história, para servir a seus propósitos).\*

👉 Entenderam porque TODOS OS PAÍSES EM QUE A ESQUERDA TOMA O PODER viram um lugar de fome, desgraça, miséria e genocídio?

👉 \*Entenderam porque pessoas normais e instruídas têm tanto nojo de esquerdistas?\*

👉 Entenderam porque não se deve ser "isentão"?

👉 \*Entenderam porque não se negocia com a esquerda?(A esquerda se combate com toda a FORÇA!).\*

👉 Entenderam porque nos país mais prósperos e desenvolvidos do mundo a esquerda é ridicularizada?

👉 \*Entenderam porque durante 60 anos os EUA gastaram tanto dinheiro fazendo guerras do outro lado do mundo, para barrar a tentativa da esquerda de dominar a humanidade?\*

👉 Entenderam porque em 100 anos de governos de esquerda, mais de 150 milhões de pessoas foram assassinadas por esses fanáticos?

👉 \*Entenderam porque as pessoas FOGEM de países de esquerda, arriscando suas vidas e deixando tudo para trás?\*

👉 Entenderam porque a Alemanha Oriental teve que construir um muro para seus habitantes não fugirem de lá? (Assim como ocorre agora na Coreia do Norte).

👉 \*Entenderam porque os cubanos enfrentam os tubarões para fugir daquele inferno?\*

👉 Entenderam por que pilotos soviéticos roubavam seus caças MIG para cair fora daquele inferno?

👉 \*Entenderam porque toda a África sujeita a regimes de esquerda vive numa horrível e permanente desgraça?\*

👉 Entenderam porque, no Camboja, POL POT, líder comunista do KHMER VERMELHO, matou 100% da população instruída do país?

👉 \*Entenderam porque na China a "REVOLUÇÃO CULTURAL" de MAO TSE TUNG também matou TODA a população instruída?\*

👉 Entenderam porque o comunismo é o maior mal da história da humanidade?

👉 \*Entenderam porque quem não estiver contra a esquerda, estará ajudando seu pior inimigo ?\*

👉 Entenderam porque o "isentão", o diplomático, o low profile, o moderado, acabam, sem perceber, dando força para o inimigo?

👉 \*Entenderam porque o esquerdismo, em suas inúmeras e disfarçadas vertentes (progressismo, integralismo, comunismo, socialismo, social democracia, bolivarianismo, globalismo, multiculturalismo, etc) é o pior mal da História?\*

👉 Entenderam porque não podemos medir esforços para EXTIRPAR essa desgraça?

\*Ou então essa desgraça acaba com a família, o país, a soberania, a cultura, o patriotismo, a liberdade e a dignidade humana.\*

Entendam de uma vez por todas que o esquerdismo do século XXI é mascarado de democracia... quanto mais comunistas, mais eles usam a palavra democracia... basta ver como se intitula a "República Popular DEMOCRÁTICA da Coreia do Norte"....

É PRECISO ACORDAR. 🇧🇷

Fonte: Grupo "B-38" Exported Data5 – elaborada pelo autor (2026)

Já o "Globalismo" surge como este inimigo de múltiplas faces, descrito como um movimento internacionalista autoritário que utiliza a elite financeira e organismos como a ONU para controlar nações e cidadãos através do "Marxismo Cultural". A "Agenda 2030" e o "Great Reset" do Fórum Econômico Mundial são lidos como instrumentos práticos dessa "ditadura global", visando a "massificação da humanidade" e a "redução populacional", como explicado anteriormente. Entretanto é importante ressaltar com a explicação do "Projeto de Nação" do Instituto Sagres.



O globalismo é um movimento internacionalista, cujo objetivo é massificar a humanidade, progressivamente, para dominá-la; determinar, dirigir e controlar, tanto as relações internacionais, quanto as dos cidadãos entre si, por meio de intervenções e decretos autoritários. No centro do movimento está a *Elite Financeira Mundial*, ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos transnacionais e outros entes megacapitalistas, com extraordinários recursos financeiros e econômicos. O argumento central do globalismo é de que lidar com problemas cada vez mais complexos, como crises econômicas, proteção do meio ambiente, direitos humanos e outros, requer um processo centralizado de tomada de decisões em nível mundial. É comum a *Elite* cooptar, aliar-se ou se alinhar com potências mundiais, organismos internacionais e ONGs, haja vista a capacidade desses entes de se projetarem em escala global. No entanto, não é normal o consenso interpotências em diversos temas da Agenda Global, dificultando a constituição do governo mundial. Tais alianças, mesmo circunstanciais, permitem a projeção da *Elite* em países ou regiões para garantir interesses comuns, daí elas financiarem lideranças nacionais, não importando as ideologias que professem. (Sagres, 2022, p. 30)

Essa narrativa opera um negacionismo sociológico e político ao ignorar as dinâmicas estruturais do capitalismo e da geopolítica, substituindo-as pela agência de “vilões” específicos, como George Soros ou Bill Gates. Como aponta Letícia Cesarino (2022, p. 105), essa “eu-pistemologia” permite que o indivíduo sinta que acessou uma “verdade escondida” que as elites – incluindo a academia e a mídia – tentam ocultar. O resultado é uma subjetividade que se sente empoderada pela posse de um conhecimento *esotérico* (oculto à maioria das pessoas), mas que, na prática, está presa em uma desconfiança absoluta contra as instituições democráticas e científicas.

Se o “Globalismo” ataca a soberania e a economia, o “Marxismo Cultural” é percebido como o veneno que corrói a alma e os costumes. Esta categoria funciona como uma técnica de demonização política na qual pautas sociais, de direitos humanos, feminismo, gênero e multiculturalismo são reduzidas a estratégias de destruição da “família cristã”. Esse processo teria sido gestado por intelectuais da “Escola de Frankfurt” e Antonio Gramsci como uma arma de guerra cultural. Já examinamos essa questão e não pretendemos nos alongar novamente. Neste momento sugerimos pensar que junção das duas categorias (gramscismo e globalismo) pode ser exemplificada na “Agenda 2030” que seria a consolidação das premissas do “Marxismo Cultural” no governo “Globalista”.

## Imagem 101 Print Screen Telegram

🇧🇷 ✚ Luís 🇺🇦 Patriota ✚ 21:20  
 ✚ FORO CONSERVADOR CRISTÃO DO BRASIL ✚ 23.05.2021  
 ✚ 21:18:30

**Video file**

Not included, change data exporting settings  
to download.

00:59, 4.2 MB

Estamos em meio a uma guerra espiritual, que já está  
entrando em conflitos físicos. a cristofobia é uma triste  
realidade, a agenda 2030 é parte dessas ferramentas destes  
globalistas contrários aos conservadores.

Participem do nosso grupo:



[@MarchaDaFamiliaOficial](#)

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data29 – elaborada pelo autor (2026)

A “Agenda 2030” é o documento que, na visão desses grupos, materializa todas as ameaças abstratas (comunismo, anticristianismo, fim da soberania, etc). Na hermenêutica conspiracionista, a “Agenda 2030” não é um plano de metas para sustentabilidade, mas sim um pretenso estatuto jurídico da “Nova Ordem Mundial – NOM. Ademais, a maioria dos usuários compreende a “Agenda 2030” exclusivamente sob esse prisma distorcido, sem nunca ter tido contato com o documento original. A interpretação é de forma secundária, apresentada pela linguagem fascista e reproduzida acriticamente. Há o consumo da “Agenda 2030” como um símbolo mitológico fechado, uma “caixa preta” que contém todo o mal do mundo.

Ao citar “Agenda 2030”, o influenciador ou agente político não precisa explicar nada. O termo já ativa automaticamente o medo da expropriação, o medo da destruição da família e o medo da perda da identidade nacional, etc. É, portanto, um combustível essencial para o nosso conceito de fascismo *on-demand*. O inimigo está sempre pronto, embalado e distribuído digitalmente sob essa etiqueta, não importa de onde parta. Seja em um fórum de terra plana, ou em uma comunidade *antivax*.

## Imagem 102 Print Screen Telegram



20:10

T



❤️👉 14.05.2021 12:40:40

**Video file**

Not included, change data exporting settings  
to download.

01:30, 12.6 MB

TODOS TERÃO CHIP NO CORPO ATÉ 2030, diz o Presidente do Fórum Econômico Mundial, Klauss Schwab. Tudo com a ajuda das grandes empresas de tecnologia (Big Techs).

Eles estão PROMETENDO e declarando o plano na sua cara, sem qualquer vergonha. Tudo dependerá de nós lutarmos por nosso país e por nossas liberdades! Não é mais “teoria da conspiração”.

Ao que parece, uma das profecias bíblicas mais conhecidas, a do sinal da besta (666) na mão ou na testa, está para ser cumprida diante dos seus olhos. Como está sua alma? Como está sua família? Como está sua fé? E suas obras diante de Deus?

Assista com a máxima atenção!!!! O transhumanismo chegou.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data2 – elaborada pelo autor (2026)

A subjetividade fascista é alimentada por essa “mímese inversa” (Cesarino, 2022, p. 67) ao se definir contra o “marxista cultural” do “Globalismo”, o sujeito mimetiza a forma de combate do oponente imaginário, tornando-se intolerante e agressivo em nome de uma suposta “liberdade”. O indivíduo deixa de ser um cidadão engajado no debate público pluralista para se tornar um “guerreiro da luz” em uma guerra espiritual contra as trevas do comunismo.

As narrativas se encontram e se misturam. A pandemia, as eleições, a educação, a justiça, a mídia, todos se encontram no mito conspiratório que, dentro destas interpretações, são operadas pelo desejo de uma elite oculta e dos interesses do “sistema”. A seguir um “resumo” dessa aglutinação.

## Imagem 103 Print Screen Telegram



13:55

🇧🇷 Brasil humilhado !

Quem tomou a eleição?

O conluio entre o Partido dos Togados e a Grande Mídia.

▪Complexo de narcoestados ➡

•Foro de São Paulo sustentado pela Aliança Eurasiana (PCC da China e FSB da Rússia).

▪Complexo Judiciário 🙄

•STF (Juristocracia) e

•TSE (Tribunal do Sistema Eletrônico).

▪Complexo de covardes e traidores da pátria 🙄

•Senadores

▪Complexo Midiático Globalista 🤖

•TV Globo/GloboNews/CBN/

G1/Valor/O Globo

•Folha/UOL

•Estadão

•Veja

•CNN

•Bandeirantes/BandNews

•Correio Braziliense

•Estado de Minas

•Zero Hora

•Agências de Fact-checking

•Oligopólio das Big Techs

▪Complexo do Radiolão 🙄

•Fraudes nas rádios dos estados do Norte, Nordeste e Minas Gerais.

▪Complexo Cultural Esquerdista 🙄

•Universidades

•ONGs

•Think Tanks

•Institutos

•Indústria do Entretenimento

▪Complexo Político-Eleitoral ❌

•Desproporcionalidade representativa entre o número de habitantes e congressistas.

▪▪Com vitória de Lula, Foro de São Paulo volta a dar as cartas oficialmente no Brasil | <https://brasilsemmedo.com/com-vitoria-de-lula-foro-de-sao-paulo-volta-a-dar-as-cartas-no-brasil/>

▪▪Professor Olavo de Carvalho: "Não desanimem. Ante a derrota dos cristãos na Primeira Cruzada, São Bernardo de Clairvaux disse que quem não se escandalizasse com essa incompreensível sentença divina já seria, só com isso, um santo. Hoje temos de suportar no mínimo um escândalo por dia. Talvez alguns de vocês se tornem santos." |

Isso acontece também com a questão das eleições (já fizemos anteriormente uma citação similar em relação às eleições de 2018). A justificativa invariavelmente cai no complô globalista, marxista, comunista, ou outras variantes assemelhadas.

#### Imagem 104 Print Screen Telegram

Jair não perdeu a eleição. O sistema elegeu o seu laranja.  
O quadro que se revelou nas apurações de 30 de outubro passa despercebido pela maioria dos brasileiros: vem sendo plantado há décadas e precisa de operadores, nem sempre competentes. Prestem atenção.  
A vitória não é de Lula, não é do PT e coligados. A vitória se explica de outra forma.  
As coisas ficam muito claras, é só juntar as pontas.  
O inimigo não é o Lula, é o Alkmin, candidato da Nova Ordem Mundial, com FHC e todos os outros: Soros, Bill Gates, outros e outros com o suporte do sistema financeiro mundial.  
Para o sistema financeiro mundial a classe média é um obstáculo, poupa e aplica em ativos outros, funda cooperativas, investe sem pedir dinheiro emprestado.

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data54 – elaborada pelo autor (2026)

A ligação entre a “Agenda 2030” e a pandemia também foi comum. Usualmente, como vimos, a pandemia é vista como uma estratégia do complô mundial.

#### Imagem 105 Print Screen Telegram

**Israel** 21:33  
In reply to [this message](#)  
Nunca vai voltar ao normal, pesquise sobre a agenda 2030, os globalistas querem reduzir a população, ate la vai ter pandemias

Fonte: Grupo “B-38” Exported Data16 – elaborada pelo autor (2026)

A produção dessas subjetividades fascistas não ocorre no vácuo, mas em “lugares” sociais digitais específicos. No nosso caso, grupos de Telegram operam como públicos que fazem esta inversão, que oferecem um espaço liminar de isolamento e coesão. Nesses grupos, a desinformação não é um erro fortuito, mas algo intrínseco ao próprio ambiente que mantém os sujeitos em estado de prontidão e medo. A arquitetura das redes sociais favorece o “colapso de contextos” (ibidem, p.

76), em que a política é englobada por dimensões da vida privada como a religião e o entretenimento.

A “Agenda 2030”, o “Globalismo” e o “Marxismo Cultural” são narrativas que permitem a internalização do combate. Os grupos extremistas online utilizam a estrutura da rede para combater uma “ditadura global” imaginária (agora uma ditadura imaginária no Brasil), enquanto produzem, na prática, uma subjetividade autoritária que rejeita o pacto democrático, a evidência científica e o pluralismo social.

## 7 CONCLUSÃO

Ao chegarmos às considerações finais desta tese, é imperativo realizar um balanço crítico que contemple tanto os êxitos alcançados quanto os problemas e desafios que a pesquisa suscitou ao longo de sua trajetória. O principal resultado desta pesquisa foi sustentar a hipótese de que reside na demonstração de que os eventos de violência política e desestabilização democrática observados no Brasil, como o assassinato de opositores, ameaças a professores e a tentativa de Golpe de Estado em Oito de janeiro de 2023, não são frutos de surtos isolados ou “loucura” individual, mas sim o resultado de uma interpelação ideológica e uma dissociação cognitiva estrategicamente organizada.

Um dos maiores êxitos teóricos foi o refinamento da nossa perspectiva de um “neofascismo” prévio, para a categoria de linguagem fascistizante, permitindo compreender como os agenciamentos coletivos de enunciação operam como o motor da produção de subjetividades autoritárias no cotidiano digital. Ao focar na linguagem, conseguimos identificar que o mito conspiratório atua como a “ideia-força” central que sustenta o ecossistema dissociativo, oferecendo bases racionais e lógicas para a radicalização ao readequar traumas do passado para o contexto da sociedade digital.

Outro êxito que entendemos ter alcançado reside na aplicação do método da História do Tempo Presente (HTP) em diálogo com a História Digital, tratando a internet não apenas como um repositório de documentos, mas como o local primordial de interação e produção de sentidos. A realização de uma “arqueologia do salvamento” de fontes digitais, especificamente a coleta e análise de mais de 30 grupos de Telegram (muitos dos quais foram removidos por ordens judiciais), permitiu documentar uma memória recente em disputa que forças fascistizantes tentam apagar por meio do negacionismo e da desinformação. O uso da plataforma Google NotebookLM para tabular milhões de mensagens e interações representou um avanço metodológico crucial, permitindo lidar com a imensa massa de dados da era digital sem perder a capacidade de análise crítica e a busca por sentidos psicossociais profundos.

Mais um êxito que consideramos relevante foi conectar o conceito de grupuscularidade de Roger Griffin (2003) e a ideia de uma extrema direita que opera como um rizoma de células (semi)autônomas à categoria de fascismo *on-demand*. Sustentamos que, na era do capitalismo de plataforma (Srniczek, 2017) e da economia

da atenção (Williams, 2018), o indivíduo não é mais submetido a uma propaganda de massa unificada, mas consome um menu de conteúdos radicais customizados por algoritmos que atendem às suas pulsões e ressentimentos prévios. Esse modelo explicou como grupos aparentemente heterogêneos, como ultraliberais, militares da reserva, comunidades “*red pill*”, fundamentalistas religiosos, entre outros, conseguem se reterritorializar em uma unidade de comando simbólica contra as instituições democráticas e a alteridade. Além disso, a análise técnica do “Manual de Operações Psicológicas do Exército” revelou simetrias alarmantes entre a doutrina militar de persuasão e as estratégias de comunicação da extrema direita, evidenciando o uso deliberado de “ideias-força” para manipular a opinião pública.

Entretanto, a tese também suscitou problemas e desafios complexos que exigem reflexão contínua. Um dos principais problemas é a volatilidade extrema do ambiente digital, em que o desaparecimento repentino de perfis e grupos pode criar lacunas na documentação histórica. A própria natureza rizomática do ecossistema dissociativo fascistizante torna difícil a atribuição de uma autoria centralizada, uma vez que as narrativas circulam de forma descentralizada entre os núcleos formuladores e divulgadores, os influenciadores e o senso comum das pessoas na sua vida corriqueira. Além disso, o enfrentamento do negacionismo histórico e científico impõe um desafio constante ao historiador que se vê obrigado a lidar com uma “mito-história” altamente sedutora que mimetiza a forma acadêmica para vender mentiras políticas como “verdades ocultas”. A eficácia de táticas online como a do *firehosing* e da estimulação contraditória nas redes sociais cria um estado de “transe”, alienação psíquica ou dissonância cognitiva que torna o diálogo racional com os indivíduos radicalizados extremamente dificultoso.

Para lidar com esses problemas é necessário pensar em respostas que passem pela regulação das plataformas digitais e pela responsabilização jurídica de quem financia e orquestra a desinformação em massa. O enfrentamento ao fascismo *on-demand* exige o que podemos definir como uma “*contra-metapolítica*”, capaz de disputar os sentidos da linguagem e desconstruir os mitos conspiratórios (como o “Globalismo” e o “Marxismo Cultural”) que alimentam o ódio à alteridade. A resposta a esse fenômeno não pode ser apenas a checagem de fatos, mas sim uma profunda educação e letramento para a mídia e o fortalecimento de uma ciência pública ética que combata a “eu-pistemologia” que isola a cognição em bolhas digitais. É fundamental reconhecer que a estrutura do “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2019)



favorece o engajamento pelo conflito e pela indignação, o que exige repensar o modelo de negócio das *big techs* que lucram com a erosão democrática.

O papel do historiador frente a esses eventos torna-se, portanto, iminentemente político e ético. No contexto da História do Tempo Presente, o historiador deve agir como um defensor da memória pública e da verdade histórica contra as investidas do revisionismo desonesto e da falsificação do passado usado como arma de guerra cultural. A responsabilidade social do historiador envolve deslegitimar as narrativas do presente que tentam “sanitizar” o autoritarismo e a exclusão do outro. Ao documentar os agenciamentos que levaram ao Oito de janeiro e ao negacionismo durante a pandemia, pudemos fornecer ferramentas para compreender que o fascismo não é um acidente, mas um processo molecular que se alimenta dos desejos e medos de cada um de nós. O historiador, portanto, deve mediar a crítica frente aos “intelectuais influenciadores” que oferecem soluções simplistas para problemas complexos, reafirmando o rigor metodológico como uma arma contra a dissonância cognitiva coletiva.

A estrutura que identificamos nesta tese é, sem dúvida, perigosa, pois baseia-se na negação total da alteridade e na subversão das instituições democráticas por dentro de suas próprias regras. O ecossistema dissociativo fascistizante criou um “Brasil paralelo” no qual a ciência é tratada como “narrativa” e o poder judiciário como “ditadura”, isolando milhões de brasileiros em uma realidade dissonante que justifica a violência e a ruptura institucional. Esse perigo é acentuado pela transnacionalidade do movimento que conecta a extrema direita brasileira a redes globais de militância e desinformação, formando uma espécie de “Internacional Fascista” que opera além das fronteiras nacionais. A participação de agentes do Estado e militares nessas operações psicológicas, utilizando o aparato oficial para fins ideológicos, revela a fragilidade de uma democracia que ainda não lidou plenamente com seu passado ditatorial.

Em conclusão, esta tese sustentou que a linguagem fascista se embrenhou no espírito e na mente das massas brasileiras por meio da repetição exaustiva de termos simplistas nas plataformas digitais. O fascismo, como nos ensina Félix Guattari (1981, p. 188), não apenas passou, mas continua passando sem parar através das redes de desejo e da plataformização da vida. O êxito deste trabalho foi lançar luz sobre as “doses de arsênico” (Klemperer, 2002, p. 55) da linguagem cotidiana que colocaram a democracia brasileira em risco real de extinção. O historiador do tempo presente,

imerso nessa ciberguerra cultural, deve permanecer atento, utilizando o rigor de seu ofício para desarticular a máquina mitológica da direita e preservar a pluralidade necessária à convivência social.

Refletir sobre o futuro exige aceitar que a batalha pela subjetividade humana será travada cada vez mais nos ambientes digitais. As respostas aos problemas aqui suscitados passam por uma reconstrução do pacto democrático que inclua o direito à informação verídica e o respeito absoluto à alteridade. Somente através de uma análise comprometida com as urgências do agora, que não ignora os enlaces com o passado e as estruturas do capitalismo moderno, poderemos vislumbrar um horizonte que não seja dominado por um fascismo *on-demand*. Fascismo esse que, se romper os estágios até seu estágio final (Paxton, 2007, p. 49), estará fadado a tornar-se um problema detectado tarde demais para ser resolvido.

Esta tese encerra-se com a convicção de que documentar o processo de fascistização é o primeiro passo para resistir a ele, reafirmando que o passado, a verdade e a memória continuam sendo campos de luta essenciais para a sobrevivência da nossa própria humanidade. O compromisso ético do historiador, em última instância, é garantir que os fantasmas do passado não terminem por assombrar o futuro das próximas gerações.

A investigação aqui apresentada revelou que o rizoma fascistizante é resiliente e adaptável, capaz de se reconfigurar mesmo diante de pressões institucionais e derrotas eleitorais. O desafio que permanece é o de compreender como desarticular um sistema que se retroalimenta da própria resistência que gera, transformando cada medida legal em suposta “prova” de uma imaginária perseguição ditatorial. A complexidade desse fenômeno exige que as ciências humanas saiam de sua zona de conforto e enfrentem a realidade de uma sociedade que aprendeu a desejar sua própria repressão por meio de algoritmos e linguagens venenosas. Que esta tese sirva como um registro de um tempo de perigo, contribuindo para que a História não seja escrita apenas pelos vencedores do caos, mas pelos defensores da verdade, da vida e da democracia no seu sentido mais participativo. O papel do historiador, em suma, é impedir que a dissonância cognitiva se torne o único regime de historicidade possível para o povo brasileiro.

Toda investigação é condicionada pelas possibilidades e limitações de seu próprio tempo. A presente tese não constitui exceção. Embora tenhamos mobilizado um corpus documental amplo, composto por livros, documentos militares, relatórios

institucionais, materiais jurídicos, conteúdos digitais, publicações em redes sociais e um extenso conjunto de grupos e canais de comunicação online, é importante reconhecer alguns limites inerentes ao percurso realizado.

O primeiro limite refere-se ao próprio recorte empírico adotado. Ao privilegiarmos uma abordagem qualitativa centrada na compreensão da circulação da linguagem fascistizante, optamos por investigar processos de produção de sentido, mecanismos de radicalização e formas de organização discursiva. Essa escolha metodológica permitiu uma análise aprofundada dos fenômenos observados, mas não teve como finalidade produzir generalizações estatísticas sobre a população brasileira ou sobre a totalidade dos indivíduos vinculados à extrema direita. Nosso objetivo foi compreender os mecanismos de funcionamento de determinado ecossistema comunicacional e político, e não mensurar quantitativamente sua abrangência social.

Um segundo limite importante diz respeito à centralidade atribuída ao Telegram. Ao longo da pesquisa, essa plataforma revelou-se particularmente relevante por reunir características que favoreceram a observação dos processos analisados: grande capacidade de armazenamento de conteúdos, circulação relativamente livre de discursos extremistas, facilidade de criação de grupos massivos e baixa moderação durante parcela significativa do período investigado. Essas características transformaram o Telegram em uma espécie de laboratório privilegiado para o estudo da radicalização política contemporânea.

Entretanto, reconhecer a importância analítica do Telegram não significa afirmar que ele esgote a complexidade do fenômeno estudado. O ecossistema dissociativo fascistizante opera de forma transversal e multiplataforma. Narrativas, conteúdos, símbolos, imagens e discursos circulam simultaneamente por ambientes diversos, incluindo WhatsApp, Facebook, Instagram, YouTube, TikTok, X/Twitter, fóruns digitais, serviços de streaming, plataformas de vídeo e sistemas alternativos de hospedagem de conteúdo. Em muitos casos, o Telegram funciona apenas como um dos pontos de passagem de fluxos comunicacionais mais amplos e complexos. Investigações futuras poderão aprofundar a análise dessas interações e das formas de circulação cruzada entre plataformas distintas.

Há ainda um limite relacionado à própria natureza da documentação digital. Diferentemente de muitos acervos tradicionais, os ambientes digitais caracterizam-se por alto grau de instabilidade. Perfis podem ser removidos, grupos podem ser apagados, conteúdos podem ser editados e bancos de dados inteiros podem

desaparecer em questão de horas. A produção historiográfica baseada em fontes digitais depende, frequentemente, de operações permanentes de salvamento, arquivamento e preservação documental. Em certo sentido, parte do trabalho realizado nesta pesquisa assumiu características de uma arqueologia do presente, empenhada em registrar vestígios digitais antes de sua eventual eliminação.

Essa questão torna-se ainda mais importante quando consideramos que os próprios agentes analisados frequentemente participam de estratégias deliberadas de ocultação, migração de plataformas e reconfiguração contínua de suas redes. A natureza rizomática do fenômeno dificulta a identificação de fronteiras rígidas, lideranças estáveis ou estruturas organizacionais claramente delimitadas. Muitas vezes, as narrativas circulam sem autoria identificável, são reproduzidas por múltiplos agentes e reaparecem em novos formatos, contextos e plataformas. Essa característica impõe desafios significativos para a pesquisa histórica e sugere a necessidade de metodologias cada vez mais interdisciplinares.

Também é importante reconhecer que determinados aspectos da recepção dos conteúdos analisados permaneceram apenas parcialmente observáveis. Embora tenhamos conseguido identificar padrões discursivos, mecanismos de circulação e processos de subjetivação, a investigação não teve como foco principal acompanhar longitudinalmente trajetórias individuais específicas. Sabemos que diferentes sujeitos podem interpretar, resistir, adaptar ou rejeitar os conteúdos que consomem. Pesquisas futuras poderão explorar com maior profundidade os processos de recepção, apropriação e ressignificação da linguagem fascistizante por públicos distintos.

Esses limites, contudo, não diminuem a relevância dos resultados aqui alcançados. Pelo contrário, ajudam a delimitar com maior precisão o alcance das conclusões apresentadas e indicam novas agendas de investigação. Entre elas destacam-se os estudos comparativos entre países, as análises sobre inteligência artificial e produção automatizada de conteúdo político, o impacto de novas plataformas digitais na radicalização contemporânea, bem como pesquisas voltadas às formas de resistência democrática desenvolvidas em resposta a esses processos.

Outra frente promissora encontra-se na articulação entre História Digital, estudos sobre plataformas e teorias da subjetivação. A crescente expansão das tecnologias algorítmicas sugere que os conflitos políticos do século XXI serão cada vez mais atravessados por disputas relacionadas à atenção, à circulação da informação, à

produção de afetos e à construção de realidades compartilhadas. Compreender esses processos será uma tarefa decisiva para historiadores, cientistas sociais, antropólogos, cientistas políticos e pesquisadores da comunicação.

Por essa razão, esperamos que esta pesquisa contribua não apenas para a compreensão do caso brasileiro entre 2010 e 2025, mas também para a consolidação de um campo de investigações dedicado a compreender as relações entre plataformas digitais, processos de subjetivação, culturas políticas autoritárias e transformações da experiência democrática no tempo presente. Os fenômenos aqui analisados permanecem em constante transformação e exigirão observação contínua das próximas gerações de pesquisadores.

Reconhecer esses limites não significa relativizar os resultados apresentados ao longo desta tese. Pelo contrário, significa explicitar as condições concretas sob as quais a pesquisa foi produzida. Se o ecossistema dissociativo fascistizante mostrou-se dinâmico, mutável e adaptável, isso apenas reforça a necessidade de sua observação contínua e da ampliação das agendas de pesquisa dedicadas à compreensão dos processos contemporâneos de radicalização política, produção de subjetividades e circulação de linguagens autoritárias.

Por fim, reiteramos que a linguagem fascistizante no Brasil atual não é um fenômeno efêmero, mas uma construção cultural densa que requer vigilância ininterrupta. A “Festa da Selma” e as invasões de Oito de janeiro foram apenas sintomas de uma ideologia que se normalizou no tecido social brasileiro sob o disfarce da liberdade individual e do patriotismo de fachada. Cabe aos historiadores e a todos os agentes comprometidos com a democracia desmontar essa infraestrutura de ódio, palavra por palavra, dado por dado, até que o ecossistema dissociativo perda sua força de persuasão e a realidade prática volte a ser o terreno comum de nossa existência política. O compromisso com a verdade permanece como a nossa bússola ética em meio à tempestade de desinformação do século XXI.

## 8 REFERÊNCIAS

Obras e artigos consultados

ADORNO, Theodor. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Organização de Rolf Tiedemann. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. São Paulo: Unesp, 2015.

ADORNO, Theodor. **A personalidade autoritária**. Tradução de Virginia de Castro e Almeida. São Paulo: Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista do corpo discente da UFRGS**, v. 3, n. 8, p. 9–30, jan./jun. 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Martins Fontes, 1970.

ALVES, Luiz Felipe. **Elites integralistas em Paranaguá nos anos 1930: organização e estruturas sócio-afetivas**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARBOZA, Jorge Geraldo Gonzaga. **Operações psicológicas: uma estrutura inicial para a Marinha do Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Marinha do Brasil, Rio de Janeiro, 2019.

BATAILLE, Georges. **A estrutura psicológica do fascismo**. Tradução de Diogo de Hollanda. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BATESON, Gregory. **Mente e natureza: a unidade necessária**. Tradução: Claudia Gerpe. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

BATESON, Gregory. **Rumo a uma ecologia da mente**. Tradução de Simone Campos. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

- BÉDARIDA, François. A responsabilidade histórica do historiador. Tradução de Eni de Mesquita Samara. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, p. 153-162, 2001.
- BÉDARIDA, François. **Histoire, critique et responsabilité**. Paris: Albin Michel, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história: edição crítica**. Organização e tradução de Adalberto Müller. Notas de Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.
- BENOIST, Alain de. **The Indo-Europeans: New Right, and the Meaning of Identity**. London: Arktos Media, 2011.
- BERTONHA, J. F. **Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)**. Jaboticabal: Funep (Unesp), 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Organização de Sergio Miceli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. Tradução de André Villalobos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, jan./jul. 2011.
- BULL, A. C. Neo-fascism. In: BOSWORTH, R. J. B. (org.). **The Oxford handbook of fascism**. New York: Oxford University Press, 2012.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUTTER, Michael; KNIGHT, Peter (org.). **Routledge Handbook of Conspiracy Theories**. London: Routledge, 2020.
- CALAZANS, Janaina de Holanda Costa; DANTAS, Ivo Henrique; LIMA, Cecília Almeida Rodrigues. (Des)informação em câmaras de eco do Twitter: disputas sobre a cloroquina na pandemia da Covid-19. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 6, p. 1-27, out./dez. 2020.
- CALIL, G. G. O integralismo no pós-guerra: a formação do partido de representação popular (1945-1950). **Tempos Históricos**, v. 2, n. 1, p. 117-142, 2012.
- CARDOSO, Laís Cristine Ferreira; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Estratégias de desinformação no site Terça Livre: análise da cobertura sobre o voto impresso. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO**. Fortaleza: UFC, 2022.

- CARLES, Pierre. **A Sociologia é um esporte de combate**: documentário sobre Pierre Bourdieu. 2001. Vídeo (2h26min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=41W3RapeK5Q>. Acesso em: 3 mar. 2026.
- CARVALHO, Olavo de. **O imbecil coletivo: atualidades imperecíveis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1996.
- CARVALHO, Olavo de. **O imbecil coletivo II: a longa marcha da vaca para o brejo e os filhos da PUC**. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1996.
- CARVALHO, Olavo de. **Nova era e revolução cultural: Fritjof Capra & Antônio Gramsci**. 3. ed. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1998.
- CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- CASSIRER, Ernst. **Linguagem e mito**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CASSIRER, Ernst. **O ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CHAFKIN, Max. **The Contrarian: Peter Thiel and Silicon Valley's Pursuit of Power**. New York: Penguin Press, 2021.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- CLETO, Murilo Prado. **Novas Direitas, Memória e Revisionismo: Como a Brasil Paralelo Contou a História do Regime Militar**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- COPSEY, N. Neo-Fascism: A Footnote to the Fascist Epoch?. In: IORDACHI, C.; KALLIS, A. (orgs.). **Beyond the Fascist Century**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e Anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso nos anos 30**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**. São Paulo: Editora 34, 2011.



DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DI CESARE, Donatella. **Terror e Modernidade**. Belo Horizonte: Âyiné, 2019.

DI CESARE, Donatella. A erosão da democracia em nome do tecnofascismo. **IHU Online**, São Leopoldo, 22 jul. 2024.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

EMPOLI, Giuliano De. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2023.

FERREIRA, Nikolas. **O cristão e a política: descubra como vencer a guerra cultural**. Rio de Janeiro: Vida, 2022.

FISHER, Max. **A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo**. São Paulo: Todavia, 2023.

FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FESTINGER, Leon; RIECKEN, Henry W.; SCHACHTER, Stanley. **When prophecy fails**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1956.

FORTI, Steven. **Extrema derecha 2.0: qué es y cómo combatirla**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2021.

FORTI, Steven. **Democracias en extinción: el ascenso de las nuevas extremas derechas**. Madrid: Akal, 2024.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à operação Lava Jato e contra a reforma da previdência. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, n. 2, ago. 2017.

GAY, Peter. O cultivo do ódio. In: **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

- GENTILE, Emilio. **Storia del partito fascista: movimento e milizia, 1919-1922**. Roma: Laterza, 2021.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela C.; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **Fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRIFFIN, Roger (org.). **Fascism**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscular right. **Patterns of Prejudice**, Londres, Routledge, v. 37, n. 1, 2003.
- GRIFFIN, Roger. **Fascism**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- GRIFFIN, Roger. **Fascismo: una introducción a los estudios comparados sobre el fascismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2019.
- GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- INSTITUTO SAGRES. **Projeto de Nação – Cenários Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices**. Brasília: Instituto Sagres, 2022.
- JESI, Furio. **Materiali mitologici: mito e antropologia nella cultura mitteleuropea**. Torino: Einaudi, 1979.
- JESI, Furio. **Cultura de direita**. Organização de Andrea Cavalletti. Belo Horizonte: Âyiné, 2022.
- KALIL, Renan Bernardi. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. São Paulo: Blucher, 2020.
- KATAGUIRI, Kim; SANTOS, Renan. **Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: a origem**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

- KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.
- KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2006.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 11. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- LANGUE, Frédérique. Itinerarios de la historia del tiempo presente. Del IHTP de la post-guerra a la 'globalización de la memoria. **Historiografías**, v. 16, p. 98-107, jul./dez. 2018.
- LASCO, Gideon; CURATO, Nicole. Medical populism. **Social Science & Medicine, Oxford**, v. 221, p. 1-8, Jan. 2019.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- LIND, William S. Compreendendo a guerra de 4º geração. **Military Review**, ed. brasileira, jan./fev. 2005.
- MACI, Stefania M. et al. (org.). **The Routledge Handbook of Discourse and Disinformation**. London: Routledge, 2024.
- MANN, Thomas. **Diaries 1918-1939**. New York: Alfred A. Knopf, 1982.
- MARCUSE, Herbert. **Estado, guerra y fascismo**. Madrid: Abada Editores, 2019.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.
- MATTEI, Clara E. **A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e prepararam o caminho para o fascismo**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MOROZOV, Evgeny. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- OLIVEIRA, Marcus Vinícius Furtado da Silva. Gramsci no jardim das aflições. In: **VIII EPHIS**. Belo Horizonte: UFMG, 2019. p. 108-118.
- OLIVEIRA, Rodrigo S. **Perante o tribunal da História: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

- PACHUKANIS, Evguiéni B. **Fascismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020.
- PATSCHIKI, Lucas. **Os litorais da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.
- PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PEREIRA, Eduardo; SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação a serviço da extrema-direita (2016-2020). In: BALESTRO, Mayara; MIRANDA, João Elter (orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. p. 326-354.
- PIMENTA, Everton Fernando. **Oscar Machado: uma trajetória em meio ao metodismo, integralismo e maçonaria (1930-1965)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- PIMENTEL, Luiz Paulo Garcia; ESPÓSITO NETO, Tomaz. O estudo da teoria da guerra de quarta geração na segunda guerra do golfo. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 33, p. 175-183, set./dez. 2014.
- POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. Tradução de Maria Luiza Borges. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. 1. ed. Goiânia: Caminhos, 2021
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- ROCHA, Camila. **"Menos Marx, mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

- ROSA, Pablo Ornelas; ANGELO, Vitor Amorim de; VIEIRA, Breno Buxton dos Reis; ALMEIDA, Víctor Aguiar de. **Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.
- ROSANVALON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. **Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023**. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2023.
- SILVA, Ivan H. M. Liberal na economia e conservador nos costumes: Uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107, 2021.
- SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- SUNIC, Tomislav. **Against Democracy and Equality: the European New Right**. 3. ed. London: Arktos Media, 2011.
- TRAVERSO, Enzo. **As Novas Faces do Fascismo**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.
- VAROUFAKIS, Yanis. **Technofeudalism: what killed capitalism**. London: Bodley Head, 2023.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Campinas: Papirus, 1988.
- WILLIAMS, James. **Liberdade e resistência na economia da atenção**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2024.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

#### Lista de Links

<https://academic.oup.com/hwj/article/100/1/101/8253653>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/eduardo-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf>

<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>

<https://apublica.org/2021/01/nas-redes-influenciadores-bolsonaristas-investigados-por-atos-antidemocraticos-apoiam-invasao-do-capitolio-nos-eua/>

<https://apublica.org/2022/09/como-grupos-que-puxaram-atos-em-2021-articulam-recursos-e-militantes-neste-7-de-setembro/>

<https://apublica.org/2023/08/eduardo-bolsonaro-teve-125-reunioes-com-membros-da-extrema-direita-do-continente/>

<https://apublica.org/2024/07/bolsonaristas-articulam-na-europa-criacao-de-coalizacao-da-extrema-direita-internacional/>

<https://apublica.org/2025/08/paulo-figueiredo-justica-dos-eua-liga-influenciador-a-fraude/>

<https://apublica.org/2025/09/nepal-ja-onda-bolsonarista-e-tentativa-de-inspirar-novo-8-de-janeiro-diz-especialista/>

<https://apublica.org/sentinela/2022/08/como-o-grande-reset-virou-uma-grande-teoria-da-conspiracao/>

<https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-13/qanon-brasileiro-segue-firme-nas-redes-e-se-mostra-alinhado-a-movimento-de-teorias-conspiratorias-dos-eua.html>

[https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/76BBAC92A8C76429E375BFD2E4B5E468/S0008423926101103a.pdf/metapolitique\\_dextreme\\_droite\\_usages\\_et\\_limites\\_dun\\_concept.pdf](https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/76BBAC92A8C76429E375BFD2E4B5E468/S0008423926101103a.pdf/metapolitique_dextreme_droite_usages_et_limites_dun_concept.pdf)

<https://canaltech.com.br/redes-sociais/cambridge-analytica-os-principais-momentos-do-depoimento-de-mark-zuckerberg-111626/>

<https://catracalivre.com.br/cidadania/em-cpi-das-fake-news-bloqueiro-bolsonarista-exibe-noticia-falsa/>

<https://cebri.org/revista/br/artigo/173/as-vias-de-transnacionalizacao-da-ultradireita-brasileira>

<https://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/6060054?skin=folhaonline&device>

≡

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-homossexuais-na-visao-de-bolsonaro/>

[https://cultura.uol.com.br/noticias/53531\\_justica-decreta-prisao-preventiva-do-ex-vereador-gabriel-monteiro.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/53531_justica-decreta-prisao-preventiva-do-ex-vereador-gabriel-monteiro.html)

<https://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-mbl/>

<https://e.correiodobrasil.com.br/a/denuncia-instituto-sagres-recebe-verba-publica-apoio-militares>

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/06/epoca-negocios-empresario-carlos-wizard-vai-assumir-secretaria-do-ministerio-da-saude.html>

<https://fastcompanybrasil.com/tech/redes-sociais-fomentam-radicalizacao-politica-afirma-estudo-de-yale/>

<https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-10/video/brasil-e-um-pais-cristao-e-conservador-e-tem-na-familia-a-sua-base-diz-bolsonaro-8876242.ghtml>

<https://g1.globo.com/musica/noticia/2016/06/eric-clapton-revela-ter-doenca-neurolgica-dificil-tocar-guitarra.html>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-e-diz-que-ministro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/11/kim-kataguri-pede-desculpas-apos-fala-sobre-nazismo-eu-errei.ghtml>

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2025/07/so-porque-tem-varios-indicios-questiona-nikolas-ferreira-ao-comentar-processo-contr-bolsonaro-e-criticar-perseguido-cmddku7cv00dm014wjwoi8mce.html>

<https://horadopovo.com.br/integrantes-do-mbl-invadem-unicamp-e-agridem-estudantes-e-professores/>

<https://ia803103.us.archive.org/13/items/CliffFigallo/TheWELLfig1993.html>

<https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/624125-o-que-a-extrema-direita-produz-para-o-mundo-e-uma-nova-utopia-entrevista-especial-com-michel-gherman>

<https://ihu.unisinos.br/categorias/658723-a-erosao-da-democracia-em-nome-do-tecnofascismo-artigo-de-donatella-di-cesare>

<https://institutoaurora.org/dog-whistle-ou-apito-de-cachorro/>

<https://jornaldiadia.com.br/politica-cinema-defendido-por-bolsonaristas-em-2017-e-agora-atacado-filme-de-gentili-faturou-r-68-milhoes/>

<https://jovempan.com.br/programas/os-pingos-nos-is/allan-dos-santos-diz-que-nao-fugiu-do-brasil.html>

<https://leandroruschel.substack.com/p/a-influencia-do-sistema-globalista>

<https://leandroruschel.substack.com/p/a-perseguido-politica-contr-a-direita>

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9377921&ts=1697229317935&disposition=inline>  
<https://libraryofagatha.com/Philosophy/Traditionalism/Julius%20Evola/Evola%20-%20Orientations.pdf>  
<https://medium.com/@loryelrocha/um-dos-ingredientes-para-golpe-de-estado-segundo-militares-e-steve-bannon-inundar-de-merda-a-920e8efc1a81>  
<https://mises.org.br/artigos/2984/comecamoscomoslockdownseestamosindoparaograndereset/>  
<https://mises.org.br/artigos/3003/lockdownanovaideologiatotalitaria/>  
<https://mises.org.br/quemsomosnos/>  
<https://www.newyorker.com/culture/the-lede/is-cognitive-dissonance-actually-a-thing>  
<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/07/10/bolsonarista-invade-festa-de-aniversario-mata-petista-e-tambem-e-morto.htm>  
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/weintraub-odeio-o-termo-povos-indigenas-quer-quer-nao-quer-sai-de-re.htm>  
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/16/operacao-pf.htm>  
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/18/stm-oposicao-puxando-a-corda.htm>  
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/09/09/pontos-para-entender-o-voto-de-moraes-trama-golpista.htm>  
<https://oglobo.globo.com/brasil/canais-na-internet-ganharam-dinheiro-com-fake-news-sobre-covid-informa-google-cpi-25058339>  
<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/mbf-acusa-olavo-de-incitar-violencia-em-manifestacao-23777838>  
<https://oglobo.globo.com/epoca/uma-analise-do-estilo-confuso-particular-dos-tweets-de-carlos-bolsonaro-23425186>  
<https://oglobo.globo.com/politica/moraes-diz-que-liberdade-de-expressao-deve-ser-exercida-com-responsabilidade-que-milicias-atentam-contra-democracia-25289216>  
<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/01/31/pf-diz-que-google-e-telegram-manipularam-informacoes-em-campanha-contra-projeto-que-regulamenta-redes-sociais.ghtml>  
<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/07/12/abin-paralela-pf-aponta-dossies-contra-o-stf-disseminacao-de-fake-news-e-flavio-blindado-na-rachadinha.ghtml>  
<https://olavodecarvalho.org/lula-reu-confesso/>



<https://olavodecarvalho.org/uma-dica-sobre-george-soros/>  
<https://olhardigital.com.br/2021/08/13/tira-duvidas/de-onde-surgiu-o-anonymous-relembre-6-aco-es-do-grupo-hacker/>  
<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9855/6985>  
<https://piaui.folha.uol.com.br/como-se-deu-o-suporte-dos-militares-ao-golpismo-de-8-de-janeiro/>  
<https://politicalivre.com.br/2024/03/premie-da-hungria-seria-especie-de-guia-para-bolsonaro-similaridades-assustadoras-diz-pesquisador/>  
<https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/economia-esquinas/o-que-os-coaches-nao-contam-sobre-ficar-rico/>  
<https://revistaexilio.substack.com/p/do-foro-a-queda-quando-a-confissao>  
<https://revistaexilio.substack.com/p/na-onu-lula-escancara-submissao-a>  
<https://revistaforum.com.br/politica/protocolada-investigacao-contr-nikolas-ferreira-por-emendas-a-cidade-de-seu-tio-pai-de-traficante/>  
<https://revistaforum.com.br/politica/video-nikolas-ferreira-conta-sobre-passeio-de-uninho-com-o-primo-e-caras-armados/>  
<https://rothbardbrasil.com/o-nazifascismo-e-de-direita-ou-de-esquerda/>  
<https://sagres.org.br/docs/estatuto.pdf>  
<https://sagres.org.br/fundadores/>  
<https://sead.paginas.ufsc.br/files/2020/04/eBOOK-Gamificacao.pdf>  
<https://souciencia.unifesp.br/opinia-o/as-universidades-e-o-ovo-podre>  
<https://theintercept.com/2022/04/26/x9-traidor-cagueta-pesquisador-que-estuda-canais-de-extrema-direita-no-youtube-esta-sendo-ameacado/>  
<https://twitter.com/alexandre/status/1491155725175115776>  
<https://twitter.com/gilmarmendes/status/1491119955898941441>  
<https://twitter.com/opropriolavo/status/1275097360792801282>  
<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-estrategia-de-andre-janones-para-reativar-o-janonismo-cultural/>  
<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/avanca-a-investigacao-sobre-o-caso-de-nazismo-de-monark-e-kim-kataguiriri/>  
<https://www.agencialupa.org/jornalismo/2022/11/04/estudo-fraude-eleicoes-benford/>  
[https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14921:ontra-revolucao-de-1964-a-verdade-que-a-midia-nao-mostra](https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=14921:ontra-revolucao-de-1964-a-verdade-que-a-midia-nao-mostra)  
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57180134>

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58466100>

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63386608>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57666500>

<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/ha-liberdade-de-pensamento-nas-universidades>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=234.2024&nuQuarto=4082233>

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>

<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-livro-villas-boas-confirma-que-pressao-sobre-o-stf-contralula-foi-articulada-pela-cupula-do-exercito/>

<https://www.cato-unbound.org/2009/04/13/peter-thiel/education-libertarian/>

<https://www.cbsnews.com/news/reports-peter-thiel-to-donate-1-million-to-trump-campaign/>

<https://www.cl.df.gov.br/documents/5744614/26896214/Notas+Taquiográficas+16-03-2023.pdf>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/alvo-de-inquerito-do-stf-bloqueiro-allan-dos-santos-deixa-o-brasil/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/defesa-calcula-5-000-manifestantes-acampados-em-quarteis-pelo-brasil/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/linha-do-tempo-a-escalada-da-tensao-entre-stf-e-bolsonaro-em-um-mes/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/punhal-verde-e-amarelo-entenda-plano-para-matar-lula-alckmin-e-moraes/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-quem-e-homem-que-morreu-apos-explosoes-na-praca-dos-tres-poderes/>

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna\\_politica,742259/entenda-o-caso-envolvendo-bolsonaro-e-fake-news-sobre-jornalista.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna_politica,742259/entenda-o-caso-envolvendo-bolsonaro-e-fake-news-sobre-jornalista.shtml)

<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/11/6988382-militantes-da-extrema-direita-tentaram-explodir-o-aeroporto.html>

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/exclusivo-pastor-ex-satanista-quer-criar-partido-neonazista-no-brasil-e-ameaca-cacar-esquerdistas/>

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/jornalista-expoe-relacao-do-mbl-com-pedofilia/>

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/pastor-diz-que-esta-criando-partido-nazista-no-brasil-com-grupo-de-advogados/>

<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003252189.pdf>

[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/27/interna\\_politica,1151246/pf-diz-que-influenciadores-pro-governo-organizavam-ataques-em-bloco.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/27/interna_politica,1151246/pf-diz-que-influenciadores-pro-governo-organizavam-ataques-em-bloco.shtml)

<https://www.esquerda.net/artigo/curtis-yarvin-o-profeta-do-novo-reacionarismo/95188>

<https://www.esquerda.net/artigo/palantir-o-braco-digital-do-fascismo-tardio/95784>

[https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id\\_article=17356](https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=17356)

<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/arquivos-epstein-canibalismo-bebes-pandemia-enganoso/>

<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/nao-ha-evidencias-de-que-acao-de-quadrilha-na-bahia-seja-ligada-a-haddad/>

<https://www.facebook.com/share/r/1FPD97ydbu/>

<https://www.facebook.com/watch/?v=154608567502872>

<https://www.forbes.com/sites/antoniopequenoiv/2024/07/16/jd-vance-and-peter-thiel-what-to-know-about-the-relationship-between-trumps-vp-pick-and-the-billionaire/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/b-38-grupo-com-organizacao-militar-apoio-bolsonaro-voto-impresso/>

<https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/palestra-do-ministro-ernesto-araujo-no-seminario-da-funag-sobre-globalismo>

<https://www.iea.usp.br/noticias/teorias-qanon-ganham-espaco-em-grupos-antivacina-no-facebook>

<https://www.infomoney.com.br/politica/fake-news-do-pix-do-viral-de-nikolas-ajudou-esquemas-como-o-do-pcc-diz-receita/>

<https://www.intercept.com.br/2022/05/19/brasil-paralelo-entrevista-historiadora-leandro-ruschel/>

<https://www.intercept.com.br/2024/07/23/nikolas-concentra-emendas-onde-tio-tenta-ser-prefeito/>

<https://www.intercept.com.br/2024/11/12/mbl-coletou-assinaturas-sem-avisar-que-era-para-criar-partido-dizem-signatarios/>

<https://www.intercept.com.br/2024/12/12/mbl-moderador-denuncia-nazismo/>

<https://www.jota.info/eleicoes/tse-manda-remover-conteudo-do-brasil-paralelo-com-desinformacoes-contralula>

<https://www.metropoles.com.br/distrito-federal/exclusivo-coronel-do-exercito-protegeu-bolsonaristas-que-invadiram-gg-apos-8-1>

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/02/14/peter-thiel-o-bilionario-do-vale-do-silicio-criador-de-reis-da-direita>

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/03/13/tatica-do-insulto-os-rumos-do-mbl-ate-o-caso-mamae-falei>

<https://www.otempo.com.br/politica/judiciario/bomba-no-aeroporto-plano-era-explodir-area-de-embarque-do-terminal-de-brasilia-1.2803015>

<https://www.plural.jor.br/integrantes-do-mbl-invadem-reitoria-da-ufpr-usam-spray-de-pimenta-e-deixam-milhares-feridas/>

<https://www.poder360.com.br/brasil/pressao-de-chefe-do-exercito-sobre-stf-recebe-tanto-apoios-quanto-repudio/>

<https://www.poder360.com.br/congresso/congressistas-brasileiros-em-washington-dizem-viver-ditadura/>

<https://www.politico.com/news/magazine/2021/09/20/peter-thiel-book-facebook-trump-jd-vance-blake-masters-josh-hawley-513121>

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2023/01/coaches-que-ensinam-a-enriquecer-enfrentam-crise-financeira-e-demitem-funcionarios.html>

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/CqtjLdGfGzgS6frxmHYSFdx/?format=pdf&lang=pt>

<https://www.scielo.br/j/rap/a/b3DhgtmpNW8FZMdSNqDY6Ht/?format=html&lang=en>

<https://www.seasteading.org/>

<https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/4002/sindicato-repudia-ataques-do-mbl-contraprofessora>

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/professora-e-ameacada-por-mae-de-aluna-apos-corriger-redacao-que-acusava-moraes-de-acabar-com-leis>

<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/eleicao-e-luta-do-bem-contrao-mal-diz-bolsonaro/>

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/tse-desmonetiza-quatro-canais-e-suspende-divulgacao-de-documentario>

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/05/28/4chan-quem-esta-por-tras-do-forum-onde-massacres-sao-organizados.htm>

<https://www.websiterating.com/pt/research/facebook-statistics/>

[https://www.youtube.com/watch?v=Ps2\\_9P-3kag](https://www.youtube.com/watch?v=Ps2_9P-3kag)

<https://www.youtube.com/watch?v=QbqET52lvL4>

<https://www.youtube.com/watch?v=Qe33n1slIFw>

<https://www.youtube.com/watch?v=SS6HxW2ELnM>

<https://www.youtube.com/watch?v=YypcFPeH7Js>

<https://www.youtube.com/watch?v=zm1HqIKRkQ>

<https://www.youtube.com/watch?v=eMO3JMS8ixQ>

<https://www.youtube.com/watch?v=u2QgikjrfxU>

<https://www.youtube.com/watch?v=yE8-zbfcdmo>

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/luiz-estevao-obtem-indulto-com-base-em-decreto-de-bolsonaro.shtml>

<https://x.com/CelCostaLima?s=20>

<https://x.com/agencialupa/status/1055977575347040256>

<https://x.com/brparalerdo/status/1644478190570598401>

<https://x.com/marcelopjs/status/1692848688857497784>

<https://x.com/republiqueBRA/status/2024475166391120305>